

# Sexualidade e Relações de Gênero 3

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Solange Aparecida de Souza Monteiro**

(Organizadora)

# **Sexualidade e Relações de Gênero**

## **3**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
S518	Sexualidade e relações de gênero 3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 3)  Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-609-6 DOI 10.22533/at.ed.096190609  1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.  CDD 306.7
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Talvez você já saiba o que são “relações de gênero”, talvez não. Para começarmos, é importante que saibamos do que estamos falando. A palavra “gênero” tem um uso muito variado. Em ambientes escolares, por exemplo, é comum que professores que trabalham com língua portuguesa falem de diferentes gêneros linguísticos ou textuais. Também falamos de gênero de música que gostamos; e, quando vamos ao cinema, escolhemos o gênero de filme que preferimos (comédia, drama, suspense, terror etc.). Aqui falaremos de outro conceito de gênero, mais especificamente trataremos de relações de gênero. palavra gênero designa as várias possibilidades construídas dentro de uma cultura específica de nos reconhecermos como homens ou mulheres. Assim, ser homem e mulher pode variar sensivelmente dependendo da época, do lugar e ainda dos valores sociais que norteiam as interações dos indivíduos numa dada sociedade. Falamos sempre de relações de gênero porque entendemos que a construção do feminino e do masculino acontece de forma relacionada e interdependente. É isso que vamos discutir. Nesse sentido, pensar como a condição juvenil também se expressa numa perspectiva de gênero, visto que os meninos e as meninas são interpelados a se afirmarem como homens e mulheres ao incorporarem atributos considerados masculinos ou femininos na cultura em que vivem. E isso tem tudo a ver com sexualidade e vivência das experiências sexuais. Papo que interessa muito aos jovens, não é mesmo?!

Em termos de políticas públicas, a partir da primeira década do século XXI, se intensificaram, em diversas áreas, iniciativas que contemplam o olhar dos direitos humanos e sexuais. Diante de tais iniciativas e outras conquistas da atuação do movimento civil, surge o discurso de tolerância e respeito às diversidades sexuais, que ganham cada vez mais visibilidade, em contraponto ao obscurantismo a que estavam submetidas outrora. Assuntos relacionados à sexualidade sempre foram vistos com muita cautela na escola. Desde formalizada sua inserção nesta instituição por meio do currículo, se deu o questionamento sobre os limites do público e do privado no que se refere ao sexo, o que tornou necessária uma série de ajustamentos para que este pudesse ser discutido no ambiente escolar. “As diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que formas de discrição é exigida a uns e outros” (FOUCAULT 1976/1999, p. 30) são questões que estão em jogo quando se trata da sexualidade. Não é somente por meio dos conteúdos curriculares formais que a sexualidade permanece na escola, mas está presente em diversas práticas pedagógicas, assim como em vivências de socialização que ocorrem neste espaço. Contextos historicamente construídos e conjunturas sócio-políticas estão imbricadas nas relações, práticas e discursos institucionais em que se tecem relações de poder, configurando um espaço singular no qual estão inseridos alunas e alunos. As maneiras como a escola, a família e a sociedade lidam com determinadas questões

influenciam na construção de queixas escolares que desabrocham como se fossem unicamente do sujeito que a veicula, mas no entanto são reveladoras de determinado contexto social e escolar. Assim, a sexualidade e, indissociadamente a esta, as relações de gênero, estão presentes nas diversas dimensões do cotidiano, e têm interfaces pedagógicas e psíquicas relacionadas à produção de queixas escolares. Nessa perspectiva, o sexo biológico (ou o corpo concreto) é apenas a definição das características corporais primárias e secundárias. Não são negadas as diferenças biológicas entre mulheres e homens, apenas consideram nas uma condição, e não uma limitação aos papéis sociais a serem desempenhados. Logo, gênero é uma categoria relacional, fruto de identificações subjetivas com determinado conjunto de papéis sociais, internalizados durante a vida, com significados de caráter histórico e social. Nessa perspectiva, a sexualidade pode ser compreendida como a expressão de sentimentos, desejos e prazeres, interpelados aos significados intersubjetivos que os sujeitos estabelecem a estes. Já as abordagens essencialistas consideram o sexo biológico como determinante do sujeito, ou seja, acreditam que as características relacionadas ao comportamento feminino/masculino e a sexualidade são definidas pelo sexo anatômico e combinam-se com este de maneira imutável. Uma compreensão essencialista do sexo “procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos” (WEEKS, 1999, p. 40). Nessa perspectiva, o sujeito que não cumpre o que é suposto determinado biologicamente, é, então, compreendido como desviante ao que seria natural. Das práticas pedagógicas curriculares, observa-se que normalmente a discussão acerca da sexualidade na escola se restringe a aulas específicas, de biologia ou educação sexual, e é abordada de maneira essencialista, focalizando a anatomia dos corpos de mulheres e homens. A prevenção de doenças sexualmente transmissíveis nas práticas heterossexuais e a reprodução humana são os principais temas, frequentemente ignorando outras dimensões da sexualidade, como o desejo e o prazer. Geralmente cinde-se a sexualidade dos aspectos práticos da vida e adequa-se a linguagem, conferindo à abordagem um formato cientificista.

Do mesmo modo, as diversas formas de expressar feminilidades e masculinidades precisam ser reconhecidas. A escola pode ser um dos lugares de alternativa ao modelo tradicional das relações de gênero, construindo e legitimando diversas possibilidades de vivência de gênero já desde a Educação Infantil, e assim contribuir para a promoção da liberdade e da diversidade nos âmbitos sexuais e de gênero, tanto no que se refere ao desenvolvimento individual quanto à formação para criticidade e transformação social. Demarcações de gênero não ocorrem somente na escola, mas também em outros espaços, como exemplo, na clínica, em que o psicólogo normalmente é tendencioso nas escolhas de brinquedos e materiais levados às sessões. Em tais circunstâncias, o profissional precisa estar atento aos limites do que está produzindo: um espaço de acolhimento, na tentativa de produzir um ambiente confortável à criança atendida que provavelmente já internalizou determinadas exigências de gênero do meio; e/ou uma situação que acaba operando

como coerção/ajustamento de gênero. As representações das relações de gênero e da sexualidade em nossa cultura interceptam a escola enquanto instituição, constituindo uma significação característica sobre gênero e sexualidade no contexto institucional escolar. Assim, a escola tem uma história com o controle dos corpos e a sexualidade que precisa ser levada em conta em suas interfaces sociais e políticas, para a análise no que tange as queixas escolares. A aluna e o aluno também têm uma história escolar, produzida na intercepção com os diversos funcionamentos institucionais. Ainda, ocupam lugares específicos e tecem relações singulares que se estabelecem no contexto da queixa em questão, produzindo situações únicas. A queixa escolar emerge, então, em determinado contexto, e é possível que haja uma dimensão no âmbito da sexualidade e do gênero a ser compreendida. Assim, ao compreender as dimensões individuais, sociais e políticas da queixa, o psicólogo pode atuar no sentido de fortalecer as potencialidades do indivíduo e de sua rede de relações frente às situações adversas. Além disso, a clínica pode ser um lugar de acolhimento para a dor do preconceito e expressividade de identidades marginalizadas em outros espaços. Na instituição escolar, é importante e imprescindível que os profissionais da educação contribuam na discussão sobre homofobia e sexismo, preconceitos que, mesmo em suas manifestações mais sutis, têm sido relevantes nas histórias escolares de diversas crianças e jovens.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	
<i>Solange Aparecida de Souza Monteiro</i>	
<i>Paulo Rennes Marçal Ribeiro</i>	
<i>Valquíria Nicola Bandeira</i>	
<i>Carlos Simão Coury Corrêa</i>	
<i>Andreza de Souza Fernandes</i>	
<i>Isabel Cristina Correa Cruz</i>	
<i>Fernando Sabchuk Moreira</i>	
<i>Ana Paula Sabchuk Fernandes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE	
<i>Betânia Maria de Oliveira Amorim</i>	
<i>Luiza Maria Alfredo</i>	
<i>Maria Renally Braga dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
“AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960	
<i>Tatiane da Silva Sales</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO	
<i>Rafaela Mezzomo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>48</b>
A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”	
<i>Tiago Herculano da Silva</i>	
<i>Nara Graça Salles</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS	
<i>Valdemir Paiva</i>	
<i>Claudia Priori</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0961906096</b>	

**CAPÍTULO 7 ..... 70**

A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

*Carle Porcino*  
*Cleuma Sueli Santos Suto*  
*Dejeane de Oliveira Silva*  
*José Andrade Almeida Junior*  
*Maria Thereza Ávila Dantas Coelho*  
*Jeane Freitas de Oliveira*

**DOI 10.22533/at.ed.0961906097**

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

*Fabiana Duarte e Silva*  
*Francielle Pereira Santos*  
*Ludmila Nunes Mourão*  
*Marília Martins Bandeira*

**DOI 10.22533/at.ed.0961906098**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Alana Maiara Brito Bibiano*  
*Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral*  
*Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório*  
*Nívia Madja dos Santos*  
*Roberto Firpo de Almeida Filho*  
*Taíse Gama dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.0961906099**

**CAPÍTULO 10 ..... 102**

AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

*Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório*  
*Alana Maiara Brito Bibiano*  
*Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral*  
*Roberto Firpo de Almeida Filho*  
*Taíse Gama dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.09619060910**

**CAPÍTULO 11 ..... 107**

NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

*Kariane Camargo Svarcz*

**DOI 10.22533/at.ed.09619060911**

**CAPÍTULO 12 ..... 119**

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

*Maria Izabel Machado*

**DOI 10.22533/at.ed.09619060912**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES	
<i>Lucas Leal</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060913</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>152</b>
E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!	
<i>Guilherme de Souza Vieira Alves</i>	
<i>Marcia Cristina Argenti Perez</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060914</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>162</b>
ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA	
<i>Caroline dos Santos Coelho</i>	
<i>Alessandra Benedito</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060915</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?	
<i>Lana Claudia Macedo da Silva</i>	
<i>Ana de Luanda Borges Braz da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060916</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>178</b>
ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS	
<i>Anni de Novais Carneiro</i>	
<i>Laila Andresa Cavalcante Rosa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060917</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>185</b>
EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS	
<i>Paula Land Curi</i>	
<i>Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060918</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>194</b>
EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS	
<i>Eduardo da Silva</i>	
<i>Marlene Tamanini</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060919</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>206</b>
FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?	
<i>Aline Barrada de Assis</i>	
<i>Fabricia Rodrigues Amorim Aride</i>	

DOI 10.22533/at.ed.09619060920

**CAPÍTULO 21 ..... 219**

GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

*Ângela Kaline da Silva Santos*

*Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida*

*Lucicleide Cândido dos Santos*

DOI 10.22533/at.ed.09619060921

**CAPÍTULO 22 ..... 230**

NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

*Ivana Maria Fortunato de Barros*

*Paula Land Curi*

*Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins*

DOI 10.22533/at.ed.09619060922

**CAPÍTULO 23 ..... 242**

PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Ângela Maria Simão Ribeiro*

DOI 10.22533/at.ed.09619060923

**CAPÍTULO 24 ..... 252**

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

*Jussara Silva da Costa*

*Polena Valesca de Machado e Silva*

DOI 10.22533/at.ed.09619060924

**CAPÍTULO 25 ..... 264**

DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

*Suélem do Sacramento Costa de Moraes*

*Bárbara Hees Garré*

DOI 10.22533/at.ed.09619060925

**CAPÍTULO 26 ..... 271**

SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

*Jaqueline Tubin Fieira*

*Franciele Lorenzi*

*Giseli Monteiro Gagliotto*

DOI 10.22533/at.ed.09619060926

**CAPÍTULO 27 ..... 283**

NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

*Francielen Leandro Apolinário*

*Evelly Paat Sampaio da Silva*

*Elisângela Martins*

DOI 10.22533/at.ed.09619060927

**CAPÍTULO 28 ..... 291**

PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

*Evaldo Batista Mariano Júnior*

*Maria Aparecida Augusto Satto Vilela*

*Valeska Guimarães Rezende da Cunha*

DOI 10.22533/at.ed.09619060928

**CAPÍTULO 29 ..... 311**

UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

*Libna Pires Gomes*

*Paula Land Curi*

*Ivana Maria Fortunato de Barros*

DOI 10.22533/at.ed.09619060929

**CAPÍTULO 30 ..... 321**

SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

*Mariluce Vieira Chaves*

DOI 10.22533/at.ed.09619060930

**CAPÍTULO 31 ..... 331**

VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

*Daniel Cerdeira de Souza*

*Tirza Almeida da Silva*

*Sônia Maria Lemos*

*Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato*

DOI 10.22533/at.ed.09619060931

**CAPÍTULO 32 ..... 336**

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

*Solange Aparecida de Souza Monteiro*

*Paulo Rennes Marçal Ribeiro*

*Valquiria Nicola Bandeira*

*Carlos Simão Coury Corrêa*

*Andreza de Souza Fernandes*

*Carlos Simão Coury Corrêa*

*Isabel Cristina Correia Cruz*

*Fernando Sabchuk Moreira*

*Ana Paula Sabchuk*

DOI 10.22533/at.ed.09619060932

**CAPÍTULO 33 ..... 348**

VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

*Fabíola Calazans*

*Vanessa Santos de Freitas*

DOI 10.22533/at.ed.09619060933

<b>CAPÍTULO 34</b> .....	<b>360</b>
O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO	
<i>Fabiana Nogueira Chaves</i>	
<i>Maurício Pimentel Homem de Bittencourt</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060934</b>	
<b>CAPÍTULO 35</b> .....	<b>370</b>
GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?	
<i>Muriel Closs Boeff</i>	
<i>Tatiana Souza De Camargo</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060935</b>	
<b>CAPÍTULO 36</b> .....	<b>376</b>
LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO	
<i>Bruno Schwabenland Ramos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060936</b>	
<b>CAPÍTULO 37</b> .....	<b>387</b>
O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA	
<i>Lucia Maria Felipe Alves</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.09619060937</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>401</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>402</b>

## SABERES E DILEMAS SOBRE SEXO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**

IFSP

**Paulo Rennes Marçal Ribeiro**

UNESP

**Valquiria Nicola Bandeira**

UNIARA

**Carlos Simão Cury Corrêa**

UNIARA

**Andreza de Souza Fernandes**

IFSP

**Isabel Cristina Correa Cruz**

IFSP

**Fernando Sabchuk Moreira**

UENP

**Ana Paula Sabchuk Fernandes**

UFPR

teóricas acerca da formação docente; discorrer sobre alguns elementos constitutivos da ação docente e refletir sobre dilemas da formação. Utilizamos como aportes teóricos, Anastasiou (2003), Saviani (2010, 2012), Morin (2012), Nóvoa (1995,2011) e Tardif (2013) RIBEIRO, P. R. M (2006). In: FIGUEIRÓ (2009). Dentre outros. Acorados nos aspectos apresentados, consideramos salutar discorrermos brevemente sobre a educação destacando a ausência ou presença de formação docente numa perspectiva histórica. Portanto, é pertinente refletirmos sobre o que vem a ser formação de professores envolvendo as questões da sexualidade? O profissional da educação ao se deparar com questões que perpassam a sexualidade deve estar capacitado para abordar e tratar a temática de forma reflexiva, livre das amarras, dos preconceitos, tabus e crenças, indo muito além de abordagens pontuais e baseadas no senso comum. Desse modo, a capacitação do educador é fator imprescindível, além de que podemos perceber que transformações e mudanças não se implantam somente por legislações e diretrizes é preciso planejamento, formação dos envolvidos e paralelamente vontade e predisposição dos gestores públicos e educacionais. Vislumbramos assim, uma educação sexual emancipatória, com marcas de criticidade, alteridade e reflexão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Sexual.

**RESUMO:** Vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente sobre sexo e sexualidade. Tendo em vista esta recorrente constatação, é importante interrogarmo-nos sobre as concepções de formação apresentadas na literatura. Quais elementos constituem a prática docente? Quais os dilemas presentes na formação docente que o professor se sinta seguro para tratar do tema? Nessa perspectiva, temos como objetivo realizar uma sucinta periodização sobre a formação de professores no Brasil; apresentar abordagens

## 1 | INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos tem como objetivo discutir as políticas públicas de formação de professores/as no Brasil o papel da escola frente ao trabalho de projetos e propostas pedagógicas sobre Educação Sexual e sobre os conhecimentos que os/as professores/as possuem sobre o assunto. A escolha pelo tema diversidade sexual veio do desejo de acreditar que a escola pode realmente ser um espaço de inclusão social.

Vivenciamos atualmente um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, pois esta pode ser considerada como um elemento fundante para a construção e difusão dos conhecimentos científicos e das práticas educativas. Tanto as advindas da cientificidade quanto as extraídas da cotidianidade.

A educação contribui visivelmente no sentido de proporcionar melhorias na medida que os sujeitos envolvidos no processo reconheçam o quanto é necessário uma prática educativa capaz de propiciar a relação entre o científico e o social, considerando as suas recíprocas influências. Nesta perspectiva para Saviani (2008, P. 7) o trabalho educativo é “O ato de produzir direta e intencionalmente em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”.

A discussão a respeito da temática formação docente justifica-se por sua relevância e pertinência no contexto atual por ser uma área de fundamental importância para a compreensão e desenvolvimento do trabalho educacional.

Tendo em vista esta recorrente constatação, é importante interrogarmo-nos sobre as concepções de formação apresentadas na literatura. Quais elementos constituem a prática docente? Quais os dilemas presentes na formação docente?

Nessa perspectiva, temos como objetivos: realizar uma sucinta periodização sobre a formação de professores no Brasil; apresentar abordagens teóricas acerca da formação docente; discorrer sobre alguns elementos constitutivos da ação docente e refletir sobre dilemas da formação .

No tocante aos procedimentos metodológicos consideramos que esta produção é de caráter bibliográfico, tratando-se de uma revisão de literatura fundamentada em estudos teóricos sobre a temática em questão. Conforme esclarece Boccato (2006, p. 266), ( : )

Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação.

Nesse contexto, ao percebermos a necessidade de um maior aprofundamento utilizamos como aportes as contribuições teóricas de Anastasiou (2003), Saviani (2010, 2012), Morin (2012), Nóvoa (1995,2011) e Tardif (2013) dentre outros, cujos pontos de vista compartilhamos.

## **2 | A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: UMA CONCISA PERIODIZAÇÃO**

Ancorados nos aspectos inicialmente apresentados, consideramos salutar discorrermos brevemente sobre a educação destacando a ausência ou presença de formação docente numa perspectiva histórica. Para tanto usamos como aparato a abordagem apresentada por Saviani (2010) procurando extrair os elementos concernentes à formação docente da perspectiva histórica por ele apresentada, categorizada nos períodos compreendidos entre o monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional (1549-1759), coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional (1759-1932), predominância da pedagogia nova (1932-1969), configuração da pedagogia produtivista e as teorias críticas da educação (1969-2001).

Podemos afirmar que com a chegada dos primeiros Padres Jesuítas no Brasil vem também a institucionalização das nossas primeiras práticas educacionais. Haja vista, que os indígenas tinham suas práticas educativas baseadas nos costumes e rituais. Entretanto os novos povos chegam desenvolvendo uma ação pedagógica por meio da colonização, educação e catequese, consubstanciando a formação de professores aos clássicos antigos de acordo com os padrões europeus, formando sacerdotes para instruir e catequizar os índios e atender a elite nacional, pautando-se no Ratio Studiorum. Assim, foi no período de 1549 a 1759.

Neste contexto, a educação não constituía meta prioritária, já que o desempenho de funções na agricultura não exigia formação especial. Apesar disso, as metrópoles européias enviavam religiosos para o trabalho missionário e pedagógico, com a finalidade principal de converter o gentio e impedir que os colonos se desviassem da fé católica, conforme as orientações da contra-reforma. (ARANHA, 2006, p. 139).

Posteriormente entre 1759-1932 emerge outra proposta educacional divergente dos padrões adotados pelo catolicismo. O Marquês de Pombal realiza as reformas pombalinas da instrução pública, desestruturando o modelo de educação religiosa e propondo as aulas régias realizadas isoladamente de forma autônoma, geralmente ocorriam nas residências dos professores. Ancorados no ideário da laicidade, uma educação pública e estatal embora o acesso ficasse restrito a uma minoria. Sendo apenas em 1827 criadas as escolas de primeiras letras em todos os lugares populosos com ensino realizado pelo método mútuo, também conhecido como método Lancaster ou sistema monitorial. Quanto à realização da formação dos docentes para trabalhar nessa proposta, devendo ser a cargo dos próprios professores, sendo que em 1890

aconteceu o agrupamento das escolas em grupos escolares.

De 1932 a 1969, período que em foi aberta a primeira escola normal do Brasil, no ano de 1835 com a incumbência de preparar os professores para atuar nas escolas primárias, entretanto eram abertas e fechadas periodicamente adquirindo pouca estabilidade. Tivemos a influencia do ideário escolanovista propondo uma educação laica e gratuita da infância até os estudos universitários e os professores com formação em nível superior. Organizam-se institutos de educação com espaços destinados para pesquisa, ensino e formação de professores para corrigir a insuficiência do ensino normal. Conforme SAVIANI (2012), em 1939 instituiu-se a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, além da disciplina de didática que possibilitava aos bacharéis serem docentes após cursarem mais um ano da disciplina didática o conhecido 3+1. Quem em 1962 foi regulamentado e incluso nos cursos da faculdade como parte integrante do curso, consolidando-se com a duração de 4 anos, formando bacharéis em 3 anos e os docentes em 4 anos.

O período de 1969 a 2001 foi marcado por muitas rupturas, consolida-se o tecnicismo, período em que a formação docente foi também bastante conturbada, o professorado não estava preparado para executar um ensino técnico, aligeirado e dotado de padrões externos e burocratizados. Vem a(crase) tona uma formação que visava o mínimo de interferências subjetivas, por isso as aulas eram realizadas por meio do telensino, microensino entre outros procedimentos de parcelamento do trabalho pedagógico, orientando-os para o domínio dos comportamentos e habilidades. Sendo assim, ainda em 1970 a formação é considerada como algo pouco importante e conturbado.

Nesse contexto, os anos 1970 foi: (o ano de 1970 ou a década de 1970)

[...] período áureo do tecnicismo no Brasil, tanto a pesquisa como os programas de formação/seleção de professores passam a valorizar os aspectos didático-metodológicos, sobretudo as tecnologias de ensino, nomeadamente os métodos e técnicas especiais de ensino. (Fiorentini; Souza Junior; Melo, 1998, p. 313)

Em contra partida destacamos as abordagens critico-reprodutivistas e a abordagem crítica. Em que na primeira a educação é compreendida como uma forma de reprodução da sociedade vigente e por meio da formação docente e ação do professorado acontece a inculcação e a proliferação dos ideários burgueses.

Culminamos nossa abordagem histórica com a segunda, a proposta de educação crítica advinda da década de 1980, denominada, na perspectiva de Saviani (2010), Pedagogia Histórico - Crítica. A qual, em linhas gerais, percebem a íntima relação entre educação e sociedade e suas influências tencionando uma formação docente crítica pautada na busca por transformações sociais, a partir da apropriação dos conteúdos construídos socialmente e culturalmente e as intervenções na realidade social. Propostas que consideramos estar permeando tanto a formação profissional como o trabalho docente, entretanto configurara-se e ainda apresenta-se como um

desafio para a educação brasileira em que educadores ousados e comprometidos as tornam concretas.

Nesse sentido, é pertinente destacarmos que a partir da década de 1990, o Brasil foi marcado por medidas expressivas como a promulgação da LDBN 9394/96, propiciando a introdução de mudanças na educação nacional, tal como exigência dos profissionais docentes terem formação em nível superior e assim proporcionar melhorias qualitativas na educação. Entretanto a formação profissional docente e melhorias na qualidade da educação são aspectos que até hoje tornam perceptíveis à necessidade de um olhar mais apurado.

### 3 | FORMAÇÃO DOCENTE

Do ponto de vista estrutural é salutar explicitarmos que a formação docente institucionalizada refere-se aos cursos de graduação, ao percurso de conhecimentos teóricos metodológicos e práticos vivenciados pelo aluno nas IES - instituições de Ensino Superior.

Ao nos reportarmos às instituições de ensino superior apresentamos que perante a LDBN 9394/96 as IES estão academicamente organizadas em: Universidade e não Universidades - Centros Universitários, Faculdades Integradas e Institutos ou Escolas Superiores, sendo que a universidade, a qual compreendemos como instituição educacional constituída pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Em que o ensino consolida-se de forma genérica na ação de transmissão dos conhecimentos construídos socialmente através da relação dialética entre professores e estudantes. Enquanto que a pesquisa consubstancia-se em um elemento constitutivo e explanativo do ensino, forma de conhecer e compreender as realidades. Já a extensão é uma devolutiva a sociedade na perspectiva de fornecer subsídios para intervir de forma significativa na sociedade vigente. Elementos estes que articulados entre si compõem as particularidades dos professor universitário.

Porém, o ambiente destinado ao complexo trabalho de preparação para o ser professor é um espaço de ser professor e se fazer professor constantemente através de aprendizagens, ação e reflexão. É um dos ambientes educativos destinado ao que corriqueiramente escutamos falar como formação de professores. Haja vista que a formação acontece também durante a ação pedagógica no ambiente escolar.

Portanto, é pertinente refletirmos sobre o que vem a ser formação de professores? Haja vista, que é algo que interfere de forma significativa no ambiente educacional, fornecendo subsídios para que o professor durante o seu fazer pedagógico utilize os elementos advindos das reflexões e socializações teóricas e metodológicas a fim de realizar uma ação docente dotada não apenas da cientificidade presente nas teorias educacionais, mas articulá-las com o conhecimento construído no âmbito sociocultural e de forma pedagógica interagindo com o contexto social pelo qual os

sujeitos estão inseridos, percebendo e refletindo sobre a influência das condições sociais norteadoras.

Nessa perspectiva, principiamos nossa reflexão discorrendo sobre a etimologia da palavra que em acordo com Donato (2001, p.38) “ formação como ação de formar, do latim formare que, como verbo transitivo, significa dar forma e, como verbo intransitivo, coloca-se em formação e, como verbo pronominal, ir-se desenvolvendo uma pessoa.”

A formação docente é um processo importante para a construção do ser professor, na medida em que possibilita o desenvolvimento profissional e pessoal. Quando proposta numa perspectiva reflexiva propicia a reflexão e articulação entre o conhecimentos adquiridos e os conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade necessários para o desenvolvimento humano e intelectual.

Com base em Ferry ( apud GARCIA, 1999, p. 19) “formar-se nada mais é do que um trabalho sobre si mesmo, livremente imaginado, desejado e procurado, realizado através de meios que são oferecidos ou que o mesmo procura.” É um constante processo de construção de conhecimentos advindo das necessidades individuais e circunstâncias de desenvolvimento.

#### **4 | ENSINAGEM: COMPONENTE CONSTITUTIVO DA DOCÊNCIA**

Nesse contexto, consideramos importante voltarmos nosso olhar para a formação docente no tocante a compreensão sobre a docência. Ao considera-la como uma ação humana complexa e necessária para o desenvolvimento da sociedade. Haja vista que somos seres de relações e aprendemos com nossos pares. A docência é uma profissão desenvolvida pelo profissional professor. Para tanto não pode ser reduzida a um dom, ousamos explicitar que poderemos ter disposição para tal, ou seja, faz-se extremamente necessário, termos também preparação para atuarmos de maneira qualitativa.

Como parte integrante da ação profissional que consolida o trabalho docente temos o ensino, que caracteriza-se pelo processo de disseminação e construção de conhecimentos através da reflexão e da ação refletida. Como aborda Anastasiou (2003, P. 26):

O verbo ensinar, do latim insignare, significa marcar com um sinal, que deveria ser de vida, busca e despertar para o conhecimento. Na realidade da sala de aula, pode ocorrer a compreensão, ou não, do conteúdo pretendido, a adesão, ou não, a formas de pensamento mais evoluídas, a mobilização, ou não, para outras ações de estudo e de aprendizagem. Como outros verbos de ação, ensinar contém, em si, duas dimensões: uma utilização intencional e uma de resultado, ou seja, a intenção de ensinar e a efetivação dessa meta pretendida.

Assim, a atividade docente de ensinar é complexa e necessita constantemente

o analisar e repensar a efetiva ação objetivada, que neste caso é a aprendizagem. Entretanto sabemos que ensino não garante necessariamente a aprendizagem, ou seja, que existe ensino sem aprendizagem e aprendizagem sem ensino.

Foi diante dessas reflexões que surgiu o termo ensinagem, usado então para indicar uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto ação de ensinar quanto a de apreender, em processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar, resultante de ações efetivadas na, e fora da, sala de aula. (ANASTASIOU (2003, P. 26)

Dessa maneira, ensinagem está relacionada a uma prática pedagógica que busca garantir que a educação aconteça, não se resume apenas a ação de ensinar, mas objetiva o aprender. Conforme Anastasiou (2003 p.26)“o apreender, do latim apprehendere, significa segurar, prender, pegar, assimilar mentalmente, entender, compreender, agarrar. É um constante processo de busca de aprendizagem, advindos de anseios próprios ou circunstâncias os quais compõem a tessitura a qual estamos inseridos.

Os estudos de Foucault,( 2012) criticam essa tendência, ressaltando que a sexualidade não pode ser vista como um dado da natureza. O autor rejeita a hipótese repressiva da sexualidade - centrada na crença do controle social de uma energia natural incontrolável -, argumentando que a perspectiva essencialista ignora que a sexualidade é desenvolvida como parte de uma rede complexa de regulação social. Foucault denomina esse aparato de biopoder, uma força positiva preocupada com a administração e o cultivo da vida que não se expressa com base na proibição, mas sim na administração do que deve ser feito

Ancorados nesses pressupostos apresentados, compreendemos que ensinar precisa superar as práticas pedagógicas unilaterais em que o professor é o detentor do saber e o estudante um ser passivo. Faz-se necessário uma prática docente dialética que parta da síncrese para a síntese, onde os envolvidos sejam sujeitos do processo partindo da realidade social, interagindo com os conhecimentos científicos e retornando a realidade na perspectiva de intervir no contexto.

A esse respeito, Saviani (2010) tece a seguinte consideração,( : )

Dentro do movimento: ação, reflexão e ação refletida é que a atividade docente é práxis Apenas na articulação entre a teoria e a prática pedagógica é que isso acontece. (...) Compreendemos que a construção da práxis do profissional do magistério, tem como base ética (reflexão crítica sobre a dimensão moral do comportamento do homem e o sentido social que se dá à profissão) e a competência (qualidade profissional construída no coletivo). (LIMA, 2001, pp. 36-7)

Desse modo, ensinar consolida-se como uma ação pedagógica multidimensional que exige disposição dos envolvidos um olhar global para os saberes que circundam a sociedade contemporânea. Por isso torna-se inexorável legitimarmos a valia dos

saberes universitários e termos um olhar valorativo na esfera dos saberes práticos, pois estes também se apresentam como parte integrante do ensino e da sociedade. Trazendo na sua composição uma pluralidade de saberes que articulados possibilitam o alcance de resultados mais satisfatórios.

É importante acentuar que o elemento ensinagem deve ser considerado como um elemento imprescindível para a construção e difusão dos conhecimentos científicos e das práticas educativas. Tanto as advindas da cientificidade quanto as extraídas da cotidianidade, pois esta parte do pressuposto de garantir que a aprendizagem aconteça.

## 5 | INQUIETAÇÕES E DILEMAS DA FORMAÇÃO DOCENTE

É no diálogo que torna-se permissível o relacionar-se com os contrários, justapor posições divisíveis e estabelecer uma práxis. Por isso o diálogo é apresentado como uma diretiva que inteligivelmente contribui para o êxito, sendo assim, carece que o âmbito educacional seja guiado por ele.

No âmbito dessa discussão é pertinente destacarmos uma série de fatores relacionados à educação, tais como: Desenfreado acesso às informações sem transformá-las em conhecimento, Uso desordenado das Tecnologias de Informação Comunicação e (TIC) entre outros. Os quais podemos considerar como dilemas para formação e atuação do docente.

Pois conforme Morin (2012) a educação deve proporcionar que o estudante transite, evolua de uma cabeça bem cheia, bombardeada de informações desconexas para uma cabeça bem-feita, capaz de analisar as informações transformando-as em conhecimento.

No tocante as TICs, é concernente ressaltarmos que estamos envoltos em um sistema globalizado e informatizado que requer indubitavelmente da formação docente, um olhar direcionado para as tecnologias de informação e comunicação, que representam um desenfreado sistema tecnológico que o alunado está inserido e de certa forma desvalorizando as práticas escolares que estão distantes. Portanto, recorremos a Freire (2011) o qual explicita que uma ação docente educativa progressista não diviniza nem diaboliza esse tempo tecnologizado, olha criticamente. Tomando como exemplo Freire reconhecemos que existem os pontos positivos e negativos, ao passo que possibilita o rápido e quantitativamente considerável acesso a informação, socialização de pesquisas e o ensino, mas acaba por permitir também o desenvolvimento de um certo imediatismo que pode desembocar em informações superficiais e não em conhecimento.

Diante da discussão empreendida, entendemos que é imprescindível refletirmos sobre os saberes que permeiam a cotidianidade sem ressaltamos alguns dilemas da profissão abordados por Tardif, Lessard, Nóvoa (2011), os quais requerem dos

docentes:

I – Saber organizar e organizar-se, com autonomia trabalhar a colegialidade, estabelecendo relação com a comunidade escolar na perspectiva de fornecer devolutiva de como está sendo desenvolvido o trabalho. Fato este que necessita repensar e organizar as práticas de ensino e avaliação, valorização da ação pedagógica dos pares na perspectiva de que a colegialidade é um somatório de potencialidades não o divisor. Pois é nítida a problemática da falta de interesse dos alunos no ambiente escolar, problema esse que se consubstancia em um dilema para formação docente, haja vista que tal formação objetiva trabalhar com o alunado.

II - Relacionar e relacionar-se com a comunidade redefinindo os papéis sociais e rompendo com o ideário de que ensinar é algo simples, pelo contrário, é nítida a complexidade do ato de ensinar. Por isso Freire (2011) afirma que saber ensinar não é transferir conhecimentos, e sim propiciar meios para a sua produção ou construção.

III- Analisar e analisar-se mediante o conhecimento com uma prática deliberativa. Haja vista, que a complexa relação entre teórico e empírico, requisita constantes análises e reflexões visando deliberações que contribuam para o aprimoramento do professor e aprendizagem dos alunos.

Na análise que faz Figueiró (2009, p. 51), a sexualidade trabalhada na escola reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, e uma visão biológica, onde a ênfase é para noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e fenômeno humano de nascer, reduzindo a questão da sexualidade à reprodução, puberdade e amadurecimento sexual; incumbindo essa função ao professor de Ciências ou delegando-a ao campo da Biologia, sendo que os educadores das demais áreas do conhecimento esquivam-se de quaisquer responsabilidades, no que diz respeito à educação sexual. A impressão que temos, quando analisamos o que aponta Figueiró (2009) e a que fazemos das respostas dos/as educadores/as, é que a sexualidade ou ainda não é tratada como conteúdo necessário ou que cada um/a cuida dos interesses das suas disciplinas, principalmente, quando elegem determinados campos para dar conta daquilo que deveria ser feitos por todas as disciplinas e todas as áreas do conhecimento.

Contudo, as mudanças ocorridas na contemporaneidade atenuam a complexidade do ensinar à medida que alguns alunos são caracterizados como frequentadores da escola, não estudantes, estão lá por determinações familiar e social não por interesse; o ambiente escolar configura-se em um espaço de interações humanas, onde afetamos e somos afetados por algo ou alguém, ou seja, permeado pela afetividade positiva ou negativa. Que cotidianamente é publicizada em jornais, revistas e meios eletrônicos, por se tratar de um contexto global de desrespeito e violência gratuita dentro das instituições entre os atores escolares.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse panorama, compreendemos que a base dos conhecimentos do ensino não provém apenas dos conhecimentos científicos. Os saberes são vários, são complementares e interdependentes. Pois somos seres de interações e aprendemos com estas, somos parte de uma tessitura composta da relação entre os diversos saberes os quais estabelecemos relações na nossa trajetória pessoal e profissional.

Apresentamos nossas ideias, parcialmente conclusivas, afirmando a autêntica urgência de proporcionar uma formação articulada com as exigências do real, refletindo, vivenciando e proporcionando indicativos de soluções para as situações vivenciadas, rompendo com a dualidade teoria / prática e tornando o professor responsável também pela sua formação.

Nessa conjuntura, elucidamos que a ensinagem é um elemento fundamental para o desenvolvimento educativo e que esta precisa com todas as suas peculiaridades nortear a formação e a prática dos docentes. Afim de desenvolvermos um trabalho pedagógico que procure garantir a aprendizagem e o desenvolvimentos dos sujeitos envolvidos no processo.

Há pesquisadores que incluem a dimensão ética como parte da dimensão psicológica, no entanto, Bruess e Greenberg (2008) as mencionam separadamente. Os autores afirmam que essa dimensão engloba basicamente questões de certo e errado, coisas que podem ou não ser feitas, crenças religiosas, opiniões morais e ações, valores, entre outras questões. Por fim, aquela dimensão que as pessoas sempre associam primeiramente à sexualidade é a dimensão biológica, os aspectos biológicos da sexualidade humana são apenas uma dimensão dentre as outras que devem ser consideradas, sendo um erro pensar que essa dimensão é a mais importante em detrimento das outras. A dimensão biológica envolve os aspectos físicos, como a aparência, o desenvolvimento das características físicas sexuais, as respostas a estímulos sexuais, a habilidade de se reproduzir ou controlar a fertilidade, ciclos fisiológicos e suas mudanças, entre outros aspectos.

No entanto, pesquisas têm evidenciado que a formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, é deficiente no que diz respeito ao desenvolvimento da educação sexual em sala de aula e isso traz, por consequência, uma realidade docente despreparada para a abordagem (Figueiró, 2007; Silva; Maia e Ribeiro, 2011; Megid Neto, 2006). Tal abordagem tem sido desafiadora aos professores por diversos motivos, como a percepção docente a respeito do assunto, a forma como ela é abordada em sala de aula, os temas considerados tabus pela sociedade, os preconceitos, as diversidades, entre outros fatores (Jacobucci e Barcelos, 2011).

Scott entende que essa discussão envolve uma armadilha para as próprias mulheres, por ser a igualdade um conceito político que supõe a diferença e, portanto, reivindica-se que indivíduos diferentes sejam percebidos e tratados como equivalentes. Essa equivalência, que representa, de fato, antagonismo e conflito, vem se tornando

“tragicamente hegemônica”. Nesse sentido, a autora alerta para a necessidade de problematizar toda e qualquer verdade, incluindo a igualdade entre homens e mulheres. A problematização das práticas discursivas permite a não-fabricação de identidades “idênticas” e, portanto, hegemônicas, abrindo a possibilidade para a constituição de maneiras alternativas de ser, agir e pensar de homens e mulheres. Em um pensamento próximo ao de Scott (1995), Foucault (1984) assinalara anteriormente o paradoxo imbricado nas relações de poder: ao mesmo tempo em que essas práticas e saberes criam novas formas de controle e vigilância sobre os indivíduos e o corpo social, é por meio deste saber que a sociedade amplia e aprofunda seu conhecimento sobre a própria humanidade e a realidade física e social. Seu efeito sobre a identidade dos indivíduos pode ser considerado produtivo na medida em que, além de estruturar seu pensamento, conceitos e condutas, fornece recursos da mesma ordem, que permitem a estruturação do mundo físico e social pelo próprio sujeito.

Em síntese, é relevante considerar que a formação necessita indubitavelmente estar ancorada na flexibilidade, na colegialidade e cientes de que somos sujeitos produtos e produtores de conhecimentos. Que devemos romper com a dicotomia teoria/prática, ultrapassar os muros invisíveis, proporcionando ao professorado e alunado experiências que permitam se perceber enquanto construtores da sociedade, capazes de intervir de forma expressiva nos percursos ditados socialmente.

De acordo com Guacira Lopes Louro (1997), o conceito foucaultiano de poder é útil para compreendermos o conjunto de práticas e saberes produzido para o controle de homens e mulheres, entre estes, os que definem lugares sociais diferenciados para os gêneros. Isso fica claro, por exemplo, nos papéis atribuídos ao casamento, à procriação e à normalização de condutas de meninos e meninas. Com base nos estudos foucaultianos, Louro (1997, p. 41) compreende o gênero mediante os micropoderes considerados estratégias e não privilégios dos homens sobre as mulheres. O poder exercido reciprocamente entre os indivíduos produz efeitos sobre suas ações, que se constituem em regras e prescrições. Quando não há condição individual ou grupal de resistência, não há exercício de poder e sim uma relação de violência, física ou simbólica. A autora lembra, entretanto, que essas práticas sociais não são redutíveis a esquemas explicativos fixos, porque elas mesmas são intrinsecamente instáveis: os “gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder”.

Figueiró (2007) afirma que boa parte dos docentes reconhece a educação sexual como relevante e necessária à formação dos estudantes. A autora afirma que há uma preocupação docente referente ao tema, mas os professores, muitas vezes, sentem insegurança e temor frente ao desafio de implementar uma abordagem envolvendo educação sexual em sala de aula. Contudo, é fato que a formação inicial dos professores não os tem preparado para desenvolver questões envolvendo sexualidade em sala de aula, assim, os professores acabam ficando receosos frente ao tema e resultados como os expressos na tabela 3 acabam sendo compreensíveis, mesmo que injustificáveis

Nesse sentido, podemos, após essa limitada discussão, afirmar que a escola continua imatura, pouco te avançado e precisa, antes de tudo, investir em formação, em discussão, em orientação dos seus/suas docentes, assim como exigir dos Sistemas de Ensino maiores investimentos, pois Educar Sexualmente é garantir autonomia, cidadania e respeito a todos os sujeitos, garantindo a finalidade da Educação, que no discurso é para todos/as.

Tendo em vista a importância de políticas que promovam o debate no campo do gênero e da sexualidade, espera-se que esse trabalho contribua para uma reflexão mais profunda acerca das dificuldades e limitações de concretização de uma política pública e de como os/as professores/as assumem a responsabilidade como agentes da transformação de mentalidades e práticas. Almeja-se que essa reflexão fomente a divulgação de pesquisas no Ensino de Ciências e Educação, e contribua para a consolidação dessa área de investigação.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos; Alves, LonirPessate. **Processo de ensinagem na universidade**. Joinville, SC: EditoraUniville, 2003.

ARANHA, M. L. A. **História da educação e da Pedagogia**: Geral e Brasil. São Paulo: Moderna, 2006.

BARCELOS, N.N.S.; JACOBUCCI, D.F.C. Estratégias didáticas de educação sexual na formação de professores de Ciências e Biologia. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, v. 10, n. 2, p. 334-345, 2011.

BARCELOS, N.N.S.; ZAIAD, A.G.; SANTOS, C.; BARCELOS, N. S. Educação sexual: relato de uma experiência. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo: v. 7, n. 2, p. 150-160, 1996.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. *Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. **LDB nacional [recurso eletrônico] : Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso em: 19 abr. 2014.

DONATO, E. M. Formación. IN: FAZENDA, I. C. A. (Org). **Dicionário em construção: interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários á pratica Educativa**/São Paulo: Paz e terra,2011.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2006.p. 328.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A educação Sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009, p. 63-104.

LEITÃO de MELLO, M. T. Programas oficiais para formação de professores. **Revista Educação e Sociedade - CEDES**, Campinas,n. 68, 1999.Ed. Porto. 1999.

LIMA, Maria Socorro Lucena. **A hora da prática**: reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

NÓVOA, A. **Os professores e as histórias da sua vida**. In: Nóvoa, A (Org). Vidas de professores. Lisboa: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. Claude L. **O ofício de professor: história, perspectivas e desafios internacionais**. Tradução de Lucy Magalhaes. 4. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e História: “fissuras no presente”. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. M. (Org.). Educação sexual no Brasil: panorama de pesquisas do Sul e do Sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.p.19-24.

RIBEIRO, M. Educação sexual além da informação. São Paulo: EPU, 1990.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2006.p. 328.

FOUCAULT, M.; História da Sexualidade. Vol. I, A vontade de saber, 9º. Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P. 33 – 45.

## A CONTRIBUIÇÃO DAS METODOLOGIAS ATIVAS PARA FORTALECER O DIÁLOGO COM OS ADOLESCENTES SOBRE A SEXUALIDADE

### **Betânia Maria de Oliveira Amorim**

Profª Drª vinculada a Unidade Acadêmica de Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, betania\_maria@yahoo.com.br

### **Luiza Maria Alfredo**

Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mariaalfredo98@gmail.com

### **Maria Renally Braga dos Santos**

Graduanda em Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, mariarenally1@gmail.com

**RESUMO:** São evidentes as dificuldades que se impõem para discussão acerca da sexualidade em diversos espaços sociais, a exemplo da escola. Sendo assim, nos parece pertinente oportunizar espaços de discussão e reflexão para que os estudantes em geral e, em especial, os adolescentes, possam expor suas angústias e conflitos no tocante a sexualidade. Nesse sentido, realizamos uma ação extensionista denominada “Diálogos sobre a sexualidade com os adolescentes” da qual participaram aproximadamente 62 estudantes, do ensino fundamental II de uma escola da rede pública de ensino, localizada na cidade de Campina Grande - PB. Neste artigo, apresentamos um relato de experiência acerca de duas oficinas nas quais utilizamos a metodologia ativa do

Teatro do oprimido. Buscamos demonstrar que as metodologias ativas se apresentam como ferramentas essenciais para o estabelecimento de um diálogo que promova a reflexão e o enfrentamento de questões relacionadas a sexualidade e que estas operam na desconstrução e reconstrução de saberes a respeito da referida temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** sexualidade; metodologia ativa; adolescentes

### **INTRODUÇÃO**

Para além das questões sociais, no período da adolescência evidenciam-se mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Para Lima (2007), frente a tantas modificações, é comum situar a adolescência como um período turbulento no qual se verificam crises, conflitos e desordens, uma vez que os jovens precisam adaptar-se ao novo corpo, integrar-se ao novo grupo, desfrutar de vivências até então desconhecidas e assim reconstruir sua identidade. Esta compreensão evidencia um dos inúmeros recortes, definições e enquadramentos a que está submetida à adolescência e a diversidade de olhares que acabam por definir posições, políticas e prioridades em seus fazeres. Portanto, a adolescência não é simplesmente uma questão

etária ou um período da vida. Corroborando com esta perspectiva, entendemos que a adolescência pode ser considerada como uma invenção social ou como um fenômeno moderno e cultural, que merece a atenção de pesquisadores de diversas áreas.

A adolescência se apresenta atravessada por conflitos, tensões e questionamentos em relação a vários aspectos, entre os quais a sexualidade. Sabemos que as discussões sobre a temática da sexualidade e os sentimentos que ela desperta sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade. Desse modo, diversas instituições de saber tomaram para si a responsabilidade de orientar os sujeitos acerca de sua vida em sociedade e em particular naquilo que se refere à sexualidade. Entre estas, destaca-se a instituição escolar.

O tema da sexualidade está na “ordem do dia” da escola. Presente em diversos espaços escolares, ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto a ser abordado na sala de aula [...]; é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas (ALTMANN, 2001, p. 575).

Embora reconheçamos que a sexualidade faz parte do cotidiano da escola, é curioso perceber que abordá-la neste espaço institucional nunca se revelou uma tarefa fácil. Desde os primórdios, a sexualidade apresenta-se como uma temática eivada de mitos, crenças, estereótipos, preconceitos, valores familiares, questões morais e religiosas, por esta razão, silenciada ou escamoteada no ambiente escolar.

Decerto, diversos fatores contribuíram para nos depararmos, como nos diz Leão e Ribeiro (2009), com três situações contraditórias que demonstram a total ausência de clareza e objetividade quando se trata da discussão da sexualidade na escola. A primeira é que, apesar da demanda e da recomendação de vários autores, a escola persiste em negar que lhe compete a orientação sexual dos alunos. A segunda é aquela em que as escolas explicam sua omissão justificando que a orientação sexual cabe à família. A terceira situação é aquela em que a sexualidade se manifesta de forma intensa e incomoda professores e direção. Ao deparar-se com esta problemática, a escola busca resolver aquilo que denomina “problema” com palestras isoladas dadas por profissionais de saúde. Como assinala Furlani (2009), para muitos educadores, a opção em não discutir as sexualidades e os gêneros pode ser apoiada pela “providencial” inexistência da temática nos currículos escolares.

Infelizmente, a escola ainda mostra-se refratária ao enfrentamento da discussão sobre a sexualidade e aos diversos fatores a esta relacionada, por várias razões, entre as quais, destaca-se a formação dos professores. As pesquisas de um modo geral, a exemplo daquelas desenvolvidas por Gomes (2010) e Amorim (2012), identificaram que alguns professores adotam uma posição de negação da sexualidade, devido à inabilidade em abordar o assunto, quer seja por desconhecimento, por medo, por convicção ou ideologia. Em suma, os docentes sentem-se despreparados para falar abertamente sobre esta temática.

A discussão da sexualidade no âmbito escolar é de fundamental importância, por ser a escola uma instituição diretamente envolvida no processo de desenvolvimento e formação do indivíduo, o que a faz intervir, deliberadamente ou não, na educação sexual dos alunos. Por esta razão, é imprescindível que os adolescentes tenham acesso a temática da sexualidade nas instituições de ensino ao longo do seu processo de desenvolvimento. Pressupomos que

a presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir (LOURO, 1997, p. 81).

Todavia, partimos do princípio que a escola aborda a sexualidade de maneira superficial e improvisada. Os professores mal conseguem discutir sobre assuntos tais como: gravidez, virgindade, aborto, masturbação e outros. Quando não é possível escamotear as indagações dos alunos sobre essas manifestações da sexualidade, os docentes enfatizam os aspectos anatômicos e fisiológicos dos aparelhos reprodutores masculinos e femininos ou adotam a postura de conselheiros, tentando normatizar e/ou moralizar o comportamento dos alunos.

Vale ressaltar que esta postura pedagógica não se realiza com tranquilidade. Ao contrário, é incômoda e difícil. Os professores ora não se sentem preparados, ora não se sentem a vontade para expor seus conhecimentos, concepções, convicções e valores sobre a sexualidade, o que determina a veiculação de informações pseudocientíficas, impregnadas de moralismos e preconceitos a respeito desse tema. Tal estado de coisas nos leva a crer que, embora a sexualidade seja uma questão demasiadamente presente no universo escolar, os professores estão despreparados para uma ação efetiva e uma compreensão das suas especificidades.

Devido as informações deturpadas e/ou desconhecimento no que tange a sexualidade, muitos adolescentes reproduzem conceitos distorcidos e/ou equivocados. Além disso, devido a falta de esclarecimento, a questão da sexualidade ainda é encarada como um tabu. Sendo assim, consideramos pertinente oportunizar aos adolescentes um espaço para reflexões e questionamentos sobre a importância da prevenção, mudanças corporais, identidade, posturas, relações interpessoais, auto-estima, relações de gênero, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais. Na nossa compreensão,

é também no espaço escolar que nos confrontamos com práticas de reprodução das normas hegemônicas que tomam a heterossexualidade como modelo único. E, nesse sentido, a escola se retrai e ignora a diversidade para silenciar, como se não existissem implicações em determinados silêncios. Gêneros e sexualidades são construções sociais cujos arranjos permeiam toda a sociedade, inclusive dentro da comunidade escolar. Dessa forma, é necessário que a escola se constitua como o lugar capaz de discutir amplamente essas e demais questões (ARAÚJO et al,

Desse modo, desenvolvemos em uma escola estadual da cidade de Campina Grande – PB, a ação extensionista *Diálogos sobre a sexualidade com os adolescentes*. Por intermédio desta, buscamos proporcionar um ambiente para que os adolescentes pudessem falar e/ou representar suas angústias, conflitos e medos, obter informações sobre a sexualidade e as questões de gênero, discutir valores, crenças e preconceitos, entre outros. Por esta via, nos foi possível compartilhar do universo dos adolescentes e desvelar pouco a pouco seus interesses, conflitos, insatisfações e anseios, assim como, identificar suas representações e dificuldades no que concerne a abordagem da sexualidade. Assim, intervimos no contexto psicossocial, ampliando aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos participantes. Para nós, este modo de proceder suscitou importantes elementos para a reflexão dos adolescentes, descortinando novos horizontes, possivelmente encobertos pelas dificuldades próprias a natureza da problemática da sexualidade e gênero na adolescência, comumente escamoteada no ambiente escolar.

Construímos junto com o grupo um espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, nos termos propostos pela perspectiva freireana. Para Paulo Freire (1979, p. 28), o conhecimento,

[...] não é um ato, através do qual, um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe oferece ou lhe impõe. O conhecimento exige uma posição curiosa do sujeito frente ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Exige uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o mesmo ato de conhecer pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que seu ato está submetido. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer.

Nesta perspectiva, o que se destaca é o sujeito prático: a ação de problematizar acontece a partir da realidade que cerca o sujeito; a busca de explicação e solução visa a transformar aquela realidade, pela ação do próprio sujeito (sua práxis). O sujeito, por sua vez, também se transforma na ação de problematizar e passa a detectar novos problemas na sua realidade e assim sucessivamente. Desse modo, os temas que foram problematizados nos encontros expressaram a realidade vivenciada pelos adolescentes, pois entendemos que,

procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e sua ação sobre esta realidade que está em sua práxis. Na medida em os homens tomam uma atitude ativa na exploração de suas temáticas, nessa medida sua consciência crítica da realidade se aprofunda e anuncia estas temáticas da realidade. (FREIRE:1980, p.32).

Nas palavras de Freire (1985), não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Nesta linha de raciocínio, utilizamos os princípios das metodologias ativas, cujo foco reside em trabalhar os problemas/tensões, refletindo sobre estes, para criar possíveis soluções. Estas metodologias estão fundamentadas na proposta freireana que prioriza a ação humana com base na comunicação dialógica sendo esta comunicação horizontal, onde os sujeitos sociais compartilham experiências na transformação e autotransformação.

As metodologias ativas de acordo com Bastos (2006, p.10) são definidas como um “processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”. Estas consideram a relevância da dimensão social e política entendendo que o espaço escolar, assim como outros cenários de prática, são espaços para se identificar e problematizar as contradições sociais e a realidade, interconectando o saber e o fazer a partir destas percepções sociais vividas, que conseqüentemente superam a dicotomia entre o saber intelectual e o saber do senso comum.

A utilização dessas metodologias, segundo Berbel (2011) podem vir a propiciar uma motivação autônoma, quando integrar a percepção do aluno para a origem de uma própria ação, ao serem exibidas oportunidades de problematização de situações envolvidas no contexto escolar, de escolha de aspectos de conteúdos de estudos, de caminhos possíveis para o desenvolvimento de estudo, entre outras possibilidades. Nesta linha de raciocínio, poder-se-ia dizer que as metodologias ativas se apresentam como ferramentas essenciais para o estabelecimento de um diálogo que promova a reflexão e o enfrentamento de questões negligenciadas no espaço escolar, a exemplo da sexualidade. Nessa perspectiva apresentamos um relato de experiência que demonstra a importância da utilização das metodologias ativas na desconstrução e reconstrução de saberes a respeito da referida temática.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, caracterizado como relato de experiência, realizado com aproximadamente 62 estudantes do 9º ano B (ensino fundamental II) de uma escola pública, situada na cidade de Campina Grande – PB.

Utilizamos os registros realizados no diário de campo, que "nada mais é que um caderninho de notas, em que o investigador, dia a dia, vai anotando o que observa e que não é objeto de nenhuma modalidade de entrevista" (Minayo, 2014, p. 95). Além deste, recorreremos às produções realizadas pelos adolescentes a partir das metodologias utilizada, a saber, o Teatro do oprimido.

O Teatro do oprimido é um método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. Os seus principais objetivos são: a democratização dos meios de produção teatral, fornecer as reflexões das relações de poder, o acesso das camadas sociais menos favorecidas e a

transformação da realidade através do diálogo.

A leitura dos dados foi realizada com o auxílio da análise de conteúdo. Este método consiste em adotar procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das respostas, visando obter indicadores que permitam inferir conhecimento acerca da produção dessas informações. A análise de conteúdo pode ser aplicada nos dados que se apresentam como texto e possui três etapas para o processo: a etapa do recorte dos conteúdos, a definição de categorias analíticas e a categorização final em unidades de análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionamos, nossa metodologia de trabalho ancora-se na compreensão que o diálogo se configura como um elemento pedagógico e epistemológico essencial. Nesta perspectiva, realizamos ações que extrapolaram as atividades voltadas para a prevenção de doenças, agravos e riscos. Transformamos estas atividades em práticas problematizadoras, ao fomentar formas de participação social que promoveram o crescimento crítico dos adolescentes e os auxiliaram na elaboração de estratégias para a resolução de problemas identificados por eles próprios. Vale ressaltar que as atividades foram estabelecidas por meio do diálogo e trocas de experiências, estimulando os sujeitos envolvidos no desenvolvimento de sua autonomia para criticar, decidir e avaliar.

Nesse sentido, visando a construção de saberes a respeito das temáticas, destacamos a utilização da metodologia ativa do Teatro Imagem, que utiliza a linguagem não verbal como forma de comunicação. Como propõe Boal (2005), a partir da leitura da linguagem corporal, busca-se a compreensão dos fatos representados na imagem, sendo esta, uma realidade existente e/ou vivenciada. Assim, os discentes foram levados a pensar com imagens sobre a gravidez, sem fazer uso da palavra, usando apenas seus próprios corpos e objetos.

De acordo com a interpretação, a cena representava um casal de namorados adolescentes, em que a menina grávida estava em discussão com o namorado, pois este queria que ela efetivasse um aborto. Dois personagens representavam os pais da garota, sendo que a mãe mostrava-se feliz porque seria avó, enquanto o pai estava pressionando para que o rapaz casasse com sua filha grávida. A outra personagem, dramatizada por uma das mediadoras, seria, segundo os alunos, a assistente social em busca de cadastrar a mãe da criança para o recebimento do 'Bolsa Família'.

Nesta encenação vislumbramos que a gravidez não planejada é um evento perturbador que mobiliza o envolvimento de várias pessoas da família as quais apresentam posturas diferentes frente a esta problemática. Com relação a adolescente parece haver certa resignação e aceitação uma vez que esta não concorda em levar o aborto a seu termo. Em contrapartida, a reação do parceiro não demonstra uma boa aceitação na medida em que, por meio do aborto, busca eximir-se das atribuições

da paternidade. A gravidez na adolescência indiscutivelmente mobiliza a família. Conforme apontam alguns estudos, embora seja um acontecimento inesperado, as mães das adolescentes reagem positivamente a iminência de serem avós, o que não se verifica no caso do pai, cuja preocupação recai sobre o aspecto social da questão: ter uma filha mãe solteira.

Esta representação gerou várias discussões e problematizações. De acordo com os participantes há uma diferença social nas implicações da gravidez na adolescência. Uma adolescente de classe socioeconômica menos privilegiada (que precisa recorrer ao Programa Bolsa família) ao engravidar, se depara com várias dificuldades entre as quais, largar os estudos, alterar a rotina de prazeres e diversão e alterações no seu projeto de vida futura. Ademais, também citaram que é bem comum os parceiros abandonarem as adolescentes devido à gravidez, pois, não se sentem suficientemente maduros para assumir os compromissos da paternidade, ficando para a mulher tomar para si todas as responsabilidades, tendo ainda que haver-se com o estigma de mãe solteira. Depreende-se, portanto, a partir da encenação dos “adolescentes grávidos” uma pertinente discussão acerca das diferenças sociais impostas aos papéis masculino e feminino. Como assinalam Louro; Felipe e Goellner (2010), a sociedade hierarquiza o masculino e o feminino e lhes atribui destinos sociais diferentes e perspectivas de vida desiguais.

[...] toda e qualquer diferença é sempre atribuída no interior de uma dada cultura; que determinadas características podem ser valorizadas como distintivas e fundamentais numa determinada sociedade; e ainda, que a nomeação da diferença é, ao mesmo tempo e sempre, a demarcação de uma fronteira. (LOURO, 2012, p. 46).

Por esta razão, é fundamental que os adolescentes possam refletir sobre a influência da construção dos papéis de gênero na determinação dos comportamentos dos homens e mulheres, visto que, socialmente, há um maior controle sobre o comportamento sexual feminino em comparação ao masculino. Reiteramos que “a problematização pode ajudar na ampliação do olhar sobre outras dimensões da realidade, já que não parte de problemas previamente dados, mas sim da própria ação-reflexão-ação dos educandos” (JEZINE; RIBEIRO; SIMON; VASCONCELOS, 2014).

Como podemos observar, por meio do Teatro Imagem foi possibilitado um aprofundamento de questões ligadas à realidade, a construção do conhecimento pelos próprios adolescentes, o que veio a ser um convite para conhecerem a si mesmos, os outros e o mundo, contribuindo para a formação de indivíduos com uma visão mais crítica da própria realidade, capacitando-os dessa forma, para transformá-la positivamente, como propõe Berbel (2011). Segundo esta autora, as metodologias ativas baseiam-se em formas de desenvolver o processo de aprender, empregando experiências reais ou simuladas, objetivando às condições de solucionar desafios

derivados das atividades essenciais da prática social em diferentes contextos.

Além do Teatro Imagem utilizamos com a turma do 9º ano a metodologia ativa do Teatro Fórum. No desenvolvimento desta técnica, apresenta-se um problema social em cena, um modelo de vida não desejado, ou seja, um anti-modelo o qual é oprimido pelo opressor sendo impedido de realizar um desejo em função das pressões de ordem individual e/ou social. Trata-se de um jogo de conflitos. Em outras palavras,

é preciso que os diferentes quererem dos diferentes personagens entrem em choque, caracterizando o conflito dramático. Esse conflito não se resolve nem se dissolve em cena, ele, na verdade, se acirra. A peça termina - sempre inacabada - geralmente quando o protagonista, após algumas tentativas, praticamente desiste de lutar pelo que deseja. (NUNES, 2004, p. 58).

Nessa perspectiva os adolescentes encenaram a peça *Diálogo com a família*. Os atores escolheram para composição da família além dos pais, três filhos: um deles com o comportamento expresso no modelo heteronormativo (o homem ganhão), uma filha com o estereótipo de “puta” e o terceiro filho nos foi apresentado como homossexual. No enredo se demonstrou que os pais adotavam atitudes diferentes em relação a estes. Assim, apoiavam, incentivavam e davam liberdade ao filho ganhão. Contudo, com relação à menina (puta) e ao filho homossexual havia um tratamento diferenciado no qual foi evidenciado a rejeição, a repressão e a expressão de preconceitos, discriminação, hostilidade, violência física e psicológica.

Nessa encenação apreendeu-se uma forte crítica dos adolescentes ao modelo tradicional de família demonstrando-se as dificuldades que se impõem quando alguns membros não atendam as normas e padrões socialmente instituídos. No que se refere a orientação sexual, sabemos que os homossexuais, em geral, são vítimas de violência física e moral e comumente não são aceitos no seio familiar. Estudos como aqueles realizados por Balsam e Mohr (2007), Detrie e Lease (2007), Rosario, Schrimshaw e Hunter (2011) apontam que comumente, os familiares exteriorizam agressões, ameaças e outros muitos tipos de violências que evidenciam a intolerância, frustração e medo por se depararem com a existência de um(a) filho(a) homossexual.

Além das reflexões e discussões sobre as diversas formas de manifestação da sexualidade os adolescentes também reproduziram e ponderaram, a partir de suas vivências, os entraves que impossibilitam e/ou dificultam o diálogo com os pais quando o tema é a sexualidade. No que tange a este aspecto, sabemos que o papel da família é primordial, pois esta “é responsável pela base em que a construção da sexualidade de cada um se apoia, seja ela participante ou omissa, liberal ou repressora, e daí, resultam práticas sexuais mais ou menos sadias ou patológicas causadoras de alegria ou angústia”. (GIMENES, 2002, p. 39).

No decorrer dos encontros verificamos que o uso das metodologias ativas, a exemplo do Teatro do Oprimido, permitiu que os adolescentes pudessem ocupar o lugar de protagonistas do processo por meio de uma metáfora teatral, como

propõe Boal (2005). Desse modo, questionaram o modelo tradicional de família, os preconceitos e valores relacionados à orientação e diversidade sexual e os papéis de gênero historicamente atribuídos aos homens e mulheres. Em outras palavras, os adolescentes além de questionar, buscaram formas de enfrentamento as adversidades percebidas/vivenciadas no terreno da sexualidade apesar do receio de contradizer as crenças familiares, sendo inclusive citado no grupo o mandamento bíblico “honrarás teu pai e tua mãe”. Nesse sentido, realçamos a importância da utilização das metodologias ativas, pois pela via do Teatro do Oprimido é possível “ajudar o espectador a se transformar em protagonista da ação dramática, para que, em seguida, utilize em sua vida as ações que ensaiou na cena”. (DESGRANGES, 2006, p. 70).

A partir do exposto, nos foi possível entrever os diversos conflitos e angústias que perpassam a vivência da sexualidade dos adolescentes e problematizar a importância histórico-cultural da sexualidade e das relações de gênero, assim como, o papel destas relações para o desenvolvimento sócio-cultural. Desse modo, acreditamos que descortinamos algumas possibilidades de empoderamento<sup>1</sup> destes atores sociais, o que vem sinalizar o alcance dos objetivos propostos na nossa ação extensionista.

Considerando a complexidade que entremeia a abordagem da sexualidade na escola e frente à vulnerabilidade, a que estão expostos os adolescentes, sobretudo no que diz respeito a não adoção das práticas seguras relacionadas à sexualidade e o (des)respeito a diversidade sexual, reiteramos a necessidade de priorizar ações programáticas voltadas para esse segmento populacional e desenvolver estratégias de educação que possibilitem vincular a informação à reflexão, a exemplo daquelas pautadas nas metodologias ativas que desenvolvemos, permitindo a estes atores sociais a exposição de suas ideias, sentimentos e experiências, a fim de que possam exercer uma visão crítica e uma práxis transformadora, com possibilidades de mudança de atitude, concepção, valores, crenças e estereótipos naquilo que se refere a sexualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência é um período de grandes transformações e a escola, juntamente com a família, surge como uma das instituições que interferem diretamente neste processo. Sabemos que Paulo Freire, a partir do conceito de educação bancária, questionou severamente o modelo de educação tradicional, pautado na transferência

---

<sup>1</sup> É uma tradução da formulação de origem inglesa *empower*. De acordo com (Gohn, 2004), podemos identificar dois sentidos atribuídos ao empoderamento, comumente empregados no Brasil: um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial. Nosso posicionamento se alinha ao primeiro sentido utilizado para caracterizar o empoderamento.

de conteúdos por parte dos professores aos alunos, desconsiderando o contexto social e cultural dos alunos. Para este autor, o conhecimento

[...] não é um ato, através do qual, um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que o outro lhe oferece ou lhe impõe. O conhecimento exige uma posição curiosa do sujeito frente ao mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Exige uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o mesmo ato de conhecer pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se, assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que seu ato está submetido. Conhecer é tarefa de sujeitos e não de objetos. E é, como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. (1979, p. 28)

Na obra *a Pedagogia do oprimido* (1987), Freire pressupõe que por meio de uma metodologia dialógica é possível promover uma educação popular para a conscientização política do povo, emancipação social, cultural e política das classes sociais excluídas e oprimidas. Nestes termos, considerando que a educação é uma prática para a liberdade, reconhecemos a necessidade da utilização de metodologias que promovam a autonomia, a empatia e o respeito no ambiente escolar. Estes aspectos são essenciais para a formação do educando, de maneira geral, e, fundamentais quando se trata de abordar a sexualidade no espaço escolar. Como aponta Pereira (2003), a prática educativa embasada na educação popular é a que mais se ajusta a ações educativas populares, pois prepara os sujeitos para ações transformadoras de si e de sua realidade, fazendo com que o indivíduo e as coletividades tomem consciência de si e desenvolvam uma postura mais participativa e de responsabilidade sobre vários aspectos, entre os quais, a sexualidade.

Como podemos observar, na família e na escola é possível verificar a reprodução de normas hegemônicas que reforçam, por exemplo, a heterossexualidade assentada em um modelo tradicional. Conforme nos diz Miskolci (2012), ambas as instituições, empregam tecnologias de normalização.

No caso específico da escola reiteramos que esta instituição, no tocante a abordagem da sexualidade não dispõe de condições para cumprir o seu papel enquanto instância formadora, visto que, os professores não estão capacitados para esta tarefa. Desse modo, não há como nos furtarmos a encarar a problemática da formação do professor. Este é um dos elementos essenciais para que possamos ter assegurada uma intervenção adequada no manejo da abordagem da sexualidade na escola.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

AMORIM, Betânia Maria Oliveira. Sexualidade e mídia na formação docente. 2012. Tese (Doutorado

em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2012.

ARAÚJO, Denise Bastos; CRUZ, Izaura Santiago e DANTAS, Maria da Conceição Carvalho. **Gênero e sexualidade na escola**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

BALSAM, Kimberly F e MOHR, Jonathan. J. (2007). Adaptation to sexual orientation stigma: A comparison of bisexual and lesbian/gay adults. **Journal of Counseling Psychology**, 54(3), 306-319. doi: [http:// dx.doi.org/10.1037/0022-0167.54.3.306](http://dx.doi.org/10.1037/0022-0167.54.3.306)

BASTOS, Celso da Cunha. **Metodologias Ativas**. 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com.br/2006/02/metodologias-ativas.html>, Acesso em: 04 maio 2018.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v.32, n.1, p. 25-40. 2011.

CERQUEIRA SANTOS, Elder; NETO, Othon Cardoso de Melo; KOLLER, Sílvia H. Adolescentes e adolescências. In.: HABIGZANG, Luísa Fernanda; DINIZ, Eva; KOLLER, Sílvia H. (Orgs.). **Trabalhando com os adolescentes** – teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014.

COZBY, Paul C. Observação do comportamento. Métodos de pesquisa em ciências do comportamento / Paul C. Cozby; tradução Paula Inez Cunha Gomide, Emma Otta; São Paulo: Atlas, 2003. p. 123-138.

DESGRANGES, Flávio. Pedagogia do Teatro: **Provocação e dialogismo**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2006.

Detrie, Pamela M e LEASE, Suzanne. H. (2007). The relation of social support, connectedness, and collective self-esteem to the psychological well-being of lesbian, gay, and bisexual youth. **Journal of Homosexuality**, 53(4), 173-199.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. P.133-165.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **Conscientização**: teoria e prática da libertação.3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, p. 37-48, 2009.

GIMENES, Valéria Cristina e RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Notas de um estudo sobre o discurso de um grupo feminino de adolescentes acerca de suas concepções e vivências sexuais. **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000, p. 39-67.

GOMES. Lúcia Rejane Silva. **Sexualidade e orientação sexual na formação de professores**: uma análise da política educacional. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

JEZINE, Edineide, RIBEIRO, Kátia Sueli, SIMON, Eduardo, VASCONCELOS, Eimar Mourão. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem e educação popular**: encontros e desencontros no contexto da formação dos profissionais de saúde. Interface: Botucatu, 2014.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A presença/ausência das temáticas sexualidade e gênero em um curso de pedagogia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, Educação, Saúde, Movimentos Sociais, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: [s.n.], 2009.

LIMA, Junia Dias. O despertar da sexualidade na adolescência. In: PEREIRA, José Leonídio. et al. (Org.). **Sexualidade na adolescência no novo milênio**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Garcia Lopes, FELIPE, Jane e ; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª edição. São Paulo: Hucitec, 2014.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

NUNES, Sílvia Balesteri. Boal e Bene: contaminações para um teatro menor. **Tese de doutorado**. Doutorado em Psicologia clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). São Paulo: 2004.

PEREIRA, Potiara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

ROSARIO, Margaret, SCHRIMSHAW, Eric W e Hunter, Joyce. (2011). Different patterns of sexual identity development over time: Implications for the psychological adjustment of lesbian, gay, and bisexual youths. **Journal of Sex Research**, 48(1), 3-15. doi: 10.1080/00224490903331067

## “AQUELA FOTO EM QUE ESTOU DE DOUTORA”: MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE INFÂNCIA E ESCOLARIZAÇÃO NO MARANHÃO NAS DÉCADAS DE 1950/1960

### Tatiane da Silva Sales

Professora Doutora do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão –  
tatiane.ufma@gmail.com

**Resumo:** Destacamos como principal fonte documental deste trabalho memórias de mulheres maranhenses que tiveram a sua escolarização associadas à abandonar o lar de nascimento e se aventuraram pelo desconhecido, desafiando até mesmo aquilo que era considerado ‘bom costume’ em suas famílias, as mulheres entrevistadas para este trabalho viveram a experiência da mudança e luta pela escolarização entre as décadas de 1950 a 1960 e para preservar suas identidades serão identificadas por nomes fictícios. O objetivo principal das entrevistas é identificar nas histórias de vida as dificuldades para conseguir dar continuidade à escolarização formal, buscando as relações de poder existentes no universo acadêmico e também em toda a trajetória de vida, tendo como pano de fundo principal as experiências voltadas com a educação e instrução formal. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a

fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências. Para tanto utilizaremos como suporte metodológico a história de vida, entendendo que se trata de um método qualitativo de pesquisa em uma relação mais aprofundada com pequena quantidade de pessoas. Por meio da entrevista se persegue dupla estratégia, o autoconhecimento ligado ao saber ser e o conhecimento amplo ligado ao saber e o ato de contar-se é fruto de olhar para si e identificar momentos de mudanças, transições e permanências.

Partindo do pressuposto de que o historiador é como um produtor de memórias destaca-se a importância das personagens que abrem seu espaço, suas lembranças e suas memórias para o ver e ouvir detalhado de outrem. No momento de uma entrevista têm-se duas pessoas, que em geral não se conhecem, fazendo um ritual de conhecimento mútuo, um que abre sua casa (ou outro espaço de sua intimidade), sua voz, sua memória e sua vida para alguém com objetivos específicos, essa relação entrevistador x entrevistado contempla um processo de múltiplas trocas, olhares e risos, é a história sendo feita, falada e ouvida. Assim, a história oral, através de narrativas

produzidas e estimuladas, compartilha mais do que histórias factuais, mas também a intimidade e o registro de depoimento sobre essa história vivida.

A memória é um importante recurso para a História, pois evoca situações e vivências que de outra forma muito provavelmente não seriam ouvidas e lidas. Porém, esta situação de o/a entrevistado/a se desnuda frente àquele/a que o/a entrevista na verdade se formula numa relação complexa e dialética entre aquilo que é questionado e o desejo de lembrar e/ou falar a outrem. A memória é motivada e modificada por diversas formas e ao longo da vida.

História, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para a transmissão de experiência consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. (DELGADO, 2010, p. 17)

As entrevistas entrelaçam símbolos e mitos como informação, em algumas das entrevistas realizadas é possível identificar desde a satisfação de estar participando de uma entrevista/projeto com a abertura de muitas informações, tantas que a pessoa recita largamente inúmeras situações de sua vida sem esperar que perguntas sejam feitas, assim como também é possível identificar quem tenha menor interação, com participação mais tímida e resumida, em que detalhes são omitidos e muitas vezes as respostas são generalizadas.

Na busca de compreender melhor algumas trajetórias de mulheres e homens pelo ensino superior no Maranhão, especificamente nos três primeiros cursos a serem implantados em São Luís, lancei mão da história oral percebendo sua contribuição na busca de referências nas experiências e processos vividos pelas entrevistadas dentro da problemática da formação acadêmica e profissionalização, destacando aspectos da infância, família, casamento e relações sociais diversas das entrevistadas. Apesar dos objetivos das entrevistas estarem claros o ato de entrevistar levanta questões muito sutis de observação, de saber ouvir e ler as circunstâncias em que fala o/a entrevistado/a e há uma relação de mútua interferência, porém não acontece exatamente um diálogo tendo em vista o poder que o/a entrevistador/a exerce sobre quem é entrevistado/a, é como destaca o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira:

No ato de ouvir o 'informante', o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o mesmo, ainda que pretenda posicionar-se como observador o mais neutro possível [...] Esse poder, subjacente às relações humanas –que autores como Foucault jamais se cansaram de denunciar –, já na relação pesquisador/informante desempenhará uma função profundamente empobrecedora. (OLIVEIRA, 2006)

Assim, as múltiplas relações que podem permear o campo de um entrevista acabam culminando em mais uma relação de força que é o ato de escrever, como desta Roberto Oliveira, dentro de um gabinete após a vivência da experiência do

contato com o outro e das influências do meio acadêmico o momento da escrita é marcado pelas interações que o/a pesquisador/a realiza com seus pares, mais uma vez o/a autor/a tem uma autonomia sobre a conversão dos dados observados e discursos veiculados de sua experiência com a pesquisa.

O objetivo principal das entrevistas é identificar nas histórias de vida as dificuldades para conseguir dar continuidade à escolarização formal, buscando as relações de poder existentes no universo acadêmico e também em toda a trajetória de vida, tendo como pano de fundo principal as experiências voltadas com a educação e instrução formal. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências. O pano de fundo principal são as experiências voltadas com a educação e instrução formal, todavia também interessam as diversas relações sociais que tais mulheres nutriram ao longo de suas vidas e que culminaram em relações sexistas, violentas e desafiadoras. Este trabalho implica também em observar como os discursos destas mulheres foram organizados e produzidos, por elas e por outras pessoas ao seu redor, atentando para como elas lançam a fala sobre si mesmas para uma pesquisadora até então desconhecida, pois esta formulação discursiva também nos informa sobre suas vivências.

Para tanto utilizaremos como suporte metodológico a história de vida, entendendo que se trata de um método qualitativo de pesquisa em uma relação mais aprofundada com pequena quantidade de pessoas. Por meio da entrevista se persegue dupla estratégia, o autoconhecimento ligado ao saber ser e o conhecimento amplo ligado ao saber, pois a vida individual e social é uma construção em organização permanente, e o ato de contar-se é fruto de olhar para si e identificar momentos de mudanças, transições e permanências.

Para Piedade Lalanda, a metodologia de análise qualitativa possui três características:

É *narrativo*, na medida em que o entrevistador solicita que o entrevistado «lhe conte como foi...», utilizando para tal uma baliza temporal, um fio condutor que confere coerência ao discurso narrativo. É *autobiográfico*, uma vez que essa narrativa se centra numa vida concreta, a do entrevistado, que fala na primeira pessoa e se torna o sujeito da história que é contada. É *interpessoal*, porque o entrevistador tem, também ele, um projecto, o de investigar um determinado objecto, devendo procurar fazer convergir o discurso do narrador para os seus objetivos. (LALANDA, 1998, p. 879)

Por seu caráter interpessoal as narrativas de história de vida também refletem na construção dinâmica do narrador com os processos sociais estruturais, sobretudo ao incluir investimento emocional do narrador, uma vez que “a experiência subjectiva nunca é exclusivamente individual: ela traduz também uma experiência comum,

chamemos-lhe social ou colectiva.” (BRANDÃO, 2007, p.4) Durante uma entrevista a pessoa que narra lança mão de uma verdade subjetiva produzida no contexto social e também particular, é onde o/a ator/atriz organiza e atribui sentido à sua experiência.

Em suma, perseguir uma trajetória significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem. Seguramente a origem social é um holofote poderoso na elucidação dessas trajetórias, pois o habitus primário, devido ao ambiente familiar, é uma primeira e profunda impressão social sobre o indivíduo, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. (MONTAGNER, 2007, p. 257)

Os eventos biográficos não seguem uma linearidade que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa, não se relacionam em um todo coerente e coeso. Esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa, sendo que para atenuar os efeitos da violência simbólica possível na relação entre entrevistador-entrevistado, deve-se, manter uma relação de escuta ativa com o entrevistado.

A metodologia de utilizar-se das trajetórias de vida contempla a riqueza de informações e relações que muito provavelmente não poderiam ser obtidas como em outras formas de pesquisa. Nos permite sair exclusivamente dos números e da trajetória de formação das instituições acadêmicas e adentrar na experiência das mulheres que frequentaram esses cursos e instituições. Suas escolhas, receios, perspectivas e vivências.

Também não é bem uma novidade no campo da História, tendo em vista que ao longo de diversos séculos da escrita histórica pesquisadores fizeram usos de experiências pessoais para dialogar com as sociais, a maior diferença está justamente na forma de fazer tais usos, pois historiadores até fins do século XIX enfatizavam grandes personalidades, seus feitos e vidas vistos por um grau de quase perfeição, desenvolveram papel importante para a construção da ideia de nação, pois imortalizaram heróis e reis/rainhas.

Após uma repaginação, em fins do século XX, as personagens são vistas dentro das contradições de seus discursos, abrindo espaço sobretudo para pessoas tidas como comuns em suas experiências.

A reabilitação da biografia histórica integrou as aquisições da história social e cultural, oferecendo aos diferentes atores históricos uma importância diferenciada, distinta, individual. Mas não se tratava mais de fazer, simplesmente, a história dos grandes nomes, em formato hagiográfico – quase uma vida de santo –, sem problemas, nem máculas. Mas de examinar os atores (ou o ator) célebres ou não, como testemunhas, como reflexos, como reveladores de uma época. A biografia não era mais a de um indivíduo isolado, mas, a história de uma época vista através de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. Ele ou eles não eram mais apresentados como heróis, na encruzilhada de fatos, mas como uma espécie de receptáculo de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas torna mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual (PRIORE, 2009, p.10).

Neste sentido a biografia representativa encaminha para compreender o indivíduo aquilo que tem de singular, mas por sintetizar várias vidas, enfim, por servir de passagens para marcos mais amplos o que leva historiadores/as a perceber que uma história de vida não caberia mais numa escrita numa perspectiva fixa, unitária e coerente, “Os indivíduos não podem mais ser enquadrados em esquemas conceituais definidos e em marcos teóricos pré-estabelecidos. Os vários aspectos de uma vida não são suscetíveis a uma narração linear, não se esgotam numa única representação, na ideia de uma identidade” (AVELAR, 2010, p. 162).

Para Bourdieu a contradição da biografia está justamente em supor na escrita que a vida é um todo coerente e orientado, quando o enredo de uma vida não é uma trajetória retilínea, e a isso ele atribui o termo ‘ilusão biográfica’. A própria fala do entrevistado remonta um discurso coeso ao buscar uma ideia de projeto de vida original quando, por exemplo, usa expressões como ‘desde sempre’, ‘desde então’, ‘desde pequeno’ que para Bourdieu (1996) são evocados tanto por quem narra quanto por quem interroga.

O primeiro contato com as entrevistadas se deu por meio de indicações de pessoas conhecidas que tiveram acesso ao tema que seria discutido e que conheciam mulheres dentro do perfil da pesquisa, das quatro entrevistadas aqui destacadas apenas uma pessoa foi indicação de um funcionário da Universidade Federal do Maranhão que respondeu a um apelo pessoal para auxílio na pesquisa. Ao contatá-las não houve empecilhos ou negações para realização das entrevistas, mas cada uma abriu seu espaço e sua memória de forma muito específica. No entanto, para efetivação deste trabalho escolhemos usar nomes fictícios das entrevistas aqui identificadas pelo nome de flores: Jade, Rosa, Violeta e Amarilis.

A primeira entrevistada foi Jade, em maio de 2014, após dois contatos iniciais presenciais e outras informações veiculadas via e-mail, conseguimos conversar, apesar da muita simpatia e suposta compreensão da importância de seu relato para a pesquisa Jade não se mostrou muito aberta ao papel de interlocutora. Dessa forma, alguns pontos do nosso encontro para a pesquisa chamam a atenção: primeiro ela solicitou uma leitura prévia das questões a serem feitas, isso já demonstrou cuidado tanto com o que seria perguntado, como com as possíveis formulações de respostas; quando questionada sobre o melhor local para fazer a entrevista a mesma escolheu seu ambiente de trabalho, fechando possibilidades para uma relação mais pessoal, sendo que a segunda conversa com ela também ocorreu em seu trabalho, em um breve horário de intervalo, nas dependências do prédio de Odontologia da Universidade Federal do Maranhão, onde é docente.

Uma mulher de fala bem organizada e compassada, muito observadora dos meus atos e da forma com as perguntas eram conduzidas, voz firme e palavras detalhadamente escolhidas, usou muito sua referência cristã para responder as questões e ficou muito intrigada quando questionada sobre matrimônio, achou a pergunta muito íntima e se recusou a respondê-la. Nosso contato inicial foi muito

simpático, mas mantendo certa distância, prontamente aceitou a entrevista mas quis ler as perguntas antes de nos encontrarmos, o que resultou, acredito eu em possíveis formulações das respostas ou alguma forma de reflexão do que responderia, isso por si só já dá uma conotação diferenciada para a entrevista realizada com ela.

A segunda entrevistada foi Rosa, nosso contato se deu a partir de uma amiga que sabendo da pesquisa e objetivos da mesma lembrou que seu pai e que a mãe de outra amiga tinham cursado Farmácia em fins da década de 60. Rosa aceitou a entrevista com prontidão e após a primeira abordagem fui recepcionada em sua casa de forma muito cortês, mas ainda tímida, essa timidez foi demonstrada durante toda a conversa com expressões e voz muito baixa, nosso primeiro encontro se deu em junho de 2014.

Na sequência a outra entrevistada foi Violeta, também do curso de Farmácia, que cursou no início da década de 1970 e foi indicada por um dos entrevistados, que inclusive intermediou o contato inicial explicando aspectos gerais da pesquisa após ele mesmo ter sido entrevistado. Violeta cedeu sua entrevista em setembro de 2014 abrindo as portas de sua residência e me recebendo num local de grande intimidade na casa, a sala de jantar, essa informação simbólica casou bem com o tipo de entrevista cedida por ela, muito intimista e muito falante, foi a única das quatro entrevistadas aqui analisadas que eu quase não precisei fazer perguntas pois ela acabou desenvolvendo uma fala muito extensa e detalhista, mas que acabaram por contemplar algumas das questões previamente preparadas, a maioria das outras perguntas que surgiram foram em cima da narrativa destrinchada por ela. Mulher de fala bem meiga, tão meiga que chega a falhar em momentos de maior emoção, sua entrevista foi marcada por leves batidas que dava na mesa toda vez que se referia a alguma memória que me parecia emocioná-la. Apresentou também um álbum contendo diversas fotos de sua experiência na universidade, congressos, viagens, participação em projetos e também da formatura.

E a quarta entrevistada foi Amarilis, minha entrevistada mais velha e um grande desafio pois ela tem uma forma muito sutil de conduzir o assunto que deseja lembrar ou esquecer, conduzindo os assuntos de suas respostas para pontos muitas vezes distante daquilo que foi perguntado. Tem necessidade constante de que a pergunta seja repetida pois faz variações nos assuntos e esquece o que lhe foi questionado. Nosso contato inicial se deu por intermédio de uma pessoa conhecida em comum, assim que soube da possibilidade da entrevista ela prontamente aceitou, realizando-a em julho de 2015. Quando se refere à infância e alguns temas mesmo da vida estudantil ela acaba sendo meio superficial e busca palavras chave para qualificar estas experiências. Seu estilo de narrativa foi mais conciso e na tentativa de que contasse mais de sua memória muitas perguntas foram feitas para além das pertencentes ao questionário previamente levado. Também fui recebida em sua casa, mais precisamente na sala, quando me recebeu demonstrou que teve preocupação com a entrevista separando uma série de materiais de sua vida acadêmica e profissional

para me apresentar, inclusive uma imagem que pareceu lhe dar muito orgulho, seu único registro fotográfico com a beca de colação de grau, ou “foto vestida de doutora” como ela se referiu. Durante quase toda a entrevista fomos acompanhada por sua neta adolescente que ouvia a tudo com picos entre curiosidade e desatenção, tirando por duas vezes a atenção de Amarilis e nos fazendo voltar ao ponto inicial da pergunta.

Quando questionadas sobre sua infância as quatro entrevistadas seguiram um caminho de narrativa muito próximo ao tentar mostrar com veemência uma imagética tranquila de suas experiências familiares com lembranças gerais destacando a sensação de prazer, paz e segurança que sentiam em suas localidades de origem. As quatro se deslocaram de cidades do interior do estado para a capital, mas descrevem que por lá é que viveram seus melhores tempos. Essa imagem tão positiva, e até mesmo caricata da infância e família, pode estar associada à busca de uma identidade, da noção de pertencimento à pessoas ou mesmo ao local, afinal a saída da terra natal para estudar, como todas fizeram, promoveu uma ruptura com a experiência inicial de família, escola, socialização, e etc. e talvez a distância desse passado e da cidade de vivência faça com que pareça algo mais moldado por uma imagem estanque de benevolências e positivities associadas.

Sobre as imagens despertadas a partir da vivência com a terra natal e todo despertar que ela proporciona, destaca-se Gaston Bachelard ao observar o humano em sua tendência pelas ideias e pelas imagens, onde existe um caráter criativo. Na obra “A água e os sonhos” Bachelard destaca que o indivíduo é a soma de suas impressões singulares mais do que as impressões gerais e que o familiar proporciona símbolos raros e peculiares, cita sua própria relação com sua terra natal, ao lembrar de todas as sensações que um pequeno vale e água corrente são capazes de lhe proporcionar.

Mas a terra natal é menos uma extensão que uma matéria; é um granito ou uma terra, um vento ou uma seca, uma água ou uma luz. É nela que materializamos os nossos devaneios; é por ela que nosso sonho adquire sua exata substância [...]. Sonhando perto do rio, consagrei minha imaginação à água, à água verde e clara, à água que enverdece os prados. Não posso sentar perto de um riacho sem cair num devaneio profundo, sem rever a minha ventura... Não é preciso que seja o riacho da nossa casa, a água da nossa casa. A água anônima sabe todos os segredos. A mesma lembrança sai de todas as fontes. (BACHELARD, 1997, p.09)

Dessa forma ele destaca o poder que a experiência do passado tem em constantes sensações quando evocadas, no caso citado por ele, pela água. As entrevistadas também despontam com toda uma formação de imagens da realidade ou mesmo imagens que ultrapassem a realidade que vivenciaram em suas infâncias.

Para Violeta a sua infância é lembrada por uma casa cheia de irmãos/as e sobrinhos/as (pois quando nasceu, sua irmã mais velha já tinha 18 anos e se aventurava em um casamento) e também cercada pelas dificuldades financeiras de manter a todos com o mínimo necessário.

Os discursos em torno da infância são em geral romantizados, como fez Jade ao destacar um relato muito bem arrumado de uma típica vida de interior, com sítio, árvores frutíferas e frondosas e um rio, maximizando a importância desses elementos na sua experiência. Acerca dos aspectos gerais da infância a entrevista de Amarilis teve marca a generalização das respostas, quando questionada sobre sua infância ela resume com palavras como “maravilhosa”, “boa”, “foi aquela coisa boa” e acabou por não aprofundar, aspectos peculiares de sua vivência, também usa a compreensão social dos estereótipos de ser criada por avó e usa isso para definir a infância sem ter que dar maiores explicações, como se bastasse para que entendesse que categoria de criança ela foi e que tipo de infância teve.

Ainda ligadas às memórias de suas vivências iniciais as entrevistadas destacaram a figura paterna como peça fundamental na escolarização, porém com suas especificações, para Violeta a importância de seu pai estava na busca pela profissionalização e sensibilidade de que os estudos não poderiam ser parados, buscando arranjos para que os filhos estudassem mesmo que séries repetidas só para afastar o temor da vadiagem. Mas foi a mãe que se responsabilizou pelo ensino das primeiras letras a todos/as os/ filhos/as afim de prepara-los/as para com sete anos entrarem na escola regular já sabendo ler e escrever, o que era uma prática muito comum.

[...] aí veio uma lembrança que era uma tristeza quando eu via terminar o primário e sem perspectiva de ir pra frente, mas o que que nós vamos fazer? Ai o meu pai conversava muito: “ - Olha eu gostaria muito que vocês avançassem porque eu acredito que a única coisa que fica pra um filho é o que a gente pode passar pra vocês em valores de famílias e também a escola no ensino, na aprendizagem e a gente tá vendo que em Penalva [sua cidade natal] não tem continuação, mas eu vou falar com a sua professora que você tá muito jovem, com 11 anos”. (Violeta, São Luís, setembro de 2014)

Para Rosa o papel do pai foi muito mais ativo no sentido de realizar intensamente o trabalho de alfabetizador de todos os filhos:

“Meu pai, ele que alfabetizou a gente, mesmo batendo, puxando a orelha, castigando, mas ele que fazia, porque ele chegava da oficina, embora tarde às vezes ele chegava nove, dez horas aí ele pegava todo mundo com a cartilha de ABC velha, levava todo mundo pra mesa, ele que alfabetizou todo mundo, quer dizer a tabuada e alfabetização foi meu pai, esse daí foi quem iniciou todo processo educativo da gente”. (Rosa, São Luís, junho de 2014)

O pai se tornou um exemplo e influenciou de tal modo o irmão mais velho que este retomou os passos do pai e fez algo parecido, ensinando questões e matérias e voltadas para o exame vestibular e que não eram contempladas nas escolas públicas que estudavam.

Para Amarilis a importância do pai já se configurava na recepção e moradia que este tinha na capital, possibilitando o estudo da jovem e autorizando que a mesma

estudasse em uma escola mista, contrariando o desejo da mãe. Ela tem recordações de momentos de estudos dos dois juntos e de influência pela gosto da matemática e palavras cruzadas. Define como um homem muito inteligente que sempre a incentivou a estudar.

As mães das entrevistadas quase todas eram donas de casa, apenas a mãe de Jade era professora leiga, com formação apenas de ensino primário, tendo estudado depois que a família veio da cidade de Morros para São Luís e após todos os 17 filhos estarem adultos e com formação encaminhada ela prestou vestibular para biblioteconomia, sendo aprovada, conseguiu concluir e ainda obtendo posteriormente aprovação em concurso público para exercício da profissão.

Suas principais influências nos primeiros passos do estudo foram masculinas, sobretudo porque estes homens tinham vivências diversas ao circularem pelos espaços públicos e profissões que também possibilitavam isso, diferentemente das mães, tias e avós que ainda eram referências domésticas. O irmão de Rosa, que tanto a influenciou para a entrada na Universidade, era engenheiro e antes disso já tinha um cargo de administrativo no âmbito federal, já vivia no meio acadêmico; o pai de Amarilis era marítimo, teve experiência em diversos lugares do mundo, falava outras línguas, conhecia muitas realidades e vivia numa dinâmica entre os locais que passava e sua casa; o pai de Jade era carpinteiro e usou a facilidade de uma profissão autônoma para se mudar de cidade no momento em que a escolaridade de seus filhos exigiu e o pai de Violeta era Oficial de Justiça, e possibilitou duas de suas filhas atuassem no meio profissional do Direito, onde a mais velha se tornou escritã e vivenciou o trabalho num cartório, a seu pedido e com apenas onze anos.

Outro entrave na vida acadêmica das entrevistadas se dava por conta dos espaços da nascimento, todas nasceram em cidades distantes da capital e enfrentaram os desafios de sair da casa ainda muito jovens para prosseguir ir além do primário. Esses desafios eram de várias ordens: financeiros, de logística, de ausência de alguém na capital para receber quem iria estudar e etc., para se deslocarem em busca de oportunidade de estudo era preciso, primeiramente, não estar sozinhas, essas moças precisavam de companhia na empreitada.

Para Violeta a cidade natal só oferecia até o primário e nenhuma outra possibilidade de estudar existia em cidades próximas, depois de repetir um ano as séries finais do primário e trabalhar por quatro anos num cartório, apenas para não ficar desocupada, ela foi amparada por uma jovem professora habitante da cidade vizinha, onde o ginásio seria inaugurado, chegando lá somente pôde ficar com a professora por um ano pois esta se casou, engravidou e no processo veio a óbito. Mais uma vez a problemática da continuidade aos estudos se avolumou, a solução encontrada veio na credulidade da família para a maturidade da mesma, já com 16 anos, que passou a morar em um pensionato a fim de cursar todo ginásio e início da Escola Normal, até que seus irmãos e sobrinhos memores também chegassem em idade escolar para o ginásio, quando saiu do pensionato para morar com estes

irmãos e sobrinhos em uma casa que a família adquiriu na cidade.

Ainda sobre as dificuldades para dar sequência aos estudos, Amarilis lembra como, na década de 1950, o acesso das cidades do continente para a capital eram precários, primeiro por conta de ausência completa de estradas de rodagens adequadas e de veículos seguros para a viagem. Ela recorda com muita veemência como caminhões eram desconfortáveis, a viagem demorada e exigia um planejamento bem anterior para que as moças não viajassem em pau de arara, mas na boleia do caminhão, quando as possibilidades por terra eram mais precárias, ela relata as viagens por rio, que eram perigosas.

a dificuldade foi muito grande pra continuar os estudos aqui, por que naquela época não tinha estrada de rodagem, você pra vim tinha que falar primeiro com o dono do caminhão pra ele deixar uma vaga na buléia(sic), pra você poder vir ou então você vinha de lancha que vinha pelo rio Mearim passando por Arari, Vitória pra chegar aqui em São Luís, era muito difícil só muita boa vontade, só bom querer mesmo, porque era difícil. Muito difícil você vir. Quando você viajava de caminhão, tinha lugar que você tinha que descer do carro porque o caminhão tinha que passar sozinho, viu? Aí foi quando a estrada melhorou, eu já não tava mais nessa época de vir pra cá, já tava aqui mesmo em São Luís, mas foi muito difícil vir pra cá. (Amarilis, São Luís, junho de 2015)

Jade lembra que ao completar seis anos seus pais decidem mudar de cidade de Morros/MA para buscar novas oportunidades educacionais aos filhos, até então ela era a caçula de cinco filhos e a saída se deu por conta da necessidade de atender aos estudos dos mais velhos. E Rosa destaca os graves problemas financeiros para manutenção de todos os filhos e por isso nunca tiveram qualquer acesso às instituições privadas.

As entrevistadas tem uma visão sobre suas vidas que as faz se enxergarem como mulheres batalhadoras e que exerceram dedicação extrema à educação, viam na educação a possibilidade de melhorar suas vidas. Se apontam como melhores alunas da turma, como as que conseguiam as notas mais altas desde o primário até o ensino superior e como mulheres admiradas por enfrentarem as dificuldades para estudar.

Das quatro entrevistas realizadas foi possível observar que nos discursos destas mulheres havia sempre a necessidade de se colocar numa posição de destaque em todas as ações que desempenharam, tanto na vivência estudantil, acadêmica, profissional e mesmo no que tange suas qualidades pessoais. Notamos nestas formas de contar a própria história de vida que essas mulheres precisam evidenciar suas qualidades pessoais, profissionais e intelectuais como estratégia de afirmação de suas capacidades, levantando seu moral diante de uma sociedade que as colocou em observação por diversas vezes. Citam, com orgulho, o que conquistaram por via própria, de terem se tornado acadêmicas, exercido suas profissões e de terem conquistado bens. Formulam um discurso em que são protagonistas da própria história e conquistas por meio da educação.

As entrevistas entrelaçam símbolos e mitos como informação e, em algumas das conversas registradas para este trabalho, foi possível, assim, identificar desde a satisfação de participar de uma entrevista/projeto, o que resultou na abertura de muitas informações por parte do interlocutor até aquela pessoa onde pôde-se notar menor interação, com participação mais tímida e resumida, com omissão de detalhes e muitas respostas mais generalizadas.

Dessa forma, a importância em ouvir vozes femininas, por meio do relato oral, reflete-se no fato de que, raramente, as falas que ecoam sobre as mulheres são delas próprias, pois estão quase sempre balizadas pelo intermédio masculino que as qualifica por meio dos seus referenciais. Assim, as histórias protagonizadas e narradas por estas quatro entrevistadas dialogam diretamente com as percepções acerca de si e sobre as quais desejam se lembrar e propagar.

## REFERÊNCIAS

- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da história: possibilidades, limites e tensões. In: **Revista Dimensões**, vol. 24, 2010.
- BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. FGV Editora, 1996.
- BRANDÃO, Ana Maria. Entre a vida vivida e a vida contada: a história de vida como material primário de investigação sociológica. In: **Revista Configurações**, nº 3, 2007.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. In: **Revista Topoi**, vol. 10, nº 19, jul. – dez. 2009.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- LALANDA, Piedade. Sobre a Metodologia Qualitativa na Pesquisa Sociológica. In: **Análise Social**, vol. XXXIII, 1998.
- MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. In: **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan.jun/2007.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo, editora Unesp, 2006.

## A BRANQUITUDE COMO PRIVILÉGIO NOS MOVIMENTOS FEMINISTAS! O LUGAR DA MULHER BRANCA NA LUTA POR IGUALDADES RACIAIS E DE GÊNERO

**Rafaela Mezzomo**

Universidade Estadual do Centro – Oeste –  
Unicentro  
Guarapuava - PR

**RESUMO:** Considera-se que a ação política de mulheres negras sinaliza cada vez mais as imbricações entre racismo e sexismo na luta feminista, o que sugere a necessidade de, nos movimentos feministas, ser colocado em pauta a existência da violência simbólica que a branquitude, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres negras. Esta articulação é fundamental para fortalecer a luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista. Assim, esta pesquisa tem como objetivo elaborar estudo bibliográfico que evidencie os privilégios da branquitude nos movimentos feministas que auxilie no debate para que o protagonismo na luta contra o racismo não seja absorvido por estes privilégios, bem como buscar a compreensão do lugar que mulheres brancas devem ocupar na luta contra opressões de gênero e de raça. O desenvolvimento desta pesquisa se dará pelo exercício do pensamento dialético que considera as contradições existentes nos fenômenos de estudo, bem como qualitativa que permite encontrar resultados no processo

compreendendo o fenômeno estudado dentro de um contexto sócio-histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** branquitude, feminismo, racismo

THE WHITENESS AS A PRIVILEGE IN THE FEMINIST MOVEMENTS! THE PLACE OF THE WHITE WOMAN IN THE STRUGGLE FOR RACIAL AND GENDER EQUALITY

**ABSTRACT:** It is considered that the political action of black women increasingly signals the overlap between racism and sexism in the feminist struggle, which suggests the need, in the feminist movements, to be put in charge the existence of the symbolic violence that the whiteness, by default aesthetic privileged and hegemonic, exerts on the black women. This articulation is fundamental to strengthen the common struggle between black and white women in the context of the feminist struggle. The aim of this research is to elaborate a bibliographical study that evidences the privileges of whiteness in feminist movements that helps in the debate so that the protagonism in the fight against racism is not absorbed by these privileges, as well as to seek the understanding of the place that white women must the struggle against gender and race oppression. The development of this research will take place through the exercise of dialectical thinking that considers the contradictions

existing in the phenomena of study as well as qualitative that allows finding results in the process comprising the phenomenon studied within a socio-historical context.

**KEYWORDS:** whiteness, feminism, racism

## 1 | INTRODUÇÃO

A vida em uma sociedade permeada por relações sociais que são determinadas por hierarquias entre sexo, raça e classe demanda fôlego no enfrentamento às discriminações e preconceitos, que são desenvolvidos em um longo processo histórico acompanhado por um processo político correspondente. Sendo assim, a atuação em movimentos sociais exige a compreensão deste processo, bem como a predominância de uma visão de mundo que identifica essas relações como resultado de um sistema patriarcal, racista e capitalista, construído culturalmente e não natural, ou seja, passível de transformação e mudança.

Entre os movimentos sociais pela luta de direitos econômicos, culturais e contra as desigualdades, existem os movimentos feministas que se fortalecem a medida que expõe para a sociedade a mulher como sujeito e dona de si, permitindo a ruptura com a ideologia sexista de submissão e subalternidade do gênero feminino. Estes movimentos feministas têm sua origem em diferentes países, sendo impulsionados pela realidade vivenciada por diferentes grupos de mulheres, entre elas burguesas, proletárias, estudantes, mulheres pobres, ricas, negras, brancas, mães, solteiras, casadas etc.

Com a ideia da existência de uma diversidade de mulheres nos movimentos feministas e que estas carregam realidades diferentes, histórias diferentes, visões de mundo diferentes, vivências diferentes e portanto pautas diferentes de luta é que buscamos compreender a união destas pautas levantando o questionamento sobre a interseccionalidade do feminismo e possibilidades da luta comum contra a opressão de gênero.

Vale destacar que neste texto será abordado, principalmente a branquitude como privilégio à luta das mulheres negras, pois enquanto mulher branca e pertencente a movimentos feministas foi possível identificar barreiras que dificultam a luta por igualdade de gênero e uma dessas barreiras é referente a adotar pautas das mulheres negras neste movimento, sem ocupar o lugar de protagonista, tornando invisível, pelo racismo, as discussões feitas pelas mulheres negras. Podemos perceber na atualidade, nas redes sociais, como *facebook*, *whats app*, páginas e sites de internet, o tema da apropriação cultural cada vez mais presente. Isto ocorre devido à denúncia que as mulheres negras realizam cotidianamente de que quando uma mulher branca ocupa um lugar de fala sobre o machismo e até mesmo sobre o racismo, são ovacionadas e seu discurso reconhecido como legítimo, ao passo que quando se trata de mulheres negras realizando as mesmas denúncias, são ignoradas, silenciadas.

De acordo com Carneiro (2003) as mulheres se tornam novos sujeitos políticos ao denunciar as desigualdades de gênero nos movimentos feministas, mas o ser mulher não exclui que grupos de mulheres negras e grupos de mulheres indígenas possuam demandas específicas que não podem ser tratadas apenas sob a rubrica da questão de gênero. Deste modo vale levar em conta as óticas particulares que exigem práticas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira.

Partindo do reconhecimento deste enfrentamento no interior do movimento feminista vale investigar qual é o lugar da mulher branca na luta feminista, quando esta se faz conjuntamente com a mulher negra, uma vez que é imprescindível reconhecer os privilégios, estes referentes a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres brancas na luta por igualdade de direitos, em que a branquitude está inserida, para se ter o cuidado de não ocupar a fala e silenciar as mulheres negras, contribuindo para sua exclusão. Isto não significa que a mulher branca não possa enfrentar o racismo, pois comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica faz parte do movimento feminista na luta contra todas as formas de opressão.

Assim primeiramente será apresentado um breve histórico da luta feminista e as diferenças existentes entre as pautas levantadas pela libertação e emancipação de mulheres brancas e negras, burguesas e proletárias em diferentes contextos. Esta breve apresentação se faz necessária, pois se considera importante o conhecimento das variadas lutas feministas existentes que vão além da opressão de gênero, provocando mudanças significativas na história dessas mulheres.

Após será apresentada definição de branquitude e discutido o branqueamento das raças, partindo de estudos de Schucman (2014), Bento (2014) e Schwarcz (2012) cujo entendimento proporciona a reflexão acerca da identidade das mulheres negras e a valorização desta identidade, apresentando privilégios simbólicos e materiais proporcionadas pela branquitude, como ocorre com a apropriação cultural, denunciada intensamente pelas mulheres negras na atualidade em blogs e redes sociais da internet.

Por fim vai ser pontuada a reflexão e necessidade de considerar os percalços entre a luta feminista negra e branca, valendo destacar a realidade de que mulheres negras exigem pautas diferenciadas que não são reconhecidas pelas feministas brancas.

## **2 | BREVE CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE LUTAS FEMINISTAS**

Segundo Pinto (2010) nas últimas décadas do século XIX houve a chamada primeira onda do feminismo, ocorrida primeiramente na Inglaterra, que marca a popularização de manifestações que mulheres organizadas realizaram pela conquista

ao sufrágio universal. No Brasil, lideradas pela bióloga e cientista Bertha Lutz em 1910, mulheres realizaram campanhas públicas pelo direito ao voto, sendo criada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, e com o novo código eleitoral brasileiro o voto foi conquistado em 1932.

Ainda, segundo a autora, a nova onda das lutas feministas são impulsionadas pela obra de Simone de Beauvoir, “O Segundo Sexo” publicado pela primeira vez em 1949, marca as lutas feministas pela liberdade e direitos sobre seus próprios corpos, em que a frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” coloca em xeque a naturalização das relações de poder impostas e difundidas pelo patriarcado.

Diversas mulheres levantaram a bandeira do feminismo, ao exigir igualdade de direitos, denunciando para a sociedade desde a violência de gênero, violência doméstica causada pela condição da mulher como objeto de dominação do homem e por isso sujeita a seus desejos e vontades, até a conquista de espaços públicos e políticos.

Sendo assim é importante destacar que os movimentos feministas tiveram relação direta com a luta contra as opressões causadas pelo sistema econômico capitalista. Bachofen e Morgan (apud Toledo, 2012) concluem que a opressão social das mulheres coincidiu com o surgimento da propriedade privada em que valores de propriedade foram transferidos para relações familiares. Engels em sua obra “Origem da família, da propriedade privada e do Estado” corrobora esta conclusão, derrubando a concepção burguesa de que a mulher já nasceu oprimida, sendo sua inferioridade natural em relação ao homem. Para Engels a causa da opressão da mulher é econômica em sua essência, sendo necessária a transformação da sociedade para o seu fim.

Com esta visão é que mulheres conquistaram espaço na luta pelo socialismo. Clara Zetkin e Alexandra Kollontai tiveram intensa participação em partidos políticos, sendo fundamentais para o processo revolucionário que culminou em outubro de 1917. Junto com outras mulheres trabalhadoras lutaram por melhores condições de trabalho, direitos básicos como alimentação, saindo corajosamente às ruas de Petrogrado apoderando direitos fundamentais para a classe trabalhadora, transformando uma realidade econômica. (Gonzáles, 2010)

Já para as mulheres negras a luta por igualdade de direitos implicava não apenas a opressão de gênero, mas principalmente a opressão de raça. Hooks (2014) aponta esta questão, ao explicar sobre o sufrágio universal que enquanto as mulheres brancas se mobilizavam pelo direito ao voto, as mulheres negras não conseguiram unir-se a luta, pois a força mais opressiva em suas vidas era o racismo e não o sexismo (pesquisa realizada entre mulheres negras nos anos 30 e 40 dos século XX). A autora expõe que, nos Estados Unidos as mulheres brancas ignoraram as contribuições das mulheres negras para a luta feminista, as publicações de historiadores americanos nunca mencionavam o papel das mulheres negras na defesa dos direitos das mulheres no século XIX, quando ocorria a chamada primeira onda do feminismo. Esta realidade

faz com que as mulheres engajadas nos movimentos feministas reconheçam que apenas as mulheres brancas iniciaram a resistência contra a opressão de gênero.

O movimento de direitos de mulheres do século XIX podia ter providenciado um fórum para que as mulheres negras exprimissem as suas queixas, mas o racismo das mulheres brancas impediu-as de participarem de forma total no movimento. Para além disso, serviu como um túmulo que lembrava que o racismo tinha de ser eliminado antes de as mulheres negras serem reconhecidas como tendo voz igual às mulheres brancas nos assuntos dos direitos das mulheres. (Hooks, 2014)

A autora apresenta mulheres negras que contribuíram para a emancipação do gênero feminino como Mary Church Terrel (1863 – 1954) uma das lideranças da *National Association of Colored Women Clubs*, que trabalhou pelo movimento sufragista e Sojourner Truth (1797 – 1883) que também defendeu a igualdade social para mulheres, referindo-se a sua própria experiência de vida para afirmar as capacidades das mulheres para exercer atividades consideradas típicas do sexo masculino.

Cumpram destacar que há vários estudos sobre mulheres negras que lutaram bravamente pela emancipação feminina, como o estudo de Barreto (2005) que apresenta duas personagens fortes do movimento negro: Angela Yvonne Davis, norte americana, integrante do partido comunista dos Estados Unidos, dos Panteras Negras que militou não só contra o sexismo, mas contra o racismo e capitalismo; e Lélia Almeida Gonzalez (1935 – 1994) mineira e importante figura para o movimento negro brasileiro, no qual lutou ativamente pela redemocratização do país, principalmente no final dos anos 1970.

Vale o questionamento de que as mulheres negras são pouco reconhecidas em suas lutas, poucos são os estudos realizados a fim de divulgar a resistência e força nos movimentos não só pela emancipação feminina, mas pela emancipação de raça e também de classe. A identificação dessas mulheres na história auxilia na construção da representatividade para as novas gerações de mulheres negras, para o empoderamento e aceitação de sua identidade.

### **3 | BRANQUITUDE E BRAQUEAMENTO DAS RAÇAS**

Atualmente observa-se que cada vez mais homens negros e mulheres negras afirmam sua identidade, confrontando valores étnico raciais difundidos na história da humanidade envolvidos por discriminações racistas. A valorização da identidade negra, assume sua presença na mídia veiculada, principalmente na internet, em páginas das redes sociais e em sites como Negras Soul Blog, Geledés – Instituto da mulher negra, Blogueiras negras, Black is Power para citar alguns. Estes sites reforçam cotidianamente a beleza, a resistência, o valor, não apenas das mulheres negras, mas do povo negro como um todo. Além de apresentarem personalidades

negras importantes para o empoderamento, ensinam, pelos artigos e textos às novas gerações a aceitarem-se, como por exemplo, campanhas para adoção dos cachos, cabelo afro, popularizado como “black power” impulsionam a ruptura com preconceitos racistas ao fenótipo do homem e da mulher negras. Porém ainda vivenciamos uma cultura predominantemente racista em que além da raça, a cultura negra sofre com o branqueamento.

Bento (2014) trata desse assunto ao apresentar estudos sobre a branquitude, isto é “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”. Branqueamento refere-se a miscigenação entre as raças que geraram outros padrões de cor, como pardo, por exemplo. Nesses moldes tem-se como ideologia que ser branco se constitui em modelo a ser seguido e invejado provocando a perda da identidade negra. A autora destaca que para a elite e classe branca, a discriminação entre as raças é um problema apenas das pessoas negras, pois ser branqueado significava uma forma de ascensão social. No entanto, é necessário pautar que as desigualdades raciais brasileiras são sim problemas da raça branca, que não é “acostumada” a pensar no outro, por receio de perder privilégios ao longo da história dados a ela, pois a raça branca não carrega a escravidão em sua vida e cultura.

Levando em consideração a história do povo negro marcada pela escravidão, exploração dos negros pelos brancos, Schwarcz (2012) elucida que o processo de abolição brasileiro carregava a crença de um futuro que levaria a uma nação branca, e que viu na entrada de imigrantes europeus a solução para a presença africana no Brasil. Assim a miscigenação entre os europeus e os escravos livres seria uma maneira de “tornar o país mais claro”.

Desta forma precisamos compreender como a ideologia do branqueamento atinge os negros e negras se quisermos lutar por uma sociedade mais igualitária. “A militância negra tem destacado persistentemente as dificuldades de identificação racial como um elemento que denuncia uma baixa auto estima e dificulta a organização negra contra a discriminação racial”. (Bento, 2014)

Isto significa que ser da raça branca é carregar uma gama de privilégios e não precisar pensar sobre o outro. Pertencer a raça branca é não ter sua história marcada por estudos científicos que corroboram a ideia de que seu cérebro é menor e portanto sua gente é passível de ser explorada. Ser branca é estar nos padrões de cultura e beleza e não se preocupar que sua fala será silenciada devido a sua cor. A branquitude precisa ser questionada nos movimentos feministas.

A definição de branquitude se realiza a partir dos estudos de Schucman (2014) que ponderou colocar a lógica opressora em cheque evidenciando estudos de Du Bois (1935), Fanon (1980), Guerreiro Ramos (1957) entre outros que discutiram sentimento de raça, os benefícios conferidos pela branquitude e a importância de reconhecer o negro como sujeito e não como objeto de pesquisa.

Branquitude é entendida como uma posição em que sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2014)

Então, os estudos sobre a branquitude auxiliam a preencher as lacunas deixadas pelos estudos sobre as relações raciais, cooperando na não naturalização da ideia de que quem tem raça é apenas o negro.

Ruth Frankenberg (1995 *apud* Bento 2005) entende branquitude como um “posicionamento de vantagens estruturais, de privilégios raciais” sendo um lugar a partir do qual as pessoas brancas olham a si mesmas, aos outros e a sociedade, sendo lugar de poder aparente nas instituições como universidades e empresas, conservadoras e reprodutoras das desigualdades.

Assim, reconhecer a hierarquia e as formas de poder da branquitude contribui para que as lutas feministas de mulheres brancas e negras contra a opressão do machismo, não se configure como uma luta entre mulheres brancas e negras. As mulheres brancas devem denunciar a opressão e as especificidades da luta das mulheres negras contra a opressão do racismo, valorizando, reconhecendo seus privilégios de raça e lutando ao lado das mulheres negras, sem ocupar o protagonismo e lugar de fala, não determinando o que é racismo e não decidindo o sofrimento da mulher negra.

#### **4 | FEMINISMO NEGRO X FEMINISMO BRANCO: DESAFIOS AO FEMINISMO INTERSECCIONAL**

Considerando o exposto até aqui referente a algumas questões que impulsionaram mulheres brancas à luta contra as opressões de gênero e às mulheres negras à luta contra opressão de gênero e raça cumpre levantar a discussão sobre diferenças entre feminismo negro e feminismo branco. Assim como pontua Eliane no artigo do blog Geledés que “Ser feminista negra é uma coisa e ser feminista branca é outra coisa” argumentamos a partir da leitura do artigo da revista Cult de Cisne (2016) a militância feminista, e qual as possibilidades e desafios para a interseccionalidade.

A autora apresenta alguns pontos, chamados por ela, de eixos que estruturam a consciencia militante feminista, sendo eles fundamentais não apenas na construção da luta política, mas como modo de vida que emancipa e fortalece as mulheres em seu cotidiano. Não sendo em ordem sequencial e nem mesmo hierárquica de importância, o primeiro eixo apresentado diz respeito a luta pela autonomia e o reconhecimento de si como sujeito de direitos. Somos donas dos nossos corpos, com desejos e vontades próprias, o que permite a desconstrução de pensamentos como “essa é mulher pra casar”, “mulher de respeito é dona de casa, com filhos e

marido”, que determinam, escolhem e decidem qual caminho a mulher deve seguir. Com isso em mente, “deixamos de pertencer ao outro e de apropriadas, passamos a nos apropriar de nós mesmas” (CISNE, 2016)

O segundo ponto a ser considerado é referente a ruptura com a naturalização de que a mulher é a única responsável pelo lar e pela família. Ao mesmo tempo que a luta feminista trouxe conquistas na saída da mulher para o mercado de trabalho, também atribuiu a intensa jornada, pois sendo ela a única responsável pelo lar, adquire dupla jornada e a identificação e luta por essa ruptura exige o enfrentamento a instituições como família e igreja além de toda construção ideológica de que a mulher deve servir o outro.

Neste ponto vale ressaltar as diferenças existentes entre a vida de mulheres brancas e de mulheres negras. Estas têm em sua história a herança da escravidão que ao longo dos anos designaram o trabalho da mulher como fundamental em sua sobrevivência, trabalho este que muitas vezes era restrito a servir mulheres brancas, o que significa que as mulheres negras não se tornaram donas de seus lares, pois “não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar” (Nepomuceno, 2012).

É de conhecimento que a liberdade da mulher e conquista do espaço público, no mercado de trabalho e na política é ordem que impulsionou luta por igualdade de gênero. Porém ilustra-se com estudos de Hooks (2014) e Nepomuceno (2012) que mulheres negras e brancas partiram de patamares diferentes para o ingresso na luta feminista. No Brasil o branqueamento interferiu de maneiras diferentes na saída das mulheres do lar para o mercado de trabalho. Para mão de obra branca a maior disponibilidade de trabalho se dava no comércio, no qual era exigido boa aparência, já para a mão de obra negra as vagas eram destinadas à Indústrias.

Como aponta Schucman (2014), ser branca no Brasil está ligado a aparência, ao status, ao fenótipo, caracterizando os privilégios das mulheres brancas no movimento feminista. É constantemente denunciado por mulheres negras que a sua cultura está sendo apropriada pelas brancas, no uso de acessórios, roupas, tipo de cabelo, música entre outros. A apropriação cultural fere a resistência que negros e negras enfrentaram ao longo de sua história, pois quando usam tranças, assumem os cachos, sofrem do preconceito como “cabelo ruim”, “cabelo sujo”, “roupa suja”, porém quando um branco ou branca utiliza dos mesmos acessórios, viram capa de revista noticiando as “tendências da moda”.

Outro privilégio que deve ser reconhecido no feminismo pelas mulheres brancas é o que Nepomuceno (2012) afirma sobre acesso a educação. As mulheres negras tiveram não só o acesso ao mercado de trabalho interferido pelo racismo, mas também o acesso à educação. Quando conquistavam o espaço nas instituições de ensino, sofriam com a discriminação de professores e colegas, assim, recorriam a educação em casa ou a professores particulares. A garantia de sobrevivência da família também estava sob responsabilidade da mulher negra, o que quase sempre

as mantiveram afastadas do universo escolar, isto ocorrendo por gerações.

O terceiro ponto/eixo apresentado por Cisne (2016) é a percepção de si na outra que nos fortalece individual e coletivamente, imbricada na ideia de que enquanto uma mulher não for livre nenhuma será. Aqui destaca-se o tipo de feminismo que é tomado dentro de um coletivo de mulheres, pois é sabido a existência de feministas radicais que não tem como pauta a luta pela liberdade de mulheres negras, e lgbtts. Sendo assim, cabe no corpo do texto explicar que o feminismo adotado se trata do interseccional.

O conceito de interseccionalidade foi proposto e difundido por feministas negras nos anos 1990. Crenshaw (1994 *apud* Hirata 2014) afirma que a interseccionalidade propõe a consideração das múltiplas fontes de identidade, sem, no entanto, propor uma nova teoria globalizante da identidade. Neste sentido o feminismo interseccional procura abarcar as relações de poder imbricadas por opressões de gênero, raça e classe que se fortalece enquanto instrumento de luta política.

A interseccionalidade nos movimentos feministas é fundamental para que haja de fato a luta por igualdade, porém reflete desafios que devem ser acrescentados nas discussões, quando se trata dos privilégios que as mulheres brancas possuem e precisam reconhecer para o fortalecimento da luta política.

Deste modo, o quarto e quinto ponto/eixo eixo ressalta a importância do grupo e da militância política, bem como formação política. Um depende do outro, pois a organização entre grupos e coletivos, possibilita a percepção coletiva da ação política no enfrentamento às opressões e desigualdades que vão construindo a consciência militante feminista.

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado” à dimensão coletiva, de organização política voltada para a transformação social. (Cisne, 2016, p. 35)

Isto posto, ter em mente estas questões reflete as problemáticas existentes dentro de organizações de mulheres, que mesmo com objetivo comum da emancipação do gênero feminino, deve-se ter em conhecimento as diferenças no desenvolvimento social e econômico das mulheres não brancas e que seu lugar é o de denúncia das opressões sofridas pelas mulheres negras, sem silenciá-las.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, nos coletivos feministas que trazem em sua constituição a discussão interseccional da luta contra opressões de gênero, raça e classe, que as mulheres brancas pontuem o reconhecimento dos privilégios da branquitude, e se não existe este reconhecimento vale o aprendizado, pois a visibilidade e invisibilidade

aparecem em momentos em que os sujeitos adquirem privilégios por serem brancos, devendo ser disseminada esta discussão.

As mulheres negras são acusadas de fragmentar a luta feminista quando apontam as problemáticas existentes em não se considerar a apropriação cultural e o não reconhecimento de mulheres brancas das diferenças entre feminismo negro e feminismo branco.

A luta feminista deve trazer bandeiras em defesa da política de cotas nas universidades, defesa dos direitos das empregadas domésticas, que em sua maioria são negras, das mulheres pobres, que em sua maioria são negras, das mulheres trabalhadoras e operárias, defesa por melhores salários, pois as mulheres negras recebem menos que homens negros que por sua vez, recebem menos que mulheres brancas e enegrecer o feminismo. Reconhecer que a mulher negra é triplamente oprimida, por sua raça, gênero e classe, pois a discriminação racial, além da de gênero contribui, e muito para a precária situação de vida, e denunciar as suas pautas torna a luta feminista mais justa e fortalecida.

Para finalizar, cumpre informar que esta pesquisa está ainda no seu início, pois existem muitos estudos, artigos e considerações a serem colocadas em questionamento, além de novas discussões e informações veiculadas na mídia, principalmente em sites da internet, nos quais é mais visível a publicação das problemáticas apontadas pelas mulheres negras, é válida a valorização destes sites, citações de suas entrevistas, como a realizada com Eliane, referência no Brasil ao evidenciar a marginalização da raça negra, cada vez mais difundido e de fácil acesso, o que possibilita leituras mais frequentes, para que mulheres brancas realizem uma autoavaliação de como é seu feminismo, assim como, enquanto feminista branca procuro realizar no cotidiano.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branquitude e poder: a questão das cotas para negros**. Scielo: An. 1 Simp. Internacional do Adolescente, May 2005. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100005&script=sci_arttext). Acesso em: 01/11/2015

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. cap. 2

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Scielo: Estud. av. vol. 17 no. 49, São Paulo Sept./Dec. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008). Acesso em: 10/10/2015

CISNE, Mirla. **Consciência e lutas feministas: conquistas e desafios no Brasil**: Dossiê Percepções do Feminino e Ações Feministas. *Cult*, São Paulo, v. 210 Ano 19, p. 33-37, março 2016

Geledés. **Ser feminista negra é uma coisa, ser feminista branca é outra coisa**. Acesso em: 13/06/16

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.** Tradução Alessandra Ceregatti (et al.) 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: SOF – Sempreviva Organização Feminina, 2010

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP. v.26, n.1. Disponível em: Acesso em: 10/06/2016

HOOKS, Bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** Tradução livre para a Plataforma Gueto, janeiro 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria (orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2012. p. 382-409

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo, Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Pela história: um país de futuro branco ou branqueado. In: \_\_\_\_\_ **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1 ed. São Paulo: Claro enigma, 2012 p. 37-45

TOLEDO, Cecília. **A mulher e a luta pelo socialismo** - Clássicos do marxismo. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

## A INSTAURAÇÃO CÊNICA “CORPO LIVRE”

### **Tiago Herculano da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal – Rio Grande do Norte

### **Nara Graça Salles**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal – Rio Grande do Norte

**RESUMO:** Partindo do estudo da instauração cênica “Corpo Livre”, do CRUOR Arte Contemporânea, coligação de prática da cena do Núcleo de Pesquisas em Artes Cênicas e Espetaculares da UFRN; a seguinte pesquisa tem como proposta levantar indagações sobre o uso do corpo nu na arte quando este é tratado como ofensivo pela sociedade. O artista é bombardeado por padrões sociais constantemente que buscam determinar o que o corpo, objeto de criação artística, pode ou não fazer. A nudez, por exemplo, é cercada pelas normas que a tratam como ofensiva, proibindo-a e criminalizando-a. Na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, uma bailarina que realizou uma apresentação estando nua no teatro e sua nudez foi tratada como ofensiva resultando em sua expulsão do teatro. Esse ato de opressão mobilizou a coligação artística Cruor Arte Contemporânea dando origem a instauração cênica “Corpo Livre”, que propõe levantar questionamentos sobre a opressão social perante o corpo nu na arte. Porém a obra em

questão realizou uma apresentação na frente da biblioteca Zila Mamede, na UFRN, em um congresso de antropologia e esta apresentação resultou em um processo administrativo. Por meio da análise dessa obra e do processo, buscamos entender e defender a ideia de que espaços públicos da universidade podem apresentar espetáculos com nudez com uma finalidade cultural de acordo com sua proposta de criação, isto faz com que o desnudamento apresentado não seja algo desnecessário ou algo criado para afrontar a ordem e moral pública.

**PALAVRAS-CHAVES:** Corpo; Nudez; Arte.

### THE SCENIC INSTAURATION “FREE BODY”

**ABSTRACT:** Starting from the study of the scenic instauration “Free Body”, from CRUOR Contemporary Art, a practice coalition of the scene of the Nucleus of Research in Scenic and Spectacular Arts of UFRN; the following research aims to raise questions about the use of the naked body in art when it is treated as offensive by society. The artist is bombarded by social standards constantly seeking to determine what the body, the object of artistic creation, can or can not do. Nudity, for example, is surrounded by rules that treat it as offensive, prohibiting it and criminalizing it. In the city of Natal, Rio Grande do Norte, a dancer who

performed a presentation being naked in the theater and her nudity was treated as offensive resulting in her expulsion from the theater. This act of oppression mobilized the Cruor Contemporary Art artistic coalition giving rise to the scenic instauration “Free Body”, which proposes to raise questions about social oppression before the naked body in art. But the work in question made a presentation in front of the library Zila Mamede, in the UFRN, at an anthropology congress and this presentation resulted in an administrative process. Through the analysis of this work and the process, we seek to understand and defend the idea that public spaces of the university can present nudity shows with a cultural purpose according to their proposal of creation, this makes the presented denudation not something unnecessary or something created to confront public order and morals.

**KEYWORDS:** Body; Nudity; Art.

## 1 | INTRODUÇÃO

O corpo de uma pessoa que trabalha na cena precisa estar sempre em processo de treinamento. Esse treinamento ajuda o atuante a lidar melhor com as dores, com as suas limitações e com os impulsos vitais de seu corpo em processos psicofísicos; ajudando-o a alcançar um fim desejado.

O treinamento ajuda o artista a utilizar de técnicas corporais para obter maior controle sobre seu corpo. Essas técnicas não apenas caracterizam um corpo como atlético e esportivo, elas também estão intrínsecas nos hábitos e comportamento que caracterizam singularmente cada indivíduo. Tudo que fazemos exige uma técnica – caminhar, correr, se alimentar, falar – são essas técnicas do corpo que nos ajudam a estar em contato com o mundo (MAUSS, 2003). E um corpo treinado pode ser capaz de realizar uma ação cênica sem bloqueios originados tanto pelas condições físicas quanto pelas influências das percepções sociais.

As condições físicas correspondem ao estado em que o corpo se encontra, seu sedentarismo, suas dores e cansaços, enquanto os bloqueios originados pelas percepções sociais estão voltados para os padrões normalizadores da sociedade em que ele está inserido. Esses padrões podem colocá-lo como sujeito ao julgamento das aparências ou dizer aquilo que ele pode ou não pode fazer, como, não poder ficar nu.

O artista é bombardeado por esses padrões constantemente e o movimento verdadeiramente expressivo só é construído por meio da pesquisa que desprende do corpo possíveis entraves tornando-o um *corpo livre*. Um corpo livre seria entendido por um corpo desprendido dessas amarras sociais e físicas. Um corpo expressivo; um corpo extracotidiano; um corpo poético e totalmente ao dispor da cena sem qualquer tipo de entraves.

A nudez em cena, por exemplo, pode provocar no atuante vários bloqueios que não permitem seu corpo executar tal ação. Bloqueios que não permitem deixar

seu corpo livre. Tanto bloqueios pessoais, construídos ao longo de sua vida e de suas percepções sobre seu e outros corpos, quanto os entraves oriundos de outras formas perceptivas como aquelas provocadas pelas normas que visam a proibição do desnudamento ou aquelas que associam aquele corpo a sexualidade.

O histórico físico de cada pessoa é construído ao longo de sua vida, ao longo de sua vivência onde quer que ele esteja ou vá. Uma pessoa pode assim, por exemplo, nascer em um meio familiar bastante opressor e criar problemas consigo mesmo que refletiriam tanto em sua vida cotidiana quanto em cena, enquanto outra pessoa pode ser criada em meios, digamos, “mais liberais” não apresentando os mesmos problemas. Existe uma gama singular de casos que envolvem corpo e como as pessoas lidam com ele, mas os fatores de ordem social – no caso os padrões normalizadores – afetam a todos independente de qual meio tenham sido criados, porém, ainda assim, eles vão influenciar em graus diferentes conforme o histórico físico construído por cada indivíduo.

A maneira como o indivíduo percebe seu corpo ou outros corpos muitas vezes está associada a uma sociedade que apresenta uma sexualidade exacerbada e que prega uma cultura da vergonha do corpo sobretudo daqueles que estão fora dos padrões ditados pelas academias. É possível ainda perceber em cursos de teatro ou dança uma maior preocupação em aparentar-se bonito na atividade do que executá-la de forma proveitosa. A quebra com esse senso de “aparência” no teatro, talvez, seja um dos primeiros desafios corporais do atuante. Quebrar com essa cultura da vergonha que prega sempre a beleza e a aparência.

Um corpo nu está sujeito a esse julgamento visual de ter que se aparentar belo, porém o desnudamento sofre com outros julgamentos, digamos que, mais difíceis de serem quebrados. O pensar em um julgamento visual é um bloqueio que o ator precisa quebrar para uma atuação pela nudez. Já o julgamento e associações feitas pelas normas sociais devem ser ressignificados tanto para o atuante quanto para os espectadores. Esses segundos são mais complicados e difíceis de serem “quebrados” por envolverem diversos fatores que estão fora do controle do ator.

Não é apenas rever o sendo de vergonha em se expor, mas tentar entender como a sociedade percebe o desnudamento e como receberá aquela imagem nua estando preparado para possíveis reações diversas sobre aquele ato de nudez.

## 2 | “CORPO LIVRE”

A atriz/bailarina Ana Carolina Vieira realizou uma apresentação com caráter de nudez intitulada de “Não conte detalhes” de autoria de João Alexandre Lima, no dia 27/04/2012 em comemoração ao dia internacional da dança na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. A falta de uma censura perante a apresentação, que ocorreu na frente de crianças causando um grande incomodo aos pais e representantes do teatro, causou toda uma problemática perante a nudez da obra. Sua apresentação

foi vista como um nu desnecessário. Sendo até associado a algo errado, impróprio e imoral.

O fato foi agravado devido a bailarina sempre ter ensaiado vestida e ter vendido os ingressos para o evento aos seus alunos, crianças, e não ter informado ao teatro sobre o uso da nudez. Somente quando ela entrou em cena que foi percebido o desnudamento. Havendo, assim, uma clara rejeição do teatro e dos pais perante a obra, além de sua associação a um afrontamento pelo uso da nudez.

O resultado foi que a atriz foi afastada do Teatro Alberto Maranhão, não podendo mais fazer parte dele e nem apresentar essa encenação, além da exoneração dela da escola de dança onde ela ministrava aulas para crianças e adolescentes. Esse afastamento foi a pedido dos pais que não queriam suas filhas tendo aula com a bailarina.

Por mais que o meio teatral, da dança, artes visuais ou até os meios acadêmicos se considerem mais abertos as experimentações ou propostas, a nudez, por exemplo, será algo que os “afrontam”. Em muitos momentos o objetivo da encenação nem é afrontar esses meios de pesquisa, mas termina que as pessoas desses locais se sentem afrontados e ofendidos pela imagem daquele corpo nu.

Paradoxalmente os meios artísticos cultuam uma escultura nua ao longo da História da Arte. A escultura parece parada no tempo e no espaço, imóvel, carregando nas costas todas as ditas belezas que a classificam como “clássica” ou “perfeita”. A escultura permanece contemplada e adorada como *isso é arte*. Podendo ser movida de ambientes e usada para simbolizar uma época que não retornará nunca.

Um corpo vivo e pulsante nu não carrega nas costas as belezas classificadoras do *clássico* ou do *isso é arte*. É um corpo vivo em cena que pode representar uma determinada época, mas ainda vai provocar no espectador um novo questionamento dos padrões sociais que ele segue como construção de sua identidade coletiva. Padrões que envolvem a materialização do corpo até o controle de seus hábitos e vestimentas.

Para Freire:

O nu numa escultura não choca nem enrubesce. Porque uma escultura ou uma estátua não passam de um corpo inerte, sem desejo, nem pulção, sem fendas nem carne, é talhado para fixar a morte. O mesmo, no entanto, não ocorre com a expressão do nu experimentado nas artes vivas, a dança, o teatro, etc.. Assim como o corpo é mais corpo quando se movimenta, a nudez é mais ela própria quando abre-se e fecha-se em seus detalhes, músculos, cicatrizes. É este tipo de nudez pulsante que atinge, de maneira ambígua, à sociedade, ocasionando desde êxtases estéticos à pânico morais de repúdio e censura (FREIRE, 2013, s/p).

A escultura nua não é mais ou menos arte que um corpo nu posto em cena ou vice-versa. São elementos necessários na arte como um todo. São elementos que podem nos fornecer conhecimentos sobre épocas e sobre comportamentos. Que podem nos ajudar a entender melhor o mecanismo social do qual fazemos parte.

Não é justificar a nudez, mas buscar entender o porquê dessa nudez artística ser tão castigada. A nudez, por exemplo, da propaganda de cerveja, de carro... por que essa nudez não perturba?

Na busca por possíveis respostas, retornamos ao caso da atriz citado anteriormente, as pessoas do teatro se sentiram ofendidas com a exposição daquele corpo nu em cena. Isso acontece devido sermos bombardeados pela normatização social em que não podemos ficar nu, mesmo com toda a mídia televisiva e propagandas explorarem o corpo nu e seminú.

Os processos sociais de normatização têm como função disciplinar os sujeitos para a reprodução da ordem social. Um corpo nu pode se apresentar como uma quebra dessa ordem social e, muitas vezes, termina sendo visto como algo indecente e/ou como uma afronta. Por isso, é tratado como algo ofensivo, punitivo e proibido inclusive por determinação de uma lei federal o nu frontal público em qualquer situação está sujeito a punição, como *previsto no art. 233, do Código Penal Brasileiro*.

A lei é usada como forma de justificar que aquela nudez não deve estar exposta. Muito dessa proibição ocorre quando o desnudamento é associado pelos espectadores como algo sexual. Os agentes policiais não são educados a entenderem esse tipo acontecimento artístico, assim como a maior parte da população. As associações são tão automatizadas que, em alguns casos, as pessoas não querem entender o que está acontecendo ali. Preferem não permitir que aconteça, justificando-se, com base na lei, e partem para uma opressão perante a obra e os artistas envolvidos.

Entendemos aqui que a arte pode ser um caminho pelo qual podemos estudar e mudar, mesmo que pouco essa visão que a sociedade constrói da nudez. Um exemplo disso foi quando o Cruor Arte Contemporânea criou a instauração “Corpo livre” em decorrência da atriz citada anteriormente que perdeu seu trabalho porque se apresentou no palco nua em sua coreografia.

O Cruor Arte Contemporânea é uma coligação de prática da cena do Núcleo Transdisciplinar de Pesquisas em Artes Cênicas e Espetaculares da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenado pela professora doutora Nara Salles, que abraçou a causa da atriz/bailarina Ana Carolina resultando na criação da instauração cênica “Corpo Livre”.

A obra foi uma resposta para com o teatro que proibiu e afastou a atriz por ter dançado nua e foi apresentado pela primeira vez no largo em frente ao teatro. Depois foram realizadas apresentações em outros locais.

Salles faz uma descrição de como é a obra:

“Corpo Livre”, esta instauração cênica urbana consiste em convidar artistas da cidade para que, em determinado local e hora, dancem ou executem uma partitura de três minutos, tendo o corpo nu pintado com pasta d’água. Esta se desenvolve da seguinte maneira: o grupo sai em cortejo, acompanhado por músicos e musicistas, ainda com roupas, de determinado local da cidade e vão a um ponto onde houve algum tipo de repressão ao corpo; quando chegam, sentam-se e formam uma mandala, e aqueles que têm o corpo nu pintado de branco, entram na mandala,

tiram suas roupas e executam a partitura de três minutos; logo após, colocam as roupas e vão embora da mesma forma que chegaram: em cortejo (SALLES, 2013, p. 79).

Quando a arte se propõe em ir a um local “onde houve algum tipo de repressão ao corpo”, ela termina por levantar aquele questionamento naquele local buscando desconstruir conceitos arregrados ali e ressignificar aquilo que é pertinente. A luta contra a opressão, nesse caso falamos sobre a repressão ao corpo, é um caminho que a arte está disposta a percorrer e sabe que pode conseguir resultados significativos. Portanto, a obra “Corpo livre” não foi uma nudez desnecessária, como muitos podem afirmar, mas uma luta contra meios de opressão social.

O Cruor Arte Contemporânea busca em suas obras a desmistificação de conceitos opressores e a recolocação da arte como mecanismo que visa uma melhoria social onde é apresentada, todas as obras do Cruor Arte Contemporânea tem um forte cunho social e político. Nenhum espectador sai ileso ao assistir uma obra como “Corpo Livre”, questionamentos são levantados durante e depois por essas pessoas que se vêem perante suas ideologias podendo repensá-las. É por meio dessa provocação de *repensar sobre o corpo* que o artista e o espectador podem juntos perceber a arte de outras maneiras, com um outro olhar, assim como a possibilidade aberta de perceberem o nu em cena pelo viés poético.

O corpo nu na instauração “Corpo livre” foi construído com caráter ritualístico (SALLES, 2013), ou seja, como uma quebra do tempo e do espaço lógico para buscar uma ligação com o sagrado. Esse sagrado permite ao atuante se desprender de tudo que é terreno – incluímos aqui a vergonha, os padrões sociais, os bloqueios de aparência que citamos acima – para se conectar consigo mesmo de forma ancestral e poética.

O entendimento que na arte o corpo nu se coloca em um lugar anterior à dita civilização, portanto mais próximo da natureza, nos forneceria um encontro com uma ancestralidade percebida durante a nudez por aqueles artistas que a realizam. Local onde o índio, o ancestral brasileiro, entende o corpo próximo a natureza de forma que ambos coexistem. A roupa, a vestimenta são uma invenção humana imposta pela sociedade civilizada. Esta sociedade está distante desse ancestral e a nudez pode ser um meio de se reconectar a essa ancestralidade.

O nu percebido pelo viés ritualístico está sempre nessa perspectiva de retorno ancestral e por meio deste a quebra daquilo que prende o ser humano no que conhecemos hoje como sociedade moderna, ou seja, as normas sociais. Mas existem diversas formas diferentes de ver a nudez, outra bastante comum é a perspectiva liberatória.

A sensação de libertação sentida por quem faz uma cena de nudez é resultado do desprendimento de toda a norma social que proíbe o desnudamento. A atriz Keila Campanelli, que participou da instauração cênica “Corpo Livre” aponta que “o despir

não poderia ser somente das roupas, havia algo que inconscientemente dentro de mim me dizia que a roupa era por si só um elemento visual forte e que acompanhado dela uma esfera maior se abria uma vez que essa barreira era rompida” (SILVA, 2017, p. 7). A atriz aponta o rompimento da barreira construída socialmente que proíbe a nudez artística. Um despir não apenas das roupas, mas das ideias retrógradas que são impostas a todo ser humano pelos processos civilizatórios.

Ela complementa afirmando que “o meu despir era o meu ato de reafirmação da minha liberdade como um resgate a minha natureza e o meu livre arbítrio de escolha” (SILVA, 2017, p. 7). É a partir do rompimento com as normas sociais opressoras que o atuante sente essa sensação de libertação. O corpo nu passa a ser entendido como uma *nudez libertaria*.

O espectador pode sentir essas sensações pela obra, mas terá que lutar contra os padrões que fazem parte de sua vivência para senti-la. Já o artista que está em cena, também realiza essa batalha, entretanto pode apresentar uma maior disponibilidade para a luta por buscar sempre o fato de se questionar, por levantar e rever suas questões e posicionamentos. O corpo nu é um caminho pelo qual as pessoas, artistas ou espectadores, vão de encontro com os seus enfrentamentos. São pelas vivências que o corpo cria seus signos e significados.

A instauração “Corpo livre” também enfrentou obstáculos ao longo de suas apresentações e, talvez, o maior deles tenha sido o processo administrativo sofrido pela professora e criadora da instauração cênica. Houve uma apresentação, a convite do congresso de Antropologia, dentro da UFRN na frente da biblioteca Zila Mamede que resultou em um processo administrativo.

Freire aborda sobre a repercussão dessa apresentação:

No caso da apresentação no CCHLA, muitos ao tomarem conhecimento por meio da imprensa apontaram o dedo acusador e desferiram comentários desqualificadores contra o grupo Cruor e a sua expressão criativa do nu. Como verdadeiros censores do “bom gosto”, aqueles afirmaram, uns mais categoricamente e outros com mais timidez, que aquilo ali não se tratava de “arte”. Aliás, frisemos, o que seria das vanguardas artísticas se não houvessem os conservadores e sua pretensão de ditar “limites” e “convenções” à expressão estética, não é? (FREIRE, 2013, s/p).

Obras que questionam algo ou colocam algo em atrito para gerar indagações, como o corpo questionado na obra do Cruor, sempre repercutem naqueles que tem contato com a obra e terminam proferindo seus discursos moldados na ideia de classificá-la como *é arte* ou *não é arte*.

Assim como apontado anteriormente, a escultura nua não é menos artística que um corpo vivo nu. Porém a escultura se apresenta na esfera das artes consideradas como clássicas enquanto o corpo vivo está dentro do universo da arte contemporânea.

A arte clássica se molda na ideia de contemplação do belo, já a arte contemporânea, bastante incompreensiva por muitos, rompe com o contemplativo e

provoca fricção ao misturar elementos diversos e provocar questionamentos retirando o espectador e o artista de suas zonas de conforto e segurança.

A ideia que se tem da arte em boa parte da nossa sociedade contemporânea ainda é aquela ligada diretamente ao entretenimento. A arte existe para divertir ou como um passa tempo do qual a função é *esquecer dos problemas* por aquele breve momento. Sem falar que muitos ainda a veem como um momento para relaxar desconectando um pouco da dura realidade social. Em todos esses casos, a arte não é vista como meio de se questionar algo e sim como um momento lúdico ou um momento para extravasar sem parar para refletir sobre algo.

Porém, os artistas, de forma geral, entendem que a arte tanto pode entreter quanto pode levantar indagações para refletir ou criticar situações da vida que precisam ser revistas de alguma forma. A arte que entrete também pode colocar o espectador frente a situações que o forcem a questionar sobre o assunto abordado e quando isso ocorre, nem sempre o espectador está disposto ou interessado nessa abordagem.

Quando o espectador, ou até determinados artistas, não se dispõem para essas indagações usam das rotulações e definições como meio de tentarem escapar ou não aceitar determinada obra. Como se a rotulação decidisse tudo que envolvesse a polêmica, nesses casos, o *é arte* seria um decreto que permitisse a obra acontecer e o *não é arte* fosse um mandado de proibição. Porém o conceito de arte é muito flexível e cada pessoa pode percebê-lo de forma singular, é a experiência artística do indivíduo que formará o modo como ele ver a arte e o que entende por arte; será como ele classificará determinada obra como Belas-artes, outras como Artes-uteis e até como Não-arte (DEWEY, 2010).

O artista não tem controle sobre como o espectador perceberá sua obra, pode este espectador ter contato durante toda sua vida com diversos modos de arte e não a perceber como artística. Além de que muitas obras e artísticas não buscam definições em seus trabalhos, mas buscam as sensações e questionamentos. A definição, muitas vezes, restringe o fazer artístico e a busca não é defini-la, mas criar uma interação do espectador ou/e do artista com o mundo em que vive por meio de uma experiência artística pela obra de arte.

Performances como *Corpos que não importam* do grupo mineiro *Toda Deseo*, que aborda questões relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual, dando ênfase nas pessoas trans, visando a liberdade da participação desses sujeitos na vida social e cultural da cidade de Belo Horizonte por meio de atos de resistência, inclusão e de luta contra o preconceito, podem sofrer de uma indisposição do público perante o assunto abordado podendo ser associada a algo não interessante ou não artístico.

Isso ocorre devido a errada filosofia que o teatro é apenas uma forma de entretenimento e questões políticas, por exemplo, devem ser levantadas apenas por meio de protestos. Entretanto, entendemos que a arte é um meio político.

Quando a instauração “Corpo Livre” aborda os meios de repressão ao corpo impostos por uma sociedade, também deseja repensar sobre esse assunto para que possamos construir uma sociedade menos opressora. Observemos:

Nosso trabalho propõe uma discussão sobre o corpo do artista, o nu em cena, o direito de usar a pele como figurino, a liberdade em nossas criações e que um corpo em cena não seja motivo para indicativo de idade. Segundo nosso entendimento, o artista deve ter liberdade total para usar seu corpo nu apenas como obra artística (SALLES, 2013, p. 79).

O corpo do artista como obra de arte é entendido aqui quando o atuante, por exemplo, usa de seus recursos corporais para uma criação poética independentemente de estar nu ou não em cena, mas, estando nu, seu corpo é capaz de criar poéticas e diálogos com o meio em que está inserido. Dessa forma, é capaz de ressignificar até a sua própria pele usando-a como figurino: aquilo que reveste meus músculos é minha vestimenta primordial, bela, poética e artística.

O público quando se percebe perante espetáculos que provocam a ressignificação de ideias, muitas vezes, não aceitam essas indagações abordadas por se verem como agentes opressores delas, de si próprios e dos outros. Quando um corpo nu é visto em cena pode provocar um reflexo naquele indivíduo que assiste à apresentação, este irá ler a obra pelo seu histórico de vida e pode não aceitar aquilo que lhe é apresentado. Entende como ofensivo, como imoral, mas não se dispõe a entender qual é a razão da cena ou a questão que está sendo abordada.

A atriz Keila Campanelli comenta sobre o processo administrativo que a instauração sofreu e como isso repercutia nas pessoas. “As pessoas não queriam discutir, saber o motivo daquilo, o que ali estava em jogo. Não, o que havia ali era um pensamento raso, superficial, guiado por uma moral imposta, não havia pensamento crítico, havia uma repetição de opiniões generalizadas, sem espaço para o diálogo” (SILVA, 2017, p. 10).

Toda obra de arte busca algum tipo de diálogo com sua sociedade para com ela construir e rever significados sobre o assunto tratado, mas quando a sociedade não se abre para o diálogo resulta em um processo de opressão, no caso de “Corpo Livre” foi a instauração de um processo administrativo contra a criadora da obra.

O argumento usado foi que a nudez era desnecessária sendo ela classificada como um decoro do espaço e da ordem pública. A professora em pauta correu o risco de ser demitida da instituição e passou a sofrer intenso assédio moral e o grupo sofreu com os nichos conservadores da UFRN, mesmo depois de receber o resultado da comissão instaurada, sendo arquivado o processo; a saber:

A performance apresentada na data supra indicada (22 de março de 2013), em frente ao prédio do CCHLA, estava devidamente contextualizada como atividade artística, estando circunscrita a um espaço delimitado, sem prejudicar a livre

circulação dos passantes; [...] A performance tinha o devido respaldo acadêmico, pois é resultado de longos anos de pesquisa de uma professora do quadro efetivo da UFRN, fazendo parte de um projeto de Ações Integradas iniciado em 2011 e contemplado em Edital de Extensão, [...] A proposta conceitual e metodológica do grupo coordenado pela Profa. Nara Graça Salles, devidamente embasada em correntes teóricas e movimentos artísticos reconhecidos, justifica plenamente a utilização da nudez na performance “Corpo Livre”, como forma de expressão contemporânea, fazendo particular referência a aspectos rituais, sagrados e míticos (BRASIL, 2013, p. 1).

Como podemos perceber no documento, o grupo trabalha com a percepção do nu com um caráter ritualístico, como anteriormente apontado, realçamos então que a nudez na obra estava contextualizada. Esse documento termina com uma declaração referente a nudez da obra. Observemos:

A presente Comissão considera, portanto, que não houve nenhuma irregularidade na apresentação da performance ora analisada, que foi concebida e realizada segundo critérios e com objetivos estritamente acadêmicos e artísticos, respeitando a ordem e o decoro em espaço público. Buscar outros significados para a nudez incluída nessa performance, seria descaracterizar sua proposta, fazendo intervir um juízo moral despropositado e, principalmente, incompatível com o espírito de liberdade criadora que a Universidade deve favorecer e estimular notadamente no âmbito das produções artísticas de seus professores e alunos (BRASIL, 2013, p. 2).

Algo que nos chamou bastante a atenção nesse documento foi a seguinte frase: “buscar outros significados para a nudez incluída nessa performance, seria descaracterizar sua proposta, fazendo intervir um juízo moral despropositado”. Essa associação da nudez para com outros significados que estão fora daquilo que a obra propõe é um dos maiores problemas que encontramos quando discutimos sobre o corpo nu na arte. Para ampliar a discussão sobre este tema iremos dedicar no segundo capítulo um subitem que intitulamos de *a descontextualização do nu*, pelo qual, procuraremos aprofundar e analisar sobre como o nu é associado a outros significados retirando-o do contexto original da obra e como isso prejudica bastante os artistas e o meio artístico.

Todo o processo jurídico se deu origem no momento em que alguém entendeu os corpos nus em cena como um decoro da ordem e do espaço público. Todos os discursos de ódio perante a obra e os artistas dão origem na falta de entendimento daquilo que é apresentado em cena. Se pararmos um momento para pensarmos o quanto isso é frágil, o quanto podemos a qualquer momento sofrer com esses maus entendimentos ou o quanto podemos realizar isso perante outras pessoas ou obras. Cabe aos artistas, também, essa luta em evitar que suas obras ou demais tenham interpretações que repercutem em ofensas ou perseguições quanto a seu trabalho ou a sua pessoa.

Apesar de toda a perseguição contra o Cruor Arte Contemporânea, segundo Keila, houve um momento de solidariedade de outros grupos e pessoas ligadas a

várias áreas que se compadeceram com a situação. Assim,

Começou a surgir, vários grupos de teatro, dança, e outros setores, sensibilizados com a causa, começaram a enviar carta de apoio e foi surgindo um movimento bonito de apoio, de solidariedade, foi um momento que o grupo foi muito reprimido, algumas questões estavam sendo duras, e daí outras portas começaram a ser abertas, uma força começava a chegar com o apoio, a cada carta de apoio lida, o grupo mais se unia (SILVA, 2017, p. 10).

Essas pessoas entenderam qual a função da obra, qual o objetivo das cenas. O que ela queria levantar como proposta de diálogo. Esse apoio foi importante para que o grupo se mantivesse firme em suas convicções e na luta contra o processo administrativo.

O grupo entende e defende a ideia de que espaços públicos da universidade podem apresentar espetáculos com nudez com uma finalidade cultural de acordo com sua proposta de criação, isto faz com que o desnudamento apresentado não seja algo desnecessário ou algo criado para afrontar a ordem e moral pública. A nudez é entendida como exposição do corpo que interpela, o corpo que estar ali é o corpo que reclama que o sujeito se retome para si pela arte. É esse reencontro consigo mesmo que o fascismo tenta quebrar, pois quando ele acontece dar de volta as potências que o corpo carrega, isso não interessa ao sistema. Por isso, essa nudez se encontra tão castigada na atualidade.

O Cruor Arte Contemporânea ganhou o processo administrativo e o direito de realizar cenas com uma nudez poética dentro do ambiente acadêmico. A resolução do processo foi entendida que a nudez apresentada não era ofensiva ou um atentado a ordem e o decoro público, que o corpo em cena não era erotizado e sim artístico e poético.

Anudez de “Corpo Livre” foi compreendida como parte integrante da apresentação como uma poética e estética. Para Sousa (2011, p. 12) “Nas peças teatrais, a nudez é compreendida juridicamente como parte integrante do espetáculo, eximindo o agente da acusação de dolo. Logo, não é nudez que é condenada criminalmente, mas sim sua associação à sexualidade e sua intenção de dano a moral através desta”.

Compreendemos que muito do problema encontrado artisticamente na nudez é a sua associação com a sexualidade, apontado pelo Agamben (2014) como a primeira associação feita ao corpo nu derivada do entendimento e da educação social sobre o pecado original. Como se o corpo nu fosse forçado a ser sexual independente daquilo que fizesse em cena ou estivesse ali obrigatoriamente induzindo o espectador para o ato sexual. Muito dessa associação habita a mente do espectador que já codifica a cena por uma dessas perspectivas sem, muitas vezes, parar para entender o que está sendo apresentado.

Essa codificação automática da cena é resultado dos padrões sociais normalizadores e de como o corpo deve se portar, deve ser visto e ver outros. Essas

normais sociais perpassam o entendimento corpo e do comportamento humano, este que precisa ser revisto, colocado em discussão para possíveis ressignificações.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Nudez**. Trad. Davi Pessoa Carneiro. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

BRASIL. Decreto n. 23077.018551/2013-64, de 21 de maio de 2013. **Dispõe sobre Processo de sindicância para investigar espetáculo artístico de dança com nudez no CCHLA**. Natal, RN, maio, 2013.

DEWEY, John. **Arte como Experiência**. Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Todas as Artes).

FREIRE, Alyson. **Nem toda nudez será castigada: Cruor e a polêmica do nu**. Artigo. Mar, 2013. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2013/03/23/nem-toda-nudez-sera-castigada-cruor-e-a-polemica-do-nu/>>. Acessado em: 20/10/2017.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ed. COSAC NAIFY, 2003.

SALLES, Nara. Integrando ensino, pesquisa e extensão: instaurações cênicas urbanas como processos de criação da encenação “Carmin”. In: Organizadoras, OLIVEIRA, Urânia Auxiliadora Santos Maia de; FIGUEIREDO, Valéria Maria Chaves de; OLIVEIRA, Felipe Henrique Monteiro [et al.]. **Processos de Criação em Teatro e Dança: construindo uma rede de saberes e múltiplos olhares**. Goiânia: FUNAPE; UFG/CIAR, 2013. pp. 75-96.

SILVA, Tiago Herculano da; SALLES, Nara. A instauração cênica “corpo livre”. In: **Anais do VI Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**. 6., 2017. João Pessoa. *Anais eletrônicos...* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017. ISSN 2447-5416. Disponível em: <[https://visngpc.files.wordpress.com/2018/01/tiago-herculano-nara-sales-gt5\\_.pdf](https://visngpc.files.wordpress.com/2018/01/tiago-herculano-nara-sales-gt5_.pdf)>. Acessado em: 01/03/2018.

SOUSA, Maria A. R. de. A nudez em cena: teatro oficina, o espelho mágico e o nu artístico. **Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ**, Rio de Janeiro. v. 9, n. 1, agosto. 2011. pp. 7-23. Semestral. Disponível em: <<http://www.habitus.ifcs.ufrj.br>>. Acessado em: 10/05/2017.

## A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO: ANÁLISE DE PROCESSOS CRIMINAIS

**Valdemir Paiva**

UFPR -Mestrando em História – Curitiba-PR

**Claudia Priori**

UNESPAR/Curitiba II – Curso de Artes Visuais-  
Curitiba-PR

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo abordar a participação de mulheres em crimes contra o patrimônio (furto, apropriação indébita, latrocínio, e também contra a fé pública como a falsificação de dinheiro/moeda) mediante a análise de processos crimes no período de 1965 a 1980, julgados na comarca de Guarapuava-PR. Buscamos delinear as circunstâncias e cenários das práticas delituosas em que as mulheres tiveram atuação, assim como o perfil das pessoas envolvidas, e para isso tomamos como ponto de partida os referenciais da história das mulheres e dos estudos de gênero. Metodologicamente nos pautamos na análise quantitativa e qualitativa dos dados, com o intuito de contribuir para a ampliação das discussões concernentes à temática, visibilizando e problematizando a violência feminina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres. Violência. Relações de Gênero.

**THE PARTICIPATION OF WOMEN IN  
CRIMES AGAINST PATRIMONY: ANALYSIS  
OF CRIMINAL PROCEEDINGS**

**ABSTRACT:** This work aims to address the participation of women in crimes against property (theft, misappropriation, robbery, and also against public faith such as counterfeiting of money / currency) through the analysis of criminal cases in the period from 1965 to 1980, tried in the region of Guarapuava-PR. We sought to outline the circumstances and scenarios of the criminal practices in which the women worked, as well as the profile of the people involved, and for this we took as a starting point the references of women's history and gender studies. Methodologically we focus on the quantitative and qualitative analysis of the data, aiming to contribute to the broadening of the discussions concerning the theme, visibilizing and problematizing female violence.

**KEYWORDS:** Women. Violence. Gender Relationships.

### INTRODUÇÃO

As palavras assumem sentidos diferentes dependendo do contexto histórico, pois novos significados são atribuídos a elas formando uma rede de conceitos que se consolidam e se ressignificam. Reinhart Koselleck (2006), ao discutir a história dos conceitos, problematiza os sentidos atribuídos socialmente às palavras e aos conceitos propriamente ditos que se

formam entorno dessas. Como Koselleck aponta:

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. (...) uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela (...). Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico (KOSELLECK, 2006, p.109).

Em relação ao que afirma Koselleck (2006), os conceitos não possuem apenas efeitos enquanto fenômeno linguístico, também indicam algo que se situa para além da língua. Todo conceito articula-se em certos contextos que pode atuar, construindo sentidos ao entorno de um termo, tornando-se compreensível. Tomando como ponto de partida a análise dos processos crimes referentes a delitos cometidos por mulheres, é possível dar sentido às diversas formas de representações que atribuímos na vivência do socialmente coletivo, e que ainda estão em vigência, ou até mesmo já ressignificados nas relações de poder.

Michel Foucault (1988) aponta as relações de poder como um conjunto de práticas sociais e discursivas, que visam disciplinar e regular os corpos, as mentes e os processos desejantes. E segundo o autor:

A prática discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas e sempre determinadas pelo tempo e espaço, que definem em uma dada época e para uma dada área social, econômica e geográfica ou linguística, as condições de exercício da função anunciativa. Assim sendo, notaremos a existência de ações discriminatórias que se instalam e se estabelecem a partir da cor, classe social e sexo nas relações humanas, provocando a criação de uma hierarquia sócia que sustentadas pelas relações de poderes e presente nas relações sociais vistas na fala, escrita e ações (FOUCAULT, 1997, p.71).

A linguagem – ou, os discursos, conceito utilizado Foucault - se constrói e se propaga socialmente de diferentes formas, local e temporalmente, e carrega o poder de transmitir práticas estabelecidas. É notório o uso no cotidiano de expressões que são construções e discursos, e para isso tomamos como exemplo o termo “homem”, que por muito tempo foi utilizado tanto na fala, como na escrita, para se referir a ambos os sexos.

Nesta perspectiva, ao analisarmos os processos-crimes, tendo as mulheres como autoras de delitos e violência, notamos o consubstanciar de discursos da sociedade e do corpo jurídico, direcionados para a crença de que as práticas delituosas, a violência e a transgressão, na grande maioria, são considerados atos masculinos, haja vista as idealizações sociais apregoadas à identidade feminina, vista como homogênea.

A atuação de mulheres em delitos provoca reações de surpresa e assombro,

pois vai de encontro com as noções de padrões que circundam o feminino e o crime. Essa conjugação é tida como díspare, distinta e evidentemente equivocada, pois rompe com a imagem feminina enunciada e idealizada socialmente. De acordo com a perspectiva foucaultiana (2006), observamos que somos produtos das relações históricas sociais e não criadores de interpretações sem influência do meio em que habitamos. Portanto, as interpretações e discursos para com o mundo do crime - especialmente no que se refere às mulheres - são reflexos de representações sociais atribuídas e reproduzidas na fala, no julgamento, na defesa e até mesmo nos veredictos finais, que compõem o conjunto analisado nos processos-crimes.

Como Jodelet (2005) afirma, as representações sociais atuais são como formas de conhecimento, que, socialmente elaboradas e partilhadas, têm uma visão prática para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. A autora salienta ainda, que as representações tomadas como conhecimentos socialmente elaborados estão presentes no convívio cotidiano e usualmente disseminados de forma não sistêmico ou não lógico.

Para uma reflexão acerca do perfil de mulheres que participaram como autoras de crimes, sendo muitas vezes consideradas “inimigas” da sociedade por estarem agindo contra padrões sociais construídos de uma identidade feminina ideal, nos debruçamos a analisar a atuação feminina em crimes contra o patrimônio (furto, apropriação indébita, latrocínio, e também contra a fé pública como a falsificação de dinheiro/moeda), mediante a análise de processos criminais, no período de 1965 a 1980. Buscamos também delinear o perfil das pessoas envolvidas e as circunstâncias e cenários das práticas delituosas em que as mulheres tiveram atuação no mundo da transgressão.

No que se refere às desigualdades entre os sexos, recorreremos à historiadora norte-americana Joan Scott (1992), que ao trabalhar com o gênero enquanto categoria de análise histórica destaca que a categoria emergiu na tentativa de questionar a construção de uma identidade preexistente para as mulheres. A autora salienta também que a sociedade, a partir de traços fundamentados no biológico, visou atribuir significados particulares e peculiares a homens e mulheres.

Nessa ótica, traçar o perfil das pessoas envolvidas e as circunstâncias e cenários das práticas delituosas em que as mulheres tiveram atuação, contribui para o entendimento das relações de gênero estabelecidas nos contextos em que estão inseridas.

## **MULHERES E O CRIME**

O crime é caracterizado como sendo complexo e construído em diversos contextos, se manifestando de diversas formas, uma vez que este só passa a ser considerado ato ilícito, ou seja, crime, a partir do momento em que são criadas as leis que coíbem tais ações. Michel Foucault (2005) assinala que a lei penal é criada

no interior de uma sociedade pelo lado legislativo do poder político. E para a lei existir tem de haver um poder político que a crie, que a efetive. E não há infração ou crime, antes da existência da lei. Portanto, o indivíduo só é passível de penalidades se suas condutas são definidas como repreensíveis pela lei. Para o autor, “uma lei penal deve simplesmente representar o que é útil para a sociedade. A lei define como repreensível o que é nocivo à sociedade, definindo assim negativamente o que é útil” (FOUCAULT, 2005, p.81).

O indivíduo que rompe com a lei, praticando crime ou infração penal, comete algo que danifica a sociedade, e seu ato é um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda essa sociedade, se tornando, para ela, um inimigo social. Em referência a isso, Boris Fausto destaca que os juízes, os chamados “homens bons” julgam determinados comportamentos, tendo em vista as normas escritas do Código Penal e as normas sociais mais amplas que se corporificam em identidades sociais (FAUSTO, 1984, p.226).

A exposição de atos criminosos cometidos por mulheres ganhou maior visibilidade com os meios de comunicação (rádio, televisão e internet), sobretudo na esfera pública. É perceptível que no mundo do crime se acentua a visão dicotômica entre o masculino e o feminino construída socialmente, e neste prisma – do crime e da violência - as mulheres não caberiam nos estereótipos idealizados. Moura (2007) afirma que as guerras e conflitos armados contribuem na produção e legitimação de um modelo masculino e dominante (heterossexual, homofóbico, misógino e violento). E nesta compreensão se contrapõe ao modelo feminino, dócil, obediente, do lar.

Para Laqueur (2001), os processos de construção dos gêneros são, também, gerados em meio ao cruzamento de uma série de elementos normativos e resistências, que se articulam a afirmação e contraposição de estereótipos de masculino e feminino. Atributos sociais como passividade, sensibilidade e reprodução são frequentemente compreendidas como expressões “naturais” de características femininas, e a virilidade, agressividade racionalidade e prazer, como masculinas. Aliado a esses processos de naturalização, as mulheres foram posicionadas como sendo as responsáveis pela educação dos filhos e cuidados com a família, e os homens, situados como gerentes da vida pública e mantenedores do lar.

Na historiografia, as mulheres ocuparam espaços periféricos, e nas poucas produções que abarca essas protagonistas da história, na grande maioria das vezes elas foram descritas como auxiliadoras de crimes cometidos por homens, ou até mesmo vítimas passivas e sem “voz”. A caracterização atribuída ao mundo criminoso, sobretudo violento, nos leva a concluir que tais atos foram cometidos pela figura masculina. Isso é decorrente de um longo processo histórico de propagação de estereótipos que leva à criação de representações sociais.

Jodelet (2005) sublinha que as representações formam um sistema social normativo e dão lugares às “teorias” espontâneas, versões da realidade que encaixam em caracterizações da existência e condensam as palavras, que são carregadas

de significações, como mulheres responsáveis pelo lar (privado) e os homens como mantenedores deste lar (ocupantes do mundo externo). Nesse sentido, as representações sociais acerca do feminino, não admitem que as mulheres – isso nas idealizações sociais - sejam capazes, fortes, corajosas e inteligentes suficientemente para arquitetar, planejar e executar um crime, ou cometer atos violentos.

Nossa investigação versa acerca de crimes cometidos por mulheres contra o patrimônio (furto, apropriação indébita, latrocínio, e também contra a fé pública, como a falsificação de dinheiro/moeda) registrados e/ou julgados na comarca de Guarapuava, Paraná, no período de 1965 a 1980. A partir da análise de dez (10) processos-crimes, focalizando não somente na quantidade e sim na qualidade das fontes, buscamos delinear o perfil das pessoas envolvidas e as circunstâncias e cenários das práticas delituosas em que as mulheres tiveram atuação. Os processos-crimes foram pesquisados no Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, na cidade de Guarapuava.

Localizada no interior do estado do Paraná, Guarapuava se emancipou como Comarca no ano de 1859 (WACHOWICZ, 1995). Em grande maioria, seus habitantes são origem de europeia, imigrantes, sobretudo alemães, poloneses e italianos. O município se constitui como um polo comercial e industrial, destacando-se por ser um grande entroncamento ferroviário do estado, localizado no centro-sul paranaense. Como Silva (1990) salienta, entre 1950 e 1980, ocorreu no Brasil o mais intenso processo de modernização pelo qual o país já passou, alterando profundamente a fisionomia social, econômica e política. Nesse contexto, chegavam à pequena cidade de Guarapuava pessoas de outros países e também advindas da área rural local que buscavam melhorias na condição de vida. Chegavam também costumes, ideias e culturas variadas para compor a formação da rede urbana, ou das periferias, constituídas em sua grande maioria por operários (as).

Como qualquer outro lugar, a região de Guarapuava apresenta manifestações de violência e crimes, todavia, nossa pesquisa se detém em investigar delitos nos quais mulheres são autoras ou associadas nas ações arroladas. Conhecendo a carência de produção historiográfica que se propõe a compreender a temática da violência cometida pelas mulheres, é que esperamos contribuir para a ampliação das discussões concernentes ao assunto, problematizando-o.

A riqueza de informações trazida pelos processos criminais merece extrema atenção e delicadeza para serem selecionadas e agrupadas com outros elementos que de alguma forma se aproximam. Entre os dez (10) processos selecionados e analisados, destacam-se mulheres – autoras dos crimes - e homens, geralmente as vítimas, com naturalidade dos municípios de Guarapuava, Campo Mourão, Prudentópolis, Cambará, Canta Galo, Jaboticabal, Cruzeiro do Oeste, Chopenzinho, Laranjeiras do Sul, Entre Rios e Faxinal dos Elias. O total de pessoas envolvidas nos autos são dezoito (18), sendo que dessas, doze (12) são mulheres e seis são (6) homens. Nos dez (10) processos analisados, temos a atuação de seis (6) mulheres

agindo sozinhas ou acompanhadas com outras mulheres, e seis (6) atuando em parceria com homens.

Em relação às ocupações profissionais verificadas nos processos criminais, verificamos a presença de cabeleireira, comerciante, operária, carpinteira (o), meretriz e ocupação não declarada. O crime e a violência estão presentes em todos os lugares, seja em periferias e grandes centros, na política, instituições governamentais e não governamentais, instituições religiosas, espaços domésticos, relações de trabalho, nas ruas, no trânsito, nos campos de futebol, entre tantos outros espaços. O crime se manifesta em diversas formas e em vários lugares do convívio social. Conforme dados dispostos na tabela 1, demonstramos os locais nos quais se manifestaram os crimes cometidos por mulheres, analisados mediante os processos crimes.

Crime Cometido	Local do Crime	Quantidade
Furto	Meretrício	4
Latrocínio	Rodovia (BR)	1
Furto/ Apropriação Indébita	Propriedade rural	2
Apropriação Indébita	Bar	1
Falsificação de dinheiro	Rua/Local público	1
Apropriação Indébita	N/C	1
	<b>Total</b>	<b>10</b>

Tabela 1: Tipificação do crime por local do acontecido

**Fonte:** Processos-crimes (1965-1980) - Centro de Documentação e Memória, da Universidade do Centro-Oeste, campus de Guarapuava.

Verificamos na tabela acima que a maioria (4) dos crimes de furto praticados por mulheres, aconteceu em zonas de meretrício. O protagonismo feminino nesse tipo de crime e local específico nos remete não somente ao cenário, mas também às circunstâncias do episódio, ou seja, um espaço em que as mulheres tomam a cena, seja como objeto de realização de desejos e prazeres, seja como ativas na arte do delito.

No caso dos homens que foram vítimas do furto cometido por elas, em zonas de meretrício, os processos criminais revelam que eles lá estavam por motivações várias, conforme declarado nas fontes: divisão com amigos, curiosidade, vontade de outras aventuras sexuais fora do relacionamento e vontade de praticar relações sexuais.

Margareth Rago (2004), ao analisar o processo de formação dos grandes centros, como São Paulo nos fins do século XIX e início do século XX, destaca a prostituição como sendo um cancro social ou mal necessário. Rago está se referindo ao preconceito que já existia sobre a prostituição e essa prática como uma “necessidade” para o social, haja vista o forte discurso advindo do positivismo, onde

descrevia a natureza do sexo masculino como sendo mais “aflorada” e intensa”. Às mulheres de “família - mães e do lar” - correspondiam à necessidade de procriação e coordenadoras do lar, se contrapondo as “mulheres públicas”.

A tabela 1 demonstra também a associação da figura feminina a outros crimes, embora em número menor, ocorridos em outros espaços como propriedade rural, bar, rua. Isso deixa evidente a atuação de mulheres no crime, agindo sozinhas ou em parceria. A tabela 2 revela a constância da presença de homens, os principais alvos da atuação feminina, ou seja, as vítimas da atuação delas.

Estado Civil	Quantidade por sexo		Tipo de Crime	Quantidade
	Feminino	Masculino		
Solteiro (a)	1	2	Furto e Apropriação Indébita	3
Casado (a)	1	6	Furto, Latrocínio, Apropriação Indébita, Invasão de domicílio e falsificação de dinheiro	7
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	-	<b>10</b>

Tabela 2: Perfil das vítimas por estado civil, sexo e tipo de crime

**Fonte:** Processos-crimes (1965-1980) - Centro de Documentação e Memória da Universidade do Centro-Oeste, campus de Guarapuava.

Na tabela 2 fica evidente a predominância de homens casados (6) entre as vítimas de crimes cometidos por mulheres, e em menor quantidade (2) de homens solteiros. Isso se entrelaça com a frequência que esses homens casados e solteiros faziam em locais de meretrício, uma vez que a maior parte dos furtos (4) ocorreu nesse ambiente, conforme mostra a tabela 1, espaços os quais eles frequentavam e foram alvos dos delitos.

No que se refere à faixa etária das mulheres praticantes de crimes, como evidencia a tabela 3 abaixo, do total de doze (12) mulheres envolvidas, a maioria (4) são de mulheres bem jovens, prevalecendo a faixa etária entre 18 e 24 anos. O estado civil que predomina é o de solteiras (3), sendo apenas uma (1) mulher casada, nessa faixa de idade. As acima de 25 anos (6) também eram solteiras ou casadas, e uma (1) não consta a idade.

Idade	Autoria e parceria no crime		Quantidade
	Mulher	Homem	
18-24	4	4	8
25-31	2	0	2
32-38	2	0	2
39-44	2	0	2
Acima de 45	0	2	2
N/C	2	0	2
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>18</b>

Tabela 3: Faixa etária das pessoas envolvidas na autoria do crime

**Fonte:** Processos-crimes (1965-1980) - Centro de Documentação e Memória da Universidade do Centro-Oeste, campus de Guarapuava.

Além disso, a tabela 3 nos indica que duas (2) mulheres estavam na faixa de idade entre 25-32 anos, duas (2) entre 32-38 anos e outras duas (2) entre 39-44 anos e sem nenhuma manifestação de crimes com mulheres acima de 45 anos. E duas (2) não consta a idade. Quanto aos homens que atuaram junto com as mulheres no crime, os dados da tabela 3 revelam que a maioria deles (4) também são jovens, entre 18 e 24 anos. Quanto ao estado civil dos homens autores de delitos, em parceria com as mulheres, três (3) são solteiros e um (1) casado, nessa faixa de idade mais jovem. E dois (2) são casados e acima de 45 anos.

Na nossa cultura, na qual a imagem da mulher é valorizada por sua juventude, seu corpo, envelhecer se constitui numa razão de forte preocupação e ameaça. O homem se sente estimulado nestes momentos a buscar outras experiências, a trocar um objeto, no qual já está saciado, por outro mais jovem que se lhe continua fonte de prazeres (SOIHET, 1989). A autora aponta também que a procura de casas de prostituição possui, em suma, a finalidade de saciar prazeres sexuais já não saciados na vida matrimonial.

Entre os crimes cometidos por mulheres associadas com homens, o furto é o que aparece com maior número, como já evidenciamos. Os desfechos dos processos criminais demonstram uma pequena e quase nula condenação nos casos analisados, é apresentada apenas uma condenação e outra, onde apenas um caso teve condenação e outra com a concessão de pena em liberdade e pagamento de fianças. Outros tipos de resolução dos processos são apresentados como: arquivamento do processo, por falta de provas, absolvição e acordo entre as partes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos crimes enquanto fontes nos proporcionam um repleto conjunto de episódios, detalhes, cenários, motivações, discursos e representações, posições sociais e ações do cotidiano de um determinado contexto. A partir da análise desses processos registrados e julgados na comarca de Guarapuava, entre os anos de 1965-1980, é possível notarmos a atuação de mulheres no crime, sejam sozinhas ou acompanhadas. Mulheres que rompem com os discursos forjados e consolidados por meio das relações de gênero perpassadas de poderes, relações construídas historicamente, o que nos possibilita ampliar as versões no que se refere às diversas feminilidades que encontramos na sociedade.

Entre os crimes arrolados nesta pesquisa, notamos a preponderância de um perfil que chama a atenção: são os furtos cometidos em meretrícios por mulheres entre 18-24 anos, dos quais os homens são os principais alvos, as vítimas, que, por sua vez, em sua maioria, declararam possuírem uma relação estável. A despeito dos desfechos mencionados nos processos, apenas um caso teve condenação e pena em reclusão; os demais crimes apresentaram acordos, arquivamento por falta de provas e absolvição, fato que cabe aqui duas evidências que podemos apontar. A primeira

seria a desatenção por parte do judiciário em investigar crimes sem muito “dano” às vítimas, ou como consequente, podemos destacar também o sucesso por parte das autoras nos atos criminosos, no qual a justiça não consegue provas suficientes para uma sentença que leve à punição dessas mulheres.

A nossa intenção com esse trabalho, mais que analisar a presença feminina no crime e o perfil de mulheres que se apresentam em outros âmbitos sociais tidos como sendo do masculino, e ampliar as perspectivas concernentes à mulher e as suas variadas faces, foi trazer esse debate à baila para, dessa forma, contribuir com produções científicas a respeito da temática mulheres em conjugação com o crime e a violência, haja vista a carência de atenção desse assunto na historiografia.

## REFERÊNCIAS

CARVALHES, Flavia Fernandes. Mulheres no crime: deslizamentos de fronteiras. **Revista Espaço Acadêmico**, nº136-setembro de 2012.

CORREA, Mariza. Morte em Família: representação jurídica de papéis sexuais. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia do saber**. 5º ed. Rio de Janeiro: forense universitária, pag. 71, ano 1997.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

JODELET, Denise. Representações sociais: histórias e avanços teóricos. Vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D.C.;CAMPOS,P.H.F. (Orgs). **Representações sociais, uma teoria sem fronteiras** (pp. 11-21). Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**. Vol. 5, n. 10, p. 134-146.

\_\_\_\_\_. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio,2006.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MOURA, T. **Rostos invisíveis da violência armada**: um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter. (org). **A escrita da história**. São Paulo: Novas Perspectivas-UNESP,1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização (1964-1984). In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil (da colonização portuguesa a modernização autoritária)**. 4. Ed. Rio de Janeiro, 1990. p.273-303.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

## A PESSOA TRAVESTI E A/O PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM: PERCEPÇÃO DE HUMANIZAÇÃO E DO RESPEITO À EXPRESSÃO E IDENTIDADE DE GÊNERO

### **Carle Porcino**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGENF)/Associação de Travestis de Salvador (ATRAS)/Grupo Gay da Bahia (GGB), Salvador – Bahia

### **Cleuma Sueli Santos Suto**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGENF), Salvador – Bahia / Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VII, Senhor do Bonfim – Bahia

### **Dejeane de Oliveira Silva**

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Ilhéus – Bahia

### **José Andrade Almeida Junior**

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus VII, Senhor do Bonfim – Bahia

### **Maria Thereza Ávila Dantas Coelho**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), Salvador – Bahia

### **Jeane Freitas de Oliveira**

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Escola de Enfermagem, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGENF), Salvador – Bahia

**RESUMO:** O presente trabalho situa-se no campo de estudos sobre a humanização em saúde, de forma mais específica no que

tange ao atendimento dispensado às pessoas travestis, com vista ao respeito à expressão e identidade de gênero. O objetivo principal foi identificar a forma como as travestis percebem e lidam com o atendimento prestado por profissionais de enfermagem da rede pública de Salvador. Este é um estudo qualitativo, de caráter descritivo, que utiliza a observação participante. A coleta de dados foi realizada em uma ONG que desenvolve trabalho junto a esse segmento populacional. Os dados foram tratados na perspectiva da análise de conteúdo proposta por Bardin. Para o grupo investigado, a automedicação continua sendo utilizada como mecanismo de proteção frente a violência institucional e violação de direitos ao acessarem esses serviços. Os resultados apontam o imperativo, não apenas da enfermagem, mas das demais categorias profissionais do campo da saúde, de um atendimento que não desrespeite e reconheça o direito à expressão e identidade de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** pessoa travesti, identidade de gênero, enfermagem, humanização em saúde.

**ABSTRACT:** This work lies in the field of studies on humanization in health, more specifically in relation to the care provided travestis people, in order to respect the expression and gender identity. The main objective was to identify how

the travestis perceive and deal with the care provided by nursing professionals of the public network of Salvador. This is a qualitative study, with a descriptive character, that uses a participant observation. The data collection was carried out in an NGO that develops work with this population segment. The data were treated from the perspective of the content analysis proposed by Bardin. For the investigated group, self-medication continues to be used as a protection mechanism against institutional violence and violation of rights when accessing these services. The results point to the imperative, not only of nursing, but of other professional categories in the health field, of a service that does not disrespect and recognize the right to expression and gender identity.

**KEYWORDS:** travesti person, gender identity, nursing, humanization in health.

## 1 | INTRODUÇÃO

A sociedade de forma geral compõe-se sob o ponto de vista da classificação sexual com base nas diferenças anatômicas entre os sexos. Desse modo, homens e mulheres se configuram com base em uma interpretação equivocada em que o gênero ainda é atribuído e/ou associado como pertencentes aos sexos masculino ou feminino.

Compreende-se que a dinâmica das relações que envolvem mulheres e homens cis e/ou trans não deve observar apenas a conformação anatômica da genitália, mas tudo o que foi construído socialmente sobre os sexos/gêneros, pois existem pessoas que divergem dos padrões cisheteronormativos estabelecidos. Independentemente de sua configuração anatômica, elas transitam nesses espaços e podem adotar condutas, modos de vestir, adereços e portar-se de formas que seriam associadas ao gênero oposto ao que a pessoa sente pertencer. Elas podem realizar e/ou não práticas de modificação corporal, por meio de hormonioterapia e/ou procedimentos cirúrgicos, com o objetivo de adequar o corpo em consonância com a identidade de gênero autopercebida. Com isso, em função do modo como se autoexpressam e autorreferem, elas precisarão enfrentar a discriminação e os preconceitos. No entanto, deve-se considerar que existem mulheres com pênis e homens com vagina, tendo em vista que a anatomia por si só não determina a identidade de nenhum ser humano.

Com Freud, tomou-se conhecimento de que a sexualidade é uma dimensão fundamental e que faz parte da constituição do sujeito. Presume-se, então, que se a sexualidade permite que os sujeitos se constituam, as “[...] suas formas de expressão, de prazer, de visibilidade e de práticas sexuais dependem da construção social de relações entre os seres humanos em seus contextos de interação” (PRADO; MACHADO, 2008, p.18).

As práticas das quais se utilizam as travestis no processo de (re)construção do corpo, buscando a feminização, permitem que as significações referentes ao masculino e feminino se interpenetrem. Com isso, a partir de suas visões de mundo,

elas buscam romper com o determinismo que permeia a seara do gênero e da feminilidade, com a intenção de ‘sentir-se femininas’, sem, no entanto, desejarem tornar-se mulher. Como afirma Benedetti (2005, p. 96):

[...] a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco deseja fazê-lo. O feminino da travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre esses polos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica do gênero. O gênero das travestis se pauta pelo feminino. Um feminino tipicamente travesti, sempre negociado, reconstruído, ressignificado, fluido.

O Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar (PNHAH) originou-se de iniciativa do Ministério da Saúde (MS) com o propósito de encontrar estratégias que permitissem melhorar o relacionamento humano entre a/o profissional de saúde e a/o usuária/o, entre as/os próprias/os profissionais, e do hospital com a comunidade (BRASIL, 2001, 2006a). Esse Programa tem a finalidade de estimular um serviço com melhor qualidade e o bom funcionamento do Sistema Único de Saúde no Brasil (SUS), respeitando o “outro” como um ser singular. O seu foco, essencialmente, é a assistência prestada à pessoa quando sua saúde está em crise, ou seja, quando se é acometido por qualquer situação que requeira cuidados especiais (MEZZOMO, 2003). Atualmente o PNHAH tem uma perspectiva transversal e constitui-se em uma política de assistência, não mais como um programa específico (DESLANDES, 2004).

Nesse aspecto, a noção de “humanização” é utilizada com a finalidade de que, ao assistir a/o usuária/o, se valorize ainda mais o nível de qualidade do cuidado que é oferecido e prestado. Porém, a partir do momento em que se estima a capacidade técnica, não se deve deixar de reconhecer e respeitar os direitos de usuárias/os, de suas subjetividades, singularidades e as referências culturais (DESLANDES, 2004).

Benevides e Passos (2005) reiteram que humanizar alude alterações significativas no modo de fazer, de trabalhar e de se produzir saúde. Exige ainda coerência e sintonia com o modo de fazer as atividades e como deve estas são percebidas pelas/os envolvidas/os em função da inseparabilidade desse processo. Por conseguinte, a partir do momento em que esses aspectos são valorizados, a horizontalização, ao invés da verticalização das ações empreendidas, é eminentemente favorecida e a inserção de trabalhadoras/es, gestoras/es e usuárias/os perpassam de forma transversal todo o processo de produção dos serviços de saúde.

Com isso, de acordo com Giordani (2008), ao vislumbrar a perspectiva de atendimento digno e respeitoso dispensado às/aos usuárias/os dos serviços, as/os profissionais precisam pautar seu fazer enquanto cidadãs/ãos que cuidam. Se, por um lado, há profissionais que ignoram isso, por outro há profissionais que trabalham com afinco enquanto cuidadoras/es motivadas/os para estarem contribuindo para o resgate da compaixão, da integralidade do ser humano, do respeito aos seus valores, crenças e opiniões pessoais. À vista disso,

[...] nos 30 anos de existência do Sistema Único de Saúde, não se pode desconsiderar avanços no campo político, muitos deles criados por conta de movimentos sociais e iniciativas que procuram enfrentar o feminicídio e a não assistência adequada às pessoas LGBTI. Frente aos desafios, reitera-se a relação necessária entre promoção da saúde e proteção de direitos humanos relacionados a gênero e a sexualidade (GOMES et al., 2018).

Assim, frente a essas reflexões o presente estudo possui o propósito de identificar como as travestis percebem e lidam com o atendimento prestado por profissionais de enfermagem da rede pública de Salvador, Bahia.

## 2 | METODOLOGIA

Este é um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório, que utiliza a observação participante e a entrevista. De acordo com Cruz Neto (2002), a observação participante permite manter contato direto com o fenômeno observado, obtendo informações sobre a realidade das participantes em seus próprios contextos. Esse método de produção de dados permite captar, assim, diversos fenômenos que não se obtêm apenas por meio de perguntas e respostas.

A observação participante é uma técnica única de coleta de dados, útil na fase preliminar de estudos científicos, e responde a propósitos de exploração e de descrição. A opção metodológica pela observação do tipo participante responde ao objetivo de proceder, dentro das realidades observadas, a uma adequada participação das investigadoras, de forma 'não intrusiva', de modo a reduzir a repressão de emoções extravasadas ou comportamentos efetuados, bem como a artificialidade dos mesmos (MÓNICO et al., 2017).

A coleta de dados foi realizada com o auxílio de um formulário para coleta de dados sociodemográficos e um roteiro semiestruturado de entrevista, em uma Organização Não Governamental (ONG), que desenvolve trabalho junto ao segmento populacional estudado, no Centro Histórico de Salvador - Bahia, entre fevereiro de 2008 a agosto de 2009. Segundo Cruz Neto (2002), a entrevista permite a obtenção de informações a partir das falas das participantes, caracterizando-se por uma comunicação verbal pela qual é reforçada a importância da linguagem e do sentido e significado das falas, servindo como meio de coleta de informações sobre a temática em questão. A esse respeito, Bauer (2004) reitera que a entrevista oferece elementos estruturados de cunho analítico e possibilita a produção de inferências de um texto focal para seu contexto social, de maneira objetivada (BAUER, 2004).

Participaram do estudo sete pessoas que se autorreferiram como travestis, cuja seleção ocorreu por conveniência e em função do interesse e disponibilidade para participar do estudo de forma livre e espontânea. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: ter idade igual ou maior que 18 anos e capacidade de interagir com a pesquisadora. A partir do momento em que optaram pela participação, foi

apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado em duas vias, uma das quais ficou com a pesquisadora e a outra foi entregue à participante. Elas foram informadas também acerca da confidencialidade dos dados e que poderiam desistir do estudo a qualquer momento.

Os dados obtidos por meio das entrevistas foram gravados com auxílio de um gravador/Mp4 e transcritos de forma fidedigna. O *corpus* foi organizado e analisado com base na análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011), e permitiu a elaboração das seguintes categorias de análise: a) a forma como percebem o atendimento em centros de saúde e hospitais públicos de Salvador; b) a forma como percebem o atendimento prestado por profissionais de enfermagem; c) a forma como percebem o respeito à expressão e identidade de gênero; e, d) como lidam com o preconceito.

### 3 | DISCUSSÃO E RESULTADOS

A partir da categorização dos dados sociodemográficos, a idade das participantes variou de 21 a 50 anos de idade. Quanto ao grau de escolaridade, a predominância foi o ensino fundamental. No que se refere à renda mensal, quatro relataram que percebiam até um salário mínimo e três, a metade deste valor. Seis relataram o uso de silicone líquido industrial e quatro informaram que já haviam sido internadas em hospitais para tratamento de média e alta complexidade. De forma unânime, afirmaram que: na época, (sobre)viviam exclusivamente do trabalho sexual; não possuíam plano de saúde privado; utilizavam o Sistema Único de Saúde (SUS); tinham preferência pela automedicação, em função da discriminação e do preconceito enfrentados ao acessarem os serviços de saúde; só procuravam atendimento médico em situações que não conseguiam resolver com a automedicação, conforme pode ser observado na seguinte fala:

*[...] sempre que posso pagar, prefiro comprar e tomar meu remédio em casa mesmo, mas nem sempre o acué<sup>1</sup> dá prá essas coisas. Quando a rua tá uó<sup>2</sup>, o negócio é ir no posto de saúde mesmo. (Participante 1).*

#### **Categoria a - A forma como percebem o atendimento em centros de saúde e hospitais públicos de Salvador**

A partir do momento em que uma pessoa adoece, inspira e requer cuidados por parte de profissionais habilitados para prestar o atendimento adequado, ético e respeitoso, como preconiza o Art. 196 da Constituição Brasileira:

1 *Acué*, termo êmico que significa dinheiro, muito utilizado entre pessoas *gays* e travestis.

2 *Uó* termo êmico que equivale a algo que possui uma conotação ruim utilizado com frequência entre pessoas travestis.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido através de políticas sociais visando à redução dos riscos e de outros agravos, bem como o acesso universal de forma igualitária às ações e serviços objetivando a promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, s/p).

Os excertos de falas das participantes abaixo permitem reflexões significativas no sentido de que, apesar de instituída há mais de 15 anos, a PNHAH necessita também de investimento por parte de gestores públicos para que as desigualdades e a exclusão social sejam minimizadas, quando usuárias/os acessem os serviços de saúde. A saber:

*Os profissionais da área de saúde tá assim, faltando um pouco mais de atenção. (Informante 1)*

*[...] eu nunca precisei me internar, mas nos postos que eu vou o atendimento às vezes é bom, mas a “piadinha” a gente nunca deixa escutar. (Informante 3).*

*[...] eu acho que as pessoas que trabalham nessa área, elas deveriam mais é entender o que de fato aquela pessoa é. (Informante 4).*

*[...] eu fui em três hospitais quando o silicone deu problema e só fui atendida no último porque meu marido teve que fazer confusão. (Informante 6).*

Para Mezzomo (2003), a humanização se concretiza e acontece através das relações entre pessoas, ao tempo em que as relações humanas são produzidas dentro de três níveis de atitudes: podem ser de simpatia, bem-querer e amor; podem se dar com apatia e indiferença; podem se verificar em forma de antipatia e rejeição. Entretanto, um esforço deve ser empreendido com a finalidade de superação da antipatia, para que esta seja transformada em empatia; ou seja, objetiva-se não apenas a satisfação de usuárias/os, mas a superação de atitudes contrárias atingindo-se a excelência, como ideal máximo.

No seguimento da saúde, a humanização está atrelada à forma e à capacidade de falar e escutar, e depende, ainda, do diálogo que se estabelece com o semelhante (BARCHIFONTAINE, 2006). Por conseguinte, para que uma instituição de saúde possa ser considerada como humanizada deve preconizar que, no âmbito de sua estrutura física, tecnológica, administrativa e pessoal, valorize e respeite a pessoa humana em sua integralidade, ao mesmo tempo em que deve se colocar a serviço da mesma, assegurando sua segurança e integridade, atrelada a um atendimento de qualidade (MEZZOMO, 2001).

### **Categoria b - O atendimento prestado por profissionais de enfermagem**

Aqui, a proposta é tecer considerações a partir das falas com a intenção de propor reflexões no que concerne ao fazer da enfermagem numa dimensão de cuidado, contemplando a responsabilização pela promoção da saúde e o alívio do sofrimento do ser humano em sua integralidade. Nesse aspecto, o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (CEPE) (COFEN, 2017), em seus princípios

fundamentais, reafirma o comprometimento com a saúde e a qualidade de vida da pessoa, família e coletividade, atuando na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação com autonomia e em conformidade com os preceitos éticos legais. Os excertos abaixo apontam para aspectos relacionados à dispensa de cuidados de maneira positiva e negativa, de acordo com a percepção das participantes. De certo modo, fica evidente que o que é preconizado pelo CEPE pode se distanciar do que acontece na prática, como é possível observar a partir das vivências abaixo, decorrentes do processo de hospitalização:

*[...] tem umas enfermeiras que são gente boa! Mas tem outras que “ninguém merece!”. Parece que a gente é bicho de outro mundo. (Informante 2)*

*[...] tem enfermeiras que são ótimas, mas tem outras que “só por misericórdia”. Tem umas que parece que nunca viram uma travesti na vida. Deveriam assistir mais televisão [...]. (Informante 5)*

*[...] em dois hospitais que já fui atendida as enfermeiras e os enfermeiros me trataram bem, mas tem sempre uma que parece fazer as coisas de mal humor. (Informante 4)*

*[...] tem uns profissionais que na hora de pegar a veia da gente parecer que quer descarregar a raiva na gente. Mas também tem umas que são tão gente boa. Varia muito. (Informante 6)*

De acordo com Zobolli (2006), a enfermagem em sua dimensão prática envolve dois componentes de igual importância: o técnico-operativo e o ético-moral. A conciliação de ambos equitativamente não tem sido uma tarefa fácil para a enfermagem em sua trajetória, pois ora se confere a supremacia a um e ora a outro e, à medida que essas dimensões oscilam

*[...] na direção do extremo técnico-operativo desse continuum, corre-se o risco de os procedimentos, as rotinas e a competência técnica do enfermeiro ocupar o foco principal, em prejuízo da percepção do beneficiário do cuidado na condição de pessoa e fim da atenção prestada. Tem-se, portanto, o procedimento pelo procedimento, a técnica pela técnica, e o usuário dos serviços de saúde torna-se mero meio para se operar a concretização desses instrumentos (ZOBOLLI, 2006, p. XIII).*

À medida que o desequilíbrio pende para o lado extremo, com vistas à contemplação do eixo ético-moral,

*[...] a rigidez na observância de códigos éticos e deontológicos pode ofuscar a importância do corpo de conhecimento científico e epistemológico que fundamenta e norteia a prática da enfermagem, levando a um exercício pautado pela correção moral e pela boa vontade em ajudar, mas limitado pelo despreparo técnico decorrente da superficialidade dos conhecimentos e da desatualização (ZOBOLLI, 2006, p. XIII).*

Entretanto, em função de o profissional de enfermagem passar a maior parte do tempo ao lado da/do usuária/o, agrega características próprias de intervenção junto a ela/ele. Desse modo, uma das primeiras formas de estreitar a relação usuária/o e profissional de enfermagem dar-se-á por intermédio do acolhimento, de uma escuta sensível, utilização de uma linguagem clara e objetiva, além da sensibilidade ao problema do outro (GIORDANI, 2008).

Embora o PNAHA não mencione de forma específica o atendimento à pessoa travesti, a humanização, por sua vez, se ancora na Constituição Federal Brasileira, que em seu artigo primeiro, inciso terceiro, assinala o respeito “à dignidade da pessoa humana” como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988). Por esse ângulo, a atuação da/do profissional de enfermagem é essencial, tendo em vista a possibilidade de contribuir para que as travestis se sintam acolhidas, protegidas, respeitadas em suas singularidades e não discriminadas no âmbito desses serviços (BRASIL, 2004).

A observância desses aspectos poderá contribuir para o incremento de ações que envolvem o não-julgamento, a criação de um ambiente favorável que proporcione uma inter-relação pautada no respeito (GIORDANI, 2008) entre usuárias/os e equipe de enfermagem. Para tanto, requer investimento em formação não apenas para profissionais de enfermagem, mas também para as demais profissões atuantes no contexto da saúde, em todos os níveis de atenção nos quais a enfermagem possui condições para fornecer subsídios por meio da educação continuada. Isso poderá contribuir para um melhor acolhimento das travestis nos serviços de saúde, resultando num nível bom de adesão aos tratamentos e intervenções mais humanas e efetivas. Conforme sinalizam Gomes et al. (2018), ainda há muito a ser feito para que seja assegurado o direito à saúde e à vida a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo (LGBTI), entendendo-as como sujeitos dotados plenamente de humanidade e de direitos.

### **Categoria c – Como percebem o respeito à expressão e identidade de gênero**

O gênero e o sexo são duas categorias habitualmente confundíveis, embora sejam distintas (TELES; MELO, 2009) e jamais deveriam ser vistas e/ou tomadas como sinônimas. Se, por um lado, o termo sexo, de forma básica está relacionado às diferenças anatômicas que diferenciam as pessoas em homens, mulheres e intersexuais, o gênero se ocupa em designar as diferenças construídas socialmente e que definem os papéis sexuais destinados a homens e mulheres em cada sociedade.

A esse respeito, Butler (2003) pontua que o sexo é dado como natural, enquanto que o gênero é construído socialmente, ou seja, a cultura passa a ser o destino, ao invés da anatomia. Para essa autora, o gênero permanente é definido por um estilo de atos repetidos que substancialmente constroem a ficção de uma identidade

substancial, dado que os atributos do gênero não são expressivos, mas performáticos, e são constituintes da identidade que, em sua pretensão, tendem a revelar.

Para Benedetti (2005), os processos que envolvem a construção do corpo e do gênero das travestis ocorrem de forma complexa e se encontram determinados e estruturados por lógicas específicas do gênero e próprias desse grupo social. De forma prioritária, os espaços por onde transitam possibilitam às travestis aprenderem e apreenderem as modalidades e os processos de se construírem, corporalmente e subjetivamente, na feminilidade.

É no transitar por esses espaços que têm a oportunidade de se mostrarem e, com isso, averiguarem “[...] se as estratégias de transformação de apresentação de si no feminino encontram reciprocidade, tanto por parte das outras travestis, como por parte dos outros habitantes deste universo social” (BENEDETTI, 2004, p.5). Nessa sequência, Bento (2008) esclarece que a identidade é um processo tenso, aberto, pautado por disputas com alteridades que queremos eliminar e por outras que desejamos. Assim, os excertos a seguir retratam os tensionamentos e enfrentamentos pelos quais, na luta pelo direito à saúde, o reconhecimento identitário não se materializa, em que pese o investimento feito na transição do gênero atribuído no nascimento para o gênero autopercebido:

*[...] Não tem algo mais terrível do que você estar ‘vestida de mulher’, portando-se ‘como se fosse uma’ e, numa sala com um monte de pessoas, vem atendente e diz: “Senhor Fulano” e você se levanta. A gente se sente um monstro, pois todo mudo te olha. É uma situação horrível! (Informante 1)*

*[...] é horrível, pois apesar de já ter pedido para que colocasse em cima de minha ficha o meu nome social, nunca fui atendida. Parece que o negócio é feito de propósito, pra humilhar a gente. (Informante 2)*

*[...] nunca me chamaram pelo meu nome social. Sempre que vou no posto, peço a atendente pra na hora que me chamar dizerem meu nome social, mesmo assim é perda de tempo. Tem hora que até fazem gozação com a gente. É muito humilhante. Por terem estudado tanto, deviam respeitar nosso direito de sermos quem queremos ser. (Informante 3)*

*[...] deviam respeitar os direitos humanos que todos nós temos. Pois eu acho que cada um tem o direito de ser o que é. Nem por isto a gente deve ser humilhada. É um gesto simples e a gente saía de lá bem mais satisfeita, não é? (Informante 5)*

*[...] sempre me chamam pelo nome da identidade. É muito constrangimento que a gente passa. É hora mais constrangedora, principalmente quando a gente precisa ser internada, pois sempre botam a gente nas enfermarias de homem. O constrangimento seria menor se botasse a gente junto com as mulheres. Será que todo esse vexame que a gente passa não piora o nosso quadro quando tamos internadas? (Informante 6)*

De acordo com as participantes, a forma como ainda são abordadas em centros de saúde e hospitais públicos de Salvador se dá conforme consta em seu documento

de identidade, em detrimento do nome social. Ou seja, parece que o cuidado será dispensado ao documento que trazem consigo (e que nem sempre a representa), e não à sua pessoa.

Com isso, é possível perceber que, se antes a proximidade com o outro era vivida com confiança e sentido de proteção, esta torna-se uma situação em que a relação se apresenta permeada por temores, receios e, até mesmo, pela violência institucional e humilhação social. Nesse sentido, elas se sentem como se fossem lançadas na cruel experiência de temer aquela/e que deveria protegê-la, passando a buscar refúgio na solidão.

### **Categoria d – Como lidam com o preconceito**

As travestis, ao transitarem pelos diferentes espaços urbanos, chamam a atenção e geralmente atraem diversos olhares. Com isso, acabam sendo alvo de piadinhas e de atitudes discriminatórias, violentas e até preconceituosas. Nos serviços de saúde onde as travestis buscam atendimento, isso não é diferente. Apesar de esse fato fazer parte de seu cotidiano, isso contribui de forma expressiva para o comprometimento de sua saúde, considerando os prejuízos psíquicos daí advindos.

A partir do momento em que vivenciam situações desse tipo, isto contribui para que a resistência em procurar determinado serviço apenas se eleve. O mecanismo de defesa mais utilizado para lidar com essas situações é se protegerem, abrindo mão do que lhes é assegurado pela Constituição Brasileira. Com isso, a automedicação se constitui a principal alternativa para a minimização do problema. Entretanto, elas podem colocar em risco a própria vida em função das possíveis reações medicamentosas e/ou superdosagem, como pode ser observado:

*[...] eu já fui discriminada. Pois, quando chega uma travesti num hospital parece coisa do outro mundo. Todo mundo olha! Eu já passei por isso no (hospital X), pois eu tive um problema e precisei ir lá. Ficaram me olhando assim [...] de cara feia [...] me criticando. Por isto, quando tenho acué, prefiro ir na farmácia e comprar meu remédio. (Informante 1)*

*[...] Já sim! Porque travesti [...] eles têm como se fosse um bicho do mato [...] uma coisa do outro mundo, pois devem se acostumar, pois somos seres humanos como qualquer um! Tenho uma amiga que tá com suspeita de câncer de próstata e ela me disse que sabe que vai morrer, mas não vai mais ao médico. Ela disse que riram de sua cara. Como pode uma pessoa que se apresenta como mulher ter próstata! Isso é o fim do mundo! A mona<sup>3</sup> disse que teve vontade de se suicidar. Já pensou? (Informante 2)*

*[...] Imagine só, que uma enfermeira chegou pra mim e disse que eu devia ter vergonha de ser homem e tá vestido de mulher. Que no tempo dela (ela aparentava*

3 *Mona* termo êmico muito utilizado no 'universo homossexual' na década de 1980. Atualmente, ainda é utilizado por algumas pessoas travestis. É a forma como se denominam e como se referem umas às outras, sempre no feminino. Possui sentido e equivalência em torna da figura feminina. É também a forma como algumas se referem as suas amigas mulheres cis. É elaborado a partir de uma construção gramatical e cultural entre as próprias travestis.

*ter uns 50 anos) eu tinha apanhado de pau e muito. Muito mesmo! Pense aí! Será que isso não é preconceito? Saí de lá arrasada! Nunca consegui esquecer dessa cena (a fala foi interrompida por episódio de choro). É como se fosse hoje. (Informante 5)*

*[...] Eu gostaria de dizer que a travesti é uma pessoa como outra qualquer, é de carne e osso. Pensa e age e deve ser tratada como as outras pessoas, sem discriminação e preconceito. (Informante 6)*

*[...] olhe! Eu fiquei internada porque meu silicone do quadril deu problema. Abriu e virou uma ferida só. Me botaram numa enfermaria de homem na emergência. Toda hora ia uma enfermeira lá me ver. Já não aguentava mais. Chegou ao ponto de um paciente que tava no mesmo espaço, sua acompanhante pedir pra tirar ele dali. Pois os colegas dele que foram visitar ficaram zoando com a cara do bofe<sup>4</sup>. Foi o fim. Eu acho que tudo isto podia ter sido evitado, mas como a gente precisa, né? Acaba relevando um montão de coisas. (Informante 7)*

Vale ressaltar que o movimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo, *queer* e mais (LGBTIQ+), no mundo e no Brasil, vem salientando a importância para seja denunciado a violência e a violação aos direitos humanos fundamentais, bem como a reivindicação da igualdade de direitos. Nesse aspecto, a publicação da Carta dos Direitos dos Usuários de Saúde, por intermédio da Portaria nº 675/GM de 31 de março de 2006, em seu terceiro princípio preconiza:

É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência, garantindo-lhes:

I - a identificação pelo nome e sobrenome, devendo existir em todo documento de identificação do usuário um campo para se registrar o nome pelo qual prefere ser chamado, independentemente do registro civil, não podendo ser tratado por número, nome da doença, códigos, de modo genérico, desrespeitoso ou preconceituoso (BRASIL, 2006b).

A partir de vivências levantadas em trabalhos anteriores, envolvendo travestis na cidade de Salvador - Bahia (MOTT; ASSUNÇÃO, 1987; OLIVEIRA, 1994; SANTOS, 2007; KULICK, 2008; PORCINO, et al, 2008; PORCINO, 2009), e ao retomar o objetivo principal de analisar a forma como percebem, lidam e são atendidas por profissionais de enfermagem em centros de saúde e hospitais da rede pública na cidade de Salvador, foi observado, em suas falas, que esta realidade está muito distante do que preconiza a Carta dos Direitos dos Usuários do SUS.

Esses encontros com as travestis possibilitaram vê-las como singulares, únicas e seres humanos dotados de enorme sensibilidade. Por fugirem do que é considerado como “normal”, em uma sociedade que demonstra preocupar-se apenas em categorizá-

4 *Bofe* termo êmico que significa ‘homem/rapaz’, ainda utilizado por pessoas *gays* e travestis.

las, marcá-las, excluí-las, muitas ainda são expulsas de casa, da escola e o trabalho sexual se apresenta como sendo a principal alternativa para (sobre)vivência.

Compete não apenas à enfermagem, mas às demais categorias da área de saúde, atentar que o Programa Nacional de Humanização dos Serviços de Saúde é uma política e se orienta por princípios, comprometida com modos de fazer, com processos efetivos de transformação e criação da realidade (BRASIL, 2004).

Nesse aspecto, acreditar que apenas o respeito ao nome social, à expressão e identidade de gênero proporcionasse um atendimento humanizado soaria muito reducionista, em função da dimensão que é a Política de Humanização. Entretanto, é possível conceber e vislumbrar que o acolhimento permeado pela empatia possibilite o estreitamento das lacunas deixadas pela exclusão e minimizem as vulnerabilidades. Com isso, se valoriza o resgate da cidadania, se por esta compreendermos como sendo a participação plena da pessoa na sociedade (XIBERRAS, 1993).

Por ser o cuidar o foco da assistência da/do profissional de enfermagem, este deve ser prestado independentemente da raça/cor, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, credo, condição social e/ou estilo de vida. À medida que atendemos a/o usuária/o, buscando conhecer inicialmente o contexto em que está inserida/o, como vive, as dificuldades encontradas, seu projeto de vida, assim como os caminhos que a/ao levaram a suas escolhas, provavelmente isto possibilite que o planejamento da assistência seja levado em consideração às ações voltadas à prevenção, com a finalidade de evitar e minimizar as iatrogenias.

## CONSIDERAÇÕES

Os resultados obtidos apontam para a necessidade da enfermagem e demais categorias profissionais de saúde não ignorarem a identidade de gênero e as campanhas elaboradas pelo Governo Federal, objetivando a sensibilização e a promoção da humanização no atendimento. Nesse aspecto, é interessante que esses profissionais reflitam acerca de suas práticas, atentando ao disposto em seus códigos de ética.

Sabe-se que garantir um cuidado humanizado requer modificações nos processos de produção, além de exigir mudanças nos processos de subjetivação. Ainda assim, vale a pena apostar numa Política de Humanização que proporcione a valorização da transformação dos sujeitos na produção de saúde. Através de processos como esses, promovemos a autonomia respeitando as escolhas individuais, pois compreendemos que o sujeito é responsável por elas. Enquanto enfermeiras/os e profissionais de saúde, compete-nos manter o diálogo na horizontalidade, com a intenção de proporcionar reflexões aos sujeitos sobre se as suas escolhas pessoais implicam em riscos para si ou outrem, sem, no entanto, deixar de considerar que as motivações frente às escolhas dependem unicamente de cada uma/um. Sob a sombra da força do hábito, não devemos impor às pessoas que cuidamos uma linguagem verbal ou

corporal pouco humanizada. Tal posicionamento denota desinteresse e desrespeito para com aquelas/es que assistimos. Com isso, só conseguimos mostrar o quanto estamos ou somos 'despreparadas/os' para lidar com o elemento chave de nossa profissão, o ser humano.

Desse modo, espera-se que a reivindicação feita pelas pessoas travestis para serem chamadas pelo nome social (para aquelas que ainda não retificaram o nome civil) possa proporcioná-las legitimidade, respeito, reconhecimento e poder de articulação, além de novas possibilidades para a 'desconstrução' das representações hegemônicas, hierarquias e igualdades de gênero pautadas unicamente na diferença biológica, apresentadas como verdades universais. Assim, à medida que nos propusermos a assistir ou cuidar de outrem, devemos levar sempre em consideração que a/o usuária/o pode não buscar apenas aliviar a sua dor ou problema físico. Eles podem buscar ainda alguém com formação profissional que não se interesse apenas por sua doença, mas por sua pessoa, que naquele momento pode se encontrar fragilizada. Podem buscar também alguém que a/o escute, que respondam de forma respeitosa suas dúvidas e anseios, que lhes transmitam segurança. Enfim, alguém que não a/o faça sentir-se discriminada/o, ameaçada/o, desamparada/o ou até mesmo que não demonstre receio em tocá-la/o.

Por fim, torna-se evidente que, frente às circunstâncias, as reflexões aqui propostas impõem e solicitam a cooperação multi, inter ou transdisciplinar para que os velhos determinismos não eclodam travestidos de revoluções científicas em nome da ciência. Do mesmo modo, espera-se que a discussão apresentada possa favorecer a descoberta de estratégias facilitadoras que proporcionem transformações e permitam, ainda mais, o aprimoramento do cuidado de enfermagem.

## REFERÊNCIAS

BARCIFICONTAINE, Christian de Paul. Prefácio. In: PESSINI, Léo; BERTACHINI, Luciana. (Org.). **Humanização e cuidados paliativos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.189-217.

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEDETTI, Marcos. A batalha e o corpo - breves reflexões sobre travestis e prostituição. **Boletim Electrónico del Proyecto Sexualidades, Salud y Derechos Humanos em América Latina**, n.11, año 2, 2004. Disponível em: <[http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/Breves\\_reflexoes\\_sobre\\_travestis\\_e\\_prostituicao.pdf](http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/Breves_reflexoes_sobre_travestis_e_prostituicao.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2009.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, set. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=en&nrm=i](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300014&lng=en&nrm=i)>

so>. Acesso em: 10 out. 2009.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar Ministério da Saúde - PNHAH**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ambiência**. 2. ed. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N° 675/GM, que aprova a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde de 31 de março de 2006**. Brasília, 2006b. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-675.htm>>. Acesso em: 10. mar. 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Resolução COFEN nº 564/2017, que aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)>. Acesso em: 2 maio 2019.

CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.51-66.

DESLANDES, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p.7-14, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232004000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jan. 2009.

GIODARNI, Anney Tojeiro. **Humanização da saúde e do cuidado**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

GOMES, Romeu et al. Gender and sexual rights: their implications on health and healthcare. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, Jun. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601997&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 maio 2019.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MEZZOMO, Augusto Antonio. O ser humano e o programa nacional de humanização da assistência hospitalar. In: \_\_\_\_\_ et al. **Fundamentos da humanização hospitalar**: uma visão multiprofissional. Santos, SP: Edição do Autor, 2003. p.17-18.

MEZZOMO, João C. **Hospital humanizado**. Fortaleza: Premius Editora, 2001.

MÓNICO, Lisete S. et al. A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Atas CIAIQ2017**, Investigação Qualitativa em Ciências Sociais, v. 3, 2017. Disponível em: <<https://>>

proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1447/1404/>. Acesso em: 2 maio 2019.

MOTT, Luiz; ASSUNÇÃO, Aroldo. Gilete na carne: etnografia das automutilações dos travestis da Bahia. **Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde**, v. 4, n. 1, p. 41-56, 1987.

OLIVEIRA, Neusa Maria de. **Damas de paus**: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher. Salvador: Centro Editorial e Didático, 1994.

PORCINO, Carlos A. et al. A percepção das travestis na cidade de Salvador em torno dos riscos no processo de reinvenção do corpo com o uso do silicone industrial. **Revista de Psicologia ATLASPSICO**, n.11, p. 6-14, dez. 2008.

PORCINO, Carlos A. A velhice travesti e suas dimensões psicossociais na contemporaneidade. **Revista de Psicologia ATLASPSICO**, n.16, p. 9-11, out. 2009.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Ailton da Silva. **Corpo educado?**: percepção do risco de contrair HIV e práticas educativas entre travestis profissionais do sexo. [dissertação]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

ZOBOLLI, Elma Lourdes Campos Pavone. Apresentação. In: OGUISSO, Taka; ZOBOLLI, Elma Elma Lourdes Campos Pavone. **Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde**. Barueri, SP: Manole, 2006. p. XIII-XVII.

## A PRÁTICA RECREATIVA DO *MOUNTAIN BIKE* NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: LAZER, NATUREZA E DOMÍNIO DOS HOMENS

### **Fabiana Duarte e Silva**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desportos, Juiz de Fora, Minas Gerais

### **Francielle Pereira Santos**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desportos, Juiz de Fora, Minas Gerais

### **Ludmila Nunes Mourão**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação Física e Desportos, Juiz de Fora, Minas Gerais

### **Marília Martins Bandeira**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus Governador Valadares, Faculdade de Educação Física e Desportos, Governador Valadares, Minas Gerais\*

**RESUMO:** Este relato teve como objetivo analisar a adesão dos praticantes de *mountain bike* (MTB) do município de Juiz de Fora. No estudo do tipo descritivo, baseado no modelo metodológico e epistemológico proposto por Arruda (2012), há uma aliança dos fundamentos da “*Actor Network Theory*” (ANT), com a autoetnografia. Foi possível observar que os praticantes de MTB de Juiz de Fora são em sua maioria homens de classe média e alta, na faixa de 35 anos. Pedalam em grupos de amigos também formados pelas redes sociais digitais. Aderem à modalidade principalmente

pelos sensações de liberdade que o esporte proporciona e pelo prazer de estar em contato com a natureza, além de manter a saúde física e psíquica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciclismo. Etnografia. Gênero.

### THE RECREATIONAL PRACTICE OF THE MOUNTAIN BIKE IN THE INTERIOR OF MINAS GERAIS: LEISURE, NATURE AND DOMAIN OF MEN

**ABSTRACT:** This report had as objective to analyze the adhesion of mountain bike (MTB) practitioners from the city of Juiz de Fora to the modality. In the study of the descriptive type, based on the methodological and epistemological model proposed by Arruda (2012), there is an alliance of the foundations of the “*Actor Network Theory*” (ANT), with autoethnography. It was possible to observe that MTB practitioners from Juiz de Fora are mostly middle and upper-class men, in the 35-year age group. They pedal in groups of friends also formed by social networks. They adhere to the sport mainly because of the sensations of freedom that the sport provides and the pleasure of being in contact with nature, besides maintaining physical and psychic health.

**KEYWORD:** Cycling. Ethnographi. Gender.

\* Este capítulo está escrito na primeira pessoa para ser consistente com a abordagem metodológica utilizada. A análise é baseada em trabalho de campo e dados coletados pela primeira autora.

## 1 | INTRODUÇÃO

O *mountain bike* (MTB) é uma das modalidades do ciclismo praticada em estradas de terra, trilhas e montanhas, com bicicleta apropriada, comumente chamada de “*bike*”. Dentre as modalidades disputadas, o cross-country (XC) é um dos eventos mais populares. As competições são realizadas em circuito fechado, com trechos estreitos e sinuosos (*single tracks*), e/ou estradas abertas, geralmente com a presença de erosões, pedras, cascalhos, troncos, árvores e travessia em trechos com lama (PFEIFFER; KRONISH, 1995). O MTB é um esporte que envolve técnica, força e resistência.

Neste sentido, optou-se por trabalhar com a terminologia “*bikers*” ao fazermos referência aos praticantes de *mountain bike*. Tal terminologia se faz necessária à medida que existem outros esportes que utilizam a bicicleta como instrumento e seus praticantes são caracterizados como ciclistas. Ademais, o *mountain biking* é considerado um esporte de aventura. Na literatura acadêmica internacional que examina os esportes de aventura, encontramos variadas denominações, como: ‘*lifestyle*’, ‘*extreme*’, ‘*alternative*’, ‘*whiz*’, ‘*action-sports*’, ‘*panicsport*’, ‘*postmodern*’, ‘*post-industrial*’ and ‘*new*’ sports (Wheaton, 2004). Apesar da diferença nas denominações, a semelhança nas características de tais atividades esportivas se tornam evidentes nas discussões acadêmicas. Nessas práticas, em grande parte individualizadas, estão incluídas uma grande variedade de atividades, desde *surf*, *skate*, *mountain bike*, *climbing*, *kaiaking*, *windsurfing* até as novas atividades emergentes como B.A.S.E. *jumping*, *kite-surfing* *esnowboarding* (WHEATON, 2004).

No Brasil, os estudiosos do tema também propuseram e/ou traduziram para a língua portuguesa, diferentes terminologias, dentre elas: Atividades Físicas de Aventura na Natureza – AFAN, Aventura, Esportes de Aventura, Esportes de Risco, Esportes na Natureza, Esportes Radicais, Atividades de Aventura, Esportes Alternativos, Esportes Californianos (COSTA, 1999; MARINHO; BRUHNS, 2003; UVINHA, 2005; PIMENTEL, 2006; DIAS *et al*, 2007; MARINHO, 2008; ABDALAD; COSTA, 2009; SCHWARTZ *et al*, 2013; BANDEIRA, 2016). Entretanto, neste trabalho, não pretendo dispensar tempo discutindo a melhor nomenclatura que defina tais práticas, observando que muitos autores já se dedicaram em caracterizá-los e situá-los na contemporaneidade.

Porém, é consenso afirmar, que nos esportes de aventura os praticantes carregam inculido um ideal de qualidade de vida, liberdade e auto superação, propiciados pelo contato com a natureza, ou seja, atraídos por emoções, desejos e anseios que a aventura pode oferecer, buscam em tais práticas a realização pessoal, ou fuga do cotidiano e da sociedade urbanizada.

Considerando que esta foi minha primeira imersão no campo empírico, procurei reunir as informações aqui apresentadas por meio de *modus operandi* que Malinowski (1978) convencionou chamar de “observação participante” apurando o imbricamento deste olhar que se faz como praticante de esporte de aventura e pesquisadora. Os relatos, coletados por meio de diário de campo, entrevista semi-estruturada e observação nas redes sociais (*Facebook*), foram de 32 (trinta e dois) dias de treinos, realizados entre agosto e outubro de 2015, na cidade de Juiz de Fora, localizada no interior do estado de Minas Gerais, pertencente à região da Zona da Mata.

## 2 | AUTOETNOGRAFIA – REFLEXÃO DE SUJEITO E PESQUISADORA

Esta experiência etnográfica se inicia na Universidade Federal de Juiz de Fora, em uma disciplina de mestrado, a qual eu cursava como ouvinte, em que foi proposta uma atividade de campo. Se por um lado havia uma insegurança de escrever um relato sobre a primeira experiência etnográfica, por outro, aflorava a confiança de estar num ambiente muito natural pra mim: a natureza e o esporte ligado a ela.

Na busca de textos com vistas a revisar algo que pudesse absorver o empirismo de minha prática, encontrei escritos sobre autoetnografia. A maioria dos estudos etnográficos com que tive contato, o etnólogo se referia como um *outsider* no campo de investigação, ou seja, um estranho no ninho. Como meu caso era diferente, busquei nos relatos da autoetnografia identificação com minha prática e reflexão de sujeito e, agora, pesquisadora.

Para o sociólogo José Pedro Arruda (2012), a autoetnografia permite dar visibilidade a vários aspectos e agentes que ficam fora das teses e ao próprio etnólogo. Arruda propõe um modelo metodológico e epistemológico baseado nos fundamentos da ANT – Actor-Network Theory, aliada à autoetnografia. Este modelo dá ênfase às redes de interação que levam o pesquisador a escolher suas metodologias, permitindo localizar a produção de conhecimento dando visibilidade aos demais atores, humanos e não humanos envolvidos no processo. Ainda segundo o sociólogo, “a prática etnográfica tradicional favorece o distanciamento em relação ao objeto e não a proximidade, com vista a uma leitura rigorosa, imune aos interesses individuais do observador” (ARRUDA, 2012 p. 10). Proposta por Bruno Latour e Michel Callon (1981), a ANT, em suma, considera os atores isomórficos e organizados em redes. O etnólogo deve traduzir seu processo interacional para identificar seus papéis (ARRUDA, 2012).

## 3 | DENTRO DA TRILHA (APROXIMAÇÃO COM O TEMA)

Considero que iniciei minha vida esportiva efetivamente em 2002, quando comecei a participar de competições de *Mountain Bike*, me destacando em provas

regionais. Em 2008 passei a treinar corrida e participei do *Ranking* de Corridas de Rua de Juiz de Fora, ficando em primeiro lugar na minha categoria de idade. Mas o que gostava mesmo era de praticar esportes em trilhas, em contato com a natureza.

No mesmo ano fui convidada pela equipe “*Armadda Adventure Team*” (RJ), para integrar o time de Corrida de Aventura. A Corrida de Aventura (CA) ou Adventure Race na língua inglesa é uma competição multiesporte que inclui as modalidades de *mountain bike*, *trekking*, canoagem e técnicas verticais, em ambiente natural, não demarcado, em que participam atletas agrupados em equipes de sexos mistos, com o intuito de percorrer variadas distâncias por orientação com bússola e navegação com mapas topográficos, podendo se estender por mais de um dia e noite. A CA nasceu na Nova Zelândia, e chegou ao Brasil em meados dos anos 1990 (TOGUMI, 2017). Desde então venho conquistando várias vitórias em provas individuais de esportes de aventura, como *mountain bike*, corrida de montanha, *multisports* e, principalmente na corrida de aventura, integrando as principais equipes nacionais, tal como Quasarlontra (SP), Lobo-Guará(SP), Brou Aventuras (MG), Oskalunga (DF) e Competition Aroeira (SP). O levantamento dos dados foi realizado no segundo semestre de 2015, quando eu treinava diariamente, alternando treinos de corrida e *mountain bike*, conciliando com a jornada de trabalho de oito horas diárias.

#### 4 | BIKERS DE JUIZ DE FORA

Os (as) *bikers* treinam na zona rural do município e cidades vizinhas, mas também se reúnem em algumas trilhas urbanas. As bicicletas são de alumínio ou de fibra de carbono e custam em média de dois mil a vinte e cinco mil reais. Os equipamentos são caros, mas isto não impede que os praticantes invistam em acessórios e peças importadas com intuito de melhorar seu desempenho e conforto nas pedaladas.

Observei, neste período, cerca de 30 *bikers*. A maioria dos (as) *bikers* observados (as) é homem (90%), de classe média e alta, moradores de bairros nobres da cidade, na faixa de 35 anos. Pedalam em grupos formados, normalmente, pelas mídias sociais (*Facebook*) ou criam grupos por meio do *WhatsApp* (**aplicativo** para *smartphones* utilizado para troca de mensagens instantâneas, vídeos, fotos e áudios através de uma conexão com a *internet*). Alguns grupos são de consultorias esportivas, onde o (a) ciclista paga para treinar com um “*personal biker*” em horários pré-estabelecidos. O *personal biker* é um treinador físico, geralmente atleta da modalidade, que dá aulas para amadores em grupo, ou individualmente. A maioria, além de ex-atleta, é profissional de Educação Física.

Nos dias de semana, os grupos possuem média de 2 a 6 ciclistas. Nos finais de semana alguns grupos somavam até 20 *bikers*, que geralmente percorrem percursos maiores (média de 30 a 90 quilômetros).

Foi possível observar *bikers* que se deslocavam de carro até uma região da cidade conhecida como cidade alta, levando a bicicleta na mala ou em suportes

apropriados, para então montá-la e partir para o pedal em si. Esta estratégia é utilizada para fugir do trânsito central, e para ganhar tempo. A maioria dos praticantes (atletas ou não) disse considerar que, apesar de nosso relevo ser propício para a prática do MTB, não há na cidade um local apropriado para o esporte, com estrutura e segurança e percebem como responsabilidade da prefeitura criar políticas públicas para incentivar a prática, como a construção de um *bike park*. Hoje todos os parques públicos da cidade proíbem a entrada de bicicletas, como o Parque da Lajinha e o Parque do Museu Mariano Procópio.

Durante os treinos, o assunto quase sempre é relacionado ao MTB: competições que ocorreram ou estão por vir, novos equipamentos, peças, percursos e passeios. A linguagem é informal, com gírias e uma linguagem própria dos *bikers*, conhecida como Brutuguês. Quem criou a língua “Brutuguês” foi Thiago Drews (“Brou Bruto”), professor de Educação Física e atleta de *Mountain Bike* e Corrida de Aventura, proprietário de uma academia de ginástica na região noroeste de Belo Horizonte. Ele ficou famoso nacionalmente no meio, por postar seus vídeos na internet, treinando e falando frases de incentivo.

Os atletas em sua maioria são muito bem humorados. Os treinos e passeios possuem clima amistoso. Muitos têm suas funções no mercado de trabalho formal, mas alguns são empresários, funcionários públicos e profissionais liberais. Algumas pessoas possuem treinadores e planilha de treinamento e saem sozinhas ou com companheiro do mesmo nível de condicionamento físico e técnico.

As mulheres pedalam, normalmente, nos grupos de consultoria, em outros grupos, ou na companhia de *personal bikers*. Raramente são vistas sozinhas. Eu costumava pedalar sozinha e, muitas vezes, esse fato foi visto com estranheza no meio e fora dele. De fato, mulheres praticantes de esportes de aventura enfrentam preconceitos que podem dificultar sua inserção e permanência no esporte, como por exemplo, a visão do feminino como um gênero mais vulnerável à violência. Esse tipo de discurso reforça o estereótipo de fragilidade, comumente associado às mulheres, desencorajando-as a se engajarem em atividades ao ar livre sem a companhia de um homem. Segundo Ludmila Mourão (2000), as mulheres ainda sofrem com avaliações negativas e restritivas relativas à preferência pelo espaço público do esporte. As mulheres com as quais tive contato no esporte, em sua maioria, compartilham do sentimento de minoria e, muitas vezes, insegurança no esporte, quando a opção é por pedalar sozinha ou na companhia de outras mulheres. Essas mulheres relataram que se sentem mais seguras na companhia de, pelo menos, um homem.

Um estudo do Canadá analisou as imagens e discursos em edições, publicadas após o ano 2000, de uma revista especializada em MTB, revelando que as identidades de gênero são representadas e criadas através de práticas de consumo. Os membros masculinos do esporte são o foco principal desta revista, resultando em muito pouco espaço para mulheres praticantes da modalidade. Além disso, o MTB é retratado como um domínio masculino, pelo qual os produtos devem ser desenvolvidos e utilizados

pelos homens. O estudo fornece uma discussão sobre as possíveis consequências de um retrato restrito da masculinidade, sobretudo a marginalização das mulheres neste esporte (HUYBERS-WITHERS; LIVINGSTON, 2010).

Marília Bandeira, em estudo autoetnográfico no campo do surf universitário no estado de São Paulo, também percebeu que as mulheres eram minoria. E quando estavam presentes, eram comparadas com os homens: “[...] quando uma surfista de pranchinha apresentava *performance* ótima, o elogio que se ouvia em muitas circunstâncias era: “Essa surfa que nem homem, essa é casca grossa!” (BANDEIRA, 2011 p.105).

Assim como Marília, muitas vezes meu desempenho foi comparado com o dos homens, e desta forma, penso que fui aceita no meio por conta de “aguentar” a pedalar com eles, embora percebesse que o fato de ficar na frente de algum homem do grupo, gerava brincadeiras e críticas por parte dos outros integrantes para com o colega que ficou para trás: “Hoje tem gente que vai voltar pra casa triste, porque tomou *caiaba* da Fabi”. “Caiaba” é um termo utilizado pelos *bikers* quando um praticante, melhor condicionado fisicamente, chega primeiro em relação à outro (s) em uma prova ou treino.

Historicamente, a inserção das mulheres nas modalidades do ciclismo foi tardia e minoritária. Segundo Frosiet *al* (2011), de acordo com o COB (Comitê Olímpico Brasileiro), somente a partir de 1988 ocorreu a participação das mulheres na competição olímpica de ciclismo, na Olimpíada de Seul (Coréia).

Apesar de percebermos um aumento histórico na adesão das mulheres nos esportes de aventura, muitos autores observam que há razões importantes para examinarmos criticamente se as mulheres estão fazendo reais incursões nestes esportes. Thorpe (2005), por exemplo, discute que o progresso positivo das mulheres no *snowboard* é superficial, e que elas ainda são marginalizadas no meio. Já Beal (1996), descreve como os jovens no *skate* enfatizavam as diferenças entre os homens e as mulheres como justificativa para criar diferentes papéis para elas, sendo estes papéis inferiores. Kay e Laberge (2004), encontraram na Corrida de Aventura, uma forte ênfase no valor das habilidades de “equipe” das mulheres, por exemplo, suporte emocional de outros membros da equipe, ou seja, papéis coadjuvantes.

Desta forma, percebemos que há contradições nas negociações de masculinidades e feminilidades nos esportes de aventura. Conquanto muitos desses esportes demonstrem alguma evidência de resistência a noções dominantes ou convencionais de masculinidade, seus praticantes também reproduzem construções de masculinidade hegemônica e patriarcado (LARENDEAU; SHARARA, 2008).

Durante os treinos e passeios, observei que era comum tirar uma *selfie* (autorretrato, geralmente tirado com uma câmera fotográfica de mão ou celular com câmera), que posteriormente era postada no *Facebook*. A divulgação das selfies se tornaram comuns em redes sociais digitais. Segundo Heloisa Bruhns, “os esportes onde a natureza é utilizada como denominador comum, respondem a opções atreladas

a vários fatores, como a aquisição de imagens através da compra de um sistema de signos (estilo de vida envolvendo aventura, desafio, risco, natureza)” (BRUHNS, 1999 p.18).

O fato de experimentar emoções em grupo constitui, de forma não desprezível, a vida social desses frequentadores da natureza, a maioria de origem urbana e costumes cosmopolitas, criando costumes expressos na linguagem e formas de se vestir e se comportar, enfim, adotando signos de reconhecimento, buscando parceiros e aliados, numa elaboração de códigos que unem e separam conjuntamente [...], numa sociedade onde predomina a aparência sobre o ser (BRUHNS, 1999 p.22).

O arquétipo do *mountain biker*, paramentado com seus apetrechos, representa uma imagem de força, coragem, homem/ mulher livre. Segundo Heloisa Bruhns (1999), “percebe-se uma tendência à estetização dos gestos esportivos [...], composto numa imagem com a natureza muitas vezes exuberante, numa espetacularização. E, em meio ao prazer da prática, um outro se manifesta, ou seja, o prazer de ser visto, sensivelmente notado nos praticantes” (BRUHNS, 1999 p.22).

## 5 | OS GRUPOS

Na cidade há alguns grupos que se encontram para pedalar. Geralmente os treinos e passeios são combinados por meio da rede social (Facebook), alguns deles: “Aloô Bikes”, “Amigos do Pedal”, “Equipe Kopa”, “Pedal das Bonitas”, “EntaBike”, “Dinossauros do *Mountain*”. Acompanhei estes grupos pelas mídias sociais e realizei observação participante no grupo denominado “Dinossauros do *Mountain*”. Este grupo sai nos finais de semana, geralmente aos sábados. É mediado por Logan (nome fictício), um *biker* de 57 anos que pratica MTB há 21 anos. Logan posta o mapa do percurso na rede social *Facebook*, com as informações complementares: “Ritmo moderado/ Forte: que exige mais resistência, bom condicionamento e treino constante, alta quilometragem e tempo de pedalada. Muitos bikers utilizam um aplicativo para monitoramento do treinamento, denominado Strava. O Strava é um aplicativo por meio de GPS que permite o monitoramento do treino (quilometragem, percurso, velocidade, altimetria) e divulgação dos índices atingidos nas redes sociais digitais para o acompanhamento de outros *bikers*. Traz informações importantes para o biker e para seu grupo; além de potencializar as competições (por meio de comparação entre os tempos de outros *bikers* da rede social), compartilhamento de informações no sentido de desafio, enaltecimento do feito, orgulho da tarefa, entre outros ([www.strava.com](http://www.strava.com)).

O “Dinossauros do *Mountain*” atrai praticantes geralmente acima dos trinta anos, e costuma reunir uma média de 6 a 15 pessoas por passeio. A maioria dos participantes é do sexo masculino (mais de 90%). O passeio dura em média 4 a 6 horas, com parada para um lanche, em algum botequim no caminho, na zona rural da

cidade ou cidades vizinhas. O encontro geralmente acontece oito horas da manhã e a saída é pontual. Caso apareça no local de encontro alguém desconhecido, Logan avisa sobre o ritmo dos participantes e nível técnico do percurso. Houve casos onde ele sugeriu que a pessoa não fosse, pois julgou que esta não teria preparo físico para suportar o passeio. Nota-se nesta ação, a importância do mediador do grupo, que preza pelos cuidados com os integrantes, assumindo para si uma responsabilidade com a integridade física dos participantes. Logan carrega consigo um kit de primeiros socorros, pois em um dos passeios observados ele tratou dos ferimentos de uma participante que sofreu uma queda. Também é importante destacar o sentimento de pertencimento por parte dos participantes que já acompanham o grupo há mais tempo. Muitas vezes esses integrantes adquirem a camisa do uniforme e se organizam no sentido de confeccionarem novos modelos de camisas e participarem de eventos representando o grupo.

Tanto nos treinos e passeios que observei percebe-se um clima competitivo. Todos querem dar o melhor de si, ninguém quer ficar para trás, ser esperado ou empurrar a bicicleta em uma subida íngreme, ou seja, “Ninguém quer ser feio” (expressão utilizada no “Brutuguês”). Apesar de ser uma expressão sem nenhuma intenção científica, seu significado pode ser considerado o componente estético desta prática, se nos remetermos aos estudos de Maffesoli (1996). Segundo Maffesoli (1996), a aparência torna-se o principal elemento da linguagem e aliada às emoções vividas em grupo, no mesmo ambiente, onde se comunga os mesmos valores, atribui sentido a esse conjunto. O corpo, desta forma, expressa sua linguagem, interagindo com outros corpos, sendo visto e notado.

Os *bikers* de Juiz de Fora relatam que os principais motivos de praticar MTB são principalmente as sensações de liberdade que o esporte proporciona e o prazer de estar em contato com a natureza, incluindo as pessoas que competem ou trabalham com este esporte, além de manter a saúde física e psíquica. Em todos os casos, a prática do MTB influencia em outros aspectos da vida do praticante, como a escolha das atividades de lazer com a família, a alimentação e o modo de vestir.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta experiência autoetnográfica tive a oportunidade de refletir sobre uma prática esportiva que vem crescendo a cada dia na cidade. Os (as) *bikers* de Juiz de Fora, relatam que os principais motivos de praticar MTB são as sensações de liberdade e o prazer de estar em contato com a natureza, além de manter a saúde física e psíquica. Apesar do notório aumento da adesão das mulheres à atividade, o MTB ainda é de domínio dos homens.

Acredito que o MTB, assim como outras atividades esportivas, está ganhando mais notoriedade na cidade não só por consequência da cultura da saúde e bem estar, mas por ser uma oportunidade de convívio social e contato com a natureza,

nesse atual panorama de grandes conturbações como violência, crise econômica, crise hídrica, conflitos políticos, desemprego e caos urbano. A fuga do cotidiano das cidades torna-se, portanto, um remédio antiestresse para o ser humano moderno, que trabalha, administra conflitos e recebe informações de forma rápida, com a evolução tecnológica. Mas também pode ser produtor de outros tipos de estresse, como, por exemplo, a manutenção da aparência e da *performance* e o julgamento da exposição nas redes sociais digitais. Sugiro mais estudos sobre as relações sociais e de gênero presentes na prática da modalidade.

## REFERÊNCIAS

ABDALAD, L.S; COSTA, V. L. M. A Participação das mulheres nos esportes de vôo livre: um estudo sobre as práticas de aventura e risco. **RevistaGênero**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 121-145, 2. sem., 2009.

ANDERSON, K (1999) The construction of gender in an emerging sport. **Journal of Sport and Social Issues**23(1): 55-79.

ARRUDA, J. P. 2012. “Tese e Antítese. A autoetnografia como proposta metodológica”. In: VII Congresso Português de Sociologia. Porto: Universidade do Porto. Disponível em: [http://historico.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP0270\\_ed.pdf](http://historico.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0270_ed.pdf). Acesso em 12 jul. de 2017.

BANDEIRA, M. M; RUBIO, K. “Do outside”: corpo e natureza, medo e gênero no surfe universitário paulistano. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte** (Impresso), São Paulo, v.25, n.1, p.97-110, 2011.

BEAL, B. Alternative masculinity and its effects on gender relations in the subculture of skateboarding. **Journal of Sport Behavior**, South Alabama, v.19, n.3, p. 204-220, 1996.

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: A natureza como espaço da experiência. **Conexões: educação, esporte, lazer**, Campinas, n.3, p.7-26, dez. 1999.

BRUHNS, H. T. No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole, 2003.

COSTA, V. L.; TUBINO, M. A. Aventura e o risco nos esportes praticados na natureza. **MotusCorporis**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 96-112, nov.,1999.

DIAS, C.; MELO, V.; ALVES JUNIOR, E. Os Estudos dos Esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Porto, v.7, n.3, dez/2007.

KAY, J.; LABERGE, S. ‘Mandatory equipment’. Women in adventure racing. In: WHEATON, B (ed) **Understanding lifestyle sports**. Consumption, identity and difference. London: Routledge, 2004. p.154-174.

FORD, N; BROWN, D. **Surfing and social theory. Experience, embodiment and narrative of the dream glide**. London and New York: Routledge, 2006.

FROSI, T.; CRUZ, L.; MORAES, R.; MAZO, J. A prática do ciclismo em clubes de Porto Alegre/ RS. **Revista Pensar a Prática**. Goiânia. 14, n. 3, p. 1- 18, set./dez. 2011

HUYBERS-WITHERS, S; LIVINGSTON, L. Mountain biking is for men: consumption practices and identity portrayed by a niche magazine. **Sport in Society**, v. 13, p. 1204-1222, 2010.

KAY J.; LABERGE S 'Mandatory equipment'. Women in adventure racing. In: Wheaton, B (ed) **Understanding lifestyle sports**. Consumption, identity and difference. London: Routledge, 2004. p.154-174.

LARENDEAU, J.; SHARARA, N. Women could be every bit as good as guys. Reproductive and resistance agency in two 'action' sports. **Journal of Sport and Social Issues**, Alberta, v.32, n.1, p. 24-47, 2008.

MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia** (Série Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARINHO, A. Lazer, aventura e risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. **Movimento**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 181-206, 2008.

MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. **Movimento**, Porto Alegre, ano 7, n. 13, p. 5-18, 2000.

PFEIFFER, R.P; KRONISH, R.L. Off-road cycling injuries: an overview. **Sports Med**, v. 19, n. 5, p. 311-25, 1995.

PIMENTEL, G. **Risco, corpo e socialidade no vôo livre**. 2006. 170 f. Dissertação (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SCHWARTZ G.M., FIGUEIREDO J.P.; PEREIRA L.M., CHRISTOFOLETTI D.A., Dias V.K. Preconceito e esportes de aventura: A (não) presença feminina. **Motricidade** v. 9, n. 1, p. 57-68, 2013.

THORPE, H. Jibbing the gender order: Females in the snowboarding culture. **Sport in Society**, v. 8, n. 1, p. 76-100, 2005.

TOGUMI, W. O que é corrida de aventura. **Adventuremag**: Informativo sobre corrida de aventura. Disponível em <http://www.adventuremag.com.br/blogsv2/adventuremagz/iniciando/o-que-e-corrída-de-aventura/> Acesso em: 28 mar. 2017.

UVINHA, R. (Org.). **Turismo de aventura: reflexões e tendências**. São Paulo: Aleph, 2005.

WHEATON, B. **Understanding lifestylesports: Consumption, identity and difference**. Nova York: Routledge, 2004.

## A SAÚDE DO HOMEM NA PERSPECTIVA DA SEXUALIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

**Alana Maiara Brito Bibiano**  
**Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral**  
**Marília Martina Guanaany de Oliveira Tenório**  
**Nívia Madja dos Santos**  
**Roberto Firpo de Almeida Filho**  
**Táise Gama dos Santos**

**RESUMO:** A Saúde do Homem tem sido assunto amplamente discutido nos últimos anos, em especial após a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) pelo Ministério da Saúde no ano de 2009. Desta forma, este artigo objetiva relatar a experiência da atuação dos residentes multiprofissionais em saúde da família na implantação e desenvolvimento de um grupo de educação em saúde com homens em uma Unidade de Saúde da Família, sobre a temática da sexualidade. Determinou-se a realização de encontros semanais, com um grupo de homens de risco, que costumavam se encontrar próximo as suas residências, na calçada, embaixo de uma árvore, ociosos, geralmente alcoolizados, e fazendo uso do tabaco e em sua maioria com problemas sociais, psicológicos e familiares e que não procuravam os serviços de saúde. A partir disso, iniciou-se o processo de realização de ações de promoção em saúde com os sujeitos eleitos. Percebeu-se a importância do uso de metodologias inovadoras que transpassem

a transferência de informações para abordar questões como a sexualidade, o que serviu para estreitar vínculos entre homens e serviços de saúde, assim como para discutir questões que ainda são ditas como tabus.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde do Homem; Educação em Saúde; Atenção Primária à Saúde.

**ABSTRACT:** The Men's Health has been a topic widely discussed in recent years, especially after the creation of the National Integral Attention to Men's Health Policy (PNAISH) by the Ministry of Health in 2009. Thus, this article aims at describing the performance of multidisciplinary residents in family health in the implementation and development of a health education group of men in a family health Unit on the theme of sexuality. Was determined to holding weekly meetings with a group of risk of men who meet near their homes, on the sidewalk, under a tree, idle, usually drunk, and making tobacco use and mostly with problems social, psychological and family and who not going for health services. From this, it began the process of conducting health promotion activities with the elected subjects. Realized the importance of using innovative methodologies that run through the transfer of information to address issues such as sexuality, which served to strengthen ties between women and health services, as well as

to discuss issues that are still said to be taboo.

**Keywords:** Human Health; Health Education; Primary Health Care.

## INTRODUÇÃO

A saúde é um processo socialmente determinado, que se relaciona com o modo de organização e desenvolvimento de uma dada sociedade. Ao extrapolar a esfera biológica, consideram-se as condições de vida e trabalho dos indivíduos e coletividades, com diferentes fatores sociais, econômicos, culturais, étnico/raciais, psicológicos e comportamentais influenciando a gênese de diferentes problemas de saúde e seus fatores de risco (Buss e col., 2007). Nesse contexto, a saúde da família como estratégia de reorganização da Atenção Primária à Saúde (APS) surge para consolidar os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) ao concretizar a passagem de uma visão fragmentada para uma visão integral do sujeito, considerando o processo saúde/doença de uma forma mais ampla e complexa (Almeida e col., 2012).

Todavia, a organização dos serviços de saúde, especialmente no âmbito da APS, tem resultado em um privilégio no atendimento das necessidades de determinados segmentos sociais como, mulheres, crianças e idosos, em detrimento do público masculino. Além disso, horários de funcionamento coincidem com o horário de trabalho dos sujeitos, e ações de prevenção e autocuidado têm sido pouco direcionadas ao homem e a lógica de atendimento permanece com foco na cura e reabilitação, não havendo garantia da integralidade do cuidado (Silva e col., 2012).

Em contrapartida, há uma construção histórica acerca do que é ser homem, situando-o como um ser viril, invulnerável, que não necessita de cuidados, onde o adoecimento é considerado como sinal de fragilidade. Nessa situação, assume, na maioria das vezes, comportamentos de risco para si e para os que estão a sua volta, não se preocupa consigo e pouco procura pelos serviços de saúde. Esse desenho social contribui para que muitos homens não recebam a devida assistência de saúde que necessitam (Guerreiro, 2012).

O homem é ainda considerado do ponto de vista sexual e afetivo. A sexualidade masculina tem sido associada diretamente ao ato sexual, sendo considerada intensa e requerente de satisfação imediata, onde o homem assume o papel de macho sempre pronto para a mulher que está disponível. Ser homem, nesse contexto, também condiz em não ser homossexual. No caso do uso da camisinha, é inconcebível numa relação estável, e as razões que motivam seu uso são apenas a curiosidade e a necessidade de evitar uma gravidez, deixando de lado a utilização para prevenir Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Guerreiro, 2012).

Assim, nos moldes da masculinidade ideal estão presentes noções de invulnerabilidade, comportamento de risco e uma sexualidade instintiva e incontrolável, associadas a dificuldades de verbalização das próprias necessidades de saúde e

sexuais, pois falar de seus problemas pode significar uma possível demonstração de fraqueza perante os outros (Figueiredo, 2005). Foi diante da necessidade de situar o cuidado à saúde do homem como uma prioridade de atenção e reconhecer este sujeito em sua integralidade, que o Ministério da Saúde instituiu, em 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) (Almeida e col., 2012).

Nesse ínterim, a discussão sobre saúde do homem e sexualidade masculina torna-se pertinente, em especial em grupos que trabalham pautados na educação em saúde, onde há um espaço de trocas horizontalizadas com formação de vínculo. É importante ponderar que discutir sexualidade com o homem envolve diferentes questões como, o conhecimento sobre o corpo masculino, a importância da atividade sexual e a vivência do prazer para ambos os sexos, as concepções de gênero e sua importância no cotidiano dos relacionamentos (relações de confiança e fidelidade, por exemplo), bem como a prevenção das doenças (Figueiredo, 2005). Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho foi descrever a experiência do desenvolvimento de atividades de educação em saúde sobre sexualidade em um grupo de homens de uma comunidade de Maceió, Alagoas.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um relato de experiência, descritivo, vivenciado em um grupo de educação em saúde para homens, desenvolvido pelos residentes multiprofissionais em saúde da família da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), no período de maio de 2014 a dezembro de 2015. A referida equipe de residentes é composta por sete categorias profissionais, a saber: Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Terapia Ocupacional que atuam em conjunto na área de abrangência da Estratégia Saúde da Família (ESF), área 72, da Unidade de Saúde da Família (USF) Dr. Hélio José de Farias Auto, localizada no II Distrito Sanitário de Saúde do Município de Maceió, Alagoas.

Inicialmente, foi realizado o processo de territorialização na área adstrita à USF no intuito de conhecer as especificidades sociais, econômicas, culturais, de morbimortalidade e outros aspectos da área de atuação. Após essa fase, identificou-se a necessidade de construir um grupo voltado para o público masculino, visto que existia um grupo de homens de risco, que costumava se encontrar próximo as suas residências, na calçada, embaixo de uma árvore, ociosos, na maior parte do tempo alcoolizados, e fazendo uso do tabaco e em sua maioria com problemas sociais, psicológicos e familiares e que não procuravam os serviços de saúde.

Determinou-se a realização de encontros semanais com os sujeitos, com o intuito de promover práticas humanizadas de educação em saúde (promoção de saúde e prevenção de doenças). Essa fase se caracterizou pelo estabelecimento de vínculos com os homens por meio de acolhimento e de atividades educativas.

Durante todo o processo de idealização e realização das atividades de educação

em saúde, percebeu-se a necessidade de abordar sobre sexualidade, no mês de julho de 2015, em dois dias não consecutivos de atividades, com o objetivo de discutir com esses homens aspectos referentes ao gênero e sexualidade bem como introduzir ações de prevenção as Infecções Sexualmente Transmissível (IST).

## RELATO E DISCUSSÃO

A APS constitui um papel relevante e estratégico para o funcionamento do SUS, pois promove relações contínuas de vínculo com a população, sendo alicerçada em trabalho multi e interdisciplinar que enfoca práticas e ações participativas e democráticas que provoca a autonomia do sujeito e uma corresponsabilização com sua própria saúde (Silva, 2000).

Nesse sentido, a educação em saúde desenvolvida no primeiro dia foi sobre a sexualidade masculina com a dinâmica da Margarida, através da confecção de uma margarida em material de cartolina (Figura 1). No pilar central da flor, havia duas folhas com as palavras: psicológico e biológico, um caule com a palavra cultura e no miolo da flor a palavra sexualidade. Cada pétala da flor tinham as seguintes palavras: prazer, sensualidade, necessidade, orientação sexual, felicidade, emoção, machismo, comunicação, amor, interação, realização, descoberta, carinho, transformação, maturidade, liberdade, reprodução, permissão e IST/AIDS.

A Educação em Saúde é um recurso utilizado por profissionais da saúde para facilitar a comunicação e atuação no cotidiano das pessoas de modo eficaz, respeitando as diferenças. É, portanto, uma ferramenta que leva o empoderamento do sujeito (Silva e col., 2012).

Cada parte descrita da flor foi distribuída para cada homem participante do grupo que foram divididos em duplas, sendo solicitada a reflexão por cinco minutos sobre a relação entre a palavra que recebeu e a sexualidade. Ademais, a dupla colocou no miolo da flor a pétala e verbalizou a reflexão. Ao término da construção da flor, houve a distinção entre sexo e sexualidade, em que o sexo é um dos aspectos da sexualidade e que esta é mais ampla, e se relaciona com a dimensão cultural, psicológica, emocional, fisiológica, e que diz respeito a um conjunto de fatores inerentes a natureza humana.

A sexualidade é por vezes entendida como exercício da atividade sexual, como um funcionamento biológico e psicológico dos sujeitos, porém a compreensão é mais ampla, é tida como produto de diferentes cenários culturais. Considera-se que características entre homens e mulheres são diferentes tanto no aspecto da vida sexual quanto no domínio da reprodução, e são, portanto, uma combinação de fenômenos que ocorrem nos indivíduos como efeito de processos complexos de socialização dos gêneros (Goldenberg e col., 2003).

Na medida em que os homens colocaram suas reflexões, a equipe de residentes questionava no sentido de mediar a construção coletiva sobre a temática, principalmente

quando os comentários vinham enraizados de preconceitos. A discussão teve um desfecho positivo, com debates enriquecedores, nos quais os homens tiveram a oportunidade de se posicionar abertamente. Houve compartilhamento de experiências pessoais, comparações sobre como vivenciamos a sexualidade ao longo da história e também nos diferentes lugares, baseados em histórias pessoais e nos telejornais. Todas as demandas surgidas foram acolhidas, respeitadas e debatidas com os participantes.

Pensar na sexualidade masculina é perceber uma exigência socialmente construída, de que o homem seja física e psicologicamente forte, com rejeição pelo autocuidado, adiando ou negando tratamentos preventivos e de promoção e de proteção da saúde. Nesse sentido, torna-se difícil aceitar a doença e reconhecer a relevância que cuidar da saúde e buscar a prevenção é o melhor caminho, evitando com isso o diagnóstico e tratamento tardio (Silva e col., 2012).

O recurso visual, o trabalho em dupla e o vínculo que o grupo já apresentava foram importantes para o desfecho positivo da atividade. A reflexão de gênero se fez presente na discussão, sendo apresentadas as diferenças entre feminino e o masculino, sua construção social e o autocuidado, mas o foco da atividade foi discutir sobre a sexualidade.

“Meninos e meninas crescem sob a crença de que mulher e homem são o que são por natureza”. No meio social, a masculinidade diz respeito ao homem que é solitário e isolado no tocante às experiências pessoais, ou, quando muito superficial e prático, deve ser direcionado a atitudes e realização de atividades (Gomes, 2003). Assim, existe uma fragilidade ou o afastamento dos homens das preocupações com o autocuidado e com a busca pelos serviços de saúde, associando-se aos valores da cultura masculina como tendências à exposição a riscos, relação da masculinidade à invulnerabilidade e também a própria educação familiar, que traz orientações que o papel social do homem é ser o provedor e protetor (Silva e col., 2012).

A segunda atividade, realizada em outro momento, abordou sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) com discussões sobre os principais sinais e sintomas, formas de infecção e tratamento das IST's mais presentes (Sífilis/Gonorreia/AIDS/Hepatites), e realização de orientações sobre as formas de prevenção. Utilizou-se os seguintes materiais: cartolina, fita adesiva, imagens de órgãos sexuais infectados, imagens de formas de contaminação e prevenção, e alguns símbolos das IST's (laço vermelho e amarelo).

Estudos demonstram que os homens iniciam a atividade sexual precocemente, com várias parceiras, em que são motivados pela atração física e não possuem vínculo afetivo, na busca de provar a masculinidade e autoafirmação de ser homem. A mulher visualiza seu início da vida sexual diferente do homem, pois tende a postergar e esperar o momento e parceiro ideal. Com isso, são influenciados por valores e crenças que defende a superioridade masculina e as desigualdades de gênero (Silva e col., 2010).

Inicialmente, relatou-se o tema da atividade para os participantes e houve a distribuição das imagens individualmente para que associassem às IST's. Na medida em que havia a associação, os homens colavam na cartolina as imagens referentes às informações sobre cada IST's. Caso ocorressem erros, uma prenda teria que ser paga: cantar uma música antiga ou recitar uma poesia. No final, os residentes colocaram o nome das IST's na cartolina e discutiram as formas de contaminação: uso de material perfuro cortante sem distinção, relação sexual desprotegido (oral, anal e vaginal), compartilhamento de alicates de unha, entre outros. Após essa etapa, foi realizada a demonstração do uso correto dos preservativos feminino e masculino com as próteses de borracha. Houve ainda, a demonstração da elasticidade do preservativo masculino, ao testarmos a colocação no braço de um dos presentes, para provar que cabe em todos os tamanhos de pênis, e tentar reduzir o estigma.

Os homens ao se relacionarem sexualmente com várias parceiras, muitas vezes, sem o uso regular do preservativo masculino, aumenta sua vulnerabilidade ao acometimento pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e IST's. Muitos justificam a não adoção da camisinha, pela diminuição do prazer no intercurso sexual, ausência da sensibilidade, desconforto na atividade sexual, irritação vaginal, risco de rompimento, entre outros. Por isso, as ações de educação em saúde são relevantes por levar orientações na tentativa de reduzir comportamentos de risco (Silva e col., 2010).

A atividade foi dinâmica, com diversificadas informações visando à prevenção das IST's. O grupo demonstrou conhecimento sobre a temática, o que reforça a necessidade de sensibilizar para o uso do preservativo e outras formas de prevenção, e não meramente um repasse de informação sobre as doenças. Por fim, foram distribuídos preservativos masculinos, femininos e gel lubrificante, e também orientamos sobre a importância de tomar as três doses da vacina contra hepatite do tipo B.

Vale ressaltar que a doença mais conhecida por esse grupo foi a AIDS, pois entre as IST's, possui maior poder de disseminação e letalidade (Rebello e col., 2011). Diante disso, faz-se necessário provocar espaços de discussões voltadas para os sentidos atribuídos à sexualidade masculina, que não se resumam apenas na prevenção do câncer de próstata, mas também de outras doenças e saúde sexual, que enfoque o autocuidado e a busca pelo serviço de saúde (Gomes, 2003).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo traz uma discussão ainda acanhada, mas que vem tomando força e mostra através de suas atividades que é necessário permitir que os homens possam expressar suas dúvidas, ansiedades e fragilidades, principalmente diante de um conceito de masculinidade que vem se alterando, para que se sintam mais acolhidos e possam procurar ajuda às suas questões de saúde.

No que se refere às ações educativas, percebe-se que elas ganham espaço junto a medidas de prevenção de IST/AIDS, tornando-se um meio de debate importante para tirar dúvidas e estreitar vínculos com os profissionais de saúde, diferente dos métodos tradicionais de campanhas. Essas ações passam a ser uma opção e poderão ser mais exitosas na medida em que, por sua metodologia, consigam transpor o limite da transmissão de informações para as discussões que problematizam as medidas preventivas bem como permeadas por questões que circundam as relações de gênero.

Percebe-se também a necessidade de se aprofundar mais as discussões sobre esses temas, visto que ainda têm sido feitas de forma superficial e pontual e de modo a não a reduzir à instância do se evitar a doença, mas ressignificá-la como caminho de promoção de interações afetivo-sexuais mais saudáveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. P.; SILVA, S. O.; SILVA, M. M. Grupo de educação em saúde para homens: um relato de experiência da enfermagem. *Revista de Enfermagem*, v. 8, n. 8, p. 227-234, 2012.

BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.

FIGUEIREDO, W. Assistência à saúde dos homens: um desafio para os serviços de atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 105-109, 2005.

GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A (Org.). *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 444 p.

GOMES, R. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 825-829, 2003.

GUERREIRO, I. C. Z. Masculinidades e prevenção do HIV. *Bol. Inst. Saúde* (impr.), São Paulo, v. 14, n. 1, p. 1809-7529, 2012.

REBELLO, L. E. F. S.; GOMES, R.; SOUZA, A. C. B. Men and AIDS prevention: analysis on knowledge production within the field of healthcare. *Interface- Comunic., Saude, Educ.*, Botucatu, v. 15, n. 36, p. 67-78, 2011.

SILVA, S. G. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 20, n. 3, 2000.

SILVA, K. L.; DIAS, F. L. A.; MAIA, C. C.; PEREIRA, D. C. R.; VIEIRA, N. F. C.; PINHEIRO, P. N. C. A influência das crenças e valores culturais no comportamento sexual dos adolescentes do sexo masculino. *Rev. enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 247-252, 2010.

SILVA, P. A. S.; FURTADO, M. S.; GUILHON, A. B.; SOUZA, N. V. D. O.; DAVID, H. M. S. L. A saúde do homem na visão dos enfermeiros de uma Unidade Básica de Saúde. *Esc Anna Nery* (impr.), Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 561-568, 2012.

## AÇÕES DE PROMOÇÃO À SAÚDE DE UMA EQUIPE INTERDISCIPLINAR EM UM GRUPO DE HOMENS: O DESPERTAR PARA O AUTOCUIDADO

**Marília Martina Guanaany de Oliveira  
Tenório**

**Alana Maiara Brito Bibiano**

**Janaína Paula Calheiros Pereira Sobral**

**Roberto Firpo de Almeida Filho**

**Táise Gama dos Santos**

**RESUMO:** A necessidade de atenção adequada à saúde dos homens em paralelo com a Estratégia de Saúde da Família (ESF) constitui um caminho possível para se avançar nesse cenário. Neste estudo, observa-se a experiência do autocuidado em um grupo de homens de uma comunidade de Maceió, visando à promoção em saúde e o despertar para o autocuidado. Constitui-se um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido pelos residentes de Saúde da Família da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Atuar nesse contexto constitui um desafio para os residentes, e desta forma, espera-se que esse trabalho e suas reflexões configurem-se como práticas de promoções humanizadas baseadas na ética da solidariedade e que contribuam para o empoderamento do autocuidado dos homens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Humanização. Saúde do homem. Cuidado. Promoção. Interdisciplinaridade

### INTRODUÇÃO

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem como pressuposto básico o trabalho em equipe, composta de vários profissionais de nível superior e médio, com o objetivo de realizar uma intervenção de caráter primordialmente preventivo e de promoção em saúde, em uma população territorialmente adscrita, visando especialmente grupos de risco, com maior propensão a adoecer ou a complicar, em funções de patologias pré-existentes e/ou falta de informação (SANTOS, 2003).

Promover tem o significado de dar impulso a; fomentar; originar; gerar (FERREIRA, 1986). Promoção da saúde define-se, tradicionalmente, de maneira bem mais ampla que prevenção, pois refere-se a medidas que “não se dirigem a uma determinada doença ou desordem, mas servem para aumentar a saúde e o bem-estar gerais” (LEAVELL & CLARCK, 1976). As estratégias de promoção enfatizam a transformação das condições de vida e de cuidado, que conformam a estrutura subjacente aos problemas de saúde, demandando uma abordagem intersetorial (TERRIS, 1990).

O autocuidado é uma atividade do indivíduo apreendida pelo mesmo e orientada para um objetivo. É uma ação desenvolvida em situações concretas da vida, e que o

indivíduo dirigi para si mesmo ou para regular os fatores que afetam seus próprios desenvolvimentos, atividades em benefício da vida, saúde e bem estar. O autocuidado tem como propósito o emprego de ações de cuidado seguindo um modelo que contribui para o desenvolvimento humano. As ações que constituem o autocuidado são os requisitos universais, de desenvolvimento e os de alteração da saúde (OREM, 2001).

No que concerne aos agravos à saúde masculina caracteriza maior vulnerabilidade a doenças, principalmente as crônicas. Os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres, e quando o fazem, adentram o sistema por meio da média e alta complexidade. Na prática, isso significa que estão com a enfermidade agravada, muitas vezes num estágio em que não há mais cura, como no caso das neoplasias prostáticas, demandando assim, maior custo ao Sistema de Saúde. A Política Nacional Integral à Saúde do Homem -PNAISH- já constituiu um marco para a discussão da saúde masculina, além das ações programáticas estabelecidas para promover a inserção dos homens nos Serviços de Saúde e suas prioridades no processo saúde-doença-atenção (SEPARAVICH, 2013).

O objetivo do presente estudo é relatar a experiência da inserção de atividades de autocuidado em um grupo de homens de uma comunidade de Maceió – Alagoas.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente trabalho foi desenvolvido por uma equipe da Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) da UNCISAL na Unidade de Saúde da Família (USF) Dr. Hélio José de Farias Auto, localizada no II Distrito Sanitário no bairro do Trapiche da Barra, Maceió, Alagoas. Trata-se de um relato de experiência, resultado de uma prática assistencial desenvolvida entre os meses de maio a julho de 2014, em ações grupais direcionadas aos sujeitos do sexo masculino, residentes e domiciliados na área de abrangência da referida unidade.

Primeiramente, foi realizado o processo de territorialização na área adscrita, quando se percebeu a necessidade de construir um grupo voltado para a saúde do homem com o intuito de promover práticas humanizadas de saúde. Determinou-se a realização de encontros semanais, com um grupo de homens de risco, que costumam se encontrar próximo as suas residências, na calçada, embaixo de uma árvore, geralmente alcoolizados, e fazendo uso do tabaco, ociosos e em sua maioria com problemas sociais, psicológicos e familiares e que não procuram serviços de saúde.

A partir disso, iniciou-se o processo de realização de ações de promoção em saúde na comunidade e especificamente com os sujeitos eleitos. Essa fase se caracterizou pelo estabelecimento de vínculos com os homens por meio de acolhimento e das atividades educativas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo educativo em grupo possibilita às pessoas compartilharem seus saberes e suas experiências relacionadas aos cuidados à saúde. Nos encontros do grupo onde os temas foram: Cuidado, família, entre outros, os sujeitos foram instigados a construir um painel com recortes de revistas e jornais respondendo a seguinte questão norteadora: “Cuidado para mim é...”. O objetivo dessa atividade foi promover reflexões entre os sujeitos com o intuito de conhecer suas concepções e desmistificar a ideia de que os homens não são adeptos ao cuidado (SOUZA; SILVA, 2007). Durante as discussões sobre cuidado surgiram diversas versões sobre o mesmo tema, contudo o mais abordado foi o cuidado fraternal, principalmente no cuidado entre pais e filhos. O que é interessante é que a maior parte dos homens devido ao álcool tem problema de relacionamento com os filhos e sofrem com o distanciamento.

Outro tema abordado foi o autocuidado, levando-se em consideração a não procura pelos serviços de saúde e a diferença de cuidado que existe entre homens e mulheres. Quanto ao gênero eles observam o homem como protetor, mas sabem que o mesmo homem que protege pode também ser agressor e entendem que isso é prejudicial. A socialização dos homens, em que o cuidado não é visto como uma prática masculina, e também outros fatores como horários de atendimento das USF, medo de descobrirem outras doenças e, muitas vezes, o atendimento ser feito por pessoas do sexo feminino, cria uma barreira a mais na questão do cuidado (GOMES; NASCIMENTO; ARAUJO, 2007).

Há um preconceito em relação ao sexo masculino, pois a saúde do homem ao longo dos anos foi pouco discutida e abordada, implicando em não ser assistido e não se cuidar (BRAZ, 2005). Justificando, ainda hoje, uma visão desses homens de que as mulheres precisam mais de cuidados e tendem a cuidar mais da família, enquanto os homens não podem ou devem demonstrar suas fraquezas.

No que diz respeito às práticas de autocuidado como a higiene pessoal, os homens mostraram-se atraídos pelos métodos utilizados para abordar as diversas temáticas, e demonstraram boa assimilação do conteúdo e principalmente levantaram durante o debate pontos-chaves quanto aos motivos que os levaram a ter atitudes de descuido e no que essas ações podem acarretar.

Ainda no que tange as práticas de autocuidado e considerando o grupo de risco, trabalhamos o autoexame e o autoconhecimento, principalmente para o câncer de boca e a importância da higiene oral na prevenção, sendo que essa é, muitas vezes, negligenciada por eles que estão bêbados. A prevenção primária do câncer de boca visa a ações ou iniciativas que possam reduzir a incidência e a prevalência da doença, modificando os hábitos da comunidade, buscando interromper ou diminuir os fatores de risco como o tabaco, o álcool e a exposição solar dos lábios, antes mesmo que a doença se instale (MARRON, 2010).

Ao final de cada grupo, foi proporcionado um momento para que os mesmos pudessem expressar suas percepções acerca da atividade. Nessa oportunidade, consideraram os temas de extrema relevância, pois é nesse espaço que se tem a oportunidade de esclarecer as dúvidas, a troca de saberes e experiências com outros homens e com os profissionais de saúde.

## CONCLUSÃO

Este relato de experiência buscou demonstrar ações de atenção à saúde do homem, evidenciar suas percepções com relação ao autocuidado e relatar as dificuldades dos mesmos em cuidar de sua saúde. Essa resistência do homem em se cuidar não está associada apenas às condições sociais ou a época, e sim a uma cultura em que os homens são educados como seres fortes e resistentes quando comparados ao sexo feminino. No que tange à identificação da concepção dos homens sobre o que é saúde, pôde-se observar que a saúde é conceituada de uma forma diferente pelos participantes por estarem inseridos em realidades desiguais quando considerados aspectos sociais e culturais.

A compreensão dessas barreiras é importante para a criação de medidas que possam promover o acesso desta população aos serviços de atenção primária com o intuito de garantir a prevenção de doenças e a promoção de saúde.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Instituição UNCISAL pela oportunidade de tornar as ações exequíveis, assim como a USF Dr. Hélios José de Farias Auto por proporcionar o campo de atuação e aprendizado em serviço, contribuindo assim para a melhoria da assistência prestada a comunidade adscrita. Ademais, agradecemos a comunidade pela receptividade e credibilidade em nosso trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre a saúde do homem: reflexão bioética sobre justiça distributiva. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E.F.; ARAUJO, F.C. Por que os homens buscam menos os serviços de saúde do que as mulheres? As explicações de homens com baixa escolaridade e homens com ensino superior. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v.23, n.3, p. 565-574, mar. 2007

LEAVELL, S. & CLARCK, E. G. *Medicina Preventiva*. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

MARRON M.; BOFFETTA P.; ZHANG Z.F.; ZARIDZE D.; WUNSCH-FILHO V.; WINN D.M. et al.

Cessation of alcohol drinking, tobacco smoking and the reversal of head and neck cancer risk. *Int J Epidemiol*, p.391:182-96 2010.

OREM, D. *Nursing: concepts of practice*. 6ª ed. St. Louis: Mosby; 2001

SANTOS, A. M. M; CUTOLO, L. R. A. A Interdisciplinaridade e o Trabalho em Equipe no Programa de Saúde da Família. *Arquivos Catarinenses de Medicina*, V. 32. no. 4,2003

SEPARAVICH, M. A. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Saúde Soc. São Paulo*, v.22, n.2, p.415-428, 2013

SOUZA, S. S; SILVA, D. M. G. V. Grupos de Convivência: contribuições para uma proposta educativa em Tuberculose. **Rev Bras Enferm**, Brasília, v. 60, n. 5, p. 590-5, set./out. 2007

TERRIS, M. Public health policy for the 1990s. *Ann. Review of Public Health*, 11: 39-51, 1990

## NA FRONTEIRA ENTRE A FEMINILIDADE E A MASCULINIDADE: MULHERES E AS TENSÕES DOS PADRÕES DE GÊNERO NA FÍSICA

### **Kariane Camargo Svarcz**

Mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

Professora da Rede Municipal de Ensino de Rio Bonito do Iguaçu/PR.  
Laranjeiras do Sul, Paraná.

**RESUMO:** Para muitos/as, a participação feminina na ciência é vista como algo consolidado e resolvido. Porém, a presença de mulheres em algumas áreas ainda sofre resistências, e sua representação quantitativa permanece tímida. Algo hegemônico no Brasil e fora dele, essa situação ocorre na Física. Muitas pesquisas, provenientes de várias áreas de conhecimento, questionam a baixa representação feminina na Física e buscam encontrar justificativas para isso. Na UFSC, embora atualmente a representação quantitativa das mulheres na física tenha aumentado, os números permanecem numa faixa de 20%, quando que em outras áreas de conhecimento científico a participação feminina é a que predomina. Nesse trabalho, através de fontes quantitativas e orais, será exposto a situação presencial das mulheres na Física na UFSC, de 2000 a 2010, exibir e problematizar as falas dessas personagens que acham-se arroladas nesse curso. Será facilitado ao debate os desafios,

anseios e entraves que permeiam o cotidiano das estudantes de física, e verificado sob quais condições elas ocupam esse “outro” lugar. Muitas vezes, precisam vestir um outro corpo, e se roupar de modos de ser menos *feminilizados*, para tornarem-se e sentirem-se parte do grupo, que hegemonicamente é masculino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulheres; Ciência; Gênero; Masculinidade e Feminilidade; Física.

### AT THE FRONTIER BETWEEN FEMININITY AND MASCULINITY: WOMEN AND THE TENSIONS OF THE STANDARDS OF GENDER IN PHYSICS

**ABSTRACT:** For many people, the women’s participation in Science seen as consolidated and solved. However, the presence of women in some areas still suffers resistance and their representation remains limited. Something hegemonic in Brazil and in other countries, this situation happens in Physics. Many searches developed in several areas, question the low representativeness of women in Physics and have sought justifications for this. At the Federal University of Santa Catarina (UFSC), nowadays the quantitative representations of women in Physics has increased, the data show circa 20%, while in others areas of science the women’s participation are predominant. This paper analyse a women’s representativeness in Physics at UFSC from 2000 to 2010, by means

of quantitative and oral sources, know the speeches of women who participated in this university course. The challenges, wishes and obstacles, that permeate the daily life of Physics women students will be presented to the debate, and verified under what conditions they

Occupy this “other” place. Often they need to put on another body, and clothe themselves in ways of being less feminized, to become and feel part of the group, which is hegemonically male.

**KEYWORDS:** Women; Science; Genre; Masculinity and Femininity; Physics.

## 1 | INTRODUÇÃO

Excluídas da Ciência sem nenhuma outra razão além do seu sexo, as mulheres têm sua história na Ciência obscurecida e desacreditada. Hoje, é bem verdade que encontramos com facilidade mulheres em diversas áreas acadêmicas e científicas nas universidades, no Brasil e fora dele. Em alguns departamentos, seu número chega a ser bem maior do que o número de homens.

Mas, será que poderíamos cogitar numa superação das desigualdades de gênero que permeou os campos científicos em seu desenvolvimento e formação? Muitos pensariam que sim. No entanto, nesse texto apresento alguns dados que podem revelar a permanência de padrões de gênero resistindo no interior de algumas áreas científicas.

Através de dados obtidos junto à base de currículos lattes, em 2013, foi possível verificar que no Brasil, na distribuição de pesquisadores por sexo e grande área de atuação, as mulheres predominam nas áreas de Ciências Humanas, expressivamente, nas Ciências da Saúde e nas Ciências Biológicas. Os homens, por sua vez, predominam nas Ciências Exatas e da Terra e nas Ciências Agrárias, liderando as áreas da Engenharia.

O que tem levado as mulheres a permanecerem fora de certas áreas científicas? O que tem levado as mulheres a permanecerem fora da Física?

Em pesquisa realizada por mim, a respeito dessa diminuta presença de mulheres na Física, verifiquei que na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com sede em Florianópolis, a presença feminina na Física não tem sido superior a 22% em relação à presença masculina. Levando em consideração que a UFSC é uma universidade tradicional no Brasil, e que muitos dos seus cursos aguçam o interesse de jovens de diversas localidades do país, não se poderia deixar de avaliar a atuação das mulheres na Física, pois acredita-se que a presença ou ausência das mulheres nas ciências demarca a superação ou a manutenção das desigualdades de gênero na sociedade.

Mulheres e homens aprendem na infância a reconhecer e a ocupar seus lugares na sociedade. Nossos corpos, nossos destinos, as escolhas que fazemos escapam de nosso controle e recebem influência, direta ou indiretamente, das instituições

sociais (família, escola, igreja, mídia, ciência), que atuam em uma complexa rede de produção de saberes e de normas, determinando quem somos, nosso gênero, nossa identidade. (SCOTT, 1995).

Meninos e meninas, estimulados desde a infância, pela mídia, escola e outras instituições sociais, desenvolvem desde cedo interesses distintos. As áreas científicas, dentre elas, em especial, as Exatas, foram normatizadas pelas diferentes instituições como área que historicamente devem ser praticadas por homens.

A partir da análise da fala de duas estudantes do curso de Bacharel em Física da UFSC, que fizeram parte de entrevista-semiestruturada, e que abordaram questões referentes a sua rotina na academia, aos desafios enfrentados ao longo de sua formação, o artigo aponta algumas evidências de resistência aos padrões de gênero que permeiam a Física em tempo presente.

O objetivo dessa pesquisa foi compreender como as jovens tem se sentido como mulheres em um ambiente consagrado historicamente como masculino, em uma área de grande prestígio intelectual, caracterizada como uma ciência dura ou *hard*.

## 2 | METODOLOGIA DE PESQUISA E ABORDAGENS TEÓRICAS

Essa pesquisa adentra nas preocupações de História do Tempo presente. É importante ressaltar que o Tempo Presente insere-se no campo historiográfico não apenas como recorte cronológico, mas toma a própria temporalidade como um objeto de reflexão, trazendo à tona operações metodológicas que caracterizam o historiador do Tempo Presente. Para Dosse:

A noção de História do Tempo Presente remete a uma noção que é ao mesmo tempo banalizada, controversa e ainda instável. Ela implica em uma reflexão sobre o tempo, que foi durante longa data o impensado da disciplina histórica. (DOSSE, 2012).

Nesse presente sobre o qual se debruça, os fatos não se apresentam linearmente, estão “esparramados” e desconectados uns dos outros, carentes de significado. O historiador, por sua vez, necessita inseri-los no processo histórico, analisando as rupturas e as continuidades.

A História do Tempo Presente encontra-se na interseção do presente e da longa duração. Os historiadores do Tempo Presente analisam as pendências que restam do passado e que persistem no hoje, objetivando contribuir na solução dessas pendências, quitando-as, favorecendo a abertura de uma realidade melhor.

Nas representações correntes acerca do cientista, “a” cientista poucas vezes aparece. Assim, a contribuição desse texto é reafirmar a existência de mulheres na Ciência, mostrar o trabalho que elas executam, dar visibilidade e voz às suas experiências, expectativas e frustrações, devolvendo sua imagem à sociedade.

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho e nas ciências é um problema

ainda por se resolver. Mesmo que as mulheres não sejam barradas nas universidades por vias de leis, são tampouco incentivadas para adentrar nos campos científicos e tecnológicos, seja pela sua família, pela educação recebida, enfim. Ademais, no interior desses campos, para aquelas que adentram nesses lugares, as restrições vão ocorrendo de forma silenciosa e mascarada, tornando as mulheres *outsiders* nessas áreas. (LOMBARDI, 2005).

Para Koselleck (2014), a sociedade contemporânea contém estruturas que não são inerentes apenas a ela, mas que provêm de uma longa duração. Funcionam como constelações que se repetem, com a persistência de atitudes e credos arcaicos. Koselleck propõe uma outra concepção de tempo, não linear nem singular, mas uma constelação, onde regularidades, sequências, duração, repetição, rupturas e descontinuidades se misturam.

O mundo científico alterou consideravelmente após 1960, no Brasil. Várias áreas, como a Física, Química e as Engenharias, sofreram algumas alterações, motivadas pelas pressões sociais, econômicas e políticas, que acabaram favorecendo a entrada das mulheres nessas áreas. Contudo, a Ciência era concebida no masculino, sendo as mulheres não excluídas desses campos, mas inviabilizadas de competir com igualdade com os homens.

O conceito de gênero, fundamental nesse trabalho, indica que a formação de homens e mulheres se dá em uma dimensão relacional, e ambos se definem mutuamente, numa relação de reciprocidade, de modo que ambos não podem ser entendidos se analisados isoladamente. Quando se trata de uma construção histórica de homens e mulheres, tal categoria torna-se importante ferramenta, pois questiona as construções sociais, culturais, histórica, das relações de poder e saber na sociedade. Nessa perspectiva, gênero não se dá sob uma matriz biológica, dada a priori, fixa e imutável. Gênero e sexo, são, portanto, categorias discursivas, culturais, produzidos pelos conflitos entre o poder e o saber. (SCOTT, 1995).

Os procedimentos metodológicos desenvolvidos durante a pesquisa constituíram na coleta de dados quali-quantitativos acerca do número de mulheres constando nas relações de matriculados em Física da UFSC, dentre 1980 a 2010, e do número de mulheres constando nas relações de concluintes nesse período.

Os dados de uma pesquisa quali-quantitativa permitem diálogos interdisciplinares e documentam como é recíproca a relação entre o gênero e a ciência, alterável ao passar do tempo. Esses dados fornecem uma medida objetiva do status da mulher na ciência e na tecnologia, deixando em evidências sinais de discriminação visível e invisível nesse meio de trabalho. (SHIENBINGER, 2001).

Além dos dados quali-quantitativos, essa pesquisa apoia-se num trabalho de história oral, com a finalidade de conhecer melhor o trabalho científico, as relações entre os/as cientistas, nessa universidade. É através de suas narrativas que os sujeitos constroem suas histórias, dando sentido aos fatos, a quem são e a quem são os outros, constituindo sua própria identidade. A investigação narrativa permite

a utilização de diversos meios para a produção dos dados narrativos. (LARROSA, 1996).

Dessa forma, esse trabalho foi desenvolvido através de entrevistas semi-estruturadas com quem se formaram em Física na UFSC e seguiram carreira nessa área, na UFSC ou fora dela, seja como docentes no ensino médio, como pesquisadoras e docentes no ensino superior e ainda como estudantes que se encontravam nas etapas finais do curso. O objetivo era fazer um contraponto de percepção de geração distintas em relação às vivências femininas na Física.

A pedido das entrevistadas, não será divulgado os nomes reais das mesmas, conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre. Assim, os nomes elencados são fictícios.

### **3 | A FÍSICA NÃO É DIFÍCIL DEMAIS PARA AS MULHERES? SOBRE AS CULTURAS DAS CIÊNCIAS**

“Você faz Física? Nossa, então você deve ser muito inteligente!”.

Cristina é estudante do curso de Física, na modalidade Bacharel, e encontrava-se no momento da entrevista, que foi realizada em abril de 2016, em processo de seleção para o mestrado. Se encaminhava também para as últimas etapas de sua graduação.

Conversando com ela sobre suas vivências na Física, uma questão que fiz a ela versava sobre a reação das pessoas em relação à sua profissão. Segundo ela, o argumento acima exposto têm sido um dos mais ouvidos pelas pessoas que fazem Física, e que tal concepção incomoda.

Para ela, essa maneira de pensar retira todo o peso de estudos e trabalho que os estudantes de Física dedicam para aprenderem os conceitos de Física, as fórmulas e os processos de resoluções de problemas. Todo esse processo é de tensão e dedicação, e a ideia de que quem faz Física seria muito inteligente esconde a batalha pela construção do conhecimento. Ainda, traz à tona a antiga concepção de que somente os mais geniais podem ser cientistas e Físicos, retirando o valor da boa vontade, dedicação e disciplina que são essenciais para quem se direciona para esse tipo de atuação. Além disso, esse preconceito reforça a imagem da Física como masculina, bem como os estereótipos já divulgados nas mídias, de que cientistas são pessoas essencialmente inteligentes.

Existem várias representações de cientistas como pessoas incrivelmente inteligentes e esquisitas em nossa sociedade, de modo que muitas garotas não querem ser cientistas para não serem rotuladas dessa forma. Há muito tempo que se conceitua inteligência de forma negativa, como que se a pessoa for muito inteligente, haverá outras carências nela, como falta de habilidade para fazer amizade, para amar, para ser bem sucedido na vida social. (SHINBINGER, 2001). Em alguns

filmes como “Tá chovendo hambúrguer I e II”, lançado pela Sony Pictures em 2009, produção recente, encontra-se esses estereótipos de cientistas elencados acima. As meninas cientistas são sempre comparadas com as garotas “normais”, e se ganham dessas em inteligência, perdem em beleza, estilo, relações sociais e comunicação. Essas normatizações têm desestimulado as garotas para a Ciência e a Tecnologia. (CARDOSO, 2016).

A Ciência tem culturas e subculturas. Uma cultura é mais do que instituições regulamentando corpos e governando uma profissão. Consiste em valores e normas não formais, mas que ditam a vida de seus membros. A Física tem culturas identificáveis cujos costumes e modos de pensar se desenvolveram ao longo do tempo e tomaram forma na ausência das mulheres e em oposição à sua presença. Para a historiadora Londa Shienbinger (2001), as mulheres na Física vivem em dois mundos, o da Ciência e o da condição feminina. Em cada um, as expectativas e atuações são muito diferentes. O que é sucesso em um pode ser fracasso em outro.

No universo científico moderno, foi elaborado um código de comportamentos e atividades identificadas como masculinas. Nesse esquema, a feminilidade apresentava um conjunto de qualidades antitéticas ao *ethos* da Ciência. As virtudes ideais da feminilidade eram pensadas como erradas para a prática científica. Alguns cientistas chegaram a apresentar teorias com base empírica provando que as mulheres não teriam habilidades naturais para a ciência. (SARDENBERG, 2012).

Um pavor geral da representação feminina nos espaços públicos passou a justificar as relações de gênero a partir das condições biológicas da mulher, deixando-a refém de sua condição corporal. Enquanto o homem era entendido como mais racional, livre de suas necessidades biológicas, apto para o abstrato e para as questões espiritualmente mais elevadas, as mulheres, carentes de genialidade, eram propensas à atividades domésticas, práticas e manuais. Não eram capacitadas para o pensamento criativo, e eram incapazes de se desatar das coisas corriqueiras e materiais para se dedicar aos assuntos das ciências e desenvolver sua mente.

A Física permanece masculinizada, porque no interior do seu campo há uma divisão muito clara de gênero por áreas, sendo que as meninas acabam sendo direcionadas para as áreas experimentais, e os rapazes, desdenhando essas áreas, ficam nas áreas teóricas, difíceis e abstratas, consideradas as de mais alto prestígio, por produzirem “o verdadeiro conhecimento científico”, conforme relato das entrevistadas. Flávia, que cursava o 7º período do curso de Física, revelou que as meninas, quando elogiadas, não eram elogiadas enquanto meninas: “Você é tão inteligente que nem parece uma menina”. (Flavia. Entrevista concedida a Kariane Svarcz. Florianópolis, abril de 2016).

Segundo a estudante, comentários assim não eram raros nas salas de aula e nos laboratórios, onde era comum ouvir brincadeiras proferidas por professores, especialmente os mais velhos, dizendo coisas como “se as meninas tiverem alguma dúvida perguntem aos meninos”, ou “isso você consegue fazer, é só mexer a panelinha”

e ainda “as louças as meninas lavam”. Para evitar constrangimentos maiores, as meninas não enfrentam essas piadinhas e procuravam levar na brincadeira. (Flavia, Entrevista concedida a Kariane Svarcz. Florianópolis, abril de 2016).

Cristina comentou que da parte dos colegas mais jovens havia pouca resistência à presença feminina, e as relações com eles eram tranquilas. Porém, era comum o silenciamento das alunas nos laboratórios:

Eles duvidam que você seja capaz de dizer algo útil, eles duvidam que você possa estar certa sobre determinado problema. Você fala, mas eles não ouvem, ou acabam te ignorando. (Cristina, Entrevista concedida a Kariane Svarcz. Florianópolis, abril de 2016).

Alguns pesquisadores têm investigado sobre esse silenciamento das mulheres nas Ciências. Foi detectado que as mulheres, em laboratórios, permanecem em uma situação passiva, sendo que apenas os homens falavam. Na disputa da liderança de um laboratório, esse é um fato emblemático, onde a voz autorizada é a dos homens. (KLANOVICZ, 2016).

Importantes contribuições científicas vieram de mulheres, que sequer são citadas na academia. Esse é uma forma de reduzir as mulheres cientistas, ao negligenciar suas contribuições para as suas áreas. Na maioria dos casos, as mulheres acabam apagadas, pouco lidas na academia, sendo que os nomes que aparecem nas bibliografias de planos de aula costumeiramente são os dos homens (SOMBRIIO, 2014). Denota-se, portanto, que nessas áreas científicas, as vozes femininas ainda requerem legitimidade.

O silenciamento das mulheres na Física se dá de diversas formas. Ele ocorre através das piadas, quando se leva a pessoa ao descrédito, e esse segue sendo um modo indireto de silenciar alguém. Ele aparece quando não se reconhece o trabalho das mulheres, quando as recompensas são sempre dadas aos homens, pois a distribuição de prêmios científicos não é neutra em relação ao gênero, consagrando como grandes e importantes apenas os homens. O silenciamento aparece ainda quando as mulheres são deslegitimadas, chamadas de históricas, quando tentam resistir às injustiças e lutar por seus direitos, na academia e fora dela.

#### **4 | MULHERES NA FÍSICA NA UFSC: SITUAÇÃO PRESENCIAL**

A partir dos dados coletados acerca da distribuição de gênero no Centro de Física da UFSC, com base nas matrículas e relações de egressos, verificou-se que a situação quantitativa das mulheres na Física nessa universidade não era discrepante da situação elencada por outros pesquisadores.

Mesmo que a partir dos anos 2000 mostre-se um aumento da presença feminina na ciência em geral, e também na Física, denota-se que a quantidade de mulheres na Física permanece muito abaixo da participação masculina, não ultrapassando o

limite de 20% do total.

Desde os primeiros anos de funcionamento do curso de Física na UFSC, o que ocorreu em fins da década de 1960, a área já contava com a presença de mulheres, ainda que em números pequenos e isolados. Algumas delas se tornaram importantes nomes na física, como a já falecida Erika Zumermann, uma das primeiras mulheres a se graduar em Física na UFSC, que se tornou importante professora e pesquisadora da Universidade de Brasília - UNB. Dessa forma, não se poderia considerar que as mulheres estiveram ausentes da Física.

Entretanto, considerando que as mulheres, atualmente, são a maioria nas universidades, o fato de na Física serem a minoria indica para a persistência de padrões de gênero estruturando a área.

Por outro lado, as fontes orais sinalizaram para algumas questões que não têm incentivado a entrada ou a permanência dos jovens, tanto homens como mulheres, na Física. A ênfase quase que absoluta do ensino de Física em teoria ou a pouca ênfase em Física Experimental, a irrelevância do profissional de física no mercado de trabalho, desestabilizam os interessados pela área. Ficam apenas aqueles que têm disponibilidade e interesse em seguir carreira acadêmica na área. Pessoas com outros perfis acabam migrando para outras áreas afins, como as da Engenharia.

Dessa forma, percebe-se que certas peculiaridades do curso de Física reduzem as expectativas dos candidatos à área, e isso independe do gênero. No interior de seus muros, a Física exclui e seleciona os perfis que melhor se adaptam aos seus padrões de funcionamento.

## 5 | A INSERÇÃO DAS MULHERES NA FÍSICA: VIVENDO EM DOIS MUNDOS

*“Onde você vai tão arrumada desse jeito?”*

Parte-se da perspectiva de que não há na sociedade um tipo único de ideal de masculinidade. Não só os homens buscam atingir esses ideais, mas as mulheres, que uma vez inseridas em um ambiente masculino onde se exalta determinado padrão de masculinidade, também buscam construir-se de acordo com ele. (CONNEL, 2013).

Dessa forma, para sentirem-se parte do grupo, as mulheres reveem se a feminilidade “cabe” naquele grupo, naquelas relações sociais ou não. Se não cabe, buscam construir outro perfil mais próximo ao consagrado no ambiente.

As masculinidades são configurações de práticas realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular, sendo elas, portanto, plurais. As mulheres podem, em determinados momentos, se apropriar de aspectos da masculinidade hegemônica, tornando-se, ainda que constituídas em meio às relações de poder como grupos subalternos, agentes definidores dos cursos das novas condutas, tornando as relações de gênero

e sociais bastante dinâmicas. (CONNEL, 2013).

Nas entrevistas, as alunas enfatizaram um outro tipo de identidade feminina construída na Física. Para essas mulheres, há alguns valores consagrados na área que cobram das mulheres um perfil feminino que elas consideram distinto do perfil “normal”, encontrado em muitos outros cursos, em que citaram as áreas da Saúde e da Educação, como exemplo. Trata-se de um estilo, um jeito de se arrumar, de se vestir e se embelezar considerado mais simples, confortável, menos feminino e mais sério. Esse seria o estilo que se sobressai entre as mulheres na Física, criado paralelamente aos perfis já existentes na área.

Na cultura ocidental, nas representações sobre a feminilidade, a mulher aparece sempre de maquiagem, salto alto, cabelos bem escovados e longos, sedosos e soltos, roupas graciosas, que servem para alegrar e embelezar os ambientes e a vida dos homens. O visual mais prático e simples, menos elaborado, foi relegado aos homens. As meninas na Física, já adaptadas a uma outra performance de gênero, precisam lidar com as cobranças de familiares e conhecidos por conta desse estilo pouco feminino.

Mas, se por um lado as meninas da Física se incomodam com esses rótulos socialmente construídos em torno da imagem das “garotas inteligentes” como “pouco femininas”, por outro demonstram identificação com esse perfil considerado simples e confortável. Para elas, pessoas focadas, com questões relevantes para se ocupar, não tem tanto tempo para caprichar no visual, que seria futilidade. “Nós temos outros interesses e outras preocupações que as outras meninas de outras áreas não têm”. (Cristina. Entrevista concedida a Kariane Svarcz, abril de 2016).

Percebe-se nessas estudantes a necessidade de deixar marcado um perfil de meninas na física, próximo ao perfil já existente sobre meninos de física. É o que Butler (2008) chama de performance de Gênero, que pode se dar em qualquer corpo, produzindo efeitos como estilização dos corpos, dos gestos e comportamentos que criam a ilusão de um eu marcado pelo gênero. Assim, os membros de uma determinada cultura, a partir das relações estabelecidas no cotidiano de trabalho, acabam imitando os demais, com ou sem intenção. Nessa perspectiva, gênero se dá pela repetição de normas que podem ser transgredidas, imitadas ou parodiadas. Se o estilo dos físicos é considerado “mais simples”, com o uso de camisetas de super-heróis, bermudas e chinelos, o das físicas não está tão distante, mas não é exatamente igual, de modo que não implica considerar uma masculinização das meninas da física.

O que se entende por feminilidade hoje é estar antenado à moda. Mas na Ciência, os cuidados demasiados com a aparência parecem ser dispensáveis. Em contraponto, as meninas da Física são bastante criticadas por deixar de lado a sua feminilidade. Os colegas fazem piadas em relação ao visual das colegas, porém cobram delas quando essas apresentam-se de uma forma mais “ajeitada”.

Você precisa se vestir num meio termo. Tem que encontrar um estilo que não

chame a atenção para a sua feminilidade. Você tem que (sic) passar despercebida. Quanto mais despercebida for, melhor. Se você vem de vestido, eles olham e ficam questionando: Nossa, onde você vai? Ou: “Nossa, é você mesmo?”. E não é esse tipo de atenção que você quer. (Cristina. Entrevista concedida a Kariane Svarcz, 2016).

Denota-se que para sobreviver nessa arena, é necessário esconder a feminilidade e todos os traços que se pensa ser originário dela. Em outros ambientes, Cristina afirmou explorar mais ‘seu lado feminino’, mas no ambiente acadêmico opta por manter a discrição, não apenas por temer assédios, mas porque reconhece que chama a atenção dos colegas para seu gênero e corpo. Nos laboratórios, salas de aula e outros ambientes de trabalho, quanto menos demonstrar que é mulher, quanto menos deixar aparecer o seu “eu mulher”, melhor.

Uma das físicas mais reconhecidas no mundo todo, Marie Curie, em seu tempo, foi bastante criticada por apresentar-se sempre vestida de modo que não realçava a sua feminilidade, com roupas simples e escuras e com um penteado simples, demonstrando ser feito às pressas (MONTERO, 2013).

Denota-se que as mulheres permanecem sendo cobradas por sua aparência, e permanecem com o selo decorativo nos ambientes onde se encontram. Ainda que tenham conquistado espaço em ambientes masculinos, o estereótipo antigo ainda as persegue e parece ser difícil de desconstruí-lo.

A resistência à sua participação no mundo científico pode ser percebida de várias formas: na distribuição de bolsas, na oferta de cargos comissionados em instituições públicas, no convite à parcerias de laboratórios e publicações, viagens no exterior, enfim. Porém, piadas acerca de sua aparência, cobranças em torno da ideia consagrada de feminilidade, assédio sexual são mais alguns dos fardos que pesam sobre os ombros daquelas que escolhem áreas masculinizadas para estabelecer uma carreira profissional.

Para se reafirmar e permanecer nesses ambientes, as mulheres abrem brechas e encontram saídas, contornando os obstáculos de modo que lhes seja favorável e propicie seu encaminhamento na área. Porém, cabe dizer que embora as mulheres tenham conquistado o direito à escolha de sua profissão com muito mais liberdade que suas antepassadas, velhas questões ainda vêm à tona, para pesar suas rotinas, como a questão do preconceito de gênero e dos estereótipos que rondam as áreas de trabalho, que lhes colocam uma série de cobranças e a necessidade de se reinventar, remodelar, para que seu sucesso seja alcançável.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem razões históricas que justificam a preferência das mulheres por determinadas áreas científicas que não a Física. Dentre essas razões, destaca-se a

representação difundida em torno da imagem do cientista moderno, a qual se refere a um homem cabeludo, desajeitado, louco, como a de Albert Einstein.

Parte das feministas tem se debruçado a desconstruir essa representação fabricada em torno do que define um cientista, propondo a reescrita da história com a participação de mulheres que fizeram ciência, pretendendo devolver à história parte da história das mulheres que ficou esquecida.

Os desafios para as mulheres que querem ser cientistas hoje são árduos. Além da falta de incentivos para seguirem em tais carreiras no Brasil, tanto governamentais, quanto familiares e educacionais, tendo em vista a baixa representatividade que cientistas e a ciência tem tido nesse país nos últimos momentos, para aquelas que adentram nessas áreas, especialmente em áreas tradicionalmente masculinas, as restrições vão ocorrendo silenciosamente e de forma mascarada. E várias pressões são impostas à rotina das mulheres.

Na física, além de serem frequentemente silenciadas e desautorizadas por colegas, as mulheres percebem a necessidade de se adaptar a algumas regras consagradas no ambiente, necessitando aturar vários comentários preconceituosos, em relação ao ser mulher e ser física ao mesmo tempo. Essa questão sinaliza para problemas de desigualdade de gênero nos ambientes que tem persistido, mesmo com os avanços das discussões feministas no universo acadêmico. A Física segue com uma face masculina, ancorada numa identidade masculina, excluindo de seus domínios personalidades que não querem ser encaixadas e adaptadas a seus modelos de funcionamento. Enquanto isso, a área da Física segue sendo para poucos, repercutindo em uma baixa representatividade na sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGRELLO, D. A.; GARG, R. Mulheres na Física: poder e preconceito nos países em desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ensino de Física, Brasília** - DF, V. 31, n. 1, nov-abr, 2009.

BARBOSA, M. C.; LIMA, B. S. Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar? In YANNOULAS, S. C. **Trabalhadoras: Análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Abaré Editorial, 2013.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COLLING, A. A construção história do feminino e do masculino. In STREY, M; CABEDA, S L.; PREHN, D. (orgs) **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 13-38, 2004.

CONNEL, R; MESSERSCHIMIDT, J. S. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21 (1): 241:282, jan-abr, 2013.

DOSSE, F. História do Tempo Presente e Historiografia. In **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, 2012.

KLANOVICZ, L.R.F. Para além do corredor rosa: a ciência à mão de meninas. In \_\_\_\_\_ MOREIRA, R. (Orgs). **Estudos de gênero em perspectiva**. Ponta-Grossa: ANPUH-PR, p. 123-150, 2016.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre a história**. HEDIGER, M. (Trad.), Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARROSA, J. Narrativa, Identidad y desidentificación. In **La experiencia de la lectura**. Barcelona: Laertes, 1996, p. 461-482.

LOMBARDI, M. R. **Perseverança e Resistência: a Engenharia como profissão feminina**. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas, 2005.

MAFFIA, D. Crítica Feminista à ciência. In: COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. B (Orgs). **Feminismo, Ciências e Tecnologia**. Salvador: REDOR/NEIMFFCH/UFBA, pp, 25-38, 2002.

MONTERO, R. **La ridícula idea de no volver a verte**. Porto-Portugal: Porto Editora, 2013.

SHIENBINGER, L. **O feminismo mudou a Ciência?** São Carlos/SP: EDUSC, 2001

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul-dez, 1995.

SOMBRIO, M. M. O. **Em busca pelo campo: Ciências, coleções, gênero e outras histórias sobre mulheres viajantes no Brasil em meados do século XX**. Tese (doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Geociências. Campinas, 2014.

VELHO, L. PROCHAZKA, M. V. Mulheres na Ciência. No que o mundo da Ciência se difere dos outros mundos? **Revista ComCiência**, Campinas, 2013.

## ECONOMIA SOLIDÁRIA: ECONOMIA DE MULHER?

**Maria Izabel Machado**

**RESUMO:** Iniciativas de geração de renda e participação cidadã associadas à Economia Solidária tem demonstrado há alguns anos a importância de associações e redes como essa no tocante a minimização da pobreza, especialmente no restabelecimento de laços de proteção entre indivíduos e comunidades. Um dado relevante sobre essas experiências é a grande participação de mulheres, especialmente nos Clubes de Troca; o que desafia de imediato, a manter-se um referencial analítico gendricado. Originados na década de 1990 na Argentina e presentes em diversas regiões do país, no Paraná encontram-se articulados na Rede Pinhão de Clubes de Troca, base para os estudos empíricos do presente trabalho. Há diferentes discursos em construção em torno da Economia solidária que refletem concepções distintas quanto ao papel e aos impactos esperados das iniciativas. Procuramos problematizar, frente à diversidade de abordagens, o papel secundário atribuído a Economia Solidária e ao trabalho produzido por mulheres junto aos estudos clássicos e quiçá junto a determinados setores do movimento social.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária; gênero; mulher; trabalho.

**ABSTRACT:** Initiatives to generate income and citizen participation associated with the Solidarity Economy have demonstrated for some years the importance of such associations and networks in terms of minimizing poverty, especially in the restoration of protection ties between individuals and communities. A relevant fact about these experiences is the great participation of women, especially in the Exchange Clubs; which immediately defies the maintenance of a gendricated analytical framework. Originated in the 1990s in Argentina and present in several regions of the country, in Paraná are articulated in the Pinhão Network of Exchange Clubs, base for the empirical studies of the present work. There are different discourses under construction around the Solidarity Economy that reflect different conceptions about the role and the expected impacts of the initiatives. We try to problematize the secondary role attributed to the Solidarity Economy and the work produced by women in the classical studies, and perhaps in certain sectors of the social movement.

**KEYWORDS:** solidarity economy, gender, woman, work

### INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende estabelecer relações entre as representações construídas na definição do que é trabalho, trabalho

feminino e os impactos dessas representações no papel atribuído aos Clubes de troca e na identidade de suas participantes.

Mesmo que de forma velada assiste-se a certa hierarquização dos empreendimentos ditos solidários na qual ocupam a dianteira as Cooperativas de Crédito e de Produção Agrícola, tendo como critério básico o potencial econômico e o alcance das iniciativas em relação ao número de famílias atingidas, no extremo oposto estariam os Clubes de Troca, centrados na troca de produtos e não em sua produção.

A visibilização em função de seu porte somada a formalização, situação em que se encontram as cooperativas citadas, habilitam os grupos e seus membros a acessar concorrências públicas, programas governamentais, parcerias com universidades e o setor privado. Realidade distante dos Clubes de Troca, por exemplo, que contam em média com 20 participantes quase que exclusivamente mulheres, sem registro formal ou mesmo local fixo para os encontros, e o mais grave: são grupos que “não produzem” bens, apenas trocam.

Estabelecer um ranking dessas iniciativas, particularmente a partir desses critérios, reproduz em menor escala o que o mercado de orientação neoliberal já vem fazendo há algumas décadas: excluir as iniciativas de base popular, chefiadas por mulheres e que não “produzem” bens econômicos.

Embora tenham se multiplicado estudos sobre essas iniciativas, grande parte das análises gravita em torno de um mesmo eixo: pode a Economia Solidária fazer frente o modelo capitalista neoliberal? Longe de minimizar esse debate, o que propomos é um percurso analítico menos universalizante, considerando especialmente a perspectiva empírica que nos permitiu aproximações com o campo e suas tensões. Embora não nos detenhamos sobre o possível potencial de enfrentamento ao modelo econômico hegemônico, nos perguntamos sobre o caráter emancipatório da Economia Solidária a partir de seus agentes.

Nesse sentido os Clubes de Troca apresentam-se como iniciativas promissoras do ponto de vista analítico. Ainda que não se enquadrem nos critérios de relevância econômica, estão presentes em diversas regiões do país agregando setores da população que, em muitos casos, participam dos dados oficiais apenas na condição beneficiários de programas assistenciais.

As reflexões propostas partem de dados empíricos coletados junto ao Clube de Trocas Nova Semente, localizado no município de Almirante Tamandaré, região metropolitana de Curitiba, durante pesquisas de caráter monográfico e dissertativo.

Ao nos perguntarmos sobre outros sentidos construídos para a economia no âmbito do Clube de Trocas o que assistimos emergir foram outros significados para as relações dentro e fora do grupo, especialmente na resignificação das mulheres de seu papel junto ao grupo, a família, a comunidade, e, sobretudo a resignificação de suas trajetórias e identidades.

Contudo, não obstante assistamos a emergência de novos padrões de

sociabilidade neste e em outros grupos, os avanços obtidos são ofuscados perante o status adquirido pela Economia Solidária frente a outros Movimentos Sociais e do Clube de Trocas frente a outros empreendimentos solidários.

Esse ponto de tensão conduziu a reflexão acerca do lugar da Economia Solidária junto aos Movimentos Sociais e o lugar dos Clubes de Troca em meio aos demais empreendimentos. O pano de fundo sobre o qual se inscreve essa reflexão é a imbricação entre a pouca relevância dada aos Clubes de Troca e sua participação majoritariamente feminina. Mais que isso, questiona-se a maneira como se constroem as classificações do que é trabalho, o status do que é considerado trabalho feminino e os impactos dessas representações sobre a identidade das mulheres.

Um dos autores a se debruçar sobre as questões do atual mundo do trabalho é Ricardo Antunes. Sua definição de proletariado como classe que vive do trabalho é colocada em perspectiva gendrificada, expondo uma tensão teórica e epistemológica ao reproduzir um modelo analítico insuficiente para reconhecer determinadas formas de trabalho, trabalhos femininos, como socialmente úteis.

Paola Tabet e Michelle Perrot desenvolvem outro caminho no sentido de explicitar como o subequipamento feminino e o silenciamento histórico a que foram submetidas às mulheres resultou em menos tempo para outras atividades que não o trabalho lento, penoso e invisível, implicando inclusive na reduzida participação feminina nas instâncias políticas deliberativas.

Desenvolveremos a reflexão seguindo o seguinte itinerário: na primeira seção tratamos dos aspectos gerais da Economia Solidária e do Clube de Troca pesquisado, seguimos apresentado na segunda seção propostas e confrontos para a economia nestas práticas. Na terceira parte tratamos das tensões e dificuldades na avaliação dessas práticas, tensões essas que se avolumam quando se trata da ausência de análise a respeito do significado quanto a ser uma economia pensada, gerenciada e vivida por mulheres. Na quarta e última seção abordamos os valores cultivados e procuramos levantar como estão gendificados nos grupos e na experiência das mulheres.

## **1 | ECONOMIA SOLIDÁRIA E O CLUBE DE TROCAS NOVA SEMENTE**

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007)<sup>1</sup> a Economia Solidária compreende um conjunto de atividades econômicas organizadas e executadas por trabalhadores e trabalhadoras de forma solidária e autogestionada. As ações são de amplo espectro que vão desde grupos informais como Associações de Mães e Clubes de Troca a grupos formalizados como Cooperativas de Produção ou Crédito.

Entre os critérios para que o empreendimento seja considerado solidário

<sup>1</sup> Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. Org. Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG. São Paulo: Todos os Bichos, 2009

está a organização coletiva supra familiar com gestão coletiva de suas atividades e distribuição equitativa dos resultados. Segundo o Atlas foram mapeados 21.859 empreendimentos solidários em 2.933 municípios do Brasil (53% dos municípios brasileiros), concentrados majoritariamente na região nordeste do país. Entre esses empreendimentos predominam as Associações, sendo que 48% atuam exclusivamente nas áreas rurais, 35% nas áreas urbanas e 17% em ambas.

A década de 90 é marcada pelo surgimento dos empreendimentos motivados especialmente pelo contexto econômico Latino Americano. No Brasil os grupos chamados informais apresentaram taxa de crescimento acentuada em relação as demais como Associações e Cooperativas.

Em número de participantes os empreendimentos ultrapassam a marca de 1 milhão e 600 mil. Um dos dados mais interessantes apontados pelo Atlas é sobre a participação de homens e mulheres. Em números relativos a participação masculina é de 63%, sobressaindo na região sul onde a prevalência é de 69% de homens.

Os dados, contudo, devem ser analisados de maneira contextual, relacionando informações quanto ao tipo e ao porte do empreendimento. O número de homens é maior nos empreendimentos maiores, cooperativas e associações. Já nos grupos informais, com média de 20 participantes as mulheres destacam-se como maioria. Além disso, outras pesquisas<sup>2</sup> reforçam a expressiva participação feminina especialmente nos empreendimentos de pequeno porte.

Entre os grupos informais destacam-se desde a década de 90 na Argentina e a partir do ano 2000 no Brasil os chamados Clubes de Troca. Em resposta à recessão econômica e com a baixa circulação de moeda alguns grupos argentinos organizaram-se para trocar produtos e serviços utilizando troca direta (produto por produto) e moeda social (moeda utilizada para intermediar as trocas em substituição ao dinheiro).

Desde este contexto mais geral focamos nos dados referentes aos Clubes de Troca no Paraná (CARNEIRO, 2011) que traçam um perfil dos grupos e suas atividades, destacando a massiva participação das mulheres. Iniciados em Curitiba a partir de 2001, reuniram mulheres que faziam parte principalmente das listas de assistência social de algumas paróquias da cidade. Os primeiros movimentos de formação dos grupos deram-se pela busca de cestas básicas distribuídas por algumas igrejas a famílias carentes. O caráter assistencialista e paliativo dessa medida motivou a organização de grupos com o objetivo de gerar formas alternativas e menos dependentes de complementação de renda para o sustento das famílias.

Com variações no número de participantes e mesmo na quantidade de grupos, há alguns elementos recorrentes: o perfil das participantes é de mulheres acima de 35 anos, com pouca ou nenhuma escolaridade, sem colocação no mercado

---

2 MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

formal de trabalho. Contribuem para a composição da renda familiar ocupando-se em trabalhos esporádicos como diaristas, cuidadoras de idosos e/ou crianças, ou ainda com panfletagens, ocupação sazonal desenvolvida especialmente em períodos eleitorais.

O grupo estudado por nós localiza-se na região metropolitana de Curitiba no município de Almirante Tamandaré. Denominado Nova Semente foi criado em 2007 e assim como outros grupos passou por momentos de esvaziamento e interrupção das atividades, mas manteve-se um núcleo constante de aproximadamente 6 participantes, chegando a 25 membros com participação flutuante.

Mesmo nos períodos de maior adesão ao grupo a participação masculina foi residual, apenas dois homens. Entre as mulheres a faixa etária concentrou-se em torno dos 40 anos, a maioria delas sem ocupação no mercado formal de trabalho. Durante o período mais intenso de observação apenas uma das participantes estava empregada formalmente. Uma estava aposentada por problemas de saúde e as demais se ocupavam dos cuidados domésticos, tomando conta de netos sem vagas em creches ou ainda trabalhando como empregadas domésticas diaristas.

Do ponto de vista do funcionamento, o grupo segue uma espécie de base comum a todos os grupos: os encontros são periódicos, nesse caso quinzenais. Há um estatuto estabelecendo regras internas e uma coordenação rotativa. De tempos em tempos um grupo de quatro pessoas é escolhido entre os participantes para animar os trabalhos e representar o grupo em atividades externas.

A dinâmica de realização dos encontros também segue uma espécie de roteiro. Na chegada todos apresentam a um membro do grupo os objetos trazidos para a troca, recebem certa quantidade de moeda referente ao que trouxeram e sentam-se em círculo para o início das atividades. O encontro é aberto com um momento de mística, no qual é proposta alguma reflexão em torno de temas como desigualdade, partilha e solidariedade. Os participantes novos são apresentados, há encaminhamentos práticos quanto as atividades do grupo que são: produção de artesanato, comercialização dos produtos. Durante os encontros realizam-se as trocas dos produtos por moeda social, há um intervalo para o lanche coletivo e o encerramento no qual sempre acontece uma avaliação do encontro.

A partir desse perfil básico do grupo e seus membros partimos para a análise de aspectos que nos permitem aproximar a atuação do Clube de Trocas aos aspectos estruturais da economia como está organizada atualmente.

## **2 | PROPOSTAS E CONFRONTOS PARA A ECONOMIA A PARTIR DO CLUBE DE TROCAS**

Considerando o perfil dos membros do Clube de Trocas, especialmente as mulheres, é central para análise compreender os impactos das novas configurações

do mundo do trabalho e seus efeitos sobre elas. O trabalho impõe-se como categoria central em razão de seu potencial analítico e, sobretudo como porta de entrada das mulheres no grupo, revelando também sua importância empírica.

Entre as entrevistadas foram recorrentes as falas que atribuíam à falta de ocupação no mercado formal e conseqüentemente a falta de renda, como o principal motivo para procurarem o grupo. Segundo Paul Singer (2002), um dos sistematizadores das experiências de Economia Solidária no Brasil, os Clubes de Troca teriam surgido quase que simultaneamente na Argentina e no Canadá como resposta a crise econômica e ao desemprego em meados da década de 80. Segundo Singer:

Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. (SINGER, 2002, p. 106).

Mesmo reconhecendo a relevância dos Clubes, sua linguagem reproduz e explicita certa visão corrente a respeito dos participantes dos grupos. É inevitável o desconforto com a definição acima, sobretudo ao classificar seus membros como “desocupados”.

A partir da publicação sobre os Clubes de Troca (CARNEIRO, 2011) sistematizando processos que envolveram o surgimento dos grupos e a percepção de seus participantes quanto a Economia Solidária e ao papel dos Clubes, além de nossa própria incursão ao campo, é possível perceber uma ampliação do papel dos grupos junto a seus participantes, que ultrapassa a troca de bens ou serviços:

Os clubes de troca permitem que bens materiais e imateriais circulem, não fiquem guardados, “juntando poeira”. A troca possibilita a PARTILHA, que é o enfrentamento ao egoísmo, ao individualismo, ao medo. Os bens materiais que são partilhados nos clubes de troca são aqueles os quais podemos pegar, como alimentos, roupas, artesanato... os bens imateriais são aqueles os quais que não podemos pegar: a amizade, a sabedoria, o abraço, o olhar, a experiência... (CARNEIRO 2011, p. 14 grifos da autora).

Esta definição construída a partir da percepção dos e das participantes dos Clubes de Troca possibilita não apenas ampliar, mas questionar a ideia de “desocupados” apresentada por Singer. Não se trata apenas de uma questão semântica, mas de um léxico que revela o lugar ocupado por esses grupos junto ao conjunto dos Empreendimentos Solidários, assunto a ser melhor desenvolvido adiante. Inclusive porque esta categoria desocupados, é profundamente marcadora de preconceitos e de desvalorização quando se trata de contextos de grupos cujas atividades sejam majoritariamente realizadas pelas mulheres. Aspecto que frequentemente, serve

também para marcar estas atividades como de pouco alcance transformador porque consideradas como do imediato e da urgência. Elas são frequentemente colocadas sob suspeita porque ao invés de atender a economia estariam neste rol de preconceções atendendo a critérios emocionais, ou de afetos.

Anarrativa de uma das entrevistadas deixa clara a tensão entre o reconhecimento, ou a falta dele, de sua condição como trabalhadora e sua auto percepção. Ao solicitar auxílio doença junto ao INSS recebeu o benefício por ter sido considerada “inválida” pelo perito que emitiu o laudo. Contudo, em momentos diferentes se mostrou desconfortável com a classificação e os significados acionados por ela. Outras expressões correlatas como “encostada” acionam da mesma maneira significados que reforçam o estigma de estar fora do mercado formal de trabalho.

Essas mulheres chegaram ao grupo em sua boa parte porque também participavam em pastorais sociais da Igreja Católica. Ou seja, além das atividades voltadas para a garantia do próprio sustento, algumas delas ainda encontravam tempo e disposição para atender crianças, mulheres e idosos em situação de carência, sobretudo material. Em especial a partir das pastorais da saúde e da criança.

Como é possível perceber o afastamento em relação ao mercado formal de trabalho longe de significar que estavam “desocupadas” revela as múltiplas tarefas desenvolvidas tanto no sentido de garantir o sustento cotidiano como no estabelecimento de redes de apoio e de suporte à outras pessoas. O que não significa evidentemente, que todas estas atividades lhes garantam direitos, autonomia econômica, ou pelo menos condições de consumo para suprir as necessidades. À ausência de reconhecimento material de todo o trabalho soma-se a invisibilização do trabalho feminino como socialmente útil.

Ampliando a reflexão a partir de dados gerais sobre trabalho no Brasil e de acordo Síntese de Indicadores Sociais de 2012 disponibilizados pelo IBGE<sup>3</sup>. As mulheres têm jornada semanal de trabalho maior que a dos homens. Enquanto nos trabalhos ditos formais, que incluem vínculo empregatício via CLT, a jornada semanal masculina é de 44 horas semanais a das mulheres é de 40,3. Na informalidade a jornada masculina é de 40,5 contra 31,2 das mulheres. A situação se inverte quando se trata de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos: enquanto as mulheres acima de 16 anos dedicavam 27,7 horas semanais as tarefas domésticas, os homens contribuíam com apenas 11,2 horas de seu tempo. O resultado final coloca as mulheres diante de uma jornada semanal de trabalho de 58,5 horas ao passo que a masculina é de 52,7 horas.

Entre as razões para a disparidade está a concepção de trabalho, especialmente de trabalho socialmente útil. Alguns autores tributários da tradição marxista, ainda que atualizem conceitos como classe social e proletariado tendem a não considerar trabalho doméstico como trabalho socialmente útil.

---

3 Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&id-noticia=2268>>. Acesso em: 04 jul 2013.

Ricardo Antunes na obra *Os Sentidos do Trabalho* (2009) parte das definições marxistas de proletariado para propor sua atualização como *classe-que-vive-do-trabalho* definindo também o que deve ser considerado trabalho. Segundo Antunes enquanto Marx delimitava as fronteiras do proletariado nos limites do trabalho produtivo, manual, direto, produtor de mais valia, na atualidade, por força da conjuntura global, é preciso incluir os trabalhadores considerados *improdutivos*, aqueles que atuam na prestação de serviços, público ou privado, não atuando diretamente na valorização do capital e na criação de mais-valia.

Desta forma a *classe-que-vive-do-trabalho* compreende a “totalidade do trabalhador social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado” (ANTUNES, 2009, p. 102). Ainda que o conceito apresentado por Antunes abarque o subproletariado moderno, ou seja, trabalhadores com condições precárias de trabalho, com acesso restrito ou nulo aos direitos trabalhistas mínimos, prossegue ignorando as diversas formas de trabalho feminino desempenhado dentro e fora do espaço doméstico e que, no entanto, não é remunerado. dinamismo das práticas sociais, em especial de iniciativas como essa, não é acompanhado de novas abordagens teóricas e ou epistemológicas capazes de abarcar ainda que precariamente seus sentidos e impactos, a tensão gerada por essa espécie de déficit analítico será abordada na seção que segue.

### **3 | TENSÕES E DIFICULDADES NA ANÁLISE DAS PRÁTICAS NO CLUBE DO TROCAS E A AUSÊNCIA DE ANÁLISE A RESPEITO DO SIGNIFICADO DE UMA “ECONOMIA DE MULHERES”**

As mudanças ocorridas nos processos produtivos no último século, aceleradas pela informatização e globalização cultural e econômica complexificaram ainda mais as análises de campos como o mundo do trabalho e as relações de poder e dominação.

Categorias binárias e universalizantes como burguesia e proletariado, dominadores e dominados mostraram-se insuficientes para explicar relações sociais das quais emergem novos sujeitos formados como resultado de uma constelação de representações que podem e devem ser apreendidas analiticamente. O arcabouço teórico produzido por diversas intelectuais especialmente a partir da década de 70 procurou dar conta desses novos sujeitos colocando em diálogo suas especificidades, seu contexto e as relações estabelecidas a partir deles.

Desta forma foi empreendido um grande esforço em revisitar a história das relações de dominação bem como revisitar clássicos do pensamento social a fim de perscrutar as lacunas, brechas, a partir das quais foi possível problematizar o lugar das mulheres não apenas na história, mas também na produção teórica e intelectual.

A partir desse esforço que não é apenas teórico, mas profundamente político são problematizadas tensões epistemológicas que implicaram no constante apagamento

do trabalho feminino ao longo da história. Gayle Rubin (1998), por exemplo, demonstra como Marx ao contabilizar os bens necessários a reprodução da força de trabalho, não considera o trabalho adicional necessário ao consumo de itens como alimentos. Esse trabalho adicional, trabalho doméstico, é, portanto, elemento chave para a reprodução da força de trabalho colocando as mulheres e suas atividades domésticas conectadas a organização capitalista da economia. Considerando que este não é um trabalho remunerado, sua existência contribuiria para quantidade final de mais valia, coração do capitalismo.

Karen Sacks (1979) ao revisitar a obra de Engels chama a atenção para as mudanças ocorridas na instituição familiar e no papel das mulheres na sociedade. Se nas primeiras etapas da sociedade a produção econômica era de base comunitária, portanto social, a posição da mulher decaiu na medida em que a propriedade privada passa a ser o princípio ordenador da sociedade:

Como a produção de troca eclipsou a produção de consumo, a natureza da família mudou o significado do trabalho feminino dentro dela e, conseqüentemente sua posição. A mulher agora trabalhava para seu marido e sua família, em vez de trabalhar para a sociedade. (SACKS, 1979, p. 189).

Às contribuições de Tabet somamos a perspectiva de Michelle Perrot em sua obra *As Mulheres ou os Silêncios da História* (2005), na qual a autora recorre aos poucos registros sobre as mulheres, como relatórios de convenções de trabalhadores no século 19, nos quais fica claro seu lugar social: a família e a costura. Embora com participação crescente na industrialização as mulheres engrossavam alguns segmentos mais que outros: 51% dos postos na indústria têxtil e 87% dos postos na indústria de vestuário eram ocupados por mulheres.

Para Tabet as diferenças entre os instrumentos e lugares ocupados por homens e mulheres impacta também as diferenças de tempo livre e descanso, como é possível constatar a partir dos dados citados anteriormente, sobre jornadas de trabalho semanais de homens e mulheres. Segundo Perrot as greves femininas no século 19 não se concentravam nas dez horas reivindicadas pelos homens, mas apenas nas 12 horas previstas pela 2ª. República.

O que fazer com o tempo livre não é questão de menor importância, é a partir desse tempo livre que podem ser desenvolvidas atividades intelectuais ou associativas, por exemplo.

Segundo Luis Felipe Miguel, em artigo publicado em 2010, o menor número de mulheres em cargos representativos na democracia deliberativa longe de apontar desinteresse feminino pelo campo político reflete as assimetrias de gênero historicamente construídas que limitam consideravelmente o tempo livre das mulheres para a ação política.

Além disso, quando alçam cargos representativos ficam restritas a assuntos considerados femininos mantendo na arena política sua condição de subalternidade.

Assuntos como o controle do Estado e de seus recursos mantêm-se sob controle masculino. Mulheres com pretensões de avanço na carreira precisariam adotar padrões masculinos de comportamento e ação política, como no caso citado por Miguel da primeira ministra do Reino Unido Margareth Thatcher.

Para o autor, assim como o sufrágio universal foi necessário, porém insuficiente para eliminar as assimetrias, o simples acesso das mulheres a cargos representativos não é suficiente para erodir os pilares sobre os quais se assentam as relações de poder no campo político. O capital político e simbólico, acumulado pelos setores hegemônicos atua intensamente na determinação dos padrões de racionalidade e mesmo no léxico mínimo necessário para influenciar os processos decisórios. Nesse sentido, a inadequação dos discursos proferidos pelos grupos considerados subalternos, como as mulheres, atua como efetivo mecanismo de reprodução das assimetrias sociais e de exclusão. Não é suficiente, portanto, acessar postos ou cargos representativos, o modelo hegemônico de exercício do poder, modelo masculino e masculinizante, impõe seus próprios padrões de racionalidade, de oralidade e de validade argumentativa.

Ampliando as reflexões de Tabet quanto à posse de instrumentos para o trabalho, esbarramos no contexto de nossa pesquisa, na posse e controle dos bens imateriais como o domínio da linguagem, por exemplo, que não se restringe ao saber falar, mas quando se pode ou não falar, a quem se pode dirigir a palavra e, sobretudo, sobre o que calar. Perrot ressalta o silêncio da história e dos historiadores sobre as mulheres:

Esta ausência no domínio da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das „fontes’ nas quais o historiador se alimenta devido ao déficit de registro primário. No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juízes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. (PERROT, 2005, p. 33).

Nas experiências de grupos de base comunitária, em especial o Clube de Troca pesquisado, o saber falar despontou como um desafio que evocava sentimentos como vergonha, constrangimento, humilhação. Para Tabet ainda, a equiparação em relação a posse de instrumentos necessários ao trabalho só foi possível às mulheres fora das relações matrimoniais como é possível observar na ficção, em mitos clássicos que ilustram a figura das amazonas ou das virgens guerreiras e mesmo em situações reais como em corpos militares que prescrevem a segregação sexual.

A utilização de instrumentos de trabalho inócuos, como as flechas de pontas arredondadas permitidas às mulheres esquimós, reforçam a noção de que o empoderamento das mulheres através da posse dos instrumentos adequados deve ser limitado senão impedido. Para Tabet: “no es la caza lo que es prohibido a las mujeres, sino que las armas, y con ello precisamente uma fase entera del desarrollo tecnológico, que se concretiza em los instrumentos de caza (y de guerra).” (TABET,

2005, p. 90). Para a dominação masculina, portanto, é absolutante indispensável o controle sobre os materiais necessários para produção de armas e ferramentas.

Garantir a própria subsistência, e conseqüentemente sua independência, causaria abalos significativos nas posições de poder e dominação ocupadas pelos homens. De acordo com Sacks (1979) em sociedades nas quais a produção está voltada para o consumo, as mulheres participam da vida política do grupo em condições de paridade com os demais adultos. A capacidade de fornecer e receber alimentos, a capacidade de produzir itens socialmente valorizados está na base do exercício do poder político. Nesse ponto nos perguntamos se a economia solidária não atuaria da mesma forma como uma economia permitida às mulheres justamente porque não teria potencial transformador em relação ao capitalismo.

Segundo Rubin, identificar as imbricações entre capitalismo e a atuação das mulheres na produção de bens e/ou na reprodução da força de trabalho não é suficiente para explicar a opressão das mulheres. Há um conjunto de elementos históricos e morais que determinam que uma esposa seja uma necessidade do trabalhador, assim como a cerveja o é para os operários ingleses e o vinho para os franceses.

Para a autora não é suficiente questionar as desigualdades impostas pelo capitalismo entre homens e mulheres, mas apreender como cada contexto histórico reproduziu ou não as assimetrias de gênero. Portanto, seria demasiado superficial reduzir o papel da Economia Solidária na atualidade a seus aspectos econômicos. O sistema sexo-gênero, conjunto de disposições pelas quais a matéria prima biológica do sexo é conformada pela intervenção humana e social, conceito proposto por Rubin, possibilita um alargamento analítico na medida em que extrapola os limites conceituais de categorias como trabalho produtivo/improdutivo, dominadores e dominados, além de historicizar a opressão de gênero como relações socialmente construídas e que podem, portanto, ser desconstruídas.

Para Teresa de Lauretis (1994) gênero é a representação de uma relação, que atribui a uma entidade, um indivíduo, posições determinadas dentro de grupos ou classes. Diferente de sexo tomado como condição natural, o conceito de gênero expõe a estrutura de relações sociais sobre as quais de inscrevem as identidades individuais. As concepções de masculino e feminino formam sistemas de significações relacionando o sexo biológico a conteúdos culturais valorados e hierarquizados socialmente.

Ao desnaturalizar as relações entre homens e mulheres é possível avançar na compreensão de que o pessoal é também político. Segundo Lauretis a partir dessa abordagem não cabem mais perspectivas que afirmem a existência de duas esferas da realidade social: uma pública outra privada, o espaço da rua e o da casa, o espaço da família, da subjetividade e da afetividade e o espaço externo do trabalho e da produtividade. Em vez disso, as relações sociais aconteceriam de forma interrelacionada, ou posicional como afirma Haraway (APUD HITA 2002, p. 331). Mais que definições instáveis de identidade a posicionalidade localizada ou situacional,

segundo compilado por Hita, implicaria na imbricação de um conjunto diverso e amplo de fatores acionados para determinar a posição dos sujeitos nas relações sociais, fatores como sexo, gênero, classe, religião, etc.

Desta compreensão depreende-se o fato de que homens e mulheres não apenas se posicionam de maneiras diferentes, mas são diferentemente afetados pelas posições que ocupam ou são levados a ocupar.

Sendo a economia solidária um espaço de participação majoritariamente feminina, não escapa à condição de reprodução de assimetrias de gênero, tampouco está imune às classificações impostas por leituras hegemônicas alocadas tanto no campo das orientações políticas de direita quanto de esquerda. Há por parte das esquerdas vanguardistas uma preocupação secundária com a emancipação feminina, novamente o fim da opressão dos homens sobre as mulheres deve ficar pra depois do fim da opressão de proprietários sobre não proprietários, e, em alguns casos nem isso, sequer entra nas pautas de reivindicações para um novo modelo de sociedade a emancipação feminina ou o respeito à diversidade de gênero.

A partir das contribuições dadas por Karen Sacks (1979) os mecanismos de exclusão das mulheres das esferas adultas de tomada de decisão e na capacidade de prover as necessidades do grupo contribuiriam para a socialização do trabalho masculino e a domesticação do feminino, colocando as mulheres em permanente estado de tutela masculina. Não estariam os setores da esquerda, críticos da Economia Solidária operando a partir desse mesmo registro? Ao determinarem que movimentos ou grupos detêm o potencial revolucionário colocam-se na posição de uma vanguarda detentora de todo saber e instrumental necessário à empreender as mudanças efetivas e importantes.

Essas questões, embora precisem ser enfrentadas, passam ao largo do cotidiano das mulheres e mesmo dos homens que participam dos grupos. De fato, empiricamente o que se verifica ao levantar junto aos participantes qual seria o papel dos grupos e da Economia Solidária o que se destaca é a atuação dos grupos na viabilização do cotidiano, de maneira prática, concreta, garantindo minimamente a sobrevivência material através da distribuição de cestas básicas ou ainda se constituindo em um espaço no qual os aniversários são lembrados e celebrados, por exemplo.

Achados empíricos como esse nos levam a perguntas quanto aos valores cultivados no interior dos grupos com potencial de produção de sociabilidades capazes de suplantar o ostracismo e o individualismo, assunto a ser tratado na próxima seção.

#### **4 | VALORES CULTIVADOS E SUA GENDRIFICAÇÃO NOS GRUPOS E NA EXPERIÊNCIA DAS MULHERES**

Não obstante as dificuldades teóricas e epistemológicas e o desafio de encontrar caminhos explicativos capazes de apreender a complexidade e riqueza

das experiências vividas no âmbito da Economia Solidária, há um vasto campo a ser investigado no que diz respeito aos valores e princípios cultivados no âmbito dessas experiências.

As abordagens analíticas usuais ao recaírem frequentemente no embate Economia solidária *versus* capitalismo descartam experiências importantes, limitando a relevância das iniciativas e do vivido por seus membros ao que pode ser contado numericamente. Endossamos em grande parte as críticas feitas ao modelo capitalista por seu caráter excludente e que perpetua desigualdades, no entanto, ao tomar os empreendimentos solidários unicamente como contraponto a esse modelo, são invisibilizados padrões de sociabilidade gestados no interior dos grupos com potencial para informar outros padrões relacionais que extrapolam os limites do Clube de Trocas.

Somado ao desafio de apreender analiticamente essas experiências se impõe também a necessidade de romper o silenciamento histórico que recai sobre as mulheres. Segundo Michelle Perrot: “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (PERROT, 2005, p. 29). A leitura e a escrita feminina como saberes proibidos restringem-se a escrita de diários e cartas que devem ao fim da vida ser eliminados como que para apagar “as marcas tênues de seus passos no mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem”.

Para Michelle Perrot “a memória das mulheres é verbo” (2005, p. 40). Limitadas a oralidade, tinham sob seus cuidados a tarefa de assegurar e manter viva a memória das sociedades tradicionais. Bastou, no entanto, um avanço nos processos migratórios para que a palavra passasse a pertencer a outro interlocutor, o homem viajante carregado de presentes e boatos. Para a autora é provavelmente no século 19 que ocorre um processo gradativo de desqualificação da fala feminina, a partir do advento de meios de comunicação mais modernos.

A observação dos encontros e a sistematização de relatos individuais possibilitou apreender o longo processo percorrido por aquelas mulheres no sentido de se redescobrirem como sujeitos a partir da fala. Ao serem perguntadas sobre o que mudou a partir da participação no grupo relataram enfaticamente o “aprender a falar” como uma das principais conquistas.

A preocupação com o “aprender a falar” revela um padrão de sociabilidade imposto às mulheres historicamente e moldado para considerar o seu falar de pouca importância, errado, incômodo. Por essa razão não é de menor importância o relato de que a maior mudança na vida das participantes do grupo tenha sido perder o medo de falar.

O status atribuído a fala, ao saber falar, ao falar de maneira considerada correta, temas recorrentes nas entrevistas, poderia ser aproximado do que Luis Antonio Machado da Silva (2008) chamou de sociabilidade dos confinados, ou seja, formas específicas de relações sociais nas quais há coação explícita ou simbólica por parte de

grupos que exercem o poder por meio da violência. Silva refere-se especificamente à comunidades periféricas no Rio de Janeiro vivendo sob uma espécie de confinamento territorial e submetidas aos padrões de sociabilidades impostos pelos agentes da criminalidade. No contexto de nossas entrevistadas esse tipo de sociabilidade se mostrou de maneira mais enfática em três situações: duas envolvendo violência doméstica e uma terceira a respeito de uma série de homicídios contra mulheres no município.

Nos casos de violência doméstica os relatos se assemelhavam: o marido como provedor da casa proibia qualquer atividade fora de casa, incluindo o trabalho, quando houve “desobediência” reagiu com violência. O ciclo de violência era mantido porque as vítimas eram proibidas de relatar o ocorrido mesmo para os familiares e, por não participarem de atividades comunitárias não contavam com uma rede de apoio. Uma das vítimas, mais velha, acabou sendo abandonada pelo marido, ao que revelou alívio, e a outra mais jovem conseguiu burlar o controle doméstico e participar de alguns encontros promovidos na Associação de Moradores sobre a Lei Maria da Penha. Sobre essa experiência uma delas relata:

As mulheres aqui a gente fez um mês de curso sobre a Maria da Penha, depois do curso teve uma mulher que denunciou, já deu resultado, não deu cem por cento, mas já deu. Uma mulher vai falando com a outra, ninguém se prevalece mais, é um jeito de uma cuidar da outra, não vai enfrentar homem, é tudo pela lei, ninguém o obrigado a viver com ninguém...a menina fez o curso e o marido se emendou”  
(Maria)

O silêncio como estratégia de sobrevivência se impôs mais fortemente ainda em relação aos homicídios contra mulheres no município. Segundo a imprensa local<sup>4</sup> apenas entre 1994 e 2002 foram registrados 35 mortes de mulheres, todas jovens e com sinais de violência sexual. As mortes prosseguiram assim como o silenciamento que nesse caso se deu por diversas vias. A mídia, por exemplo, ao noticiar as mortes sempre associava as vítimas a prostituição e ao tráfico de drogas, informação contestada por algumas das participantes do grupo que conheciam algumas delas. Segundo Michelle Perrot: “A dificuldade da história das mulheres deve-se inicialmente ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados” (PERROT, 2005, p. 29). A leitura e a escrita feminina como saberes proibidos restringiam-se a escrita de diários e cartas que devem ao fim da vida ser eliminados como que para apagar “as marcas tênues de seus passos no mundo, como se sua aparição fosse uma ofensa à ordem.” (PERROT, 2005, p. 37).

O medo de se pronunciar, especificamente o medo de serem mortas imobilizou não apenas as mulheres, mas toda a comunidade. Contudo a partir do Clube de Trocas foi organizada uma manifestação exigindo a apuração das mortes, quando perguntadas sobre essa mobilização uma delas disse: “se a gente ficar queta eles não vão parar [...] tem hora que dá pra falar, tem hora que não”(Idair).

Nesse sentido ao criar um espaço de fala e da escuta autorizada, o Clube de Troca se constituiu como um espaço no qual está sendo forjada outra sociabilidade, não mais das confinadas, mas de retomada de trajetórias individuais e coletivas. Espaço no qual o falar, ainda que pareça errado, não sofre censura, no círculo todos estão na mesma posição, sem mando ou obediência. A fala e a escuta se constituem como base efetiva da solidariedade dentro e fora do grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos perguntarmos sobre o lócus da Economia Solidária junto a outros movimentos sociais e dos Clubes de Troca junto a outros empreendimentos, nos deparamos com desafios teóricos, epistemológicos e mesmo políticos. A questão de fundo pretendeu investigar os significados e representações acerca de atividades desenvolvidas por mulheres seja no espaço doméstico ou no âmbito de atividades comunitárias, especificamente no Clube de Trocas.

Destacamos principalmente as tensões geradas pela carência teórica diante, não de novos objetos de pesquisa, mas da emergência de novos sujeitos que reivindicam pra si o direito de dizerem sua palavra, se pronunciarem. Categorias analíticas clássicas bem como os caminhos epistemológicos consagrados pela racionalidade moderna dificultam a apreensão da complexidade desses novos sujeitos e suas experiências que transcendem as relações econômicas.

Outro ponto de tensão está na própria configuração do campo. Ainda que grande parte dos estudos sistematizados sobre as experiências de Economia Solidária enunciem horizontalidade e igualdade como bases sobre as quais se constroem os empreendimentos, há entre eles práticas reprodutoras de desigualdades igualmente encontradas em empreendimentos orientados pela lógica de mercado. Mais que isso, o desejo de construir os empreendimentos a partir de valores calcados na solidariedade não é suficiente para erodir as assimetrias de gênero.

Contudo, os valores cultivados no interior do Clube de Trocas tem se mostrado com alto potencial emancipatório na medida em que tornam acessíveis, especialmente às mulheres, as possibilidades de perceberem-se como agentes cuja fala é reconhecida e valorizada.

O resgate da palavra, do ato de pronunciar-se se consolida como um valor estruturante de novas relações, como base de um novo padrão de sociabilidade que permitiria romper com ciclos de silenciamento e de assujeitamento do feminino.

## REFERÊNCIAS

ANTEAG. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007**. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

CARNEIRO, Gisele; BEZ, Antonio. **Clubes de troca**: rompendo o silêncio, construindo outra história.

Curitiba: Editora Popular, 2011.

CLUBE de Trocas. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/>>. Acesso em: 3 jul 2013.

COSTA, Cláudia de Lima. O tráfico de gênero. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n. 11, p. 127-140, 1998.

COSTA Cláudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. Cadernos Pagu, Campinas/São Paulo: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, v.19, p.59- 90, 2002

HITA. Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença (s): feminismos na reinvenção de sujeitos. In: DE ALMEIDA, Heloisa Buarque; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Célia; SOUZA, Érica Renata de. (orga.). Gênero em Matizes. Bragança Paulista: CDAPH/ Universidade São Francisco, 2002. P. 319-351.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: BUARQUE, Holanda de (org<sup>a</sup>). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.206-242.

MACHADO, Maria Izabel. “Aí a gente vai sendo solidária e as pessoas vai revivendo”: O Clube de Troca e a construção da sociabilidade. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, UFPR/PPGS, Curitiba, 2003.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária e Emancipações: proximidades e distanciamentos. 2009. 54f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, UFPR, 2009.

MIGUEL, Luis Felipe Miguel. Perspectivas Sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. Rev. Sociologia e Política. Curitiba, vol. 18, n. 36, p. 25-49, jun 2010.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

RUBIN, Galin. El Tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). Qué son los estudios de mujeres? México/ Argentina/Brasil/Colombia/Chile/Espana/EUA/Per/Venezuela: Fondo de Cultura Económica, 1998. p.15-74.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: MICHELLE, Zimbalist Rosaldo; LAMPHERE, Louise. A mulher a cultura a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 185 -231

SILVA. Luis Antonio Machado (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SINGER, Paul. Economia solidária contra Economia Capitalista. *Sociedade e Estado*. Brasília, vol.16, n.1-2, pp 100-112. 2001. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922001000100005&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922001000100005&script=sci_abstract)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (org<sup>a</sup>). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas* Collete Guillaumin, Paola Tabet, Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. p.57-129.

## EDUCAÇÃO E CINEMA: DEBATES SOBRE SUJEITOS SOCIAIS, FEMINISMOS E CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES

**Lucas Leal**

lucaslealhistoria@gmail.com

Universidade Federal Fluminense Universidade  
Federal Fluminense  
Niterói – Rio de Janeiro

\* Este capítulo foi publicado como artigo no XIII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E DE SEXUALIDADES (CONAGES) em Campina Grande - PB (2018).

**RESUMO:** Este capítulo apresenta questões elaboradas para tese em Política Social, na Universidade Federal Fluminense (UFF) - linha de pesquisa Sujeitos Sociais e Proteção social. Fundamenta-se Política Social e Educação, problematizando desigualdade social e pobreza, sujeitos sociais e construção de identidade. Após levantar concepções referentes as mulheres e posteriormente sobre as negras cineastas, foi preciso entender masculinidades. A pesquisa efetuada integra atividades profissionais, de cineasta e docente, com a Educação em Direitos Humanos (EDH) e debate sobre Gênero(s) e igualdade social. Elaboraram-se investigações em experiências educacionais, destacando características da divisão social do trabalho a partir de uma divisão sexual. Pontua-se persistência do patriarcado, machismo e a existência do racismo epistêmico, influenciando na reprodução e construção de masculinidades e sujeitos sociais inseridos

em contextos de dominação masculina, fundamentando a importância dos feminismos. Para as experiências de ensino-aprendizagem selecionaram-se filmes, e material teórico discutindo Gênero(s) e igualdade nas escolas e Universidades, Diversidades sexuais, e questões étnico-raciais. Como metodologia explora-se análise comparativa de pesquisa-ação no Ensino Superior e no Ensino Médio-Técnico. Os resultados para *formação docente e de técnicos em Lazer* contemplam a perspectiva da existência de profissionais comprometidos eticamente com mudanças sociais, em contato com cinematografia que discute questões das mulheres e da população negra no Brasil. Conclui-se, através da pesquisa-ação, importância do cinema para educação como possibilidade formativa no atual contexto tecnológico, para os futuros professores e profissionais de Lazer, destacando surgimento da questão dos movimentos sociais na liderança das múltiplas possibilidades de resistências e enfrentamentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Cinema; Gêneros; Feminismos; Masculinidades.

### INTRODUÇÃO

Este capítulo do livro é a continuação da investigação teórico-prática para tese de

doutorado em Política social. Na pesquisa fundamentamos a investigação sobre os movimentos sociais, a relação com a Educação e o cinema, problematizando desigualdade social e pobreza, sujeitões sociais e construção de identidade.

Para recolhimento de dados e elaboração teórica, investigamos concepções teórica em relação as mulheres (FREITAS e GOMES, 2013); posteriormente sobre as cineastas (ACSELRAD, 2015; TEDESCO, 2016), até interligarmos as desigualdades de gênero e étnico-raciais discutidas em alguns autores (HERINGER, 2002; CAMPOS, 2015; SANTOS, 2016) com a manifestação da questão social identificada para tese: *a ausência de cineastas negras no Brasil*.

Com o decorrer da pesquisa, e pela necessidade da temática das mulheres e os movimentos sociais nos levar aos debates sobre feminismos (DINIZ, e FOLTRAN, 2004; GURGEL, 2014), feminismo negro (MALTA e OLIVEIRA, 2016), e ilustrando o campo acadêmico com novas categorias, como Gênero(s); desvelando investigações sobre masculinidades; optou-se investigar a temática tratada por autores (WELZER-LANG, 2001; ALVES, MEDRADO e LYRA, 2008; CAVENAGHI, 2012) partindo do autor da tese, levantando a temática durante atividade de pesquisa-ação (JORDÃO, 2004), ou seja, em sala de aula (PINSKY, 2010; CANO, 2012).

Enfatiza-se que a pesquisa efetuada integra atividades profissionais, de cineasta e docente, com a Educação em Direitos Humanos (EDH) (GODOY, 2007) e debate sobre Gênero(s)<sup>1</sup> e igualdade social (MELO, 2005; SANTOS, 2016). Seguindo a metodologia, elaboraram-se investigações em experiências educacionais (FRESQUET, 2009), destacando características na organização estrutural da sociedade a partir de uma divisão social do trabalho, associada a uma divisão sexual. Pontua-se persistência do patriarcado, machismo e a existência do *racismo epistêmico*, influenciando na reprodução e construção de masculinidades e sujeitos sociais inseridos em contextos de dominação masculina (BOURDIEU, 2002), fundamentando a importância dos feminismos.

Para as experiências de ensino-aprendizagem selecionaram-se filmes disponíveis no *youtube.com*, e material teórico discutindo Gênero(s) e igualdade nas escolas e Universidades, Diversidades sexuais, e questões étnico-raciais. Como metodologia explora-se análise comparativa de pesquisa-ação no Ensino superior e no Ensino Médio-Técnico. Os resultados para *formação docente e de técnicos em Lazer* contemplam: a) a perspectiva da existência de profissionais comprometidos eticamente com mudanças sociais; b) contato com cinematografia que discute questões das mulheres e da população negra no Brasil.

1 O conceito Gênero no plural é um conceito específico para metodologia da tese. Publicamos recentemente explicação sobre isso. O termo historicamente vem associado aos estudos LGBT e no senso comum são colocados como “coisa de gay”, causando certa resistência para o diálogo. Decidi na pesquisa experimentar usar no Plural, e aproximar o conceito para perspectiva múltipla, criando no imaginário dos alunos a ideia de “inclusão de todas e todos no debate”. Confessamos que o efeito foi positivo nas experiências, embora durante apresentação do artigo eu tenha sido questionado pela banca do *III Encontro Nacional do Grupo de Trabalho Estudos de Gênero – ANPUH: políticas e identidades no século XXI* a ser realizado na Faculdade Nossa Senhora das Graças (FENSG/UPE), nos dias 20 e 21 de setembro de 2018. O diálogo foi compreensivo e por isso sempre buscamos explicar a escola da palavra “Gêneros”, sem uso do “( )”.

Conclui-se, através dessa etapa de pesquisa-ação a importância do cinema para educação como possibilidade formativa no atual contexto tecnológico, tanto para os futuros professores, como para formação de profissionais de Lazer, destacando o surgimento da questão dos movimentos sociais na condução coletiva para as múltiplas possibilidades de resistências e enfrentamentos sociais nas sociedades pós-verdades (com o advento da internet e das *fake news*). Dessa forma, faz-se pertinente a mediação docente para conteúdos fílmicos disponíveis na internet, compreendendo inclusive o atual cenário de ideologias político-partidárias no Brasil e das pautas tidas como progressistas.

## METODOLOGIA

No primeiro ano de doutoramento (2016.2 e 2017.1) construímos referências sobre políticas sociais, questões de identidade e relações de gênero que se estabelecem no âmbito das sociedades modernas e implicam diferentes formas de compreensão social dos sujeitos sociais envolvidos. Buscamos encontrar questão atual no âmbito das divisões sociais do trabalho, que apresentam estrutura sexista, com características de racismo epistêmico. Associando as mulheres, o mercado de bens simbólicos (BOURDIEU, 1986.), como a cultura e a arte, constatamos a ausência de mulheres negras cineastas, importante questão para se discutir no âmbito dos movimentos sociais, da educação e claro, do cinema.<sup>2</sup>

O trecho acima representa início da metodologia, e o presente texto avança em questões tratadas no anterior, apontando como se deu o percurso da pesquisa-ação. Na tese temos elaboração de mais dados e fundamentações teóricas com base em revisões bibliográficas para cada campo dissertado. Acreditamos que a produção acadêmica significativa precisa dar ênfase as mudanças nos campos de investigações e por isso colocamos o processo como análise comparativa. É fundamental para pesquisa compreender sua própria trajetória. Iniciamos, portanto, no Ensino Superior (2017) e concluímos no Ensino Médio-Técnico(2019)<sup>3</sup>. As relações que poderíamos tecer são múltiplas, portanto, trazemos um apanhado da parte teórica da análise comparativa com base nas experiências com a metodologia em sala de aula.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O título do texto provoca perguntas e suscita interpretações para o leitor. Problematiza-se, de antemão, que a própria língua portuguesa masculiniza os temos plurais. No artigo, há fluxo duplo; eu como pesquisador; e vocês como leitores; repensarmos nossas identidades sociais de forma coletiva; e, tratarmos as sujeitões

---

2 Adaptado de fragmento do artigo que apresenta questão inicial da tese (2017) e caminhos metodológicos. [https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA14\\_ID831\\_18062017191056.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA14_ID831_18062017191056.pdf)

3 Agora em 2019 estamos fazendo uma análise crítica da agenda política do Plano Nacional de Cultura (PNC) (2005-2018), para entender a demanda de políticas públicas entorno da questão de gêneros e étnico-raciais, localizando ainda a atuação da Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

através das possibilidades de enfrentamento das desigualdades. Argumentamos que a partir do esforço de entender o impacto da pobreza e da desigualdade social no Brasil, percebemos que as questões refletiam na ausência de mulheres PRETAS cineastas, por isso, o desafio de problematizar a temática na/para/com educação.

Salienta-se que o estudo inicial trouxe abordagem das desigualdades raciais no Brasil tomando base em uma síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Heringer (2002, p. 57) parte do princípio de que as desigualdades raciais afetam a capacidade de inserção dos negros na sociedade, comprometendo o projeto democrático e de oportunidades iguais para todos. No estudo da tese aprofundamos dados e buscamos notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação (VALVERDE e STOCCO, 2009); atualizando questões quando raça não é igual a gênero, teorias feministas e sub-representação política (CAMPOS, 2015).

Embora não seja mulher, nem homem negro, a questão foi importante para atuação docente em curso de graduação em Universidade Federal no Estado do Rio de Janeiro. Na Instituição o índice de PRETAS cada vez mais aumenta. Na atuação em curso Técnico em Lazer, tínhamos também maior parte do corpo discente composto por adolescentes negras e/ou pardas.

Comecei a investigação após entender que vivemos uma sociedade pautada em valores sexistas, racistas e misóginos. Mas, tenho tentado escrever e falar, que as constatações, no olhar da tese, não buscam a conformação das opressões e violências, pelo contrário, estou aqui em pleno processo de desconstrução, consciente dos meus privilégios e solidário com as oprimidas, tentando contextualizar para alunas e alunos que podemos construir uma sociedade mais igualitária, plural, respeitando as diversidades.

Busquei compreender as diferenças de perspectivas e levantar uma questão dos Direitos Humanos, na esfera da quarta geração de direitos: *o da cultura digital*, como o cinema se configura em projetos de baixo orçamento. A tese não quer apagar da consciência que a própria educação tem papel importante no sistema patriarcal em que estamos inseridos. Não quero esconder resquícios da educação racista que temos. Naturalizamos o medo da população em relação aos jovens negros nas ruas cotidianamente. Silenciamos e/ou nem discutimos a “solidão da mulher negra”; que é vista como objeto sexual, tanto por homens brancos, como por homens negros, fruto da “miscigenação passiva”; entendida melhor quando discutimos o “ser negro ou negra” no Brasil.

O tema surgiu de debates, reflexões, afinidades, possibilidade, sonhos e desejos. As questões apresentadas são sobre desigualdades, opressões, pobreza, injustiças estruturais, buscando não só apresentar, como combatê-las. Estou tentando responder a questão central da tese: *Compreender a ausência de mulheres negras cineastas através dos conceitos de Política Social*.

Para responder sobre a ausência de mulheres negras cineastas no Brasil, elaboramos estrutura teórico-metodológica e começamos sintetizar os objetivos

específicos. Queríamos entender as relações de dominação social, da desigual distribuição de renda, gerando pobreza extrema. Para isso foi preciso analisar questões sobre desigualdade social, de gênero(s), cor e etnias (no Brasil). Investigamos a relação entre sujeitos sociais, feminismos e construção de masculinidades nas redes sociais virtuais e em teorias do campo. Assim, conseguimos esquematizar a ideia do cinema como tema gerador e possibilidade de construção de discursos coletivos, desvelando as relações patriarcais, sexistas, machistas, homofóbicas, e, sobretudo, racistas.

Após estruturação teórica e metodológica para formação docente, com projetos de extensão universitária e de ensino, deslocamos as questões para formação de técnicos em Lazer, desenvolvendo a seguinte pergunta<sup>4</sup>: *Quais análises são possíveis de estabelecer na relação entre cinema, feminismo negro, movimentos sociais contemporâneos e experiências educacionais?*

O deslocamento da questão se deu meados de 2017.2 e começo do segundo ano de doutoramento. Por atuar como substituto tive que suspender a atividade por conta da volta do docente da disciplina. Portanto, apliquei a metodologia durante metade do semestre com os estudantes e não finalizamos as proposições da tese e tema da disciplina optativa/eletiva “Tópicos especiais em Ciências Sociais II: Cinema e Mulheres”; tampouco foi possível executar o primeiro (foram elaborados três cursos) curso de extensão “Cinema e mulheres: Penso, logo filme!”

Senti, por isso, necessidade de buscar novo campo de pesquisa – e a oportunidade prontamente apareceu quando aprovado em outro processo seletivo, para atuação docente em curso técnico de teatro, para alunos do Ensino Médio do Estado de Pernambuco (Mediotec-pronatec<sup>5</sup>). O curso iniciou em novembro 2017, com três meses de atraso, por conta disso, alguns inscritos não frequentaram, o que acarretou no fechamento do mesmo pelo MEC e realocação do docente (autor do artigo) para o curso técnico em Lazer, em outra instituição de ensino do Estado.

Do ponto de vista teórico-metodológico da pesquisa, a tese problematiza importância dos movimentos sociais para Política social; localizando os feminismos para debater uma questão social: “A ausência de mulheres negras cineastas no Brasil”. Após identificação da questão, começamos investigação traçando possibilidades da temática ser utilizada em sala de aula; o que nos levou associar Política social com Política educacional.

Chegamos ao primeiro espaço (campo) social onde começamos a investigação da tese por conta da atividade docente do autor da tese; o ensino superior, especificamente a formação docente; e cursos de extensão universitária (por ser uma temática trabalhada no mestrado). Já nessa Parte I<sup>6</sup>, tínhamos elaborado (como consta em artigo anterior) justificativa e proposições da tese, ou seja, para começar

4 Final de 2017.1 – primeiro ano de doutoramento.

5 <http://portal.mec.gov.br/mediotec>

6 Publicamos o passo a passo da investigação. Link: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO\\_EV072\\_MD1\\_SA14\\_ID831\\_18062017191056.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA14_ID831_18062017191056.pdf)

as atividades em sala problematizamos questões teóricas do campo, que tiveram que ser readaptadas no ensino médio/técnico (Parte II).

No Mediotec demos continuidade com análises sobre pobreza e desigualdade social; debate de gêneros (a questão das mulheres); e discriminações étnico-raciais; além da temática das diversidades sexuais; entretanto, ao invés de artigos, teses e dissertações, selecionamos autores que estavam disponíveis na biblioteca da escola. Para o tema encontramos o *Caderno da igualdade nas escolas: Gênero e educação* (Secretaria da Mulher-PE, 2014); *Cidadania em preto e Branco* (BENTO, 2006); *Diversidades Sexuais: Saúde e Prevenção nas escolas* (BRASIL, 2008); e *Negritude, Cinema e Educação: Caminhos para implementação da Lei 10.639/2003 - Volumes 1 e 2* (SOUZA, 2011).

Os temas foram importantes e discutidos paralelamente com filmes, possibilitaram debates e reflexões acerca da temática. Neste momento, é importante lembrar a lista de filmes, embora no artigo não vamos dissertar sobre cada obra, e os debates em sala, o intuito será apenas informativo.

1	Noiva do cordeiro	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=cvmj1horxso">https://www.youtube.com/watch?v=cvmj1horxso</a>
2	As sementes	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=cczcoccm-9q">https://www.youtube.com/watch?v=cczcoccm-9q</a>
3	Mulheres da terra	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=fkiq69avnw">https://www.youtube.com/watch?v=fkiq69avnw</a>
4	Severinas	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheabw">https://www.youtube.com/watch?v=vt62puheabw</a>
5	Entre mulheres	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=kvjzb7bwgg0">https://www.youtube.com/watch?v=kvjzb7bwgg0</a>
6	Flores do campo	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=ajleiqq-oo0&amp;t=1s">https://www.youtube.com/watch?v=ajleiqq-oo0&amp;t=1s</a>
7	Mulher olho de peixe	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=0b96f2f5oug">https://www.youtube.com/watch?v=0b96f2f5oug</a>
8	Mulher do fim do mundo	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=CEyExyGPjGs&amp;t=5s">https://www.youtube.com/watch?v=CEyExyGPjGs&amp;t=5s</a>
9	Mulheres negras no cinema nacional	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=oqoiz4fp5bc">https://www.youtube.com/watch?v=oqoiz4fp5bc</a>
10	O dia de Jerusa	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=0ry3pkrcpiq">https://www.youtube.com/watch?v=0ry3pkrcpiq</a>
11	Esperanças - eu, mulher negra.	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=lebhrbycdd4">https://www.youtube.com/watch?v=lebhrbycdd4</a>
12	Amor maldito (de Adélia Sampaio (primeira diretora negra do Brasil))	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=xucurbdevue">https://www.youtube.com/watch?v=xucurbdevue</a>
13	Uma jornada na busca por identidade e propósito   Juliana Luna   tedxuerj	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=yyshsrxnn_e">https://www.youtube.com/watch?v=yyshsrxnn_e</a>
14	Irmã	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=8prym0srqjy">https://www.youtube.com/watch?v=8prym0srqjy</a>
15	Brasil: uma história inconveniente	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=exvkr4jigdk">https://www.youtube.com/watch?v=exvkr4jigdk</a>
16	A mulher no cinema   episódio	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=jpap4pycds8">https://www.youtube.com/watch?v=jpap4pycds8</a>
17	Machismo - treta #36	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=9-vj03kmb5m">https://www.youtube.com/watch?v=9-vj03kmb5m</a>
18	Feminismo radical - treta #34	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=wemxp0wkugy">https://www.youtube.com/watch?v=wemxp0wkugy</a>
19	Feminismo e a mulher no Brasil	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=xqy6q9ogvae">https://www.youtube.com/watch?v=xqy6q9ogvae</a>
20	Negro ou preto?   #depretas	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=xxzccqpfuk">https://www.youtube.com/watch?v=xxzccqpfuk</a>
21	Nabby Clifford - negro ou preto?	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=zd4jaaed7jy">https://www.youtube.com/watch?v=zd4jaaed7jy</a>

22	Vista minha pele	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=lwbodkwuhcm">https://www.youtube.com/watch?v=lwbodkwuhcm</a>
23	Tia Ciata	Não está online por exigência dos festivais
24	Bixa Preta	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=0u-HTPRGRVE">https://www.youtube.com/watch?v=0u-HTPRGRVE</a>
25	Da minha pele (apenas o trailer online)	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=TQvuC0iNbR4">https://www.youtube.com/watch?v=TQvuC0iNbR4</a>
26	Kbela	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE">https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE</a>

Tabela/lista de filmes utilizados nas experiências (elaboração própria)<sup>7</sup>:

Adianto que para pesquisa, os movimentos sociais (identitários) são possibilidades de enfrentamentos reais dentro do atual sistema capitalista democrático e opressivo. Em sociedades democráticas os direitos são pautados no *bem-estar* da população; e que todo cidadão é livre para expressar pensamento político e manifestações de insatisfações sobre o sistema. Entretanto, este modelo de entendimento da sociedade vem pautado em valores eurocêntricos da burguesia, à luz da Revolução Francesa. No Brasil, essa concepção parece distante da realidade do povo, inclusive com o atual governo federal buscando criminalizar essas pautas, tidas como progressistas em uma sociedade conservadora.

Entender os feminismos<sup>8</sup> no Brasil é fundamental para pesquisa, eles dão origem aos debates sobre gênero(s) e posteriormente sobre masculinidades. Fomos levados a pensar os movimentos feministas a partir do seu questionamento e modificação na construção de identidade dos sujeitos na atualidade. A partir deles, do ponto de vista histórico, surge o que passou a ser conhecido como política de identidade, surgindo uma identidade para cada movimento, inclusive dentro do próprio feminismo; ou vertentes do feminismo<sup>9</sup>. De qualquer modo, discutimos que os feminismos perpassam diversas áreas da vida social, e abrimos leque importante para contestação política. Com eles surgem novas formas de pesquisas e parâmetros para vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, e etc.

Para as discentes do ensino superior, nas falas, era possível perceber como o feminismo influenciou a vida delas, em amplos sentidos. Segundo relatos em sala e filmados, a vida da mulher é alterada quando toma conhecimento de novas perspectivas sobre o que ela pode escolher. A maioria já estava em grupos sociais feministas, e compreendiam pautas e questões até então silenciadas em suas vidas, como a própria sexualidade. Desconstrói-se, nesses grupos, qual é o papel da mulher,

7 Para achar o filme copie o nome com o link e cole na WWW. Só clicar no link não abre. Alguns links eventualmente podem sair do ar. Fa parte da dinâmica no youtube.com. Essa tabela foi atualizada a partir da tabela que consta no capítulo 19 do Vol. 2 da presente coleção. Achemos importante recolocá-la neste capítulo. Link <https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/01/E-book-Sexualidade-e-Rela%C3%A7%C3%B5es-de-G%C3%AAnero-2.pdf>

8 Ver também: <https://www.geledes.org.br/movimentos-feministas-e-busca-da-igualdade/>

9 <https://www.geledes.org.br/qual-e-o-seu-feminismo-conheca-as-principais-vertentes-do-movimento/>

em muitos contextos vistas somente como *ser reprodutora*, e as colocam diante do papel da mulher na participação da sociedade em suas diversas esferas, inclusive política.

Ao longo da história, a luta feminista vem conquistando espaços para mulher, como por exemplo, ocupar determinados cargos no mercado de trabalho, espaço até então somente masculino. E é nesse momento que todos os movimentos minoritários passam a ter novas pautas de reivindicação e um novo modelo de organização. Essas mudanças provocam efeitos na construção da identidade dos indivíduos, cada vez mais fragmentados (HALL, 2005).

Do ponto de vista da tese, feminismo é além de um tema, uma questão, um movimento político, um pensamento filosófico, protagonizado pelas mulheres, que vem transformando a sociedade há mais de 200 anos. A palavra feminismo é de origem francesa, *feminisme*, cujo primeiro registro escrito conhecido data de 1837, na França. O termo feminista, por sua vez, é relativo ao feminismo. É também de origem francesa, *féministe*, e o seu primeiro registro escrito e conhecido data de 1872 (Secretaria da Mulher-PE, 2014).

O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2001), também nos oferece algumas formulações para explicar o significado do termo feminismo, dentre elas as seguintes:

“Feminismo é a doutrina que preconiza o aprimoramento e a ampliação do papel e dos direitos das mulheres na sociedade”; “Feminismo o movimento que milita neste sentido”; “Feminismo é a teoria que sustenta a igualdade política, social e econômica de ambos os sexos”; “Feminismo é a atividade organizada em favor dos direitos e interesses das mulheres (IN\_Secretaria da Mulher-PE, 2014, p. 23).

Embora seja considerado em seu contexto histórico e na perspectiva teórica de movimento social, no campo acadêmico, o movimento acaba por gerar novas perspectivas para pesquisa:

As discussões sobre a condição feminina, tomando o recorte do Brasil ditadura e pós-ditadura, situam-se nos espaços de militância, e consolidam-se na academia. Núcleos de estudos sobre as mulheres são criados em diversas Universidades no país. Ainda na década de 80, os estudos feministas começam a lidar com a noção relacional de gênero, que passava a discutir as desigualdades entre homens e mulheres desde uma perspectiva do poder nas relações. E, é após a inserção do campo de estudos sobre gênero, que surgem os primeiros trabalhos inseridos em uma temática que seria chamada por muitos/as pesquisadores/as da época de "estudos sobre masculinidades" (ADRIÃO, 2005).

Como nossa questão aqui trata também de uma pesquisa-ação em sala de aula achamos importante estabelecer análise relacional (gênero, mulheres, e masculinidades), não enfatizando nem homens, nem mulheres. Apesar da escolha, percebemos que as perspectivas femininas na nossa sociedade atravessam questões

do cotidiano. Para despertar a revelação das questões, salientamos a importância do feminismo, e no caso da tese, o feminismo negro (SANTOS, 2016).

Um aspecto relevante ainda é a categoria Patriarcado e patri(viri)arcado (SILVA, 2017); onde discutimos o machismo e suas múltiplas sutilezas na sociedade, inclusive no discurso sobre estética corporal, e de cabelos, por exemplo. Outra temática é a cultura do estupro; onde precisamos urgentemente inserir nossos jovens alunos no debate. Em muitos momentos da experiência os estudantes conseguiram perceber privilégios sociais a partir das identidades, de gênero, de sexualidade e étnico-raciais<sup>10</sup>. Diante dessas questões, foi preciso investigar também masculinidades (e a minha própria construção subjetiva).

Na construção de masculinidades, o trabalho de Daniel WELZER-LANG (2001) *A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias* reporta importantes temas sociais. A partir de definições de homofobia e de heterossexismo, o artigo explora a profundidade heurística das relações sociais de sexo, transversais ao conjunto de pessoas e grupos de gênero, no interior de um quadro teórico que rompe com definições naturalistas e/ ou essencialistas sobre os homens. O texto analisa os esquemas, o *habitus*, o ideal viril, homofóbico e heterossexual que constroem e fortalecem a identidade e a dominação masculina. Para desenvolver argumentos, o autor faz revisão bibliográfica da literatura feminista francesa contemporânea.

Para ele, o paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dispondo privilégios aos homens à custa das mulheres. E em relação aos homens *tentados*, por diferentes razões, de não reproduzir esta divisão (ou, o que é pior, de recusá-la para si próprios), a dominação masculina produz homofobia para que, com ameaças, os homens se calquem sobre os esquemas ditos normais da virilidade. (WELZER-LANG, 2001, p. 465). E é dessa forma “padrão” do que é ser homem que também se elabora o “padrão” do que é ser mulher.

Medrado e Lyra (2008) no artigo *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades* apresentam marco conceitual de gênero, a partir de uma matriz que dialoga com produções feministas e se organiza em quatro eixos: 1) o sistema sexo/gênero; 2) a dimensão relacional; 3) as marcações de poder; e 4) a ruptura da tradução do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais. Dialogam com produções que adotam “gênero” como categoria analítica e se baseiam em referenciais teóricos distintos, mas têm em comum (e se autodefinem a partir de) uma perspectiva feminista crítica. A partir dessa matriz, traz-se uma análise dos estudos sobre os homens e masculinidades

---

<sup>10</sup> Talvez exemplo dessa questão esteja em falas e textos de uma ex-aluna da UFF, africana, negra. Certa aula um aluno (negro/pardo) falou que não via necessidade das cotas e que não se considerava negro, nem via a importância do movimento. Ela tratou de contar uma bela “História da formação social do povo brasileiro” – embora não o tenha convencido, me deixou entusiasmado com o discurso da mesma. Sim, nossa formação de povo foi pautada na escravidão da população negra e da exploração sexual das mulheres negras. O que fundamenta a existência das pautas dos movimentos.

no campo da saúde, sexualidade e reprodução, destacando a necessidade de abrir espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas.

Nas pesquisas, encontramos o debate sobre as relações de poder, que inscrevem as relações históricas de masculinidades e feminilidades em nossa cultura. Masculinidade e feminilidade são metáforas de poder e de capacidade de ação que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres (MEDRADO E LYRA, 2008, p.822). Consequentemente os debates sobre a dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, há muitos, incluindo homens, mídia, educação, religião, mulheres e as próprias políticas públicas. Dessa forma, os autores partem da ideia de que o poder coletivo, que reforça privilégios masculinos, “não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais” (idem, p.826).

Assim, para eles:

Diante dessa análise crítica sobre o ‘estado da arte’ de estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, especialmente no contexto da sexualidade e reprodução, ratificamos que é preciso romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas assim são, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas... que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. Apostamos na necessidade de abriremos espaço para novas construções teóricas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico das leituras feministas (idem, p. 833).

A discussão de masculinidades para pesquisa é compreendida via importância do feminismo, das categorias mulher e Gênero como pesquisa acadêmica; demonstrando a teia complexa em que os sujeitos sociais estão envolvidos quando diz respeito à identidade, de gênero, de orientação sexual; tentando romper o binarismo homem/mulher que ainda permeiam os discursos, inclusive no interior dos movimentos sociais de identidade.

Como dito, deslocamos o tema da formação docente e das experiências com a extensão, chegando a Parte II: Ensino Técnico no Estado de Pernambuco. Por isso é preciso entender a Política do MEC com o Mediotec/Pronatec<sup>11</sup> e a relação da proposta com as escolas técnicas (DUTRA, 2014) em tempo integral no referido Estado. Foi necessário mudar a linguagem em sala; por conta da mudança do público alvo; e pela percepção de que alguns temas ainda eram de total desconhecimento do alunado; principalmente inexperiência em atividades sexuais; e presença de alunado religioso; distinto da comunidade LGBTQI+ presente na Universidade Federal – com envolvimento em política e movimentos sociais de forma intensa e engajada.

A parte final da tese seguirá a partir da análise comparativa das diferenças

11 Link para inscrição em cursos técnicos - essa inscrição serve de mapeamento para oferta dos cursos, precisa de demanda de inscrição na localidade. <http://spp.mec.gov.br/cadastro-online/meu-cadastro>

encontradas nos espaços sociais, discutindo a mesma questão social, inserindo análises de políticas públicas de cultura. É preciso bastante atenção para não tratar das questões de forma maniqueísta, nem contagiado como docente “militante”; tampouco também, a análise pretende se apresentar como um fim para questão. A investigação nos campos, com base nos depoimentos filmados e escritos, do ponto de vista das subjetividades, foram pontos de partida para mudanças nas práticas pedagógicas e observação das possibilidades da Política Social em interlocução com outras políticas, como a política educacional e cultural, inserindo a questão da *intersectorialidade*<sup>12</sup> em políticas públicas.

No caso da experiência na graduação, a disciplina “Cinema e mulheres” foi um pedido do próprio departamento de Ciências Humanas depois de conhecimento da pesquisa; entrando no currículo como “Tópicos Especiais em Ciências Sociais II”<sup>13</sup>; ou seja, inserido em uma política educacional do ensino superior com perspectiva autônoma (LEMOS, 2011). Construir todo caminho teórico-metodológico e inserir o debate na formação docente, pois o campus tem majoritariamente cursos de licenciatura<sup>14</sup>. Também elaborei cursos de extensão que seriam usados como campo de pesquisa.

No caso da escola técnica em tempo integral do estado de Pernambuco, a política *intersectorial* em redes de cooperação é fundamental. Vincula-se a ideia de expansão educacional e aumento da qualificação profissional de jovens, promovida e financiada pelo MEC e implantada em parceria com entes estaduais, que fornecem estrutura física. Nesse caso, novamente a autonomia docente permitiu atividades docentes com cinema, na disciplina “*Lazer, corpo e sociedade*” no curso técnico de Lazer; que me permitiu ainda, problematizar a metodologia da disciplina “cinema e mulheres” iniciada e interrompida na metade de 2017.2 no Ensino Superior.

Com a mudança do espaço social para investigação acadêmica, ampliamos o público-alvo e as questões que foram debatidas sofreram deslocamentos. Pontuam-se as diferenças de forma analítica comparativa, pois, uma perspectiva é trabalhar o tema na formação docente e na extensão universitária em uma Universidade Federal, outra perspectiva é trabalhar a temática com futuros profissionais técnicos em lazer, que em geral são ainda estudantes do ensino médio público estadual. A temática para o Mediotec foi uma abordagem adaptada das proposições para o ensino superior, utilizamos livros elaborados para esse público, diferente da graduação, onde optamos por textos acadêmicos, artigos, dissertações, teses e livros mais densos como leitura indicada.

---

12 Debatermos melhor o conceito no artigo *PLANO NACIONAL DE CULTURA, CINEMA E A INTERSECTORIALIDADE NAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL*, apresentado no X Seminário Internacional de Políticas Culturais, organizado pelo Setor de Pesquisa em Políticas Culturais e pela Cátedra Unesco em Políticas Culturais e Gestão-FCRB e realizado entre 06 e 09 de maio de 2019 na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

13 Essa numeração no final aconteceu para que, os discentes que cursaram Ciências Sociais I, pudessem se inscrever sem chocar no sistema.

14 Exceto Bacharelado em Matemática.

Os comentários dos discentes, nas experiências educacionais, foram positivos. Embora em algumas aulas, principalmente no começo da experiência no curso técnico de lazer, os discentes não tivessem contato com filmes documentários, chegando até indagar se aquelas cinematografias eram filmes “de verdade”. Em geral, para eles, filmes são aqueles que passam na TV Globo, grande maioria de Hollywood – com muita ação e imagens rápidas – ou seja, houve estranhamento estético.

As pesquisas demonstraram necessidade de se elaborar levantamento das políticas culturais associando com política social e educacional (*intersectoriedade*). Na tese investigamos caminhos teóricos para entender questões socioeconômicas e políticas que resultam na ausência das mulheres cineastas. Desvelamos existência do *racismo epistêmico*, por isso compreendemos a importância dos feminismos para enfrentamentos sociais, destacando o feminismo negro, na esfera dos movimentos sociais contemporâneos. Construí argumentos sobre a dominação masculina na tentativa de estabelecer uma *matriz feminista* em estudos de gêneros, homens e masculinidades, dada minha identidade social (Homem, branco).

Argumenta-se que no Brasil as desigualdades apresentam questões de gênero, cor e etnias; revestindo a sociedade de relações patriarcais, sexistas, machistas, homofóbicas, e, sobretudo, racistas. Na tese levantamos inúmeras questões sociológicas e políticas teoricamente, entretanto, todo caminho é construído em interlocução com políticas sociais, culturais e educacionais, pensando na atuação docente em Instituições públicas, Universidades Federais, e as Escolas Técnicas Estaduais.

Do ponto de vista do audiovisual, Maria Aparecida Silva Bento (2006), em seu livro *Cidadania em Preto e Branco*, coloca que os meios de comunicação estimulam o preconceito. Destaca que há poucos negros como protagonistas. Dados da ANCINE (2016) e o estudo do Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa (GEMMA), um núcleo de pesquisa com inscrição no CNPq e sede no IESP-UERJ (2017) confirma e atualiza dados.

A pesquisa de campo da tese começou em 2017.1 quando comecei atuar como professor substituto na UFF-Pádua, departamento de Ciência Humanas, área de concentração, *Fundamentos da Educação*. Elaborei atividades de ensino com cinema, discutindo a temática da tese. Como dito, em 2017.2 comecei a aplicar o tema na disciplina “Cinema e mulheres”; entretanto, tive que parar o processo na metade, com a volta do docente efetivo (de forma inesperada).

Acabei voltando para Pernambuco e comecei aplicar o projeto no curso técnico de lazer, em escola integral do Estado. Encontrei tanto na Política educacional das Universidades federais, quanto das Escolas Técnicas em tempo integral, possibilidades para inserir a temática sobre as mulheres no cinema. Para conclusão da tese, agora, vamos mapear políticas culturais e como a questão vem sendo discutida em todas as esferas da sociedade, inclusive nos *mercados de bens simbólicos*, como cultura e arte. Neste sentido, a tese vem encontrando força justamente na *intersectoriedade* das

políticas, ou seja, o diálogo da gestão pública entre as áreas sociais, como Política social, cultural e educacional.

As pesquisas levaram a pensar questões culturais com os direitos humanos e na possibilidade de encontrar caminhos e mecanismos para diminuição das extremas desigualdades sociais, oriundas do próprio sistema socioeconômico (essa é uma hipótese). Traçando caminhos antropológicos, históricos, filosóficos e, sobretudo, sociológicos, acesso à cultura aparece como possibilidade de mudanças de realidades – que encontra na política até 2018, espaço para questões dos movimentos sociais. São essas formas de reivindicações sociais, que se ampliam em contextos específicos, mesmo quando partindo de uma base macrossocial, como por exemplo, a pobreza e a desigualdade social.

Este artigo prepara fundamentação teórico-metodológica para fase final da tese, construção da análise comparativa entre os campos sociais (Ensino Superior e Ensino Médio Técnico Estadual, entretanto, com verba federal, Mediotec-Pronatec) – vinculando uma questão social identificada: “a ausência de mulheres negras cineastas no Brasil”.

Na pesquisa da tese analisam-se como as políticas se relacionam; sejam elas sociais, educacionais ou culturais; e como podem ser influenciadas por debates dos movimentos sociais e da sociedade civil; influenciando em políticas (culturais) específicas e focalizadas. Estou instigado a problematizar a questão não somente compreendendo a Política puramente e como ela se constitui formalmente; mas, por exemplo; em uma análise mais profunda, no caso da tese, como enquanto educador é possível inserir em sala a questão da ausência de mulheres negras cineastas, apoiado na autonomia docente de forma perpendicular com a ementa, que se apoia na Política educacional.

A pedido da Secretaria Profissional do Estado de Pernambuco<sup>15</sup> elaborei e estou aplicando a metodologia da tese em curso de teatro-cinema para os alunos do Ensino Médio da escola onde funciona o curso de Lazer; esses alunos são do curso integral com ensino médio e técnico em “Logística” ou “Redes de computadores”. Salienta-se que os alunos do Técnico em Lazer estão nas modalidades *subsequente* e *integral externo*, ou seja, são alunos de outra escola do Estado ou que concluíram em 2017 o ensino médio.

Os resultados para *formação docente e de técnicos em Lazer* contemplam: a) a perspectiva da existência de profissionais comprometidos eticamente com mudanças sociais; b) contato com cinematografia que discute questões das mulheres, e da população negra no Brasil. Tanto no ensino superior, como no ensino médio-técnico, a recepção do alunado com a temática foi intensa. Algumas indagações iniciais são comuns, sobretudo, o interesse de um professor homem, branco, investigando questões das mulheres, negras; e como seriam as aulas com cinema a partir de um tema social.

Na graduação os discentes possuem maior contato com o tema dos

15 <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&men=71>

movimentos sociais e já percebem claramente a importância na formação docente. No ensino técnico destaco que houve muita surpresa com depoimentos de múltiplas experiências femininas através do cinema; os filmes tocaram os discentes em todas as experiências. Pudemos, na graduação, trazer mais questões sobre história do cinema e a questão do uso de tecnologia da formação de professores; debate que me parece ainda profundo para os alunos do médio-técnico; embora de certa forma, durante as aulas, inserimos esse debate também. Portanto, as experiências com o tema nos proporcionam reflexões do ponto de vista da formação de identidades sociais, tema relevante para jovens, futuros docentes e profissionais de lazer.

Após pouco mais de 2 anos de um governo ilegítimo (2016-2018) e que por isso não tinha força popular para modificar as pautas progressistas conquistadas, em 2019 com a mudança drástica de visão social por parte do governo federal, vivemos incertezas em relação a temática discutida nesse capítulo do livro. Para além de ideologias, militâncias, teorias e conceitos, as experiências demonstraram potencial didático e social. Porém, as eleições em 2018 foram marcadas por disputas bem extremas, e a “Era da pós-verdade” se tornou forma de propaganda político-partidária. O Brasil está rachado.

Como docente idealizador de conceitos tratados na tese e da metodologia experienciada, sinto-me em uma famosa cena do Filme Cidade de Deus (2002), quando o personagem “Buscapé” (O fotógrafo) se vê encurralado em uma rua entre “Policiais e Bandidos”, e nesse momento que vos escrevo, gostaria de dizer que no Brasil, não conseguimos identificar quem são os policiais e quem são os bandidos. Na mídia os bandidos sempre são Negros. Na política parlamentarista, os criminosos em geral são Brancos. E pulverizamos os debates de gêneros e sexualidades e as questões étnico-raciais, renomeados no senso comum (e em falas de representantes oficiais do governo, incluindo o Presidente da República) de “mimimi”, “vitimismo” e “balbúrdia”.

Para o autor do capítulo, professor, artista e pesquisador, as previsões não são as melhores. O texto inclusive pode incorrer no risco de ser aquilo que disse não pretender, ou seja, maniqueísta. Porém, após 2018, tudo que li, ouvi, e vivi, me fez tomar a decisão de um posicionamento mais claro e explícito, de resistência em relação a guinada para “extrema direita liberal” que o Brasil foi levado. Ainda não foi possível na pesquisa desenvolver análises profundas em relação as *Fake News*. Mas fica o “alerta” da sociedade pós-verdade.

Para onde vamos? Que tipo de jovens e adultos queremos, quando colocamos crianças para defender o armamento da população? Para um docente, ver um presidente incentivar uma criança a fazer de simulação de uma arma de fogo letal com seus dedos, como forma de propaganda de política governamental, não é interessante. Não fazia parte da história que eu gostaria de viver. Sou da geração década de 1980, filho de uma sociedade transitória, de uma ditadura militar para democracia. Educado por uma mulher sindicalista.

Essa pesquisa e esse texto é um respiro para o autor, uma possibilidade de ser lido e debatido. *Será que teremos ainda políticas culturais para as questões da tese? Será que agora entendemos a importância dos movimentos sociais e das pautas progressistas? Será essa uma pesquisa acadêmica ou militante? São muitas perguntas e muitas angústias. A pergunta que coloco em sala para os estudantes cada vez mais é importante: “Quem sou eu na minha própria história de vida?”*

Concluo diferente de *Voltaire*, porque além de discordar de coisas que são ditas pela extrema direita, jamais morreria pelo *direito* de falarem. Eu talvez morreria pelo *dever* de não colocarem seus discursos discriminatórios como política governamental. Não me sinto em uma democracia e sim em uma ditadura disfarçada. Os corpos estão além de proibidos de se manifestarem, criminalizados nas Instituições públicas. Nas redes sociais virtuais, “a terra da pós-verdade”, os direitos sociais e pautas dos movimentos sociais são “atacados”. As reações são pouco dialógicas, mas são em si dialéticas, apontam contradições no interior das sociedades “democráticas” contemporâneas. Seguiremos atentos as questões político-sociais, e principalmente, as virtuais.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Marcio. **A teoria feminista vai ao cinema: configurações e reconfigurações do feminino na tela.** Revista Vozes & Diálogos; Itajaí, 2015, v.14, n.1, jan./jun.

ADRIÃO, Karla Galvão. **Sobre os estudos em masculinidades no Brasil: Revisitando o campo.** Revista Cadernos de Gênero e Tecnologia. UTFPR, v. 1, n. 3, 2005

ALVES, J.E.D.; CAVENAGHI, S.M.,. **Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil.** Mediações, 2012, v.17 (2). pp.83-105.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Cidadania em preto e Branco.** São Paulo: Ática, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O mercado de bens simbólicos.** São Paulo, Ed: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** São Paulo: Papius, 1996.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diversidades Sexuais: Saúde e Prevenção nas escolas.** Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília: Brasil: Ministério da Saúde, 2008.

CANDIDO, Marcia Rangel; MARTINS, Cleissa Regina. **Perfil do Cinema Brasileiro (1995-2016).** Boletim GEMAA, n.1, 2017.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto & FERES JÚNIOR, João. **“A Cara do Cinema Nacional”: gênero e raça nos filmes nacionais de maior público (1995-2014).** Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n.13, 2016, pp.1-20.

CANDIDO, Marcia Rangel; Moratelli, Gabriela; Daflon, Verônica Toste; Feres Júnior, João. **“A Cara do Cinema Nacional”**: gênero e cor dos atores, diretores e roteiristas dos filmes brasileiros (2002-2012). Textos para discussão GEMAA (IESP-UERJ), n.6, 2014, p. 1-25.

CAMPOS, L.A. **Quando raça não é igual a gênero: teóricas feministas e sub-representação dos negros na política brasileira**. São Paulo: Alameda, 2015.

CANO, Márcio Rogério de Oliveira (Org.). **A reflexão e a prática no ensino**. São Paulo. Blucher, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 1999, p. 17-28 e 93-96 e 169-285.

COMERLATTO, Dunia, et al. **Gestão de políticas públicas e intersetorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais**. Rev. katálysis. 2007, v.10, n.2, pp.265-271.

CORREA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal**. Cad. Pagu, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

DUTRA, Paulo F.V., **Educação integral no estado de Pernambuco: Uma política pública para o ensino médio**. Recife Editora UFPE, 2014.

DINIZ, Debora e FOLTRAN, Paula. **Gênero e feminismo no Brasil uma análise da revista estudos feministas**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004.

FREITAS, A.M.L.; GOMES, P.I.J., **Desigualdades de gênero, renda e pobreza no Brasil**. Unimontes, 2013.

FRESQUET, Adriana Mabel (Org.). **Aprender com experiências do cinema: Desaprender com imagens da educação**. Rio de Janeiro: Ed. BOOKLINK-CIENAD/LISE/UFRJ, 2009.

GODOY, Rosa Maria Silveira (org). **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

GURGEL, Telma. **Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos**. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: Editora DP&A, 2005.

HERINGER, R, **Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Saúde Coletiva, 2002, v.18, pp.57-65.

JORDÃO, R. S. . **A pesquisa-ação na formação inicial de professores: elementos para a reflexão**. In: 27ª Reunião anual da Anped, *Caxambu. Sociedade, democracia e educação: qual universidade?*, 2004.

LEAL, Lucas. **Animação Cultural e Cinema na Extensão Universitária: Um Estudo de Caso no Projeto Universidade das Quebradas (UFRJ)**. 165 f.; Orientador: Diógenes Pinheiro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B-sE2Ar37CoNQjI3NS1LcDaxTkU/edit>

LEMOS, Denise. **Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 01, p. 105-120, 2011.

MALTA, Renata B.; OLIVEIRA, Laila T.B. de. **Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual**. Revista GÊNERO, Niterói, v.16, n.2 (p. 55 – 69) 1.sem. 2016.

- MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre gênero para os estudos sobre homens e masculinidades**. Rev. Estudos Feministas, ano 14, 2008.
- MELO, H.P. **Gênero e pobreza no Brasil. Relatório Final do Projeto Governabilidade Democrática de Gênero em América Latina y el Caribe**. Brasília: CEPAL, SPM., 2005.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**, São Paulo: Ed. 34, 2008.
- PINSKY, J. (Org.) **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ROCHA, S.,. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV. Caps. 1 e 2, 2003.
- SANTOS, M. P. dos. **Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário**. Revista Extensão universitária: compromisso social – Vol 6. , Ponta Grossa, 2006.
- SANTOS, Giselle Cristina dos Anjos. **Os estudos feministas e o racismo epistêmico**. Revista GÊNERO, Niterói, v.16, n.2 (p. 7 – 32) 1.sem. 2016.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. **As ONGs de mulheres negras no Brasil**. Rev. Soc. e Cult., Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275-288, jul./dez. 2009.
- SILVA, Glauber Lucas Ceara. **Corpos penetrantes e masculinidades: um estudo crítico às práticas patri(viri)arçais**. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Escola de Serviço Social, 2017.
- SOARES, C.,. **O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos**. Adenauer, 2013.
- SOUZA, Edileuza Penha de. **Negritude, Cinema e Educação: Caminhos para implementação da Lei 10.639/2003 – (1 e 2)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- TEDESCO, Marina Cavalcanti. **Da esfera privada à realização cinematográfica: a chegada das mulheres latino-americanas ao posto de diretoras de cinema**. EXTRAPRENSA (USP) – Ano VI – nº 10 – junho/2012.
- VALVERDE, D.O.; STOCCO, L.. **Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação**. Estudos Feministas, 2009, v.17 (3). pp. 909-920.
- WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobias**. Rev. Estudos Feministas, ano 9, 2001.
- YAZBEK, M.C.,. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social e Sociedade, 2012, v.110, pp.288-322.

## E AGORA EDUCADOR/A? O WILLIAM PEGOU MINHA BONECA PARA BRINCAR!

### **Guilherme de Souza Vieira Alves**

Universidade Estadual Paulista – UNESP,  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP

### **Marcia Cristina Argenti Perez**

Universidade Estadual Paulista – UNESP,  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara – SP

**RESUMO:** A investigação em análise teve por objetivo primordial apontar e problematizar circunstâncias que possam a partir de concepções teórico-metodológicas baseadas nos atos de brincar e de cuidar de bonecas por crianças do gênero masculino desmistificar barreiras socioculturais em que difere os brinquedos para cada tipo de gênero nas infâncias. Em função das propostas elencadas pelos autores, utilizou-se enquanto materiais e métodos para discussão da pesquisa, reportagem em formato de artigo midiático, ao qual é divulgado em blog educativo, que narra e se traduz em textos a partir da (re)construção da obra original de Charlotte Zolotow, de 1972, denominada *William's Doll*, traduzida para a língua portuguesa como “A boneca de William”. Enquanto resultados indicativos por uma análise descritiva e pormenorizada, nota-se que segundo a mensagem central transmitida pela obra, as crianças (especialmente do gênero masculino) podem brincar e cuidar de bonecas, na oportunidade em que se tornarão

pais exemplares pelo ato vivenciado enquanto crianças nas primeiras infâncias. A partir de toda liberdade e amplitudes avessas às amarras culturais, acredita-se que o ato de brincar e brincadeiras que lidam e utilizam para tal com bonecas, não sejam exclusivas para meninas, mas sim para crianças que possam reconhecer as realidades, experimentar sensações e viver ludicidades em um mundo onde o real e o imaginário se entrecruzam e se dispersam a todo e qualquer instante - entre carrinhos e bonecas de meninos/as.

**PALAVRAS-CHAVE:** boneca, masculinidade, infância, educação, ludicidade.

### **AND NOW EDUCATOR? WILLIAM PICKED MY DOLL TO PLAY!**

**ABSTRACT:** The research in analysis had as its main objective to point out and to problematize circumstances that could from theoretical-methodological conceptions based on the acts of playing and caring for dolls by male children to demystify socio-cultural barriers in which the toys for each type of gender differ in the childhood. Based on the proposals listed by the authors, it was used as materials and methods for discussion of the research, a report in a media article format, which is published in an educational blog, which narrates and translates into texts based on the (re) original work of

Charlotte Zolotow, of 1972, denominated William's Doll, translated to the Portuguese language like "A boneca de William". As indicative results from a descriptive and detailed analysis, it is noted that according to the central message conveyed by the work, children (especially of the masculine kind) can play and care for dolls, in the opportunity in which they will become exemplary parents by the act experienced as children early childhood. From all freedom and amplitudes averse to cultural moorings, it is believed that the act of play and play that they deal with and use for dolls, are not only for girls, but for children who can recognize the realities, experience sensations and to live ludicities in a world where the real and the imaginary intertwine and disperse at any moment - between carts and children's dolls.

**KEYWORDS:** doll, masculinity, childhood, education, playfulness.

É bem provável que você já tenha se deparado com situações em que meninos tenham brincado, ou ao menos sido aguçado a partilhar do toque de uma boneca. Então, como e em quais circunstâncias esse ato seja importante para os garotos? E para vocês educadores/as? Permitiriam que seu filho, menino, e seus alunos (do gênero masculino) pudessem brincar com alguma boneca? Certamente essas questões de Infância atreladas à Sexualidade são comumente observadas e/ou vivenciadas no cotidiano por se relacionar às subjetividades e sujeitos em processo de conhecimento do ser.

Os autores/pesquisadores do presente capítulo propuseram uma análise, de cunho qualitativo descritivo, baseada em referências teórico-metodológicas que não se esgotasse em sua temática central, mas que permitisse (re)pensarmos como ideologicamente a sociedade do Século XXI molda e limita os espaços físicos e imaginários de atuação no brincar e, a partir desse, nas instâncias da socialização dentre os pares, capazes de construir obstáculos e restringir a possibilidade de descobertas e imaginações imersas em um mundo de realidades e fantasias às crianças em suas pluralidades e inquietudes das e nas brincadeiras.

Trata-se, nesse sentido, da objeção por ressignificar questões enraizadas como "verdades absolutas", e permitir que por meio de questionamentos e reflexões sobre as concepções do brincar e cuidar de bonecas por meninos em idades que se enquadram às etapas das primeiras infâncias, seja um momento para além do prazer, da descoberta, do brincar, e do ser-criança.

Assim, verifica-se que tal pesquisa se reflete diretamente na concepção sociocultural, a qual os fatores sociais e culturais são conjuntos indissociáveis nas interfaces do desenvolvimento humano, aqui representados e discutidos dentre as temáticas de Educação Sexual, Infância e Mídias, na perspectiva de que meninos ao brincar de bonecas, como forma de estabelecer convívio e socialização no ambiente em que vivem, podem tornar-se-á seres humanos mais afetuosos, conforme demonstrações das imagens e contextualizações teórico-metodológicas elencadas nesta pesquisa.

## 1 | INFÂNCIA: REFLEXÕES GERAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

Na reestruturação das sociedades, ao longo da trajetória histórica a Infância bem como os conceitos relacionados à criança, ocupam espaços marcados por mudanças significativas nas concepções de existência do ser, levando-se em conta o caráter científico nas áreas dos desenvolvimentos físico, emocional, social e cognitivo, a partir de premissas e teorias socioculturais do ser-criança, pertencimento nos espaços, e etapas do desenvolvimento. A esse respeito Chombart de Lauwe (1991, p. 3) assevera que:

Falamos da criança e da infância, o primeiro termo evocando um ser humano em devir, o segundo, um período da existência que constitui uma camada da população universal, já que presente em toda sociedade. O estado da infância, transitório para cada ser, acaba, no processo de mistificação, por se tornar um outro modo de existir, em função do qual todo o meio recebe qualificações particulares.

Adiante esse olhar, como forma de caracterizar a criança, e ao encontro dos objetivos propostos, considera-se oportuno salientar que para a autora supracitada “a criança idealizada apresenta características psicológicas que denotam, antes de mais nada, uma autenticidade e uma verdade totais. Livre, pura e inocente, sem laços nem limites, está totalmente presente na natureza” (p. 30).

Por base a essa conjuntura, nota-se a relevância quanto aos aspectos do desenvolvimento humano e interações socioculturais na medida em que para Angotti (2016, p. 21) foi possível consolidar “novas concepções sobre a criança, à infância e a defesa da infância como momento único de vida do ser humano [...] e oferecer condições plenas de desenvolvimento”.

As marcas características da representatividade do ser-criança inserida como sujeito pertencente à cultura lúdica podem ser expressas nas afirmativas de Brougère (2011, p. 20) ao mencionar que “a cultura nasceria de uma instância e de um lugar marcados pela independência em face de qualquer outra instância, sob a égide de uma criatividade que poderia desabrochar sem obstáculos”. E acrescenta ainda acerca da dimensão social que “brincar não é uma dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessita de aprendizagem” (p. 20).

Essa mesma aprendizagem ocorre em momentos plurais e por métodos diversificados a depender dos objetivos postos à questão. Segundo Perez (2014, p. 102):

Na sociedade contemporânea, família e escola, são dois contextos de promoção do desenvolvimento, socialização e educação da criança, que se definem e são diferenciados por padrões de comportamento, de objetivos, de procedimentos para transmissão de informações que lhes competem.

Da mesma forma, é salutar que se possa oportunizar situações em que as

crianças estejam engajadas nos processos de participação social no contexto em que se inserem, ao qual por suas peculiaridades consideram-se ações dos saberes das teorias e práticas, das crenças e dos valores (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2007).

Nesse contexto, corrobora-se com tais afirmativas descritas, ilustrando que a participação dos meninos em ações que os permitam contato com os mais diversificados brinquedos seja relevante no desenvolvimento social das crianças, na intenção de desconstruir ideologias de que há cores e tipos específicos de brinquedos para meninos/as, como nos paradigmas sexistas direcionados no poder impregnado da cultura determinante e julgadora das ações que não podem ser desenvolvidas por e aos meninos, porque eles os são [meninos].

Assim, em convergência acerca das questões direcionadas à sexualidade (e especialmente ao gênero) essenciais fundamentos são os aportes teóricos que tangem à essa temática. Ruis (2015, p. 33) assevera que “a sexualidade ainda é tratada como um assunto velado, proibido, não apenas no contexto escolar, mas também no âmbito familiar e, portanto, abordá-la se torna, muitas vezes, um desafio para pais e educadores”. A partir dessa premissa, é possível denotar que há dificuldades e ausências nos discursos escolares e intrafamiliares, conseqüentemente, acredita-se que possam construir e resultar em sujeitos ocultos e reprimidos, com dificuldades de convivência social.

A interpretação conceitual de gênero refere-se sob a elucidação de Louro (1997) a partir de significados e construções sociais, isto é, a autora defende que há constructos para além do corpo/biológico, e que ultrapasse e contraponham às marcas dos seres homem e mulher; trata-se, portanto, da perspectiva social e histórico cultural da formação dos sujeitos nas sociedades, tendo em vista o desenvolvimento da infância como precursores e determinantes às fases e etapas subsequentes.

## 2 | MATERIAIS E MÉTODOS

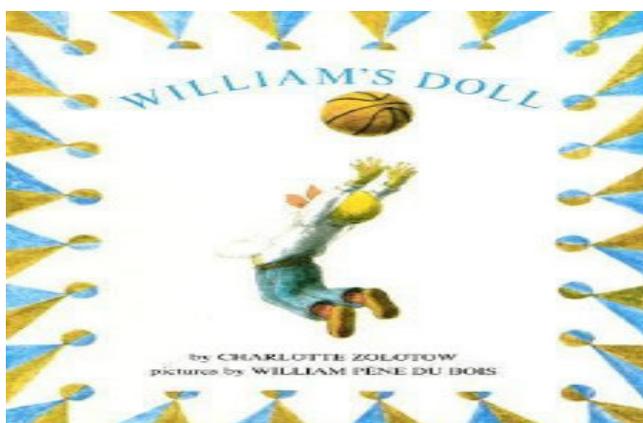
A partir das demarcações de que cultural e socialmente bonecas são brinquedos instruídos ao universo infantil das meninas, os autores deste capítulo optaram por descrever e analisar uma dinâmica sequencial reproduzida no que diz respeito a abordagem um tanto quanto fora dos padrões heteronormativos que representa estereótipos quanto ao gênero infantil nas ações do brincar.

Concernente à essa sequência de imagens, trata-se de reportagem em formato de artigo de jornal/revista, ao qual foi divulgado em mídia digital e visual, quando da divulgação em blog educativo (voltado principalmente à publicação de matérias e artigos de informação que retratam emoção e afetividades quando nas questões do ensino e da aprendizagem na área de Educação Emocional) neste caso, no que tange em especial às questões da sexualidade dos meninos que porventura brinquem e/ou cuidem de bonecas – uma mãe mostra a história e registra os resultados a seus três

filhos, e lhes permite o ensaio da narrativa de modo a vivenciar ações que a *priori* seriam apenas destinadas às meninas: o brincar e cuidar para com as bonecas, com a intenção de que ao fazê-lo estaria os preparando para se tornarem pais presentes quanto à educação dos filhos.

Enquanto estratégias de veiculação, o blog se constitui em canal aberto, com publicações acerca de temas diversificados, sendo que, a propósito do material analisado, nota-se uma congruência na relação textual-imagem, na medida em que há uma comunicação linear que se completa por essas construções do produto final.

Tal fato construído e divulgado por imagens, narra e se traduz em textos a partir da (re)construção da obra original de Charlotte Zolotow, de 1972, denominada *William's Doll*, traduzida como “A boneca de William”. Como forma de inserção em relação à análise de produto, torna-se indispensável a identificação visual desta obra-base escrita em meados dos anos 70. Adiante, segue imagem da capa:



**Fonte:** [https://en.wikipedia.org/wiki/William%27s\\_Doll](https://en.wikipedia.org/wiki/William%27s_Doll), 2018

Este livro contextualiza como enredo central o desejo do menino William em querer brincar de boneca, encontrando no desenvolver da narrativa, empecilhos impostos por pessoas do convívio (principalmente o pai) para que não o pudesse fazer como desejaria.

Ao final da narrativa, e quando nas participações da avó paterna de William, em contato com o pai dele, são encenados momentos em que a William seja possível o brincar de boneca, no discurso pela avó dirigido ao pai de que o brincar de boneca seja importante ao menino para que quando no futuro, ao ser pai, poderás o fazer com afetividade, cuidado e primazia, como o pai de William seja, segundo narrativa anunciada pela avó do menino.

Convém, no entanto, ressaltar que as descrições supracitadas fazem referência a uma interpretação peculiar dos autores nessa pesquisa, não sendo necessariamente uma interpretação coletiva que possa em aspectos gerais representar ideias e concepções sobre a referida obra.

Diante desse panorama, algumas imagens são reproduzidas no intuito de ilustrar a presença marcante das ações desenvolvidas pelas crianças-meninos, a propósito de

como o fazer nos cuidados para com os bebês, em atenção à saúde e bem-estar dos mesmos. E para fins éticos na pesquisa, ressalta-se que acerca dos procedimentos metodológicos, os autores deste capítulo enfatizam que foram utilizadas as imagens disponíveis no blog educativo, ao qual para fins de registros e pesquisas no conteúdo dos materiais não constam proibições na veiculação no uso das imagens.

### **3 | ANÁLISE E DISCUSSÕES DO PRODUTO MIDIÁTICO NA INTERFACE SEXUALIDADE E INFÂNCIA**

Conforme mencionado, a proposta de análise midiática está voltada a uma reflexão com base nos fundamentos do brincar de bonecas por meninos, em consideração que, via de regra, há proibições quanto à escolha do tipo, cor, objetivo e características do brinquedo, destinados aos sujeitos meninos/as.

É válido ressaltar que o blog utilizado como método de coleta de imagens retrata outras figuras em seu texto original, mas a título de análise por interesse dos objetivos dos pesquisadores, foram selecionadas previamente as imagens que pudessem representar ações do brincar e cuidar de bonecas pelos meninos enfaticamente no que se refere aos cuidados de alimentação e de higiene.

Sob percepções e análises do ponto de vista do ser menino na sociedade hierárquica e patriarcal, Louro (2000, n. p.) coaduna que:

Esse sentimento, experimentado por mulheres e homens, parece ser mais fortemente inculcado na produção da identidade masculina. Em nossa cultura, a manifestação de afetividade entre meninos e homens é alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre as meninas e mulheres. De modo especial, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas, em muitas situações sociais. Evidentemente elas são claramente codificadas e, como qualquer outra prática social, estão em contínua transformação.

Deste modo, em relação a tais aspectos, destaca-se a imagem a seguir, que nos permite perceber seja por meio dos gestos, seja por uma atenção pormenorizada o quanto se faz presente os cuidados prestados pelos garotos no que tange a estar presente na relação filho-cuidador. Nesse sentido, e considerando a ótica visual da imagem, nota-se a atenção das crianças-meninos no cuidado para com os “bebês” na tratativa de que esses parecem estar em pleno aconchego no ambiente propício ao aprendizado da alimentação (posições confortáveis em meio as almofadas e tapete, destreza nas habilidades manuais em relação ao tocar e acariciar as bonecas).



Imagem 1: Meninos alimentam as bonecas

Fonte: <http://www.criandocomapego.com/ele-nao-brinca-de-bonecas-brinca-de-ser-pai/>, 2018

Face a essa (des)construção paradigmática de que os meninos podem brincar e enquanto o fazem, estabelecem conexões afetivas para com ao cuidado ao outro, ao bebê, seja oportuno uma definição que nos remeta a visão de mundo do indivíduo, diante das competências e habilidades do aprender e ensinar. Moreno (1999, p. 13) explica:

Só é possível o que pode imaginar, só é real o que pensa que existe, e só é certo aquilo que acredita [...]. Agimos e movemo-nos não de acordo com a realidade, mas de acordo com nossa imagem de mundo. Cada pessoa não constrói essa imagem por si mesma, a partir da observação de alguns fatos concretos e reais, e sim, na maioria dos casos, a partir do que os outros lhe dizem a respeito desses fatos, ou seja, a partir dos julgamentos que os demais emitem sobre a realidade.

Na sequência ao ato dos garotos alimentarem aos bebês, eles os posicionam corretamente, a fim de que possam arrotar, e assim evitem o engasgamento e posterior sucção do leite, que poderia fatalmente levá-los à óbito. Nessa imagem as crianças sorriem e demonstram afetividade na relação aos singelos cuidados do segurar, posicionar e tocar as bonecas, como representatividade de “somos bons cuidadores e sabemos como o fazer para que eles/as fiquem bem”.



Imagem 2: Após o ato de mamar, os meninos posicionam os bebês para arrotar

Fonte: <http://www.criandocomapego.com/ele-nao-brinca-de-bonecas-brinca-de-ser-pai/>, 2018

Tão essencial quanto a alimentação e sua posterior digestão, são as práticas cotidianas que se entrelaçam à higiene e bem-estar dos bebês. Na imagem a seguir, um dos garotos cuida da boneca com a suavidade e relaxante ação de um refrescante banho, em atenção à segurança observada quando do segurar para proteger a cabeça.



Imagem 3: As crianças cuidam da higiene das bonecas

Fonte: <http://www.criandocomapego.com/ele-nao-brinca-de-bonecas-brinca-de-ser-pai/>, 2018

Pela análise realizada a partir das imagens em que as crianças são nesse processo de aprendizagem, sujeitos notados como aqueles que fazem, e fazem por paixão e cuidados em aprendizado compartilhado para as bonecas, pode-se constatar uma relação ambígua no tocante aos adultos. No entendimento de Silveira (2010) se os adultos ensinam comportamentos, e maneiras de ser às crianças, logo essas mesmas crianças são capazes de preencher espaços na aprendizagem social dos adultos.

No tocante à proposta desenvolvida, intencionalmente foi possível retratar uma problemática do século XXI nas fases da Infância quando meninos têm anseios por cuidar e brincar de bonecas, mas são banidos desse momento por fatores culturais e raízes históricas, demonstrados a partir da análise em questão, em que desde os anos de 1970 há registros de literatura que apresenta os dilemas e a distinção nos papéis de gênero na Infância.

Consoante à luz dessas reflexões, podemos acreditar veementemente que o exercício e objetivo que a mãe dos três meninos intencionou praticar possa ser atendido na certeza de que os gestos e o fazer função de pai, logo cuidador, foram representados com segurança, atenção, carinho e afeto – conforme demonstrações ilustrativas, não nos esquecendo de que essas marcas são retratos de um contexto já demarcados culturalmente pelo preconceito ao brincar de bonecas e assisti-las enquanto um ser masculino que possa sentir afetividades no tratamento para com as bonecas (representadas genericamente como futuros filhos).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante elaboração deste levantamento para posterior discussão e análise do material, algumas pontuações são indispensáveis a título de corroborar as teorias utilizadas que justificam a escolha pela temática abordada.

Crianças, quando em momentos de socialização do brincar, são potencialmente levadas a níveis do “faz de conta”, sendo que, nas primeiras infâncias essas figurações são essenciais ao desenvolvimento emocional, logo ao estímulo dos processos cognitivos e ao longo da vida para o exercício da criatividade e desenvolvimento de competências e habilidades.

Os meninos - sexo e gênero masculino, sujeitos protagonistas desse estudo, não os serão inferiores quando na condição de brincar e cuidar de bonecas, ou até em momentos de socializar brinquedos e brincadeiras com meninas. Eles querem apenas brincar, pois a brincadeira infere sentimento de alegria, entusiasmo e muita diversão, o que possibilita aprendizado.

Obstante, pressupõe-se que a participação de meninos, em atividades predeterminadas como femininas não esteja diretamente relacionada à orientação sexual a qual este indivíduo desenvolver-se-á enquanto sujeito sexuado na fase adulta, visto que, principalmente nas primeiras etapas de vida, a criança tem de ser estimulada socialmente a participar de atividades lúdicas como representação de observar e (re)conhecer características do saber e como o fazer nas brincadeiras.

Deixem seus filhos/as e alunos/as brincarem de bonecas, carrinhos, jogos e brincadeiras que sejam capazes de estimular a imaginação, a socializar o aprendizado e construir um mundo com significados e simbologias, liberto de preconceitos e de estigmas socioculturais, que possam massacrar e ferir as crianças, sejam meninos/as.

## REFERÊNCIAS

ANGOTTI, M. Educação Infantil: os desafios de se conhecer e implementar novas perspectivas educacionais. In: LEÃO, A. M. C.; MUZZETI, L. R. (Orgs). **Abordagem panorâmica educacional: da educação infantil ao ensino superior**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

BROUGÈRE, G. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T. M. (Org). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CHOMBART DE LAUWE, M. J. KON, N. (tradução). **Um outro mundo: a infância**. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MORENO, M.; FUZZATTO, A. V. (tradução). **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia (s) da infância: reconstruindo uma práxis de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J.; KISHIMOTO, T. M.; PINAZZA, M. A. (Orgs). **Pedagogia (s) da infância**: dialogando com o passado: construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREZ, M. C. A. Intervenções pedagógicas no contexto da família, Educação Infantil e Ensino Fundamental: possibilidades de aproximação e de enfrentamentos. In: **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, SP: UNESP/FCLAr – Laboratório Editorial, v. 18, n. 1 e 2, p. 101-111, 2014.

RUIS, F. F. **Ser menino e menina, professor e professora na Educação Infantil**: um entrelaçamento de vozes. 2015. 225f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2015.

SILVEIRA, G. “Quando a escola é de vidro”: a produção da infância e as relações de poder no contexto disciplinar. In: FERRARI, A. (Org). **Sujeitos, subjetividades e educação**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2010.

## ENTRE A ESCRAVIDÃO SEXUAL E O ESTUPRO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO COMO INSTRUMENTO DA DOMINAÇÃO MASCULINA

### **Caroline dos Santos Coelho**

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Discente da Graduação em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas, São Paulo

### **Alessandra Benedito**

Universidade Presbiteriana Mackenzie, Docente e Coordenadora da Graduação em Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, campus Campinas, São Paulo

**RESUMO:** Confrontando as premissas estabelecidas acerca da prostituição como a profissão mais antiga do mundo, envolta por mera moralidade, este artigo tem por finalidade analisar a prostituição a partir da perspectiva dos instrumentos de dominação masculina em função da hierarquia entre os gêneros masculino e feminino. Procura-se, através da interpretação de dados em articulação com teoria, expor os modelos teóricos e suas perspectivas jurídicas acerca da prostituição, estabelecendo o diálogo entre trabalho e exploração sexual. A partir de tal diálogo, analisa-se a prostituição como intrinsecamente violenta às mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prostituição; Sexualidade; Instrumentos de dominação masculina.

**ABSTRACT:** Confronting the established

premises about prostitution as the oldest profession in the world, surrounded by mere morality, this article aims to analyze prostitution from the perspective of the instruments of male domination in function of the hierarchy between the masculine and feminine genders. It is sought, through the interpretation of data in articulation with theory, to expose the theoretical models and their legal perspectives on prostitution, establishing the dialogue between work and sexual exploitation. From this dialogue, prostitution is analyzed as intrinsically violent against women.

**KEYWORDS:** Prostitution; Sexuality; Male Domination.

### 1 | INTRODUÇÃO

O debate sobre a prostituição pode se dar a partir de diferentes óticas de estudo e ocorre tanto a partir de noções do senso comum quanto nos campos do direito do trabalho e em diferentes perspectivas do movimento feminista.

Neste artigo será debatida exclusivamente a prostituição feminina, uma vez que quando falamos em prostituição, a associação automática é a do homem como comprador e da mulher como a pessoa em situação de prostituição. Segundo a fundação francesa

Scelles, que luta contra a exploração sexual, de fato, a grande maioria das pessoas em situação de prostituição (75%) são mulheres com idades entre 13 e 25 anos.

Historicamente, a prostituição é tratada como o ofício que resta às mulheres em situação de miséria. Na obra *Os Miseráveis*, em que a personagem Fantine, esgotados todos os demais meios de sobrevivência, acaba na prostituição, Victor Hugo chega a afirmar que a escravidão continua sendo uma realidade, “mas agora pesa somente sobre a mulher e é chamada prostituição”. Entre os clássicos do cinema de Hollywood, não faltam mulheres na situação de prostituição em busca de um cliente que se case com ela e a faça socialmente respeitável novamente.

Ademais, dentro do movimento feminista há grande divergência entre a visão da prostituição como uma profissão tomada por estigmas morais, que necessita da tutela do direito para garantir que lhes sejam estendidas as proteções relativas às relação de trabalho, e a visão da prostituição como um meio de violência contra as mulheres decorrente da supremacia masculina.

Assim, o intuito deste trabalho é debater a prostituição em si, com suas implicações sociais e jurídicas, demonstrando as consequências da prostituição para as mulheres enquanto classe dentro da estrutura das sociedades patriarcais.

## 2 | A PROSTITUIÇÃO COMO FRUTO DA ESCRAVIDÃO

O entendimento popular expõe a crença na prostituição como a profissão mais antiga do mundo, de modo que sua contestação se depara inevitavelmente com tal suposto fato histórico, que perpetua a ideia de que a prostituição é inerente à todas as sociedades e tempos históricos. Ocorre que as origens da prostituição não remontam à mera escolha, em uma esfera de ampla liberdade, mas sim do sistema de escravidão; não de uma escolha das pessoas prostituídas, mas, sim, das pessoas que decidiram aliciar, via de regra mulheres, para comercialização de seus corpos e sexualidade.

Assim, num primeiro momento, a prostituição por meio da escravatura, ao mesmo tempo em que era fruto da sujeição sexual da mulher face ao homem e da defesa do direito ao prazer do homem, era também apenas um dos aspectos da redução de uma pessoa à condição de escravo. No texto *A Escravatura branca* lê-se o seguinte:

Pode dizer-se que a mulher foi o primeiro ser humano, que conheceu a escravidão, e pôde acrescentar-se que foi escrava ainda antes de haver escravatura. (...) Uma escravidão, que dura centenas de anos, torna-se um hábito, e a hereditariedade e a educação fazem que as duas partes interessadas considerem a escravatura da mulher como uma coisa natural. (...) Toda a opressão tem por ponto de partida a dependência econômica, em que o oprimido se encontra com relação ao opressor. É o que se tem dado com respeito à mulher (...) (SOUSA, 1896, pp. 8-9).

Nesse sentido, a naturalização da prostituição é reforçada pelo mito de sua

inevitabilidade, ignorando o proxenetismo para que seja possível manter o sentimento de que a prostituição não pode ser superada. Assim, Janice Raymond afirma acerca da anterioridade do proxenetismo em relação à prostituição e sua suposta inevitabilidade:

A tentativa de fortalecer um sistema de prostituição, recorrendo a sua suposta inevitabilidade, apela a uma história patriarcal em que as mulheres são os objetos, não sujeitos. Como com qualquer argumento que invoca validação histórica, devemos perguntar quem são seus beneficiários. A prostituição não é a profissão mais antiga. Ser proxeneta é. O único fato inevitável sobre a prostituição são os proxenetas que vendem mulheres e crianças para o sexo da prostituição e os homens que o exigem. (RAYMOND, 2013, p.,52)

É a partir de tal premissa que Janice Raymond expõe as semelhanças entre a escravidão racial e a escravidão sexual. Tais semelhanças são reveladas a partir da análise dos discursos favoráveis e contrários à abolição da escravidão negra. Isto pois os que eram contrários à abolição da escravidão negra defendiam práticas de regulamentação por parte do Estado, de modo que fosse criado não só um sistema de normas mas sim a estrutura de um “setor econômico”. Os ataques eram destinados ao tráfico de escravos e não à escravidão em si, sendo apenas o primeiro considerado como um problema social, do mesmo modo que, no que diz respeito à escravidão sexual, as críticas limitam-se ao tráfico de pessoas e à prostituição forçada, nunca à prostituição.

Entretanto, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas, designado para acompanhar a Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outros de 1949, declarou a prostituição como uma forma contemporânea de escravidão. Mas este entendimento não é pacífico. Assim, de acordo com as diferentes visões sobre a prostituição, foram elaborados modelos que visam afirmar o seu caráter e suas perspectivas.

### **3 | PRINCIPAIS MODELOS E PERSPECTIVAS ACERCA DA PROSTITUIÇÃO**

Nesse contexto, mulheres feministas sustentaram os primeiros movimentos em prol da abolição da prostituição, sendo Josephine Butler precursora de tais campanhas, denunciando o sistema de prostituição como “uma classe de mulheres criadas e regulamentadas para ministrar aos apetites sexuais dos homens”. Foram estas feministas que se opuseram ao sistema de “limpeza” feminina que submetia forçadamente mulheres consideradas “imorais” a exames médicos invasivos e degradantes, que estigmatizavam como prostitutas até mesmo as mulheres que não estavam em situação de prostituição.

Margaret Jackson, destaca a atuação de Butler:

“Ao desafiar a ideologia essencialista da necessidade sexual masculina, ela atacou o sistema de valores (ainda) reinante de que a prostituição é necessária e inevitável. Ela era muito clara ao expressar que uma economia social e política

da sexualidade impulsionava, principalmente, as mulheres pobres e operárias a venderem seus corpos para a sobrevivência financeira, principalmente para os homens de classe média e alta, uma economia para a qual os homens eram os responsáveis.” (JACKSON, 1994, p. 25)

Assim, o movimento abolicionista se atreve a ser utópico, defendendo que um mundo sem prostituição é possível e viável. Afastando-se de sentimentos conformistas, aposta que a abolição da prostituição é uma consequência inevitável caso o feminismo seja bem sucedido. Isto pois, a derrubada do patriarcado abre o caminho para uma sociedade em que a opressão sexual de mulheres e meninas seria coerentemente intolerável.

Num contexto contemporâneo, o modelo nórdico, também conhecido como “abolicionismo sueco”, é considerado inspirado nas raízes do abolicionismo tradicional, embora recorra ao Direito Penal para punir tanto o proxenetismo como a clientela da prostituição, com o intuito de coibir a demanda pelo comércio do sexo. Surgida na Suécia, a Lei do Comprador do Sexo trabalha com a ideia de criminalização unilateral: torna comprar serviços sexuais infração penal, com o intuito de atingir a demanda que impulsiona o tráfico sexual, ao passo que discriminaliza todas as pessoas em situação de prostituição, oferecendo serviços de apoio para que deixem a prostituição, acompanhada de uma campanha educacional em larga escala.

Dessa forma, tal modelo tem o intuito de modificar a cultura de comercialização de mulheres, afirmando sua prejudicialidade por meio de sanções penais, que devem desencorajar a compra de mulheres para sexo e o tráfico sexual. Por sua vez, as políticas públicas devem ser oferecidas sem margem para julgamentos e incluir o acesso à moradia, treinamento e educação adicional, creches, aconselhamento jurídico e apoio psicológico a longo prazo.

Embora reflita a realidade de uma minoria de países, a criminalização completa da prostituição ainda é ocorre diante do estigma da figura da prostituta, de modo que a imposição de penas tem como alvo as pessoas prostituídas. Tal criminalização não se confunde com a criminalização do proxenetismo e do tráfico sexual, que convive com legalização da prática da prostituição.

Em contrapartida, a Anistia Internacional orienta desde 2015 que os países legalizem a prostituição, oferecendo o status de profissão. É demonstrada uma mudança de linguagem, utilizando termos mais amenos, tais como “profissional do sexo” e “trabalho sexual”. A legalização cumpriria o papel de retirar o estigma da atividade de sexo remunerado, combatendo a discriminação e exclusão, em defesa da liberdade e responsabilidade individual, bem como o direito à livre escolha da profissão.

Com o reconhecimento da prostituição como mera profissão, as profissionais do sexo poderiam usufruir de benefícios trabalhistas, enquanto as casas de prostituição teriam o mesmo tratamento legal que qualquer outro comércio. Tal ideologia se concretizou no chamado “modelo germânico”, tendo sido implementada na Alemanha

em 2002 a lei que equiparava a prostituição a qualquer outra profissão.

#### 4 | PROSTITUIÇÃO: TRABALHO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL? DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA MARXISTA E FEMINISTA

Por trabalho, toma-se toda a produção humana em torno de sua sobrevivência; o ser humano se apropria da natureza e a modifica para suprir suas necessidades. É a partir desse primeiro sentido dado ao trabalho, que Marx defende o trabalho como inato à existência do homem. Nesse sentido, expõe que:

“[...] a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (MARX, 1985, p.50)

A partir de tal premissa é que Marx determinará, para além, a natureza dupla do trabalho, nas noções consolidadas como trabalho concreto e trabalho abstrato, que se identificam, respectivamente, como “trabalho-vivo” e “trabalho-morto”. Isto pois o trabalho concreto é aquele presente em todas as formas de organização humana e que, mesmo sob o controle do capitalismo, cria valores de uso essenciais para satisfação das necessidades humanas. Por sua vez, entende-se por trabalho abstrato aquele perde sua qualidade de atividade com o qual o ser humano se identifica, produzindo valor de uso apenas se diante de um valor de troca.

Entretanto, não é a partir de tais conceitos que é construído o pensamento marxista acerca das mulheres prostitutas, mas sim a partir do conceito de lumpemproletariado. Como membros dessa classe degenerada, não útil para o processo revolucionário da classe proletária, Marx inclui:

“os vagabundos, soldados dispensados, prisioneiros libertos, escravos fugidos de navios, malandros, charlatões, lazarentos, punguistas, trapaceiros, jogadores, cafetões, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, funileiros, mendigos – em suma, toda a massa indefinida, desintegrada, jogada aqui e acolá, denominada pelos franceses de a boemia” (MARX, 1851-1852, p.149).

Apesar disso, a prostituição em si só será abordada explicitamente na obra de Engels, *A Origem da Família, da Propriedade e do Estado*. Assim, discorre que:

“quanto mais o heterismo antigo se modifica em nossa época pela produção capitalista à qual se adapta, mais se transforma em franca prostituição e mais desmoralizadora se torna a sua influência. E, na verdade, desmoraliza mais os homens do que as mulheres. A prostituição, entre as mulheres, degrada somente

as infelizes que a ela se dedicam, e mesmo a estas em um grau muito menor do que se costuma acreditar. Em compensação, envilece o caráter do sexo masculino inteiro” (ENGELS, 1884, p.85)

Para além da perspectiva moral, que, na visão de Engels, envolve tanto os homens como as mulheres que se dispõem à mercantilização da sexualidade, é trazida a afirmação do homem como “consumidor da prostituição” e da mulher em situação de prostituição como “infeliz” e “degradada”.

Nesse contexto, Catharine MacKinnon enfim constrói o diálogo entre marxismo e feminismo ao afirmar que “a sexualidade é para o feminismo o que o trabalho é para o marxismo: aquilo que é mais próprio de alguém, porém, aquilo que mais lhe é retirado”. Ao tratar da objetificação sexual como o processo primário de sujeição da mulher, MacKinnon analisa a distinção entre objetificação e alienação:

“Objetificação no materialismo marxista é concebido como sendo o fundamento da liberdade humana, o processo laboral por meio do qual o sujeito se encarna em produtos e relações. Alienação é a distorção socialmente contingente do processo, uma reificação dos produtos e das relações que os impedem de serem, e de serem vistos como, dependentes da agência humana. Porém do ponto de vista do objeto, objetificação é alienação. Para as mulheres, não há distinção entre alienação e objetificação porque mulheres não têm sido autoras da objetificação, nós temos sido a objetificação. As mulheres têm sido a natureza, a matéria, aquilo sobre o que se atua, submetidas pelo sujeito atuante buscando encarnar-se no mundo social. Reificação não é apenas uma ilusão para o reificado; é também a sua realidade.” (MACKINNON, 1982, p. 808)

Assim, quando se fala em corpo como mercadoria, que se traduziria por reificação, tem-se em vista que, na prostituição, o usufruto do corpo como objeto para satisfação sexual do comprador é uma condição intrínseca ao ofício. Reitera-se a relevância de se falar em reificação visto que a prostituta não é monetariamente remunerada na condição de prestadora de serviço, mas na condição de quem aluga seu corpo como uma mercadoria destinada ao prazer masculino, inclusive no prazer masculino pela violência contra a mulher.

## **5 | CONFRONTANDO A PROSTITUIÇÃO A PARTIR DA NOÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DOMINAÇÃO**

De acordo com um estudo feito pelo Ministério da Família da Alemanha em 2004, 82% das mulheres que atuam como prostitutas dentro do modelo germânico mencionaram sofrer violência psicológica e 70% das prostitutas sofreram violência física, sendo que 92% alegam ter sofrido violência sexual. Ao mesmo tempo, os relatórios do Ministério da Família apontam que a legalização “não trouxe nenhuma melhora real mensurável na cobertura social das prostitutas”.

Isto pois a igualdade jurídica proporcionada pela elevação da prostituição ao status de profissão não é capaz de modificar a estrutura hierárquica entre gêneros que sustenta as sociedades patriarcais, de modo que a violência na prostituição não é mitigada pela legalização da prostituição, mas sim elevada, pois a misoginia que lhe é intrínseca ganha ainda mais força dentro da esfera de prestação legal de serviços.

É como livres possuidores de sua força de trabalho que os homens participam do mercado capitalista. E mesmo gozando do status de homem livre, tal liberdade se revela a liberdade de ser explorado. Tal como no capitalismo, na prostituição permeia a ideia de liberdade, mesmo que essa liberdade seja a de ter sua sexualidade explorada não só pela figura do comprador, mas pelo sistema que sustenta a indústria do sexo. Entretanto, quando trata-se do trabalho alienado dos homens, o fato de receberem algum dinheiro pelo seu trabalho não transforma a experiência deles em uma experiência prazerosa. Ao contrário, pensamos que sua qualidade de vida deveria ser melhor e que não deveria se submeter a tal condição para sobreviver.

No contexto da prostituição, Susan Sontag questiona:

“Para desfrutar qual sexualidade há que se liberar a mulher? Meramente remover o ônus colocado sobre a expressividade sexual da mulher é uma vitória vazia se a sexualidade para a qual se tornam mais livres para desfrutar permanece a mesma velha sexualidade que converte as mulheres em objetos... Esta sexualidade ‘mais livre’ reflete em boa parte ideia espúria de liberdade: o direito de cada pessoa de, em poucas palavras, explorar e desumanizar alguém. Sem uma transformação das próprias normas da sexualidade, a liberação da mulher é um objetivo sem sentido. O sexo como tal não é libertador para a mulher. Tampouco é mais sexo”. (SONTAG, 1973, p. 180-206.)

Importante afirmar que a prostituição se estabelece num comércio criado por homens para satisfazer homens, que obtém lucro à custa da exploração das mulheres, seja como proxenetas, como donos de casas de entretenimento erótico ou como diretores de filmes pornográficos. Conforme afirma Andrea Dworkin:

“Se é necessário que uma classe inteira de pessoas seja tratada com crueldade e indignidade e humilhação, colocada em uma condição de servidão, de modo que os homens possam ter o sexo que eles pensam que têm direito, então é o que acontecerá. Essa é a essência e o significado da dominação masculina. Dominação masculina é um sistema político. [...] Assim, em diferentes culturas, as sociedades são organizadas diferentemente para alcançar o mesmo resultado: não somente as mulheres são pobres, mas a única coisa de valor que uma mulher tem é sua assim chamada sexualidade, que, junto com o seu corpo, tem sido transformada em um produto vendável. (DWORKIN, 1992, p. 3)

Na concepção defendida por Dworkin, a prostituição está inserida na noção de instrumentos de dominação masculina, que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço de diferentes maneiras. Tais instrumentos, como o estupro, o incesto, o controle de natalidade, assédio sexual e, até mesmo, a visão do lesbianismo como uma perversão, garantem que a mulher seja subjugada diante da sociedade patriarcal.

Em paralelo, encontramos a indústria do sexo, que traz a pornografia, o erotismo e a prostituição como liberdade.

Apesar de a indústria do sexo se utilizar do argumento da liberdade sexual feminina, estrutura-se na premissa de que o sexo é uma necessidade masculina. Tal necessidade dialoga com a construção da sexualidade exacerbada do homem, frente à negação da sexualidade feminina, como uma ausência; a construção da sexualidade feminina se dá exclusivamente sob o ponto de vista masculino, para sua excitação.

Nesse sentido, Emma Goldman afirma que:

“É um fato sabido que a mulher é criada como uma mercadoria, ainda que seja mantida em absoluta ignorância sobre o significado e a importância do sexo. Tudo o que diz respeito a esse assunto é suprimido e as pessoas que tentam iluminar essa terrível escuridão são perseguidas e atiradas na prisão. No entanto, apesar de tudo, é verdade que se uma garota é mantida na ignorância sobre como cuidar de si mesma, desconhecendo a função da parte mais importante de sua vida, não deveríamos nos surpreender se ela se torna uma presa fácil da prostituição, ou de qualquer outra forma de relação que a degrade à posição de objeto de mera gratificação sexual.” (GOLDMAN, 1909, p. 7)

Dessa forma, a prostituição só pode ser tolerada dentro de uma sociedade em que prevaleça a hierarquia entre gêneros, que é justamente sustentada por instrumentos de dominação que assegurem a supremacia masculina. Nesta lógica, apenas com a superação da estrutura patriarcal, que reduz as mulheres à condição de classe inferior, subjugada por meio da construção de uma sexualidade que atende apenas a classe dos homens, é que podemos falar na completa abolição da prostituição.

Abolir a prostituição inclui sonhar um mundo em que as mulheres possam de fato desfrutar da sexualidade de modo não violento e coercitivo. Ou como diz a letra do hino de *Mujeres Libres* escrita por Lucía Sanchez Saornil, escrever de novo a palavra mulher.

## 6 | CONCLUSÕES

O presente trabalho concebe a prostituição como intrinsecamente misógina, uma vez que se constitui como um dos instrumentos de dominação da classe masculina, com amparo na teoria desenvolvida por Andrea Dworkin. No mais, concebe que a prostituição se sustenta a partir da construção da sexualidade feminina em função da satisfação masculina, haja vista que, nas sociedades patriarcais, as mulheres são socializadas de modo que sua sexualidade seja afirmada apenas diante do sexo oposto.

A partir da análise dos modelos elaborados frente à prostituição, o atual modelo germânico concebe uma maior aproximação com o movimento abolicionista, apresentando políticas consideradas satisfatórias diante do atual cenário. Cumpre

ressaltar que não é o direito enquanto ciência normativa que irá ditar, de fato, a realidade das mulheres que tem sua sexualidade explorada, mesmo que supostamente dentro de uma esfera consensual como a do contrato.

Embora a defesa da legalização da prostituição vise a liberdade sexual da mulher, tal liberdade se revela ainda a liberdade de ser explorada, a partir de uma estrutura de desigualdade que supera o modelo econômico capitalista, a qual chamamos de patriarcado. Portanto, um debate feminista que contemple a emancipação das mulheres frente à dominação masculina inclui, necessariamente, a abolição de todos os instrumentos de manutenção da supremacia masculina, entre eles a prostituição.

## REFERÊNCIAS

DWORKIN, Andrea. **Discurso no simpósio intitulado "Prostituição: Da Academia ao Ativismo," patrocinado pelo Michigan Journal of Gender and Law, realizado na Universidade de Michigan Law School**, 31 de Outubro, 1992. Disponível em: <<http://antipatriarchy.wordpress.com/2009/03/10/prostituicao-e-supremacia-masculina>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

MACKINNON, Catherine A.. **Feminismo, Marxismo, Método e o Estado: uma agenda para teoria.** *Direito & Práxis*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p.798-837, 2016. Tradução: Juliana Carreira Ávila; Juliana Cesario Alvim Gomes.

OLIVAR, José Miguel Nieto. **Prostituição feminina e direitos sexuais...: diálogos possíveis?** *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 11, p.88-121, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293323029005>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PEDROSO, Vanessa Aleksandra de Melo. **O Pecado Feminino: do exercício e da exploração da sexualidade na prostituição feminina.** *Revista Ciências Jurídicas Sociais*, Umuarama, v. 12, n. 2, p.439-449, jul./dez. 2009.

PEDROSO, Vanessa Aleksandra de Melo. **Exercício ou exploração?: O eterno dilema da sexualidade na prostituição feminina.** *Derecho y Cambio Social*, [Lima, Peru], n. 39, p.01-14, 01 jan. 2015. Disponível em: <[www.derechocambiosocial.com](http://www.derechocambiosocial.com)>. Acesso em: 02 abr. 2018.

RAYMOND, Janice G.. **Not a choice, not a job.** Massachusetts: Potomac Books, 2013.

## ESCOLA SEM PARTIDO E EDUCAÇÃO SEM CRITICIDADE: A QUEM SERVE?

### **Lana Claudia Macedo da Silva**

Doutora em Ciências Sociais. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Pará/UEPA. E-mail: lanacmacedos@gmail.com.

### **Ana de Luanda Borges Braz da Silva**

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará/UEPA. E-mail: andeluuna@gmail.com.

**RESUMO:** O texto em tela analisa o surgimento, objetivos e proponentes do Movimento Escola Sem Partido (MESP). Para tanto, a metodologia construída foi a partir do estudo do projeto e do site do MESP, tendo como embasamento teórico educadores e cientistas sociais, clássicos e contemporâneos, além de estudiosos da teoria de gênero e sexualidade. Afinal, o que é o MESP? O que propõe tal movimento? Qual a proposta educacional defendida pelo MESP? Quem são os defensores desse projeto? E, por que são contrários ao debate de gênero e sexualidade nas escolas? São alguns dos questionamentos que este artigo irá investigar, sem a presunção de fornecer respostas absolutas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escola Sem Partido. Criticidade. Ideologia de Gênero.

### **INTRODUÇÃO**

Em 2004, surgiu um Movimento

denominado “Escola Sem Partido”, objetivando combater o que considera um processo de “doutrinação ideológica” dentro das escolas do ensino básico. O movimento foi fundado e coordenado por Miguel Nagib, procurador de Justiça de São Paulo desde 1985 e assessor de ministro do Supremo Tribunal federal de 1994 a 2002. Nagib é filiado ao Partido Progressista (PP) desde 1988, conforme relação de filiados disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral.

O PP constitui o quarto maior partido do país, atrás apenas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O partido tem como maior liderança política o empresário Paulo Maluf, candidato à Presidência da República em 1985, ficando em 3º lugar. Outro nome conhecido do partido é Jair Bolsonaro, que esteve no partido desde a criação do PPR.

Na esteira desse Movimento, dois Projetos de Lei tramitam na Câmara dos deputados, os quais visam coibir a discussão de gênero nas escolas e Universidades. O PL 7180/2014, de autoria do Deputado baiano Erivelton Santana - Partido Social Cristão (PSC), que prevê a alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), aprovada em 1996. O PL propõe a mudança no inciso XIII do artigo 3º, proibindo o ensino do

que considera como “ideologia de gênero”.

E o PL 2731/2015, do Deputado Federal mineiro Eros Biondini - Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que propõe a alteração do Plano Nacional de Educação (PNE), cerceando a discussão de gênero nas escolas, com previsão de prisão de 06 meses a 02 anos para os professores que descumprirem tal determinação. Cabe ressaltar que atualmente o tema não é mencionado nas metas, contudo não há proibição. O deputado supracitado defende a inclusão do trecho seguinte à PNE: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto”.

Em 2015 criou-se o projeto de Lei nº 867/2015 (anexado ao PL 7180/2014), do Deputado Federal Izalci Lucas (PSDB/DF), com o objetivo de concretizar o Projeto Escola Sem Partido. Em seus artigos iniciais, mais precisamente o Art. 2º, revela os princípios que a Educação deverá tomar. No inciso I está a “neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”, adiante, no inciso II tem-se o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico”. Neste ponto podemos perceber a contradição no discurso de neutralidade por parte de seus idealizadores, pois defende uma neutralidade política fantasiosa que se aplica apenas aos partidos declarados de “esquerda”. Outro ponto pertinente é a busca por um pluralismo de ideias ilusório, já que as normas impostas pelo Projeto condenam a discussão de temas da atualidade<sup>1</sup>, por classificar esta ação como doutrinação.

O Artigo 4º cita seis normas que devem ser fixadas em sala de aula e na sala dos professores e que dizem respeito a não doutrinação docente e a educação moral. O projeto de lei 1411/2015, do Deputado Federal Rogério Marinho (PSDB/RN) propõe o crime de assédio ideológico com pena de detenção de 3 meses a 1 ano para quem descumpri-las. Ressalte-se que o ato de fixar normas em porta das salas de aulas contradiz o inciso II do Art. 2º, que trata da pluralidade de ideias no meio acadêmico.

Ressalte-se ainda que dos 19 (dezenove) proponentes de projetos inspirados pelo ESP, 11 (onze) possuem vinculação política e religiosa. O PSC constitui o primeiro maior proponente (5), seguido pelo PMDB (4) e PSDB (4) (RATIER, 2016).

Na câmara de vereadores da cidade de Belém, estado do Pará, em maio de 2017 ocorreu a realização de uma plenária para debater o projeto “Escola Sem Partido” apresentado pelo sargento Silvano (PSD). Estavam presentes na sessão professores favoráveis e contrários ao projeto, a União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse ínterim, uma faixa anexada à mesa chama atenção com os seguintes dizeres: “PAPEL DO PROFESSOR: ensinar o aluno a pensar e não ensinar a pensar como ele”, isto é, essa perspectiva induz a ideia de que o professor age como doutrinador de alunos, meros expectadores sem capacidade de reflexão sobre a realidade em seu entorno. Em setembro do mesmo ano o projeto é protocolado na câmara com nome homônimo. Dois meses depois o mesmo vereador apresenta a proposta de lei do dia do orgulho

1 <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>

hétero.

Em dezembro de 2018 houve uma nova tentativa de inserção das demandas da ESP na educação brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96. O projeto de lei N° 7180/2014, apresentado pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA) objetiva alterar o art. 3º da LDB, incluindo entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa<sup>2</sup>. Face a falta de quórum e a resistência de deputados e professores, o presidente da comissão especial, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), decidiu no dia 11 de dezembro, encerrar as reuniões do colegiado adiando a votação para o ano seguinte.

Não obstante a resistência alocada contra o Programa Escola Sem Partido, o mesmo foi aprovado em dois municípios brasileiros: Santa Cruz do Monte Claro/PR e Picuí/PB e no estado de Alagoas, Lei 7.800, de 05 de maio de 2016 que instituiu no sistema estadual de ensino o programa “Escola Livre” (PENNA, 2016).

Note-se que o discurso do MESP pode ser facilmente classificado como pânico moral<sup>3</sup>, uma vez que os idealizadores do Projeto se autodenominam “estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis”<sup>4</sup> e disseminam entre a população o mito de que existe um inimigo invisível a ser combatido que irá corromper a inocência das crianças e os valores morais e éticos das famílias e os professores formariam um “exército de militantes em favor da doutrinação marxista esquerdista”. Essa linha de pensamento resgata o teor tradicionalista para o ensino brasileiro, afetando diretamente os estudos sobre gênero e sexualidade. O impetuoso esforço conservador de políticos e religiosos resultou na retirada do termo *gênero* do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2014, tendo a ação pautada no argumento raso de que os estudos de gênero e sexualidade, pensados como “ideologia de gênero”, iriam corromper os valores morais e éticos da família. O trecho suprimido dizia que “as escolas deveriam promover a igualdade de *gênero*, raça e orientação sexual”.

## **A FARSADA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO**

Junqueira (2017) denuncia o surgimento, nos últimos anos, de um ativismo religioso reacionário em dezenas de países que tem a categoria analítica “gênero” como vetor principal de suas reivindicações. O autor revela que o sintagma “teoria/ Ideologia de gênero” nasce no Vaticano como um rótulo político, em meados da década de 1990, com a finalidade de reafirmação e valorização do conceito natural de família,

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>

<sup>3</sup> Conceito de Stanley Cohen, 1972, que define a reação de um grupo de pessoas baseado na percepção falsa de que o comportamento de determinado grupo, geralmente uma minoria, é perigoso ou representa uma ameaça a sociedade.

<sup>4</sup> <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>

maternidade, parentesco, sexualidade, mulher, homem. Ao mesmo tempo em que busca recuperar o espaço da igreja, além de conter o avanço de políticas voltadas aos direitos humanos de mulheres e população LGBT, tais como: legalização do aborto, o casamento igualitário, reconhecer a homoparentalidade, estender o direito de adoção a genitores do mesmo sexo, bem como políticas educacionais de igualdade sexual e de gênero e promoção do reconhecimento da diferença/diversidade sexual e de gênero.

Voltando ao site do MESP, tem-se um artigo intitulado “Quem disse que educação sexual é conteúdo obrigatório?”<sup>5</sup>. O mesmo propõe uma sustentação jurídica, contudo, no decorrer da leitura, fornece links de vídeos e reportagens tendenciosas, como o vídeo de uma pastora discorrendo sobre “educação sexual e ideologia de gênero”. Tal artigo se refere ao estudo dos órgãos sexuais como um pretexto para se ensinar “como se transa” e assevera que estudar temas relacionados ao combate a homofobia é “conduzir os alunos ao homossexualismo”, ratificando a instauração de um clima de *pânico moral* contra grupos social e sexualmente vulneráveis e marginalizados

As medidas de controle e vigilância que o projeto ESP apresentam se assemelham ao que Foucault descreve em *Vigiar e Punir* (1999). A explicação teórica de como a disciplina se exerce sobre o corpo do homem para adestrá-lo é relativo ao modo ao qual o projeto busca padronizar crianças e jovens em sala de aula com o objetivo de resgatar comportamentos tradicionalistas, dissimulando a preocupação com a “moral e os bons costumes”, mas que almeja, sobretudo o controle dos alunos para que os mesmos não desenvolvam criticidade perante a realidade que os cerca, de maneira que sua atenção esteja sempre focada na eficiência e produção. Foucault versa sobre “uma “anatomia política” [...]; ela define como se pode ter domínio sobre os corpos dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que se opere como se quer [...]” (1999, p.119). Esse controle não se apresenta de maneira direta, pois a micro relação de força age de maneira coercitiva e sutil, propagando a ideia que os professores com “ideais de esquerda” irão, em sala de aula, corromper seus alunos, transformando-os, não apenas “esquerdistas”, mas também destruirão a moral, os conceitos religiosos, os bons costumes, conduzindo-os assim a perversão e vulgaridade.

O site também faz referência a obra “a ciência como vocação” de Max Weber (2000) um dos grandes nomes da sociologia moderna. O pensamento weberiano defende que o professor deve cumprir seu papel de transmitir os conhecimentos científicos fazendo com que o aluno possa desenvolver o seu senso crítico e conhecimento científico, nesse sentido o professor é aquele que vende seu conhecimento. Para Weber, a política não tem espaço na sala de aula e a prática pedagógica é dissociada do fazer político. Portanto, política e ciência são práticas separáveis. Segundo esse postulado o aluno seria uma “tabula rasa”, passivo e inerte frente ao poder absoluto

---

5 <http://escolasempartido.org/educacao-moral/442-quem-disse-que-educacao-sexual-e-conteudo-obrigatorio>

do professor, de suas convicções e da suposta doutrinação.

Tal premissa contradiz uma larga produção acadêmica do campo da pesquisa educacional, que defende o conhecimento como produto do diálogo entre os diferentes sujeitos envolvidos. A educação, portanto, deve formar para a autonomia e fomentar nos educandos a curiosidade e a criticidade. E esta não pode basear-se na memorização mecânica. A educação deve estimular no aluno a reflexão, a indagação e a dúvida. Homens e mulheres devem ser pensados como seres históricos que podem e devem intervir no mundo, conhecê-lo e transformá-lo. Dessa forma, o conhecimento está em constante mutação, sendo superado a cada nova geração. O processo de superação constante compreende que nenhum conhecimento seja absoluto (FREIRE, 2011; MORIN, 2000).

Salienta-se que a Constituição Federal de 1998 prevê a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”. Desse modo, os projetos intervêm em uma das características cardeais da docência, isto é, a liberdade da cátedra. A docência se faz a partir da liberdade para ministrar as aulas, por meio das convicções pedagógicas e da visão de mundo.

Corroborando a liberdade de cátedra, em julho de 2016, o Ministério Público federal emitiu uma nota técnica apontando a inconstitucional do PL Escola sem Partido. De acordo com a procuradoria:

O projeto subverte a atual ordem constitucional por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela fornecida pelos pais e, com isso, os espaços público e privado, impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88.

O site ainda se refere pejorativamente a autores como Karl Marx e Paulo Freire. O artigo intitulado “Viva Paulo Freire!”<sup>6</sup>, escrito por Olavo de Carvalho, não poupa esforços para criticar a trajetória do patrono da educação brasileira. Ao longo do texto, o autor utiliza citações que minimizam as ações e pensamentos de Freire, classificando-as como “retóricas bolorentas”, ensinamentos vagos e tediosos. Com cargas debochadas, Carvalho classifica a obra “Pedagogia do oprimido” como a própria ferramenta de opressão e doutrinação.

Freire (2011) era um defensor ferrenho da autonomia do aluno, via na educação a ferramenta necessária para a libertação e formação crítica do ser humano. Defendia uma relação de cumplicidade entre professor e aluno, de modo a se eternizar em cada pessoa que se educa. Buscava conduzir a educação para a formação do pensamento crítico, e desenvolver o chamado pensar de forma livre.

---

6 <http://www.escolasempartido.org/artigos/334-viva-paulo-freire>.

## À GUIA DE CONCLUSÃO...

Segundo Brandão (1989), ninguém escapa da educação, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos modos, todos envolvemos pedaços da vida com a educação. Esta está presente em diversos contextos e realidades, daí a importância do debate crítico na escola. Fomentar a discussão acerca do papel da educação na formação do ser humano é emergente, uma vez que o país apresenta elevados índices de violência contra diferentes grupos sociais: mulheres, LGBTI, negros, indígenas, quilombolas. No Brasil, aquele que não se enquadra no padrão de cor, raça, gênero e classe tende a sofrer discriminação durante sua existência. Nesse sentido, compreende-se que a educação constitui um importante espaço de luta contra toda forma de intolerância e preconceito.

Sabe-se que estamos diante de um grande desafio, que exige a construção de novos modos de pensar, ensinar, relacionar e respeitar o outro em suas diferenças. Essa construção necessita ser cotidiana na formação de hábitos e atitudes, criando novos modos de convivência social, como: aprender a ouvir, respeitar as opiniões divergentes, exercitar a tolerância, rejeitar às formas de discriminação e desenvolver mecanismos de reconhecimento de si e do outro.

Desse modo, a educação, enquanto processo contínuo de apropriação dos conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade deve proporcionar a formação de sujeitos autônomos, críticos, reflexivos e conscientes do seu papel ativo na sociedade, interagindo com outros sujeitos, com valores e culturas diferenciadas, e caminhando para ações e decisões efetivas na transformação da sociedade em direção à equidade dos gêneros. Por isso, a temática em tela deve ser debatida nos diferentes espaços, como: escolas, universidades, igrejas, empresas e movimentos sociais, não apenas por meio de palestras, oficinas, cursos, mas, sobretudo, como disciplina considerando a importância e amplitude do objeto em tela.

Diante de todos os apontamentos aqui feitos, nota-se o retrocesso idealizado por um grupo de pessoas que, em sua maioria, não pertencem à área da educação. Claramente, os idealizadores do movimento Escola Sem Partido buscam o controle das ações dos educadores em sala de aula, bem como dos alunos, para que os mesmos não se tornem indivíduos dotados de pensamento crítico sobre a realidade que os circunscreve. Tais intervenções escancaram o objetivo do projeto em limitar o acesso à educação para as classes mais necessitadas como estratégia de dominação e poder.

Desse modo, este artigo representa o esforço de não nos igualarmos aos indiferentes, de Gramsci, que assistem calados os destinos de uma era serem modificados por ambições pessoais de um grupo restrito que não representa os anseios da população geral, não pertencente ao referido grupo, que luta por um reconhecimento diário. Por um grupo de pessoas que não possuem a sensibilidade e empatia de respeitar a diversidade social, atropelando as questões de Gênero e

Sexualidade, que insistem em restringir o acesso à educação para as classes mais necessitadas, buscando manter essas pessoas apenas como ferramentas de trabalho, sem direitos. A indiferença tem o peso maior que a exploração, já que os mesmos nem sequer serão lembrados pela História. Não é possível aceitar estas condições. Não é possível calar diante de tanto retrocesso.

Para fins deste estudo, a educação deve contribuir para (re)pensar a igualdade entre os gêneros, a solidariedade, o diálogo e o respeito à diversidade entre homens e mulheres, formando sujeitos capazes de se indignar e se escandalizar diante de toda e qualquer forma de violência. A escola projetada pelo movimento Escola Sem Partido é uma anomia social, uma escola que não reconhece as diferenças e não dialoga com o outro. A escola da indiferença e da exclusão social já existe. É preciso construir uma escola da inclusão, do respeito e do amor.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de Gênero: A gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família tradicional”. In: **Debates Contemporâneos sobre Educação para a Sexualidade**. RIBEIRO, Paula Regina Costa & MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590- 621, 2016.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PENNA, Fernando. Programa “Escola Sem Partido”: uma ameaça à educação emancipadora. In: GABRIEL, Carmen; MONTEIRO, Ana; MARTINS, Marcus (Org.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 43-58.

RATIER, R. Perguntas e Respostas sobre o “Escola Sem Partido”. In: **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação educativa assessoria, pesquisa e informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

WEBER, M. “A Ciência como vocação”. In: \_\_\_\_ **Ciência e política**. Duas vocações. 16ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2000.

## ESCRITAS DE SI E POLÍTICAS DE AGÊNCIA: ARTEVISMOS POÉTICOS DE MULHERES NEGRAS

### Anni de Novais Carneiro

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - Universidade Federal da Bahia  
Salvador - Bahia

### Laila Andresa Cavalcante Rosa

Escola de Música e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - Universidade Federal da Bahia  
Salvador - Bahia

**RESUMO:** As “escrevivências” de mulheres feministas negras, mestiças, terceiro mundistas trazem inúmeras contribuições, indicando a demanda pela valorização das cosmovisões indígena, africana e afrobrasileira.. Apoiada em autoras dos Feminismos Negro e Pós-Colonial, com destaque para Lélia Gonzalez, Glória Anzaldúa, Audre Lorde e bell hooks indica-se as repercussões destas escritas criativas, artevismos, e dissidentes com relação a subjetivação e movimentos de resistência. Entende-se que ao contar e recontar suas histórias em seus textos poéticos, estas mulheres fazem um exercício de (re)construção de si, encontro consigo, o que favorece elaborações subjetivas suas e de outras mulheres, ou ainda, se promove um reposicionamento de si, consequentemente, uma visibilização, ou ainda, uma desestabilização dos tensionamentos correntes na sociedade, pautados em matrizes

de desigualdades tais como o sexismo, racismo, classismo, etarismo e heteronormatividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** escrita feminista, artevismo, gênero, raça, subjetivação.

### YOURSELF WRITINGS AND AGENCY POLICIES: POETICS ARTISTICS OF BLACK WOMEN

**ABSTRACT:** The feminist, black, mestizo, third-world bring numerous contributions, indicating the demand for the valorization of the indigenous, African and Afro-Brazilian worldviews. Supported by authors of the Black and Post-Colonial Feminisms, especially Lélia Gonzalez, Glória Anzaldúa, Audre Lorde and bell hooks indicate the repercussions of these creative writings, artevismos, and dissidents in relation to subjectivation and resistance movements. It is understood that in telling and retelling their stories in their poetic texts, these women perform an exercise (re-construction of themselves, encounter with themselves, which favors their subjective elaborations and that of other women, or if it promotes a repositioning of and consequently a destabilization of current tensions in society, based on matrices of inequalities such as sexism, racism, classism, ethnicity and heteronormativity.

**KEYWORDS:** feminist writing, artevismo, gender, race, subjectivation.

## DAS ESCRIVIVÊNCIAS

Este artigo objetiva explorar processos de autoria e subjetivação de mulheres negras pautados em escritas criativas, aqui denominadas escrevivências, expressão criada por Conceição Evaristo, Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, para definir escritas autorais, acerca de vivências, o que a autora faz com maestria na poesia e literatura. Entende-se por subjetivação o processo de tornar-se sujeito, ou ainda, tornar-se si mesmo (TOURAINÉ, 2006), o que seria correlato ao conceito de Individuação da Psicologia Analítica. Neste trabalho, negras são aquelas mulheres que se autotransformaram como pretas ou pardas, considerando o modelo dos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Sales Augusto dos Santos (2002, apud GOMES, 2002), os dados estatísticos produzidos por instituições públicas brasileiras, como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), esse agrupamento ocorre porque os grupos raciais pardo e preto vivem situação semelhante e bem distante da situação do grupo racial branco. Logo, há uma semelhança estatística entre pretos e pardos no que diz respeito ao acesso, ou ainda, falta de acesso, aos direitos legais, vantagens sociais, bens e benefícios.

O argumento central é que, por meio dos processos de escritas autorais e criativas, artevismos poéticos, mulheres negras desenvolvem uma diversidade de políticas de agência, movimentos de resistência e encontro consigo – subjetivações. Diante da importância de explicitar o meu lugar de fala, apoiado na Teoria do Ponto de Vista (*Standpoint Theory*) de Harding (2004), busco elucidar o meu processo de aproximação da temática e os delineamentos da pesquisa. Sou psicóloga, em minha graduação não experienciei, nos espaços da faculdade, reflexões sobre questões sociais, históricas, tampouco sobre gênero, raça, classe e outras importantes categorias. Ao longo do mestrado, com a leitura de textos de autoras negras, mais especificamente, Audre Lorde, Anzaldúa e hooks entrei em contato com escritas diferentes, não tradicionais, e com base no conceito de escrita performativa, foi possível compreender melhor em que consistiam essas escritas, ainda que a experiência venha antes da teoria.

O Feminismo, hoje plural, teve importante contribuição para o fortalecimento de uma nova concepção de ciência. Com a concepção de saberes localizados cunhada por Donna Haraway (1995), foram tecidas críticas à universalidade, neutralidade e racionalidade, bem como se fortaleceu o processo de inclusão e visibilização de mulheres e suas produções, antes tão pouco legitimadas. As escritas de mulheres feministas negras, mestiças, terceiro mundistas trazem outras contribuições, inserem suas experiências de modo peculiar, de forma a abrir espaço para escritas dissidentes, criativas, visibilizam suas histórias, não contadas anteriormente. Nesta breve incursão, nos apoiamos em autoras dos Feminismos Negro e Pós-colonial, e no Pensamento de Mulheres Negras. Entende-se que ao contar e recontar suas histórias por meio da escrita, estas mulheres fazem um exercício de construção de si, de encontro

consigo, o que favorece elaborações subjetivas pessoais e de outras mulheres, suas leitoras. Pretende-se aqui analisar uma escrita criativa, performativa, por meio do texto de Glória Anzaldúa *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, tendo em vista o processo da escrita autoral e as possibilidades de resignificação de si. Dialogar com sua história e identidade é resistir, e a escrita criativa, autoral é um modo de registrá-la, tecê-la, resignificá-la.

Neste trabalho, identidade é entendida com base em perspectivas críticas dos Estudos Feministas e Culturais, sujeitos que possuem identidades plurais, contraditórias, portanto, as identidades estão sempre em construção, não são dadas, fechadas ou fixas, fazem movimentos. Desse modo, identidades são aqui compreendidas como uma eterna construção que se dá, pautada nos marcadores, suas articulações e agenciamentos.

Propomos uma produção que fortaleça o desenvolvimento de uma consciência crítica, mais localmente situada e referenciada, que adense o movimento e as identidades de resistência e abra cada vez mais espaços para escritas livres e expressamente subjetivas.

## **CAMINHOS TRILHADOS: NARRATIVAS INSPIRADORAS**

Tendo em vista a atualidade da compreensão da pluralidade dos Feminismos, e a valorização de escritas e saberes não tradicionalmente legitimados, faz-se importante trabalhar com este temário. Pretende-se com a proposta discutida, contribuir com a comunidade, lançando um olhar interdisciplinar sobre o complexo processo de escrita e suas relações com construções de agência, de identidades de resistência. Visa ainda, ampliar a reflexão sobre a importância de se evidenciar a relação da mulher negra com a expressão, apontando para práticas de resistência e possibilidades de abertura, de mudança. Portanto, o objetivo é investigar no texto de Glória Anzaldúa *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, relações entre a escrita criativa e processos de subjetivação.

## **LINGUAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL**

Trata-se de uma análise textual. No presente trabalho investiga-se o lugar da escrita na construção e fortalecimento de subjetividade de mulheres negras, com o objetivo de permitir uma investigação mais subjetiva e aprofundada. Será definido um roteiro específico estruturado para análise do texto *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, de Glória Anzaldúa. Este roteiro será pautado na Análise do Discurso Crítica (ADC), assim como a análise. A escolha da técnica deve-se a sua crescente aplicabilidade e eficiência para a análise do material qualitativo, de modo aprofundado e crítico, obtido em entrevistas de pesquisa e análises textuais, além do seu uso corrente por feministas em suas pesquisas, considerando

compatibilidades e aproximação das teorias, a exemplo do entendimento acerca da pesquisadora como sujeito implicado e não neutro neste processo.

A Análise do Discurso Crítica pauta-se na compreensão de linguagem como prática social e, para isso, considera o papel crucial do contexto. Essa forma de análise, segundo Wodak (2004), se interessa pela relação que há entre a linguagem e o poder. É possível defini-la como uma disciplina que se ocupa, fundamentalmente, de análises que dão conta das relações de dominação, discriminação, poder e controle, na forma como elas se manifestaram pela linguagem. Para as autoras, Ramalho & Resende (2006, p.185), a ADC, é um modelo teórico-metodológico aberto às práticas sociais “(...) uma interface entre a Linguística e a Ciência Social Crítica (...), um quadro analítico das relações de poder e recursos linguísticos selecionados”, no qual discurso é compreendido como ação historicamente situada. Objetiva-se analisar as estruturas de organização de produção discursiva nas sociedades, o entendimento dos enunciados como ação individual sobre essas estruturas e a contribuição desses enunciados para a continuidade ou transformação das estruturas sociais. O uso da linguagem é constituído socialmente e constitutivo de identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crenças, por ser constituído e constitutivo da estrutura social, o que aponta para a relação entre linguagem e sociedade como algo interno e dialético. Logo, considerar a linguagem como prática social implica em compreender que o discurso é modo de ação e representação sobre o mundo e os outros, e provoca uma dialética entre o discurso e a estrutura social.

## **COMO NOS ATREVEMOS A SAIR DE NOSSAS PELES**

Anzaldúa (2000) faz uso da linguagem poética, baseando-se em sua experiência como militante e escritora, para inovar, para transgredir via escrita, faz contato com a afetividade, subjetividade. Evidencia a desvalorização da fala da mulher negra e mestiça em detrimento do modelo hegemônico, do quanto são deslegitimadas, muitas vezes não escutadas e com isso, sentem-se desimportantes. Por isso, pode-se pensar o exercício da autoria como árduo, e isso acontece, dentre outros fatores, porque os autorizados a falar, histórica e socialmente, são homens e brancos, são eles que culturalmente se compreendem como capazes e são legitimados em suas colocações. A diferença que ganhou conotação de desigualdade, criando uma espécie de complexo de recolhimento, de barrar-se, em parte das mulheres. Barrar o que se pensa, sente, deseja. Somada à questão do gênero, da raça/etnia, há ainda a questão da nacionalidade. A partir desses e de outros marcadores as pessoas são estigmatizadas. “Como nos atrevemos a sair de nossas peles?” questiona Anzaldúa (2000, p. 231), é necessária muita coragem para tal, é imprescindível fortalecer feminismos que incluem, que dão visibilidade à pluralidade.

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe

explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos deitar e olhar para o teto, nem uma hora em que não conversaremos com um amigo. Para mim isto significa um pedaço de pão (MARAGA, 1983, apud ANZALDUA, 2000, p. 232).

Anzaldúa (2000) compreende a escrita como reconciliação da pessoa consigo, do reencontro com o que há de negro e mestiço em nós, com o que se entende feminino, o escuro, o mistério, o sagrado, a complexidade. A escrita é então entendida como exercício de poder, modo de compartilhar, preservar-se, descobrir-se, para escrever histórias mal entendidas, contadas geralmente pelo olhar estrangeiro, para escrever sobre seu povo, para exercitar o desimportar-se com o outro, como o julgamento. Logo, este tipo de escrita é um exercício de saber-se, é um desvelar-se e revelar-se. Não há assunto desinteressante, opinião irrelevante, o perigo é perder-se na tentativa de universalidade ou na relativização. Anzaldúa convida a escrever em todos os momentos, nos instantes de dor, frustração, tristeza, de amor, de elaboração, nomeando esse tipo de escrita de orgânica, que envolve o que há de mais pessoal, visceral na criação, entendendo as pessoas como potentes, capazes e criativas. Descolar-se das regras, transgredir é essencial para encontrar-se e para encontrar outras pessoas, assim são possíveis novos olhares, e estes se dão através de experiências compartilhadas, de relações e não por intermédio da teoria crua.

Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles. Sua pele deve ser sensível suficiente para o beijo mais suave e dura o bastante para protegê-la do desdém. Se for cuspir na cara do mundo, tenha certeza de estar de costas para o vento. Escreva sobre o que mais nos liga à vida, a sensação do corpo, a imagem vista, a expansão da psique em tranquilidade: momentos de alta intensidade, seus movimentos, sons, pensamentos. Mesmo se estivermos famintas, não somos pobres de *experiências* (Anzaldúa, 2000, p.235).

Ao existir uma maior flexibilidade para a escrita, ou ainda, com a escolha da autora, dá-se a possibilidade de uma escrita autoral ou performativa, tornando-se assim a escrita uma rica ferramenta para realizar conexões entre a vida cotidiana, afetos, desejos, dores e teorias ou elaborações. Della Pollok (1998) descreve a escrita performativa, conceito de origem estadunidense, como ferramenta que pretende abrir espaços, possibilidades, promover a liberdade da escrita no que diz respeito a forma e o conteúdo, não há fórmula, consiste em uma construção individual e criativa. Essa ferramenta funciona como exercício de liberdade, de transgressão, e ainda, favorece uma compreensão mais integral das pessoas, dos fenômenos, beneficiando assim o aprendizado, a troca de experiências e o movimento de autorreflexão, ou ainda de subjetivação. Diante disto, pode-se pensar na estreita relação entre Psicologia, Feminismos, Pensamento de Mulheres Negras e Artes, utilizando as escritas criativas e expressamente autorais. Toda construção é, de algum modo, autoral, entretanto, só

adquire a força da autoria a partir do momento em que isso é evidenciado na própria obra, e para tal, demandam consciência e atenção para si, sua história e contexto vivenciado. São expressões de si, extensões de si, de um eterno devir.

Audre Lorde (1984) ressalta o quanto sua experiência de adoecimento com o câncer de mama repercutiu subjetivamente despertando-lhe questionamentos sobre seu silêncio – o que mais lhe dava medo – e com isso, diversas reflexões e elaborações acerca de si, do grupo de mulheres negras. A autora relata que os pequenos silêncios que fizera só a haviam traído, pois, para ela, as mulheres compartilham da tirania do silêncio, são educadas a fazê-lo, a se calar diante das violências vividas por medo do outro, por medo de uma violência maior. A transformação do silêncio em linguagem, ação, funciona como auto-revelador, como libertador. “No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. A visibilidade de mulheres negras, lésbicas e/ou de terceiro mundo ainda é uma bandeira necessária, é preciso ocupar nossos espaços, nossos territórios.

## ALGUNS ARREMATES

Entende-se que, mais do que pensar para realizar escritas, escrevemos para pensar, e que isso é um exercício de elaboração, de articulação de idéias e de sentidos, que corrobora com o processo de individuação, o que será sempre feito com medo, com angustia, com dor, com mortes simbólicas (ou não), mas, esse é o caminho, como aponta Audre Lorde (1984). Haraway (1995) expõe que, de um modo geral, não se está presente para si mesmo, e que para tal, para o desenvolvimento do autoconhecimento faz-se necessário uma “semiótica- material relacionando significados e corpos”, gerando ma abertura de sujeitos, que são agentes e territórios de suas próprias narrativas. O eu de hoje, dividido e contraditório, que vacila, é que pode mudar a história.

A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro (HARAWAY, 1995, p. 26).

Assim, evidencia-se que as escritas autorais favorecem subjetivações, aproximações das autoras e de leitoras de suas próprias experiências, da construção e reconstrução de suas histórias, e isso aponta para um novo entendimento de sujeito o qual considera a subjetividade como algo irrenunciável, possibilitando ou propiciando assim o processo de individuação e o fortalecimento dessa nova concepção de pessoa, mais inteira, mais si mesmo.

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Revista Estudos Feminista,8. Florianópolis:UFSC,2000.

\_\_\_\_\_. **Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam.** In: *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras (obra colectiva)*. Traficantes de Sueños: Madrid, 2004, p. 71-80.

FAIRCLOUGH, Norman. 'Discurso, mudança e hegemonia'. In: PEDRO, E.R. (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional.** Lisboa: Caminho, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra mascaras brancas.** Trad. Renato da Silveira, Salvador, Edufba, 2008.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.** In: Cadernos Pagu (5)1995. Pp. 07-41.

HARDING, Sandra. **The Feminist Standpoint Theory Reader.** New York: Routledge, 2004.

HEATHER, M. **Methodology of the Heart: A Performative Writing Response.** Liminalities: A Journal of Performance Studies.Vol. 3, No. 1, March 2007.

HOOKS, Bell. **Alisando os nossos cabelos.** Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, jan/fev 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. In: coletivomarias.Disponível em: [blogspot.com/alisando-o-nosso-cabelo.html](http://blogspot.com/alisando-o-nosso-cabelo.html). Acesso em:20 setembro 2014.

\_\_\_\_\_. **An Aesthetic of Blackness: Strange and Oppositional.** In: Lenox Avenue: A Journal of Interarts Inquiry, Vol. 1. 1995

\_\_\_\_\_. **Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista.** *Otras inapropiables: Feminismos desde las fronteras* (obra coletiva). Madrid: Traficantes de sueños, 2004, p. 33-50.

LORDE, Audre [1984]. **Textos escolhidos de Audre Lorde: herética difusão lesbofeministas independente.** Organizado por Difusão Herética. Edições lesbofeministas independentes. Disponível em: [difusionfeminista.wordpress.com](http://difusionfeminista.wordpress.com). Acessado em: 10 de outubro de 2014.

## EXPOSTAS À VIOLÊNCIA POR SEREM MULHERES E AMAREM DEMAIS

**Paula Land Curi**

Universidade Federal Fluminense - Niterói, Rio de Janeiro

**Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins**

Universidade Federal Fluminense – Niterói, Rio de Janeiro.

**RESUMO:** Este trabalho pretende tecer considerações acerca da violência contra as mulheres, a partir de um enfoque de gênero. Visa evidenciar o estado de vulnerabilidade no qual as mulheres se colocam por “amarem demais”. A história das mulheres nas sociedades mostra que esse não é um fato novo: elas sempre foram, e ainda são, alvos “fáceis”, visto que, ao longo dos tempos, o sistema patriarcal perpetua eficazmente formas de dominação profundamente inscritas na cultura. Formas tradicionais de dominação e violência podem não mais encontrar no silêncio seu abrigo, mas elas não desapareceram. Por vezes, as próprias mulheres não se apercebem violentadas, especialmente quando a distinção entre o sexo consentido e o não consentido, do sim e do não, se apaga diante do chamado “dever da mulher”. Ainda hoje, o número de mulheres violentadas por homens com os quais mantêm vínculos afetivos – namorados, companheiros, maridos – é surpreendente. Eles realçam que, no âmago da questão, de um lado, temos

à própria condição de ser mulher em uma sociedade patriarcal. Mas, de outro, sobressai às falas dessas mesmas mulheres, violadas, sobre o amor - o mais nobre dos sentimentos que, como tal, comporta algo sacrificial.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência; mulher; amor.

**ABSTRACT:** This work intends to make considerations about violence against women, based on a gender perspective. It aims to highlight the state of vulnerability in which women put themselves for "loving too much". The history of women in societies shows that this is not a new fact: they have always been, and still are, "easy" targets, since, over time, the patriarchal system effectively perpetuates forms of domination deeply inscribed in culture. Traditional forms of domination and violence may no longer find their shelter in silence, but they have not disappeared. Sometimes the women themselves do not perceive violence, especially when the distinction between consenting and non-consenting sex, yes and no, is extinguished by the so-called "woman's duty." Even today, the number of women raped by men with whom they maintain affective bonds - boyfriends, companions, husbands - is surprising. They emphasize that, at the heart of the question, on the one hand, we have the very condition of being a woman in a patriarchal society. But on the other hand, it stands out to the speeches of

these same violated women about love - the noblest of feelings which, as such, carry something sacrificial.

**KEYWORDS:** violence; woman; love.

## 1 | INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher está posta diariamente para a sociedade, graças à velocidade midiática e digital, se colocando em meio às conversas do cotidiano que permeiam o senso comum, e não passando incólume como certa convocação aos profissionais de saúde, psicólogos, médicos e enfermeiros, provocando-lhes (ou pelo menos devendo provocar) questionamentos acerca dos atravessamentos que essa questão traz às suas práticas clínicas. Atravessamentos esses que podem incitar (e quiçá o façam) posicionamentos, ações e mobilizações. Sem pretensão alguma de enumerar todos esses atravessamentos, destacaremos alguns deles que nos parecem ser bastante significativos.

O primeiro deles se refere ao trabalho numa rede de saúde à assistência à mulher exposta ou em situação de violência. A questão que aqui se coloca é primeiramente da importância da existência de uma rede e mais do que isso, dos movimentos dos profissionais que dela fazem parte, em um cruzamento de ações, inter-ações e diálogos mais do que necessários com vistas ao atendimento e acolhimento às mulheres que dela demandam ajuda. E que rede seria essa?-

De acordo com o Portal Brasil (2016) entende-se que a rede atendimento à mulher é intersetorial, ou seja, reúne ações e serviços de diversos setores, por exemplo, da assistência social, da justiça, da segurança pública e da saúde. Ela busca ampliar e melhorar a qualidade do atendimento às mulheres em situação de violência. Vale pontuar, assim, que a relação entre os profissionais passa pela urgência do diálogo articulado entre os diversos saberes que se presentificam na face de seus atores, diálogos estes que não devem passar por uma pretensa superioridade de um sobre outro, mas de uma interligação da ordem da horizontalidade. Como afirma Merhy (2008):

Desse modo, não consigo entender que possa existir uma clínica mais ampla que outra, fora do mundo da ação, nos encontros; muito menos, uma que seja a síntese conceitual superior das outras. Não consigo entender que possa haver, como que em um movimento dialético de tese, antítese e síntese, um acúmulo de saberes clínicos, que possam subsumir de modo definitivo os outros (p.12).

Mas quem são esses sujeitos a que chamamos de profissionais de saúde? Este é o segundo atravessamento que se coloca e que demanda uma reflexão bastante cuidadosa. Quando utilizamos o termo 'sujeito' trazemos à discussão o caráter idiossincrático de cada trabalhador, com sua história própria. Estamos falando de 'gente' que trabalha acolhendo 'gente' vítima de violência. E o que isso implica? Implica em um primeiro olhar, pensar que lidar com violência carrega já consigo um

peso significativo, uma vez que convoca o profissional a se colocar frente a situações dolorosas, disponibilizando a escuta a dor do outro.

E será que isso é possível a todos? Que atravessamentos isso pode provocar? Minsky-Kelly *et al.* *apud* Berger (2011) nos fala de um certo “desconforto” desses profissionais frente às situações de violência, trazendo à cena suas histórias que podem, eventualmente estar atravessadas pela violência de alguma maneira. Assim, ainda segundo as autoras, “atitudes de resistência ou negação da situação podem eclodir, por exemplo, caso o profissional tenha experimentado a violência em sua vida particular e este assunto seja, para ele, um tema “delicado”, que desencadeie sofrimento”. (p. 3).

É importante, portanto, que um olhar atento e uma escuta desses profissionais se tornem parte integrante do trabalho das equipes da rede, a fim de que tanto mulheres quanto profissionais sejam acolhidos e escutados. Vale pontuar ainda que embora o texto de Berger (2011) seja sobre violência entre parceiros íntimos, a pertinência da afirmação é válida para todos os demais tipos de violência com a qual um profissional de saúde pode lidar.

Essas histórias particulares trazem uma carga perceptiva singular acerca de atos de violência e de seu juízo de valor e, partindo deste viés, queremos trazer à discussão um recorte bastante específico da violência contra a mulher: aquela que acontece no âmbito de uma relação íntima e que carrega consigo um caráter de invisibilidade.

Invisibilidade não só por ocorrer dentro de quatro paredes, mas principalmente por não ser percebida como violência, nem pelo companheiro (em alguns casos), nem pela mulher e muito menos pela sociedade (e aí incluímos as equipes de saúde).

É como se o que ocorresse fosse ‘natural’, tanto no que tange ao comportamento do homem quanto da mulher na relação. Essas naturalizações se reportam às definições de papéis e padrões ditos femininos e masculinos que trazem em seu bojo uma carga fortemente determinista.

Uma escuta mais fina nos revela que nossas organizações sociais perpetuam eficazmente determinadas formas de dominação profundamente inscritas na cultura, marcadas dentro de uma lógica patriarcal, definindo o *modus operandi* do que é ser mulher ou homem, isto é, dos papéis esperados de cada um deles. E é nesta configuração que se articula a violência entre parceiros íntimos – VPI (BERGER, 2011), que em algumas histórias se camufla sob a justificativa dada pelas próprias mulheres de seu amor intenso por seus homens.

Antes, porém, de nos determos neste último viés da VPI, algumas considerações a respeito de gênero se fazem necessárias, visto que esse tipo de violência está intensamente marcado por determinantes dessa categoria.

## 2 | GÊNERO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A palavra gênero, do ponto de vista etimológico, se origina do morfema *gen-* ou *gnê-* de base indo-europeia que significa “gerar, engendrar, fazer nascer” e pensando a partir daí, podemos perceber que a ideia de gênero em nossa sociedade passa exatamente por algo do engendramento, de algo que nasce de ideias pré-concebidas, “nascendo” prontas, do tipo, “são assim”. E, no entanto, a questão se configura de maneira bem diversa quando afinamos nossa escuta e olhar.

Embora quando se fale de gênero, algo da ordem da determinação, seja biológica e/ou sociocultural e até mesmo religiosa, estejam em jogo e deem ao conceito uma caracterização bastante fechada, o conceito de gênero escapa em muito a essas restrições.

Estudos que se afirmaram ao longo das últimas décadas vêm demonstrando que quando falamos em gênero, estamos nos aproximando de uma categoria do aprendido, do construído socio-historicamente marcado, pois, por uma face muito mais de processo e transformação constantes do que de algo estandarizado e rígido. E afinal de contas de que trata o gênero?

O Boletim Observa Gênero do Governo Federal, publicado em março de 2016, aponta questões bastante pertinentes que nos podem auxiliar a pensar ou ainda repensar o assunto. Pontua o documento:

O termo gênero refere-se a uma relação social que estabelece e hierarquiza a diferença entre masculino e feminino. Gênero é, portanto, uma categoria de análise que nos possibilita pensar a desigualdade entre mulheres e homens como algo socialmente construído e, logo, passível de mudança. (p.2).

E reafirmando este olhar, não podemos esquecer daquilo que foi estabelecido na Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995:

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações e a chave para a superação dos padrões de desigualdade. (p.3).

Não podemos nos apartar da discussão, pois, de gênero, quando o assunto é a violência contra a mulher, que é o recorte deste trabalho, sob pena de perdermos a dimensionalidade da questão.

São ideias problematizadoras do que é gênero e de como ele firma lugares do agir e sentir masculino e feminino que não podem deixar de marcar o fazer clínico das equipes que recebem as mulheres. Mulheres estas que chegam aos serviços com suas histórias costuradas por falas que trazem à cena posicionamentos, ideias pré-concebidas e discussões importantes e mais do que necessárias tanto à sociedade

quanto às equipes de saúde.

Falas muitas vezes marcadas pelos significantes “culpa”, “vítima”, “coisa de homem”, “coisa de mulher”, “casamento é assim mesmo”, “mulher tem que aguentar”, de que muito nos falamos a quem quiser afinar a escuta. E, dentro desse quadro, vêm misturados em um caldo, por vezes ‘proteico’, mas também ‘entulhado’ e ‘azedo’ pré-conceitos do que é ser mulher e do que é ser homem, ideias que por restrições deterministas, atravessam não só opiniões, mas fazeres clínicos que podem sobremaneira atravancar atendimentos mais efetivos das mulheres vítimas de violência. E sobre essa questão pontua Faleiros (2007):

A violência de gênero estrutura-se – social, cultural, econômica e politicamente – a partir da concepção de que os seres humanos estão divididos entre machos e fêmeas, correspondendo a cada sexo lugares, papéis, *status* e poderes desiguais na vida privada e na pública, na família, no trabalho e na política. (p. 62).

Esta ideia repousa no ideário patriarcal creditando uma diferença valorativa de desigualdade aos gêneros masculino e feminino. Sobre isto nos fala Saffioti (2003) *apud* Faleiros (2007):

no exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias nomeadas (mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos), recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. (p. 62).

Por vezes, as próprias mulheres não se apercebem violentadas, especialmente quando a distinção entre o sexo consentido e o não consentido, do sim e do não, se apaga diante do chamado “dever da mulher”. Mas de outro lado sobressaem às falas dessas mesmas mulheres, violadas, sobre o amor - o mais nobre dos sentimentos que, como tal, comporta algo sacrificial.

### 3 | É POR AMAR DEMAIS?

Se o trabalho clínico das equipes de saúde e mais especificamente do psicólogo com mulheres expostas à violência sexual se apresenta como um constante desafio, no momento em que a VPI é trazida à cena, a questão, não se demonstra menos complexa, problematizando-se e produzindo muitas vezes reverberações das mais angustiantes para todos os envolvidos.

Essa face da violência traz consigo histórias, motivações e falas das mulheres bastante doloridas e em alguns casos enigmática. Quando ao enigma a que nos referimos, tocamos nas falas que nos dizem de um manter-se em uma relação a despeito da violência que sofrem, afirmando que por amarem demais seus homens, sem eles não podem viver, preferindo, assim, a submissão ao “abandono”. É do que nos fala Curi, Martins e Guimarães (2012):

Não são poucas as mulheres que alegam que sua manutenção numa dada posição – de humilhação, maus-tratos, violências extremas nos aspectos físicos, sexuais e psíquicos – são resultado de um amor incondicional, de certo tipo de escolha objetiva e forma de amar. Amam aqueles que, aos olhos da sociedade e dos dispositivos estatais de tutela e assistência, seriam seus algozes. (p. 229).

Etienne de La Boétie escreveu, no século XVI, o *Discurso sobre Servidão Voluntária* (2006) em que faz pontuações bastante pertinentes acerca da condição em que se colocam os homens frente a uma figura de autoridade, outorgando-lhe, por vontade própria, poder significativo a despeito do mal e da posição de subordinação que lhes possa provocar. É o que pode ser visto no seguinte trecho do seu texto:

Quero para já, se possível, esclarecer tão somente o fato de tantos homens, tantas vilas, cidades e nações suportarem às vezes um tirano que não tem outro poder de prejudicá-los enquanto eles quiserem suportá-lo; que só lhes pode fazer mal enquanto eles preferem aguentá-lo a contrariá-lo. (p. 5).

La Boétie (2006) acrescenta a essa ação, algo de voluntário no tocante à posição de se colocarem à mercê de seus senhores, autoinflingindo-se penas e amarras, uma vez que:

não basta que lhe obedeçam, têm que lhe fazer todas as vontades, tem de se matar de trabalhar nos negócios dele, de ter os gostos que ele tem, de renunciar à sua própria pessoa e de se despojar do que a natureza lhe deu (p. 48).

Embora as pontuações de La Boétie não se refiram à posição de mulheres frente aos seus homens, podemos estabelecer um encontro quando a questão de uma ‘servidão voluntária’ delas, se assemelhando em muito ao descrito no texto do século XVI. É como nos disse Camões (2016) em seu soneto: “É querer estar preso por vontade;”. E o enigma continua... O que move esse enigma?

Ora, o “preso por vontade” fala de um assentir, de certa escolha do sujeito por estar ali daquela maneira, nos fazendo colocar em suspenso o lugar de vítima quando nosso olhar se volta a um certo arranjo psíquico do qual a psicanálise tem muito a nos falar.

As “cadenas”, como nos falou Chico Buarque em seu texto “Mulheres de Atenas” a qual se atam as mulheres na VPI constitui uma servidão à revelia de toda violência sofrida?

Pensar nessa submissão nos fazer caminhar por algumas frentes um tanto quanto enigmáticas.

#### **4 | SUBMISSÃO? COISA DE MULHER?**

Sem intenção alguma de colocar um ponto final nesta questão, mesmo porque sua complexidade nos impediria de qualquer tentativa, algumas considerações valem

ser levantadas, funcionando (quem sabe) como disparadoras de possíveis discussões e porque não de ações no campo da saúde.

Quando nos valem de La Boétie que fala de um grupo que outorga a outrem tamanho poder, a ponto de se colocar em uma posição de renúncia de si mesmo, de seus gostos e vontades, e quando estabelecemos uma semelhança com as mulheres expostas à VPI que afirmam amar demais e não poder abdicar de seus homens, tocamos em um ponto bastante delicado que atravessa o universo dito feminino: o de se sentir abandonado, desamparado e no final das contas não amado. Posições normatizadas do que é ser homem e mulher, assim como o que ronda o imaginário cultural do que sente e como sente um homem e uma mulher, constroem sobremaneira as ideias generalizadas da sociedade que constroem um engessamento de homens e mulheres em moldes bastantes ‘precisos e apertados’. São peças marcadas por ideias rígidas de gênero, do que é “típico” de homem e mulher fazer, ser e sentir. É o que nos aponta Scott *apud* Lima, Buchele, Clímaco (2008) quando fala que gênero é:

uma forma de identificar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. (p.73).

Desde muito cedo, crianças, sejam meninas ou meninos se constituem com tal a partir da relação com o outro (em sua maioria pais e mães ou aqueles que lhes fazem os papéis) e dessa forma vão se construindo homens e mulheres, carregando consigo as características do que ‘ser’ cada um, assim como o que é deles esperado. O caldo cultural em que estão imersos lhes oferta uma carga com certo tom determinista do qual poucos escapam ou mesmo se apercebem tamanha a sua sutileza. E tudo isso se articula a partir da malha da linguagem que nos atravessa e constitui, endossando toda sorte de “verdades” e/ou “inverdades” da cultura. Uns desses ditos que marcam e que valem uma atenção especial, são como os que aponta Silva (2012) quando se pretende dicotomizar de uma maneira bastante questionável (mas ainda tão arraigada no senso-comum) as figuras de homens e mulheres, designando os primeiros fortes e autônomos e elas fracas e dependentes.

Por essas definições ditas funcionais, as mulheres são colocadas e se colocam, seja consciente ou inconscientemente, numa posição de ‘fragilidade’, de alguém que precisa de proteção e no caso em questão deste trabalho, do seu homem. E esse ser doce, que por uma construção marcadamente socio-histórica é colocada no lugar daquele que ama e que cuida. Conforme pontuou Parsons *apud* Negreiros e Féres-Carneiro (2004):

orientam-se os meninos de uma forma instrumental, com ênfase na competência e capacidade para a ação - respostas impessoais - e as meninas para uma dimensão expressiva, com foco na ternura e no bem-estar dos outros - respostas pessoais. (p.35).

Bem-estar do outro, isto parece ser um dos pontos que observamos na clínica das mulheres que afirmam amar demais à guisa da exposição à violência em que se colocam. Pelo 'bem' do outro, se expõem, abdicando de suas vontades e "quereres", atravessadas por falas que ouvem desde a infância que ainda ecoam e falam de um servir, de que mulher é assim e homem é assado. E amam desesperadamente aqueles que as maltratam por um receio (que na maioria das vezes passa pelo inconsciente) de se sentirem desamparadas e mais do que tudo de não serem amadas. Por conseguinte, se colocam em posição de servidão ou como diria La Boétie: "servidão voluntária" neste caso em nome do amor.

E pegando por empréstimo o texto romântico (que tanto marcou e ainda marca o que é "ser mulher") *Iracema* de José de Alencar para ilustrar tanto o ideário do que é a mulher, quanto à ideia do sacrifício em prol do bem-estar do outro. Eis o trecho:

Foi rápido, como o olhar, o gesto de Iracema. A flecha embebida no arco partiu. Gotas de sangue borbulham na face do desconhecido. De primeiro ímpeto, a mão lesta caiu sobre a cruz da espada; mas logo sorriu. O moço guerreiro aprendeu na religião de sua mãe, onde a mulher é símbolo de ternura e amor. Sofreu mais d'alma que da ferida. O sentimento que ele pôs nos olhos e no rosto, não o sei eu. Porém a virgem lançou de si o arco e a uiracaba, e correu para o guerreiro, sentida da mágoa que causara. A mão que rápida ferira, estancou mais rápida e compassiva o sangue que gotejava. Depois Iracema quebrou a flecha homicida: deu a haste ao desconhecido, guardando consigo a ponta farpada (p. 6).

## 5 | CONCLUSÃO

Qualquer tentativa de escrever uma conclusão quando o assunto é a violência contra a mulher está, no mínimo, fadada ao fracasso pela sua complexidade. Entretanto, alguns pontos importantes cabem ser apontados.

O primeiro deles se refere à urgência dos profissionais de saúde de pensar, colocando em reflexão a questão nas equipes construindo interlocuções dentro da perspectiva de um trabalho intersetorial. É momento mais que necessário de colocarmos esse ponto em discussão, retirando vendas e tampões de ouvido que nos possam embaçar o olhar e ensurdecer a escuta.

Outra questão premente toca na importância de se incluir nos currículos dos cursos de graduação de psicologia, medicina, enfermagem, a questão da violência como item de discussão no processo de formação de futuros profissionais.

Discutir a violência nos remete à reflexão sobre arraigadas engrenagens sócio históricas de uma sociedade patriarcal em que predominam ideias naturalizadas de gênero, de papéis normatizados de homem e de mulher. Não pensar e não agir sobre essas normatizações é condenar às mulheres a continuarem expostas à violência, submetidas àquele a quem se outorga "naturalmente" porque "sempre foi assim" o poder de controle e decisão: o masculino.

Não mexer nessa engrenagem é assistir continuamente a muitas e muitas

mulheres quebrarem a flecha e darem a seus homens a ponta não farpada, mantendo consigo a ponta farpada, a ponta que mantém a ferida aberta.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, J. **Iracema**. MINISTÉRIO DA CULTURA Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. In: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/iracema.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/iracema.pdf). Acesso em: Mar, 2016.

BERGER, S. M. D. Violência entre Parceiros Íntimos: Desafios no Ensino e Atenção em Saúde. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação Médica**, 35 (4), 2011.

CUNHA, A.G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

CURI, P. L.; MARTINS, J. de A. F.; LEMOS, E. A. G. Em Nome do Amor. In: **Cadernos de Psicanálise – A Perversão Normatizada e o Lugar do Analista**. Rio de Janeiro, v.29, n.32, 2013.

FALEIROS, E. Violência de Gênero. In: TAQUETTE, S. R. (ORG). **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2007.

LA BOÉTIE, E. (1549) **Discurso sobre a servidão voluntária**. L.C.C. Publicações Eletrônicas <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/boetie.html>. Acesso em Jun. 2016.

LIMA, D.; BUCHELE, F.; CLÍMACO, D. de A. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. São Paulo: **Saúde e Sociedade**, v.17, n.2, p.69-81, 2008.

MERHY, E. CorpoVida, mais um na multidão. In: Brasil. Ministério da Saúde. Grupo Hospitalar Conceição. Gerência, Ensino e Pesquisa. **Corpovida: Tecendo uma clínica contemporânea**. Porto Alegre: Hospital Nossa Senhora da Conceição, 2008. Disponível em: <https://issuu.com/veralaporta/docs/corpovida>. Acesso em Mar. 2016.

NEGREIROS, T. C. G; FÉRES-CARNEIRO, T. Masculino e feminino na família contemporânea. Rio de Janeiro: **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, Jun. 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em Mar. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher - Pequim, 1995 - Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/declaracao\\_pequim.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf). Acesso em: Mar, 2016.

SILVA, C. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. In: [http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade\\_imposta.pdf](http://www.unifia.edu.br/projetorevista/artigos/direito/20121/desigualdade_imposta.pdf). Acesso em: Mar, 2016.

## SITES CONSULTADOS

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. Disponível em: [https://www.google.com/search?ei=jqrY\\_XITdFMHB5OUPwqyt8A\\_0&q=observa+g%C3%AAnero+mar%C3%A7o+2016&oq=observa+g%C3%AAnero+mar%C3%A7o+2016&gs\\_l=psyab.3...757028.757937..758310\\_0.0.139.757.0j6\\_0\\_1..gws-wiz\\_0i71.bq3647jdP5g](https://www.google.com/search?ei=jqrY_XITdFMHB5OUPwqyt8A_0&q=observa+g%C3%AAnero+mar%C3%A7o+2016&oq=observa+g%C3%AAnero+mar%C3%A7o+2016&gs_l=psyab.3...757028.757937..758310_0.0.139.757.0j6_0_1..gws-wiz_0i71.bq3647jdP5g). Acesso em Abr, 2016

PORTAL BRASIL. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/rede-de-atendimento>. Acesso em Abr, 2016.

## EXPERIÊNCIAS DE CUIDADO VIVIDAS POR MULHERES ACOMPANHANTES DE DOENTES ONCOLÓGICOS

**Eduardo da Silva**

Universidade Federal do Paraná  
Curitiba – Paraná

**Marlene Tamanini**

Universidade Federal do Paraná  
Curitiba - Paraná

**RESUMO:** Este texto é parte da dissertação de mestrado do primeiro autor defendida no programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR. Trata-se da análise de aspectos da experiência de cuidado por mulheres acompanhantes (ou ainda acompanhantes-cuidadoras) de pacientes oncológicos. Para tal, fez-se observação participante no pátio do Hospital Erasto Gaertner, em Curitiba. Aspectos deste observar formaram um rol reflexivo anotado em diário de campo. Neste diário relatou-se o ambiente do pátio, como eram as relações de espera, as conversas entre as pessoas, as idas e vindas para dentro e para fora do hospital, o tempo de permanência, as preocupações denotadas nos olhares, no modo de sentar-se e falar e nas entrevistas semiestruturadas. Este campo permite pensar o sofrimento em face a uma doença crônica, como ele atinge amigos e familiares e quem está envolvido na decisão de cuidar. E sobremaneira, como ele atinge as mulheres que são a maioria no universo de acompanhantes-cuidadoras de doentes

com câncer. Suas rotinas são dispendiosas e reorganizadas para que consigam oferecer auxílio àqueles que, agora, vivem a experiência da doença.

**PALAVRAS-CHAVE:** Câncer. Cuidado. Gênero. Trabalho.

### CARE EXPERIENCES FACED BY FEMALE CAREGIVERS OF ONCOLOGY PATIENTS

**ABSTRACT:** This article is part of the Master's thesis defended by the Eduardo da Silva in the Postgraduate Program in Sociology of the Federal University of Paraná (UFPR) under the guidance of Prof. Marlene Tamanini. It is an analysis of aspects of care experiences faced by female caregivers (or *she-companion caregivers*) of oncology patients. For this purpose, the participant observation method was used, being conducted in the courtyard of the Hospital Erasto Gaertner in Curitiba, Brazil. Aspects of this observation have produced an array of reflections which were annotated in a field diary. These notes report situations such as the atmosphere of the courtyard, how the waiting relations were, the conversations, the goings and comings to the inside and the outside of the hospital, the length-of-stay, the preoccupations revealed by the glances, the way one sits and speaks and, finally, the results of semi-structured interviews. The courtyard

space allows for the understanding of someone's suffering when faced by a chronic disease, how it affects friends, relatives and those involved in the decision of caring. Above all, how this suffering affects women, who are the majority in the domain of companion caregivers of cancer patients. In conclusion, the daily routines of these women are demanding and must be re-organized in order for them to be able to offer assistance to those who, now, live the experience of the disease.

**KEYWORDS:** Cancer. Care. Gender. Work.

## 1 | INTRODUÇÃO

Falar das experiências de cuidado vividas por mulheres acompanhantes de pacientes oncológicos é dar visibilidade a um trabalho frequentemente esquecido, colocado na ordem do dever e da obrigação e que envolve complexos processos de subjetivação por parte das cuidadoras e/ou das acompanhantes. Considere-se igualmente que as perspectivas teóricas do cuidado não dizem respeito só aos desafios do cuidar e do democratizar essas relações, quando elas são necessárias e são vividas junto aos doentes.

No que pese à grande tradição, neste campo de práticas, envolvendo relações entre cuidadoras e cuidadores e/ou acompanhantes de doentes, ou de crianças, ou de situações vulneráveis, o trabalho de cuidar é quase sempre e exclusivamente feminino, em qualquer que seja o campo.

Cuidar exige recursos emocionais, físicos, geracionais, ambientais, financeiros, dentre muitos outros, e recursos que são quase sempre extraídos a partir das mulheres no interior de uma família, ou de mulheres sozinhas que trabalham como cuidadoras. Não há instituições suficientes, públicas e acessíveis, e o cuidado não está democratizado em termos de relações de gênero para algum dos seus contextos.

Como campo heurístico, o tema traz aspectos de grande complexidade, e faz-se necessário considerar que, para cada contexto de relações, o desafio atrelado ao cuidado muda radicalmente. Mulheres, obrigação, vulnerabilidades, necessidades afetivas e emocionais, subjetividades, culpa, religião, são parte das dinâmicas que compõem muitos dos conteúdos do cuidado. A falta de políticas públicas denota um dos maiores e mais exigentes desafios à superação das desigualdades engendradas nas relações do cuidar.

Ao propor um texto que tem como preocupação compreender as narrativas das acompanhantes/cuidadoras dos doentes de câncer e focado no modo como elas percebem e vivem a prática do cuidado, como elas enxergam os que são cuidados, faz-se necessário levar em conta que as narrativas desta experiência podem visibilizar necessidades e desafios específicos para o cuidado. Muitos deles são relativos a habilidades, políticas, técnicas, conhecimento, valores, e outros são relativos a aspectos administrativos, financeiros, a obrigações e ou sentimentos e promessas

sobre o cuidar feitas em situação de parentesco ou filiação.

Problematizar a gendrificação da prática do cuidado, envolve, portanto, inserir sua discussão também no tema da doença coletiva, do diagnóstico e da possibilidade de cura ou não. Trata-se de acompanhar a doença com certo número de atividades e de práticas, tanto corporais, quanto de disposição afetiva e emocional, que desafia a pessoa que cuida a se preocupar de alguém com atenção e escuta.

O cuidado existe como experiência humana e está no interior de um discurso, de um certo número de normas e regras, mas muitas vezes diz respeito também à vida de quem se envolve com seu estudo, na qualidade de pesquisá-lo. Este texto tem a marca de um vivido pessoal que também demarcou a escolha do tema da dissertação por parte do primeiro autor. Foi no contato mais imediato com sua família materna, residente em uma cidade de médio porte na região noroeste do Paraná, que ele definiu o tema da dissertação e seu interesse em estudar o cuidado.

Em um período aproximado de dez anos, sua família teve cinco casos de câncer, os quais resultaram nas mortes de três das cinco pessoas que adoeceram. Além disso, a dedicação exaustiva de sua família, composta majoritariamente por mulheres, ao cuidado de crianças, de enfermos (jovens ou idosos), e de suas casas, e suas conseqüentes reclamações sobre a desvalorização de suas tarefas, forjaram a problematização acerca de um cuidado gendrificado e a preocupação em pensar alternativas para a valorização social de suas práticas.

Dito isto, enfatizamos que este escrito está dividido em três momentos importantes. Nesta seção inicial, apresentam-se a leitores e leitoras o contexto da pesquisa e um vislumbre geral do texto. Num segundo momento do desenvolvimento, apontam-se o método e as técnicas adotadas e uma ligeira discussão dos estudos do cuidado, principalmente de teóricos como Ângelo Soares (2012), Carol Gilligan (1982), Joan Tronto (1997, 2007), Pascale Molinier (2012) e Rachel Salazar Parreñas (2012). Também tomamos as falas de cinco acompanhantes/cuidadoras – Bárbara, Beatriz, Glauce, Nicole e Pâmela – com o intuito de, ulteriormente, preencher um pouco as lacunas deixadas pelas questões que abriram este texto. Finalmente, em breve seção de fechamento, retomamos alguns dos principais apontamentos concernentes à pesquisa.

## 2 | CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para o desdobramento deste material de pesquisa, tomamos como local de análise, uma parte específica do pátio do Hospital Erasto Gaertner, também conhecido como “hospital do câncer”, em Curitiba. A parte específica à qual nos referimos é constituída por uma ampla área verde, com árvores, bancos e gramado. Nesta área foi possível acessar todo tipo de pessoa – acompanhantes/cuidadoras, doentes, meros transeuntes e outros mais. A experimentação deste espaço não era

exatamente uma novidade para o primeiro autor, pois ele já havia realizado campo de pesquisa neste lugar para sua monografia de graduação, defendida em 2015. E ele havia desenvolvido observações neste local, entre o fim de 2012 e meados de 2014, um trabalho baseado em entrevistas e observação.

Neste primeiro campo, com a execução da observação para fins monográficos, ele percebeu que havia outras entradas possíveis; o pátio era, por exemplo, um lugar de espera, de introspecção e de sociabilidades, o oposto ocorria no interior do hospital. O último seria um lugar mais nobre, um espaço de luta, em que as moléstias seriam exorcizadas. Com o desenrolar do trabalho de campo (principalmente, o atual do mestrado), percebeu-se o quão equivocado seria classificar deste modo tais espaços. Com efeito, a luta e a espera mostravam-se presentes nos dois contextos e marcavam as vivências de todos aqueles que experienciavam o câncer como uma “doença coletiva”.

O termo “doença coletiva” foi usado na monografia para assinalar um adoecimento conjunto (ou seja, encarado por enfermos e a comunidade mais imediata), construído por uma doença percebida como sinônimo de morte. A “doença coletiva” não é como uma patologia compartilhada, é como uma circunstância que faz adoecer espiritual e fisicamente aqueles que possuem posição imediata em relação ao indivíduo enfermo. De fato, a manifestação do câncer fazia irromper em outrem distúrbios alimentares, doenças mentais e privações de sono, a título de exemplo.

Como parte de uma compreensão qualitativa, o trabalho de campo tendo como foco as acompanhantes/cuidadoras começou em fevereiro de 2018 e terminou em julho do mesmo ano. Como definem Jean-Pierre Deslauriers e Michele Kérisit (2008), a pesquisa qualitativa apreende dados que não são mensuráveis, tais como uma representação, uma opinião ou uma atitude. Permite que o investigador tenha um entrosamento singular com o campo, além dele fornecer dados, constrói-se cada vez mais refinamento das questões envolvidas na pesquisa. Também garante o contato com o vivido dos atores. Esta experiência vivida pede a interpretação dos atores e a do investigador no interior da pesquisa.

A volta a campo e o não contato por quase quatro anos, da parte do primeiro autor, fê-lo sentir-se estranho, o que ele assim descreve: “Inicialmente me senti bastante incomodado em abordar as pessoas presentes no pátio”. Esta sensação foi desaparecendo à medida de sua inserção: “Com o passar das semanas, fiquei mais à vontade para dialogar com elas e, sobretudo, reafirmar-me enquanto pesquisador”. De sua mudança de olhar e de sentimento dependia o sucesso do trabalho, ainda que a insegurança persistisse, na forma em que a descreve: “De todo modo, por estar no campo, autonomamente, carregava o temor de ter minha pesquisa desqualificada, sentimento que, creio, assalta tantos outros pesquisadores”.

O contato com as pessoas foi exigente por diferentes razões. Uma das exigências deveu-se à necessidade de quebrar barreiras pessoais. Também o uso do gravador se impôs como um grande desafio; em algumas situações ele suscitava desconfiança

e inibições, embora tenha sido assumido, ainda que sempre obedecendo à expressão ou não da aceitação para que se gravasse a entrevista.

Outra dificuldade foi acessar o público alvo com a profundidade necessária, no caso particularmente, das cuidadoras permanentes. A estada destas no pátio quase sempre se via marcada pela pressa. Com exceção de uma, quatro das entrevistadas presentes neste texto estavam no pátio do hospital em um momento de intervalo. Por outro lado, percebeu-se também que o pátio constituía um universo ocupado por acompanhantes permanentes ou temporárias e temporários, doentes, trabalhadores do hospital e outros. Contatá-los fez com que se desenvolvessem percepções complexas acerca do trabalho de quem se propõe a cuidar. Na sequência são tratados alguns aspectos das teorias do cuidado necessários às nossas indagações.

### **3 | FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS E ASPECTOS EMPÍRICOS PARA UMA INTELIGIBILIDADE DO ACOMPANHAMENTO-CUIDADO**

No dia em que o primeiro autor conheceu Julia, ela parecia inquieta pelo tempo que esperara e pelo tempo que ainda teria que esperar pela sogra. A sogra estava fazendo sua primeira visita ao Erasto Gaertner, tendo sido encaminhada a este, depois do resultado de um teste de Papanicolau realizado em uma unidade básica de saúde. À medida em que ele se aproximou dela, pôde perguntar sobre o porquê do acompanhamento. Julia ofereceu uma justificativa baseada no status do hospital, o de hospital do câncer. Assim, acompanhar a sogra seria equivalente a enfrentar de forma conjunta uma adversidade, já que os estudos em um curso de técnico em enfermagem davam a ela algum tempo livre.

Julia não possuía uma experiência profunda com o cuidado da sogra. No entanto, chamou a atenção do pesquisador seu plano futuro de cuidar da mãe, portadora do vírus HIV.

Então, no curso mesmo, a gente[...]. Eu comecei esse ano, né?! Então faz três meses que eu tô fazendo o curso. É recente ainda. No curso a gente aprendeu sobre isso[...]. Que não é só o paciente que sofre. Quem cuida, né, quem fica ali também sofre. [...] É, assim, falando bem abertamente, né. A minha mãe, tipo, ela tem HIV, sabe? E eu penso assim: no futuro[...]. assim, claro, faz dezoito anos já. Ela tá bem, né, aparentemente. Mas eu penso assim: eu não tenho filho e nem quero ter. Porque eu penso assim: se um dia ela precisar de alguém, vai ser eu, sabe? Eu até quero que seja eu, sabe? Porque, assim, a minha irmã tem filho, o meu irmão é meio, tipo, é homem, entendeu? (Júlia, 28 anos, estudante de técnico em enfermagem).

A fala de Júlia revela escolhas de vida (fazer técnico em enfermagem) e renúncias (não ter filhos), em prol da provisão de um cuidado futuro à mãe. Ao mesmo tempo, enxerga no acúmulo de responsabilidades de outrem (irmã que cuida dos próprios filhos) um empecilho para o fornecimento de um cuidado adequado. Ademais, vê uma

incompatibilidade entre cuidado e o sujeito homem.

Não por acaso, a fala de Julia nos reporta à Carol Gilligan (1982), estudiosa, cuja obra *Uma Voz Diferente* apresenta as primeiras problematizações desnaturalizadoras da ética universalista, para introduzir nas teorias do desenvolvimento moral o valor dos conteúdos na tomada de decisões por mulheres em situações conflitivas.

Gilligan (1982) enfatiza que a teoria universalista do desenvolvimento moral não poderia ser usada como ferramenta explicativa da realidade de todas as pessoas. Seus princípios abstratos e imparciais não representavam de fato a propagada maturidade moral, que era considerada possível só para um sujeito masculino. Tampouco refletiam isoladamente uma ética da justiça. Considerar a voz diferente daquela da lei universal era contemplar outro tipo de moral, uma moral do cuidado que tem princípios concretos, voltados à interdependência e é baseada na manutenção das relações humanas, situação bastante clara no relato de Julia.

As teorias do cuidado se apoiaram na força crítica de sua transferência somente para as dinâmicas das decisões femininas e na ausência, na maior parte das situações, de problematização a respeito da falta de políticas públicas para superar as arbitrariedades das desigualdades no seu interior.

Em sua teoria, Tronto (1997, 2007) percebe o modelo dual de cuidado como normativo, ineficiente e também ideológico. Segundo ela, deve-se reconhecer que o cuidado não se restringe a uma relação entre cuidador e pessoa cuidada, somente. O cuidado está no centro da vida política, deve ser um valor democrático, envolvendo o máximo de pessoas, de forma que ninguém esteja fora desta responsabilidade e ninguém possa ser exaurido por ela. Assim, esta estudiosa reconhece que aqueles que provêm o cuidado também são vulneráveis e necessitados de cuidado; todos precisam ser cuidados. Tronto e Berenice Fisher (1990 apud TRONTO, 2007, p. 287) enxergam o cuidado enquanto algo que perpassa as relações domésticas e imediatas. Cuidar implica uma responsabilidade sistêmica, uma atitude de comprometimento com o meio e os seres vivos, que demanda a continuação, manutenção e reparação destes.

Outras estudiosas como Molinier (2012) e Parreñas (2012), chamam a atenção para a complexa teia que o cuidado envolve. Assim sendo, uma tarefa indireta (que não implique um contato face a face) que garanta o bem-estar de outrem, como fazer comida e limpar o espaço físico da casa, é um ato de cuidado assim como o cuidado que é prestado diretamente ou face a face (aqui, podemos mostrar, como exemplos, o dar comida ou o dar banho em alguém incapacitado de fazê-lo).

Ângelo Soares (2012) chama a atenção para as variações da prática do cuidado, ou seja, cuidar pede competências diferenciadas, de acordo com o contexto. É importante que o/a cuidador/a as adquira, para que não seja surpreendido/a por situações inusitadas. No contexto desta pesquisa, cuidar de alguém com câncer de mama e de alguém com leucemia impõe desafios, experiências e técnicas bastante distintas.

Os trabalhos de Arlie Hochschild (2012) sobre barrigas de aluguel indianas e de babás que migram de países periféricos para os de primeiro mundo e o de Parreñas (2012) sobre trabalhadoras filipinas na noite toquiana são exemplos de uma diversidade imensa de situações.

A partir destes apontamentos, pode-se reconhecer que o cuidado é uma peça basilar em nossas relações. Tanto “indivíduos independentes” quanto “indivíduos em situação de vulnerabilidade” estão circunscritos em uma rede complexa de cuidados. Não existe autossuficiência. O cuidado pode garantir bem-estar, mas pode igualmente desencadear a degradação, tanto para beneficiários quanto para quem cuida. Além do mais, as relações de cuidado revelam também desigualdades de gênero, étnico-raciais, de classe, entre outras. De nosso campo de pesquisa destacamos, a seguir, algumas interdependências nas práticas e nas narrativas que nos ajudam a pensar os conteúdos das experiências de cuidado vividas por mulheres acompanhantes de pacientes oncológicos.

#### **4 | O CUIDADO CONFORME AS VIVÊNCIAS DE MULHERES ACOMPANHANTES**

Tomamos os relatos de cinco acompanhantes/cuidadoras de doentes de câncer. São elas: Bárbara, Beatriz, Glauce, Nicole e Pâmela. Todas, exceto Glauce, estavam acompanhando pessoas muito próximas de seu convívio – esposo (Bárbara), pai (Beatriz), irmã (Nicole) e irmão (Pâmela). Glauce, diferentemente, estava acompanhando a sogra do filho pela primeira vez, e mostrou-se animada para prestar-lhe ajuda em outras ocasiões.

As entrevistas com Bárbara e Beatriz foram realizadas sem gravador. Quando o primeiro autor teve contato com Bárbara, ele ainda não havia começado a usar o dispositivo. Beatriz preferiu que a conversa não fosse gravada, mas aceitou que se fizesse anotações. As demais mulheres não se opuseram ao uso do gravador, depois de esclarecimentos a respeito das questões éticas implicadas.

Antes de elucidar pontos comuns e divergentes nas falas destas mulheres e, a partir de tais, tentar responder às questões propostas neste trabalho, faz-se importante discorrer sinteticamente acerca de suas vidas.

Bárbara é uma senhora que tinha 60 anos, católica, costureira e que cuidava do marido, doente de câncer na próstata. Ela contou que, devido à doença dele, trabalhava bem menos do que antes na costura e que precisou deixar de lado hábitos que lhe faziam bem, como ir ao centro para olhar vitrines, algo muito importante para uma costureira. No momento da entrevista tinha uma vida dedicada a proporcionar bem-estar ao marido.

Beatriz tinha 37 anos, era evangélica, estava fora do mercado de trabalho e acompanhava o pai, que estava com câncer no estômago, no momento da entrevista. Quando foi abordada, parecia chorosa. Com o desenrolar da conversa,

mostrou indignação pela falta de envolvimento, principalmente dos irmãos, com o pai. Os familiares delegavam-lhe o encargo de acompanhamento/cuidado, porque se encontrava em casa.

Glauce tinha 43 anos, era evangélica, trabalhava como diarista e empregada doméstica e estava acompanhando a sogra de seu filho pela primeira vez. Em sua conversa foi muito atenciosa, rica em detalhes e manifestou uma narrativa carregada de conteúdo religioso, marcado pela percepção de amor ao próximo.

Nicole tinha 50 anos, não tinha religião, trabalhava como agente educacional I (limpeza na escola) e também cuidava da irmã, que descobriu um carcinoma depois de sentir dores fortes no braço e no peito. A irmã de Nicole, apesar de ter casa própria, marido e filhos, no dia da entrevista morava com Nicole e sua família, pois em sua realidade original “se sentia limitada para ser cuidada” (palavras de Nicole). Nicole se expressava com desenvoltura, foi rica na apresentação de detalhes e a entrevista foi realizada, enquanto outros familiares estavam na parte de dentro do hospital, visitando a irmã.

Pâmela tinha 44 anos, era evangélica e deixou o mercado de trabalho para cuidar do irmão, que estava com câncer na garganta. Embora estivesse afastada do mercado de trabalho, sua vida era bastante agitada, pois tinha que dar conta sozinha de cuidar dos pais idosos, da filha, do neto e do irmão doente. Ela contou que, embora outras pessoas se ofereçam para acompanhar/cuidar, o irmão só quer que ela o faça. Seu irmão o faz porque não quer que a mãe de ambos sofra.

Essas mulheres relataram ter uma vida repleta de obrigações. Cuidar da casa, de familiares doentes, dos filhos, dos netos, dos pais e trabalhar fora, dentre outras. Os discursos de Bárbara e Beatriz são carregados dos aspectos difíceis do cuidado, ou seja, retratam quão desafiadora é a tarefa de acompanhar/cuidar e os impactos que esta exerce sobre suas vidas. Glauce, Nicole e Pâmela enxergam o acompanhamento/cuidado como uma atividade gratificante, que tem lhes proporcionado crescimento pessoal. A respeito disso, Glauce afirma:

Olha, eu vou te falar uma pura verdade. Hoje em dia, no país que nós estamos, a gente tá aqui é pra ajudar qualquer um, sabe?! Seja ele qual ele for: estranho, velho, novo, criança... Você tá bom de saúde, você tem que ajudar o próximo. Então eu gosto de ajudar as pessoas. Deixei de trabalhar hoje pra vir aqui. (...) Porque a saúde é mais importante que o dinheiro. O dinheiro não compra a saúde e nem a felicidade. Então por isso que eu fiz isso. E não me arrependo, sabe? E falei: se precisar ficar à noite, eu fico à noite, sabe... Porque além dela ser sogra do meu filho, eu sei que ela tem duas filhas e as duas filhas trabalham, né. Então daí sempre tá trocando de gente aqui. Mas como não tinha ninguém pra vir, eu vim hoje fazer a minha caridade, que Ele mandou eu fazer, sabe? Porque amanhã eu não sei, posso precisar. Ou você pode precisar de mim ou eu precisar de você. De repente a gente se topa por aí, né? Então a gente tem que ajudar o próximo. (Glauce, 43 anos, diarista e empregada doméstica).

É curioso constatar que, nos relatos de Bárbara, Beatriz, Glauce e Nicole, a impossibilidade de outros indivíduos assumirem o acompanhamento/cuidado está

associada ao vínculo destes com o mercado de trabalho. Glauce, embora também fosse uma trabalhadora, viu nos compromissos de trabalho de seus afins uma genuína impossibilidade. Já Beatriz e Nicole percebiam a urgência do próprio trabalho, em detrimento do auxílio a outrem como problemática. Quando perguntada sobre se teria alguém para auxiliá-la no acompanhamento/cuidado, Nicole enfatizou...

Como eu falei pra você, não temos tempo, fica difícil, porque “eu tenho que isso, eu tenho que aquilo”. Eles não se disponibilizam. E quem até tenta, digamos que, não tenta, assim, tão a fundo, realmente. É mais nessas horas, assim, de internação que parece que cai a ficha, sabe como? Aquele egoisminho que a gente tem, né? Que eu sou mais importante, eu tenho outras prioridades. Não é que não a amem. Na realidade, eu acho que isso é uma falha até mesmo, um pouco, de educação, não digo só de mãe, pai, mas da pessoa, é, abrir os olhos para a vida de uma maneira diferente, né? (Nicole, 50 anos, agente educacional I).

Beatriz discordava do argumento utilizado pelos irmãos de que seria sua obrigação cuidar do pai, já que ela estava desempregada, portanto ociosa. Segundo Beatriz, o cuidado da casa e dos filhos, principalmente da filhinha pequena, também eram responsabilidades onerosas. Ela se incomodava de ter que fazer o acompanhamento/cuidado e não conseguir chegar em casa a tempo de ver a filhinha acordada. Todas as tentativas que empreendera para cobrar um maior comprometimento dos irmãos haviam sido frustradas. Como não conseguia resolver nada pacificamente, recorria às brigas e aos xingamentos, métodos que também não resolviam sua situação. Beatriz cria que as muitas desculpas dadas por seus afins para não acompanharem/cuidarem de seu pai deviam deixá-lo triste, pois assim ele se sentiria preterido.

Tanto Beatriz quanto Pâmela chamaram a atenção para a falta de descanso, mesmo tendo que enfrentar dias desafiadores. Apesar do cansaço, o que mais incomodava Nicole, por exemplo, era a situação do irmão, que implicava em que ela se ausentasse do lar.

Não durmo. Que nem essa noite mesmo eu dormi pouco. Dormi acho que umas três horas só. Eu não durmo, eu tenho insônia, eu tenho insônia, eu não durmo. [...] Eu tô exausta aqui, mas eu vou chegar em casa, tomar um banho e não vou dormir, porque eu sei que ele tá aqui. Fica um buraco naquele quarto. Não tem como, a casa tá vazia. Isso é amor demais, né? (Pâmela, 44 anos, acompanhante/cuidadora do irmão).

Além de Pâmela, Nicole também parecia nutrir uma grande consideração pela irmã. Disse que, depois dos filhos, a pessoa cuidada era a mais importante de sua vida. Para essas acompanhantes/cuidadoras, cuidar não era a parte mais difícil. As dificuldades e o sofrimento que sentiam estavam atrelados às dificuldades e ao sofrimento dos entes cuidados.

As atividades de cuidado, para além do acompanhamento, faziam-se evidentes no dar um medicamento, no fazer comida, no ir a um lugar que a pessoa doente gostava, no higienizar quem recebia cuidado, entre outros. Nicole afirmou que, entre

suas medidas de cuidado, concedia à irmã “pequenos prazeres” e, principalmente, dedicava-se a ouvi-la.

A principal é ter tempo para ouvi-la. Essa é a principal, que a gente mais faz. [...] É que, assim, ela já tem também histórico de depressão, entendeu? Aqui tem um atendimento muito bom também que ela também faz. Então a principal é essa. Em segundo lugar, proporcionar os pequenos prazeres que ela não tinha acesso, que pra ela é importante. [...] Fomos ao Jardim Zoológico, fomos ao Jardim Botânico, Parque Barigui, coisas assim... Viajamos pra rever parentes que não se via desde a infância. Essas coisas assim. Mas o mais básico mesmo é esse. (Nicole, 50 anos, agente educacional I).

Beatriz foi a única que percebeu como constrangedora uma situação que vivera na experiência de cuidar do pai. Dar-lhe banho foi uma tarefa embaraçosa, pois teve que ver o pai nu. Além disso, ele era muito pesado, portanto devia ser higienizado por um homem, não por ela. Perguntada se gostaria de ser ajudada por agentes de outras esferas, ela respondeu negativamente, afirmando que uma melhor organização da família seria a solução ideal. Ainda quando ressaltava as dificuldades, achava-se a pessoa mais indicada para prestar cuidados. Os aspectos ressaltados por esta narrativa nos reportam ao analisado por Soares (2012), quando afirma que a prática do cuidado envolve as dimensões: cognitiva, emocional, física, relacional e sexual.

Na primeira, é esperado que quem cuida saiba como prestar cuidados adequadamente. Na segunda, a pessoa que oferece cuidado deve saber gerenciar suas emoções, conforme a situação. Na terceira, que tenha força para lidar com o corpo do outro cuidado. Na antepenúltima, deve apropriar-se da capacidade de viver bem, de atenuar conflitos, de relevar as necessidades de quem recebe o cuidado. Por fim, o trabalho de cuidado delineia uma dimensão sexual, sendo esta percebida no toque ao corpo do outro, de suas excreções, de sua intimidade. Deve-se reconhecer que estas se encontram fortemente entrecruzadas.

Tornando ao relato de Beatriz, enfatiza que sua irmã mais velha é muito ranzinza, enquanto que sua irmã mais nova deixa o pai fazer tudo o que quer. Ela, diferentemente, seria a junção dos dois mundos. No processo de amparo ao pai, o marido de Beatriz a tem incentivado bastante. “Você faz de coração”, “Deus vai te recompensar”, “você está fazendo a sua parte” e “estamos ajudando e não sendo ajudados” têm sido algumas das expressões lenitivas usadas por ele para confortá-la.

Beatriz encarava a visitação ao hospital como uma experiência triste. Acompanhantes/cuidadoras como Glauce e Nicole também, mas ainda assim assinalavam o caráter despertador desta, em uma realidade de preocupações que se expressam em frases como: “Se eu pudesse botar a mão na pessoa e curar ela, com a força de Deus, eu faria isso, sabe? Porque é muito triste cê ver a pessoa ali, sabe? Por mais que você ajude, cê dê alegria, mas não é aquilo que você quer”. (Glauce, 43 anos, diarista e empregada doméstica).

De acordo com Nicole, o Hospital Erasto Gaertner oferece assistência psicológica

para o doente de câncer e também para a família. Mas estas mulheres não recebiam nenhum tipo de assistência (seja ela psicológica, prática ou material), para melhor executarem suas funções. No que diz respeito à ajuda material por parte do governo, Pâmela relatou que tentou conseguir desconto para o ônibus e não conseguiu.

Em resumo, todas as mulheres, que vivenciavam o acompanhamento/cuidado mais profundamente (Bárbara, Beatriz, Nicole e Pâmela), a relataram como uma tarefa desafiadora. Bárbara, Beatriz, Glauce, Nicole e Pâmela atribuíram seus desdobramentos ao amor ou à consideração que nutriam pela pessoa cuidada ou por outras próximas a ela. Nicole foi a única que usou expressões como “adoro”, “amo” e “privilégio”, para definir a experiência de cuidar do irmão. Bárbara e Beatriz, todavia, lançaram luz sobre as restrições que a prática do acompanhamento/cuidado manifestava sobre suas vidas.

Glauce e Nicole mostraram que o envolvimento com seus familiares doentes lhes produzia o sentimento de utilidade e possibilitava-lhes reorganizar suas percepções de mundo. O contato com outros casos dentro do hospital foram apontados por Beatriz, Glauce e Nicole como responsáveis para que vissem a vida de outra forma.

## 5 | CONCLUSÃO

O cuidado é imprescindível para a consolidação de nossas relações. Do conteúdo das narrativas observa-se o que Tronto (1997) analisa, seja que o cuidar possui dimensões morais, exigências enormes voltadas à capacidade de atenção, a autoridade de quem faz e gera desafios à autonomia das cuidadoras. A autoridade e a autonomia trazem à tona as desigualdades sob as quais estão fixadas a relação entre cuidado e cuidador/a e a falta de sua politização. Sua provisão é relegada a grupos socio-historicamente fragilizados. Constitui um desafio para aqueles que o prestam e também para os seus beneficiários.

Nesta pesquisa, o cuidado de pessoas em situação de câncer é percebido como tarefa difícil pela maioria mulheres entrevistadas, mais especificamente por quatro delas (Bárbara, Beatriz, Nicole e Pâmela). Sua execução implica sobrecarga, reorganização da rotina e aprendizagem de técnicas não tão bem vistas por todas. Percebe-se que, em algumas situações, estas mulheres tomam a experiência do acompanhamento/cuidado como propiciadora de uma nova percepção de si, do cuidado e dos outros. Assim, se veem enquanto pessoas úteis e capazes de prestar ajuda a alguém vulnerável, apesar das dificuldades que enfrentam.

O vínculo sentimental com as pessoas doentes ou ainda a impossibilidade de outros se comprometerem com a prática do acompanhamento/cuidado são alguns dos motores que regem a atuação destas mulheres. Conforme seus relatos, nesse processo, elas têm acesso diminuto ou inexistente à assistência psicológica, prática ou material, para uma melhor execução de suas tarefas. Em suma, a sobrecarga à

que são submetidas é naturalizada, algo que contribui para a inviabilidade de uma distribuição democrática, equitativa e humana do cuidado.

## REFERÊNCIAS

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

GILLIGAN, Carol. **Uma Voz Diferente: Psicologia da Diferença entre Homens e Mulheres, da Infância à Idade Adulta**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

HOCHSCHILD, Arlie. Nos bastidores do livre mercado local: babás e mães de aluguel. In: HIRATA, Helena S.; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgas). **Cuidado e cuidadoras: As várias faces do trabalho do care**, 2012. pp. 185-200.

MOLINIER, Pascale. Ética e trabalho do care. In: HIRATA, Helena S.; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgas). **Cuidado e cuidadores: As várias faces do trabalho do care**, 2012, pp. 29-43.

PARREÑAS, Rachel Salazar. O trabalho de *care* das acompanhantes. Imigrantes filipinas em Tóquio. In: HIRATA, Helena S.; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgas). **Cuidado e cuidadores: As várias faces do trabalho do care**, 2012, pp. 201-215.

SILVA, Eduardo da. **Doença coletiva, tramas relacionais e subjetividade**. 2015. 60 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Coordenação do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2015/08/Monografia-Eduardo-da-Silva.pdf>>. Acesso em: 29 Abr. 2018.

SOARES, Ângelo. As emoções do *care*. In: HIRATA, Helena S.; GUIMARÃES, Nadya A. (Orgas). **Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do Trabalho do Care**, 2012. pp. 44-59.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, Ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922007000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Out. 2017.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: O Que as Feministas Podem Aprender Sobre a Moralidade a Partir Disso? In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alisson M. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos. 1997. pp. 186- 203.

## FEMINILIDADE E CÂNCER DE MAMA: O QUE PODE A MULHER?

**Aline Barrada de Assis**

Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**Fabírcia Rodrigues Amorim Aride**

Centro Universitário São Camilo  
Cachoeiro de Itapemirim – Espírito Santo

**RESUMO:** Com o passar dos anos a feminilidade vem adquirindo nuances que não permitem uma definição unívoca, sendo a mulher composta por possíveis. O câncer de mama é a neoplasia mais recorrente na população feminina e as alterações advindas do tratamento podem interferir na constituição subjetiva da mulher. Mesmo com os avanços terapêuticos, nota-se que as representações da doença estão entrelaçadas ao sofrimento e à morte. A partir disso, propôs-se com este estudo identificar como as mulheres que estão enfrentando o câncer de mama se percebem e quais os impactos desse diagnóstico na feminilidade. Como metodologia, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, que foram categorizadas pela Análise de Bardin, com oito pacientes acometidas pelo câncer de mama, em tratamento antineoplásico, com idades entre 30 e 60 anos. Os resultados encontrados revelam que mesmo com todas as dificuldades, as mulheres mobilizam estratégias

para afirmar suas potências de vida, assumir o protagonismo de suas histórias e enfrentar o câncer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher, câncer de mama, feminilidade, potência de vida.

### FEMINILY AND BREAST CANCER: WHAT CAN THE WOMAN DO?

**ABSTRACT:** With passing of the years the femininity it is acquiring nuances that doesn't allow definition univocal, being the woman composed for possible. The breast cancer is the most appealing neoplasm in the feminine population and the alterations arising from of the treatment can interfere in the woman's subjective constitution. Even with the progress in the therapies, it is noticed that the representations of the disease are interlaced to the suffering and the death. Starting from that, he/she intended with this study to identify as the women that are facing the breast cancer are noticed and which the impacts of that diagnosis in the femininity. As a methodology, semi-structured interviews were used, which were categorized by the Bardin Analysis, with eight patients attacked by the breast cancer, in treatment antineoplastic, with ages between 30 and 60 years. The found results reveal that even with all of the difficulties, the women mobilize strategies returned to affirm their life potencies, to assume the protagonism

of their histories and to face the cancer.

**KEYWORDS:** Woman, breast cancer, femininity, life potency.

## 1 | INTRODUÇÃO

### A Surpresa

Olhar-se ao espelho e dizer-se deslumbrada: Como sou misteriosa. Sou tão delicada e forte. E a curva dos lábios manteve a inocência. Não há homem ou mulher que por acaso não se tenha olhado ao espelho e se surpreendido consigo próprio. Por uma fração de segundo a gente se vê como a um objeto a ser olhado. A isto se chamaria talvez de narcisismo, mas eu chamaria de: alegria de ser. Alegria de encontrar na figura exterior os ecos da figura interna: ah, então é verdade que eu não me imaginei, eu existo (LISPECTOR, 2004, p.41-42).

O significado do feminino vem passando por transformações ao longo dos anos, por não ter definição única, a mulher é composta por possíveis, sua forma de se relacionar com o mundo é através do corpo, e a imagem corporal é construída e influenciada pelos aspectos pessoais e sociais (Oliveira et. al, 2010). O câncer tem se configurado como uma doença que afeta não apenas a saúde física, mas, também, a psicológica, sendo importante oferecer espaço de escuta às pessoas que o enfrentam.

É notório e significativo o número de mulheres acometidas pelo câncer de mama. Dados do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) destacam que quando se trata de estatística, é o segundo tipo de câncer mais frequente no mundo e o primeiro nas mulheres, estima-se que 59.900 novos casos foram diagnosticados no ano de 2018. Silva (2008) aponta os efeitos impactantes à pessoa que recebe o diagnóstico de câncer, pois, geralmente, pode remeter a mutilações e a diversas perdas, nas esferas materiais, sociais e emocionais.

Autoras como Pereira (2008), Pinheiro (2014) e Oliveira et. al (2010), confirmam o que é observado na prática: o medo da morte parece estar inerente ao diagnóstico de câncer. Ao esbarrarem com a própria finitude, as pacientes podem vivenciar sentimentos de angústia, medo e desespero. Nota-se também o receio referente a todo sofrimento que a doença e o tratamento causam, justamente por, muitas vezes, serem agressivos e estarem associados a alterações severas no corpo (como a mastectomia – cirurgia de retirada da mama), aos efeitos colaterais (como náuseas e vômitos, perda de apetite, radiodermites, etc.) e mudanças drásticas na imagem corporal (como a queda do cabelo, emagrecimento, inchaço, etc). Enfrentando tudo isso, essa paciente se depara com um novo corpo, ou seja, com uma nova forma de estar no mundo e com a qual precisa conviver.

Apesar dos avanços tecnológicos e farmacológicos nos tratamentos e do desenvolvimento da humanização das equipes de oncologia, nota-se que os estigmas construídos socialmente ainda são reproduzidos. Muitas vezes, pacientes acometidos pelo câncer acabam reduzindo sua existência ao diagnóstico da doença. Algumas

mulheres podem vir a produzir episódios depressivos e transtornos ansiosos, como nos alerta Pinheiro (2014), o que faz com que elas tenham dificuldades de enxergar os diversos papéis sociais que ocupam, isto é, as outras possibilidades de vida.

Silva (2008, p. 236) aponta que o sofrimento psicológico da mulher com câncer de mama vai além da questão biológica, “é um sofrimento que comporta representações e significados atribuídos à doença ao longo da história e da cultura e adentra as dimensões das propriedades do ser feminino”. Silveira (2014, p.32) nos convida a pensar no sentimento vivenciado por essas mulheres ao se observar, ao enfrentar os olhares dos outros e com isso, “ser capaz de construir um novo significado para essa experiência e lidar com uma modificação no seu corpo, ou seja, ressignificar a experiência”.

Não é incomum que essas pacientes percebam alterações na autoestima, vergonha, insegurança ou receio de perder o parceiro, entre outras coisas. Pinheiro (2014, p.17) aponta que o diagnóstico e tratamento influenciam na sexualidade da mulher, aqui não entendida exclusivamente “como encontro de genitálias, mas também engloba a sensualidade, a feminilidade e o relacionamento com o companheiro”. Sendo assim, ressalta-se a importância de fortalecer as redes de apoio na vida da mulher, seja no âmbito familiar ou social e abranger a equipe multiprofissional no cuidado, considerando o sujeito na sua dimensão biopsicosocialespiritual.

A fim de melhor desenvolver o tema abordado, optou-se por descrever este trabalho em três subtemas, a saber: Câncer de Mama, Autoimagem e Estratégias de Enfrentamento.

## 2 | METODOLOGIA

Optou-se por realizar uma pesquisa de caráter qualitativo que Morezi (2003, p. 69), define como “a pesquisa qualitativa ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes”.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas que ocorreram no setor de oncologia do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim – ES (HECI), instituição de referência nesta e outras especialidades para as cidades do sul do Estado. As participantes desta pesquisa foram oito pacientes acometidas pelo câncer de mama que estavam em tratamento com quimioterapia, radioterapia ou hormonoterapia. Eram moradoras da zona urbana ou rural e as idades variaram de 30 a 60 anos. A escolha da faixa etária se dá propositalmente, a fim de identificar como as mesmas questões são vivenciadas por gerações diferentes.

Foi proposta a escolha aleatória das pacientes, seguido do convite verbal a participarem da entrevista que foram realizadas no ambulatório “Casa Multiprofissional” do HECI, com dia e horário marcado, de acordo com a disponibilidade das participantes. As questões abordadas foram previamente definidas e realizadas somente após a

aplicação, consenso e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os instrumentos utilizados foram: Um gravador de áudio; caneta e papel para possíveis anotações; uma folha com as perguntas preparadas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A primeira parte da entrevista foi composta de perguntas referentes ao contexto socioeconômico, seguido da entrevista em si.

Propôs-se analisar os relatos das entrevistas que foram transcritos na íntegra a fim de validar o estudo. A discussão se baseou na Análise de Conteúdo de Bardin (2002), que sugere a separação do texto em grupos de sentido e o reagrupamento em categorias.

Segundo Bardin (2002), a análise de conteúdo pode ser entendida como:

"um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens" (p. 42).

Sendo assim, foram feitos recortes das falas das participantes, que estão com nomes fictícios, e agrupadas por temas que mais emergiram e articulação com o referencial teórico.

### 3 | CÂNCER DE MAMA

A palavra câncer, geralmente, evoca uma série de estigmas a respeito da carga cultural e histórica de sofrimento e das experiências pessoais a ele associadas. Pode-se dizer que, em praticamente todos os pacientes acometidos, a morte atravessa a linguagem verbal e não verbal, pois o câncer relembra a condição humana de finitude (Pinheiro, 2014; Reis, 2015; Silva, 2008).

"Câncer é o nome dado a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado (**maligno**) de células que invadem os tecidos e órgãos, podendo espalhar-se (**metástase**) para outras regiões do corpo" (INCA, 2016). Ainda que existam campanhas de prevenção incentivadas pela mídia, o câncer de mama é o segundo tipo de câncer mais comum entre as mulheres, trazendo estatísticas que alcançam um crescimento de 25% novos casos a cada ano (INCA, 2016). É uma doença que ocupa um lugar importante nacional e mundialmente, devido à alta incidência e custos financeiros necessários destinados ao tratamento (INCA, 2016; Reis, 2015).

A diversidade de tipos de câncer de mama dificulta um prognóstico engessado, ou seja, cada caso deve ser avaliado de forma singular, e se identificado precocemente, na maioria das vezes têm possibilidade de cura. A chegada tardia no tratamento faz com que os diagnósticos sejam dados em estádios avançados da doença, contribuindo para a quantidade elevada de óbitos (INCA, 2016).

Os tratamentos, geralmente, envolvem cirurgia, quimioterapia e radioterapia. A mastectomia é caracterizada pela “intervenção cirúrgica que pode ser restrita ao tumor, atingir tecidos circundantes ou até a retirada da mama, dos linfonodos da região axilar e de ambos os músculos peitorais” (Silva, 2008, p. 232). Em relação a quimioterapia, Reis (2015) apud Gonçalves et al. (2009, p. 16), definem como “emprego de substâncias químicas isoladas ou em combinação, que possui o objetivo de tratar neoplasias malignas, atuando em diferentes fases da divisão celular, destruindo células que apresentam disfunção no seu processo de crescimento ou divisão.” Já no que se refere a radioterapia, pode-se defini-la como “o uso terapêutico das radiações ionizantes, a radioterapia pode ser empregada de forma isolada ou combinada à cirurgia e quimioterapia para o tratamento de neoplasias malignas” (Guimarães, Viani e Salvajoli, 2008, p. 17).

Reis (2015) em revisão, aponta que os avanços da ciência e da tecnologia contribuíram para um diagnóstico mais preciso e imediato, que abre possibilidade para cura de alguns casos, bem como aumento da sobrevivência dos pacientes. Porém, trazem como ônus efeitos colaterais não apenas físicos, mas emocionais e sociais, que afetam significativamente a vida dos pacientes, por isso, “desde a década de 70 a medicina tem se dedicado mais ao impacto psicossocial da doença” (Silva, 2008, p. 232). Devido a recorrência do câncer de mama em todo mundo, justifica-se a elaboração e investigação de como este momento é vivenciado pelas mulheres.

#### 4 | AUTOIMAGEM

De acordo com o dicionário Aurélio, a feminilidade é definida como 1 – Qualidade do que é feminino. E, 2- Caráter, índole de mulher. O seio, o corpo e o cabelo, podem ser representações deste feminino, conceito que ao mesmo tempo é aprendido/ensinado, como herança cultural, e flutuante/mutável, em que cada mulher pode se apropriar dele de forma diferente e associá-lo à sua autoimagem.

Embora o significado do feminino se transforme, o modo da mulher estar no mundo é através do corpo, mas essa representação pode sofrer pressões devido aos estereótipos de beleza propostos pela sociedade. Assim, muitas reproduzem uma busca incessante pelo corpo ideal, e por isso, difícil de ser alcançado (Oliveira et. al., 2010; Oliveira et. al., 2013).

Para Pinheiro (2014), Silveira, Costa e Rabello (2014) receber o diagnóstico de câncer pode causar certa “reviravolta” na vida da pessoa acometida, a partir desse momento inicia-se uma nova etapa. Os tratamentos interferem na rotina, nos sonhos, na autoimagem, na sexualidade, no âmbito social, enfim, em muitas esferas da vida. De acordo Silveira, Costa e Rabello (2014, p. 31), “a alteração vivida no corpo parece refletir perdas em outras áreas da vida, uma vez que é a partir dele que nos constituímos, estabelecemos laços e ocupamos lugares e funções”.

A autoimagem foi definida pelo neurologista e psiquiatra Paul Schilder como “a figuração de nosso corpo formada em nossa mente, ou seja o modo qual o corpo se apresenta para nós.” Essa construção imaginária sofre influência dos padrões de corpo e beleza existentes e ainda, “participa do processo de formação da identidade pessoal” (Oliveira et. al, 2010, p. 54). A mulher com câncer se depara com um corpo diferente, ou seja, com outra forma de estar no mundo, essa nova experiência pode interferir no modo de se perceber como mulher.

Assim, o que nos sugere Oliveira et. al (2013, p. 49), é que:

“A assistência deve ser voltada para a melhora da qualidade de vida em toda sua amplitude. Sendo assim, mulher, nesse período de adaptação com o “novo”, precisa de acompanhamento/apoio profissional e familiar dentro do entendimento que vai muito além da doença em si, pois o que, verdadeiramente, precisa estar em foco são os sentimentos, as angústias, as dúvidas e as dificuldades dessas mulheres e não só aspecto da doença”.

Portanto, diante de todas estas questões no corpo, na rotina e na constituição subjetiva vivenciada, a mulher com câncer precisa encontrar modos para enfrentar a doença e suas nuances, e com isso (re)significar a experiência do adoecimento para assim, construir sua postura de vida.

## 5 | O ENFRENTAMENTO COMO PROCESSO

Os sentimentos vivenciados pela mulher que recebe o diagnóstico de câncer podem incluir angústia, medo, tristeza, perda de autonomia, negação, questionamentos e dúvidas (Leite et.al. 2011 e Pereira et. al. 2015). Assim, a pessoa acometida tende a ficar mais sensível a tudo que a doença provoca, o que também pode afetar as pessoas mais próximas, como família e amigos do paciente. Para Pereira et. al. (2015 p. 51), apud Peçanha (2008) “Após vivenciar o impacto inicial do diagnóstico de câncer, o indivíduo necessitará mobilizar recursos psicossociais para se adaptar à situação de estresse decorrente da enfermidade”. Tais recursos são chamados de enfrentamento.

Lazarus e Folkman propõe um modelo de enfrentamento que “envolve o uso de esforços cognitivos/comportamentais no manejo de situações e/ou demandas internas que excedem os recursos pessoais do indivíduo” (Gobatto e Araújo, 2010, p. 54). De acordo com Pereira (2015), essas estratégias funcionam como processo no decorrer do tratamento. Chamon, Santos e Chamon (2008), nos ajuda a entender o funcionamento das estratégias para o sujeito:

“Estratégias de enfrentamento correspondem a um processo pelo qual o indivíduo administra as demandas da relação pessoa/ambiente, e as emoções que elas geram. Diante da situação considerada estressora, os indivíduos realizam uma avaliação do que está ocorrendo, a fim de que o organismo possa responder

Machado, et. al. (2012, p. 31), apud Straub (2005), em revisão, apontam que “estudos têm demonstrado que pacientes que enfrentam sua doença de frente possuem melhor prognóstico se comparadas àquelas que se entregam emocionalmente.” Contudo, um bom enfrentamento parece sofrer influência de fatores como apoio familiar e social, experiências já vividas, a própria personalidade do sujeito, espiritualidade, etc.

Diante disso, o atendimento psicológico às portadoras de câncer de mama busca identificar com essas mulheres suas “ferramentas” na luta contra o câncer. Para Venâncio (2004, p. 58), alguns objetivos desse profissional são “prevenir e reduzir os sintomas emocionais e físicos causados pelo câncer e seus tratamentos, levar o paciente a compreender o significado do adoecer, possibilitando assim a (re) significação desse processo.” Destarte, o psicólogo é peça fundamental no cuidado com a pessoa acometida.

## **6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando a variabilidade de respostas apresentadas pelas pacientes, e, conseqüentemente, as diversas categorias possíveis, optou-se por discutir três categorias que se referem as etapas vivenciadas pelas entrevistadas desde o diagnóstico. A saber: Impacto da doença e os sentimentos evocados; feminilidade – autoimagem e olhar do outro e por fim, estratégias de enfrentamento e (novas) possibilidades de vida.

### **6.1 É câncer, e agora? Impacto da doença e sentimentos evocados**

Receber a confirmação de um câncer, geralmente, remete à pessoa a bagagem cultural que a doença vem trazendo ao longo dos anos, uma sucessão de pensamentos negativos pode surgir, acumulando o que a própria pessoa sabe e sente em relação à doença e permeado pela certeza da condição humana de finitude, que por si só já é causadora de angústia. Momentos de negação, tristeza, revolta e medo são esperados.

Após a notícia, não é incomum que muitas mulheres utilizem mecanismos de defesa do próprio ego, como a negação, para lidar com a realidade cruel que as perseguem, até se adaptarem a nova situação. Para Kubler-Ross (1996, p. 52): “A negação funciona como um para-choque, depois de notícias inesperadas e chocantes, deixando que o paciente se recupere por um tempo, mobilizando outras medidas menos radicais.” Na fala a seguir, pode-se identificar este sentimento utilizado como mecanismo de defesa:

“Não caiu minha ficha na hora, não acreditei, não caiu minha ficha, fiquei é chorando, só chorava, fiquei sem entender o que era, não tinha noção do que era um câncer, do que ia acontecer comigo, não passava nada na minha cabeça do que ia acontecer, eu só chorava.” (Glória)

O estudo apresentado por Silva (2008, p. 236), revela que “o câncer de mama é uma experiência amedrontadora para as mulheres”, a confirmação do diagnóstico e início do tratamento podem despertar diversos sentimentos. O receio do desconhecido, o temor a morte, a possibilidade de recidiva e de metástases da doença são frequentes, como declarados nas falas:

“Como eu te falei, uma sentença de morte, eu me senti, assim como se eu tivesse entrado num túnel escuro sem fim, e não ia mais ter chance nenhuma, foi muito cruel [...]” (Larissa)

“[...]eu acho que como eu tive uma vez, eu corro risco, eu tenho noção, que eu corro o risco de ter de novo, não sei se eu tô pronta para aparecer um outro câncer, toda vez que eu escuto é que nem você me dá uma pedrada, um tapa, mas é o que eu mais escuto então devagar eu acho que eu vou aprender a lidar.” (Glória)

O sentimento de medo é algo que as mulheres precisam conviver, pois mesmo se houver a cura, existirá a continuidade do acompanhamento (realização de exames, tratamentos com hormonoterapia, etc). Além disso, a recidiva da doença é uma possibilidade, bem como a própria morte, afinal é da natureza de todo ser vivo.

Para Lago, et.al (2014, p. 3326): “não é fácil viver com uma doença estigmatizada como o câncer de mama, conviver com sentimentos negativos e enfrentar preconceitos que dão margem a um processo de significação, gerado pela percepção que as mulheres têm sobre a doença.” É compreensível que as pacientes tenham momentos delicados nos seus dias, sendo a tristeza um sentimento que invade como evidenciado nos discursos a seguir:

“ [...] durante os dias que eu fiquei em casa sim, a gente fica lembrando da vida gente que mudou a rotina né, eu trabalhava, agora já não tô trabalhando mais, tem um certo tempo agora que você fica sozinha e você fica triste, mas dá pra ir levando...” (Creuza)

“Eu não sabia, achava que ia morrer, todo mundo que tem câncer morre, eu falei vou morrer, só chorava, eu me lembro que só chorava. Chorei uma semana seguida, só chorava [...]” (Glória)

Nas falas acima nota-se um sentimento de tristeza despertado pela própria vivência da doença, pela mudança de rotina que ela traz, os tratamentos e também ao medo da morte. Pode-se dizer que a morte é o pano de fundo do câncer, todos os artigos revisados neste estudo, em algum momento, abordam o tema.

## 6.2 Um (novo) corpo? Autoimagem e olhar do outro

O câncer de mama parece interferir diretamente na feminilidade da mulher, e afetar o modo de se perceber. Com essa categoria, pretende-se identificar como é a autoimagem das mulheres entrevistadas neste segundo momento da doença, em que já passaram pelos tratamentos. O câncer de mama é concretizado no corpo, e o tratamento atinge diretamente dois símbolos de feminilidade: o seio e o cabelo. De acordo com Silva (2008, p. 236):

“Ainda que, por muito tempo, o seio tenha sido mais valorizado quanto aos aspectos relacionados à maternidade, atualmente, em nossa cultura, essa valorização está voltada ao seu significado de feminilidade. [...] Frente a essa realidade, a mulher com câncer de mama continua suscetível a prejuízos em sua experiência de sentir-se mulher, uma vez que seu seio foi atingido pela doença e mutilado pelo tratamento”.

Somado a isso, é sabido e aqui destacado por Reis (2015), que os agentes quimioterápicos contra câncer de mama podem causar, como efeito colateral, a alopecia (queda de cabelo), outro símbolo importante da feminilidade, que assombra as mulheres acometidas. Neste estudo, todas as mulheres entrevistadas tiveram a alopecia.

Para a mulher com câncer, se observar com um corpo que é diferente do anterior e, agora, ainda mais distante do modelo ideal, pode ser uma experiência que interfira no modo de ser ver/sentir como mulher, como explicitado nas falas a seguir:

“Antes eu me sentia um pouco retraída ao me ver no espelho e né, sabendo que tava com câncer né..., sem cabelo..., e medo de sair na rua, não por as pessoas acharem..me acharam feia, mas eu mesma no meu interior eu me escondia, me retraía [...] Eu acho que não me via mais como mulher, eu me retraí bastante.” (Adriana)

“É um tratamento traumático você perde o cabelo, perde a sua feminilidade, a mulher perde a sua feminilidade, perde o seio, perde o cabelo, cai a sobrancelha, né, sua relação com espelho é péssima [...]” (Larissa)

Um fator que contribui significativamente para a construção da autoimagem é o olhar do outro, sendo representado pelas falas a seguir:

“[...] Por causa das pessoas elas me olhavam de outro jeito entendeu, de outra maneira, principalmente quando meu cabelo caiu, as pessoas passavam por mim já achavam estranho aquilo né, já olhavam com outros olhos, não me olhavam com os mesmos olhos que olhavam antes, aí eu me senti um pouco assim... assim eu me senti incomodada com aquilo né [...]” (Regina)

“[...] dependendo do jeito que sua família te trata faz você se sentir uma pessoa que tá ficando inútil e doente, eu não me sinto porque eles não me deixam me sentir assim e isso a família tem que muito ajudar, a família tem que ajudar, se a família tiver essa atitude de tratar como doente, aquilo no dia a dia você vai pegando que você tá doente [...]” (Creuza)

Com essas falas pode-se considerar que o modo como essas mulheres se sentem olhadas pelo outro, sendo este outro o cônjuge, a família, as pessoas em geral, ou elas mesmas pode contribuir de forma positiva ou negativa para a sua autoimagem.

### 6.3 O que fazer com tudo isso? Estratégias de Enfrentamento

Como já citado, o câncer de mama e tratamento pode ser vivenciado como um momento de angústia e sofrimento. As alterações na rotina, no corpo e também as psicológicas, podem afastar a mulher do universo feminino (Lago et. al., 2014), algumas dessas mudanças são exemplificadas nas falas a seguir:

“Houve assim, porque tudo pra você muda do seu ponto de vista né, tudo pra você passa a ter um outro sentido. Até porque você para de trabalhar [...]” (Larissa)

“Mais triste, a gente fica sim mais triste e deita assim pensando como que vai ser no outro dia, se vai piorar, qual a reação do seu corpo... quando eu acabo de fazer o tratamento da radio se no outro dia não vai ser ruim pra mim, pior entendeu, tudo isso..” (Darlene)

Percebe-se nas falas acima que as mudanças vividas no corpo causadas pelo tratamento, influenciam o psicológico. Além disso, a rotina de trabalho das mulheres também pode ser afetada, seja por afastamento ou por restrições de movimentos, dificultando a realização de atividades antes executadas corriqueiramente. Os efeitos colaterais do tratamento parece ser o preço que se paga pela tentativa de cura.

Para suportar o tratamento e suas vicissitudes as pacientes precisam encontrar estratégias que funcionem como suporte. Pereira et. al. (2015) apud Peçanha (2008, p. 51) revelam que “o momento pelo qual o indivíduo está passando é “decisivo” na escolha da estratégia a ser utilizada, e essa não pode ser considerada melhor ou pior, mas compreendida pela sua funcionalidade”.

Pode-se notar que algumas estratégias utilizadas pelas pacientes entrevistadas foram buscar apoio psicológico, confiança em si e no tratamento, apoio espiritual e ocupação da rotina, como verbalizado nas falas seguintes:

“[...] A gente tem aquele momento entre você e o travesseiro, aquele momento assim que você fica ali, que você tira uma hora para você ficar, respirar fundo e pedir força para Deus e eu faço um tratamento com psicólogo também, conversar né, fazer, respirar fundo...” (Larissa)

“Eu tento pensar em outras coisas né, igual em casa eu não tenho filho mas então eu procuro mexer numa horta, alguma coisa que eu aguento fazer, assistir a um filme que eu gosto de assistir, não filme romântico né, gosto de jogar [...] Eu vou pra casa da minha mãe, dos meus irmãos, converso as coisas [...] mas quando eu volto pra casa, depois que vou deitar, deito no travesseiro eu ainda lembro um pouquinho, aí começo a rezar para esquecer né, mas eu tento [...], to tentando encarar, e não tem como apagar também o que aconteceu então... eu to tentando (choro).” (Glória)

Cada mulher adapta sua estratégia à sua realidade, neste estudo, todas as pacientes tiveram acesso ao serviço de psicologia. Nesse sentido, a contribuição de Pereira et al, (2015, p. 57) revela que:

“um fator de extrema relevância para uma boa evolução do tratamento de mulheres acometidas por câncer de mama é a presença de uma rede de apoio, que auxiliará no fortalecimento e na motivação para superar o adoecimento, destacando-se nesse sentido, o profissional de saúde”.

O profissional psicólogo é fundamental nesse momento, para que, junto com a paciente, mobilize estratégias e as coloquem em prática. Assim, o psicólogo funciona como um suporte que poderá ajudar o paciente, que não está conseguindo andar sozinho naquele momento, mas o objetivo principal é que ele consiga construir as próprias estratégias. Muitas vezes, é este profissional que vai facilitar para que a paciente busque energia interna e força para seguir durante o tratamento.

Nas falas acima, nota-se também a utilização de uma tática muito utilizada pelos pacientes, a espiritualidade. Para Pereira et. al. (2015, p. 53):

“O câncer é uma patologia permeada por diversos significados. Grande parte dos pacientes atribui à fé e a espiritualidade as condições favoráveis do tratamento. Somos culturalmente inundados pela fé, que nos acompanha em diversas circunstâncias da vida, assim, é importante considerar a espiritualidade como um recurso para obtenção de esperança e apoio diante do adoecimento por câncer”.

Diante das transformações que o câncer causa na vida das pessoas acometidas, faz-se necessário a utilização de recursos pessoais, internos ou externos que contribuem como apoio para enfrentar esse momento. Apesar do negativismo e dificuldades que a doença traz, as mulheres depoentes conseguiram concluir seus tratamentos, dar sentido para essa experiência e continuam seguindo suas vidas. Percebe-se um esforço para que não se reduza suas existências à doença, afinal, todas elas ocupam diversos papéis importantes, sendo necessário que continuem fazendo laços com esses outros lugares.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a incidência do câncer de mama na população feminina e os impactos que esse diagnóstico causa, seja no âmbito pessoal, familiar ou social, este estudo se propôs a identificar como as mulheres que enfrentaram o câncer de mama se percebem e quais os impactos psicológicos desse diagnóstico na feminilidade.

O ser mulher é construção, composto por possíveis e influenciado pelos aspectos sociais e culturais, sendo assim, exclui a possibilidade de padronização. Cada mulher percebe seu corpo, sua subjetividade de forma ímpar. Um diagnóstico de câncer de mama surge como uma “pausa” na rotina da mulher acometida, de uma hora para

outra ela vê o seu corpo e sua vida modificados, inserida em linhas de tratamento onde os efeitos colaterais, nada sutis, são o preço que pagam pela tentativa de cura.

Mesmo que os diagnósticos e efeitos colaterais esperados sejam os mesmos, cada mulher terá seu mecanismo particular de enfrentamento. Algumas mulheres, por se sentirem desamparadas, podem precisar de apoio emocional para (re)significar sua existência. O acompanhamento psicológico busca oferecer um espaço, em que, através da palavra, possa-se elaborar o sofrimento, dar sentido para a experiência e lidar com a nova forma de ser e estar no mundo, ainda que com algumas limitações, possibilitando a minimização da angústia e identificando outras possibilidades de vida.

Esperou-se com esse estudo reafirmar a potências de vidas que essas mulheres têm e que vão além de um diagnóstico de câncer, ou seja, o que elas podem, já que a riqueza do ser mulher possibilita a ocupação de diversos lugares, e não apenas o de doente. Apesar de ser um tema bastante estudado, percebe-se a importância de continuar atualizando estes conteúdos devido à demanda que esse público traz para equipes de saúde multiprofissionais.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2002.

CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira; SANTOS, Odete Alves da Silva Guerra dos; CHAMON Marco Antonio. **Estresse e Estratégias de Enfrentamento: Instrumentos de Avaliação e Aplicações**. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, p. 1-14, set 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

GOBATTO, Caroline Amado; ARAÚJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira de. **Coping religiosos-espiritual: reflexões e perspectivas para a atuação do psicólogo em oncologia**. Rev. SBPH v. 13 n.1, Rio de Janeiro, jun. 2010

GUIMARÃES, Flávio da Silva; VIANI, Gustavo Arruda; SALVAJOLI, João Victor. *História da Radioterapia*. In: Denardi, Umberto Arieiro et al. **Enfermagem em Radioterapia**. São Paulo: Lemar - Livraria Editora Marina, 2008. Cap. 1, p. 15-25.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Estimativa 2018: Incidência do câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2018.

LAGO, Elenir Araújo; et. al. **Sentimentos vivenciados por mulheres frente ao câncer de mama**. *Revista de Enfermagem EFPE online, Recife*, p. 3325-3330 out. 2014.

LEITE, Franciele Marabotti Costa. et. al. **Estratégias de enfrentamento vivenciadas por mulheres com diagnóstico de câncer de mama em uso de tamoxifeno**. *Reme – Rev Min. Enferm, São Mateus – ES*,15(3): 394-398, jul./set, 2011.

LISPECTOR, Clarice. **Aprendendo a viver**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

MACHADO, Ana Cândida de Aguiar; et. al. **Enfrentamento e câncer de mama: revisão sistemática da literatura nacional**. *Diaphora Revista da sociedade de psicologia do Rio Grande do Sul*. 12(1) p.

MATSUBARA, Maria das Graças Silva, DENARDI, Umberto Arieiro. Cuidados com Radiodermite. In: Denardi, Umberto Arieiro et al. **Enfermagem em Radioterapia**. São Paulo: Lemar - Livraria Editora Marina, 2008. Cap. 18, p. 263-277.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da pesquisa**. 2003. Dissertação (Pós graduação do Conhecimento e tecnologia da Informação). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf> Acesso em: 11 abril 2016.

OLIVEIRA, Carolina Linard de et al. Câncer e Imagem Corporal: Perda da Identidade Feminina. **Rene**, Juazeiro do Norte- CE, vol 11, número especial, p. 53-60, 2010.

OLIVEIRA, Lorena Bezerra. et al. **A feminilidade e sexualidade da mulher com câncer de mama**. Catussaba, Lagoa Nova, ano 3, n 1, out. 2013.

PEÇANHA, Dóris Lieth Nunes. Câncer: recursos de enfrentamento na trajetória da doença. In: CARVALHO, Vicente Augusto. et. al. **Temas em psico-oncologia**. São Paulo: Summus, 2008. P. 2009-2017

PEREIRA, Aline Antunes. et al. A vivência do paciente oncológico e suas estratégias de enfrentamento. **Cadernos de psicologia**, Rio de Janeiro: Inca, n. 3 cap. 5, p. 51-59, 2015.

PEREIRA, Elzita Crisóstomo. **Câncer de mama e psicologia oncológica: tratamento e ressignificação do existir**. Monografia de Conclusão do Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde. Brasília/DF, Dezembro, 2008.

PINHEIRO, Monica. Câncer, Corpo, Feminilidade: O que há de específico? **Cadernos de psicologia**, n. 2. Rio de Janeiro: Inca 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PSICOLOGIA, Conselho Federal. (2005). Resolução CFP nº 016/2000. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP

REIS, Ana Paula Alonso. Alopecia: Cotidiano da mulher com câncer de mama. In: **Levantamento Bibliográfico**. Alfenas, Minas Gerais: Universidade Federal de Alfenas, cap. 3., p. 16-20, 2015.

SILVA, Lucia Cecilia. Câncer de mama e sofrimento psicológico: aspectos relacionados ao feminino. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 231-237, abr./jun. 2008

SILVEIRA, Ingrid Raiol; COSTA, Márcia Regina Lima; RABELLO, Mariana Almeida. Câncer de mama: os impactos subjetivos causados pela mastectomia e o lugar da palavra. **Cadernos de psicologia**, n. 2. Rio de Janeiro: INCA 2014.

VENÂNCIO, Juliana Lima. **Importância da atuação do psicólogo no tratamento de mulheres com câncer de mama**. Revista Brasileira de Cancerologia, Rio de Janeiro, 50(1): 55-63, 2004.

## GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

### Ângela Kaline da Silva Santos

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB

### Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Serviço Social, João Pessoa - PB

### Lucicleide Cândido dos Santos

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB

**RESUMO:** Esse trabalho objetiva analisar criticamente o processo de produção do conhecimento do serviço social sobre gênero entre os anos de 1982 a 2010. Para tanto, dentro do universo de 183 dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social, foram analisados 17 obras que abordam gênero no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPB. Tipifica-se de uma pesquisa bibliográfica embasada na metodologia do estado da arte. O presente estudo realizou-se a partir de três indicadores de análises, a saber: temáticos, palavras-chave e áreas de conhecimento. A perspectiva teórico-metodológica adotada é o materialismo histórico-dialético. Dentre os principais resultados no universo das 183 (78,2%) dissertações vinculadas a área de concentração da Política Social, constatou-

se que a categoria temática gênero aparece como a quarta categoria mais estudada, representando 17 (9,2%) das obras. Conclui-se que, dentro do total das dissertações analisadas a temática gênero é um objeto investigativo pouco estudado no PPGSS/UFPB.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção do Conhecimento. Serviço Social. Gênero.

### GENDER AND KNOWLEDGE PRODUCTION IN THE SOCIAL SERVICE AREA

**ABSTRACT:** This paper aims to critically analyze the process of knowledge production of social service on gender between the years 1982 to 2010. To do so, within the universe of 183 dissertations linked to the area of concentration of Social Policy, were analyzed 17 works that address gender in the Post-Graduation Program in Social Work / UFPB. It typifies a bibliographical research based on the methodology of the state of the art. The present study was carried out from three analysis indicators, namely: thematic, keywords and areas of knowledge. The theoretical-methodological perspective adopted is historical-dialectical materialism. Among the main results in the universe of 183 (78.2%) dissertations linked to the area of concentration of Social Policy, it was verified that the thematic category of gender appears as the fourth most studied category, representing 17 (9.2%) of the

works . It is concluded that, within the total of the analyzed dissertations, the gender theme is an investigative object little studied in the PPGSS / UFPB.

**KEYWORDS:** Knowledge Production. Social Service. Genre.

## 1 | INTRODUÇÃO

Em termos introdutórios, indica-se que a produção do conhecimento no Serviço Social, através das Dissertações de Mestrado Acadêmico produzidas pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFPB foi analisada a partir da conjuntura de crise do capitalismo tardio e suas inflexões que demarcam novas demandas e desafios postos à sociedade.

Acresce-se que a adoção da metodologia do estado da arte, permitiu deslindar e mapear as tendências adensadas nas produções das Dissertações defendidas na área de Política Social do Programa de Pós-graduação/UFPB que abordam a categoria gênero no recorte temporal de 1982 a 2010. Para tanto, dentro de um total de 183 dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social, foram analisados as 17 obras que discutem gênero. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica em torno do universo de 183 Dissertações de Mestrado vinculadas à área de concentração retrocitada.

Vale ressaltar que o Programa de Pós-graduação em Serviço Social (UFPB) dispõe de um universo de 234 Dissertações, defendidas entre os anos 1982 a 2010, distribuídas em 183 (78,2%) Dissertações na área da Política Social e 51 (21,7%) da área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social. Entretanto, este estudo propõe-se a analisar as produções vinculadas à área de Política Social que têm objetos investigativos sobre as questões de gênero.

Este estudo embasa-se teórico e metodologicamente no materialismo histórico-dialético. A coleta dos dados processou-se através da pesquisa bibliográfica e documental das fontes, por via eletrônica. A complementação da coleta de dados ocorreu junto a catálogos de bibliotecas e a consulta eletrônica a catálogos de editoras e livrarias, assim como nos registros das bibliotecas da UFPB (Central e Setorial).

As Dissertações analisadas nessa pesquisa processaram com a utilização do estado da arte. Segundo ROMANOWSKI e ENS (2006, p. 39), as pesquisas são denominadas de estado da arte “[...] quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções”.

O percurso histórico brasileiro dessas três décadas, contextualizadas pelos influxos da crise do capitalismo em meados da década de 1970, corresponde aos “trinta anos perversos” (1980-2010). Os anos de 1980, embora alcunhados como a “década perdida” em razão dos péssimos indicadores econômicos e sociais, são despontados pela efervescência política, como o processo de redemocratização do país, Movimento das “Diretas Já”, Assembleia Constituinte, promulgação da

Constituição “Cidadã” que balizam conquistas políticas a exemplo da consolidação das políticas sociais na perspectiva da garantia de direitos.

Esse processo de avanço político interrompe-se no contexto da década de 1990 diante das estratégias de enfrentamento da crise do capitalismo mediante a acumulação flexível com foco na financeirização mundial, a ofensiva neoliberal, a precarização do trabalho e a barbárie social, além da pós-modernidade e neopositivismo no campo ídeo-cultural. Esses influxos ganham visibilidade nos governos de FHC, que instaura o Estado neoliberal com o desmonte das políticas sociais, cortes significativos nos gastos sociais e perda de direitos sociais, afora o avanço da ofensiva pós-moderna. Esse processo prossegue nos anos 2000, com a ascensão dos governos petistas, que teóricos definem de neodesenvolvimentismo, modelo híbrido entre crescimento da economia e redistribuição de renda, bem como a expansão da cultura pós-moderna.

Diante dessa realidade, por meio das Dissertações foi possível perceber as contribuições do Serviço Social para compreensão em torno das políticas sociais voltadas a categoria gênero e da realidade do cenário contemporâneo, bem como os seus esforços pela busca de respostas para as demandas que são colocadas para a profissão na sua atuação junto a essa política, as quais também sofrem os ataques mediante aos desmontes de Direitos sociais advindos das sociais contemporâneas.

Tratando da inserção do Serviço Social no campo da produção do saber, os programas de pós-graduação dessa área, através dos grupos de pesquisas, assim como pelos seus meios de divulgação de conhecimentos têm realizado expressivas investigações em torno da temática sobre as políticas de gênero. Todavia, os estudiosos têm concentrado suas preocupações em desenvolver pesquisas sem perder de vista o recorte de classe.

No tocante a realidade do Brasil, dentre as inúmeras investigações em torno da categoria gênero no conjunto das transformações societárias derivadas do conjunto de mudanças no mundo do trabalho, destacam-se os seguintes: O que é gênero da Sílvia Camurça e da Taciana Gouveia; Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade da Telma Gurgel; Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão da Teresa Lisboa, entre outros.

O movimento feminista teve início na França, no ano de 1789, período marcado pela Revolução Francesa. No Serviço Social a temática em curso tem estado presente nas pautas de importantes eventos acadêmicos dessa área de conhecimento, isto, como resultado da inserção e articulação do seguimento feminino no âmbito político frente à efetivação dos seus direitos de cidadania. Em torno das lutas das mulheres pela efetivação e ampliação dos seus direitos humanos, faz-se necessário elucidar, que os movimentos coletivos compostos por mulheres e por aqueles que por questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero se identificam como tal, têm se apresentado como um importante impulso nos processos de luta pela superação da desigualdade entre os gêneros, etnias, raças e classes sociais. Outro fator que

aparece como um elemento expressivo para tal superação é o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas em torno da temática gênero.

Nessa perspectiva, o presente estudo intenta analisar a produção do conhecimento na área do Serviço Social sobre gênero em torno das influências hegemônicas da Modernidade à emergência da ofensiva pós-moderna. Este estudo realizou-se a partir de três indicadores de análises, a saber: temáticos, palavras-chave e áreas de conhecimento

No Universo das 183 (78,2%) Dissertações vinculadas a área de concentração da Política Social, constatou-se que a categoria temática gênero aparece como a quarta categoria mais estudada, representando 17 (9,2%) das obras defendidas.

No tocante a estrutura do presente trabalho, esse foi organizado em três momentos. No primeiro tratam-se, os aspectos históricos e conceituais da categoria gênero e o feminismo. No segundo, são colocadas as discussões e os resultados em torno da produção do conhecimento do Serviço Social no PPGSS/UFPB, entre os anos de 1982 a 2010. No terceiro, e último momento, colocam-se os apontamentos finais acerca da produção do conhecimento em Serviço Social sobre gênero no contexto do Programa de Pós-graduação em análise.

## **2 | BREVE HISTÓRICO SOBRE A CATEGORIA GÊNERO E FEMINISMO**

Estudar a questão de gênero numa sociedade marcada pelo projeto societário estruturado pelo sistema de produção capitalista, decerto, apresenta-se como uma importante iniciativa pela construção de um modelo de sociabilidade mais justo e igualitário para todos, ou seja, pensar as questões de gênero representa a busca pela superação dos inúmeros desafios que são colocados para as mulheres “[...] dentre eles, o de pensar e viver com clareza e “atitudes de mudança” as questões de gênero” (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004, p.7)

Entre os movimentos coletivos contemporâneos que têm nas suas pautas de lutas os direitos da categoria gênero insere-se o movimento feminista, o qual será brevemente abordado no presente debate. Enquanto, ação coletiva composta por feministas e mulheres, este movimento vem ocupando um expressivo papel político nos processos de luta pela igualdade de gêneros, etnias, raças e classes sociais, tendo em vista que, muitas das conquistas alcançadas por grupos de mulheres e LGBTs ao longo dos processos históricos, até a presente data, derivam de uma maior participação desses seguimentos sociais na política, no mercado de trabalho, na educação, entre outros.

Sabendo-se da importância de apreender o real significado de gênero a partir da perspectiva de totalidade, é que este estudo se vale das ideias de importantes pesquisadores desta temática. Em torno do que se compreende sobre a temática gênero, Camurça e Gouveia (2004, p. 11) esclarecem que:

Hoje em dia o movimento de mulheres e alguns setores da nossa sociedade têm falado muito em gênero. Gênero é um conceito útil para explicar muitos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, nos ajudando a compreender grande parte dos problemas e das dificuldades que as mulheres enfrentam no trabalho, na vida pública, na sexualidade, na reprodução, na família.

Nessa perspectiva, é importante compreender como as relações de gênero foram estabelecidas historicamente. Nessa perspectiva, pretende-se com este estudo, entender como a sociedade enxergou e, ainda enxerga as feministas e mulheres nos diferentes períodos históricos, para que assim se possa apreender a intrínseca relação existente entre gênero, relações de gênero e o movimento feminista.

Apesar de existir diferença conceitual entre os termos sexo e gênero, estes são interpretados em muitos casos como sinônimos. No entanto, sexo envolve a biologia humana, questões de caráter biológico que se expressam de formas diferenciadas na mulher e no homem por causa de aspectos biológicos, físicos de fêmeas e machos, tal como a gravidez e menstruação que são particularidades biológicas ligadas à mulher. No caso do homem, tem-se a ejaculação enquanto elemento biológico peculiar.

No que se refere à categoria gênero, esta não está ligada as questões biológicas, mas sim, a uma criação da sociedade, por isso tem um caráter sócio-histórico, construída no intuito de estabelecer como “[...] deve ser a relação entre homem e mulher, a relação entre as mulheres e a relação entre os homens. Ou seja, a sociedade cria as relações de gênero” (CAMURÇA; GOUVEIA, 2004, p. 13).

Essas relações estabelecidas, com certeza, representam um reforço para manutenção de uma sociedade embasada, exclusivamente nos parâmetros da discriminação e opressão. A sociedade capitalista nas suas contradições de gerar riqueza e pobreza na mesma proporção tende a elevar ao máximo à injusta e desigualdade, onde a liberdade e as oportunidades não são colocadas para todas as pessoas. Sobre a desigualdade de gênero no contexto atual da sociedade capitalista, Oliveira e Medeiros (2015, p.269) asseveram:

No espaço sócio-histórico atual, a vida cotidiana é permeada pela constante reprodução das formas de opressão e violação dos direitos. Esta situação assume particularidades na vida das mulheres que são alvo da violência em diferentes expressões e da dominação que se realiza historicamente no machismo, no sexismo e na limitação da liberdade e da vivência da diversidade, decorrentes do lugar de inferioridade ocupado pelo gênero feminino em relação ao gênero masculino, resultado das desiguais relações sociais de gênero.

Assim sendo, passa-se a entender gênero como categoria criada pela humanidade. Somos o que aprendemos a ser, a partir do que dizem o que somos na família, na escola, na igreja, entre outras. Nas relações estabelecidas cotidianamente na família, à criança aprende um conjunto de normas sociais. Ela aprende quem é que manda, quem deve obedecer, a quem sempre são atribuídas às atividades domésticas e os cuidados com os filhos e filhas. Ou seja, a familiar aparece como a

primeira instância onde a criança aprende a aceitar e a reproduzir as desigualdades de gênero.

Cabe lembrar, aqui, que movimento feminista é um movimento político muito importante de ser entendido quando se quer confrontar os condicionamentos da sociabilidade capitalista contemporânea, a qual através dos parâmetros instituídos pelas ideologias do patriarcado estabelece comportamentos distintos para homens e mulheres na esfera doméstica, no trabalho, na política, entre outras.

O movimento feminista se iniciou no período da Revolução Francesa, pois foi nesse momento histórico onde ocorreram os primeiros passos das mulheres na luta por seus direitos como sujeitos políticos. Conforme Gurgel (2010, p. 1):

[...] o Feminismo desde sua primeira expressão, como sujeito político das mulheres, na França, em 1789, vem se reafirmando como um movimento social que, assim como outros, desenvolve ações de ruptura estrutural-simbólica com os mecanismos que perpetuam as desigualdades sociais e estruturam os pilares da dominação patriarcal capitalista na contemporaneidade.

Porém, a luta das mulheres neste período, restringia-se apenas a reivindicações dos seus direitos civis e políticos, e principalmente, pela igualdade e liberdade para todos. No que toca a luta pela igualdade no trabalho, mesmo que tenham contado com o apoio do movimento dos trabalhadores na época, foi no mundo do trabalho que elas se depararam com fortes resistências, isto, em face da desvalorização dos trabalhos por elas realizados.

Na medida em que as mulheres conquistavam mais espaços, fortaleciam suas militâncias e davam novo significado a concepção de gênero na sociedade. Por isso, as mesmas não se deixaram abalar e, intensificaram suas reivindicações pela efetivação dos seus direitos.

No Brasil, o movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970, devido ao Regime de Ditadura Militar, não avançou e nem se aprofundou com suas reivindicações. O feminismo aliou-se a outros movimentos na busca pela “redemocratização” do país naquele período.

Destarte, nos anos de 1980, observou-se que o feminismo passou por uma reorganização contrária a uma tendência unificadora. Uma espécie de “feminismo temático” apareceu em instituições que tratavam de demandas específicas da mulher.

No cenário dos anos de 1980 a militância das feministas se deu em torno da efetivação da autonomia das mulheres, como sujeitos políticos. Assim, segundo Gurgel (2010, p.7)

[...] o questionamento em torno da autonomia também se desenvolveu em torno do reconhecimento das diferentes opressões vivenciadas pelas mulheres e do seu núcleo comum que possibilita a construção de uma identidade coletiva. Fenômeno este que provocou uma atualização das demandas feministas alimentando seu questionamento da totalidade da vida social, com a centralidade do confronto ao patriarcado, ao capitalismo e as formas tradicionais do fazer política, radicalizando

a contradição entre os interesses das mulheres, o papel do Estado e os interesses de classe.

No tocante à década de 1990, “[...] o feminismo passa por grandes mudanças em sua identidade organizativa.” (GURGEL, 2010, p. 7), devido às investidas do neoliberalismo e as contrarreformas do Estado no país.

Em síntese retomamos a afirmação de que para o feminismo a luta deve responder a elementos de mudanças internas, com a construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando, portanto as dimensões de classe, raça, geração, sexualidade, afetividade entre outras questões (Idem, p. 8).

Em resumo, as discussões aqui realizadas refletem um forte retrocesso em relação às conquistas alcançadas pelos movimentos sociais através do coletivo feminino. O atual cenário traduz um quadro sociopolítico, econômico e cultural que tem intensificado os desmontes nas políticas sociais, culminando, desse modo num retrocesso ao campo pertinente aos direitos da classe trabalhadora. Direitos esses que derivaram de frentes de lutas travadas entre capital e trabalho ao logo da história da humanidade nos seus diferentes modos de produção.

### **3 | ANÁLISES DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NA ÁREA DE POLÍTICA SOCIAL DO PPGSS NOS ANOS DE 1982 A 2010**

No tocante ao percentual de Dissertações vinculadas nas duas áreas de concentração do PPGSS/UFPA entre os anos 1982 a 2010, resultados relevaram a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) Dissertações defendidas, e conseqüentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPA expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se. Quanto ao avanço no debate entre Serviço Social e Política Social,

Isso pode ser explicado pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985 [...] Estabelece-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais no embate político da sociedade brasileira como, também, a discussão sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no terreno da política social. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p.62).

A tabela a seguir, traz a incidência das categorias temáticas que perpassam as Dissertações analisadas nesse estudo.

Categorias Temáticas	Anos		Anos		Anos		Total	
	80		90		2000			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Gestão / Avaliação	01	5,5	04	7,6	20	17,6	25	13,6
Trabalho	01	5,5	07	13,4	15	13,2	23	12,5
Assistência (Termo amplo)	-	-	11	21,1	10	8,8	21	11,4
<b>Gênero</b>	<b>01</b>	<b>5,5</b>	<b>05</b>	<b>9,6</b>	<b>11</b>	<b>9,7</b>	<b>17</b>	<b>9,2</b>
Movimentos Sociais	07	38,8	08	15,3	-	-	15	8,1
Saúde	-	-	02	3,8	06	5,3	08	4,3
Questão Social	01	5,5	-	-	06	5,3	07	3,8
Inclusão Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Proteção Social	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Criança e Adolescente	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Estado e Sociedade Civil	02	11,1	03	5,7	01	0,8	06	3,2
Terceiro Setor	-	-	-	-	05	4,4	05	2,7
Família	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Questão agrária	-	-	03	5,7	01	0,8	04	2,1
Sindicalismo	01	5,5	02	3,8	-	-	03	1,6
Educação	-	-	02	3,8	01	0,8	03	1,6
Juventude	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Pobreza	-	-	-	-	02	1,7	02	01
Preconceito	-	-	-	-	02	1,7	02	01
Desenvolvimento Rural	02	11,1	-	-	-	-	02	01
Violência	01	5,5	-	-	-	-	01	0,5
Religião	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Psicologia	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Seguridade Social	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Não Identificado	01	5,5	02	3,8	05	4,4	09	4,9
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>52</b>	<b>100</b>	<b>113</b>	<b>100</b>	<b>183</b>	<b>100</b>

**Tabela 1** – Frequência de ocorrências das categorias temáticas analisadas nas Dissertações de Mestrado vinculadas à área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016 – 2017.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 a 2010.

Conforme demonstra a tabela acima, a categoria temática gênero tem uma incidência de 9,2% (17) obras defendidas, ficando em quarto lugar das categorias mais estudadas, tendo nos anos de 1980 uma incidência de 5,5% (01) obras, em 1990 9,6% (05) obras e nos anos 2000 tem 9,7% (11) obras, demonstrando que essa categoria tem crescido nos estudos do serviço social.

O desenvolvimento de políticas públicas de gênero no Brasil ocorreu no processo de redemocratização, significou a incorporação de novos temas na agenda

governamental e inclusão de novos atores no cenário político. “Assim, à medida que a democratização avançava, passou-se a formular propostas de políticas públicas que contemplassem a questão gênero” (FARAH, 2004, p. 130).

Nos anos 90, sob a Reforma do Estado, as políticas públicas são reformuladas, sobre os princípios de descentralização, não como partilha de poder entre os entes federativos, mas como uma desresponsabilização do Estado frente às demandas e responsabilização da sociedade civil, e a focalização, que incide diretamente na questão de gênero, pois as ações são voltadas prioritariamente as mulheres pobres que estão em vulnerabilidade social.

Ressalta-se que,

[...] as políticas públicas de gênero, ao incorporarem o conceito de gênero e discutirem suas implicações na promoção de políticas públicas, trazem para o campo que situa a realidade de intervenção tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres e também as desigualdades produzidas e reproduzidas culturalmente entre os mesmos, com base no discurso das diferenças biológicas. (LISBOA, 2010, p. 6).

E políticas para mulheres, tendem a manter a desigualdade entre homens e mulheres, pois focalizam suas ações, tendo em vista a atuação da mulher como mãe, esposa, filha, dentro do contexto do lar.

Área de Conhecimento	Nº	%
Serviço Social	04	<b>23,5</b>
Sociologia do Trabalho	04	<b>23,5</b>
Sociologia Urbana	04	<b>23,5</b>
Saúde	03	<b>17,6</b>
Educação	01	<b>5,8</b>
Sociologia Rural	01	<b>5,8</b>
Total	17	<b>100</b>

**Tabela 2** - Frequência de ocorrências das áreas de conhecimento da amostra de 17 Dissertações de Mestrado que tratam da categoria gênero do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016– 2017.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 a 2010.

Como demonstra a tabela, temos a incidência das áreas de conhecimento que a amostra de 17 Dissertações de Mestrado que tratam da categoria gênero, tendo as áreas de conhecimento Serviço Social, Sociologia do Trabalho e Sociologia Urbana apresentado 23,5% (04) de ocorrência. Seguindo-se de saúde com 17,6% (03), e educação e Sociologia Rural 5,8% (01) de ocorrência.

Evidencia-se que o Serviço Social, segundo Netto (1996, p.12) “[...] enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria [...], mas por atuar na realidade social, dialogam com outras áreas de conhecimento e produzem conhecimento [...] de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas.” Sendo esse o

motivo da presença das seis áreas referidas na tabela 03. Isso também demonstra a multidisciplinaridade da categoria gênero, pois essa categoria perpassa todas as relações.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, é importante ressaltar alguns aspectos que foram observados a partir dos procedimentos metodológicos empregados na sua produção. Cabe mencionar que se teve em todo decorrer dessa investigação a finalidade de contribuir com o acervo de aportes teóricos alusivos ao debate do tema em discussão.

A categoria gênero, embora tenha tido desencontros com o Serviço Social, vem ganhando espaço dentro da produção do conhecimento da profissão e na intervenção profissional no seu espaço ocupacional.

Neste processo investigativo sobre as Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas à área de Política Social que abordam gênero no recorte temporal de 1982 a 2010, pôde-se constatar que o maior número das 17 produções analisadas embasou-se no legado marxista e marxiano. Nessa direção, essa comprovação aponta que o legado marxista continua hegemônico na produção do conhecimento no Programa de pós-graduação supracitado.

Conclui-se que no tocante a temática Gênero, a qual envolve feminismo, movimento LGBT, homofobia, sexualidade, educação sexual, direitos humanos, violência dentre outros; no presente estudo dentre as 17 Dissertações analisadas e as subcategorias temáticas mais incidentes identifica-se que questões relacionadas ao movimento/população LGBT não foi discutida dentre as obras. Entende-se que as primeiras conferências, documentos e políticas voltados a esse segmento da sociedade civil só têm maior fomento a partir 2004, justificando a falta de produção de conhecimento na área.

#### REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. SOS Corpo, 4. ED. Recife, 2004.

DIAS, Daiana Nardiro. **O estado da Arte sobre Gênero no Serviço Social**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2014.

FARAH, Maria Ferreira Santos. Políticas Públicas e Gênero. *In*: GODINHO, Tatau (org.). SILVEIRA, Maria Lúciada (org.). **Políticas Públicas e igualdade de Gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8), p. 127 – 142.

GURGEL, Telma. Feminismo e Luta de Classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. *In*: **Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. 2010.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da

história da profissão. In: **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan. 2010.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. In: **Revista Katálýsis**, Florianópolis v.16 n.º.esp. p.61-71, 2013.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade** – São Paulo, n.º 50 – ANO XVII, p. 87 – 132, abril, 1996.

OLIVEIRA, Leidiane; MEDEIROS, Milena. Capitalismo, Patriarcado e Serviço Social: reivindicações feministas na agenda profissional contemporânea. In: **Revista Temporalis** n. 29. Brasília, 2015.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas do Tipo "Estado da Arte" em Educação. In: **Revista Diálogo Educacional**, vol. 6, núm. 19. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. septiembre-diciembre, 2006, pp. 37-50. Disponível em: <http://www.chcbeira.pt/download/AS%20pesquisas%20denominadas%20do%20tipo%20estado%20da%20arte.pdf>.

## NEGAÇÃO AO ACESSO AO ABORTO: PODER E VIOLÊNCIAS

### **Ivana Maria Fortunato de Barros**

Psicóloga/ Secretária de Assistência Social e  
Direitos Humanos de Niterói

Niterói – Rio de Janeiro

### **Paula Land Curi**

Docente da Universidade Federal Fluminense /  
Instituto de Psicologia

Niterói – Rio de Janeiro

### **Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins**

Psicóloga Clínica / Programa Extensionista UFF  
Mulher

Niterói – Rio de Janeiro

**RESUMO:** Este trabalho propõe discutir sobre o aborto, fenômeno complexo que se apresenta em nossa sociedade como um problema relevante de saúde pública. Contudo, o nosso objetivo é demonstrar como, através da negação ao seu acesso, é possível evidenciar relações de poder e exposição às violências, por vezes veladas, contra as mulheres. Embora a temática do aborto esteja sempre presente nas pautas políticas em nosso país, porém, de forma secundária, ela revela que os altos níveis de mortalidade de mulheres em idades férteis não merecem um olhar detido de nossos legisladores, médicos e religiosos, em sua maioria homens. Afinal, quem morre? Mulheres, normalmente negras e pobres. De um lado, temos a criminalização de uma prática que

lança mulheres à clandestinidade e a vários tipos de violências. De outro, um incipiente acesso ao aborto legal, em casos especificados na lei. Embora este possa se configurar como um avanço importante numa sociedade sexista, devemos considerar algo que fica expresso com esse dispositivo jurídico: ela precisa ter sido vítima de violência impetrada por um homem para poder abortar. Subordinadas às leis, que revelam hierarquização do poder, ao discurso e à prática médica, constituídos sob os olhares masculinos dos chamados cientistas do século XIX, o acesso ao aborto às mulheres é sempre negado.

**PALAVRAS-CHAVE:** aborto; poder; violência.

**ABSTRACT:** This paper proposes to discuss abortion, a complex phenomenon that presents itself in our society as a relevant public health problem. However, our objective is to demonstrate how, through the denial of their access, it is possible to show relationships of power and exposure to violence, sometimes veiled, against women. Although the issue of abortion is always present in the political guidelines in our country, but, secondarily, it reveals that the high mortality rates of women of childbearing age do not deserve a detained look of our legislators, mostly doctors and religious men. After all, who dies? Women, usually black and poor. On the one hand, we have the

criminalization of a practice that launches women into hiding and various types of violence. On the other, an incipient access to legal abortion, in cases specified in the law. Although this may be an important advance in a sexist society, we must consider something that is expressed with this legal device: it must have been a victim of violence by a man to be able to abort. Subordinate to the laws, which reveal the hierarchy of power, the discourse and medical practice, constituted under the masculine eyes of so-called scientists of the nineteenth century, access to abortion to women is always denied.

**KEYWORDS:** abortion, power, violence

## 1 | INTRODUÇÃO

Embora o problema do aborto seja uma constante que sempre acompanhou a história das sociedades humanas, mudou o modo de o abordar (...) Ao longo de um percurso em que se alteram não só noções e técnicas médicas, mas também sujeitos, interesses, conotações éticas e regulamentos jurídicos (GALEOTTI, 2007,p.21).

Crime: este é o substantivo utilizado para definir o aborto em nosso País. Advém, em parte, pela tipificação, no Código Penal Brasileiro de 1940, do aborto como crime contra os costumes.

A ênfase dada a esta “prática criminosa” é tanta que, por vezes, nem se consegue perceber que, mesmo no código de 40, estão dispostas duas ressalvas, dois casos previstos em que a sua prática é permitida: para salvar a vida da mãe e quando a gestação é consequência de um estupro.

Embora tenha havido atualizações no nosso Código Penal, há bem pouco tempo, o aborto ainda continua a ser um crime, que repercute negativamente na nossa saúde pública. Embora seus dados não sejam precisos, e não tenhamos informação alguma sobre aqueles casos que “deram certo”, sabemos que muitas mulheres morrem e/ou recorrem aos serviços públicos devido às complicações derivadas das mais diversas práticas chamadas abortivas.

Casos que não deram certo revelam as consequências trágicas da criminalização do aborto para toda uma sociedade, marcada por desigualdades e vulnerabilidades. Por isso, não pretendemos, através deste trabalho, refletir sobre o aborto a partir de concepções cotidianas sustentadas em certos “achismos” e movidas pelas chamadas “consciências individuais”. Tomar-lhe-emos como uma grave questão de saúde pública, que extermina uma parcela da população, e traz em seu bojo questões de gênero e violências diversas. Visa refletir o que está em cena quando o Estado brasileiro ainda nega às mulheres o acesso irrestrito ao aborto seguro.

## 2 | DIREITOS REPRODUTIVOS E ABORTO

A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo autonomia para reproduzir e liberdade para decidir sobre quando e quantas vezes fazê-lo. (BERQUÓ, 2003, p. 8).

A partir de 1994, da Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e População, realizada no Cairo, a concepção de direitos reprodutivos deixou de estar limitada a proteção à reprodução. Dava-se ênfase à informação como forma de acesso e meio da mulher gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva livre de discriminação, coerção ou violências.

Logo após, em 1995, na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, ratifica-se a necessidade de garantir a igualdade e a segurança sexual e reprodutiva. No entanto, far-se-ia necessário recomendar, aos países signatários, que fosse feita à revisão de leis que punem as mulheres que praticam abortos ilegais, considerando, assim, o aborto clandestino um grave problema de saúde pública.

Os direitos humanos das mulheres, seguindo o ponto número 96 incluem o seu direito a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive saúde sexual e reprodutiva, e decidir livremente com respeito a essas questões livres de coerção, discriminação e violência (ONU, 1996, p.78).

Esta “nova” concepção, que já tem duas décadas, parte “de uma perspectiva de igualdade e equidade nas relações pessoais e sociais e uma ampliação das obrigações do Estado na promoção e implementação desses direitos” (VENTURA, 2002, p.14). Estes dão a mulher o poder de decidir, sem discriminação, coerção e violências, a redução de número de filhos e intervalo entre seus nascimentos, o acesso e meio para o exercício seguro da reprodução e da sexualidade, o direito sobre o próprio corpo, dentre outros. Conseqüentemente, defende direitos que são individuais e sociais, ao mesmo tempo em que defende a necessidade de se buscar o pleno exercício da sexualidade e da reprodução.

Contudo, no Brasil, nesses vinte anos, podemos dizer que pouco se conseguiu caminhar na direção de se efetivar uma pauta sobre o aborto que o ratifica como problema de saúde pública a ser, de fato, enfrentado.

## 3 | A MEDICALIZAÇÃO DO CORPO DA MULHER: GÊNERO E VIOLÊNCIAS

Medicina e poder: estratégias biopolíticas de sujeições, dominações e liberdades... Poder da medicalização! Medicalização: processo sócio-histórico de poderes... (SCHREIBER, 2002, p. 9).

Como nos conta Schreiber (2002), propor a medicalização como perspectiva para se conhecer a histórias dos saberes e das práticas sobre o corpo feminino é

tomar a relação entre medicina e sociedade como problema de relevância científica e política, pois “a história da tomada do corpo feminino pela medicina, conta, nela, outra história” (p. 11).

Sabemos que a mudança de estrutura do saber médico, que data o século XVIII, consistiu em uma nova forma de olhar e falar sobre o corpo e seu funcionamento. Este novo olhar, o corpo da mulher não escapou e, assim, a prática médica incidiu diretamente sobre ele, transformando-o em objeto de saberes e práticas. Neste sentido, dizemos corroborando Martins (2004) que, através dele, “os médicos não só estudaram a especificidade da mulher, a reprodução e as doenças ginecológicas, mas também formularam uma definição de ser social fundada na natureza”. (p.15).

A estrutura da medicina constituída, a partir de deste tempo, propicia um projeto higienista da sociedade com a presença dos médicos como disciplinadores dos corpos. Neste sentido:

Os médicos se apresentam também como legisladores sociais, bem preparados pelo conhecimento científico, e capazes de prescrever as normas adequadas, no que se refere ao comportamento sexual e reprodutivo dos indivíduos. (ROHDEN, 2003, p. 19).

O discurso médico, de caráter higienista, com objetivos sanitários vai delegar à mulher um novo estatuto dentro da família. Ela passará a ser valorizada enquanto mãe e esposa. E os médicos, legisladores de corpos, entram em cena com o intuito de se assegurar que ela não relaxe ou abandone suas funções. Neste jogo de forças, a tecnologia e o poder médico cria uma especialidade que pode dizer da mulher. E, a consequência disto é o ato médico retirando das mulheres o lugar de outras mulheres (de assisti-las nos partos).

O discurso disciplinador do corpo feminino acabou por desqualificar as mulheres como sujeitos detentores de saberes sobre seus próprios corpos. As medidas repressivas em relação ao exercício de sua sexualidade tornavam as mulheres, caso desviassem da natureza, em degeneradas, loucas ou criminosas. Como se pontua: “A mulher não é mulher enquanto não tem filhos” (CESAR, 1924 *apud* VIEIRA, 2002, p. 39).

O fato é que pela “natureza feminina” se explicava não só a função social da mulher, mas também se evidenciava que ela deveria ser considerada um indivíduo incapaz de autonomia, visto a sua capacidade de perverter a sua própria natureza.

O corpo feminino, na medida em que era visto primeiramente como corpo reprodutivo, demandava uma atenção especial (...). As mulheres eram descritas na literatura médica como seres estranhos, capazes de perverter a ordem do mundo em razão de toda essa instabilidade. Ao mesmo tempo, contudo, eram fundamentais para a garantia dessa ordem, em virtude de seu papel como procriadoras. Era dando à luz a novos seres que cumpriram a função de renovar as gerações e conservar humanidade, portanto compreendê-las tornava-se um imperativo. (ROHDEN, 2001, p.226-227).

## 4 | O CONTROLE DOS CORPOS E A NEGAÇÃO DO ACESSO AO ABORTO

Assim como todas as grandes temáticas que trazem a lume a vida e a morte, também o debate em torno do aborto está destinado e nunca adormecer. (GALEOTTI, 2007, p.158).

Embora possamos dizer que o tema do aborto tenha reaparecido com alguma força mais recentemente, não podemos esquecer que ele é, na sociedade brasileira, um fantasma antigo (DEL PRIORI, 2013; 2014).

A historiadora Del Priore (2013; 2014) nos conta que viajantes de passagem no Brasil já notavam a relação da sociedade com o aborto. Relatavam à venda de ervas abortiva pelas ruas das cidades, em um tempo em que mesmo a Igreja tolerava a sua prática. Lembra-nos de uma questão antiga, advinda da filosofia, que trata da diferença entre a concepção e o ingresso da alma no corpo do embrião. O intervalo entre eles dois tempos distintos faziam com que o ato de abortar não fosse adjetivado nem como criminoso e nem como pecado.

Contudo, os seus trabalhos revelam que foi somente a partir de 1830 que surgiram leis contra as aborteiras (normalmente parteiras) que seriam, caso pegas em suas práticas, condenadas a trabalhos forçados, mesmo que tivessem tido consentimento das mulheres para a interrupção da gestação.

Somente bem mais tarde, com o Código Penal da República (1890) que se passou a punir a mãe a fizesse (DEL PRIORI, 2013; 2014). Afinal, “o corpo feminino veio sendo tratado como ameaçador para estabilidade moral e social” (VIEIRA, 2002, p. 25).

Foi no início do século XX que o controle da natalidade se converteu propriamente em questão de interesse público, entrando na mira das autoridades. A ideia de coesão social para fortalecimento da pátria ganhou destaque, juntamente a questão populacional. Assim, a partir da década de 1910, o aborto criminoso passou a chamar atenção, especialmente quando a sociedade não poderia “sancionar o degradante costume” (ROHDEN, 2003, p.67).

Para que as coisas pudessem caminhar nesta perspectiva, as mulheres deveriam ser alvo de controle: deveriam cuidar de seus filhos, entendendo que uma criança é também pertencente ao Estado. “A reprodução e o controle da natalidade vão se tornando temas de interesse público ao mesmo tempo em que se desenvolve uma configuração de ideias e de práticas em torno da valorização na maternidade”. (ROHDEN, 2003, p.21).

Assim, a sociedade deveria expurgar o aborto, tornando-o prática criminosa. Contudo, para que isso pudesse acontecer, necessitava não só de se precisar a diferença entre o mesmo e a contracepção – também alvo de controle. (DEL PRIORI, 2014, p. 144), mas também de se colocar autoridades e médicos juntos novamente.

Médicos teriam autoridade para decidir acerca do aborto, assim como agente indicado para tratar e propor saídas aos delitos relacionados ao processo reprodutivo

da mulher. Eles também seriam os mais aptos a responder se uma mulher grávida poderia prejudicar a ordem social.

Se, em determinado momento de nossa história a prática do aborto estava relacionada apenas com o consentimento da mulher, a partir de 1880, a decisão médica passou a ser soberana. Ponto importante para pensarmos mais adiante, visto que até hoje o que temos é a soberania médica. Ainda passa pela medicina a validação de sua prática nos casos ditos abortos legais.

A partir daí, a ideia de crime e de punição passaram a existir, coexistindo com os “fazedores de anjos”. Afinal, apesar da proibição, eles estavam por toda parte. Situação bem semelhante com a nossa, praticamente dois séculos depois. Contudo, elas revelam que “exatamente a partir do enfoque da condenação que as práticas de controle da natalidade se tornam públicas.” (ROHDEN, 2003, p.17).

Conta-nos Rohden (2003), citando Costa Junior (1911):

Quanto ao aborto provocado, pode ser provocado em duas circunstâncias. A primeira com o fim terapêutico, sob indicação médica, a fim de salvar a vida ameaçada pela gravidez. A segunda, com o fim objeto de simplesmente desvencilhar a mulher de seu próprio produto, sob absurdos pretextos, constituindo o aborto criminoso. Portanto, o motivo ou o fim da provocação do aborto deve ser levado em conta por peritos e autoridades policiais. (p. 72).

Vale lembrar que o vocábulo aborto tem sua origem no latim *arboriri*, que significa separação do sítio adequado (SALOMÃO, 1994 *apud* ROCHA & ANDALAF NETO, 2003, p. 258). Contudo, como estamos vendo, reside na provocação desta separação um debate de caráter político e social.

O que a história brevemente contada nos evidencia é que a proibição ao acesso ao aborto fala de relações de poder. A mulher não é objeto de interesse, exceto naquilo que ela pode ser “usada” por interesses diversos. A gravidez ou o aborto, nesta perspectiva, estão longe de serem planos do âmbito privado, individual. Eles revelam, inclusive, como as “relações de gênero traduzem relações de poder”. (ROHDEN, 2003, p.15).

## **5 | CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL DE HOJE**

Haja ou não uma lei pública que proíba o aborto, sempre a mãe tem o poder de procurá-lo clandestinamente. Uma lei proibitiva o que unicamente consegue é aumentar e consolidar os riscos do aborto clandestino (FORCANO, 1976, p.13).

O aborto no Brasil continua a ser criminalizado e isso faz com que desconheçamos a sua magnitude. Estimamos que o número de abortos clandestinos seja muito maior do que aquele que temos conhecimento, através do sistema público de saúde. Afinal,

só conhecemos uma parcela ínfima dos casos que não deram certo e que levaram as mulheres a recorrerem ao sistema por complicações de abortamento. Práticas inseguras que fizeram das mulheres (novamente) vítimas de um Estado frágil, que as colocam em risco de morrer.

O abortamento (...) representa uma das principais causas de mortalidade materna em nosso País. A curetagem pós-abortamento representa o terceiro procedimento obstétrico mais realizado nas unidades de internação da rede pública de serviços de saúde (BRASIL, 2011).

Vemo-nos diante de alguns fatos que precisamos não recuar: a) mulheres sempre abortaram, abortam e sempre abortarão; b) são exatamente mulheres, cujos abortos ‘não deram certo’ que chegam aos serviços de saúde; c) existem abortos que dão certo e, por isso, deles não sabemos; e d) o aborto revela desigualdade social e racial e as vulnerabilidades específicas que assolam nosso país.

O que demarcar é que devemos dar maior visibilidade o que vem matando as mulheres brasileiras: abortos clandestinos. Mas, sobre a descriminalização do aborto e o seu acesso de forma irrestrita ninguém quer falar. Há até quem alegue que o aborto tornará, caso seja descriminalizado, um tipo de anticoncepcional eficaz para as mulheres das classes sociais menos abastadas.

Discurso tolo, que lança mão de uma ponderação antiga. Afinal, no século passado, já se “temia que procedimentos como esse acabassem por generalizar, escapando do *establishment* médico, tornando a contracepção e o aborto práticas disseminadas entre a população feminina”. (MARTINS, 2004, p. 187).

Embora no século XX essas estratégias se confundissem, torna-se hoje um tanto quanto obsoleto tratá-las do mesmo modo, com todo o avanço de conhecimento que hoje temos. Os avanços da biotecnologia nos possibilitam até fazer filhos sem relação sexual, nos permitem mexer em todo o processo de concepção/contracepção.

O que é importante é que aborto fazia parte de um contínuo de práticas de controle de natalidade e constituía um recurso usado pelas mulheres (ROHDEN, 2003, p.30), naquele tempo, mas não só pelas mulheres pobres ou “mundanas”.

As mulheres sempre lançaram mão do aborto e a questão sempre residiu no acesso. Enquanto as mulheres pobres eram expostas a práticas clandestinas e inseguras, tornando-se criminosas, as ricas tinham seus médicos (os mesmos médicos) como aliados, que resguardavam seus “crimes” sob a alegação do sigilo profissional.

Quase cem anos depois, pouca coisa mudou em nosso país. Apenas as mulheres pobres, em sua maioria, negras, se expõem em situações inseguras. As mulheres de classes mais abastadas fazem abortos, mesmo que clandestinos, em melhores condições. Diria que são clandestinos, mas, nem por isso, tão inseguros. A primeira é adjetivada pela sociedade de criminosa, enquanto a segunda fica sem qualquer

adjetivo, pois, ‘ninguém sabe, ninguém viu’.

No Brasil, sua prática se traduz numa inequívoca expressão das desigualdades sociais, pois embora compartilhem a mesma situação ante a legalidade da intervenção, as mulheres percorrem distintas trajetórias, com uma minoria delas podendo arcar com os custos de um abortamento rápido, seguro e sem riscos. A maior parcela da população feminina recorre a várias estratégias inseguras que frequentemente se complicam e acarretam mortes maternas por abortamento. (MS, 2011, p.10).

Entretanto, o que é importante é podermos ver que são muitas as mulheres que abortam. Mulheres de todos os tipos, simplesmente mulheres. Abortam por motivos diversos, que só podem ser encontrados em suas histórias como sujeitos singulares e não nas vozes de homens poderosos que representam autoridades legislativas e da ciência, que ainda compreendem a descriminalização do aborto como um golpe na base da sociedade, na família – oitocentista, que resiste e insiste apenas em suas fantasias.

Quando se está diante do aborto, não há como não dizermos que vida e morte se encontram intrincadas. Uns evidenciam que a restrição do aborto protege a vida dos fetos; outros se perguntam sobre a vida de quem se protege, tendo em vista que o que vemos é que morrem fetos e mulheres vítimas dos abortos clandestinos.

Para isto, faremos uma breve discussão sobre os avanços que se deram no campo das políticas públicas voltadas à saúde da mulher e aos direitos sexuais e reprodutivos, em especial, a partir da virada para o século XXI.

Vale lembrar que as Conferências acima citadas, realizadas em 1994 e 1995, são marcos fundamentais. Nelas se define o que hoje chamamos de saúde reprodutiva: “um estado de completo bem estar físico, mental e social e não de mera ausência de enfermidade ou doença, em todos os aspectos relacionados com o sistema reprodutivo e suas funções e processos” (MS, 2005, p. 11).

Ressalta-se, ainda, que o Brasil é país signatário dessas conferências, assim como dos tratados internacionais que as antecederam como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (ONU, 1979), a Conferência mundial sobre direitos humanos, realizada em Viena (1993) e a Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (OEA, 1994). Fica evidente que a partir de determinado momento histórico, o direito das mulheres e meninas tornou-se inalienável, integral e indivisível dos direitos universais e a violência de gênero, inclusive gravidez forçada, incompatível com a dignidade e o valor da pessoa humana (Viena, 1993).

Os Direitos Humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constituem uma parte inalienável, integral e indivisível dos Direitos Humanos universais. A participação plena das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural, aos níveis nacional, regional e internacional, bem como a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo, constituem objetivos prioritários da comunidade internacional. A violência baseada no sexo

da pessoa e todas as formas de assédio e exploração sexual, nomeadamente as que resultam de preconceitos culturais e do tráfico internacional, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Isto pode ser alcançado através de medidas de carácter legislativo e da ação nacional e cooperação internacional em áreas tais como o desenvolvimento socioeconômico, a educação, a maternidade segura e os cuidados de saúde, e a assistência social. (Conferência de Viena, 1993).

Contudo, durante boa parte do século XX, no nosso país, as políticas públicas voltadas à mulher eram restritas à gravidez e ao parto. Elas se sustentavam no papel social da mulher como mãe. No entanto, o movimento feminista começou a criticar essa visão reducionista, o que culminou com a inserção de questões que eram consideradas restritas ao âmbito privado no âmbito da saúde pública.

Consequentemente, efeito de lutas, surge o PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, na década de 80, promovendo uma ruptura com a forma como a mulher estava sendo vista pelas nossas políticas públicas voltadas a elas. Ao se propor uma assistência integral amplia-se a forma como se olha para a mulher, ampliando a saúde a outros contextos de sua vida.

Já com a marca de um novo olhar, cerca de duas décadas depois, em 2001, surge uma Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Esta avança bastante ao conseguir incorporar, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção de saúde como princípios norteadores, além de ampliar “as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades”. (MS, 2001, p.5)..

Foi somente em 2005, 20 anos após a IV Conferência Mundial de Mulheres (1995) que surgiu a Norma Técnica sobre a atenção humanizada do abortamento. Esta normatiza a atenção à mulher, visando à garantia de direitos sexuais e reprodutivos e o cumprimento das resoluções da Cúpula do Milênio das Nações Unidas (2000). Nesta Norma, o governo brasileiro reconhece à realidade de que o aborto, realizado em condições inseguras é importante causa de morte materna. (MS, 2005, p.5).

A Cúpula do Milênio definiu que até 2015 haveria uma redução de 75% do número de mortes materna em relação aos índices da década de 90. Ao fim da década de 1990, já estava claro que “em países em que as mulheres têm acesso a serviços seguros, suas probabilidades de morrerem em decorrência de um abortamento realizado com métodos modernos não é maior que uma a cada 100.000 procedimentos” (THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE, 1999, *apud* MS, 2005, p.7).

Embora no Brasil, em termos dos dados, números e legislações os avanços não tenham sido conforme o esperado, o Ministério da Saúde atento a principalidade dos direitos humanos, assim como as demandas dos movimentos feministas, de mulheres e segmentos sociais, publicou nova norma técnica voltada à atenção humanizada no abortamento (2011), que pressupõe o respeito aos princípios fundamentais da bioética: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

Baseia-se também em estimativas importantes como a da OMS que evidencia

que, uma em cada nove, mulheres vão recorrer ao aborto para interromper gestações não desejadas. Essas interrupções são feitas através do uso de diversos meios induzidos pela própria mulher ou realizados de forma insegura (MS, 2011, p.7), independentemente de leis punitivas. Pelo contrário, a Norma revela, com precisão, o seu trágico efeito: o aumento no número de abortos inseguros e mortalidade materna em países em desenvolvimento, sulamericanos, como o Brasil. Revela que no mundo desenvolvido, onde quase todos os países não criminalizam a sua prática, oferecendo às mulheres segurança para interromperem suas gestações, o número de abortos caiu drasticamente.

A questão é porque não (re)pensarmos a lei e o acesso à saúde tendo em vista que o modo como a lei está disposta impede que se coloque em cena a verdadeiro realidade da mulher brasileira? Por que precisamos discutir apenas uma medida que nos ajusta numa forma que já não nos cabe mais?

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

ideias de ordem e desordem, de crime e castigo, são conceitos dinâmicos que se modificam ao longo do tempo, pois expressam processos sociais e não verdades absolutas. (PITANGUY, 2003, p.319)

Características da sociedade, seus valores culturais, suas conjunturas políticas e econômicas, além da dinâmica dos diferentes atores sociais forjam um campo de violências, cujos contornos são traçados por interesses diversos. (PITANGUY, 2003, p. 319). E a história do aborto nos mostra como a questão se articula com as transformações da ciência e das necessidades do Estado.

Ao longo da história do Brasil, vemos as desigualdades e a discriminação, especialmente, contra a mulher, refletidas em leis e práticas que configuram determinadas formas de funcionar. Elas ratificam a prática de violências, salientando que existe um grupo que tem domínio dos recursos econômicos e poder político para definir ordem e desordem. Seria ele, o grupo formado por aqueles que sempre dominaram: homens brancos e ricos.

Isto estava (e ainda está) tão arraigado na sociedade que, até bem pouco tempo, a violência de gênero não ecoava pelo Brasil. A vida da mulher é vista como de menos valor, a exceção de sua condição como procriadora. “Bela, recatada e do lar”, sempre disposta a servir o marido.

A naturalização da desigualdade e a sua legitimação em leis, valores e comportamentos naturais, apoiados em características biológicas, como nos conta Pitanguy (2003), “faz com que nossos legisladores confundam igualdade sociocultural com igualdade biológica” (p. 322).

Entre eles, e também entre gestores e alguns segmentos sociais, há a insistência do enfoque naturalista e cientificista anteriormente forjado, que nos revela a dificuldade em se reconhecer saúde em sua dimensão social. Controlar as mulheres e seus

corpos, por meio de ações e palavras, torna-lhes passivas e incompetentes para decidir sobre si e seus corpos. (OSTERMANN; MENEGUEL; 2012).

A violência de gênero gera vários agravos em saúde e afeta diversos campos de saber e de práticas. Por isso, há de se resgatar as relações existentes entre a mulher e a sociedade. Torná-las sujeitos ativos e protagonistas de suas histórias, autônomas para decidirem aquilo que entendam ser o melhor para elas.

Abortar ou não abortar, certamente, é uma decisão individual, mas dar acesso ao aborto, sem criminalizá-lo, e em condições seguras, é dever de um Estado laico, justo, equânime e capaz de proteger a vida de suas mulheres.

## REFERÊNCIAS.

BERQUÓ, E.. (Org.). **Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

COOK, R.J.; DICKENS, B.M.; FATHALLA, M.F.. **Saúde reprodutiva e direitos humanos: integrando medicina, ética e direito**. Rio de Janeiro: CEPIA, 2004.

DEL PRIORI, M.. **Conversas e histórias de mulher**. São Paulo: Planeta, 2013.

\_\_\_\_\_. **Histórias íntimas**. São Paulo: Planeta, 2014.

FORCANO, B.. **O aborto está em jogo à vida humana**. In: FORCANO, B.; Vargas, J-J.; GUIMARÃES, E.; HÄRING, B.; BÓLEO TOMÉ, J. P.; LEITE, A.. *Aborto é crime?* Editorial Promoção Porto, Portugal, 1976. p. 9-66.

GALEOTTI, G.. **História do Ab( )rto**. Lisboa, Portugal: Edições 70 Ltda, 2003.

MARTINS, A.P.V.. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

Organização das Nações Unidas (ONU). **IV Conferência Mundial de Mulheres**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

OSTERMANN, A. C.; MENEGHEL, S. N.. (Orgs). **Humanização, Gênero, Poder: contribuições dos estudos de fala-em-interação para a atenção à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012.

PITANGUY, J.. **Violência de gênero e saúde – Inserções**. In: BERQUÓ, Elza. (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 319– 338.

ROCHA, M. I. B. da.; ANDALAFT NETO, J.. **A questão do aborto – aspectos clínicos, legislativos e políticos**. In: BERQUÓ, E.. (Org.). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 257 – 218.

ROHDEN, F.. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

\_\_\_\_\_. *A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SCHREIDER, L. B.. Prefácio. In: VIEIRA, E.M.. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. p. 9-15.

VENTURA, M.. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2002.

VIEIRA, E.M.. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

\*\*\*\*\*

## PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À CULTURA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

**Ângela Maria Simão Ribeiro**

Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Licenciatura em Pedagogia, Caruaru - Pernambuco.

**RESUMO:** Este estudo busca refletir sobre a cultura da violência de gênero a partir dos dados dos atendimentos do Ligue 180, tendo como objetivo geral: Compreender como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, e como objetivos específicos: a) Identificar políticas públicas voltadas para enfrentamento à violência contra a mulher; b) Estimar os dados do atual contexto de violência contra a mulher a partir dos dois últimos balanços do Ligue 180 e c) Discutir sobre as práticas educativas feministas como subsídio ao enfrentamento à violência contra a mulher. A pesquisa é de caráter bibliográfico e análise documental, realizada em balanços de serviços prestados pelo Ligue 180, fornecido por órgãos públicos. Pressupomos que por meio de uma pedagogia feminista é possível criar subsídios para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, formando valores e costumes onde seja inaceitável as agressões motivadas por questões de gênero, igualmente tendo consciência que este ato é inadmissível em todas as formas de violência: moral,

patrimonial, física, sexual e psicológica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de gênero, Ligue 180, Pedagogia feminista.

### FEMINIST EDUCATIONAL PRACTICES AS A SUPPORT TO COPE WITH THE CULTURE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN

**ABSTRACT:** This study aims to reflect about the culture of gender-based violence taking as baseline the database from the Ligue 180 (Call 180) service, with the general objective of comprehending how the gender issues, which are inserted on the education, can contribute against the culture of gender-based violence, and as specific objectives: a) To identify public policies that deal with violence against women; b) To estimate the data of the current context of violence against woman from the last two data reports of the Ligue 180 (Call 180); and c) To discuss the feminist educational practices as a support to cope with the violence against women. This is a documentary analysis and bibliographic research, accomplished by the data report provided from Ligue 180 services, and given by the public agency. Assuming that, by the means of a feminist pedagogy, it is possible to create ways to cope with the culture of violence against women, forming social values and habits which is unacceptable the aggressions motivated by gender-based violence, also with the consciousness that this

act is inadmissible in all forms of violence: moral, patrimonial, physical, sexual and psychological.

**KEYWORDS:** Gender-based violence; Ligue 180; Feminist Pedagogy

## INTRODUÇÃO

Analisaremos dados estatísticos da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) registrados na central de atendimento à Mulher que é um serviço do governo federal, criado pela SPM em 2005 para auxiliar e atender mulheres em situação de violência por intermédio do número de utilidade pública – Ligue 180. Estes dados mostram que entre os meses de janeiro e junho de 2016, houve 555.634 (quinhentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e quatro) relatos de violência, comparado ao primeiro semestre do ano anterior, que foram 364.627 (trezentos e sessenta e quatro mil seiscentos e vinte e sete) registros, houve um aumento de 52%.

Observando os dados da SPM, podemos perceber que historicamente a sociedade patriarcal tornou o papel da mulher praticamente invisível, de forma que a relação entre os sexos masculino e feminino sempre foi hierarquizada. Para lutar em favor das mulheres, contestando as opressões e superioridades masculinas, gradativamente foi organizando-se o movimento feminista. Segundo a autora Louro (2014) p.114, feministas que estão apoiadas/os em distintas matrizes conceituais ensaiam diversas vias para o enfrentamento ou a superação das desigualdades de gênero na Educação. Este ato político visa alcançar a igualdade de entre os gêneros, assegurando uma participação ativa das mulheres na sociedade em que vivem, buscando através dos estudos e pesquisas sobre a temática de gênero constatar que não existem diferenças entre homens e mulheres.

Por muito tempo, antes da República, a pretexto de adultério, a Legislação brasileira permitiu os castigos e até mesmo os assassinatos das mulheres praticados por seus cônjuges, “o Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério” (BLAY, 2003, p.87).

Nota-se que diariamente ocorrem atos de violência feminina, seja nos espaços públicos ou domiciliares, assim, faz-se necessário refletir as condutas e costumes culturais diante dessas situações. Com base nestes questionamentos, temos como pergunta investigativa: Como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher?

Tomamos como objetivo geral do estudo: Compreender como as questões de gênero inseridas na educação podem contribuir para o enfrentamento à cultura da violência contra a mulher, e como objetivos específicos: a) Identificar políticas públicas voltadas para enfrentamento à violência contra a mulher; b) Estimar os dados do atual contexto de violência contra a mulher a partir dos dois últimos balanços do Ligue 180

e c) Discutir sobre práticas educativas feministas como subsídio ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Para questionar e investigar o tema proposto foi realizada pesquisa bibliográfica dos materiais já publicados sobre o tema, e também análise documental, efetuada em documentos atuais, como balanços de serviços prestados, pesquisas de opinião e estudos quantitativos, fornecidos em mídia digital por órgãos públicos e privados. Apoiado em Lakatos (2010), investigação por meio de análise documental, estabelece uma técnica bastante relevante na pesquisa qualitativa, pois, será parte complementar das informações já obtidas por meio de outras técnicas de coleta de dados, trazendo novos aspectos para a questão investigativa.

Este trabalho está estruturado em três categorias analíticas, a primeira vai evidenciar algumas das políticas públicas de proteção à mulher, a segunda, mostrar os percentuais impetuosos da sociedade brasileira presentes nos balanços do Ligue 180, e a terceira faz referência às práticas educativas feministas. Partindo dessa premissa construímos nossa reflexão, na qual consideramos este tipo de prática educativa um meio para discussões curriculares sobre gênero, transformando-se em subsídio ao enfrentamento à cultura de violência feminina.

Diante da realidade do Brasil, o Ligue 180 é um elemento significativo que contribui para uma mudança cultural e se suas práticas forem alinhadas com a educação de gênero, teremos resultados consideráveis, uma vez que, os costumes, as práticas e os valores de uma cultura machista e patriarcal vão sendo substituídos pelo respeito nas relações humanas.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

Muito se tem discutido, acerca das políticas públicas voltadas para as mulheres, dentre as quais podemos destacar as de enfrentamento às formas de violência de gênero, visto que, é uma das violações mais evidente no mundo. Colocando em pauta algumas das políticas públicas para enfrentamento à violência contra mulher, frisamos as que tiveram início com a conquista institucional no âmbito Estatal que foi a criação da SPM em 2003.

O Brasil está entre os países com maior percentual de violência de gênero, por exemplo, tratando-se de homicídios femininos, maior número “é cometido por homens, em sua maioria com quem a vítima possui uma relação afetiva, utilizando arma de fogo ou objeto cortante/penetrante e realizado nas próprias residências” (BRASIL, 2013, p.42). Deste modo as funções da SPM frente a este tipo de violência “passam a ter um maior investimento e a política é ampliada no sentido de promover a criação de novos serviços (como o Centro de Referência, as Defensorias da Mulher) e de propor a construção de Redes de Atendimento para a assistência às mulheres em situação de violência” (BRASIL, 2010, p.6).

A Lei nº 11.340/2006 (conhecida por Lei Maria da Penha), em seu Art. 5º, configura violência contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo estes, acontecimentos que perpassam o contexto histórico cultural, ao longo de gerações e classes sociais. Uma das funções da Lei Maria da Penha é penalizar os agressores, “um importante avanço no sentido de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2013, p.42), resultado de batalhas políticas de muitas mulheres durante anos. A sua implementação trouxe maior evidência sobre as ocorrências de violência ao gênero feminino e várias mudanças foram articuladas para aumentar a defesa dos direitos da mulher, como o aumento do rigor das punições ao agressor, e o fornecimento de assistência às vítimas.

Atuando paralelamente com a legislação vigente, existem os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que prestam acolhimento, acompanhamento psicossocial e orientação jurídica às mulheres que tenham sido violentadas no ambiente doméstico e familiar. As ações dos Centros de Referência “devem, além de prestar o acolhimento e atendimento da mulher em situação de violência, monitorar e acompanhar as ações desenvolvidas pelas instituições que compõem a Rede” (BRASIL, 2010, p.15). Implementar políticas públicas que prestam este atendimento à mulher tem um papel fundamental na reconstrução da cidadania das mulheres, bem como, promover a igualdade nas relações de gênero.

Funcionando no campo da jurisdição encontram-se as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), capacitadas com a finalidade de oferecer serviço policial no que se refere à abertura e andamento de inquéritos relacionados às demandas de casos relacionados a estes tipos de abusos. Por sua vez, as atividades das DEAMs “têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2010, p.15). As DEAMs garantem a responsabilização dos agressores, via prestação de atendimento especializado assegurando a concessão da autonomia das mulheres em relação aos seus direitos humanos.

Mais uma Política Nacional de enfrentamento à violência é a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, neste canal de comunicação as vítimas e outras pessoas que tenham conhecimento das agressões, podem realizar denúncias, que serão encaminhadas aos órgãos responsáveis, como consequência, os crimes que antes em sua maioria ficavam impunes, ganham visibilidade pública, adiante falaremos um pouco mais sobre este canal de atendimento.

A mulher em situação de violência de gênero localiza-se subalterna ao homem, o que pode acarretar inúmeros prejuízos em sua vida, que podem ser, físicos, psicológicos, morais e patrimoniais. Por vezes a vítima acaba silenciando-se, seja por medo de ameaças dos agressores ou por vergonha da situação em que se encontra, e para romper com esta cultura machista, faz-se necessário a implementação de

estratégias que vão desde a denúncia até a busca de assistência nessas Redes de atendimento.

## **DADOS DO ATUAL CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DOS DOIS ÚLTIMOS BALANÇOS DO LIGUE 180**

Levando em consideração a grande extensão territorial do Brasil, verificamos que a violência gênero tem vasta proporção em todas as regiões do país, estando presente na vida de milhões de mulheres. Este fenômeno histórico cultural está arraigado no cotidiano da sociedade, a autora Blay (2003) enfatiza que a magnitude das agressões é variável, entretanto, “é mais frequente em países de uma prevacente cultura masculina, e menor em culturas que buscam soluções igualitárias para as diferenças de gênero” (p.87).

Um passo determinante contra esse tipo de violência partiu da articulação de organismos internacionais, depois disso houve maior mobilização a nível mundial em defesa e incentivo do progresso dos direitos femininos. Em 1975 foi realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) o primeiro Dia Internacional da Mulher. Este ato influenciou positivamente outros países, como o Brasil, a pôr em prática várias medidas de políticas públicas com o propósito de prevenir, coibir e punir os responsáveis por essas agressões.

As políticas públicas criadas com o auxílio dos Serviços da SPM vão ganhando força e visibilidade, e além do caráter assistencialista e de combate, faz-se necessário assegurar a realização de ações preventivas a favor dos direitos da mulher, respeitando a igualdade nas relações de gênero. Porém, é necessário estarmos atentos as questões de igualdade, pois, só conseguiremos alcançar a verdadeira igualdade se entendermos que para tal, é preciso atentar para as especificidades de cada pessoa, reconhecendo e respeitando as diferenças.

O Ligue 180, tornou-se um dos principais instrumentos de enfrentamento desta violência no Brasil, posto que, é um serviço nacional e gratuito que contribui no recolhimento de informes de mulheres em situação de vulnerabilidade. Após a criação deste serviço foram realizados quase 5 (cinco) milhões de atendimentos, em um período de dez anos. Estes atendimentos aumentaram progressivamente, nos dados fornecidos pela Central de Atendimento à Mulher (2015), podemos verificar que em seu primeiro ano foram 46.423 (quarenta e seis mil quatrocentos e vinte e três) atendimentos recebidos e em seu décimo ano foram 634.862 (seiscentos e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta e dois).

Os relatos ouvidos pelo Ligue 180 estão subdivididos do seguinte modo: “49,82% corresponderam a de violência física; 30,40% de violência psicológica; 7,33% de violência moral; 2,19% de violência patrimonial; 4,86% de violência sexual; 4,87% de cárcere privado; e 0,53% de tráfico de pessoas” (SPM, 2015, p.3). Os fatos verificados neste canal de comunicação auxiliam o governo a desenvolver melhores políticas

públicas para todas as brasileiras, bem como monitorar os serviços que fazem parte das Redes de atendimento em todo o país.

De acordo com o mesmo balanço do Ligue 180, na maioria dos casos, cerca de 67,36%, dos atos violentos foram cometidos por homens, com os quais as vítimas possui ou possuía algum vínculo afetivo, ou seja, atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Por conseguinte, “quando se trata de relações íntimas, as experiências de violência são vastamente diferenciadas, tanto na forma, na intensidade e na frequência, quanto nos contextos, nos significados e nos impactos que produzem” (SOARES, 2012, p. 192).

Segundo o perfil traçado pela SPM das pessoas que acessaram o serviço do Ligue 180 nos anos 2015 e 2016, mais de 60% das denúncias são feitas pela própria vítima, no entanto, no decorrer dos dez anos da criação do serviço, houve um aumento significativo de relatos realizados por outras pessoas, como por exemplo, vizinhos, parentes, amigos e amigas. Percebemos que “esses dados parecem apontar para um maior envolvimento e sensibilização social de todas e todos na tolerância zero à violência contra as mulheres” (SPM, 2016, p.6), logo, tais atitudes estão demonstrando que a sociedade progressivamente está tornando-se mais consciente sobre sua participação em combate o presente cenário de insegurança.

No que diz respeito à origem geográfica das ligações, mais de 90% são realizadas por pessoas que residem na zona urbana, porém, de acordo com o balanço do Ligue 180 do primeiro semestre de 2016, em comparação ao primeiro semestre de 2015, houve um aumento de 139% na procura dos serviços por parte das pessoas que moram na zona rural. Atribuímos este fato a ampla divulgação dos serviços realizados pela Central de Atendimento à mulher, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação, (rádio, televisão, internet, entre outros).

Com relação à frequência da violência, os números da SPM apontam que “em 39,34% dos casos a violência é diária; e em 32,76%, é semanal. Ou seja, em 71,10% dos casos a violência ocorre com uma frequência muito alta” (SPM, 2016, p.18). Estas informações demandam maior investidora na conscientização das mulheres e nas punições aos agressores, evitando assim a banalização da violência doméstica familiar, do mesmo modo a generalização de uma Justiça incapaz de coibir estes atos violentos.

O serviço prestado pelo Ligue 180 é um instrumento que apoia a Lei Maria da Penha, levando as políticas públicas onde anteriormente havia apenas o silêncio das vítimas e defendendo as mulheres em situação de risco. Além de ouvir os relatos, este serviço acolhe, orienta e encaminha os casos denunciados para acompanhamento especializado.

## PRÁTICAS EDUCATIVAS FEMINISTAS COMO SUBSÍDIO AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Com o início das teorias Pós-críticas do currículo, as relações de gênero dentro do ambiente escolar começaram a serem debatidas, de forma que ainda persiste a necessidade de promover ações educativas que ofereçam subsídios ao enfrentamento à violência de gênero questionando a cultura predominantemente patriarcal. Visando impulsionar tais ações, a Lei Maria da Penha, em seu Art.8º vai propor medidas integradas de prevenção e debate acerca das questões de gênero. No qual estabelece em seu caput que “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais” (BRASIL, 2006).

Ainda sobre as medidas integradas de prevenção, o Art. 8º da lei Maria da Penha de 2006, em seus incisos cinco, oito e nove respectivamente, determina:

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nesse cenário, o movimento feminista aparece para questionar a profunda desigualdade entre homens e mulheres difundida pela cultura patriarcal e por um padrão hegemônico estabelecido pela sociedade. Surge então a necessidade de um processo formativo de caráter pedagógico feminista. O objetivo desta pedagogia feminista é promover uma educação que possibilitasse a autonomia e empoderamento das mulheres.

Segundo o autor Tomaz Tadeu da Silva (2010) p.91, a pedagogia feminista preocupa-se em desenvolver formas de ensino que reflita os valores feministas e que possam formar contradições às práticas educacionais tradicionais que valorizaram a cultura patriarcal. Para mudar esta realidade, a pedagogia feminista propôs a construção de um ambiente de aprendizagem que valorizasse o trabalho coletivo, comunitário e cooperativo, facilitando o desenvolvimento de uma solidariedade feminina, contrapondo-se ao individualismo da educação tradicional.

Neste caso estratégias de intervenção nas políticas educacionais que oferecem subsídios para práticas educativas, ajudam a desenvolver modelos pedagógicos diferentes daqueles carregados de estereótipos de gênero que fomentam as relações de patriarcalismo prevalecente. Diante da grande desigualdade de gênero surgem

inúmeras indagações de como educar meninos e meninas, homens e mulheres que sejam capazes de transformar as relações gênero, eliminando possíveis preconceitos e atitudes machistas em relação às mulheres.

A pedagogia feminista pensada como um novo modelo pedagógico apropriado para subverter as condições de subordinação e desigualdade das mulheres no espaço escolar “vai propor um conjunto de estratégias, procedimentos e disposições que devem romper com as relações hierárquicas presentes nas salas de aulas tradicionais” (LOURO, 2014, p.117). Este tipo de prática pedagógica está incluso na perspectiva das pedagogias emancipatória que tem por finalidade conscientizar e transformar os sujeitos de uma determinada sociedade, subvertendo situações de desigualdade.

Atualmente, o efetivo congresso eleito tem sido o mais conservador dos últimos tempos, o que dificulta a aprovação leis que favoreçam o debate acerca das questões de gênero no âmbito educacional. No entanto, pesquisa realizada em Fevereiro de 2017 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), que tinha como objetivo levantar a opinião dos brasileiros sobre a abordagem de assuntos relacionados à educação sexual e igualdade de gênero nas escolas, onde foram entrevistadas mais de duas mil pessoas, em 143 municípios, revelou que 68% dos entrevistados concordam totalmente que professoras e professores discutam com os alunos sobre igualdade entre homens e mulheres.

Este estudo reforça o entendimento que a autora Louro (2014) revela acerca da compreensão das relações entre homens e mulheres, pois “numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, por meio de uma nova linguagem, na qual o *gênero* será um conceito fundamental” p.25. Debater a igualdade de gêneros contribui ativamente para o empoderamento das mulheres, bem como evidência e questiona os ensinamentos curriculares naturalizados.

Levando em consideração a mesma pesquisa do IBOPE, 78% das pessoas concordam totalmente que professoras e professores informem sobre as leis que punem a violência contra a mulher, reforçando a concepção proposta por Louro (2014) p.21, de que é necessário desconstruir a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas, e que contribuíram para a sua ampla invisibilidade como sujeito. Com isso cresce a necessidade de introduzir a reflexão de gênero desde a infância, modificando positivamente a maneira como as crianças são educadas, tornando a escola um agente transformador.

O ambiente familiar contribui consideravelmente para a reprodução da cultura patriarcal, mas, sem dúvida a escola, mediante a seleção curricular exercer uma parcela ampla na disseminação destes padrões hegemônicos, assim, uma mudança cultural começaria pela reformulação dos currículos escolares, dando ênfase a questões de gênero e sexualidade.

e o controle, a racionalidade e a lógica, a ciência e a técnica, o individualismo e a competição. Todas essas características refletem as experiências e os interesses masculinos, desvalorizando, em troca, as estreitas conexões entre quem conhece e o que é conhecido, a importância das ligações pessoais, a intuição e o pensamento divergente, as artes e a estética, no comunitarismo e a cooperação – características que estão, todas, ligadas às experiências e aos interesses das mulheres (SILVA, 1999, p.94).

Nestas circunstâncias a escola configura-se como parte essencial no processo formativo de crianças jovens inseridos na educação formal, portanto, para contextualizar os conceitos sobre gênero os profissionais da Educação, necessitam estarem capacitados para melhor atender as expectativas da realidade que estamos vivendo.

Em suma existem inúmeros desafios a serem superados com relação às questões de gênero, desse modo, é importante a realização de um trabalho educativo, com estratégias que desestabilizem o padrão machista, lógica que “supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante outro dominado – e essa seria a única e permanente relação entre os dois elementos” (LOURO, 2014, p.37), garantindo assim o respeito às mulheres e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Este é uma das tarefas da sociedade contemporânea, quebrar os estereótipos de gênero onde os homens são mais valorizados que as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de um processo pedagógico mais inclusivo e equitativo corrobora para a humanização dos sujeitos envolvidos na escolarização. Mesmo com a falta de iniciativa governamental em propor medidas educativas de igualdade de gênero, tais parâmetros podem ser implantados na educação formal das escolas, como por exemplo, na inserção de projetos que envolvam a temática e que visam quebrar esses estereótipos.

Além disso, é possível com uma educação feminista tratar as questões de gênero desviando-as de uma perspectiva essencialista na qual biologicamente o sexo é o determinante de certos comportamentos, pois, desessencializar os padrões impostos possibilita a criação de uma sociedade onde estes assuntos sejam explicitados de modo mais democrático. Posto que, não basta apenas criar leis de punição à violência se os valores distorcidos continuam sendo disseminados pela da educação, recomenda-se educar meninas para que saibam identificar uma situação abusiva, e educar meninos para que não sejam abusadores.

Tendo em vista os aspectos observados, é imprescindível que todos se conscientizem sobre a necessidade de práticas educativas feministas que busquem empreender estratégias e conteúdos educativos que englobam a promoção da igualdade gênero. Assim, evita-se a vulnerabilidade a qual a mulher está sujeita devido a noções de masculinidade distorcidas, como força e virilidade, que muitas

vezes contribuem para situações abusivas. Nesse sentido, um discurso conservador e patriarcal impossibilita a inserção e debates sobre as temáticas gênero e sexualidade nas práticas educativas.

## REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Rev. Estudos Avançados. vol.17 no.49, p.87-98. São Paulo Set./Dez. 2003.

BRASIL. **Presidência da República. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. Disponível em: [http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM\\_PNPM\\_2013.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf). Acesso em 18/06/2017.

BRASIL. **Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher>. Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 30 de jun. 2017.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Pesquisa de Opinião Pública. Percepções Sobre Educação Sexual**. Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em 30/06/2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Ed. 7ª, São Paulo, Atlas, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. **As relações de gênero e a pedagogia feminista**. In: Documentos de Identidade. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P.91-97.

SOARES, Bárbara Musumeci. **A conflitualidade conjugal e o paradigma da violência contra a mulher**. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. v. 5, nº 2, p. 191-210, abr/mai/jun 2012.

## RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA

**Jussiara Silva da Costa**

Universidade Potiguar RN - Unp  
Natal-RN

**Polena Valesca de Machado e Silva**

Universidade Potiguar RN - Unp  
Natal-RN

**GENDER RELATIONS IN CHILDHOOD  
EDUCATION: PERCEPTIONS OF TRAINEES  
OF THE COURSE OF PEDAGOGY**

**RESUMO:** Este trabalho tem o objetivo de descrever e problematizar as relações de gênero existentes no contexto escolar. Através de metodologia qualitativa e entrevista semi-estruturada, realizada com estudantes estagiários (as) na educação infantil do curso de Pedagogia, pretendemos saber quais suas reflexões diante das relações de gênero e como eles compreendem a relação. Sabemos que o espaço escolar faz parte da formação dos indivíduos, assim sendo, é um lugar privilegiado para a problematização envolvendo as possíveis consequências que as reproduções de diferenças entre meninos e meninas podem fomentar, em um primeiro momento, no interior da escola e, em seguida, na formação da sociedade de um modo geral. Saber até que ponto a discussão sobre gênero foi abordada durante a formação dos estagiários é vital para uma reflexão do modo como essa temática está sendo tratadas nas IES.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil; relações de gênero; estágio.

**ABSTRACT:** This paper aims to describe and problematize the existing gender relations in the school context. Through qualitative methodology and semi-structured interview, carried out with students trainees in the early childhood education of the Pedagogy course, we intend to know what are their thoughts about gender relations and how they understand the relationship. We know that the school space is part of the formation of individuals, and therefore it is a privileged place for the problematization involving the possible consequences that reproductions of differences between boys and girls can foment, at first, inside the school and, in the formation of society in general. To know the extent of the discussion about gender addressed during the trainee's internship is vital for a reflection on the way in which this issue is being addressed in the IES.

**KEYWORDS:** Childhood education, gender relations, internship

### 1 | INTRODUÇÃO

A feminilidade/masculinidade atribuída as pessoas, na perspectiva social, é uma

construção gradativa, pois dependendo de qual época ou sociedade em que se vive, os atributos do que é ser homem ou mulher podem variar. É através de falas, representações, estímulos e atitudes que são construídas as representações de homens e mulheres. Louro (2013, p. 11) ao falar sobre a composição social dos corpos afirma que:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou não – natural; produzimos e transformamos a natureza e biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura.

Em vista disso, gênero é uma construção cultural, onde, desde o nascimento de uma criança, se é ensinado a forma de como ser homem e mulher. Auad (2006, p. 21) afirma que as relações de gênero correspondem ao conjunto de representações construídas em cada sociedade, ao longo da sua história, para atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos.

A escola, por fazer parte da sociedade e ser um reflexo da mesma, podem acabar reproduzindo estereótipos naturalizados do que é ser homem e mulher. Como por exemplo, as separações de atividades por sexo, muito comum em sala de aula. Esta atitude, é naturalizada, repetida e as vezes não questionada por quem faz parte do contexto escolar, por ser uma herança cultural. Dessa forma, Lins (2016, p. 19) acrescenta que ao pensarmos que “matemática é coisa de menino”, que “menina é mais caprichosa”, enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida das crianças e adolescentes.

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas, que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o socialmente se construiu sobre os sexos (VIERIA, 2013, p. 21).

Salienta-se também, que a escola, surge como um ambiente ideal de diálogo e reflexão sobre as temáticas relacionadas as desigualdades entre homens e mulheres. Auad (2016, p. 56) sustenta que a escola só será uma instituição comprometida com o fomento da solidariedade e desenvolvimento da dignidade quando também estiver comprometida com o termino das desigualdades entre o masculino e o feminino.

A justificativa sobre pesquisar as relações de gênero na Educação Infantil, sob a percepção de estagiários (as) do curso de Pedagogia, se deu como fruto de inquietações e questionamentos referente as estatísticas desiguais entre homens e mulheres na sociedade. Ao passo que, as representações repassadas as crianças sobre como ser homem e mulher, resultará em adultos com comportamentos

específicos. Conforme lembra Auad (2006, p. 19), vale ressaltar que as relações de gênero, do modo como estão organizadas em nossa sociedade, são uma máquina de produzir desigualdades.

Em termos de desenvolvimento, sabe-se que, desde muito cedo, as crianças de ambos os sexos são capazes de categorizar as outras pessoas em dois grupos, o dos homens e o das mulheres, a partir sobretudo, de aspectos exteriores, relacionados com a aparência e com os comportamentos exigidos numa diversidade de situações. Com a idade, e com a interiorização e utilização dos estereótipos de gênero, elas tomam consciência do que é esperado que ambos os grupos se comportem de forma diferente, como se a exibição de condutas distintas fosse inerente à pertença a uma das duas categorias sexuais possíveis (VIEIRA, 2013, p. 95).

Acrescenta-se, também, que esta pesquisa poderá contribuir nas pesquisas de alunos e interessados da área, e servir como base para futuras investigações e demais trabalhos que problematizam as relações de gênero no contexto escolar. Valendo-se que uma vez que um estudo é desenvolvido no espaço escolar, toda a sociedade é beneficiada.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo analisar a compreensão e impressões dos estagiários (as) do curso de Pedagogia sobre as Relações de Gênero na Educação Infantil, valendo-se do fato de que estarão em breve nas escolas exercendo a docência. Como objetivos específicos, questionou-se aos estudantes estagiários (as) sobre a temática Relações de Gênero no contexto escolar e seus interesses sobre a este tema. Além disso, foi detectado se as Relações de Gênero foram abordadas na universidade no período da formação docente.

## 2 | O GÊNERO E SUAS DESIGUALDADES

As Relações de Gênero, fazem parte de uma construção gradativa, onde se classifica e estereotipa as pessoas com características do que é ser masculino ou o que é ser feminino a partir do que a sociedade espera. Louro (1997, p. 23) afirma que tal ótica está dirigida para um processo, para uma construção, e não para algo que existe a priori.

O conceito passa a exigir que se pense no plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 2015, p. 23)

Atribuições e padrões estabelecidos pelo senso comum da sociedade sobre a feminilidade e masculinidade não são exclusivas das características biológicas, existe uma construção social que é ensinada a criança desde seu nascimento, seja de forma natural ou até mesmo através de imposições. As justificativas para as

desigualdades entre homens e mulheres não devem ser isoladamente através das diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, nas formas de representação social. LOURO pondera que não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas.

Quando começamos a considerar as relações de gênero como socialmente construídas, percebemos que uma série de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas corresponde à relação de poder. Essas relações vão ganhando a feição de “naturais” de tanto serem praticadas, contadas, repetidas e recontadas. Tais características são, na verdade, construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo a modo com as relações entre o feminino e o masculino foram engendrados socialmente (AUAD, 2006, p. 19).

Essas construções de gênero, acabam limitando as oportunidades iguais aos sexos, resultando assim, desigualdades nas várias áreas da vida de homens e mulheres.

Urge ainda enfatizar que a igualdade de gênero não deve ser entendida como igualdade de características entre os sexos, nem se deve basear na defesa de que homens e mulheres deverão ser coagidos a fazer as mesmas coisas. Antes, o que move a premência de se utilizarem as lentes de gênero é a defesa de que as pessoas de ambos os sexos deverão ter as mesmas oportunidades para aprender e para explorar desafios, sempre em consonância com as suas potencialidades, apetências e interesses individuais (VIEIRA, 2013, p. 81)

Um exemplo destas desigualdades, no âmbito profissional, de acordo com dados formulados pelo IBGE (2010), indica que independente da área de atuação, as mulheres tendem a receber salários inferiores aos dos homens.

Especificando a área do dado citado acima, na Educação, 83% dos profissionais são mulheres, mas recebem em média 72,1% daquilo que é pago aos homens (27,9% a menos). Já na área de Engenharia, Produção e Construção é aquela com o menor número de trabalhadoras, 21,9%, e elas recebem em média 66,4% do que os homens.

Um outro dado que afirma a desigualdade profissional, segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2012, apesar de ganharem menos, as mulheres brasileiras têm uma jornada de trabalho maior do que os homens, onde 90% delas realizam tarefas domésticas, ao passo que entre os homens o número de 50%. Somando trabalho doméstico e trabalho renumerado, a jornada de trabalho semanal feminina é de 57 horas, enquanto dos homes é de 53 horas.

A dupla jornada está diretamente relacionada às expectativas de gênero que associam a feminilidade ao cuidado com a casa e a família. Essa forma desigual de distribuição de tarefas domésticas é verificada desde a infância onde as meninas tendem a assumir muito mais as atividades em casa do que os meninos. Segundo levantamento da ONG Plan International Brasil, em 2014, lavar louça é atividade realizada por 76,8% das meninas e 12,5% dos meninos.

Em suma, diante das estatísticas expostas acima, que mostram as

desigualdades de gênero na vida adulta, e por fim, uma estatística feita por crianças, é clara a ligação que existe entre o que se é ensinado como natural desde a infância e os números de desigualdade de gênero na vida adulta. Logo, o contexto escolar, por fazer parte da formação integral de seus alunos, é lugar privilegiado para que seja problematizado e refletido sobre relações de gênero.

### **3 | RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERCEPÇÕES DE ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA**

#### **Metodologia**

A análise é qualitativa com uma amostra de 10 estagiários (as), cursando entre 3ª e 7ª série do curso de Pedagogia da Universidade Potiguar – UnP. Natal, RN.

O instrumento de coleta de dados foi questionário com perguntas dirigidas no formulário do office 365º, no qual os dados foram produzidos autonomicamente pelo formulário Online.

#### **Resultados e discursões da pesquisa**

Foram entrevistados (as) 10 estagiários cursando Pedagogia, entre eles (as) 8 mulheres e 2 homens, entre 18 e 38 anos. Vale ressaltar que tínhamos como foco para pesquisa ambos os gênero, homens e mulheres, mas o número de homens estudantes no curso de Pedagogia e com estágio na Educação Infantil é bastante limitado.

No início do questionário foi indagado, em forma de pergunta aberta, se o tema Relações de Gênero decorreu em algum momento da formação docente ou se os entrevistados (as) tinham conhecimento se tal tema seria abordado em algum momento do seu curso de Pedagogia.

Houve algumas respostas afirmando a existência da abordagem das Relações de Gênero na graduação, mas não como disciplina, sim como palestra, trabalho ou algum conteúdo específico. Apenas duas pessoas falaram que não houve de forma nenhuma a discursão do tema. Em uma das respostas, é exposto interesse para que tal problemática seja visto na graduação: “ainda não foi abordada, em disciplinas. É fundamental para a profissão de educadores, gostaria de ter essa formação”.

Quando questionados (as) se o as Relações de Gênero devem ser trabalhadas na formação docente, 7 acreditam que sim, 2 acreditam que não e 1 não soube dizer. Vale evidenciar que durante a pesquisa, foi analisado a grade curricular atual do curso de Pedagogia em que tais entrevistados estudam (Universidade Potiguar – RN). A mesma inaugurou em 2018.1 uma nova estrutura curricular. Essa nova estrutura traz disciplinas específicas a respeito da diversidade, que ajudará os alunos na formação acadêmica sobre a temática e possivelmente sua postura enquanto estagiário e profissionais da educação.

Acreditamos ser na formação docente, que deve ser problematizado temáticas que incluem todo o processo da construção de novos sujeitos. Carvalho (2009, p.14) afirma que cursos de Pedagogia e Licenciatura, em particular, devem se comprometer com práticas pedagógicas que contribuam para erradicar as estruturas de dominação e promover a justiça, liberdade e felicidade na escola e na vida em geral”.

A formação docente e as práticas pedagógicas sensíveis à problemática de gênero atentam para a construção e desconstrução de representações (significados e valores denominados masculinos ou femininos) e sujeitos/identidades de gênero (como ser menino ou menina, mulher ou homem) em diferentes contextos educativos (CARVALHO, 2009, p. 31).

Foi questionado também, qual a opinião dos (as) estagiários (as) sobre a escola ser um ambiente apropriado para problematizar as Relações de Gênero. Dos entrevistados (as), 7 afirmaram que sim e 3 acreditam que não se deve abordar gênero na escola. Carvalho (2009, p. 27) afirma não ser possível transformar a desigualdade e construir a equidade de gênero sem um esforço educacional. Ademais, do ponto de vista da Aaud (2006, p.19)

é vital que as a categoria de gênero seja adotada, por desejar pesquisar aspectos das práticas escolares, especificamente na educação de meninos e meninas, que não seriam percebidos sem essa apropriação. Trata-se de contribuir para um questionamento nos fundamentos dos estudos sobre educação, ao se tomar como base as relações de gênero.

Ao perguntar se na escola onde exercem seus estágios, existem separação das crianças por sexo nas atividades pedagógicas e de recreação, evidenciou-se que, na sua maioria, as crianças não são estimuladas a fazerem atividades separadas por sexo. Do mesmo modo, não receberam orientação de seus superiores para que tal prática fosse feita.

Nesta questão, foi relatado que as divisões existentes nas atividades e brincadeiras são de forma autônomas e que as crianças já chegam o ambiente escolar com práticas inseridas fora da escola. Assim como foi detectado a opinião de alguns entrevistados sobre o tema:

*“Pelo professor as crianças não são separadas, mas as próprias crianças se separam. Exemplo, quando peço para as crianças escolherem uma cor para pintar e um menina pega a cor rosa, geralmente os outros meninos dizem que é cor de menina porque o pai tinha dito que não podia rosa”*

*“Não vejo problemas entre meninos com brinquedo de menina e vice-versa, mas acredito que pra tudo existe limite. As vezes a maldade está em que vê”*

Finalizando o questionário, foi indagado aos estagiários (as) se meninos e meninas devem brincar e fazer suas atividades pedagógicas independente do sexo, ou se deve haver separação. Todos afirmaram que não deve existir separação nas atividades, brincadeiras e estímulos e expuseram suas opiniões: *“Acredito que eles*

*devem brincar livremente”, “Impedir um menino de brincar de boneca, pode-se perder no futuro um grande chefe de cozinha ou excelente um pai. Ou não”. “Independente do sexo a criança precisa de estímulos que a tragam possibilidades em muitos momentos. O adulto quando educador não percebe ou deixa acontecer separações entre atividades por motivos de sexo e gênero. Creio que eu não posso começar uma carreira como educador enquanto não me desconstruir para desconstruir os ambientes onde estiver atuando”. Vale ressaltar que em uma das respostas, é exposto uma inquietação sobre os “limites”: “Acredito que existe um limite, sabendo respeitar o espaço de cada um”.*

#### 4 | CONSIDERAÇÕES

A partir de uma pequena amostragem, o trabalho teve como objetivo pontuar percepções dos estagiários do curso de Pedagogia sobre as relações de Gênero na Educação Infantil.

Detectamos que há um interesse dos estagiários (as) referente às relações de Gênero. Embora em pequena amostragem, pudemos perceber um consenso de que é importante problematizar as questões de gênero, apesar de que os resultados também mostram, mesmo em pequena escala, que alguns estagiários (as) entenderam não ser importante e ou relevante abordar a temática na graduação e nem no campo de estágio.

Verificamos que a temática foi abordada na universidade no período da formação docente de forma transversal, por meio de temáticas secundárias e não por disciplinas específicas.

É importante ressaltar que o curso de pedagogia da Universidade Potiguar-RN inaugurou em 2018.1 uma nova estrutura curricular. Essa nova estrutura traz disciplinas específicas a respeito da diversidade, que ajudará os alunos na formação acadêmica sobre a temática e possivelmente sua postura enquanto estagiário e profissionais da educação.

É necessário compreender que meninos e meninas devem ter as mesmas possibilidades, os mesmos estímulos, os mesmos incentivos. Desfazer a ideia de que homens e mulheres nasceram para atividades distintas.

#### REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. Editora Contexto, 2006.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Inclusão da perspectiva de gênero na educação e na formação docente**. In *Discutindo relações de gênero na escola: Reflexões e propostas para a ação docente*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2009.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**. Revira volta. São Paulo, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes; WEEKS, Jeffrey; BRITZMAN, Déborah; HOOKS, Bell; PARKER, Richard; BUTLER, Judith. (Orgs.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 7-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª Edição. Petrópolis: vozes, 1997.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito. Diferenças, igualdade**. São Paulo: **Berlendis & Vertecchia**, p. 118-146. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. Coleção Sociedade em Foco. São Paulo, Berlendis e Vertecchia Editores, 2009.

VIEIRA, C. **Crescer sem discriminações. Perscrutando e combatendo estereótipos de gênero nas práticas familiares e escolares**. In Formação docente em gênero e sexualidade. Entrelaçando teorias, políticas e práticas, p. 65-91, 2013.

## **ANEXO: QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA**

### **RELAÇÕES DE GÊNERO NA EI: PERCEPÇÃO DOS (AS) ESTAGIÁRIOS (AS) DO CURSO DE PEDAGOGIA**

\*Essa pesquisa faz parte de estudos acadêmicos realizados pela aluna Jussiara Silva da 3ª série de Pedagogia da Universidade Potiguar. Desde já agradeço a colaboração de todos os estagiários interessados em contribuir e ressalto que não será necessário a identificação do participante.

01. Sexo

Feminino: 08

Masculino: 02

02. Idade

Entre 18 e 28 anos: 08

Entre 29 e 38 anos: 02

03. Qual série do curso de Pedagogia você está cursando?

3ª série: 06

4ª série: 0

5ª série: 03

6ª série: 0

7ª série: 01

04. Você está estagiando em escola pública ou privada?

Pública: 06

Privada: 02

05. Qual a função no seu estágio?

Auxiliar em sala de aula: 06

Auxiliar com crianças com necessidades especiais: 02

Outros:02

06. Seu estágio é em qual etapa da Educação Infantil?

Berçário: 01

Maternal: 01

Educação Infantil: 08

07. A temática gênero foi ou será abordada em algum momento na sua graduação?

De qual forma? Como uma disciplina ou como conteúdo de alguma outra?

- *Ainda não em forma direta, mas creio que sim.*

- *Ainda não de forma direta.*

- *Foi, como conteúdo.*

- *Conteúdo de alguma outra disciplina.*

- *Ainda não foi usada.*

- *A temática foi usada por meio de uma matéria. Mais especificamente num trabalho apresentado.*

- *Ainda não foi abordada.*

- *Na minha graduação ela foi abordada na forma de conteúdo, falando sobre gênero na idade média, e como essas pessoas eram tratadas pela sociedade e seus preconceitos.*

- *Ainda não foi abordada, em disciplinas. É Fundamental para a profissão de educadores, gostaria de ter essa formação.*

- *Não foi abordado como disciplina. Apenas em palestras.*

08. Em sua opinião, se deve abordar as relações de gênero na formação docente?

Sim: 07

Não: 02

Não sei dizer: 01

09. Na sua opinião, a escola é um espaço apropriado para problematizar as relações de gênero?

Sim: 07

Não: 03

10. Para você, o que os estudos de gênero abordam?

- As relações entre homens e mulheres: 07
- Orientação sobre sexualidade: 03
- Não sei dizer

11. Já teve interesse na temática relações de gênero?

Sim: 07

Não: 03

12. As crianças, em seu estágio, são separadas durante as atividades pedagógicas e recreação por sexo? Meninos e meninas?

Sim: 01

Não: 09

13. Espaço aberto para comentário sobre a questão anterior.

- *Não problemas entre meninos com brinquedos de menina e vice-versa, mas acredito que pra tudo exista limite. As vezes a maldade está em quem vê.*

- *Pelo professor as crianças não seriam separadas, mas as próprias crianças se separam. Exemplo, quando peço para as crianças escolherem uma cor para pintar e um menino pega a cor rosa, geralmente os outros meninos deixem que é cor de menina porque o pai dele tinha dito que não podia usar rosa.*

- *As atividades do cmei são todas elaboradas cuidadosamente para que não haja separação, porém percebe-se que alguns educadores ainda não estão preparados, talvez por princípios próprios, a seguir o planejamento na sua totalidade.*

- *Onde faço estágio não se tem separação entre meninos e meninas.*

14. No seu estágio, em algum momento, você recebeu alguma orientação (professor (a) ou da gestão) sobre como agir em relação as divisões ou não, de atividades e brincadeiras, entre meninos e meninas?

Sim: 04

Não: 06

15. Espaço aberto para comentário sobre a questão anterior.

- *A professora me disse que as crianças tinham autonomia de escolher o grupo, e que não pra fazer a divisão entre menino x menina.*

- *Nunca recebi orientações sobre esse tema no estágio.*

- *Na escola onde eu dou meu estágio, a orientação foi de não separar os alunos por gênero, e se aluno ou aluna, quer participar da brincadeira ou atividade em grupo.*

16. Em seu estágio, você acredita que meninos e meninas recebem os mesmos estímulos (cognitivos, motores, etc)?

Sim: 06

Não:04

17. Espaço aberto para comentário sobre a questão anterior.

- *Sim, inclusive desde as atividades, jogos e brincadeiras.*

- *Acredito que sim, pois como as atividades e as brincadeiras são realizadas da mesma forma para todos, então todos são estimulados igualmente.*

- *Sim recebem, pois as atividades são feitas para todos e não são separadas por gêneros.*

- *O tratamento para ambos os gêneros são o mesmo.*

18. Você já presenciou, no estágio, alguma situação que envolvesse as relações de gênero (meninos e meninas)? Se sim, pode contar? Qual sua opinião?

- *Não*

- *Não*

- *Um menino tinha o cabelo grande e tinha outra criança que o chamava de “ela” e o reconhecia como menina apenas por ele ter o cabelo grande. A experiência que estou tendo é que na escola que estou não faz essa separação de menina x menino, mas as crianças já vem agregadas com esse valor de rosa de menina, bola é de menino, pois os próprios pais já dizem isso a eles.*

- *Sim. Uma certa educadora, desenvolveu uma atividade no parque, na qual se constituía em: meninas nas casinha com suas bonecas e meninos no futebol. Se algum menino se aproximasse, ela mandava que saísse e fosse jogar bola.*

- *Não*

- *Nas atividades geralmente eles brincam livre. Como por exemplo, vejo meninas jogando futebol junto aos meninos e isso é algo normal.*

- *Não*

- *Não*

- *Brinquedos rosa, de utensílios do lar e bonecas só para meninas. Carrinhos e ferramentas ou bolas só para meninos em alguns momentos.*

- *Sim. Meninas brincando de bonecas por enquanto que meninos não podem brincar de boneca.*

19. Você acredita que meninos e meninas devem brincar ou fazer atividades livremente, independente do sexo? Ou deve-se existir sim uma separação? Pode nos falar sua opinião?

- *Devem brincar e fazer suas atividades livremente dentro do limite, sem extremos.*

- *Acredito que exista um limite, sabendo respeitar o espaço de cada um.*

- *Brincadeiras iguais, elas podem escolher o que quiserem.*

- *Meninos e meninas podem e devem brincar juntos do que quiser. Na educação*

*infantil, existe o fazer pedagógico em tudo. Impedir um menino de brincar com um fogãozinho ou de cuidar da boneca, pode-se perder no futuro um grande chefe de cozinha ou excelente pai. Ou não.*

*- Acredito que eles podem brincar livremente.*

*- Sim. Por que menina não pode brincar de carro com meninos? Se quando maior, a mulher pode ter seu próprio carro...*

*- As atividades devem acontecer livremente, pois o que importa é a criatividade da criança, além da diversão.*

*- Sim, as brincadeiras quando ambos os gêneros participam o professor consegue quebrar esse dilema, que existe brincadeiras para meninos e outras para meninas, nós podemos envolver melhor toda a turma para quebrar alguns tipos de preconceitos.*

*- Independente do sexo a criança precisa de estímulos que a tragam possibilidades de aprendizado e expressão livre, infelizmente em muitos momentos o adulto quando educador não percebe ou deixa acontecer separações entre as atividades por motivos de sexo e gênero. Creio que não posso começar uma carreira como educador enquanto não me desconstruir para desconstruir os ambientes onde estiver atuando.*

*- Não deve existir separação.*

## DISCUSSÕES ACERCA DO DISCURSO MIDIÁTICO CONTEMPORÂNEO: A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

**Suélem do Sacramento Costa de Moraes**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Pelotas,  
Pelotas-RS

**Bárbara Hees Garré**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia Sul-rio-grandense Câmpus Pelotas,  
Pelotas-RS

**RESUMO:** Esse trabalho situa-se em problematizar algumas discursividades que circulam na mídia contemporânea e que fabricam o que parece ser o modelo estético vigente na atualidade, onde os corpos “devem” ser *magros*. Compreende-se que os corpos dos sujeitos são produzidos pelas e nas relações de poder em que estão engendrados. Toma-se como *corpus* empírico as reportagens da seção “Dieta” de alguns exemplares das edições semanais da revista *AnaMaria*, que é uma mídia impressa que operacionaliza um processo de subjetivação que funciona de um modo sutil e convidativo. Compreende-se a mídia como uma pedagogia cultural, que educa e fabrica sujeitos para além da escola. O referencial teórico e metodológico da pesquisa são alguns conceitos do filósofo Michel Foucault utilizados como ferramentas de análise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de poder; Corpo; Discurso midiático.

DISCUSSIONS ON THE CONTEMPORARY  
MEDIA DISCOURSE: THE FABRICATION  
OF THE SLIM BODY IN THE ANAMARIA  
MAGAZINE

**ABSTRACT:** This work aims to discuss some discursivities that circulate in the contemporary media, which fabricate what seems to be the aesthetic model currently standing in society, in which bodies “must” be slim. Subjects’ bodies are understood to be produced by and within the power relations in which they are inserted. The empirical corpus of this research was composed of articles from the Dieting section of *AnaMaria*, a magazine published in print on a weekly basis that operates via a subtle and inviting subjectivation process. The media is understood as a cultural pedagogy, that teaches and fabricates subjects beyond the schooling context. The theoretical and methodological framework for this research was composed of concepts by the philosopher Michel Foucault, which were taken as analytical tools.

**KEYWORDS:** Power relations; Body; Media discourse.

### 1 | ANÚNCIOS INICIAIS

O texto aqui apresentado é um recorte de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado concluída em 2018, pelo do Programa de Pós-

Graduação em Educação, na linha de pesquisa Políticas e Práticas de Formação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, intitulada “O emagrecimento em discurso: Tensionamentos sobre a fabricação do corpo magro na revista *AnaMaria*”. A investigação tem como objetivo problematizar alguns ditos hegemônicos que circulam na mídia em geral, mas especialmente na revista *AnaMaria*, e que subjetivam os sujeitos para que persigam, o que parece ser o padrão estético vigente, que é um corpo *magro*.

Organizamos este material em seções. Primeiramente apresentamos as motivações para a elaboração do trabalho, onde anunciamos o objetivo e o problema de pesquisa, bem como algumas pistas metodológicas. Logo a seguir empreendemos na articulação da nossa temática com alguns conceitos potentes do filósofo francês Michel Foucault. Em seguida, apresentamos nosso material empírico, bem como uma breve análise de algumas recorrências discursivas destacadas nos exemplares da revista *AnaMaria* e por fim, trazemos algumas considerações.

Neste estudo objetivamos problematizar algumas discursividades que circulam na mídia contemporânea e que fabricam o que parece ser o modelo estético vigente na atualidade, onde os corpos “devem” ser *magros*. Este trabalho está situado em uma vertente pós-estruturalista, no campo dos Estudos Culturais e tem como referencial teórico e metodológico alguns conceitos do filósofo francês Michel Foucault, os quais utilizamos como ferramentas analíticas.

Desse modo, com essa investigação intentamos compreender quais os efeitos que algumas fabricações discursivas produzem e que, muitas vezes, nos capturam para viver de um modo e não de outro. Muitas discursividades carregadas de significações subjetivantes sobre vários assuntos são propagadas rapidamente pela e na mídia e, nessa perspectiva, temos observado a existência de um discurso de *emagrecimento* sendo reverberado. Assim, nos debruçamos em nossa pesquisa na tentativa de compreender de que modo a mídia contemporânea participa da fabricação de um discurso de *emagrecimento*.

Na correnteza de alguns autores do campo dos Estudos Culturais, entende-se a mídia como uma pedagogia cultural, que produz sujeitos e subjetividades. Desse modo, “o conceito de pedagogias culturais tem sido uma ferramenta importante para que pesquisadores articulem cultura, educação e comunicação em estudos que visam problematizar a fabricação de sujeitos do tempo presente” (COSTA e ANDRADE, 2015, p.7). Assim, é também através dos artefatos midiáticos que aprendemos sobre diferentes assuntos que atravessam nossas vidas.

## **2 | ALGUNS CONCEITOS/FERRAMENTAS QUE POTENCIALIZAM A DISCUSSÃO**

Como já apontamos na primeira seção, nosso objetivo de pesquisa é problematizar alguns ditos hegemônicos que versam sobre o *emagrecimento* e que nos incitam a

adotar em nossas rotinas, práticas que promovam a obtenção de um corpo *magro*. Tais discursividades estão nos mais diversos ambientes que frequentamos e nos interpelam de um modo muito sutil, porém eficaz. Nessa perspectiva, compreendemos a necessidade de nos debruçarmos sobre alguns conceitos deixados pelo filósofo francês Michel Foucault, para a análise do nosso material empírico. Como o próprio Foucault (2006a) sugere, tomamos alguns de seus conceitos como se fossem uma caixa de ferramentas, e desta caixa nos servimos daqueles dos quais necessitamos para elaborarmos nossas articulações e problematizações.

Para começar, é importante assumirmos o conceito de discurso a partir de Michel Foucault (1999). Para ele tudo aquilo que é da ordem do visível e do enunciável é discurso. Assim, alguns ditos reverberam na sociedade, em um dado momento histórico e provocam efeitos de verdade, tais efeitos são, muitas vezes, assumidos pelos sujeitos e funcionam como verdadeiros. Além disso, é importante considerarmos que conforme Gomes (2003) a mídia produz a realidade. Desse modo, os discursos que circulam pela e na mídia fabricam o mundo em que vivemos.

Além disso, importante situar que nessa pesquisa compreendemos que somos sujeitos produzidos e fabricados não apenas pelos discursos que por nós perpassam, mas também pelas e nas relações de poder em que estamos engendrados. O poder “está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] não é uma instituição nem uma estrutura [...] é o nome dado a uma situação estratégia complexa numa sociedade determinada.” (FOUCAULT, 2017, p. 101). Nessa perspectiva, ocupamos diferentes posições de sujeito de uma engrenagem social que funciona constantemente. Compreendendo que para Foucault (1995), o conceito de sujeito pode ter dois significados: sujeito a outra pessoa ou sujeito a si mesmo, porém, nos dois sentidos vivemos subjetivados pelas e nas relações de poder. Assim, nós somos sujeitos fabricados, inventados e não estamos presos a uma identidade fixa, pois somos produzidos cultural e historicamente.

Importante também demarcar que nessa investigação interessa compreender como temos nossos corpos subjetivados de tal forma que acabamos incitados a perseguir um modo de ser que nos oportunize vivenciar a *magreza*. Segundo Oksala (2011) nossos corpos são esculpidos pelas nossas rotinas, são deturpados pelo que nos alimentamos e pelos princípios que seguimos. Nessa correnteza, tendo em vista que nosso corpo é moldado e esculpido no seio da sociedade, vimos percebendo que existe na contemporaneidade uma espécie de padronização estética, que também é construída discursiva e culturalmente.

Desse modo, somos interpelados das mais diversas formas por algumas discursividades e acabamos subjetivados a perseguir a conquista ou a manutenção de um corpo *magro*. Compreendemos que quando somos incitados a viver de um modo, quando somos interpelados pelas redes discursivas, as relações de poder estão se exercendo e nessa correnteza, atuando como uma forma de governo dos nossos corpos.

### 3 | A FABRICAÇÃO DO CORPO MAGRO NA REVISTA ANAMARIA

Tomamos como *corpus* empírico desta pesquisa as reportagens da seção “Dieta” de alguns exemplares das edições semanais da revista *AnaMaria*. Essa mídia impressa é um artefato midiático bastante emblemático, que atinge um grande público, predominantemente feminino. *AnaMaria* é facilmente encontrada nos mais diversos ambientes, tais como supermercados, lojas de conveniências, padarias, bancas de revistas, salas de esperas de consultórios médicos, de salões de beleza, entre outros. Além disso, existe uma estratégia visual interessante operacionalizada nas capas das suas edições semanais da mídia, que é a existência de uma tarja amarela situada no lado direito e na parte superior fazendo um chamamento para a leitura da matéria da seção “Dieta”.

Compreendemos que essa tarja amarela não está ali por acaso, por isso, traçamos uma analogia com as cores do semáforo, equipamento que orienta o trânsito rodoviário por meio de lanternas luminosas. Nessa perspectiva, o sinal amarelo significa “atenção”, no trânsito, quando nos deparamos com o amarelo, diminuimos a velocidade do veículo e prestamos atenção, pois rapidamente o sinal mudará para vermelho e deveremos parar o carro. Desse modo, nos parece que o amarelo da tarja esteja ali naquele local de destaque na revista *AnaMaria* bem por essa razão, para que olhemos e prestemos atenção, para que diminuamos a velocidade e atentemos à chamada da matéria que versa sobre um discurso de *emagrecimento*.

A revista *AnaMaria* é bastante prescritiva em suas diferentes abordagens e nela encontramos diversas temáticas femininas que ensinam modos de ser e de viver para quem consome os conteúdos ali veiculados. O termo manual “caracteriza-se, em geral, pelo predomínio do discurso instrucional e didático, em que as orientações são dadas usando-se o imperativo, o infinitivo, sempre numa interlocução direta com o leitor” (COSTA, 2008, p. 131). Dessa forma, a revista *AnaMaria* dialoga com as suas leitoras podendo ser considerada uma espécie de manual de comportamento da mulher contemporânea. Abaixo apresentamos algumas capas da revista.



Ilustrações de capas da revista AnaMaria

Compreendemos que o teor da revista está muito além do foco desta pesquisa, no entanto, semanalmente encontramos algumas discursividades que incitam as leitoras para que vivam um modo de ser pautado em práticas que corroborem para a aquisição e/ou manutenção de um corpo *magro*. Nas edições semanais da *AnaMaria*, temos nos inquietado com a recorrência de um discurso de *emagrecimento*, que é constantemente reafirmado objetivando as leitoras a adotarem em suas rotinas práticas que oportunizem viver um modo de ser *magro*.

Observamos duas recorrências discursivas nas reportagens analisadas. Uma delas é a fabricação de um discurso de *emagrecimento* vinculado a um discurso científico legitimado por profissionais da área da saúde. As leitoras são incentivadas a adotar algumas rotinas visando a aquisição de um corpo *magro* e saudável. Para tanto, alguns profissionais são convocados a fazer a interlocução, ratificando os ditos da revista. Importante demarcar que compreendemos nessa pesquisa que o conceito de saúde é uma fabricação discursiva, e que existe um discurso científico, também fabricado, que é autorizado a ser proferido por alguns e não por outros, construindo também a episteme em que vivemos.

Destacamos uma enunciação em que é chamada para a discussão a voz autorizada a prescrever uma forma dita correta de nos alimentarmos, que é a da nutricionista. “Segundo J. P., nutricionista do H. R. D., é interessante ingerir alimentos que dão saciedade, para que nas refeições seguintes você não esteja com vontade de comer tudo.” (*AnaMaria*, Dezembro de 2017, p. 25). Vemos que existe o profissional proferindo um discurso científico acerca do *emagrecimento*. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1999, p. 9). Percebemos, assim, que a voz da ciência é solicitada para dar autenticidade a uma dita verdade, que na perspectiva da reportagem está relacionada ao corpo *magro* e saudável.

Observamos uma segunda recorrência que está situada em um forte apelo para a consciência dos indivíduos, que autorregulados, tendem a responder a uma urgência contemporânea que versa sobre o *emagrecimento* dos seus corpos. Esse discurso é colocado em funcionamento a partir de tecnologias disciplinares de auto disciplinamento. Extraímos as seguintes enunciações da revista para dar visibilidade ao que estamos problematizando: “Açúcar e gordura viciam. Sim, eles possuem um mecanismo viciante: quanto mais se come, mais se quer. Por isso, diminua o consumo e reedue o paladar a gostar do sabor menos doce.” (*AnaMaria*, Junho de 2017, p. 16). “Coma de acordo com os sinais de fome e saciedade. Não é complicado: a barriga começa a roncar, começamos a pensar mais em comida, podemos experimentar certa tontura... O corpo fala.” (*AnaMaria*, Novembro de 2017, p. 22). “Você pode comer tudo! Veja como a culpa sabotou sua dieta.” (*AnaMaria*, Novembro de 2017, capa).

Aqui vemos estratégias de poder funcionando visando conduzir de algum modo nossas condutas e corroborando na regulação dos nossos corpos. Em poder-corpo,

Michel Foucault (2006b) trata de um poder “que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzeado!’” (FOUCAULT, 2006b, p. 147). Então, nos remetemos a pensar sobre nosso cotidiano e em quanto estamos o tempo todo capturados por alguma estratégia que nos disciplina, nos controla, nos subjuga e nos torna assujeitados a nós mesmos.

Com essas análises objetivamos pensar sobre o quanto as tecnologias de poder funcionam e nos interpelam a partir da mídia contemporânea, nos subjetivando a que vivamos de um modo e não de outro. Por isso, nesse estudo, pretendemos olhar com desconfiança não só para o nosso material empírico, mas também para os mais diversos ambientes por onde transitamos, colocando sob suspeita o absolutismo das certezas.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As problematizações elaboradas ao longo dessa pesquisa não pretendem apresentar respostas, elas foram lançadas para pensarmos no quanto as tecnologias de poder funcionam e nos capturam para que vivamos de uma forma e não de outra. Importante ressaltar que não estamos aqui julgando o mérito de quaisquer práticas, se elas são certas ou erradas. O que colocamos sob suspeita é a hegemonia de tais discursos que versam sobre o *emagrecimento* e nos convidam a viver determinadas experiências.

Desse modo, entendemos a relevância de tensionarmos a existência de uma produção discursiva que funciona como verdadeira e que constitui alguns ditos hegemônicos. Com essa pesquisa intentamos pensar sobre nossas escolhas, compreendendo que somos sujeitos subjetivados/subjetivantes, produzidos pelos discursos que por nós perpassam e engendrados nas relações de poder/saber, que fabricam as estruturas sociais em que vivemos.

#### REFERÊNCIAS

COSTA, Marisa Vorraber e ANDRADE, Paula Deporte, de. **Na produtiva confluência entre educação e comunicação, as pedagogias culturais contemporâneas**. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/32242>>. Acesso em 22 ago 2017.

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O Sujeito e o Poder**. Apêndice da 2ª Edição. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In.: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 5ª Edição. São Paulo. Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dos suplícios às celas**. In.: POL-DROIT, Roger. Michel Foucault: Entrevistas. São Paulo: Graal, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Poder-corpo**. FOUCAULT, Michel. In.: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 22ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2006b. p. 145-152.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 5ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Graal, 2017.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2003.

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2011.

REVISTA **AnaMaria**. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1077, 02 de Junho de 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1104, 08 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. São Paulo. Editora Caras. Ed. 1107, 29 de Dezembro de 2017.

## SEXUALIDADE E ESCOLA: O DESENVOLVIMENTO DA SEXUALIDADE INFANTIL A PARTIR DA PSICANÁLISE

**Jaqueline Tubin Fieira**

UNISEP, Francisco Beltrão - PR

**Franciele Lorenzi**

UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR

**Giseli Monteiro Gagliotto**

UNIOESTE, Francisco Beltrão - PR

### SEXUALITY AND SCHOOL: THE DEVELOPMENT OF CHILD SEXUALITY FROM PSYCHOANALYSIS

**ABSTRACT:** This article is a result of the Master's Degree in Education research, of the stricto sensu postgraduate program, at UNIOESTE - Francisco Beltrão. The purpose of this paper is to discuss, theoretically, the history of infantile sexuality in order to raise the contradictions, limitations and possibilities in relation to the psychosexual development and to present how the discussions are configured in the school spaces. We start from a bibliographical review of the studies of Freud (1996, 1997 and 2002) and classical psychoanalytic theory. Based on research in the Field of Human Sciences, we seek to overcome the biological view of sexuality and point out the political, economic and cultural dimensions of an emancipatory Sexual Education.

**KEYWORDS:** Sexuality; Psychoanalysis; psychosexual development; schooling.

**RESUMO:** O presente artigo é resultado das pesquisas de Mestrado em Educação, do programa de pós - graduação stricto sensu, da UNIOESTE – campus de Francisco Beltrão. O objetivo deste trabalho é discutir teoricamente, a história da sexualidade infantil no intuito de levantar as contradições, as limitações e as possibilidades em relação ao desenvolvimento psicosssexual e apresentar como as discussões se configuram nos espaços escolares. Partimos de uma revisão bibliográfica dos estudos de FREUD (1996; 1997; 2002) e da teoria psicanalítica clássica. Pautadas em pesquisas no Campo das Ciências Humanas, procuramos superar a visão biologista da sexualidade e apontamos as dimensões política, econômica e cultural para uma Educação Sexual emancipatória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade; Psicanálise; desenvolvimento psicosssexual; educação escolar.

### 1 | INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços em relação à sexualidade, falar sobre a temática como algo inerente à criança está longe de se tornar realidade. Enfrentamos muitos mitos e tabus.

No final do século XIX, Freud, através da Psicanálise, revolucionou a compreensão acerca da sexualidade infantil, ao defender que a sexualidade acompanha o sujeito desde o nascimento até a morte.

Nesse sentido, a partir do conhecimento psicanalítico e do desenvolvimento psicosexual infantil, procuramos superar a visão puramente biologista da sexualidade e apontamos também, as suas dimensões sociais e psicológicas. Apontamos a escola como um espaço para promover a igualdade e a valorização das singularidades de todas as pessoas que a constituem.

## 2 | O DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL EM FREUD

“Faz parte da opinião popular sobre a pulsão sexual que ela está ausente na infância e só desperta no período da vida designado da puberdade. Mas esse não é apenas um erro qualquer, e sim um equívoco de graves consequências, pois é o principal culpado de nossa ignorância de hoje sobre as condições básicas da vida sexual” (FREUD, 1905/2002, p. 163).

Pelo fato do sexo, no decorrer da história ocidental, ser visto e tratado como algo ‘feio’, ‘sujo’, e até ‘pecaminoso’, observamos, claramente, a herança destes conceitos nos dias atuais. Discutir sobre sexualidade é um tabu e, este fator sofre um agravante quando as questões estão em torno do desenvolvimento da sexualidade na criança.

Para tanto, primeiramente, ressaltamos as diferenças entre sexo e sexualidade. Estes conceitos não podem ser compreendidos e tratados como sinônimos; portanto, é um erro reduzir a sexualidade ao sexo, ou seja; tratá-la, puramente, como aspecto biológico, pertencente à hereditariedade humana ou pelo ato sexual em si.

A ideia de homem fragmentado ainda predomina e é a partir dela que, muitas vezes, entendemos a sexualidade humana como restrita aos nossos genitais, ocupando uma pequena parcela do corpo biológico, desvinculada das emoções e descontextualizada das relações sociais (GAGLIOTTO, FAUST e SANTOS, 2012, p. 03).

O sexo é a nossa marca biológica, hereditária, é a condição orgânica que nos define e nos diferencia enquanto “machos” e “fêmeas”, seja, em seres humanos, plantas ou animais. Além disso, é comum usarmos a palavra para nos referirmos: aos órgãos sexuais/genitais, ao ato sexual ao conjunto de pessoas que pertencem ao mesmo sexo (FREITAS, CARVALHO e FÁVERO, 2013).

Já a definição de sexualidade é mais complexa e desafiadora. Destacamos o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 03) acerca da sexualidade: “uma dimensão biológica, psicológica, social, econômica, política, cultural, ética, legal, histórica, religiosa e espiritual”. A sexualidade é a nossa marca humana, que nos acompanha por toda a vida e que envolve o sexo, a identidade, os papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução. A sexualidade

é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Se a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais (Organização Mundial da Saúde - OMS, 2002).

Nesta perspectiva, trazemos a contribuição de Nunes e Silva (1997), ao apontarem que a sexualidade, trata de uma das dimensões fundamentais da existência humana, que envolve o relacionamento humano de forma profunda, incluindo, o desejo, o prazer e a afetividade. “A sexualidade configura-se como uma dimensão ontológica essencialmente humana” (p. 23). Portanto, a sexualidade humana não está sujeita ao determinismo animal, restrita às leis dos instintos e da biologia, já que contém a consciência, a intencionalidade, a experiência do sujeito humano, sendo esta “uma dimensão dinâmica, dialética e processual” (p. 23).

A sexualidade é uma energia, uma força vital, um impulso que pode encontrar várias formas de expressão. Ela está presente desde antes do nascimento, na formação dos órgãos genitais, e está em todas as experiências emocionais e construções afetivas do ser humano. A sexualidade se apresenta de diferentes formas, transformando-se ao longo dos anos (FREITAS, CARVALHO E FÁVERO, 2013).

Com tais definições em pauta, sublinhamos que a sexualidade engloba tanto a dimensão biológica, que é “da natureza”, como também é o resultado de “uma invenção social”, uma vez que se constitui, historicamente, a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes e produzem “verdades” (FREITAS, CARVALHO E FÁVERO, 2013). A sexualidade é uma energia que influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental.

Após a diferenciação entre os conceitos de sexo e de sexualidade, retornamos a um dos pilares da teoria Freudiana, de tamanha importância quanto a descoberta do inconsciente. Referimo-nos, à descoberta de Freud, publicada no texto: ‘Três ensaios sobre Teoria da sexualidade’ em 1905, acerca do desenvolvimento da sexualidade infantil. Freud (1905/2002, p. 163) escreveu que “nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu (...) a pulsão sexual na infância, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre ‘Desenvolvimento sexual’ costuma ser omitido”.

De acordo com Zorning (2008), Freud revolucionou a compreensão acerca da sexualidade infantil, ao ampliar, radicalmente, o conceito de sexualidade tradicional, de concepção naturalista, no final do século XIX. O autor propôs uma concepção de sexualidade mais ampla, que tem início com a construção do psiquismo e acompanha o ser humano até o fim da vida. Na época, era considerado anormal e até perverso, por exemplo, práticas como, a impossibilidade do ato sexual - no caso de impotência, a busca pelo prazer sexual e a masturbação infantil.

Freud, ao questionar a concepção clássica da sexualidade humana quanto instinto, se afastou da moral repressora difundida na época, de que a sexualidade se iniciava na puberdade e para os fins de reprodução. Assim, defendeu a compreensão de sexualidade humana não instintiva, por meio da qual, o ser humano é capaz de buscar e sentir prazer, por diferentes esferas (ZORNING, 2008).

Bidaud (2013) aborda que, com a publicação, de 1905, acerca do desenvolvimento psicosssexual, a psicanálise escandalizou a sociedade da época, por “ter sexualizado a criança e infantilizado a sexualidade do adulto” (p. 320). Freud marcou a história, ao revelar que o desenvolvimento da sexualidade inicia na infância com o autoerotismo, portanto, nas primeiras fases do desenvolvimento da sexualidade, que antecedem a puberdade, o prazer é encontrado no próprio corpo.

No chuchar ou sugar com leite já podemos observar (...) características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo auto erótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena. Antecipemos que essas características são válidas também para a maioria das outras atividades das pulsões sexuais infantis (FREUD, 1917/1996, p. 111 - 112).

Destacamos que o autoerotismo, não é uma etapa primeira, que se origina de forma espontânea. Assim como o narcisismo, o autoerotismo surge da necessidade da relação com o outro, neste caso, da criança com o adulto, ou seja; a alteridade é essencial no início da vida, para o desenvolvimento da criança. Portanto, o desenvolvimento da sexualidade infantil, ocorre de forma interdependente, com o adulto, que cumpre a função do outro primordial (BIDAUD, 2013).

Freud (1917/1996) apropriou-se do termo autoerotismo, inicialmente descrito por Havelock Ellis (1859-1939), para explicar os fenômenos como, a busca pelo seio materno pela criança já saciada. Neste caso, a criança procura a repetição de um prazer já vivenciado, um prazer já experimentado, que busca repetir. A zona erógena, no início da vida é a boca, e é por meio dela, que a criança busca a sobrevivência e tem suas primeiras experiências de prazer, portanto, a origem da sensação prazerosa. “A atividade sexual apoia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas” (FREUD, 1917/1996, p. 111).

Zorning (2008) lembra que Freud utiliza o termo ‘apoia’ para demonstrar que, o desenvolvimento da sexualidade infantil, apoia-se na função de conservação da vida, mas que, separa-se desta função, para buscar a sensação de prazer, isto é; a satisfação que vai além do comportamento puramente instintivo. Assim, o bebê não procura o leite materno apenas para a satisfação orgânica, mas, deseja uma relação afetiva com a mãe, “que não se reduz à satisfação alimentar, apesar de se apoiar nela” (p. 02).

Nesta senda, Gagliotto (2014) destaca que, a atividade de mamar do bebê, é entendida como o conceito fundante da sexualidade para Freud; assim, a gênese da sexualidade humana. A sucção é reconhecida como um reflexo biológico e herdado,

portanto, além do prazer da satisfação, essa atividade provoca um prazer paralelo, desencadeado pelo contato da boca do bebê com o seio materno. Portanto, a boca é a primeira zona erógena, no desenvolvimento da sexualidade humana.

A propriedade erógena pode ligar-se de maneira mais marcante a certas partes do corpo. Existem zonas erógenas predestinadas, como mostra o exemplo do chuchar. Mas esse exemplo ensina também que qualquer outro ponto da pele ou da mucosa pode tomar a seu encargo as funções de uma zona erógena, devendo, portanto, ter certa aptidão para isso. Assim, a qualidade do estímulo, mais do que a natureza das partes do corpo, é que tem a ver com a produção da sensação prazerosa (FREUD, 1905/2002, p. 112).

O autor formula com estas descobertas, as fases do desenvolvimento psicosssexual, em que a criança descobre diferentes zonas erógenas no seu corpo. Nomeou as fases do desenvolvimento da sexualidade infantil como fase oral, fase anal, fase fálica, fase de latência e fase genital. Todavia, essas etapas do desenvolvimento psicosssexual, não podem ser compreendidas, exclusivamente, como ligadas às zonas erógenas, mas também como “inscrições que se fazem no psiquismo a partir das relações estabelecidas entre a criança e os adultos que ocupam a função de pais” (ZORNIG, 2008, p. 03).

Gagliotto (2009), em consonância com as etapas do desenvolvimento psicosssexual, desenvolvidas por Freud, relata que a fase oral (0 a 1 ano) é a etapa do desenvolvimento infantil, no qual o prazer e a satisfação se encontram na boca, portanto, a boca representa o canal de comunicação entre a criança e o mundo.

Costa e Oliveira (2011) enfatizam que ao nascer, o bebê apresenta a boca e os lábios como zonas erógenas mais desenvolvidas. Estes órgãos são, portanto, os responsáveis pelas primeiras experiências de prazer. Logo, no início da vida, a sensação de satisfação e o instinto de sobrevivência estão relacionados.

O desenvolvimento da sexualidade é desvinculado do instinto, quando o bebê procura partes do próprio corpo para sugar, como os dedos, por exemplo. Com o passar dos meses, o bebê deixa de sugar apenas o seio materno, e busca partes, em seu corpo, que possam ser sugadas, portanto, o início da auto erotização na criança. Assim, a satisfação deixa de ser exclusivamente alimentar; a sexualidade é desviada do instinto e a criança experimenta a sensação de independência do mundo externo (IBIDEM).

O bebê é um ser sexuado e para que o desenvolvimento do seu autoconhecimento seja adequado, mesmo iniciando de forma espontânea, necessita das relações com o meio no qual está inserido, para minimizar suas questões angustiantes. Assim, a sexualidade começa a ser desenvolvida durante as primeiras relações afetivas do bebê. Portanto, as relações entre o bebê e quem ocupa a função dos pais, são a base para o desenvolvimento da sexualidade humana e do desejo em aprender (COSTA E OLIVEIRA, 2011).

A segunda fase do desenvolvimento psicosssexual, descrita por Freud, como fase

anal, ocorre aproximadamente entre 1 a 3 anos de idade. Gagliotto (2014) menciona que essa etapa tem início quando a criança experimenta sensações corporais, por meio, do controle das fezes e da urina. Quando a criança consegue ter controle dos esfíncteres, nota que é aceita pela sociedade e, conseqüentemente, começa o processo de internalização das normas sociais.

A fase anal, assim nomeada, pelo fato de que no segundo e terceiro ano de vida, a região do ânus passa a ter grande importância na formação da personalidade, pois a energia libidínica da criança está concentrada na região posterior do trato digestivo. O prazer das funções, da parte terminal do intestino, é comparado ao prazer obtido, na entrada do tubo digestivo, quando a criança estava na fase oral (COSTA E OLIVEIRA, 2011).

Tal como a zona dos lábios, a zona anal está apta, por sua posição, a medir um apoio da sexualidade em outras funções corporais. É de se presumir que a importância erótica dessa parte do corpo seja originalmente muito grande. Integramo-nos pela psicanálise, não sem certo assombro, das transmutações por que normalmente passam as excitações sexuais dela provenientes e da frequência com que essa zona conserva durante toda a vida uma parcela considerável de excitabilidade genital (FREUD, 1905/2002, p. 113).

D'Andrea (2001) lembra que na fase anal, as características orais não deixam de existir, apenas cedem lugar para outras atividades, das quais, a criança passará, gradativamente, de uma posição passiva e receptiva, para uma posição ativa. Nesta fase, sua habilidade muscular aumenta juntamente com o seu interesse pelo mundo exterior, assim, tem início a etapa das curiosidades e das exigências verbais. A criança desenvolve a capacidade de julgamento acerca da realidade e de antecipar situações, fatores que possibilitam maior tolerância à tensão.

O interesse pelas funções excretoras é destacado na criança na fase anal, ao assimilar que, as evacuações muito frequentes, causam nos pais, preocupações e cuidados redobrados. Há, portanto, duas etapas: a retensiva e a expulsiva. Na primeira etapa, a criança pode (inconscientemente) considerar as fezes como objeto interno, que será destruído, caso eliminado. Com as relações objetivas, a excreção assume a característica de prazer com a agressividade, portanto, sádica. Já na etapa retentiva, o prazer principal está na retenção das fezes, assim, o prazer é maior com o alívio pós-retenção; determinando uma estimulação intensamente prazerosa da mucosa retal. Por outro lado, pela falta da valorização dos adultos, em relação à evacuação, a criança pode, ainda, fantasiar que as fezes são materiais preciosos, que precisam ser guardados. Surge novamente o aspecto sádico, em vez de, “oferecer suas fezes de presente”, poderá retê-las como um gesto hostil aos pais (D' ANDREA, 2001).

O conteúdo intestinal (...) é tratado como parte do seu próprio corpo, representando o primeiro “presente”: ao desfazer-se dele, a criaturinha pode exprimir sua docilidade perante o meio que a cerca, e ao recusá-lo, sua obstinação (FREUD, 1905/2002, p. 114).

Segundo D'Andrea (2001) há características peculiares, na criança nesta fase, que precisam ser mencionadas, como o fenômeno da angústia e a relação objetal. A criança estabelece, com o meio, a posição de doador e obtém relações interpessoais mais objetivas. Nesta fase, a criança nota que existem maneiras de conservar o amor dos pais e evitar punições, basta corresponder às exigências culturais impostas. Neste meandro, a angústia vem à tona, em virtude da antecipação, da criança com a desaprovação externa. Quando há exigências, além da tolerância da criança, ela terá dificuldade para antecipar respostas, experimentando um estado de ansiedade e ameaça permanente.

Notamos que a fase anal é a precursora do superego, na qual, as proibições dos pais são internalizadas gradativamente, e as proibições são acompanhadas, na criança, pelo medo de perder o amor dos pais. A criança, antes de realizar um ato proibido, por exemplo, olha para a figura de autoridade, para certificar-se sobre o consentimento para a realização da ação. Nesta fase, a criança apresenta impulsos contraditórios (amor/ódio) às pessoas significativas de seu mundo, com as quais estabelece suas relações objetais (D' ANDREA, 2001).

A terceira etapa do desenvolvimento psicosexual, que ocorre, aproximadamente, entre 3 e 6 anos de idade, é nomeada de fase fálica. Gagliotto (2014) relata que, nesta fase, a criança descobre os órgãos sexuais e, conseqüentemente, demonstra curiosidades pelas diferenças sexuais. Com a descoberta dos órgãos sexuais, a criança começa a manipulá-los, e pela sensação de prazer gerada com o toque, é comum, a criança repetir essa atividade.

Costa e Oliveira (2011) lembram que, na fase fálica, a energia libidínica encontra-se nos órgãos genitais, por isso, a tendências nas crianças, dessa idade, pela manipulação infantil.

Nas crianças tanto do sexo masculino quanto feminino, está ligada à micção (glândula, clitóris) e, nas primeiras, acha-se dentro de uma bolsa de mucosa, de modo que não pode faltar-lhe a estimulação por secreções que atacam precocemente a excitação sexual. As atividades sexuais dessa zona erógena, que faz parte dos órgãos sexuais propriamente ditos, são sem dúvida o começo da futura vida sexual "normal" (FREUD, 1905/2002, p. 176).

Freud (1905/2002) ensina a respeito de características corporais, específicas desta fase, que, inevitavelmente, serão notadas, na criança, como sensações prazerosas. Alguns exemplos são secreções as quais, os órgãos genitais, estão banhados, sua posição anatômica, a lavagem, que é necessária, por questões de higiene e cuidados com o corpo, e até os atritos acidentais dessa zona erógena.

Na fase fálica, como as sensações prazerosas estão nos órgãos genitais, essa parte do corpo ganha destaque e, conseqüentemente, as diferenças entre os sexos começam a ser notadas pelas crianças. A descoberta, das diferenças entre os sexos, causa na criança uma série de descobertas posteriores, que influenciarão seu psíquico e a vivência da sua sexualidade, na fase adulta.

Ao notar a existência de dois sexos (mulher e homem), inicialmente, a criança encara a situação sem nenhum desconforto. Mas, gradativamente, tornam-se comuns os questionamentos dos meninos, acerca da ‘falta’ do pênis nas meninas. Posteriormente, desconfia que o pênis possa ser perdido, o que gera medo e angústia no menino. Já nas meninas, ao observar que, anatomicamente, os meninos possuem um órgão que lhes falta, elas podem desenvolver o sentimento de inveja ciumenta do pênis e inclusive sentimentos de inferioridade (COSTA E OLIVEIRA, 2011). A psicanálise nomeia estas atividades, tanto no menino, como na menina, de complexo de castração.

Násio (1997), ao detalhar o complexo de castração, expõe os caminhos diferentes que essa atividade assume no menino e na menina. No menino, o complexo de castração é dividido em cinco tempos. No primeiro tempo, o menino supõe que todo mundo tem um pênis e carrega a crença de que não há diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais. No segundo tempo, com a descoberta do corpo e do prazer oriundos da manipulação do pênis, o menino começa a mexer no seu órgão sexual e, conseqüentemente, sofre ameaças, que visam proibir a criança de suas práticas auto eróticas. No terceiro tempo, o menino nota que há pessoas que não têm um pênis, como a irmãzinha ou as amiguinhas, e desenvolve a angústia de também, um dia, ficar sem tal órgão. Portanto, associa as ameaças do tempo anterior, com a possibilidade de perder o pênis. No quarto tempo, o menino que ainda acreditava que as mulheres mais velhas e respeitáveis, como a mãe possuíam pênis, descobre que elas também são desprovidas dele. E finalmente, no tempo final, o menino, para salvar o pênis, renúncia à mãe como parceira e reconhece a lei paterna.

Na menina, conforme apontado por Násio (1997) o complexo de castração, ocorre de forma diferente, dividindo-se em quatro tempos. No primeiro tempo, a menina ignora as diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais. No segundo tempo, a menina ao observar anatomicamente, que os meninos possuem um órgão maior e mais visível que o dela, supõe imediatamente, que lhe falta algo, daí torna-se vítima da inveja do pênis. No terceiro tempo, a menina descobre que a mãe também não tem um pênis, e então despreza a mãe, por ter herdado seus atributos físicos. Essa descoberta leva a menina a separar-se da mãe e desenvolver um apego maior pelo pai. E no tempo final, há o início, propriamente dito, do complexo de Édipo (tema que discutiremos no próximo tópico) quando a menina escolhe o pai como objeto de amor.

No menino, o complexo de castração e o complexo de Édipo iniciam e encerram ao mesmo tempo. Já na menina, embora o complexo de Édipo inicie com o complexo de castração, não encerra com ele, pelo contrário, o término deste abre caminho para o início daquele. É o término do complexo de castração que marca a escolha do pai como objeto de amor, pela menina.

Cabe, neste momento, fazer uma ressalva que, na psicanálise, a primazia do Falo não significa a primazia do pênis. Muito embora Freud tenha utilizado, raramente, o termo Falo e esboçado a diferença entre pênis e Falo, coube à Lacan, detalhar

essa distinção e elevar o vocábulo ‘Falo’ para além do órgão genital masculino, como exposto por Násio (1997, p. 33):

Quando Freud insiste no caráter exclusivamente masculino na libido, não é de libido peniana que se trata, mas de libido fálica. O elemento organizador da sexualidade humana não é, portanto, o órgão genital masculino, mas a representação construída com base nessa parte anatômica do corpo do homem. A prevalência do Falo significa que a evolução sexual infantil e adulta ordena-se conforme esse pênis imaginário – chamado Falo – esteja presente ou ausente no mundo dos seres humanos.

Nesta fase, Freud (1924/2011) ensina que, os órgãos genitais, assumem o papel condutor do desenvolvimento sexual da criança. Entretanto, como o genital feminino ainda não foi descoberto, o genital condutor é o masculino. Násio (1997) esclarece que o objeto central não é órgão anatômico peniano, mas a representação deste. O que está em jogo é a representação psíquica, daquilo que é percebido, pela criança, como atributo possuído por alguns e ausente em outros.

Vimos que, na fase fálica, a libido se encontra nos órgãos sexuais. Gagliotto (2014) aponta que nesta fase, as crianças desenvolvem, com mais frequência, a iniciativa e o gosto pelos jogos de cunhos sexuais, como brincar de papai e mamãe, brincadeiras de casinha, de médico, etc. Nesta fase, há também, o desenvolvimento do complexo de Édipo, tema central para a psicanálise, que será discutido no próximo tópico.

A partir dos três anos, portanto, quando os esfíncteres já estão controlados, a criança percebe, com mais clareza, o mundo que a rodeia. Desenvolve o interesse pelo ambiente e começa indagar sobre o significado e as causas dos fatos; tais atitudes aumentam o interesse pelo próprio corpo, principalmente, pelos órgãos genitais. Há também, um desejo, mais intenso, pelo contato com o outro do sexo oposto (D’ANDREA, 2001).

A próxima etapa do desenvolvimento psicosssexual, conforme apontada por Freud (1923/2011) é a fase de latência. Esta fase, que é a substitutiva do apogeu atingido na fase fálica, tem a função de brandar a energia sexual na criança. No período de latência, há a interrupção do desenvolvimento da libido, que se desloca dos seus objetivos sexuais para objetivos socialmente aceitos, como a arte ou os esportes, por exemplo.

Após os seis anos de idade até os dez, aproximadamente, o desabrochar vivaz da sexualidade é tomado pelas repressões; e a quarta fase está instaurada. Na fase da latência, que dura até a puberdade, as formações reativas são assimiladas, por meio, da moral, da vergonha e do nojo (FREUD, 1923/2011).

Costa e Oliveira (2011) lembram que, nesta fase, a educação pode representar um meio, para a criança desviar sua energia sexual. Visto que, neste período, a energia sexual não é cessada, ela apenas encontra outro caminho, ou seja, é desviada para atividades aceitas socialmente. “Estudos afirmam que o desvio das

forças pulsionais sexuais, denominado de sublimação, torna-se componente para as realizações culturais” (p. 13).

Dolto (1996) corrobora que a criança se desenvolve de forma harmônica, após a renúncia do amor incestuoso. A autora insiste que as respostas às perguntas infantis, também devem ser harmônicas e verdadeiras, visto que, demonstram a curiosidade sadia e o desejo em aprender da criança. Para tanto, pais e professores, precisam respeitar e estimular as imaginações, a vida lúdica e as afinidades afetivas de cada criança.

Finalmente, a quinta etapa do desenvolvimento sexual é a fase genital, que ocorre a partir dos 10 anos de idade. Freud (1925/2011) relata que “na vida sexual da puberdade há uma luta entre os impulsos dos primeiros anos e as inibições do período de latência” (p. 98), portanto, nesta etapa, são reavivados os impulsos e investimentos objetivos, das fases anteriores.

Com a chegada da puberdade introduzem-se as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal e definitiva. Até este momento, a pulsão sexual era predominantemente auto erótica; agora, encontra o objeto sexual. Até ali, ela atuava partindo de pulsões e zonas erógenas distintas que, independentemente uma das outras, buscavam um certo tipo de prazer como alvo sexual exclusivo. Agora, porém, surge um novo alvo sexual para cuja consecução todas as pulsões parciais se conjugam, enquanto as zonas erógenas subordinam-se ao primado na zona genital (FREUD, 1905/2002, p. 127).

A puberdade completa o quadro da sexualidade infantil. Na última fase, portanto, do desenvolvimento da sexualidade infantil, as inspirações sexuais voltam-se para uma única pessoa, com a qual, tem a intenção de realizar seus objetivos sexuais. A partir da fase genital, a sexualidade não é mais encontrada, apenas, no próprio corpo, e a escolha do objeto sexual, requer o abandono das pulsões sexuais parciais infantis. Na puberdade, há a primazia na genitália, portanto, a única fase em que a organização sexual, volta-se para as intenções de reprodução (FREUD, 1905/2002).

Nesta senda, Dolto (1996) aborda que, com a chegada da puberdade, há o surgimento “dos obstáculos ao desejo que não foram retirados pela proibição do incesto” (p. 266). Complementamos que as angústias infantis, oriunda, de questões não desmanteladas na fase fálica, que ficaram canalizadas durante o período de latência, ressurgem na puberdade. Novamente, a participação dos pais é fundamental, para conduzir o adolescente, desta etapa, a liberar os desejos por todos os objetos familiares, que por ventura, persistem.

Freud insiste que a sexualidade infantil é própria da vida humana, e vai além, ao configurar, como as regras sociais reprimem toda a atividade sexual infantil. “Freud passa a incomodar não só pais e educadores, mas toda uma comunidade científica que se encontrava, até então, muito confortável e protegida por seus tabus” (GAGLIOTTO, 2014, p. 112). O autor gerou antipatia social, ao estudar que o desenvolvimento da sexualidade é longo, e tem início com a constituição psíquica do sujeito.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, concluímos que o desenvolvimento da sexualidade para Freud, não se resume às etapas do desenvolvimento psicosssexual e, não somente na prevalência das zonas erógenas do corpo. O desenvolvimento da sexualidade representa, a partir das relações estabelecidas entre a criança e as pessoas que ocupam a função de materna e paterna, as inscrições no psiquismo; que permitem à criança a compreensão de que, além de um corpo biológico, ela precisa se reconhecer como um ser de importância para o outro (ZORNIG, 2008).

No espaço escolar promover debates e atividades que compreendam a sexualidade como inerente ao ser humano. Apontando a necessidade e a possível intervenção pedagógica para a garantia do direito humano de se expressar e de existir em todo e qualquer contexto, principalmente no escolar.

### REFERÊNCIAS

BIDAUD, Eric. **O que resta da sexualidade infantil?** Tradução: Fernanda Jourdan de Almeida Santos e Rev. Leandro de Lajonquière e Douglas Batista. 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/estic/article/view/79851/83808>> Acesso em: 29 mar. 2017.

COSTA, E. R. & OLIVEIRA, K. E. **A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo.** Rev. Eletrônica do curso de Pedagogia do Campus Jataí – UFG. 2(11) 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/viewFile/20332/19287>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

D’Andrea, Flávio Fortes. **Desenvolvimento da Personalidade.** Ed. Bertrand Brasil, 2001.

Dolto, F. (1996). **No jogo do desejo** (V. Ribeiro, trad., 2a ed.). São Paulo: Ática.

FREITAS, D.L; CARVALHO, G.D & FÁVERO, M. **A Educação Sexual começa na infância:** sexualidade de 0 a 6 anos. EducaSex. Ed.1.2013.

FREUD, Sigmund (1905). **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** – Rio de Janeiro: Imago Ed., 2002.ook

\_\_\_\_\_(1923/1925). **O eu e o id, “autobiografia” e outros textos;** tradução Paulo César de Souza – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria geral das neuroses** (1917). In: Conferências Introdutórias sobre Psicanálise (Parte III 1915-1916) ESB. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância:** matrizes institucionais, disposições culturais, potencialidades e perspectivas emancipatórias. Tese (Doutorado). – Campinas, SP, 2009.

GAGLIOTTO, G.M.; FAUST, T.; SANTOS, A. B. **O deficiente intelectual e sua sexualidade, um estudo psicanalítico contribuindo para a ação pedagógica.** Congresso internacional interdisciplinar em sociais e humanidades. Niterói RJ: ANINTER - SH/ PPGSD - UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012, ISSN 2316 – 266X.

\_\_\_\_\_. **A Educação Sexual na Escola e a Pedagogia da Infância:** Matrizes Institucionais, Disposições Culturais, Potencialidades e Perspectivas Emancipatórias. Jundiaí, Paco Editorial: 2014.

NUNES, Cesar Aparecido; SILVA, Edna. **As manifestações da sexualidade da criança.** Campinas, SP: Século XXI, 1997. (Sexualidade e Educação).

NASIO, J. D. **Lições sobre os sete conceitos cruciais da Psicanálise.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1997.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde.** Genebra: OMS, 2002.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual:** matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana. 2001. 300 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

ZORNIG, S. M. A. J. (2008). **As teorias sexuais infantis na atualidade:** algumas reflexões. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, nº 1, p. 73-77, jan./mar.

## NEM CAPRICHOS, NEM BELEZA: REFLEXÕES SOBRE ARTE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

**Francielen Leandro Apolinário**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR

**Evelly Paat Sampaio da Silva**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR

**Elisangela Martins**

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista-RR

**RESUMO:** A violência de gênero, no Brasil, alcança números alarmantes. As vítimas sofrem desde ataques físicos até formas menos explícitas de abuso, como a violência psicológica. Essa situação, que nos atinge e preocupa, foi uma das molas propulsoras para o surgimento desse trabalho que parte do estudo da história das mulheres no Brasil e da obra *Arrufos*, de Belmiro de Almeida. O título do quadro trata como um 'capricho' - e portanto algo sem muita importância - a cena de uma mulher chorando enquanto um homem, provavelmente seu parceiro, observa calmamente sentado a um canto. Tal observação nos inquietou e motivou a pesquisar sobre outras obras e as possíveis mensagens sobre as relações de gênero nelas contidas. Assim, tomando trabalhos consagrados da pintura moderna, decidimos produzir releituras fotográficas em que as personagens femininas retratadas sofrem pequenas modificações, propondo reflexão e denúncia sobre a questão da violência contra a mulher. As reflexões sobre

essa vivência e seus resultados, bem como as imagens produzidas por nosso trabalho coletivo, compõem o material de nossa proposta, que se desdobra em comunicação oral e apresentação artística.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de gênero; História da arte; Releitura fotográfica; Arrufos.

### NEITHER WHIM NOR BEAUTY: REFLECTIONS ON ART AND VIOLENCE AGAINST WOMEN.

**ABSTRACT:** Gender-based violence in Brazil reaches alarming figures. The victims suffer from physical assaults to less explicit forms of abuse, as the psychological violence. This situation, that affects and worries us, was one of the driving forces behind this paper, which starts with the study of women's history in Brazil and the work "Arrufos", by Belmiro de Almeida. The title of the painting treats as a 'whim' - therefore, something without much importance - the scene of a woman crying while a man, probably his partner, quietly observes sitting in a corner. This observation disturbed and motivated us to research about other works and the possible messages about the gender relations contained in them. Thus, taking consecrated works from modern painting, we decided to produce photographic re-readings in which the portrayed female characters undergo minor modifications, proposing reflection and denunciation on the

issue of violence against women. The reflections on this experience and its results, as well as the images produced by our collective work, compose the material of our proposal, which is deployed in oral communication and artistic presentation.

**KEYWORDS:** Violence of gender; History of art; Photographic re-reading; Arrufos.

Agressão física é a primeira coisa que vem à mente quando tocamos no assunto, violência contra a mulher. Isso ocorre por uma razão óbvia: ela deixa marcas visíveis. No entanto, pretende-se, chamar atenção para o fato de que as agressões emergem de uma base social mais profunda, em que diversas formas de abuso da integridade da mulher são naturalizadas no cotidiano. Na sociedade ocidental, os processos de violência costumam ter uma sutileza que dificulta sua identificação. Por vezes, eles se encontram implícitos nos discursos, nas rotinas, nos costumes, conservando-se nas relações sociais. É uma estratégia silenciosa tão eficaz que faz com que esses processos pareçam naturais. Um exemplo é uma propaganda de cerveja, na qual, se estampa diariamente a bunda da mulher, agride de forma “disfarçada” à personalidade de muitas mulheres, mas não é reconhecido pela maioria como uma violência.

Ao longo da história, a violência contra as mulheres, se encontra enraizado culturalmente e vem se alastrando em todas as camadas da nossa sociedade, não afeta apenas mulheres pobres do terceiro mundo; ela é constante no cotidiano, atravessa ideologias, classes sociais, raças e etnias. Conforme observa, Dina Lan, “La violencia doméstica es un problema de género que está presente em todas las classes sociales, sin embargo no siempre se manifiestan de la misma manera.” (2011, p. 123).

Maria Amélia Teles, fundadora da União de Mulheres de São Paulo, defende que “a violência contra a mulher deriva da ideologia patriarcal”, ou seja, “aprendemos que os homens têm direito sobre a vida e a morte”. Isso dificulta, inclusive, o entendimento do que significa “minorias sociais”. Como explica a Dr. Lúcia Facco:

Mulheres, negros e homossexuais são considerados minorias. No entanto, podemos perceber que esse termo se baseia na ideia de dominação e não em quantidade: as mulheres não podem ser consideradas como minoria, já que formam mais de 50% da população mundial. (FACCO, 2011, p. 20)

Isso esclarece a manutenção das relações de poder e a crescente e concreta desigualdade de gênero, que funcionam em termos binários, com pares opostos regidos por conexões de superioridade e inferioridade.

Essa questão da violência de gênero motiva diversas pesquisas em variadas áreas do conhecimento. O campo das artes é um exemplo disso, onde pesquisas artísticas e, também, sobre arte, investigam sobre o papel designado às mulheres na história da arte, as representações do corpo feminino na arte e o uso da arte no registro, na denúncia e na resistência contra a violência de gênero. Também há, mais recentemente, um número crescente de pesquisas que se dedicam a elucidar qual

tem sido o papel e o lugar das mulheres na produção artística.

Dentre esses pesquisadores, destacamos Maria José Justino que propõe um debate que trata das mulheres artistas, abordando-as também como obras em construção. Assim, focando as questões por um ângulo histórico, em seu livro de 2013, *Mulheres na arte: Que diferença isso faz?*, a autora tem como objeto de pesquisa não apenas a resistência e a desigualdade de gênero no campo das artes, mas também o posicionamento das mulheres artistas no que diz respeito ao tema.

Segundo a autora, filósofos do final do século XVIII e início do século XIX, diziam que o papel de uma mulher no espaço de criação era apenas como o da “musa” inspiradora competindo apenas ao homem o status de “gênio” da criação. As mulheres só tinham acesso a um ateliê particular como artistas se fossem filhas ou esposas de pintores, e isso ocorria de modo muito limitado. As mulheres que buscassem o espaço público na intenção de vender suas obras não era aceita. Como aponta Borzello (1998, apud JUSTINO) a moral burguesa do século XIX que empoderava o homem que conquistasse o espaço público era a mesma que marginalizava as mulheres pelo mesmo motivo. Esta situação manteve-se até o final do século XX, quando as mulheres artistas ainda levavam uma vida paralela e eram comumente denominadas de “artistas transgressoras” e “mulheres desviantes” (BORZELLO, 1998, apud JUSTINO). Assim, “na história, a mulher só tardiamente conquista seu lugar na arte e no mercado, ficando muito tempo alijada do espaço público, sobretudo nas sociedades organizadas patriarcalmente. (JUSTINO, 2013, p. 14)

Justino apresenta artistas emblemáticas, como Frida Kahlo, Maria Martins e Lygia Clark, que rejeitariam o determinismo biológico e social, abrindo portas para a artista. Suas obras, segundo a autora, exploram o corpo de forma obsessiva, demonstrando-o como um alvo. Investigam tanto o corpo feminino como o masculino e quebram assim uma tradição da história da arte. Representados com forte simbologia, os corpos presentes nas obras dessas artistas figuram como “corpo violentado, corpo fetiche, corpo erótico, corpo mutilado; sempre o corpo no fio da navalha, na tensão” (JUSTINO, 2013).

Esse estudo demonstrou, para nós, a importância do olhar feminino na arte quando a temática se refere às relações entre homens e mulheres, pois nelas podemos vislumbrar com maior frequência o questionamento às desigualdades nas relações de gênero. Abordando diversas obras produzidas por homens percebemos que, para além da ausência deste questionamento, se verifica a naturalização da desigualdade. Em alguns casos, como foi com o estudo da obra *Arrufos*, de Belmiro de Almeida, verificamos um discurso que não apenas naturaliza, como reforça a relação de poder que o homem mantém sobre a mulher.

O quadro *Arrufos* (Óleo sobre tela, 89 x 116 cm) foi produzido em meados dos anos de 1887 por Belmiro Barbosa de Almeida (1858 – 1935), academicista do Liceu de Artes e Ofícios e da Academia Imperial de Belas Artes, o artista brasileiro causou

repercussão ao representar a vida cotidiana e personagens da vida comum como principais temas de sua pintura. Mas, apesar das grandes inovações seu trabalho ainda carregava muito da influência acadêmica e da forte tendência italiana. Além disso, Belmiro de Almeida foi reconhecido como um dos precursores da pintura de gênero brasileira na transição do século XIX para o XX.

Em geral, quando se trata de apresentar a importância dessa obra para a história da arte brasileira, os autores se referem a sua inovação no que diz respeito ao abandono das temáticas históricas, mitológicas ou literárias (alegóricas) trazendo para a tela a temática cotidiana. Centram-se na repercussão que a tela teve ao momento de sua vinda ao público e apresentam seu autor como “grande desenhista e colorista que superou os ensinamentos acadêmicos usando os recursos da arte moderna florescente na Europa” (PROENÇA, 2001). O mesmo se vê no livro de 2006, *Explicando a Arte Brasileira*, de Lucília Garcez e Jô Oliveira e no livro de 2011, *Arte Brasileira no século XIX*, de Sônia Gomes Pereira.

Chama-nos a atenção de que estes livros, voltados para o público mais geral, não incorpore as discussões de diversos autores que já se dedicam a analisar a questão de gênero presente na cena retratada por Belmiro de Almeida. O título refere-se a um “capricho” significado da palavra arrufo, que remete também a desentendimento sem importância. A tela retrata, aparentemente uma briga entre um casal burguês. Enquanto a mulher é apresentada caída ao chão apoiando-se no estofado, o homem observa a fumaça de seu charuto, calmamente. Antes mesmo de nos aprofundarmos no estudo da obra, pareceu-nos violento, da parte do artista, considerar a cena como demonstração de um capricho feminino. Desviando a atenção do espectador e minimizando o sofrimento psicológico daquele personagem.

O trabalho da professora Ana Cavalcanti veio reforçar nossa primeira impressão sobre a obra. Segundo ela, houve críticas severas ao artista no momento da exposição de seu quadro. Embora Gonzaga Duque, importante crítico da época, amigo do pintor que teria inclusive posado para o quadro, tenha construído um discurso que, segundo, Oliveira (1996) complementa a cena, inserindo-lhe um antes e um depois e reforçando a ideia do artista de que a reação da mulher era exagerada, sentimental, naturalmente desequilibrada, nem todos os contemporâneos da obra reagiram do mesmo modo. É o que nos mostra Cavalcanti, sobre o cronista do *Diário Ilustrado*:

“quando uma mulher, vestida de seda, se atira ao chão, brutalmente, como aquela, quando ela chora, quando espatifa uma rosa, mordida de cólera, o negócio é muito mais sério que um simples arrufo”. Comovido com as lágrimas da moça, esse mesmo jornalista acusou seu companheiro de ser um “pelintra banal”, “incapaz de inspirar uma paixão a uma mulher de espírito como parece aquela”, “um pobre de espírito, que tem a preocupação única da toilette e da pose calculada” mas usa uma “horrrível gravata vermelha de mau gosto, de caixeiro ao domingo” (CAVALCANTI, 2006, p. 4).

Concordamos que a pintura não trata apenas de um fato isolado de uma discussão

conjugal. Como demonstra Oliveira (1996) em sua leitura semiótica da obra, Arrufos retrata a relação de poder entre gêneros e os discursos que a elogiaram e seguem tratando da obra apenas por suas qualidades formais corroboram com a postura do artista que enalteceu a “racionalidade” da figura masculina sobre a “desequilíbrio” e a “passionalidade” da figura feminina.

Para nós o quadro chama a atenção não só pelo “repertório do senso comum” sobre homens e mulheres, mas trata de uma cena de violência doméstica e/ou familiar que está presente e é silenciada, na atualidade, em todas as classes sociais.

A violência doméstica acontece mais comumente em âmbitos privados e pode ser desde agressões verbais até casos extremos que levam a morte. Isso acontece devido aos estereótipos de gênero designado pela própria sociedade que define a mulher como sexo frágil e submisso. Diana Lan (2011, p. 122) diz que “[...] Algunas formas de violencia son sancionadas por la ley o por la sociedad, teniendo en cuenta que todo lo que se impone por la fuerza, es considerado violencia”. A mulher de *Arrufos* sofre com a violência verbal, moral e psicológica, isso não é um capricho. Segundo a autora Oliveira:

[...] o homem “responde palavra por palavra”, “reprova”, “repele” a incontinência da mulher, sujeito que é, ele, do percurso da razão, do comedimento e da autoridade. Imagens tão antigas, e ainda, mais de um século depois, tão pouco estranhas à nossa sensibilidade de cidadãos do fim do século, [...] (1996. p.105).

A violência de gênero não pode ser vista com naturalidade. Isso nos instigou a criar uma releitura fotográfica dessa obra na intenção de denunciar, visualmente, a violência contida na imagem original. Entendemos que os gestos familiares, os personagens da vida comum e os aspectos cotidianos representados na pintura de gênero Arrufos, tenham evocado nos espectadores um sentimento de pertença, pois são elementos que estão presentes na sociedade e que fazem parte das experiências cotidianas. Entretanto, não é aceitável que se permaneça naturalizando a violência de gênero. Podem ser vislumbrados na tela de Belmiro de Almeida ou no texto de Gonzaga Duque sobre Arrufos diversos tipos de violência contra a mulher que, de acordo com o Portal Brasil, são reconhecidos pela lei Maria da Penha, principal legislação contra a violência doméstica no país: humilhar, xingar e diminuir a autoestima, fazer a mulher achar que está ficando louca, controlar e oprimir a mulher estão entre eles.

A execução da releitura artística trouxe-nos novos problemas. De início pretendíamos reconstituir a cena com a maior fidelidade possível, entretanto, dadas as dificuldades em alocar os materiais necessários, já que a obra retrata tecidos, almofadas, ventarola chinesa, luminária e outros detalhes de difícil acesso, decidimos por realizar adaptações que demonstrassem nossa intenção, qual seja, alterar o papel da personagem feminina retratada, empoderando-lhe, sem perder a referência principal que era a inspiração da cena, a discussão entre um homem e uma mulher bem vestidos, provavelmente recém chegados ao lar após uma atividade social.



Figura 1 - Nem capricho nem beleza - releitura da obra Arrufos.

Em nossa releitura a intenção foi tirar o personagem feminino do papel de inferioridade. Sua postura, apoiando a cabeça numa das mãos e acenando com gesto de basta para o homem, demonstra que esta mulher não está submissa.

O fato de termos escolhido as roupas de ambos no mesmo tom sugere unidade ao casal, na intenção de quebrar o contraste claro/escuro que marca os trajes da obra original. Naquela apenas o homem porta “a sobriedade das cores escuras” que destacariam seu aspecto racional e equilibrado, como bem apontou Oliveira (1996). Em vez de um charuto, nosso personagem masculino porta um copo na mão direita repousada sobre a perna esquerda, sugerindo o consumo de álcool, muitas vezes associado aos conflitos domésticos violentos. Dessa forma, equilibramos o ônus da causa da discussão, que pode ter surgido pela atitude inicial ou provocativa de qualquer um dos personagens.

Tomada no formato retrato a imagem difere da original, que dispunha a figura masculina em linhas verticais predominantes, em detrimento do personagem feminino que aparece em linhas horizontais, estabelecendo uma hierarquia. Para reforçar nossa ideia, apesar de mantermos o personagem no chão, a colocamos em primeiro plano e sua figura também está retratada com linhas predominantemente verticais, sugerindo igualdade.

O destaque para seu rosto em primeiro plano também difere da obra que nos serviu de inspiração, afinal sua expressão de descontentamento pelo desentendimento do casal pode ser visualizada e não apenas imaginada pelo espectador. Já a frieza representada pela postura do homem na imagem que repete a postura original, serve mais para denunciar seu alheamento do que para conferir-lhe equilíbrio, já que as cores mais quentes estão exatamente ao seu lado na imagem.

Observando as representações de mulheres em obras da pintura moderna verificamos que situações semelhantes à retratada em Arrufos não são necessariamente

comuns. A figura da musa, mulher bela e delicada, com seu corpo retratado de modo harmônico para o desfrute do espectador costuma estar mais presente. Tal realidade também nos inquieta, pois reforça a ideia machista de que a mulher, seu corpo e sua imagem devem estar associados necessariamente para agradar o seu observador.

Diante disso o processo de criação e os resultados obtidos com a primeira releitura nos levaram a perceber a possibilidade de produzir uma série de imagens inspiradas em outras obras da pintura moderna. Nessas obras, para igualmente denunciar os diversos abusos sofridos por mulheres na contemporaneidade, decidimos seguir dois caminhos distintos: Ora empoderando o personagem feminino, como fizemos no primeiro trabalho já descrito, ora alterando a imagem da bela mulher, inserindo-lhe marcas de agressão.

Nossa intenção nesse caso é denunciar que nenhuma mulher está a salvo da violência de gênero que ainda assola a nossa sociedade. Foi pensando nisso que adotamos um ícone da pintura moderna, a obra *Retrato de Adele Bloch-Bauer* de Gustav Klimt. Tendo inspirado um filme, a obra tem uma história peculiar elevando o retrato da jovem judia, usurpado pelos nazistas, à condição de “monalisa austríaca”. Durante a releitura pensamos em inserir na imagem uma referência direta a violência física sofrida por mulheres, também como uma maneira simbólica de nos referirmos ao sufocamento das potencialidades femininas, seja pela arte, quando a aceita apenas como musa, seja pelos estados que não protegem e até vitimizam as mulheres como foi o exemplo dos nazistas.



Figura 2 - Releitura do Retrato de Adelle Bloch-Bauer

Para representar o sufocamento, empregamos a maquiagem, marcando o pescoço da personagem de tal modo que as mãos do agressor estivessem presentes de modo explícito na imagem. A posição do braço da personagem na obra original remetia à posição de um braço quebrado, de tal modo que decidimos enfaixá-lo na releitura. Como já nos referimos antes, essa atitude, que de certo modo significaria uma agressão visual ao personagem original, retirando-lhe a condição de beleza, harmonia e suavidade, tem a intenção de denunciar as agressões físicas e demais

opressões que as mulheres vêm sofrendo no decorrer da história, não obstante suas lutas por igualdade de direitos.

O processo de pesquisa artística e reflexão teórica a que temos nos submetido, gerou as imagens que aqui apresentamos e que foram o germe inicial da mostra *Nem Capricho Nem Beleza*, que trazemos para esse seminário. Sabemos que os espectadores têm a possibilidade de interpretar a imagem pictórica levando em conta suas vivências e memórias e esperamos que nossa mensagem seja compreendida por esses.

Considerando o contexto de extrema violência historicamente vivida pelas mulheres e combatida de modo categórico na contemporaneidade, pretendemos, com nosso trabalho, dirigir nossa criatividade para a produção de um discurso estético, ético, político e artístico que visa propor uma nova postura social que não trate os anseios das mulheres como simples caprichos e nem seus corpos como meros veículos de beleza para usufruto dos observadores.

Se imagens falam mais que mil palavras, produziremos imagens e escreveremos mais de duas mil palavras em defesa da igualdade de gênero, usando nossa arte como arma para a construção de um mundo mais plural, onde, quiçá um dia, seja seguro viver como mulher.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Alice Guimarães. Descanso do modelo e outros primorzinhas: Crítica de arte e pintura de gênero brasileiras no final do século 19. In: Arte & Ensaio - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ n. 27. dez. de 2013. p. 131 – 141.

CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. “**Arrufos**” de **Belmiro de Almeida (1858-1935) – história da produção e da recepção do quadro**. 2006, p. 9.

FACCO, Lúcia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusta Cezar Pinheiro da. (Orgs.). **Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 19 – 29.

JUSTINO, Maria José. **Mulheres na arte: Que diferença isso faz?**. Curitiba: Museu Oscar Niemeyer, 2013. p. 184.

LAN, Diana. **Gênero y violencia: Una ostentación de género em cada concepto**. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusta Cezar Pinheiro da. (Orgs.). **Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 121 – 136.

OLIVEIRA, Lucia Teixeira de Sequeira e. **Arrufos na Memória**. Revista da Anpoll, nº 2, p. 95 – 108, 1996.

PEREIRA, Sonia Gomes. **Arte Brasileira no século XIX**. Editora C/Arte: Belo Horizonte, 2011.  
PROENÇA, Graça. **História da Arte**. Editora Ática: São Paulo, 2001.

SILVA, Susana Maria Veleza da. Mulheres e trabalho: Novos e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusta Cezar Pinheiro da. (Orgs.). **Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras**. Ponta Grossa, Todapalavra, 2011. p. 149 – 167.

## PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA EJA SOBRE O AUMENTO DA INFECÇÃO DO VÍRUS HIV

**Evaldo Batista Mariano Júnior**

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG  
– Ituiutaba – Minas Gerais

**Maria Aparecida Augusto Satto Vilela**

Universidade Federal de Uberlândia – UFU –  
Campus Pontal

**Valeska Guimarães Rezende da Cunha**

Universidade de Uberaba – UNIUBE

**RESUMO:** Este artigo trata sobre a educação para a sexualidade no contexto educacional e familiar, tendo em vista a importância de se sensibilizar quanto à prevenção do vírus HIV na adolescência. O objetivo foi identificar a percepção de estudantes do Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), de uma escola pública estadual da cidade de Ituiutaba/MG, em relação aos recentes níveis epidêmicos do HIV em jovens de 15 a 24 anos. Fundamentando-nos teoricamente em Vitiello (1997), Valladares (2002) e Garcia (2005). Realizamos uma pesquisa do tipo *Survey*, com abordagem qualitativa, com 32 participantes. Para a coleta dos dados, utilizamos um questionário com 9 perguntas denominado Diagnóstico Epidemiológico do HIV/AIDS. A análise possibilitou compreender que não

se pode efetivar uma prática pedagógica, em espaço escolar e não escolar, sobre AIDS somente após a constatação de que os alunos/as estão se infectando pelo HIV, ou quando iniciarem a vida sexual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação para a sexualidade. HIV/AIDS. Adolescência. Temas Transversais.

### 1 | INTRODUÇÃO

As inquietações que pautaram este estudo partiram da vivência com a prática pedagógica em espaços escolares e não escolares, em situações de ensino, pesquisa e extensão. Na tentativa de compreender a Educação para Sexualidade<sup>1</sup> dos/as estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), de uma escola estadual do município de Ituiutaba/MG, propomos a discussão dessa temática por entendermos que esse grupo é considerado vulnerável em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), principalmente quanto ao Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).

Esse grupo de estudantes é uma

1 Usamos a terminologia “Educação para a Sexualidade” por desnaturalizar os entendimentos de sexualidade como algo inato aos indivíduos. Consideramos que seja mais adequado por contemplar as diferentes expressões de sexualidade no que concerne à educação formal e não formal.

população que não continua os estudos no ensino regular por diferentes razões, tais como: necessidade de inserção no mercado de trabalho; gravidez e paternidade na adolescência; evasão escolar; falta de oportunidades educacionais, dentre outras. Participaram dessa pesquisa 32 alunos sendo 16 do sexo/gênero masculino e 16 do sexo/gênero feminino. No que tange à identificação, a faixa etária dos/as participantes da pesquisa está entre 18 e 56 anos.

Segundo o último Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS de 2017, o Brasil passa por uma epidemia de casos de HIV em adolescentes e jovens de 13 a 19 anos. Identificou-se que, em 2016, para cada 16 homens infectados, 10 mulheres foram contaminadas nesse intervalo de idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Nesse sentido, questiona-se: “Qual é a percepção dos alunos e alunas do Ensino Médio da EJA, em Ituiutaba, a respeito do crescimento de adolescentes infectados/as pelo vírus HIV? Como a escola tem orientado os/as discentes para se prevenir dessa infecção?”.

A abordagem que escolhemos refere-se à pesquisa qualitativa, a qual, segundo Mirian Goldenberg, não tem como foco a representação numérica, e sim o entendimento do fenômeno grupal e social de diferentes instituições, evitando julgamentos e preconceitos que possam enviesar a pesquisa (GOLDENBERG, 1997). Consideramos a abordagem qualitativa como uma análise do mundo externo, na qual procuramos entender, descrever e explicar os fenômenos em uma dimensão interna. (BARBOUR, 2009).

Segundo essa autora, ao analisar as experiências de indivíduos ou grupos e ainda examinar interações e comunicações que se desenvolvem elucidamos como as pessoas constroem e/ou concebem o mundo em que estão inseridas.

No intuito de explorar as características centrais da abordagem qualitativa, Minayo (2002, p. 14) acresce que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. É um tipo de abordagem que valoriza os sentidos atribuídos, e é composta por um sistema específico de crenças, valores e atitudes referentes às distintas subjetividades.

Para compreender as diferentes percepções, realizamos uma pesquisa de campo do tipo *Survey* que busca informação diretamente com os/as estudantes da EJA, a respeito da compreensão do crescimento do HIV em adolescentes e jovens. Trata-se de um procedimento relevante, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas (SANTOS, 1999).

Sendo a escola um amplo espaço de formação discente e docente, é de suma importância a promoção de práticas de ensino e aprendizagem que contemplem a temática da educação para a sexualidade durante todo o ano letivo. Para isso, devem-se evitar teorias e práticas eventuais e sem sistematização no universo escolar, pois estas se configuram como um fazer pedagógico descontextualizado e fragmentado que não possibilitam a formação integral e interdisciplinar. Entendemos que não

se constrói conhecimento sem o exercício diário de refletir, indagar e repensar a sexualidade como um processo fisiológico, cultural, social e político inerente à condição humana.

O trabalho com a Educação para a Sexualidade deve perpassar todos os conteúdos do currículo escolar. Mas, é no ensino de Biologia que se ganha espaço para discutir com maior amplitude o tema da educação para a sexualidade e, sobretudo, do HIV/AIDS. Contudo, essa disciplina não pode se limitar o conteúdo na perspectiva de reprodução humana, como muitas vezes acontece. É preciso compreender que ela se vincula às questões socioculturais e não apenas aos aspectos orgânicos. Por isso também é necessário tratar dos pensamentos, atitudes e comportamentos sexuais dos/as jovens.

A maior dificuldade dos/as docentes, revelada em estudos de Vitiello (1997), Valladares (2002) e Garcia (2005), é a formação fragmentada no que tange aos assuntos relativos à Educação para a Sexualidade. Cabe ressaltar que, por ser um tema que perpassa a intimidade das pessoas, nem sempre os professores e as professoras se sentem à vontade para discutir essa temática em sala de aula. O assunto sexo parece ser silenciado também pelas famílias, sendo considerado um tabu. Em consequência disso, os/as estudantes carecem de conhecimentos e são mais suscetíveis a adquirir IST/HIV/AIDS, ter gravidez e paternidade na adolescência. E assim, questionamos: O corpo docente ensina sobre HIV/AIDS na escola? O que ele ensina? Quais estratégias de sensibilização a escola utiliza para prevenir os alunos e as alunas quanto ao vírus HIV? Como as famílias constroem conhecimento a respeito de HIV e AIDS? Os/as estudantes da EJA se previnem do vírus HIV/AIDS?

Refletir sobre essas questões é importante, tendo em vista, que é um exercício para compreender como é desenvolvida a Educação para a Sexualidade na escola. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam diretrizes em Educação para a Sexualidade para tratar da temática com rigor ético, científico e humanístico.

Entretanto, os estudos revelam que a Educação para a Sexualidade parece sofrer dificuldades em sua concretização nos diferentes espaços formais de aprendizagem.

Um estudo com 4.929 estudantes de trinta e oito escolas estaduais de ensino médio no município de São Paulo, apontou que 36,9% dos entrevistados nunca tiveram aulas ou atividades abordando sexo/sexualidade na escola. Ainda nesse estudo, a maioria (55,7%) afirmou que nunca recebeu materiais educativos sobre esses assuntos (VAL *et. al.*, 2013, p. 706).

Provavelmente, essa é uma conjuntura existente em outros estados brasileiros. Nesse sentido, consideramos a discussão pertinente, pois viabiliza a compreensão dos conteúdos abordados em Educação para a Sexualidade em diferentes componentes curriculares da EJA, uma vez que pode-se identificar algumas lacunas durante o processo de escolarização dos/as estudantes em relação ao tema, como: carência de conhecimento científico a respeito das medidas preventivas, formas de contrair o vírus,

preconceito em relação a pessoas vivendo e convivendo com HIV, desconhecimento sobre as tecnologias de prevenção, tais como Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PREP), Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), assim como pouca compreensão sobre o uso contínuo de antirretrovirais com o objetivo de reduzir a carga viral e a transmissibilidade.

Diante do exposto, este estudo pretende compreender a educação para sexualidade dos/as estudantes da educação de jovens e adultos (EJA), de uma escola estadual do município de Ituiutaba/MG, tendo em vista: verificar as práticas de prevenção do vírus HIV e promoção da saúde sexual na escola, a partir da visão dos alunos e das alunas do ensino médio da EJA; averiguar nas disciplinas que compõem o currículo do ensino médio da EJA se, de fato, a temática educação para a sexualidade é proposta como tema transversal; refletir sobre o conhecimento construído em educação para a sexualidade e o que os alunos da EJA conhecem a respeito do tema HIV/AIDS, e identificar a articulação entre família e escola na construção do conhecimento sobre formas de prevenção e promoção da saúde sexual.

## 2 | SOROPOSITIVIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A proposta central desse capítulo é discutir sobre a infecção pelo vírus HIV em adolescentes. Para isso, conceituaremos e diferenciaremos HIV e AIDS, grupos e comportamentos de risco, reações emocionais, impactos da soropositividade, efeitos colaterais e a importância da família no tratamento de adolescentes que vivem HIV.

O vírus da imunodeficiência humana (HIV) é o responsável por destruir os linfócitos TCD4 pertencentes ao sistema imunológico do corpo humano. Após a destruição dessas células, o organismo fica mais suscetível a desenvolver doenças oportunistas (câncer, tuberculose, pneumonia, entre outras), que caracterizam a AIDS.

É significativo o aumento de novas infecções pelo vírus HIV a cada ano no Brasil, principalmente entre os grupos populacionais nos quais há usuários de drogas, heterossexuais, homossexuais, profissionais do sexo, adolescentes e idosos/as. A mídia reforça que a epidemia está controlada, não se vê diariamente veiculação de reportagens em que pessoas morrem de AIDS, como era no início dos anos de 1980 e com isso os/as mais jovens não percebem que a doença é um problema de saúde pública no Brasil e acabam se infectando. Assim, perguntamos: Por que os/as adolescentes estão contraindo o vírus HIV? Os/As jovens estão se infectando pela vulnerabilidade a qual estão expostos/as. Por isso, entende-se que falta informação, conscientização, sensibilização, reflexão, programas de prevenção de IST'S e Educação para a Sexualidade advindas da família e da escola.

A infecção pelo HIV revela a tendência de juvenização da epidemia, justificada pelo início precoce da vida sexual, pela necessidade de aceitação em grupos

sociais, pelo consumo de álcool e outras drogas, além da questão de gênero. No que diz respeito aos aspectos sociais, percebe-se que ainda são marcantes a culpabilização do indivíduo pela infecção e o estigma social imputado à doença. Quanto aos aspectos políticos, destacam-se os programas destinados à garantia da prevenção da infecção e/ou reinfecção e promoção da saúde dessa população (PAULA et. al., 2015, p. 162).

Os/as jovens se relacionam sexualmente mais cedo, sem orientação e prevenção, fazendo uso de álcool, tabaco, maconha e outras drogas. Essas atitudes potencializam a alteração de consciência e comportamento, expondo a juventude em situações de risco. Após a infecção pelo HIV, os/as adolescentes expressam sentimentos de culpa pela mudança no estado sorológico, bem como na sua rotina diária. Falar sobre HIV e AIDS ainda é um tabu na sociedade. Em vista disso, os/as jovens terão que aprender a lidar com situações de preconceito, exclusão e discriminação mesmo depois de quase 37 anos<sup>2</sup> de epidemia. É relevante falar sobre o diagnóstico para os/as adolescentes com HIV, visto que é uma forma de cuidar do próprio corpo e também do corpo do outro, prevenir novas infecções e IST'S, que podem prejudicar o quadro de saúde e o esquema medicamentoso proposto pelo/a médico/a. A equipe multiprofissional, composta por fisioterapeuta, nutricionista, educador/a físico/a, odontólogo/a e psicólogo/a, também pode assegurar mecanismos de enfrentamento a respeito de como é conviver com HIV e AIDS, haja vista que um diagnóstico como esse pode trazer mudanças à vida do/a adolescente.

#### Compreende-se que

A autonomia em desenvolvimento na adolescência traz consigo a responsabilidade no cuidado de si e do outro. A percepção de mundo é ampliada nesta fase e, por isso, a revelação do diagnóstico é necessária e fundamental. Esta é uma consequência da universalização e do sucesso da TARV. Uma geração de jovens vivendo com HIV que precisam conhecer e participar das decisões relacionadas ao processo saúde-doença de forma singular e integral (SEHNEM *et al.*, 2015, p. 43).

O diagnóstico da infecção pelo HIV é primordial, pois marca a construção de uma nova história na vida do/a adolescente, que tende a sentir diversas reações emocionais negativas, com impactos expressivos nos aspectos físicos, psicológicos e sociais, advindos do estigma da AIDS (SEHNEM, *et al.*, 2015).

Há um paradoxo entre viver (fazer corretamente o tratamento) e querer morrer (em virtude da mácula da AIDS) que pode permear o imaginário social do/a adolescente. Isso pode acarretar diferentes reações psicológicas, tais como: angústia, ansiedade, tristeza, depressão, perda do sentido da vida, isolamento social, neurastenia, dentre tantas outras. A literatura mostra que o tratamento traz impactos negativos à saúde mental dos/as adolescentes.

Os jovens com HIV positivo vivenciam desafios relacionados ao regime terapêutico complexo, consultas médicas periódicas, vasto número de medicamentos com

2 Os primeiros casos de HIV/AIDS foram identificados no Brasil em 1981.

Na juventude, o uso dos antirretrovirais é ainda mais complexa, uma vez que é preciso cuidar para que o/a adolescente aumente seu entendimento sobre sua condição sorológica, bem como sobre a relevância do seguimento das avaliações clínicas e terapêuticas para a manutenção de sua saúde (PAULA *et. al.*, 2015).

Nesse sentido, tanto a equipe de saúde quanto o/a adolescente e sua família devem encontrar estratégias quanto aos cuidados que minimizem as dificuldades de ingestão dos medicamentos, encontradas em seu cotidiano.

A equipe interdisciplinar promove orientação, cuidado e tratamento adequado ao/à adolescente soropositivo/a. Estimular a adesão ao tratamento psicológico, odontológico e principalmente medicamentoso, contribuirá para a melhoria da qualidade de vida, fortalecimento da saúde física e mental, que trará benefícios secundários, como prosseguimento nos estudos, melhor socialização nos diferentes grupos sociais, acesso ao mercado de trabalho, dentre tantas outras benesses.

“Muitos médicos pedem para que a assistente social converse, a psicóloga e a enfermeira também, a consulta é feita em conjunto porque, às vezes, o mesmo paciente tem problema social, problema psicológico e problema de adesão” (KOERICH *et. al.*, 2015, p. 118). Quando há diálogo interdisciplinar, o/a adolescente é assistido/a integralmente. As áreas psíquicas, físicas, educacionais, nutricionais, biológicas e sociais são trabalhadas em conjunto, no intuito de proteger aqueles/as adolescentes que passam por reconfigurações familiares e/ou dificuldades econômicas e que necessitam de uma rede de apoio para cuidado, tratamento e assistência especializada.

De acordo com a literatura, a realidade social com a qual a maior parte dos/as adolescentes com HIV/AIDS convivem, como orfandade, e conseqüente dificuldade para referenciar um cuidador e formar vínculo, atrelada à situação socioeconômica desfavorável encaminha o/a adolescente às perspectivas de futuro limitadas, que têm impacto direto e indireto para falhas e baixo índice de adesão no tratamento (KOERIC *et. al.*, 2015, p. 121).

Nem todas as famílias oferecem apoio adequado ao/à adolescente, mas quando é ofertado suporte familiar, as chances de cultivar hábitos saudáveis são maiores. Além disso, eles/as podem se sentir mais seguros/as para enfrentar as adversidades que surgirem em decorrência do HIV, da AIDS, do tratamento e/ou do estigma do vírus.

E quando os/as jovens não querem se tratar? Como a família pode atuar? Quais estratégias os/as profissionais de saúde devem incorporar em sua prática para estimular o tratamento? Uma boa estratégia é aquela que unifica família e profissionais de saúde, buscando mecanismos suportivos que reforcem a importância da adesão aos medicamentos, inserção ou reintegração nos distintos grupos sociais,

e continuidade no projeto de vida, tendo em vista que o vírus HIV não pode ser considerado como limitador do desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva,

Entendemos que a equipe de saúde precisa fornecer informações claras e práticas, para que o/a adolescente e cuidador compreendam sua importância. No entanto, é necessário que o profissional de saúde esteja embasado teoricamente no processo de adoecimento e tratamento em HIV/AIDS para tal instrumentalização. Desse modo, consideramos que os profissionais da saúde inseridos na dinâmica das relações sociais, precisam atuar na promoção da consciência crítica dos sujeitos, no que tange às potencialidades e às fragilidades de seu contexto de vida. Os/as adolescentes necessitam ser incentivados/as para que possam atuar e se posicionar acerca de suas concepções, valores e escolhas, o que oportuniza o compartilhamento das diferentes visões de mundo e a construção de novos saberes e interpretações sobre a realidade (SEHNEM et. al., 2015, p. 40).

A adolescência é uma fase da vida de introspecção, reconstrução, ressignificação, isolamento, contradição, conflito. Entretanto, é uma fase permeada também por interação social, relacionamento amoroso, atividades de lazer e em grupo. Desse modo, é importante que a soropositividade não possa ser um empecilho no que concerne ao usufruto do processo de socialização.

A busca pelas atividades de lazer e nas relações com os amigos, namorados e no convívio familiar aparecem como marcadores de um contexto que oferece condições para o crescimento e desenvolvimento do adolescente independentemente da AIDS (SEHNEM et. al., 2015, p. 42).

O tratamento disponibilizado pelo SUS, isto é, a TARV, diminui a hospitalização, as doenças oportunistas, favorece a longevidade da vida, facultando a pessoa com HIV, maior perspectiva de vida e de futuro (SEHNEM et. al., 2015).

Desde que tenha boa adesão medicamentosa, o/a adolescente pode e deve ter uma vida saudável, como qualquer outro/a jovem que não convive com HIV. É ideal que ele/a continue estudando, saindo com os/as amigos/as, tendo projetos de vida, pois a vida não acabou. Essa consciência é fundamental. O HIV é um vírus e “não é a pessoa”, como também traz consequências nocivas para o convívio diário do/a soropositivo/a, desencadeando, sobretudo, transtornos mentais e isolamento social.

Sehnen e outros autores (2015, p. 43) afirmam que

O adolescente que vive com HIV/AIDS tem o seu dia a dia permeado de várias atividades comuns a qualquer outro adolescente, como ir à escola, brincar, ir a festas, conversar com os amigos, usar o computador, falar de namoro e de sua imagem corporal.

Espera-se que ele/a tenham e cumpram os mesmos compromissos esperados para/por todos/as os/as adolescentes que estão na mesma faixa etária, como estudar, fazer os deveres, trabalhar e entregar as tarefas escolares.

Destacamos, em suma, que a família, os/as profissionais de saúde, a escola, juntamente com o corpo docente, cada um a seu modo, podem ajudar o/a adolescente soropositivo/a a tomar decisões assertivas, avaliar os riscos que possam comprometer a saúde física e mental, e ajudá-lo/a a enfrentar de forma realista a condição de conviver com um vírus. O ideal é que ocorra a formação de uma rede de apoio e acolhimento, para que ele/a não se sinta sozinho/a perante um diagnóstico ainda tão estigmatizado, que causa exclusão e desigualdade.

Contudo, importante voltarmos o olhar para os/as estudantes da EJA, que é composto também por adolescentes e jovens. Sabemos que essa população é vulnerável, por questões de idade e carência de conhecimentos na área da educação para a sexualidade. Tendo em vista, o número expressivo de adolescentes e jovens matriculados na EJA. É de suma relevância a inserção dos temas HIV e AIDS no currículo desses alunos/as para que possam ser implementadas estratégias de discussão e construção de conhecimento.

### 3 | CAMINHOS METODOLÓGICOS

Buscamos identificar a percepção dos/as alunos/as da EJA sobre o a compreensão da epidemia do HIV em jovens de 15 a 24 anos, se existe ou não prevenção e quem é a população que mais está se contaminando. Para coletar essas informações utilizamos como instrumento metodológico um questionário com nove perguntas.

Utilizamos a abordagem qualitativa no intuito de analisar e compreender o objeto de estudo. Neste caso, a informação que os jovens têm, pelas práticas educativas familiares e escolares, e o impacto disso no aumento de casos de adolescentes com o vírus.

Para a sustentação metodológica, usamos “a pesquisa com *Survey*, que pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre características ou opiniões de determinado grupo de pessoas, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa” (FONSECA, 2002, p. 33). Tendo em vista os propósitos do *Survey*, optamos pela pesquisa descritiva, pois tal como o próprio nome evidencia, pretende descrever acontecimentos, comportamentos e ponto de vista de pessoas e distintos grupos.

Fomos até o lócus da pesquisa, isto é, uma escola pública da rede estadual de ensino, a fim de esclarecer os objetivos do estudo e solicitar a autorização para a realização da coleta de dados que foi feita por meio do Termo de Consentimento Institucional. No caso daqueles/as com menoridade, utilizamos o Termo de Assentimento; e para os/as participantes com mais de 18 anos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados coletados por meio do questionário foram analisados à luz da técnica

de análise de conteúdo, a qual visa separar os discursos proferidos em categorias de forma sistemática e concreta, lançando inferências para ampliar a compreensão do fenômeno estudado.

A técnica se inicia pela leitura das falas, realizada por meio das transcrições de entrevistas, depoimentos e documentos. Geralmente, todos os procedimentos levam a relacionar estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados e articular a superfície dos enunciados dos textos com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural e processos de produção de mensagem. Esse conjunto analítico visa a dar consistência interna às operações (MINAYO, 2007, p. 84).

No que diz respeito à análise de conteúdo, é importante refletir sobre o teor das mensagens explicitadas, pois as inferências foram separadas por unidades de significados, após a realização da transcrição literal das respostas dos/as participantes da pesquisa. Essa técnica tem como

“[...] características metodológicas [...]: objetividade, sistematização e inferência, representando um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1979, p. 42).

Ela permite ainda inferir um discurso e contextualizar de acordo com o pronunciamento dos/as pesquisados/as, transformando-as em categorias de análise. Ressalta-se, além dos procedimentos metodológicos, que a pesquisa realizada, oferece resultados significativos para o aperfeiçoamento individual e social e possibilita avanços nos estudos sobre a importância de discutir o HIV. Ela também se constitui como proposta de pensar a saúde na escola e uma forma de aguçar os interesses e o conhecimento daqueles/as que participaram do processo, de modo a tornar relevantes suas experiências para a construção de um saber coletivo.

#### **4 | RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

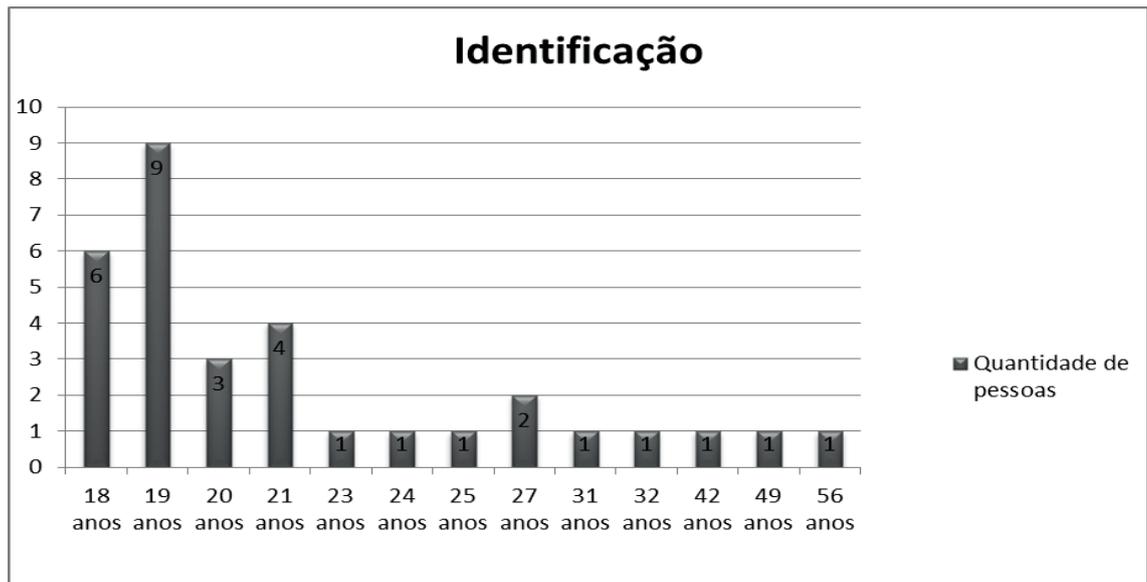
Os participantes desta pesquisa são 32 sujeitos/as, sendo 16 do sexo/gênero masculino e 16 do sexo/gênero feminino que responderam às questões relacionadas ao entendimento sobre o que é HIV, como se previnem, se os/as professores/as ensinam sobre AIDS na escola, o que a família ensina sobre HIV e AIDS, qual é o público que mais se infecta com a AIDS, se já haviam se relacionado sexualmente sem usar preservativo e quantas vezes isso ocorreu.

Com base nas respostas, procurou-se identificar os cuidados e prevenção de contágio do HIV e, de modo geral, das ISTs.

“Segundo o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS de 2017. Desde o início da

infecção no Brasil (1980), até junho de 2017, foram catalogados 576.245 (65,3%) casos de HIV/AIDS em homens e 306.444 (34,7%) em mulheres” (BRASIL, 2017, p. 10).

Importante ressaltar que o Brasil tem cerca de 40 mil novos casos de HIV/AIDS registrados nos últimos cinco anos (BRASIL, 2017). No que tange à identificação, a faixa etária dos/as participantes da pesquisa está entre 18 e 56 anos, conforme Gráfico 1, a seguir. No caso deste estudo, vale enfatizar que identificamos 22 jovens entre 18 a 21 anos. Este é o público mais vulnerável em relação à infecção pelo vírus HIV, de acordo com o Ministério da Saúde.



**Gráfico 1** - Faixa etária dos/as participantes da pesquisa

**Fonte:** Elaborado por um dos autores.

“Nos jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos, de 2006 a 2015 a taxa de vírus HIV, mais que triplicou, passando de 2,2 para 6,9 casos por 100 mil habitantes; e naqueles de 20 a 24 anos, as taxas de infecções dobraram de 16,2 para 33,1 casos por 100 mil habitantes” (BRASIL, 2016, p. 08).

Os dados do Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS de 2016, ainda revelam que, “em 2015, a razão de sexos foi de 30 casos em homens para cada 10 casos em mulheres na faixa etária de 20 a 29 anos” (BRASIL, 2016, p. 07).

Em relação ao estado civil, 16 indivíduos estão solteiros/as sem namorados/as, 08 são solteiros/as, porém, com namorados/as, e 08 são casados/as. A metade dos/as participantes desta pesquisa pode possuir mais de um parceiro sexual, tendo em vista que não tem um relacionamento fixo. Contudo, o fato de ser casado/a ou de ter um/uma companheiro/a não é garantia de fidelidade ou proteção contra o vírus HIV.

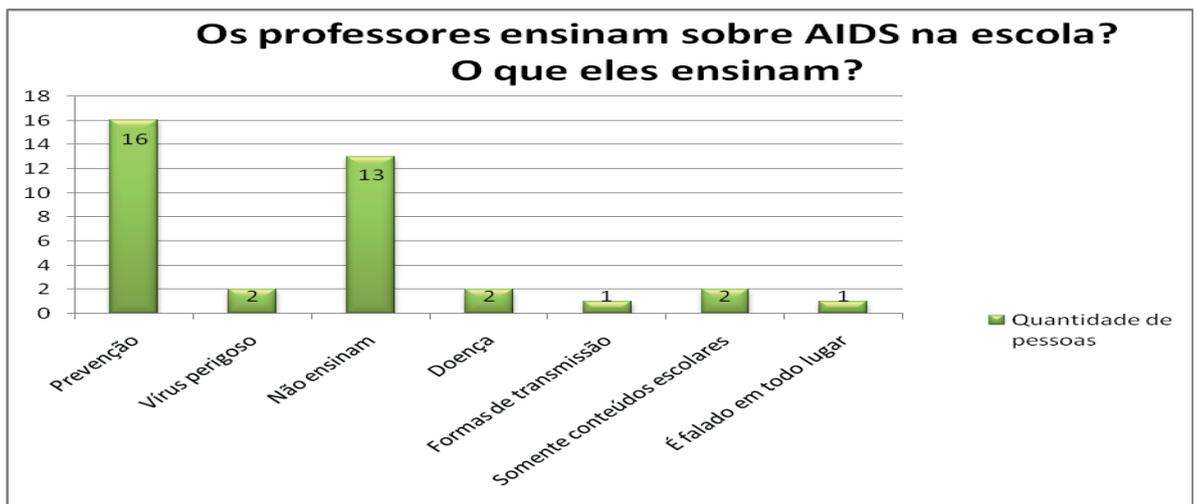
O fato de os homens casados exercerem práticas extraconjugais contribui para aumentar o risco de infecção pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), levando muitas vezes a um diagnóstico tardio por parte das mulheres casadas (BASTOS, et.al., 2013, p. 334). A confiança excessiva no esposo, ou vice-versa,

ocasiona a suspensão do preservativo e, conseqüentemente, maior suscetibilidade para a contaminação.

Após perguntas sobre identificação, perguntou-se aos/às pesquisados/as “O que é o HIV para você?”. Vinte e quatro (24) pessoas responderam que é uma Doença Sexualmente Transmissível<sup>3</sup>. Três (03) pessoas responderam doença grave, três (03) pessoas disseram que é o vírus da AIDS, duas (02) pessoas provavelmente não entenderam a pergunta e afirmaram que é importante evitar relações sexuais sem preservativo, enquanto que uma (01) pessoa ressaltou que o vírus HIV é perigoso.

A maioria da população estudada parece não saber distinguir HIV e AIDS. Enquanto HIV é um vírus, AIDS é a própria doença instalada no corpo humano. É importante construir a percepção de que a pessoa que convive com vírus não desenvolverá, necessariamente, patologias e agravos em sua saúde, tornando-se um caso de AIDS. O tratamento no Brasil é altamente eficaz, pois além de bloquear o vírus, minimiza as chances de transmissão e desenvolvimento de doenças oportunistas.

Ao questionar se “Os professores ensinam sobre AIDS na escola e o que eles ensinam”, houve respostas controversas, de acordo com o Gráfico 2, a seguir.



**Gráfico 2 -** Ensino e aprendizagem sobre AIDS na escola.

**Fonte:** Elaborado por um dos autores.

Os dados indicam que o maior conhecimento proveniente da escola diz respeito à prevenção. Contudo, verifica-se que há também um número expressivo de estudantes que afirmam não aprender nada sobre AIDS na escola. Por isso, questiona-se: Como os/as professores/as abordam essa temática? Essa prática é de fato difundida no ambiente escolar?

O fato de os/as jovens não conhecerem sobre AIDS, aumenta a chance de novas infecções, haja vista a carência de informações precisas. Em algumas respostas, a AIDS foi considerada uma doença, porém ninguém mencionou o que é essa doença,

<sup>3</sup> O termo Doença Sexualmente Transmissível está em desuso, substituído na atualidade por Infecção Sexualmente Transmissível. Uma pessoa que convive com o vírus HIV, não necessariamente é portadora de uma doença.

quais os sintomas, qual a prevalência entre os sexos, quais as formas de tratamento, dentre outros conhecimentos advindos dessa patologia.

Os/As estudantes reconhecem que o HIV é um vírus, entretanto, não se sabe que vírus é esse, como se contrai e nem mesmo quais as outras formas de prevenção, além do preservativo. No que diz respeito aos lugares onde são abordados o tema AIDS, os estudantes não deixaram claro quais são. Na escola? Na família? No grupo de amigos? Também não especificaram quais são as formas de transmitir o vírus, se é por via oral, vaginal, anal, penetração, troca de seringas e/ou amamentação.

Evidencia-se, neste estudo, que os conhecimentos escolares, ou de primeira linha, tais como língua portuguesa, matemática, história, geografia, química, física, entre outros, são mais importantes se comparados com a educação para a sexualidade. Os/As alunos/as parecem conhecer mais sobre as disciplinas que compõem o currículo do ensino médio do que a respeito da sua própria saúde. Entretanto, de acordo com Marinho e outros/as autores/as,

As disciplinas tradicionais não dão conta de um conjunto de questões postas pela realidade vivida pelos estudantes. O documento (PCN) aponta a importância das disciplinas para que os discentes dominem o saber socialmente acumulado pela sociedade. Por outro lado, há questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas, como a violência, a saúde, o uso de recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido diretamente contemplados por essas áreas (MARINHO *et. al.*, 2015, p. 431).

Pode-se então, perguntar: “Se o saber socialmente acumulado não possibilitar o entendimento da realidade e de seus problemas mais urgentes, por que ele é tão importante e central na escola?”. Sabe-se que é de extrema importância desenvolver os conteúdos do currículo, porém há temas urgentes que são esquecidos e pouco difundidos no ambiente escolar. “Quantas escolas têm um Programa de Prevenção de HIV e AIDS e promoção da saúde sexual e reprodutiva?”. Identificou-se que na escola em estudo não há nenhum projeto com esse objetivo.

Uma proposta bem fundamentada de educação para a sexualidade na escola prevê intervenções com, no mínimo, dois enfoques específicos: o da promoção da saúde e o de prevenção de doenças. As duas estratégias devem ter caráter de sensibilização, no sentido de tocar o/a aluno/a, para que ele/a, de fato, faça uma reflexão sobre o que é a prática sexual e como ela deve ser exercida. Educação para a sexualidade não é sinônimo de transmissão de informação descontextualizada, é bem mais que isso, é refletir sobre o que o ato sexual pode produzir posteriormente, caso não haja cuidado consigo.

Nessa perspectiva,

Discutir sexualidade e AIDS na escola é refletir o papel desta instituição em sua concepção pedagógica, é debater de que forma ela deve relacionar-se com o mundo, com o outro e com a comunidade. Trabalhar a sexualidade, desvelando o que é velado, desnudando o que é coberto e socializando o que é colocado

como segredo, impróprio e pecado. Se os professores não estiverem preparados para ouvir, discutir, dialogar, entender o que se passa com ele mesmo em relação ao mundo que o cerca; se o professor não souber lidar com a erotização, com a sedução como fenômenos naturais nas relações interpessoais, inclusive quando se lida com o desejo e o prazer; se lhe falta a compreensão de que viver é a forma mais prazerosa de lidar com a natureza e com o mundo, muito vai lhe faltar para falar de sexualidade com seus alunos. (CARVALHO, 1998, p.247).

A principal questão é “refletir sobre a ação”. Não adianta apresentar conhecimento mecânico, vindo, por exemplo, da biologia, sobre a anatomia do pênis, vagina, em relação às imagens impactantes das IST, ou sobre os casos terminais de AIDS, se não considerar as dúvidas e os questionamentos dos/as estudantes a respeito do que é sexualidade. Falar desse tema é transpor barreiras, é estar envolvido/a afetivamente, assim como ter conhecimento sobre ele, assim gera-se reflexão sobre a prática. Ao contrário disso, as infecções continuarão se perpetuando.

Não basta distribuir conselhos por meio de folders, ou passar filmes, transmitir informações de como o vírus entra e age no organismo humano porque está comprovado, em uma década de epidemia, que isto não funciona. (CARVALHO, 1998, p. 247). A sensibilização dos/as profissionais da educação, secretários/as e demais instâncias legislativas que instituem as políticas educacionais, requerem o desenvolvimento de metodologias ativas de ensino e aprendizagem que intensifiquem o trabalho com Educação para a Sexualidade. (CARVALHO, 1998).

Outros questionamentos são suscitados: O que seria mais apropriado para os/as discentes: propor um diálogo aberto e amistoso nas escolas sobre sexualidade e HIV/AIDS no intuito de informar e clarificar as dúvidas, ou ingerir diariamente medicações, conviver com efeitos colaterais e o estigma social da doença?

Um dos papéis da Educação para a Sexualidade é possibilitar ao/à adolescente apropriar-se de conhecimentos relativos ao HIV/AIDS, assim como sensibilizá-lo sobre como é viver e conviver com esse vírus no organismo, a fim de refletir sobre os impactos e desafios de ser soropositivo, bem como ampliar a consciência sobre o cuidado consigo e com o corpo do outro. É com intervenções teórico-práticas como essas, que mais pessoas se prevenirão de patologias, responsabilizando-se pela sua saúde.

A antítese para a vulnerabilidade é o empoderamento, ou seja, é preciso que as pessoas estejam em condições de aprender e de responder a programas educativos e de prevenção, por exemplo. Os elementos fundamentais para que políticas educativas e de prevenção sejam efetivas incluem os domínios de informação e educação; saúde e serviços sociais e o desenvolvimento social de suporte a população. Assim, o empoderamento pressupõe que o indivíduo tenha garantias de acesso a uma série de recursos antes de tomar qualquer atitude ou mesmo mudar seu comportamento (LEAL; COÊLHO, 2016, p. 10).

O conhecimento sobre a doença e os riscos de adoecer não são suficientes para resultar em uma mudança de comportamento; antes é preciso que o indivíduo elabore as informações recebidas, tornando-as significativas e que se reconheça

como vulnerável ao adoecimento. (LEAL; COELHO, 2016, p. 12).

Como sobredito, exibir imagens chocantes das ISTs: AIDS, sífilis, gonorreia, por exemplo, não é suficiente para a tomada de consciência sobre o uso permanente da camisinha. As informações a respeito da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis adquiridas na escola nem sequer têm sido significativas para os/as participantes deste estudo. Eles/as não souberam identificar quais foram os programas educacionais voltados para a prevenção do HIV/AIDS na escola, ou como são executadas essas ações. Não perceberam o diálogo entre as disciplinas para tratar dessa temática, nem ao menos a presença da interdisciplinaridade.

Uma forma de trabalhar a prevenção no âmbito escolar é o uso da linguagem artística. Podem-se utilizar recursos como: música, poesia, teatro, dança, exposição de cartazes, maquetes, fotografias, paródias, portfólio, criação de documentário visando verificar a representação social do HIV para os/as discentes, bem como entender qual é a percepção deles/as em relação à prevenção e ao contágio do vírus.

No que concerne às aprendizagens advindas da família, perguntou-se aos alunos “O que a sua família ensinou sobre HIV e AIDS?”.

A família tem reforçado o que a escola ensina (vide Gráfico 02), sobre a importância do preservativo. Sabe-se que essas informações são veiculadas na mídia, nos postos de saúde, em campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde, em datas comemorativas, como o Carnaval ou no dia 1 de dezembro<sup>4</sup>, em que há uma grande mobilização social a respeito da consciência do sexo protegido. Entretanto, todos esses esforços parecem não sensibilizar a população para o cuidado consigo e com o outro. A família, como grupo social, tende a apresentar mais vinculação com os/as estudantes, proporcionando informações genéricas, em forma de conselhos como: “use preservativo, tome cuidado, essa doença não tem cura”. Na tentativa de buscar maior conhecimento sobre a temática, os/as estudantes recorrem à escola; porém, esse espaço que deveria ser de produção do conhecimento, parece silenciar ou omitir informação, quando o assunto é educação para a sexualidade. Resta aos/às jovens então, buscar informações na TV e na internet.

Os achados da pesquisa mostraram que a família exerce pouca influência na construção das aprendizagens de seus/suas filhos/as, tendo em vista a falta de informação referente ao vírus HIV e à doença AIDS. Aparecem informações generalizadas, sem nenhum aprofundamento teórico e base científica.

Outra pergunta feita aos/às discentes foi: “Quem são as pessoas que mais se infectam pelo vírus HIV atualmente?” Vinte e oito (28) pessoas foram categóricas e afirmaram que são os/as adolescentes. Questionou-se se, de fato, os/as estudantes têm conhecimento de quem é a população mais contaminada pelo vírus. Dois (02) estudantes disseram que os/as maiores infectados/as são os/as adultos/as, 01 (uma) pessoa acredita que são as crianças e 01 pessoa não respondeu.

---

4 Comemora-se o dia nacional de luta contra AIDS. Várias ações são promovidas pelo governo, ONGs, Instituições de saúde para repensar a questão da prevenção e da promoção da saúde.

É relevante enfatizar que os/as adultos/as na idade de 25 a 39 anos são os/as que mais se contaminam com o vírus na atualidade, e não os/as adolescentes como citado anteriormente (BRASIL, 2016).

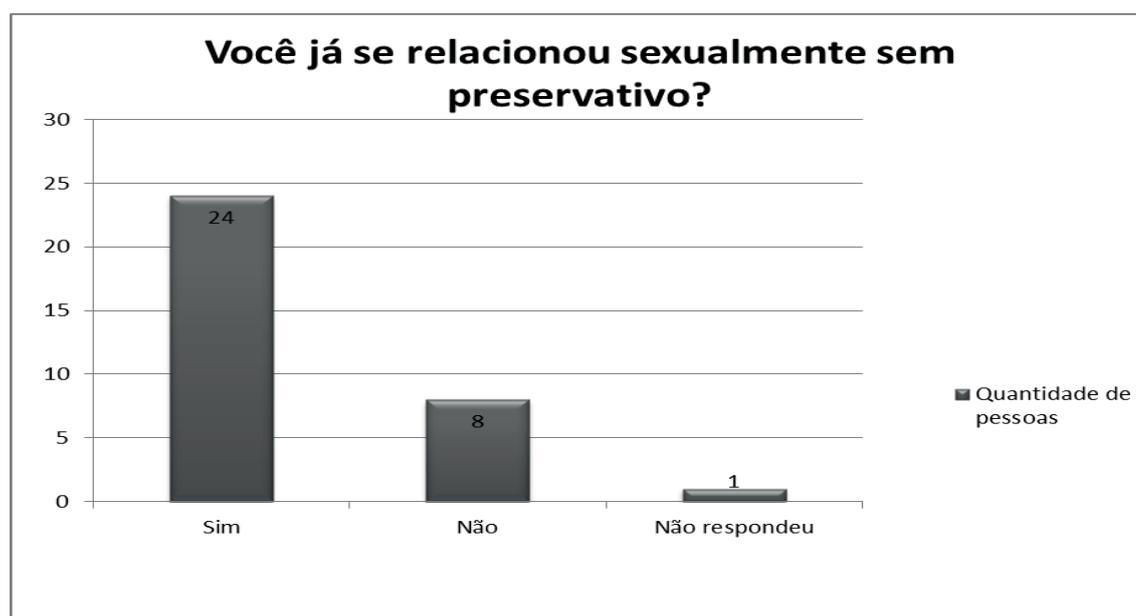
É crescente o aumento de infecções pelo vírus HIV a cada ano no Brasil, principalmente entre os grupos populacionais nos quais há usuários de drogas, homossexuais, profissionais do sexo, adolescentes e idosos/as. A mídia reforça que a epidemia está controlada, não se vê diariamente pessoas morrendo de AIDS, como era no início dos anos de 1980 e, com isso, os/as mais jovens acabam se infectando. Assim, pergunta-se: “Por que os/as estão contraindo o vírus HIV?” Eles/as estão se infectando pela vulnerabilidade a qual estão expostos/as. Falta informação, conscientização, reflexão, programas de prevenção de IST’S, educação sexual, tanto proposta pela família quanto pela escola.

Paula e outros autores (2016, p. 162) destacam que

(...) a infecção pelo HIV revela a tendência de juvenização da epidemia, justificada pelo início precoce da vida sexual, pela necessidade de aceitação em grupos sociais, pelo consumo de álcool e outras drogas, além da questão de gênero. No que diz respeito aos aspectos sociais, percebe-se que ainda são marcantes a culpabilização do indivíduo pela infecção e o estigma social imputado à doença. Quanto aos aspectos políticos, destacam-se os programas destinados à garantia da prevenção da infecção e/ou reinfeção e promoção da saúde dessa população (PAULA *et. al.*, 2016, p. 162).

Verifica-se que o vírus HIV passou a ser contraído mais cedo pelos/as jovens, uma vez que o modo de vida destes/as levam a se relacionarem sexualmente mais cedo, assim como usarem drogas legais e ilegais. Conseqüentemente, a exposição ao vírus torna-se maior e sem informações adequadas estão sujeitos/as ao contágio.

Ao serem questionados se já se relacionaram sexualmente sem preservativo em algum momento da vida, obteve-se as respostas evidenciadas no Gráfico 3, a seguir.



**Gráfico 3 - Relacionamento sexual sem preservativo**

Fonte: Elaborado por um dos autores.

Identificou-se um número expressivo de estudantes que se relacionam sexualmente sem preservativo. Fazendo uma comparação com o Gráfico 2, apresentado anteriormente, é possível identificar que a carência de conhecimento em relação aos riscos de contrair HIV/AIDS, advindo da escola, e sobretudo, da família, é o que tem levado esses/as estudantes ao descuido com a saúde. Se não há um processo de reflexão interna dos malefícios que é conviver com o vírus HIV, se não há uma consciência dos efeitos colaterais das medicações, desenvolvimento de patologias, das dificuldades em lidar com o estigma e o preconceito da sociedade em relação a AIDS, tampouco, os/as estudantes estarão sensibilizados/as para se prevenir e se proteger das infecções sexualmente transmissíveis.

No Gráfico 4, a seguir, pode-se observar que a maioria dos estudantes vive comportamentos sexuais de risco, tendo em vista a suspensão da camisinha durante o sexo. Sabe-se que uma relação sexual sem preservativo já é suficiente para contrair o vírus HIV e que quanto mais parceiros/as sexuais as pessoas tiverem, mais expostas ao vírus estarão.



**Gráfico 4** - Quantidade de vezes sem usar preservativo nas relações sexuais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Indivíduos homossexuais, bissexuais e heterossexuais estão se infectando no Brasil, haja vista a diversidade de comportamentos sexuais de risco que adotam. A prática do sexo desprotegido é uma delas.

Estaria aí o exemplo dos homossexuais, mais infectados pela epidemia, por conta de terem 'decidido' viver uma vida que afronta a norma de modo pouco responsável, ou pelo excesso de confiança mútua. Por outro lado, vem também, das estatísticas da AIDS, a informação de que mulheres casadas, fiéis a seus maridos, com vida conformada à norma, experimentam vulnerabilidade à infecção pelo HIV (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 298).

Nesse sentido, não existe mais grupo de risco, mas sim, comportamento de risco. Qualquer ser humano que abominar o preservativo das suas relações sexuais, poderá se contaminar. Inclusive, homens e mulheres com relacionamento estável. Em relação ao preservativo, vale destacar que ele é um dos insumos disponibilizados pelo governo para proteger as pessoas do HIV. Entretanto, não é o único, atualmente existe a Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), em que o sujeito que se expôs a uma relação sexual desprotegida poderá procurar uma Unidade Básica de Saúde (UBS), ou Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) em até 72 horas após o contato com o vírus para iniciar a medicação com um antirretroviral. Esse tratamento tem duração de 28 dias, e a pessoa é assistida pelos/as profissionais de saúde durante 90 dias.

Entretanto, ressalta-se a importância de que homens e mulheres, sem distinção de gênero ou sexualidade, tenham práticas que favoreçam o cuidado com a vida de si e do outro. Ao indagar sobre “Quantas vezes você não usou preservativo?”, vinte (20) pessoas disseram que já tiveram mais de três relações sexuais sem preservativo, que pode ser com parceiros/as diferentes ou com um/a em específico; cinco (05) pessoas responderam que tiveram apenas uma relação sexual sem camisinha, três (03) pessoas informaram que houve apenas três relações desprotegidas e quatro (04) pessoas não quiseram responder.

Relacionando essas informações com o Gráfico 3, anteriormente apresentado, notam-se contradições. Das 32 pessoas investigadas no estudo, 24 relataram que já fizeram sexo sem preservativo. Contudo, no Gráfico 4, vinte e oito (28) pessoas declararam que já deixaram de usar o preservativo. Então, pode-se considerar que, do total de respondentes, não se sabe com exatidão se somente quatro (4) estudantes usam, de fato, o preservativo em todas as relações sexuais.

É relevante salientar que não só os/as adolescentes estão propensos/as ao HIV, mas qualquer pessoa que iniciou vida sexual poderá se infectar, independente do número de parceiros/as amorosos/as. O caso da escritora brasileira Valéria Piassa Polizzi que se infectou aos 15 anos de idade do seu primeiro namorado, ainda virgem<sup>5</sup>, é um exemplo disso.

Desse modo, “A vulnerabilidade não está, de modo essencial, no corpo da mulher, do jovem negro, do indivíduo gay, das travestis, transexuais ou transgêneros, do usuário de drogas, mas nas relações sociais que constroem essas vidas como vidas”. (SEFFNER; PARKER, 2016, p. 298).

HIV e AIDS são assuntos pouco noticiados e debatidos. Existem informações isoladas, esporádicas que nem sempre vem à tona. Consequência disso é a falsa ideia de que o vírus HIV está apartado da sociedade, e que atualmente, ninguém mais morre de AIDS. A medicação para tratamento da AIDS traz qualidade de vida à pessoa vivendo com HIV, impossibilita o surgimento de novas doenças e, desde que a pessoa faça o tratamento corretamente, poderá viver praticamente como alguém que não contraiu o vírus. O grande problema é que muitos jovens não têm esses

5 Valéria Piassa Polizzi retrata essa história no livro *Depois daquela viagem*.

conhecimentos, e por esse motivo novas infecções ocorrem.

O levantamento feito entre jovens, realizado com mais de 35 mil meninos de 17 a 20 anos de idade, indica que, em cinco anos, a prevalência do HIV nessa população passou de 0,09% para 0,12%. O estudo também revela que quanto menor a escolaridade, maior o percentual de infectados pelo vírus da AIDS (prevalência de 0,17% entre os meninos com ensino fundamental incompleto e 0,10% entre os que têm ensino Práticas de prevenção do HIV/AIDS e modos de subjetivação fundamental completo). O resultado positivo para o HIV está relacionado, principalmente, ao número de parcerias (quanto mais parceiros, maior a vulnerabilidade), à coinfeção com outras doenças sexualmente transmissíveis e às relações homossexuais. O estudo é representativo da população masculina brasileira nessa faixa etária e revela um retrato das novas infecções (PINHEIRO; MEDEIROS, 2013, p. 640).

A carência de reflexão sobre o comportamento sexual de risco e a troca frequente de parceiros/as são alguns dos fatores que contribuem para a exposição. Hoje em dia, é muito fácil se relacionar sexualmente. Os sites e aplicativos de interação e “pegação” facilitam a comunicação, o conhecimento de pessoas e, conseqüentemente, a rotatividade de parceiros/as sexuais. Existem vários deles, tais como: *Tinder*, *Uol*, *Badoo*, *Facebook*, *Whatsapp*, *Grindr*, *Duego*, *Hornet*, dentre tantos outros, que são a porta de entrada para o vírus da AIDS e outras Infecções Sexualmente Transmissíveis.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não existe mais grupo de risco; qualquer ser humano que deixar de usar a camisinha terá possibilidade de contrair o vírus. Entretanto, os maiores índices de infecção pelo HIV, desde a primeira contaminação na década de 1980 até 2018, são de pessoas vulneráveis social, intelectual e economicamente, profissionais do sexo, usuários de drogas injetáveis, e homossexuais “*principalmente homens que fazem sexo com homens*” (grifo nosso). Não se pode descartar os/as idosos/as, após a oferta de medicações que proporcionam a ereção peniana, e o aumento da libido, uma vez que este grupo também vem se contaminando no Brasil.

Embora não exista grupo de risco, mas sim, grupos vulneráveis ao HIV, os jovens estão inseridos nessa população alvo, e portanto, o foco de nossa pesquisa foram adolescentes e jovens da EJA.

Desde o primeiro caso de HIV/AIDS revelado no Brasil, o preconceito e a discriminação vem se perpetuando ao longo do tempo. A sociedade tem dificuldade em aceitar o/a diferente, justamente pela falta de conhecimento científico sobre a doença. A AIDS tem um “ranço” negativo como se todo/a portador/a do HIV fosse promíscuo/a, sujo/a e irresponsável. É preciso quebrar esses paradigmas. Por isso, é preciso se preocupar com “quais estratégias o Estado brasileiro tem adotado para impedir a replicação do vírus”

Diante do exposto, destaca-se que é necessário refletir sobre a realidade

educacional e social que vivenciamos. Esse é um momento em que a sexualidade na escola é um tema que não pode ser extinto das discussões em sala de aula, haja vista a necessidade de formação técnica e científica dos/as professores/as para orientar os/as estudantes nas dúvidas e questionamentos que surgirem ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BASTOS, D. C.; PAIVA, M. S.; CARVALHO, E. S. S.; RODRIGUES, G. R. S. **Representações sociais da vulnerabilidade de mulheres negras e não negras à infecção pelo HIV/AIDS**. *Revista de Enfermagem*, UERJ. 2013; 21:330-6.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico HIV e AIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, PN de DST e AIDS, Ano V, n. 1, 01<sup>a</sup> à 26<sup>a</sup> semanas epidemiológicas, jan./julh. 2016.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico HIV e AIDS**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, PN de DST e AIDS, Ano V, n. 1, 01<sup>a</sup> à 26<sup>a</sup> semanas epidemiológicas, jan./julh. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Biologia. Ensino Médio. Parte III. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Orientação Sexual. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, R. O. Aids e a escola: proposta interdisciplinar e institucional de prevenção. Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 51, n. 2, p. 245-252, 1998.

FAVERO, N. B. et al. Terapia antirretroviral no cotidiano de adolescentes que vivem com hiv/aids. *Ciencia y enfermeria, Concepcion*, v. 1, n. 1, p. 23-33, out./mar. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, L. J. V. O processo de Educação Sexual na escola: um estudo de caso sobre a conceituação, significação e representação compreensiva de professores da Rede Municipal de Ensino de Camboriú-SC sobre Educação Sexual. **Dissertação de Mestrado**, Programa de Pós graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRECO, D. B. Trinta anos de enfrentamento à epidemia da aids no brasil, 1985-2015. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1553-1564, fev. 2016.

GRIEP, Rosane Harter; ARAÚJO, Carla Luzia França; BATISTA, Sônia Maria. Comportamento de risco para infecção pelo hiv entre adolescentes atendidos em um centro de testagem e aconselhamento em dst/aids no município do rio de janeiro. **Epidemiologia e serviços de saúde**, Rio de janeiro, v. 14, n. 2, p. 119-126, abr./jun. 2016.

JULIÃO, T. C.; FERNANDES, A. F. C.; GURGEL, A. H. Prevenção de dst's/aids: uma abordagem junto a famílias de adolescentes. Fortaleza: **Revista Rene**, v. 2, n.1, p. 51-57, jul./dez. 2001.

- LAZZAROTTO, Alexandre Ramos; BAZZO, Karen Olivia. Treinamento concorrente na imunidade e aptidão física de pacientes hiv/aids. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 153-156, mar./abr. 2016.
- LEAL, Noêmia Soares Barbosa; COELHO, Angela Elizabeth Lapa. Representações sociais da AIDS para estudantes de Psicologia. *Fractal*, **Revista de Psicologia**. v. 28, n.1, p.9-16, 2016.
- MACEDO, Elizabeth Fernandes de. Parâmetros curriculares nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. (Org.) **Currículo**: políticas e práticas. Campinas: Papirus. p.43-58. 1999.
- MARINHO, J. C. B.; SILVA, J. A.; FERREIRA, M. **A educação em saúde como proposta transversal**: analisando os Parâmetros Curriculares Nacionais e algumas concepções docentes. Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde, v. 22, p. 429-433, 2015.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2007.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- PAULA, C. C. de et al. Ética na pesquisa com adolescentes que vivem com hiv/aids. **Revista Bioét**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 161-168, out./fev. 2016.
- PINHEIRO, C. V. Q.; MEDEREIROS, N. M. Práticas de prevenção do HIV/Aids e modos de subjetivação. Rio de Janeiro: **Saúde Coletiva**, v. 23, p. 629-646, 2013.
- REIS, Renata Karina; MELO, Elizabete Santos; GIR, Elucir. Fatores associados ao uso inconsistente do preservativo entre pessoas vivendo com hiv/aids. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 69, n. 1, p. 47-53, mai./set. 2015.
- SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. **Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à aids**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Interface Comunicação, Saúde, Educação. 2016.
- SEHNEM, G. D. et al. A saúde no adolescer com hiv/aids: caminhos para uma agenda pós-2015. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto alegre, v. 36, n. 1, p. 39-46, jul./out. 2015.
- VAL, L. F.; SILVA, J. A. S.; RINCÓN, L. A.; LIMA, R. H. A.; BARBOSA, R. L. NICHATA, L. Y. I. Estudantes do ensino médio e o conhecimento em HIV/AIDS: que mudou em dez anos? São Paulo: **Revista Escola de Enfermagem**. V. 47, n. 3, jun. 2013.
- VALLADARES, K. K. **Sexualidade**: professor que cala... nem sempre consente. Disponível em: <www.btdtd.ndc.uff.br>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- VITIELLO, N. **Sexualidade**: quem educa o educador: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 1997.

## UM BREVE PERCURSO SOBRE A POSIÇÃO SOCIAL DA MULHER

### **Libna Pires Gomes**

Universidade Federal Fluminense -UFF  
Rio de Janeiro-Niterói

### **Paula Land Curi**

Universidade Federal Fluminense -UFF  
Rio de Janeiro-Niterói

### **Ivana Maria Fortunato de Barros**

Rio de Janeiro-Niterói  
Universidade Federal Fluminense -UFF

**RESUMO:** Este trabalho pretende pensar o lugar ocupado pela mulher na sociedade, seu corpo e o exercício de sua sexualidade, construídos de acordo com exigências de determinadas configurações sociais, históricas e políticas. Tomando o feminino como constructo histórico, temos que a atual concepção do que é ser mulher e do exercício da feminilidade variam ao longo do tempo e das sociedades. Se na Idade Média, a mulher não era vista como um ser em sua singularidade sexual, o século XVII traz uma inovação ao afirmar a mulher como um ser único anatomicamente, utilizando-se agora de um argumento científico para justificar o lugar de inferioridade da mulher. No decorrer da história, o lugar social da mulher passa por diversas transformações, e estas vão desde uma posição de respeito, sendo até mesmo a descendência contada por linha materna, até uma posição

de submissão na sociedade patriarcal, onde o homem detinha o poder sobre a mulher. Essas e outras múltiplas estruturas de dominação que incidem sobre a mulher, demonstram variadas relações de poder, garantindo o controle sobre o corpo e a sexualidade dentro de uma sociedade hétero fundamentada. A este trabalho cabe analisarmos alguns percursos históricos e políticos, perpassando por funções sociais e padrões de relações que ainda mantém privilégios onde a mulher se encontra em desvantagem. Pretendemos discorrer sobre a concepção do que é ser mulher e do exercício da feminilidade, retratando também conquistas de direitos de igualdade vinculados a questão de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulher, corpo, poder

### **A BRIEF COURSE ABOUT THE SOCIAL POSITION OF THE WOMAN**

**ABSTRACT:** This paper aims to explore the space occupied by women in society, their bodies and the expression of their sexuality, built according to the norms of certain social, historical and political configurations. If we observe “feminine” as a historical construct, it is noticed that the current conception of being a woman and the expression of femininity vary through time and societies. While during the Middle Age women were not seen as sexually

singular beings, the XVII century brings something new by affirming women as an anatomically unique human being, using a scientific argument to justify women's inferiority. Throughout history, the social place assigned to women changes and transforms, from a position of respect, when even the descendancy was defined by the maternal line, to a position of submission in the patriarchal society, where men detain power over women. This is one of multiple domination structures that affect women and show varied power relations - they guarantee control over the body and sexuality in a society founded in heterosexual norms. This paper will analyse some of historical and political processes, running through social functions and pattern of relationships that still maintain privileges that keep women at disadvantage. Our objective is to discuss the conception of what it means to be a women and the exercise femininity, while at the same time portraying equality achievements connected to gender issues.

**KEYWORDS:** women, body, power

## INTRODUÇÃO

A observação histórica e uma breve análise das culturas revelaram que desde as épocas mais remotas, a mulher vem ocupando, na sociedade, um lugar de submissão ao homem. Não obstante, esse padrão não esteve desde sempre. Podemos dizer com Engels (1977) que já tivemos outras referências de mulher, visto que ele nos mostra que houve um tempo em que a mulher não só gozava de liberdade para se relacionar com quem quisesse, mas também mantinha uma posição privilegiada na sociedade como progenitora.

Em tempos em que se vivia sob a égide do mandato *matersemper certa est, pater semperincertus este*, a linhagem materna era determinante para a comunidade. E seguindo esta trilha, o poder estava em mãos femininas, pois somente através das mulheres que se podiam definir as relações de consanguinidades. Neste tempo, cada homem e mulher pertenciam igualmente a todos. A mulher, ao torna-se mãe, de um filho cujo pai era desconhecido, era a única certeza da filiação.

Engels (1977), todavia, evidenciará um momento possível de se destacar uma mudança de status da mulher nas sociedades ditas primitivas. Ao descrever sobre as noções de matrimônio e a passagem da poligamia para a monogamia, remete-se a algumas tribos australianas onde imperava a lei de classes. Para o autor, é no rapto de mulheres que começa a aparecer os indícios da passagem à monogamia, através do chamado casamento sindiásmico.

Na passagem do casamento por grupos ao matrimônio sindiásmico, a mulher perde sua posição de prestígio e passa a pertencer a um homem, quem tem direito a poligamia. Através desta forma de organização, introduziu-se a estrita monogamia para as mulheres, ao mesmo tempo em que o homem continuava a gozar do direito a poligamia e a infidelidade (ENGELS, 1977).

Em outras palavras: a mulher reservava-se ao matrimônio monogâmico enquanto

o homem não precisava abster-se do prazer grupal. Nestes grupos, a mulher estava mais próxima da posição de objeto, podendo ser raptada e possuída pelo homem. Segundo o autor, a monogamia, como nos conta o autor, foi pleiteada após a passagem para essa organização conjugal.

Algumas outras formas de mudança na equiparação entre homens e mulheres em relação ao prazer, são encontradas na história das sociedades através dos ritos destinados à mulher antes do casamento. Um modo específico de formação familiar. Um núcleo familiar que nasceu no limite que separa o estado selvagem da barbárie, não mais sendo realizadas uniões consanguíneas. Surge após a proibição do incesto mulher antes do casamento. Alguns destes demonstram um decaimento da valorização do feminino quando comparados a sociedades primitivas citadas anteriormente. Como exemplo, podemos observar na antiga Babilônia templos onde as jovens eram obrigadas a praticar o amor livre antes de pertencerem a um só homem. Entregavam-se a quem as escolhessem por determinado momento antes de casar-se. E, em outras sociedades, a primeira noite da recém-casada era direito do chefe, não lhe sendo concedido o direito da escolha de entregar-se ou não para esta relação.

Foucault (1984), investigando o antigo mundo grego, refaz passagens também importantes para se pensar a posição social da mulher. Refletindo sobre a preocupação dos gregos com o comportamento sexual, ele desvela uma ética desigual baseada em coerções femininas. Uma sociedade marcada pela dominação dos “homens livres”.

Com a constituição mais sólida da monogamia, uma fidelidade unilateral se consolida estabelecida por meio de regras morais. Ao homem casado era exigido dentro da relação conjugal, ter somente um vínculo matrimonial e manter relações sexuais com sua esposa pelo menos três vezes na semana. Mas, podia livremente se relacionar com outras mulheres e homens, tendo respeito pelas mulheres casadas, para não violar o direito de outros maridos. A mulher por outro lado, deveria relacionar-se exclusivamente com seu marido sendo considerada uma falta grave o adultério.

Além disso, ainda na Antiguidade greco-romana, pode-se observar a partir da perspectiva médica daquele tempo, uma inferioridade da mulher frente ao homem. O médico e filósofo Galeano afirmava que a diferença entre os sexos se baseava no calor vital do corpo, sendo o homem quem possuía maior quantidade de calor. Galeano formulou posteriormente uma teoria de identidade anatômica de modo que homens e mulheres possuíam os mesmos órgãos sexuais, sendo a mulher uma versão imperfeita do homem, com os órgãos internos e invertidos, devido à menor quantidade de calor que possuiria.

Com o passar dos séculos, temos mudanças significativas na concepção da diferença sexual engendradas por uma necessidade política de construir novos lugares para homens e mulheres na sociedade e, com isso, no século XVII, a mulher passa a ter sua própria singularidade sexual, ou seja, seu corpo e sexo passavam a ser vistos não mais a partir de uma perspectiva masculina. E, um século a frente, com

o pensamento iluminista ganhando força na sociedade, foi possível criar um novo ideal do feminino.

O avanço dos estudos anatômicos, fomentados a partir do século XVIII, inaugura um novo modo de conceber o corpo e as diferenças sexuais e, assim, as mulheres ganham outra forma de inserção na sociedade. Agora representantes da função materna, a sexualidade feminina caracteriza-se pela sua essência (re)produtiva – sendo excluído o prazer sexual. Marcada pela crença em seus instintos maternos, a mulher era socialmente colocada como “naturalmente” destinada à esfera doméstica, de procriação e cuidado, ou seja, a natureza é que designaria a inserção e função social.

Por meio, de pequenas passagens históricas observa-se como ao longo do tempo, vai se modificando a relação entre homens e mulheres na sociedade. Apresenta-se uma mudança no status social da mulher, a liberdade para se relacionar com quem quisesse dá lugar a uma monogamia unilateral e, mais a frente, uma posição inferior ao homem e fica destinada a vida doméstica, marcada pelo ideal de maternidade.

## **NO BRASIL COLONIAL: O PATRIARCADO, O USO DO CORPO DA MULHER E SUA SEXUALIDADE**

O sistema patriarcal no Brasil, em período menos arcaico, objeto de estudo para Gilberto Freyre (2003), é pensado como um poder concentrado nas mãos masculinas. Freyre (2003) toma o patriarcalismo como estratégia de colonização no sistema escravocrata brasileiro. Uma organização da família onde o poder exercido pelo patriarca abrangia sua casa, filhos, fazenda e esposa. Este autor resgata a história do brasileiro, sua vida doméstica e conjugal a partir de uma visão do patriarcalismo escravocrata e polígono.

Neuma Aguiar (2000), também reflete sobre o significado do conceito do patriarcado no pensamento social brasileiro, demonstrando uma forma de dominação alargada que abarca a sexualidade, a reprodução e a relação entre homens e mulheres contextualizada ao sistema escravocrata. Isso vai ao encontro do modo como Freyre (2003) pensa o patriarcalismo, na medida em que ele descreve como característica desse sistema a depravação sexual como forma de investimento - “Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens o imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias” (FREYRE, 2003, p.399).

O estudo de Freyre (2003) revela o quanto o ventre de uma escrava, além da fazenda em si, era produtivo, pois a escrava daria a luz à outra mão-de-obra. Assim, o estupro da escrava não só era fonte de prazer, mas também fonte de lucro. Mary Del Priore (2013) mostra em sua obra, sobre a história da mulher no Brasil colonial, que a violência contra as mulheres ocorria muitas das vezes com as mulheres negras. As palavras mais devassas e promíscuas eram direcionadas a elas. Um misto de amor

e ódio por parte dos homens tinha como alvo, as negras e mulatas para satisfazerem seus desejos libidinosos. Os colonos utilizavam o corpo dessas mulheres como objetos sexuais, tendo como desculpa uma desonra por natureza de suas vítimas, respaldados por elementos racistas (DEL PRIORE, 2013).

Segundo Freyre (2003), a afloração sexual aparente do menino na puberdade, na qual chama de “fome de mulher”, provem dentre outras coisas, do sistema econômico e social da formação do Brasil. Aguiar (2000), ao descrever a análise de Freyre do patriarcado no Brasil, dirá que a organização política do patriarcalismo consiste na estratégia populacional pela arbitragem do homem no uso do sexo.

Diferente dos rapazes que desfrutavam de mais direitos de ir e vir e de uma liberdade sexual, as moças/meninas brancas eram vigiadas sempre por alguém mais velho e viviam numa espécie de prisão domiciliar, com o quarto localizado no centro da casa, rodeado por outros com pessoas mais velhas. Viviam dessa maneira, até serem entregue a um marido desconhecido, provavelmente com idade o suficiente para ser seu pai ou até mesmo avô.

Não havia tempo para explodirem em tão franzinos copos de menina grandes paixões lúbricas, cedo saciadas ou simplesmente abafadas no tálamo patriarcal. Abafadas sob as carícias de maridos dez, quinze, vinte anos mais velhos; e muitas vezes inteiramente desconhecidos das noivas. Maridos da escolha ou da conveniência exclusiva dos pais. (FREYRE, 2003, p.423).

Evidentemente, não podemos deixar de lado as esposas aventureiras, que atuavam na frente de seus maridos e da sociedade como obedientes e submissas para encobrir o desfrute de prazeres com outros homens. No entanto, o prescrito para a mulher era o de ser responsável pelo laço matrimonial, por meio de sua indubitável honra. O marido infiel não representava uma mácula no casamento, pois havia um peso distinto para julgar atos morais de acordo com o sexo e o grupo social. (DEL PRIORE, 2013).

Sem saber ler, muitas mulheres destinadas somente à vida doméstica, detinham títulos de baronessas e viscondessas, mas suas ordens e vontades eram reservadas apenas aos escravos da casa. A mulher do dono da fazenda era responsável por cuidar dos filhos e agradar o marido. Nos manuais de casamento do século XVII com orientações para escolha do cônjuge, indicavam características necessárias para as mulheres, estas deveriam ser: virtuosas, honradas, honestas e adeptas a concepção de que seu corpo ao marido pertence (DEL PRIORE, 2013).

Algumas mulheres podiam ser alfabetizadas e internas em casas destinadas à educação feminina. Mas, o ensinamento recebido era apenas o de ler, cozinhar e rezar (FREYRE, 2003). Indiscutivelmente, a mulher estava para servir ao homem. Servia como escrava, sendo de cor ou não, com seu corpo e trabalho. Servia como doméstica educada para cuidar da casa, dos filhos e dele, o seu esposo.

A mulher cabia acatar as ordens, seja como esposa, escrava ou até mesmo

como filha, ao casar-se com um desconhecido durante sua adolescência. O que se impunha era uma relação de poder do homem (pai/marido) sobre a mulher.

As meninas se casavam tão cedo que, por vezes, não chegavam a sequer serem viúvas mesmo tendo casado com quatorze anos com um senhor de 50. Os patriarcas, como nos conta Freyre (2003), eram “machos insaciáveis colhendo do casamento com meninas todo um estranho sabor sensual, que raramente tiveram a felicidade de se fazer acompanhar da mesma esposa até a velhice” (p. 443). Muitas vezes, as jovens morriam durante o primeiro parto ou no puerpério, e quando não, sucedia-se um filho após outro. Quanto a isso, Freyre (2003) escreve: “pois essa multiplicação de gente se fazia à custa do sacrifício de mulheres (...) consumindo primeiro a mocidade, logo consumia a vida” (p. 444).

Trazendo a temática para os dias atuais, o patriarcado é igualmente objeto de investigação de Saffioti (2015). A autora pensa este sistema para além de uma categoria ligada a determinado período histórico, pensa como um caso específico das relações de gênero, como um fenômeno social em constante transformação.

## **SIMPLESMENTE POR SEREM MULHERES NO BRASIL ATUAL**

Saffioti (2015) diz que o reconhecimento legal do poder do patriarca sobre a mulher não mais existe para tomar decisões sobre sua vida ou morte como ocorria na Roma antiga ou mesmo no Brasil colônia como nos demonstra Gilberto Freyre (2003). Afinal, as mulheres, através de suas lutas, conquistaram o direito à educação, ingressaram no mercado de trabalho e conquistaram muitos outros direitos que antes eram lhes negados. Hoje não faltam dispositivos especializados de cuidados e assistência, que realizam ações voltadas à garantia de direitos e assistência às mulheres. Os avanços foram inúmeros, não podemos negar.

Não obstante, apesar disto, mulheres continuam morrendo, sendo estupradas e discriminadas violentamente em nosso país, pelo simples fato de serem mulheres. Se fizermos uma rápida análise do Dossiê Mulher 2015 do Instituto de Segurança Pública- IPS, somente no Estado do Rio de Janeiro, veremos que foram 56.031 mulheres vítimas de tentativa de homicídio, lesão corporal e homicídio doloso. Números alarmantes como esses servem de amparo para reforçar o que Saffioti (2015) aponta: “o patriarcado está em permanente transformação” (p. 48).

Enquanto sistema de opressão às mulheres, o patriarcado se mantém vivo em determinado mapa histórico, político e social, que variam ao longo do tempo. Assim, essas transformações dizem respeito à forma como a ideologia incide sobre a vida das mulheres, sendo constantemente desenvolvidas novas tecnologias sociais de opressão à mulher, mantendo-a em posição subjugada e explorada.

Saffioti (2015) para evidenciar como ainda se apresenta o regime de dominação, aponta traços na linguagem contidos de uma regência na qual ao homem cabe uma posição de destaque. Evidencia a ideologia machista presente na gíria largamente

utilizada na sociedade brasileira para referir-se ao ato sexual: comer a mulher.

Entretanto, relacionar papéis sexuais a uma natureza biológica, se mostra conveniente quando mantém mulheres em posição de inferioridade social. Diferenciar os sexos a partir de argumentos anatomofisiológicos, como por exemplo, colocar o homem como sexo racional e mulheres como sendo mais emotivas, reafirma a ideologia do feminino como um ser perigoso e diabólico. Nunes (2000) traduz isso ao dizer que;

...as mulheres seriam, portanto, consideradas como 'mal maléfico', tidas como crédulas, faladoras, coléricas, vingativas, de vontade e memória fracas, dissimuladas, vaidosas, de pouca inteligência, avarentas, invejosas, difamadoras, vorazes, inconstantes, mentirosas, beberonas, tagarelas, insaciáveis, prestando-se a todas as torpezas sexuais. (p. 24)

Com uma imagem extremamente negativa e desvalorizada, podia-se operar o controle, repressão e domesticação do corpo e da sexualidade da mulher. Apoiando-se na ideia de que a mulher não era um ser inferior ou imperfeito, mas, segundo Rousseau, ela seria perfeita em sua especificidade e dotada de características biológicas e morais condizentes às funções maternas e à vida doméstica, podia-se restringir a mulher ao espaço doméstico. As mulheres deveriam renunciar aos seus desejos e se dedicarem inteiramente ao marido, “a quem se obrigam a ser úteis; educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce” (NUNES, 2000, p.44).

Desde o início das teorias sobre as diferenças sexuais, o saber médico fundamenta ideais da feminilidade como marcas orgânicas específicas da mulher, atribuindo características como fragilidade dos ossos, alongamento da bacia e contração do cérebro como sinais de maior vocação para a maternagem e menor para a aptidão intelectual. Os discursos médicos também contribuíram para um deslocamento da forma como características e órgãos antes visto como negativos passassem a ser vistos com uma positividade destinada à maternidade.

Assim, o útero antes visto como imperfeito e perigoso passa a ser tratado como um órgão nobre (NUNES, 2000) e os modelos de corpo humano, antes essencialmente masculinos, cedem espaço para a criação de modelos femininos que se desenham a partir do imaginário da época para corresponder as expectativas sociais. Estes fatos mostram-se de suma importância por evidenciarem que os próprios interesses e achados médicos foram modulados por conveniências culturais. As descrições científicas se infiltravam nas teorias sociais e justificavam a ideia disseminada de que a função natural da mulher era ter filhos, criá-los e servir ao seu marido.

De forma geral, o que a sociedade moderna tentou fazer no século XIX foi reduzir a sexualidade ao casal heterossexual, baseado em estratégias médicas, psiquiátricas, pedagógicas e jurídicas. Desde cedo, somos disciplinados a construir nossa identidade e viver nossa sexualidade de forma silenciosa, sem chamar atenção

para tal. Aprendemos com os diversos dispositivos de controle que atravessamos e que nos atravessam – família, escola, religião, mídia e outros – normas e condutas que devemos seguir para mantermo-nos dentro de um padrão esperado.

A naturalização da condição feminina está fortemente relacionada ao discurso médico de saber-poder sobre o corpo e sexualidade. Segundo Foucault (1982, apud MARTINS, 2004), a natureza política da medicina que se consolidou com a sociedade capitalista a coloca como estratégia biopolítica de um controle social que começa no corpo e com o corpo. A medicalização dos corpos, exercida pela medicina contemporânea, implica em “transformar aspectos da vida cotidiana em objeto da medicina de forma a assegurar conformidade às normas sociais” (MARTINS, 2004).

Atualmente, observa-se uma racionalidade moderna e científica, concepções que atravessam o corpo feminino o tomam como entidade biológica, reduzindo-o ao seu aspecto orgânico. E é assim que a medicina focaliza sua intervenção sobre o corpo feminino a partir de modelos que abarcam a reprodução e a sexualidade de acordo com as expectativas sociais.

Em nome de uma urgência biológica e social, as práticas de medicalização justificam preconceitos fundamentando-os como verdade. O que se consegue com isso, é inscrever o sexo na sociedade a partir de uma dualidade em que, de um lado é concebido a partir de uma biologia da reprodução desenvolvida segundo uma normatividade científica, e de outro, uma medicina do sexo obediente a regras sociais, que têm como objetivo manter as mulheres em situação de opressão.

Swain (2006) discorre sobre um dispositivo amoroso e da sexualidade que constrói o feminino, uma produção de um sujeito por meio de práticas discursivas e não discursivas diversas. Nessa teia, amarra-se a ideia de que o destino ideal de uma mulher caminha na direção de casar-se com um homem, o ‘amor de sua vida’, dedicando-se sempre para ele, ‘até que a morte os separe’. Isso se afirma na mídia quando, para promover um produto ao público masculino, uma mulher considerada ‘gostosa’ aparece na propaganda sem voz e pronta para satisfazer o desejo do homem, caso consuma o artigo em questão. Afirma-se também na educação da menina, quando, por ser mulher apenas, deve ser ensinada a fazer os serviços domésticos.

Os diversos dispositivos de controle que atravessam o sujeito – família, escola, religião, mídia, entre outras – ditam normas e condutas a seguir, mapeando um padrão esperado. Por séculos, ser submissa, boa dona de casa e servir como objeto de prazer do marido foi o padrão prescrito para a mulher. Ser mulher significa ser cuidadora, dócil e também receptiva como objeto sexual. (SOUZA, BALDWIN, ROSA, 2000).

## CONCLUSÃO

São inúmeras as formas como se tenta legitimar o direito do homem sobre a mulher e seu corpo, fundamentado sobre uma hierarquia social difusa em vários

campos, tendo destaque, hoje, os âmbitos jurídicos, médicos e educacionais. Temos visto que, mesmo a mulher tendo conquistado direitos em seu favor materializado em leis, ela ainda encontra-se em desvantagem em relação ao homem. Neuma Aguiar (2000), dirá:

As assimetrias de poder nas relações entre homens e mulheres com o desenvolvimento da Ciência e do Sistema Jurídico podem ser transformadas historicamente, mas a análise do patriarcalismo no Brasil e em outros contextos pode documentar os obstáculos e avanços no desenvolvimento da sociedade. (p. 327)

As sociedades, de uma forma geral, preocupam-se com as manifestações da sexualidade, coibindo ou estimulando-as. Com isso, culturalmente se apresentam regras de relacionamentos entre os homens e as mulheres. (RODRIGUES, 2006). O fato de um indivíduo ser do sexo masculino ou do sexo feminino não significa apenas que ele possui uma determinada conformação anatômica e fisiológica, mas também que ele possui um status social cujos limites, direitos e obrigações são devidamente convencionados e em relação aos quais à comunidade mostra determinadas expectativas. (RODRIGUES, 2006, p. 69).

No Brasil colonial, já se observava um sistema patriarcal submetendo mulheres a diversos tipos de violência e criando normas de comportamento. E, o patriarcado continua se expressando no enclausuramento feminino, quando consome a mulher como objeto a fim de servir/satisfazer os homens (SWAIN, 2006). Há uma divisão entre os sexos presente de forma difusa, nos corpos, nas casas e no mundo social (BOURDIEU, 2002).

Como vimos, na Grécia antiga uma moral sexual monogâmica unilateral se impõe, onde a mulher estava submetida à ordem dos “homens livres”, devendo ela servir com as obrigações de esposa (FOUCAULT, 2007). E, séculos à frente, encontramos ainda, um modo de funcionamento exigindo da mulher o comportamento de se submeter aos desejos do marido, encarregada pela ordenação do trabalho doméstico, educada para o casamento (FREYRE, 2003).

No decorrer da história, a posição social da mulher sofreu transformações, deixando a posição de respeito, sendo até mesmo a descendência contada por linha materna, ocupando uma posição de submissão na sociedade patriarcal, onde o homem detinha o poder sobre a mulher. A sociedade patriarcal e heterofundamentada, ou seja, que oprime as mulheres e legitima apenas relações entre um homem e uma mulher, garante funções sociais e padrões de relações que mantêm privilégios e regimes políticos e sociais favoráveis aos homens. Ao longo do tempo os lugares construídos para a mulher começam a permitir um controle sobre sua vida, seu corpo e sua sexualidade, principalmente a partir da luta de diversos movimentos sociais por direitos e pela vida das mulheres.

Os avanços necessários ainda são muitos, tendo em vista que o patriarcado

ainda age cotidiana e materialmente sobre a vida das mulheres, o que se expressa nos números críticos de violências física, sexual e psicológica. Assim, parece-nos importante tarefa de discutir como este sistema de opressão se articula ao longo dos tempos, até chegarmos a uma análise de nossa sociedade atual, tornando-se, assim, um instrumento de denúncia e combate a todas as formas de opressão, para que haja plena emancipação das mulheres.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, N. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. Sociedade e Estado vol.15 n. 2. Jun/Dez. Brasília. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006)

Bourdieu, P. **A Dominação Masculina**. 2 ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2002

DE SOUZA, E. ; BALDWIN J. R. ; ROSA, F. H. **Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos**. Psicologia: Reflexão e Crítica. pp.485-496 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722000000300016&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722000000300016&script=sci_abstract&lng=pt)

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA – IPS. **Dossiê mulher 2015**. Disponível em: [http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp\\_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2015.pdf)

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1977.

EMMERICK, R. **Corpo e poder: um olhar sobre o aborto à luz dos direitos humanos e da democracia**. Dissertação de mestrado – PUC Rio. Rio de Janeiro, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. 23º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2013.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. Global. São Paulo, 2006.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

MARTINS, A. P. V. **Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

RODRIGUES, J. C. **Tabu do Corpo**. Editora FIOCRUZ; Coleção Antropologia e Saúde. Rio de Janeiro. 2006

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado violência**. 2 ed. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2015.

SWAIN, T. N. **Entre a vida e a morte, o sexo**. Labrys Études Féministe. 2006. Disponível em: [http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre\\_a\\_vida\\_ea\\_morte.pdf](http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf)

## SUBJETIVIDADE LÉSBICA: A SUTILEZA LEGITIMADA PELO SILÊNCIO SOCIAL

**Mariluce Vieira Chaves**

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Política Social - Niterói – Rio de Janeiro

**RESUMO:** O presente trabalho busca questionar discursos e formas de expressão, práticas culturais e sociais, que aparentam uma inversão do chamado binarismo sexual diante de enfrentamentos como a religião ocidental cristã, a família e as organizações na perpetuação de mecanismos de violências.

**PALAVRAS-CHAVE:** lesbianidade, subjetividade, silenciamento

### LESBIAN SUBJECTIVITY: THE SUTILEZA LEGITIMATED BY SOCIAL SILENCE

**ABSTRACT:** The present work seeks to question discourses and forms of expression, cultural and social practices that appear to reverse the of called sexual binarism in the face of confrontations such as the western christian religion and the Family and corporations in perpetuating mechanisms of violences.

**KEYWORDS:** lesbianity, subjectivity, silencing

### INTRODUÇÃO

Esse artigo visa problematizar a partir

das emergências das diferenças, as formas de expressão, práticas culturais e sociais, que aparentam uma inversão do chamado binarismo sexual diante de enfrentamentos como a religião ocidental cristã, a família e o ambiente de trabalho na perpetuação de mecanismos de violências, cujo desencorajamento lésbico pode impedir as expressões subjetivas da sua identidade. Ao analisar os elementos constitutivos que marcaram a trajetória de lésbicas por meio das dinâmicas de repressão e resistência, percebe-se que houve uma construção histórica silenciada. Assim, tem-se como ponto de partida, um levantamento de bibliografia concernente às seguintes questões relacionadas ao conjunto sapatatas/lésbicas.

O principal aspecto que atraiu a atenção na construção desse estudo foi que a lesbianidade não apresenta um conjunto tanto de corpos quanto de ideias homogêneos em relação às posturas teóricas e às falas, trazidas para os debates tanto acadêmicos, quanto midiáticos. Esse processo de construção dos sujeitos tem uma dinâmica entre eles; essa dinâmica se modifica, se transforma, se reinventa de tempos em tempos; porém nesse processo corporal, somente o silenciamento dentro das famílias e das corporações permanece. Percebe-se por isso, também, que não se pode

supor uma homogeneidade no trato social, pois são compostos por organizações e pessoas que alternam entre a cooperação e o conflito interagindo com outros grupos, muitas vezes impostos – no caso das relações de trabalho - a depender também das reflexões políticas que cada grupo faz da sua inserção social e dos momentos políticos/culturais/regionais estabelecidos.

Para melhor compreensão propõe-se o entendimento da palavra gênero, esta que permeia o debate sobre sexualidade, seja descrita como relação social, antes de ser utilizada como gênero/sexualidade, pois essa palavra transversaliza categorias como classe social, raça, intelectualidade e possibilita trânsitos e maneiras de ser em ambientes socializadores das sapatões/lésbicas traduzido em sistemas de símbolos e significados relacionando o sexo genital e suas condutas a conteúdos culturais conforme ideias valorativas e hierarquias sociais Lauretis (1987).

Ainda para balizar a questão de gênero, não se pode “atestar” que exista homogeneidade individual; o que existe de acordo com Swain (1999), é uma ênfase, baseada em valores normativos, de praxe moral, vinculando gênero a sexo e assim, traduzido em questões ético-políticas, econômico sociais, étnico culturais o que possibilita pensar em corpos sexuados para além da diferenciação binária masculino/feminino.

## **O SILENCIAMENTO E A SUBJETIVIDADE LÉSBICA: AS VIOLÊNCIAS E AS SUTIS RELAÇÕES**

No que concerne à sexualidade lésbica, pressupõe-se que debater as relações estabelecidas entre corporalidades e convenções sociais e morais, podem ser encontradas nos discursos cotidianos com ênfase no paradigma da heteronormatividade e o que se pretende chamar do silencioso discurso que adentra os corpos lésbicos, desvelando as formas de opressão ainda existentes no que convencionou-se chamar “comodidade” do lar. Esse silenciamento formata estruturas que denotam um viés de “aceitação” por parte dos entes familiares, sutilmente envolto em violências, impedindo a expressão emocional e sexual, submetidas às famílias nucleares de lésbicas, deixando ao acaso do violento silêncio, as armadilhas compostas pelo binarismo sexual, sem que se diga nada.

A violência nem sempre sutil sobre os corpos lésbicos pode ser tida como um ato corretivo, ainda que de forma inconsciente, como parte do processo de tornar invisíveis as formas de identidades lésbicas, através da “heterossexualidade compulsória” (RICH, 2010). Diante desse quadro, sugere-se que a sociedade demonstre compaixão e sensibilidade para as diferentes formas de agressão e, ao mesmo tempo, mobilize imenso instrumental moral para a brutalidade, tendo como justificativa a dicotomia entre “bem” e “mal”, perpassada pelo Estado chamado “laico”.

Ainda que a via da “heterossexualidade compulsória”, seja aquela que, por meio da qual a experiência lésbica é percebida através de uma escala que parte do

desviante ao odioso ou é simplesmente apresentada como invisível (RICH, 2010), a construção corporal/sexual de lésbicas envolvem relações de poder, de cunho moral, cujo controle se associa à naturalização ideológica ou social, com suas regras e conjuntos de comportamentos assentados em construções históricas, retirando sutilmente o histórico lésbico, o que condena a maior parte delas, as lésbicas, a um silêncio, ainda que contido, despreparado para o enfrentamento e justificativas para viver plenamente a sua subjetividade sexual.

Chama-se subjetividade sexual os determinismos de certas expressões cotidianas que impedem lésbicas de expressarem suas paixões ou interesse por outras mulheres, tais como: “quando você vai trazer seu namorado aqui em casa?”, “o padre está esperando você marcar a data do seu casamento com aquele rapaz”, “quando você vai apresentar seu namorado para nós, do seu grupo de trabalho?”. Essas frases são determinantes também da violência que recai sobre as lésbicas, mesmo que faladas de maneira impensada ou repetida por todos os que a rodeiam, seja em casa, na igreja ou no trabalho.

Percebe-se que as matrizes sociais que ordenam e reordenam os sentidos culturalmente expostos, incorporam a violência da imposição, que leva à construção de imagens sexuais e comportamentos pré-determinados no conjunto das relações sociais, como a heterossexualidade “natural”, “biológica” e “inevitável”, concedendo às mulheres o “dom” do cuidado – da casa, dos filhos, dos parentes, do marido –, o “chamado” para procriar e aos homens, as relações com a rua, com os negócios, com os eventos públicos.

Destaca-se nesse ponto que comportamentos são socialmente/moralmente atribuídos e historicamente construídos e que junto deles encontram-se jogos de poder que devem ser mantidos; para isso existem as instituições que se assentam em determinado tipo de Estado, tais como a cultura familiar e religiosa.

A perspectiva religiosa cristã, demonstra, para além da obrigação de aceitar o monoteísmo com um deus masculino, a própria submissão da “mãe” de Cristo e sua virgindade, além das interpretações sexistas dos “livros sagrados”, o que postula submissão de mulheres ao masculino. Outra possibilidade masculina é que somente os homens ouvem a voz do deus monoteísta. Assim, cria-se uma divisão provavelmente rígida entre o sagrado (cristão) e o profano (não cristão). Se para as mulheres é concedido apenas o domínio do profano e da privacidade do lar, aos homens são dados o protagonismo das crenças e dos ritos, permitindo, conforme associa Max Webber, os homens aos atos heroicos e liderança e às mulheres a magia, o erotismo inscrito nos seus corpos; resultando disso, socialmente falando, mulheres passivas para a convivência social. Nesse aspecto, é interessante notar que o feminismo é um movimento social que vai inspirar práticas de resistência à situação de sujeição de mulheres iniciada pelo campo religioso cristão (ROSADO, 2001).

No século XVI, segundo SWAIN (1999) o amor entre mulheres não era levado em conta, pois somente o falo daria valor ao ato sexual. Porém,

mulheres que se vestissem de homem podiam ser condenadas à morte, pois esta atitude representava então um elemento de perturbação na ordem do social, logo, do mundo (SWAIN, 1999, p. 1225).

Na atualidade as adversidades contra as lésbicas encontram apoio nos sistemas educacionais, cujas normas morais estão em conformidade com a religião. Apesar da escola ser à priori um lugar onde deveria florescer a consciência crítica, a estrutura engessada confere aos estudantes e professores uma absorção estrutural automática, como o controle social, a manutenção das tradições sempre repetidas, relegando às lésbicas interdições tais como o silêncio em relação às suas paixões, o gosto por vestir roupas masculinas confundido com os uniformes – e estes, os uniformes, já incorporados uniformizam conceitos e normas comportamentais. Conforme Leers (2002),

Dentro do complexo discriminatório funciona uma estrutura normativa, proibitiva que, sob a capa da tradição judaico-cristã, consolida como espinha dorsal a atmosfera opressora em que os homossexuais não encontram seu caminho para a liberdade. Pelo processo educacional da socialização no ambiente em que nascem e crescem, as pessoas absorvem esta estrutura quase automaticamente, sem tomarem distância crítica para com o padrão de ideias, comportamentos e expectativas, no qual vão se inculturando. O fato de se tratar de tradições seculares, repetidas de geração a geração, também não estimula uma investigação mais acurada (LEERS, 2002, p. 99).

O desencorajamento trazido pelas instituições sociais, tais como a família, a igreja e as organizações silenciam os corpos; desfazem traços corporais, maneiras de vestir e andar, exclusivos de lésbicas; também ao mesmo tempo em que pese uma tendência ao recrudescimento de não aceitação de sexualidades lésbicas aparecem traços de resistência e enfrentamento ao preconceito, desenhados claramente nas ruas e atualmente em sites de relacionamento (isoporzinhas dos sapato, lésbicas maduras etc), demonstrando uma possível prática de enfrentamento e resistência para uma verídica emancipação afetivo-sexual das mulheres lésbicas, nas últimas décadas tendo ainda concretizada a partir de movimentos sociais reivindicatórios e identitários, sobre a sua cidadania.

Contudo, por não seguir roteiros previstos na norma prescrita, a lesbianidade e suas características subjetivas foram e são mal compreendidas, sendo-lhes permitido sofrer zombarias e piadas. Esses roteiros prescritos na herança sócio-cultural, diferenciam os significados da sexualidade: das brincadeiras de meninos e meninas aos comportamentos “apropriados” a partir da adolescência: a prescrição serve como adestramento para inibir quaisquer recursos emocionais diferentes dos estabelecidos já na infância e se tornam impedimentos graves da adolescência para a fase adulta (GAGNON, 2006).

Passando pelo reconhecimento da própria família há o discurso de aceitação, desde que a lésbica silencie suas “preferências” ou finja atitudes “normais”, preferencialmente com sua história apagada – e os devidos borrões (“essa mulher tem

alguma coisa esquisita”) coerentes com o discurso familiar, religioso ou organizacional. Os borrões são preferencialmente, as lésbicas tidas como masculinas, porém com aspectos femininos – explicando melhor: usam determinadas roupas tidas como masculinas (camisa de botão, tênis ou botas e junto a esses acessórios, usam brincos, batons, colares). Dentro dos borrões, a resistência produz outros discursos sobre si mesmas, fazendo lembrar que não estão esquecidas.

Porém, para a família, a religião e o trabalho, construídos sob os valores homogêneos, autoritários, disciplinadores e ordenados, toda a subjetividade lésbica, deve ser aprisionada. O aprisionamento das subjetividades lésbicas, resguarda toda a ordem prescrita e o corpo lésbico; o silêncio não resume uma existência, ele é aplicado como conceito, como castigo, como apagamento (RICH, 2010) sobre o ato de falar, incomodar, desnudar, descarar, desregular, demaquilar as normas e os seus entornos. O corpo lésbico pode revelar sua subversão entre as variáveis enganosamente ocultas em contratos não falados. Contratos não falados situam as relações entre componentes normativos nos limites de fala e do silêncio sobre atos e atitudes dos corpos que mandam sobre os corpos que obedecem. O cerne da questão é que o corpo lésbico não se submete, nem na sua estética, nem nos acordos não falados.

O ambiente familiar, religioso e organizacional é “naturalizado”, constituído de espaços da legitimidade das diferenças sexuais binárias, apresentando a mulher como subalterna e destinada à maternidade e ao cuidado da família. O serviço doméstico é o locus privilegiado do feminino e se destina a ser “um refúgio num mundo sem coração”, restringindo os vínculos afetivos/sexuais às normas heterossexuais, cujos arranjos e agrupamentos padronizados não permitem os diferentes, que são tidos como desviantes (SILVA, 2013).

Esses elementos de percepção de que a construção cotidiana normativa da sexualidade, é tenso e carregado de conflitos, já que a arena das normas é constituída de acessos morais; portanto, as disputas emocionais, principalmente no campo familiar, tem um custo muito alto, carregada de vergonha, culpa e a “entrada no armário”, mostrando as práticas que Oliveira (2016) diz ser interpretação do comportamento lésbico marcado como dissidentes, rotulados como proscritos e estigmatizados; forja-se, portanto, o esforço social para enquadrar a lésbica a partir de práticas de submissão, silenciamento, envergonhamento, humilhação e vários insultos, demonstrando alto grau de violência perpetrada tanto emocional como fisicamente.

Ser o sapatão, se por um lado, caracteriza a quebra de normas, redundando na quebra de confiança entre os entes, tornando a lésbica excluída da vida familiar, seus festejos e seus segredos, quando não são exatamente bem-vindas, são praticamente “convidadas” a se retirar da casa, da família, por outro, o entendimento dessa cultura em um sistema cujas relações são desiguais, desmascara os conflitos e mostra suas particularidades e suas relações de sobrevivência na sociedade; além disso, novos

valores são acrescentados no âmago da existência lésbica, vistos à priori, como simbolicamente situados fora da heteronormatividade, tais como: reinvenção de novas relações que fogem ao controle sexual; a ajuda mútua entre as que formam casais dentro e fora da casa, sem divisão de tarefas masculinas/femininas; a complementação salarial para o sustento da família, sem que a mais “viril” se encarregue completamente dos gastos, nem a “mais feminina” seja a que arruma a casa. A principal reflexão que persiste não limita-se na diferença binária entre os sexos, contudo se insere no campo cultural, incluindo reflexões no contexto das experiências, das relações sexuais, olhando para o sujeito como múltiplo, em vez de único, contraditório, em vez de dividido (LAURETIS, 1994).

Como na célebre frase de Oscar Wilde, “o amor que não ousa dizer o seu nome”, pressupõem-se que as lésbicas não ousam dizer o nome do que sentem no seio da família para que não sejam afastadas dos convívios e festejos, dos afetos e das conjugações fraternas, onde os laços de proteção se efetivam desde que se cumpram requisitos de obediência ao que se considera, dentro da família, ser o “bom” ou o “certo”. Assim, no que se ambientou chamar o “seio da família”, não há espaço para outros relacionamentos afetivos e sexuais que não sejam os já programados desde a infância para aquela criança. Considerando tais aspectos, pressupõem-se que as lésbicas ainda vivam sob o signo do silêncio e da invisibilidade.

A autenticidade do binarismo sexual se exprime nas “cortes”, “paqueras”, “flertes”, “estar a fim de alguém” etc, no desejo de um homem por uma mulher ou no amor enlatado nas fábricas do binarismo sexual. Ou seja, parte-se do princípio de que tudo está arrumado desde sempre; princípio esse caracterizado nos livros infantis de príncipes e princesas, nas brincadeiras de casinha para meninas e de rua (jogos, brigas etc) para os meninos; partindo-se desse princípio, tudo parece se “encaixar”: a menina, quando é pega tocando nos seus órgãos genitais, ganha um tapa ou uma repreensão (“tira a mão daí); os meninos, ganham incentivos (“mostra o passarinho para o tio”). Na adolescência, “fecha as pernas, menina”, “e aí, já transou, cara?”; e um pouco mais tarde, no aniversário, logo após o “parabéns para você”, vem a cantoria: “com quem será?, com quem será que ela vai casar?” Partindo dessas histórias, as atividades de dominação causam menos esforços aos corpos femininos já habilitados para a reprodução.

Dentro desses aspectos, observações recentes, sugerem que ainda persistem traços do binarismo sexual em vários casais lésbicos, que apesar de viverem suas diferenças, tem como padrão imposto os papéis claramente definidos como masculinos e femininos. Portanto, pode-se dizer que mesmo vivendo experiências e relacionamentos que as colocam “fora” do eixo normativo sexual, as lésbicas, em algum aspecto, repetem essa mesma opressão que sobre elas caem. Ao dar continuidade a este debate ressalta-se também o fato da homossexualidade, historicamente, ser uma manifestação sexual da vida privada e individual; outra, bem diferente, é o fato de essa mesma homossexualidade ser circunscrita à vida privada,

silenciada, invisibilizada, desqualificada, como uma situação do indivíduo que deva ser reprimida pela sociedade compulsoriamente (CARRARA, 2005).

Nestas circunstâncias, cabe notar o estudo da história de experiências e inconformidades cuja duração é imprecisa, porém, nesta questão, percebe-se que

o retorno a uma certa “história política” – sobretudo “história do político” – não significa retornar a uma narrativa dos fatos, mas refletir sobre os jogos, os agentes, as formas de mobilização, os consentimentos, as seduções e as resistências [...]; implica também saber que a relação entre os sexos são relações sociais. Não são dados naturais, mas construções sociais [...] (Costa, 2000).

Assim, imagem social das lésbicas, perpassa para outros/as fantasias sexuais, adjetivos pejorativos e quiçá, envolvimento da palavra lésbica com propósitos comportamentais anti-éticos e qualificada no que se convencionou chamar de “falso caráter”, propiciando a destruição da história lésbica, destruindo evidências para que não se multipliquem perfis diferentes nas chamadas tipologias sociais. Portanto, “o ato de nomear é um movimento de criação: quando se diz “lésbica” faz-se aparecer um personagem cujo perfil obedece às características traçadas pelo momento de sua enunciação” (SWAIN, 1999, pg. 1223).

A materialidade do silêncio sobre determinado corpo é extensa, porque não só é proibido falar, como é proibido exibir o desejo subjetivo. Assim, podemos dizer sinteticamente, que essa materialidade se chama medo e apagamento. O medo traz consigo dentro do silenciamento, a aversão ao corpo lésbico. Pode-se entender que o apagamento é um quarto escuro, sem janelas, com a porta trancada, porém, com um borrão inscrito acima dessa porta, que deixa uma pista. Contudo, ninguém quer ouvir ou ler mais amiúde o que estava escrito; não interessa para a família, a igreja ou a organização do trabalho, saber existir nela um membro inescutável; não interessa quais são as suas dores, não interessam as suas paixões ou decepções, os seus ganhos e perdas. Porém, o borrão continua inscrito em algum trejeito, em alguma forma diferenciada de falar, de deslocar o olhar, que dão indícios da diferença desse corpo e do incômodo “carregado” nos locais de socialização.

Parte-se então, do princípio de que o mundo social pré-exista sem que nenhum indivíduo faça escolhas fora de um contexto já determinado; portanto, para a autonomia sem sujeição é necessário que o mundo social esteja radicalmente modificado, através de ações coletivas e de reconhecimento entre lésbicas.

Esses corpos se deslocam para além dos ambientes coletivos de conduta, ou seja, se constroem nos espaços políticos nos dias atuais, pois no século XIX a construção de um comportamento fora das especificidades binárias sexuais era interdito pela família. A imagem social lésbica é construída na interação onde existam espaços de socializar suas falas e desenvolvimento de suas performances. Portanto, é nesses espaços que se originam e se fortalecem as identidades ou identificações a partir das corporalidades, expressadas no conjunto de etiquetas e códigos desinstalados e desencaixados das normas heteronormativas (OLIVEIRA,

2016).

A lógica binarista sexual se transforma quando os tabus são transgredidos e as formas de vida citadas como “obrigatórias” e repetitivas, vão sendo reconstruídas, apesar do contínuo costume de se destruir quaisquer traços que sirvam como memórias, e de fato, se a existência lésbica se torna memória, ela vai “deslocar, perturbar a ordem do discurso, a ordem do Pai (SWAIN, 1999, p. 1226).

No interior dos circuitos frequentados por lésbicas existem “códigos” os mais diversos, variando conforme seus territórios. Sendo assim, esses “códigos”,

remetem a diversos “eixos de diferenciação”, ou “marcadores sociais de diferença” e que, não só ocorrem deslocamentos na posição ocupada pelos sujeitos no interior das categorias de um mesmo “código”, como o deslocamento espacial produz classificações diferentes para um mesmo sujeito, muitas vezes a partir de diferentes “códigos” [...] tais como escolaridade, bairro de moradia e tipo de ocupação que remetem à ideia de estratificação social (FACCHINI, 2008, p.208).

As imagens sociais trazem consigo as representações identitárias que as lésbicas apresentam, seja para si, seja para a família, o trabalho, a religião. Assim, a identidade lésbica é uma luta contínua pela afirmação de direitos (ALMEIDA e HEILBORN, 2008, p. 230).

As relações amorosas tem um peso importante entre lésbicas. Esse campo confere identidade sexual e, mais do que isso, confere status no âmbito das relações afetivas e sexuais Conforme explica ALVES (2008),

O status de “casada”, “separada”, “solteira”, “encalhada”, “namorada”, “caso” empresta significado para a constituição de um projeto no âmbito das relações afetivas e sexuais; projeto este que pode se tornar público, dependendo do grau de aceitação social. As mulheres são julgadas como femininas quando apresentam projetos afetivos e sexuais nos quais o envolvimento relacional está em foco (p. 277).

Para SWAIN (1999), o contexto que coloca atualmente a visibilidade lésbica, com seu diferencial de comportamento, de vestir-se, enfim de diferenciar-se, inferioriza e insubordina a ordem binária que supõe a sexualidade com modelos para serem seguidos, e não as diferenças, o que possibilita e pressupõe um domínio à priori, do masculino.

O caráter histórico da lesbianidade está inserido nas noções mais amplas de gênero e mais precisamente, nas relações de poder. Apesar do espaço aberto através da mídia ser significativo aumentou a discussão acerca do tema, mas não em qualidade; seu caráter é, muitas vezes, desqualificador, aludindo o conceito da “não sensualidade” do corpo feminino, sempre disposto à normatização do conceito binarista macho/fêmea social. Logo, só há espaço se for de interesse da lésbica, a manutenção da sutileza, esboçada num corpo sensual. Esse espaço notoriamente “aberto” é ainda desconhecido por muitas lésbicas, que vivem suas atitudes, masculinizadas ou não, mesmo diante de situações extremas como da pauperização, do abandono pelos

parentes mais próximos, ou até mesmo diante de pessoas próximas notadamente homofóbicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das intervenções femininas que são estabelecidas a partir do século XIX especificamente sobre as mulheres, essas mesmas conseguem se articular para romper os consentimentos sobre seus corpos com indiferença e resignação (Costa, 2000). Mas dentro desse recorte, as próprias mulheres tecem seus retalhos de vida, transbordam pelas bordas de seus corpos em sentimentos, articulando o interior do poder patriarcal dentro e fora de casa. Esse jogo político, de resistência, ensina então às lésbicas, novos modelos cujo silêncio tem na resistência um jogo de respostas que fogem da intervenção familiar, ficando, portanto, à margem; não é explícito, mas ao mesmo tempo, se consolida e se torna apenas não falado, somente vivido, cujo uso da liberdade que elas têm sobre seu corpo insubordinado, se emancipa e se autonomiza, até o momento de quebrar os elos, os vínculos, com atitudes conhecidas como ruptura.

Daí se pode dizer que essa história lésbica, contada ou não, silenciada ou negligenciada, suportável ou insuportável, com severos castigos e dúvidas sobre dignidades, suscita a consolidação e os modos de como as lésbicas estão inscritas na sociedade patriarcal. Pode-se pressupor que atos de liberdade aconteçam, mesmo com a presença da opressão.

Deve-se então ultrapassar o silêncio, a sutil legitimidade das violências sobre lésbicas nos discursos moralizantes para uma resistência criativa, inventando novas formas de ser, enfrentando e ultrapassando limitações impostas por uma identidade fixada pela submissão à família nuclear institucionalizada como “eixo” normatizador de felicidade, principalmente para as mulheres, e à recusa à reclusão sexual imposta pela igreja cristã, pela família e pelo ambiente de trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Glaucia e HEILBORN, Maria Luiza. **Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 225-249.

ALVES, Andréa Moraes. **Gênero, amor, sexo.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 271-291

FACCHINI, Regina.. **Vinte anos depois: mulheres, (homo)sexualidades, classificações e diferenças na cidade de São Paulo.** Revista Gênero, Niterói, v. 9, n. 1, 2008, p. 195-223

GAGNON, J. H. **Uma interpretação do desejo. Ensaio sobre o estudo da sexualidade.** Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

LAURETIS, Teresa de. **The technology of gender.** Indiana, University Press, 1987.

LAURETIS, Teresa de. **A Tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses – o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro:Rocco, 1994.

LEERS, Bernardino e TRASFERETTI, José. **Homossexuais e ética cristã**. São Paulo, ed. Átomo, 2002.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de. **Prazer e risco nas práticas homoeróticas entre mulheres**. Curitiba, Appris, 2016.

RICH, Adriane. **A heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Trad. Carlos Guilherme do Vale. Revista Bagoas, Natal, n. 5, v. 1, 2010.

ROSADO, Maria José. **O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões**. In: Cadernos Pagu, 16, 2001, pp. 79-96.

SILVA, Paloma Ferreira Coelho. **Quando o discurso constrói o “natural”: família, gênero e sexualidade em A era do gelo 3**. In: Revista Bagoas, n. 10, 2013, pp.91-109.

SOARES, Suane Felipe. **Procura-se sapatão: Histórias invisibilizadas do movimento lesbofeminista brasileiro**. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em: [www.726-4602-1-PB.pdf](http://www.726-4602-1-PB.pdf) Acesso em 01/12/2016.

SWAIN, Tania Navarro. **Lesbianismo: Identidade ou opção eventual?** In: História: Fronteiras vol. II, XX Simpósio Nacional da ANPUH, Florianópolis, São Paulo, Humanitas, 1999. Disponível em: [www.lesbianismosANPUH.S20.93.pdf](http://www.lesbianismosANPUH.S20.93.pdf). Acesso em: 01.12.16.

ZIZEK, Slavoj. **Violência**. SP, Boitempo, 2014.

## VAMOS COMBINAR? ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS – UMA EXPERIÊNCIA EM MANAUS

**Daniel Cerdeira de Souza**

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC  
Florianópolis – SC.

**Tirza Almeida da Silva**

Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Manaus - AM

**Sônia Maria Lemos**

Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Manaus - AM

**Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato**

Universidade do Estado do Amazonas - UEA  
Manaus - AM

**RESUMO:** O artigo dispõe sobre o relato de uma ação do UNICEF em Manaus sobre o diálogo com adolescentes e jovens acerca de Direitos Sexuais e Reprodutivos para o levantamento de dados que possam ser úteis para possíveis implementações de políticas sobre o tema. Foi realizado na cidade, um encontro com de escuta e de troca de experiência com 30 adolescentes e jovens das 4 regiões de Manaus e teve duração 4 horas no dia 14 de abril de 2018. Foram discutidos temas como: prevenção à gravidez na adolescência e às ISTs/Aids; direito à diversidade sexual (combate à LGBTfobia), e igualdade de gênero e empoderamento feminino. Como resultados, foram encontrados os principais desafios voltados aos temas discutidos e assim conclui-

se que os adolescentes e/ou jovens dispuseram de informações que atingiram o objetivo do encontro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Direitos sexuais; Direitos Reprodutivos; Jovens; Adolescentes.

LET'S COMBINE?

ADOLESCENCE, YOUTH AND SEXUAL AND  
REPRODUCTIVE RIGHTS - AN EXPERIENCE  
IN MANAUS

**ABSTRACT:** This article describes the report of a UNICEF action in Manaus on the dialogue with adolescents and young people about Sexual and Reproductive Rights for the collection of data that may be useful for possible implementation of policies on the subject. It was held in the city, a meeting with listening and exchange of experience with 30 adolescents and young people from the four regions of Manaus and lasted 4 hours on April 14, 2018. Subjects were discussed such as prevention of teenage pregnancy and STIs / AIDS; the right to sexual diversity (combating LGBTophobia), and gender equality and women's empowerment. As a result, the main challenges regarding the themes discussed were found, and it was concluded that the adolescents and / or young people had information that reached the objective of the meeting.

**KEYWORDS:** Sexual rights; Reproductive Rights; Young; Adolescents.

## 1 | INTRODUÇÃO DO RELATO

O “Vamos combinar?” é uma atividade integrada a metodologia nacional da Plataforma dos Centros Urbanos - PCU (2017 -2020). E tem por objetivo o diálogo temático sobre os Direitos Sexuais e Reprodutivos de adolescentes e jovens que residem na cidade de Manaus. O evento é um espaço aberto para reflexão e escuta e pretende identificar subsídios para nortear as ações do UNICEF na capital Amazonense.

A PCU é uma iniciativa do UNICEF desenvolvida desde 2008 para promover os direitos das crianças e dos adolescentes mais afetados pelas desigualdades intramunicipais nas capitais brasileiras. A 3ª edição da Plataforma, que vai de 2017 a 2020, está presente em 10 capitais: Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís, São Paulo e Vitória. Vivem nessas cidades quase 9 milhões de meninos e meninas de até 19 anos, de acordo com IBGE (estimativas populacionais 2012). A implementação da Plataforma é realizada em cooperação com o governo municipal e estadual e por meio da articulação de diferentes atores em torno de agendas prioritárias comuns. Os principais desafios trabalhados neste terceiro ciclo são a redução dos homicídios de adolescentes, a promoção dos direitos da primeira infância, o enfrentamento da exclusão escolar e a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes.

**Abrangência geográfica:** Manaus (AM)

**Público alvo:** adolescentes e jovens com idade entre 15 a 24 anos, residentes na cidade de Manaus (AM).

## 2 | METODOLOGIA

A roda de conversa foi um momento de escuta e de troca com 30 adolescentes e jovens das 4 regiões de Manaus e teve duração 4 horas no dia 14 de abril de 2018. O encontro foi construído com base no olhar e na fala dos adolescentes e jovens presentes sobre os principais desafios que envolvem os seguintes temas: prevenção à gravidez na adolescência e às ISTs/Aids; direito à diversidade sexual (combate à LGBTfobia); e igualdade de gênero e empoderamento feminino. Esses três temas foram disparadores para a construção de um espaço de diálogo com redes e grupos de adolescentes em Manaus fortalecendo o direito à participação dos adolescentes e jovens no contexto da PCU.

Foi um momento informativo e também lúdico com um ambiente acolhedor e descontraído para que adolescentes e jovens possam debater sobre as causas e os principais desafios que envolvem os 3 temas citados acima. Temos como objetivo também conhecer e ter contato mais direto com adolescentes e jovens de diferentes

redes e partes de Manaus para formar um grupo que possa estar próximos às agendas da PCU na cidade. Depois disso, a ideia é que esse grupo formado siga se reunindo ao longo dos próximos meses.

### 3 | ROTEIRO PROGRAMÁTICO - VAMOS COMBINAR

Horário	Atividade	Metodologia
9h	Acolhimento e coffee break	Recepção dos adolescentes e jovens, onde já foi disponibilizado o lanche.
9h30m	<b>Dinâmica:</b> o que me representa?	Mediante ao convite para a atividade, solicitou-se a cada participante, que trouxesse um objeto de uso pessoal, o qual ele/ela tenha mais estima.  Ao iniciar a atividade, os participantes formaram um círculo em torno dos objetos e como uma forma de apresentação e formação de vínculo, peça para que o participante explique por que aquele objeto lhe representa, relacionando esse objeto com algo de sua vida.
9h45m	<b>Exposição:</b> por que estamos aqui?	Apresentação dos objetivos da atividade e do UNICEF; plataforma dos centros urbanos - PCU; e os principais indicadores que serão trabalhados no decorrer do ano.
10h	Perguntas para o Game Quiz - contextualizando a parada!	Através de perguntas e respostas, buscou-se conhecer qual o nível de conhecimento dos adolescentes e jovens sobre os temas que serão discutidos.

10h30m	<p><b>Vamos combinar?</b></p> <p>Divisão em 3 Grupos de Trabalhos, subsequente aos Temas:</p> <p><b>GT1:</b> Gravidez na Adolescência e Prevenção de IST's HIV/Aids;</p> <p><b>GT2:</b> Direito a Diversidade Sexual;</p> <p><b>GT3:</b> Igualdade de Gênero e empoderamento Feminino</p>	Os adolescentes e/ou jovens foram divididos aleatoriamente, em grupos, de acordo com os temas pensados pela proposta e tiveram 30m para o debate. Os facilitadores os ajudaram a entender os conteúdos através de dinâmicas de grupos, das trocas de experiências, relatos de vida e etc. Toda a contextualização dos assuntos foram retratadas pelos jovens através de peças teatrais, jograis e recitação de poemas.
11h	Apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos GTs.	As apresentações dos trabalhos seguiram a ordem que for decidida pelos adolescentes e jovens. Ambos os grupos tiveram o tempo 5m para apresentação e devem ser orientados pelos roteiros disparadores. E na ordem de apresentação, eles expuseram no painel suas tarjetas com os resultados.
11h15m	Debate (construção do painel- árvore (com tarjetas) sistematizando os principais desafios e destaques do que foi discutido nos grupos).	Após a apresentação dos GTs, todos os outros jovens opinaram sobre temas dos outros grupos, analisando, principalmente, aos resultados (principais barreiras e desafios), descritos nos roteiros disparadores.
12h30m	<b>Encerramento:</b> apresentação cultural.	Artistas locais foram convidados a se apresentarem no final dos debates.

Foreito programático do encontro

#### 4 | RESULTADOS

O debate aconteceu de forma dinâmica, com a participação ativa dos protagonistas. Ao final conseguimos ter um quadro com as palavras que representavam os principais desafios enfrentados pelos adolescentes e jovens presentes no que se refere à prevenção à gravidez na adolescência e às ISTs/Aids; ao direito à diversidade sexual

e à igualdade de gênero e empoderamento de meninas. No quadro, os principais desafios relacionados aos grupos de trabalho foram:

**GT 01:** Gravidez na Adolescência e Prevenção de IST's/HIV/AIDS: Exposição; Prevenção; Machismo; Informação; Apoio familiar; Acesso a saúde; Preconceito; Exclusão.

**GT 02:** direito à diversidade sexual: Nome social; Bullying; Exclusão; Marginalização; Acesso a educação; Acesso a emprego; Violência naturalizada.

**GT 03:** Igualdade de Gênero e Empoderamento feminino: Machismo; Desigualdade; Violência contra mulher; Cultura; Privilégios.

## 5 | CONCLUSÃO

A atividade proporcionou uma aproximação com os adolescentes e jovens de várias áreas da cidade Manaus. Percebeu-se a abertura e atitude colaborativa da juventude para discutir os temas propostos. Neste primeiro momento, informações importantes foram colhidas para se pensar em futuras intervenções e trabalhos sociais. Outros encontros serão necessários para se conhecer melhor a realidade urbana dos adolescentes e jovens de Manaus, porém este primeiro momento mostrou o quão desgastante pode ser a organização de um evento aparentemente simples como este. A falta de recursos apareceu como principal dificuldade, que foi superada pelo apoio do UNICEF.

## A EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO BRASILEIRO, EM PAÍSES EUROPEUS, ASIÁTICOS E LATINO - AMERICANOS

**Solange Aparecida de Souza Monteiro**

IFSP

**Paulo Rennes Marçal Ribeiro**

UNESP

**Valquiria Nicola Bandeira**

UNIARA.

**Carlos Simão Cury Corrêa**

UNIARA

**Andreza de Souza Fernandes**

IFSP.

**Carlos Simão Cury Corrêa**

UNIARA

**Isabel Cristina Correia Cruz**

IFSP.

**Fernando Sabchuk Moreira**

UENP.

**Ana Paula Sabchuk**

UFPR.

saúde sexual e reprodutiva. Esses dados sugerem que a educação sexual seja voltada para intervenções preventivas universais compreendendo toda a população escolar e seus respectivos contextos de vida escolar, família e grupo de pares, mas também durante intervenções mas específicas e intensivas nos subgrupos identificados como prioritários. Neste artigo, analisamos as afinidades e diferenças entre o contexto brasileiro e o dos países europeus, asiáticos e latinos americanos, Seus resultados também são analisados por políticas de saúde e educação para com os adolescentes notadamente no campo da educação sexual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comportamentos sexuais. Educação Sexual, Jovens, Políticas de Saúde e de Educação.

### INTRODUÇÃO

Considerando o preservativo como insumo de prevenção ao HIV/aids para pessoas sexualmente ativas, bem como compreendendo a influência das crenças sobre a intenção de uso de preservativos entre mulheres, objetivou-se identificar as crenças comportamentais e normativas, positivas e negativas, de mulheres residentes em aglomerado subnormal sobre o uso do preservativo e avaliar a associação das crenças às suas características

**RESUMO:** O objetivo principal da educação sexual é educar e desenvolver as atitudes, habilidades e a competências dos jovens, permitindo que eles se sintam informados e seguros em suas escolhas. Ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo livre de preconceitos e tabus como o aumento no número de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejadas, bem como outros riscos relacionados à atividade sexual, considerando um grupo de intervenção prioritário para a

sociodemográficas. As atitudes e os conhecimentos face à sexualidade não se têm mantido constantes ao longo do tempo. Neste sentido, investigou-se que relação existe entre conhecimentos sobre a transmissão do VIH/Sida, as atitudes sexuais e as face aos portadores do VIH/Sida, em estudantes universitários. Pretende-se ainda avaliar como os conhecimentos e atitudes se relacionam com a orientação sexual. O fato de os jovens terem atualmente muita facilidade em obter informação não garante que as suas escolhas sejam as mais adequadas, por isso a educação.

A educação sexual não deve se limitar a informações sobre os aspectos físicos do ato sexual. Outras dimensões como social, cultural, emocional e ética são essenciais. Se considerarmos a educação sexual como a única maneira de prevenir e/ou mudar comportamentos, devemos considerar a importância das normas sociais e dos amigos do grupo de pares, a aquisição das habilidades cognitivas e comportamentais necessárias implementação e manutenção da mudança e considerar a avaliação da vulnerabilidade ao risco, a motivação para a mudança e os fatores situacionais que podem estar envolvidos, direta ou indiretamente, no desenvolvimento dos jovens: famílias, escolas, comunidades, instituições, organizações não-governamentais, municípios, institutos públicos e outros locais de lazer e entretenimento. Ao redor do mundo, a educação sexual recebe tratamentos diversos: nos países mais liberais da Europa o tema é considerado completamente natural e necessário, já em alguns países Islâmicos do Oriente o assunto é proibido.

Na Europa, os Estados geralmente estabelecem algumas instruções básicas sobre pautas relacionadas ao tema que devem ser tratadas nas escolas. Mas as abordagens de educação sexual diferem entre as unidades federativas e até mesmo entre escolas. A média de idade para o início da aplicação de currículos de educação sexual é entre 11 e 13 anos, e geralmente adota-se uma abordagem transversal: ou seja, não é ministrada uma disciplina específica de educação sexual, invés disso o tema é abordado dentro de outras disciplinas. No contexto europeu o tema é majoritariamente abordado nas aulas de biologia e, eventualmente, em alguma outra disciplina..

## Portugal

Em Portugal, a implementação da educação sexual nas escolas provocou um grande debate nos últimos anos. Em 1978, 1981 e 1984, a questão da legalização do aborto dividiu a população portuguesa. Embora não tenha sido aceita na época, essa questão justificava a primeira lei sobre educação sexual nas escolas. No entanto, em 1985, a preocupação com a educação sexual estagnou novamente (Reis & Vilar, 2004). Na sociedade portuguesa, muitas questões e necessidades não resolvidas foram em relação aos direitos sexuais e reprodutivos da população, o que tornou a educação sexual obrigatória em 1997.

Entre 1995 e 1998, o Programa de Educação e Promoção da Saúde e a Associação

de Planejamento Familiar criaram o projeto “Educação Sexual e promoção da Saúde nas Escolas – Um Projeto Experimental”, do qual foi planejado gradualmente para as escolas portuguesas, no sentido da integração regular de projetos e atividades de educação sexual nos vários níveis de ensino (Marques et al., 1999).

Em 2005, foi estabelecido um Grupo de Trabalho de Educação Sexual – Educação de Saúde. Este grupo decidiu que a educação sexual seria abordada como parte de um programa de promoção da saúde. De acordo com as recomendações deste grupo de trabalho, no relatório final apresentado em 2007 (WGHE, 2007 a), os tópicos a serem abordados devem incluir autores, a compreensão da sexualidade como um dos componentes mais sensíveis de pessoa em projeto para toda a vida que inclui valores e uma dimensão ética, incluindo aspectos relacionados às principais ISTs (incluindo HIV/AIDS), maternidade na adolescência e aborto, bem como aspectos relacionados ao uso de métodos contraceptivos e preservativos.

## **Holanda**

O país entende a sexualidade como algo completamente natural e saudável, e aplicação de programas de educação sexual é compulsória em todo o país. O tema é tratado desde os quatro anos de idade, porém com abordagens diferenciadas de acordo com a faixa etária. O programa de educação sexual do país foca em construção de respeito pelo corpo e sexualidade próprios e dos outros, e inclui lições sobre consento, DSTs e prazer. A taxa do país de gravidez na adolescência no país está entre as mais baixas do mundo.

Outros países que também adotam educação sexual compulsória nas escolas são Bélgica, Nova Zelândia, Inglaterra e Escócia.

## **Estados Unidos**

A educação sexual tem apoio de mais de 90% dos pais nos Estados Unidos, mas as regras para aplicação nos currículos escolares variam entre os Estados. Em quase metade dos Estados não é obrigatório instruir jovens sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Além disso, estudos realizados no país apontam que aproximadamente metade dos adolescentes afirmam não terem recebido instruções sobre preservativos e contraceptivos antes da primeira relação sexual.

## **Brasil**

No Brasil, este é um tema complexo e sujeito a múltiplas lógicas analíticas, nem todas submetidas ao rigor da interpretação científica dos dados estatísticos apresentados. As análises são tendenciosas, misturando determinantes sociais com dados brutos da epidemiologia ou o fenômeno antropológico com a sua dimensão clínica. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) afirma

que os "jovens de todo o mundo estão começando a vida sexual cada vez mais cedo" mas "a média de fertilidade de adolescentes entre 15 e 19 anos (76,2:1000) é expressivamente maior que a média mundial (52,6)" e conclui que "a falta de programas de educação sexual em escolas e de políticas de saúde reprodutiva são as principais causas desse índice alarmante" (Comissão Económica para a América Latina e Caribe, 2008).

O caso do Brasil é semelhante ao dos Estados Unidos. Aqui, a aplicação de um programa de educação sexual também não é compulsória aos currículos escolares.

As diretrizes para a educação no Brasil estão contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), desenvolvida pelo Ministério da Educação (MEC). A BNCC serve para nortear os currículos das redes de ensino em todo o Brasil, ela estabelece uma base de temas que devem ser tratados na educação. Não consta na Base Nacional um currículo para educação sexual (ou orientação sexual, termo que costuma ser usado no Brasil).

Nos últimos governos, o Ministério da Educação adotou uma posição de incentivar, mas não obrigar, a aplicação de programas de educação sexual nas escolas. No Brasil o assunto vem sendo tratado de forma transversal, ou seja, é sugerido que o tema seja abordado dentro de outras disciplinas.

Desde 2007, os Ministérios da Educação e da Saúde atuam em conjunto por meio do Programa Saúde na Escola para instruir jovens sobre prevenção e promoção de saúde. O programa dá instruções relacionadas ao uso de drogas e a sexualidade. Em fevereiro de 2019, os ministérios assinaram uma carta de compromisso para prevenção da gravidez na adolescência, que pretende atualizar o Programa Saúde na Escola.

Apesar desse avanço na direção de maior promoção da educação sexual, são recorrentes projetos de lei pela proibição do assunto no ambiente escolar. O projeto do Programa Escola sem Partido (EsP) é o exemplo mais notório. O programa defende que aspectos relacionados à educação moral, religiosa e sexual devem ser tratados apenas no âmbito privado (na família), e não devem ser abordados no ambiente escolar.

**Muitos pais começam por usar a história da cegonha, mas à medida que a criança cresce é preciso uma maior imaginação e conhecimento. Saiba como da Suécia a Cuba, é ensinada a educação sexual às crianças.**

Muitos pais esperam que a escola ensine os seus filhos como nascem os bebés e como funciona a sexualidade masculina e feminina. No entanto, nem em todos os países existe uma política de educação sexual constante e, nalguns, é mesmo inexistente.

## **Países Baixos e Escandinávia**

Nestes países, a educação sexual começa com a história do amor entre cães,

explicada durante a "semana da primavera" que acontece uma vez por ano. A Noruega, por sua vez, utiliza um vídeo intitulado "Puberteten", indicado para crianças dos 8 aos 12 anos. Na Suécia, as crianças da primária assistem a vídeos sobre os genitais dos meninos e meninas, às quais eles chamam de "snoop" e "snippa", antes de avançarem para matérias mais aprofundadas nos anos posteriores.

Estes vídeos e formas de aprendizagem sobre sexualidade parecem resultar, já que tanto a Noruega como os Países Baixos têm uma das taxas mais baixas de gravidez na adolescência do mundo.

## Reino Unido

Neste país a educação sexual é ensinada de forma intensiva a partir dos 11 anos de idade. No entanto, estas aulas são muitas vezes adiadas para o final do ano letivo, com um dia de aula. Os pais têm a opção de retirarem os filhos destas aulas, se considerarem que o tema não é adequado. E é o que muitos pais acabam por fazer.

Os estudantes do Reino Unido vão passar por uma mudança na grade escolar a partir de setembro de 2019. O currículo das escolas incluirá de forma obrigatória a disciplina de educação sexual, dando um foco mais abrangente aos assuntos LGBTQ+.

Há 17 anos, a disciplina, que já era ministrada de forma facultativa, não tinha nenhuma atualização, ou seja, além de gênero, também não incluía temas crescentes como sexting e pornografia online. O Departamento de Educação do Reino Unido está lançando um programa de oito semanas que deve ouvir alunos, pais e professores sobre que outros assuntos devem ser incluídos na pauta.

"Sabemos, através de pesquisas com jovens LGBTQ+, que a maioria não aprende nada sobre esses assuntos nas aulas de educação sexual, o que os deixa mal informados sobre como lidar com decisões sobre relacionamentos, saúde e bem estar", afirmou ao *The Telegraph* representante da organização Stonewall, que promove atividades educacionais para discutir temas relacionados à sexualidade.

Segundo o relatório *Teacher's Report*, 50% dos professores de escolas primárias afirmam ter conhecimento sobre bullying homofóbico dentro da sala de aula. Além disso, sete a cada dez professores afirmam que os alunos usam linguagem homofóbica. A ideia do governo é que dados como este sejam reduzidos através da educação

## China e Índia

A China apresenta um quadro controverso apesar de ter taxas crescentes de doenças sexualmente transmissíveis, programas de educação sexual são quase ausentes. As escolas não oferecem instruções sobre prevenção de DSTs, mas as Universidades fornecem testes de HIV – devido a alta incidência da doença no país.

Assim como na China, a Índia também não incentiva a adoção de programas de educação sexual. No entanto, o currículo de educação sexual desenvolvido no país é considerado o melhor do mundo – o problema é que ele quase não é adotado nas

escolas indianas.

Em 2011, um casal chinês fez manchetes em todo o mundo quando tentava engravidar simplesmente deitando-se um ao lado do outro na cama durante três anos. Mas este caso reflete como a educação sexual na China tem sido tratada no país. Até aos anos 80, o partido comunista sob a liderança do presidente Mao não deixava que a educação sexual chegasse à população. Atualmente, há mulheres que chegam a pagar mais de metade do seu salário mensal por aulas de educação sexual.

## Alemanha

Aulas sobre educação sexual começam já no ensino primário. Pais que impedem presença dos filhos podem ir para a prisão. Todos os 16 estados do país integram o ensino sobre o tema em várias disciplinas. Na Alemanha, a responsabilidade de ensinar as crianças sobre a vida sexual não é um papel exclusivo da família, mas um dever do Estado. A partir do ensino primário, os alunos começam a ter aulas sobre educação sexual.

Por lei, os 16 estados federais alemães são obrigados a promover a educação sexual nas escolas em parceria com instituições de aconselhamento familiar, com base num currículo nacional. A Central Alemã de Esclarecimentos sobre Saúde (BZgA), criada em 2003 como um centro especializado da Organização Mundial da Saúde (OMS), é a principal responsável pela implementação das diretrizes, que são guiadas pelos Padrões para a Educação Sexual na Europa (2010).

Os pais são informados antes de as aulas de educação sexual começarem, mas não têm direito a decidir se os filhos poderão ou não comparecer às aulas. Isso se deve a uma legislação que pune pais que deixam os filhos faltarem à escola.

Em 2013, um pai de nove crianças foi preso por proibir uma das filhas de frequentar as aulas de educação sexual numa escola primária do estado da Renânia do Norte-Vestfália. A mãe só não foi detida porque estava em fase de amamentação do bebê mais novo do casal. Em 2017, a família de origem russa decidiu retornar à Sibéria por não concordar com o sistema educacional alemão.

Mais do que ensinar sobre métodos contraceptivos e os aspectos biológicos dos órgãos sexuais, os professores alemães também discutem igualdade de gênero, valores sociais e emoções relacionadas à sexualidade e a relacionamentos. A abordagem do tema é holística, considerando os diferentes aspectos da sexualidade humana. Por isso, na maioria dos estados, a educação sexual é integrada a outras disciplinas, como ética, biologia, religião e ciências sociais. Em alguns estados, há disciplinas específicas de educação sexual nas escolas.

Tenho amigos alemães que receberam orientações sobre educação sexual também na crisma da Igreja Católica. Uma educadora trouxe dildos e camisinhas para que todos pudessem treinar como se proteger antes de uma relação sexual.

O índice de uso da pílula anticoncepcional é alto entre as jovens alemãs, assim

como o uso da camisinha, o que contribui para os baixos índices de gravidez na adolescência no país. Quanto melhor a educação sobre o tema, menores as chances de se contrair doenças sexuais transmissíveis e de gravidez precoce.

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a educação sexual é um tema urgente nas escolas e de maneira nenhuma incentiva o comportamento sexual de risco. Pelo contrário, os futuros jovens terão mais responsabilidade sobre saúde sexual e reprodutiva

## África do Sul

A educação sexual neste país é, atualmente, melhor do que na altura do Apartheid quando o objetivo era evitar encontros entre raças. No entanto, o sexo é visto como algo "perigoso", conforme consta no currículo "Life Orientation", devido a doenças como Sida, gravidez indesejada e violência sexual. Tudo o que seja fora do sexo heterossexual, é considerado "anormal". Por isso, muitos alunos consideram estas aulas aborrecidas e irrelevantes.

O reconhecimento da cidadania das minorias sexuais e de gênero na África do Sul foi fruto de um processo de lutas e reivindicações de um movimento combativo, que buscou inserir os direitos da população LGBT em uma perspectiva mais ampla de justiça social na transição do *apartheid* para um regime democrático. Essa compreensão abriu espaço para a consolidação de uma das legislações mais progressistas do mundo para a população LGBT: a Constituição do país foi a primeira do mundo a proibir a discriminação fundada em sexo, gênero e orientação sexual.

Por trás dessas grandes conquistas, o ativismo das minorias sexuais se apoiou em uma rede de empoderamento. Exposta no Museu do *Apartheid*, em Joanesburgo, está a caixa postal de Thokozile Khumalo, conhecida popularmente como MaThoko. Inúmeras cartas foram enviadas por pessoas LGBTs sul-africanas ao longo da década de 80 para a caixa postal de MaThoko, em busca de apoio frente à estigmatização. Dona de uma taverna na pequena cidade de KwaThema, nas proximidades de Joanesburgo, ela começou a abrigar em sua casa simples, de quatro cômodos, jovens LGBTs expulsas de suas casas e do sistema escolar, em função da discriminação. Embora ela mesma fosse heterossexual, tinha um sobrinho *gay*, o que fez com que se compadecesse da situação de jovens marginalizados pelo sistema heterossexista.

O regime do *apartheid*, na década de 80, passava por um momento de endurecimento da repressão estatal. Nesse contexto, os movimentos de resistência também eclodiram com força, pavimentando o caminho para a transição democrática na década de 90. O movimento da *gay liberation*, até então, era predominantemente formado por homens brancos de classe média, não se vinculando à luta contra o racismo institucional. Tal situação viria a se transformar com a fundação da *Gay and Lesbian Organisation of Witwatersrand* (GLOW), o primeiro movimento pelas minorias sexuais a se envolver na luta contra o *apartheid*, pelo entendimento de que as lutas

contra o racismo, o machismo e o heterossexismo estão interconectadas.

Uma das lideranças de tal organização foi Simon Nkoli, com um histórico de combate ao regime no movimento estudantil sul-africano. Após sua detenção em um protesto na cidade de Sebokeng, a orientação sexual de Nkoli tornou-se questão polêmica, pois alguns de seus companheiros defenderam que ele fosse julgado separadamente. Nkoli reivindicou seu lugar e conseguiu convencê-los da importância de considerar essas formas de discriminação tão perniciosas quanto o racismo, tornando-se um homem *gay* negro visível. Também recebendo centenas de cartas de apoio e solidariedade no cárcere, aliou-se a outros ativistas para formar um movimento que buscasse a superação não somente de um sistema de opressão, contemplando a população negra e LGBT.

Em meio a essa efervescência, a casa de MaThoko se transformou em uma das sedes da GLOW. Era, antes de tudo, um lugar de refúgio, de apoio e de cuidado, em que jovens pessoas LGBTs encontravam acolhimento, promovendo um senso de pertencimento e autoestima que turbinaria as lutas pelo respeito à diversidade de orientações sexuais e diversidade de gênero. Ainda que sua casa tenha sido demolida, a caixa postal de MaThoko representa a rede de comunicação que proporcionou o empoderamento de uma comunidade LGBT sul-africana, no contexto de um regime autoritário e segregacionista.

O nome de MaThoko também é lembrado pela editora do *Gay and Lesbian Memory in Action*, centro de promoção da cultura LGBT na África do Sul. A editora produz títulos com o objetivo de promover a educação e conscientização em direitos humanos, fomentando o respeito à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero. O símbolo escolhido para figurar como logomarca da editora é justamente a caixa postal de MaThoko.

A circulação de correspondências permitiu o contato das minorias sexuais em um período durante o qual as homossexualidades e identidades de gênero consideradas desviantes eram criminalizadas. Essa expressão do movimento LGBT, combatendo também a marginalização racial e de classe, se massificou e teve respaldo mais amplo, embasando os significativos avanços legais na consolidação do regime democrático.

Contudo, essas conquistas não foram capazes de erradicar completamente a violência no país. Atualmente, a comunidade LGBT continua resistindo tanto na África do Sul como em outros países africanos. A Internet tornou-se um meio de comunicação privilegiado para o apoio mútuo e a articulação política, seja para buscar a conquista de novos direitos, seja para garantir o cumprimento dos já previstos nas legislações. A caixa postal de MaThoko permanece como símbolo dessa rede em expansão, tendo figurado nos primórdios do movimento LGBT negro na África do Sul, quando se desencadearam lutas pelo respeito aos direitos humanos e pela democracia.

## América Latina

Na Argentina, preservativos são distribuídos a todos os alunos maiores de 14 anos. No entanto, continua a existir uma atitude mais conservadora que impede os alunos de terem aulas sobre educação sexual. Em El Salvador, por exemplo, não existe qualquer formação na área e é onde existe uma maior taxa de gravidez na adolescência na região. Por outro lado, Cuba, que fornece aulas de educação sexual desde a primária até ao final do liceu, conseguiu baixar estas taxas.

## DISCUSSÃO

O presente trabalho tem como objetivos centrais analisar a importância da educação sexual e o estado da mesma em Portugal e em alguns países da América Latina.

A partilha de informação adequada sobre sexualidade pode contribuir para que os adolescentes façam escolhas mais seguras em relação ao seu comportamento sexual (Matos et al., 2003; Matos, 2008).

Tendo em conta os resultados obtidos no estudo HBSC 2006, os rapazes são aqueles que dizem ter mais facilidade em falar sobre educação sexual com os amigos, com os pais e com os professores. Por ordem de preferência, os adolescentes escolhem em primeiro lugar os amigos, depois os colegas, os pais e por último os professores.

Alguns estudos sugerem que muitos pais mencionam precisar de ajuda, quando se trata de falar sobre sexualidade, pois não sabem o que dizer (Albert, 2007). Outros pais admitem não ter muitos conhecimentos teóricos sobre este tipo de assunto (Eisenberg, Bearinger, Sieving, Swain, & Resnick, 2004).

A influência dos pares determina as escolhas dos adolescentes no que diz respeito ao comportamento sexual, à contraceção e ao uso do preservativo (Kirby, 2001). A percepção da idade de início das relações sexuais dos pares pode ser um fator importante a ter em conta, dada a importância da influência do comportamento dos outros.

Analisando os resultados de Portugal e os da América Latina verificamos que existem múltiplos fatores de risco e proteção que determinam os comportamentos sexuais de risco dos adolescentes. São vários os estudos que referem a necessidade de se realizar a prevenção dos comportamentos sexuais de risco o mais cedo possível, uma vez que o envolvimento em comportamentos de risco aumenta com a idade (Beadnell et al., 2005; Brook, Morojele, Zhang, & Brook, 2006); Matos, 2008; Matos et al., 2000, 2003, 2005, 2006).

Deve-se salientar ainda que qualquer trabalho preventivo, de ação direta sobre o indivíduo, deve abordar os seus contextos de vida e envolver os respectivos intervenientes, no sentido de se obter uma diminuição do risco e uma ativação dos recursos de apoio.

Outros aspectos fundamentais a ter em conta no campo da prevenção do comportamento sexual de risco é a criação de alternativas saudáveis e atrativas para o preenchimento de tempos livres, bem como a organização de espaços de orientação e de apoio aos adolescentes.

A implementação de ações que visem a promoção de competências pessoais e sociais e, simultaneamente, a passagem de informação sobre os comportamentos de risco e suas consequências (quer devido à falta de conhecimento de alguns jovens, quer devido à existência de concepções incorretas) parece um aspecto importante neste campo.

Envolver os pais, os professores e os pares poderá ser um fator de proteção determinante nos comportamentos sexuais de risco, considerando que constituem elementos fundamentais na vida dos adolescentes. Sendo assim, é indispensável que sejam criadas condições para uma maior implicação das famílias na educação e relação com a escola, que os professores aumentem o seu campo de competências e intervenção, e que os amigos tenham um papel mais ativo em contexto educativo (GTES, 2005, 2007, 2007a; Ramiro, & Matos, 2008; Reis, 2003), em especial nas quatro áreas da saúde consideradas prioritárias, e que incluem a prevenção dos comportamentos sexuais de risco, ISTs, VIH e SIDA.

Neste trabalho e preparando a discussão, foram inseridos alguns dados de cinco países da América Latina: Chile, Argentina, Brasil, Uruguai e Perú.

As preocupações, no que diz respeito à Educação Sexual, são as mesmas. Os problemas da sua introdução com carácter obrigatório no Sistema de Ensino Público são também os mesmos.

Realça-se no entanto, na América Latina, uma conjuntura perturbante e mais quotidiana do que em Portugal: a gravidez (e multigravidez) na adolescência, sobretudo a associada a situações de pobreza e fraca escolarização (servindo para as agravar e perpetuar) e ocasionando frequentemente situações de monoparentalidade, violência de género, (que suscita mesmo programas de prevenção a nível do namoro), e abuso sexual de adolescentes, muitas vezes por parte de pessoas do seu agregado familiar, confere contornos complexos à intervenção profissional na área da saúde sexual e reprodutiva.

Nesta súmula, um último comentário. A análise biológica do fenómeno "Gravidez na Adolescência", de impacto muito mais discreto do que o habitualmente difundido, de modo e maneira nenhuma desqualifica esta discussão. No contexto do desenvolvimento humano, no alvorecer do século XXI, é inadmissível persistir um padrão primitivo da fecundidade humana: muitos filhos e muitas perdas... Sabe-se que estas adolescentes-mães (a maioria consciente e ciente da maternidade), pela maternagem imperiosa, abandonam a escola em número maior, têm empregabilidade diminuída, têm o segundo filho em tempo curto, não poucas vezes já com um outro companheiro, e, por fim, todo o desenvolvimento pessoal fica estrangido pela presença dos filhos; isso sem falar dos adolescentes-pais: os ausentes e inconscientes!

Mais ainda porque, de acordo com as condições sócio-económicas iniciais, as suas possibilidades já estavam limitadas. A falta de estrutura e de suporte, não só para essas adolescentes mas para todos, características da organização social utilitária e predatória, é o componente maior – negativo – desse fenómeno biológico constituinte e natural de toda a história da vida no mundo: manutenção das espécies, pela reprodução.

## REFERÊNCIAS

Albert, B. (2007). *With One Voice: America's Adults and Teens Sound Off About Teen Pregnancy*. Washington, DC: National Campaign to Prevent Teen Pregnancy.

Aquilino, M., & Bragadottir, H. (2000). Adolescent pregnancy: Teen perspective on prevention. *American Journal of Maternal Child Nursing*, 25(4), 192-197.

Beadnell, B., Morrison, D., Wildson, A., Wells, E., Murowchick, E., Hoppe, M., Gillmore, M. R., & Nahom, D. (2005). Condom use, frequency of sex, and number of partners: Multidimensional characterization of adolescent sexual risk-taking. *The Journal of Sex Research*, 42(3), 192-203.

Brook, D., Morojele, N., Zhang, C., & Brook, J. (2006). South African adolescents: Pathways to risky sexual behavior. *AIDS Education and Prevention*, 18(3), 259-272.

Carvalho, M., & Baptista, A. (2006). Modelos explicativos dos determinantes dos comportamentos preventivos associados à transmissão do Vírus da Imunodeficiência Humana. *Revista Lusófona de Ciências da Mente e do Comportamento*, 8, 163-192. [ Links ]

CEPAL – Comissão Económica para a América Latina e Caribe (2008). Mães adolescentes. *Revista Ciência Hoje – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, 53.

Eaton, D., Kann, L., Kinchen, S., Ross, J., Hawkins, J., Harris, W. A., Lowry, R., McManus, T., Chyen, D., Shanklin, S., Lim, C., Grunbaum, J. A., & Wechsler, H. (2005). Centers for Disease Control and prevention. National Center for Chronic Disease prevention and health promotion. *Division of Adolescent and School Health. Youth Risk Behavior Surveillance: United States*. Retirado em 4 de Setembro de 2006 de <http://www.cdc.gov/mmwr/preview/mmwrhtml/ss5505a1.htm>.

Eisenberg, M., Bearinger, L., Sieving, R., Swain, C., & Resnick, M. (2004). Parents' beliefs about condoms and oral contraceptives: Are they medically accurate? *Perspectives on Sexual and Reproductive Health* 36(2), 50–57.

FNUAP. Fundo das Nações Unidas para a população (2005). A situação da população mundial 2005 – A Promessa de Igualdade: Equidade em matéria de Género, *Saúde Reprodutiva e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. New York: FNUAP.

GTES (2005) *Educação para a saúde – relatório preliminar*, acedido em 2 Julho 2007 [www.dgicd.min-edu.pt](http://www.dgicd.min-edu.pt).

GTES (2007) *Educação para a saúde – relatório de progresso*, acedido em 2 Julho 2007 [www.dgicd.min-edu.pt](http://www.dgicd.min-edu.pt).

GTES (2007a) *Educação para a saúde – relatório final*, acessível em 30 Setembro 2007 [www.dgicd.min-edu.pt](http://www.dgicd.min-edu.pt).

Guerrero, R (2003). El Perú a diez años de la Conferencia de Población y Desarrollo de El Cairo: Situación y compromisos pendientes. Lima, Perú.

- Marcela, H., & Cordero, M. (2004). Operativización del derecho a la salud. Desarrollo de un marco para la vigilancia ciudadana: el caso de la salud sexual y reproductiva. Ponencia presentada en el Congreso Latinoamericano de Medicina Social, organizado por ALAMES, Lima, 11-15 de Agosto.
- Kirby, D. (2001). Understanding what works and what doesn't in reducing adolescent sexual risk-taking. *Family Planning Perspectives*, 33(6), 276-281.
- Lopez Gomes, A. (1995/2004). Adolescentes y Sexualidad. Significados, discursos y acciones en Uruguay. Un estudio retrospectivo Montevideo. Facultad de Psicología, Catedra Libre en Salud Reproductiva, Sexualidad y Genero y UNFPA, 2005.
- Marques et al. (1999). *Educação Sexual e Promoção da Saúde nas Escolas: Um Projecto Experimental*. Consultado em 11 de Março de 2007 através de <http://www.min-saude.pt>.
- Matos M.G., & Equipa do Projecto Aventura Social. (2000). *A saúde dos adolescentes portugueses*. Lisboa: FMH/PEPT-Saúde. (também disponível online em [www.fmh.utl.pt/aventurasocial](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial), ou [www.aventurasocial.com](http://www.aventurasocial.com)).
- Matos, M. e equipa do Projecto Aventura Social & Saúde (2003). *A Saúde dos adolescentes portugueses (quatro anos depois)*. Lisboa: Edições FMH. (também disponível online em [www.fmh.utl.pt/aventurasocial](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial), ou [www.aventurasocial.com](http://www.aventurasocial.com)).
- Matos, M. G (2005). *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola*. Lisboa: Edições FMH. (também disponível em [www.fmh.utl.pt/aventurasocial](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial) ou ainda [www.umaventurasocial.blogspot.com](http://www.umaventurasocial.blogspot.com)).
- Matos, M. G., Simões, C., Tomé, G., Gaspar, T., Camacho, I., Diniz, J. A., et al. (2006). A saúde dos adolescentes portugueses: Hoje em 8 anos. Acedido em 20 de Dezembro de 2006 (também disponível online em [www.fmh.utl.pt/aventurasocial](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial), ou [www.aventurasocial.com](http://www.aventurasocial.com) ou ainda [www.umaventurasocial.blogspot.com](http://www.umaventurasocial.blogspot.com)).
- Matos, M.G. (2008) *Sexualidade, Segurança e SIDA*, Lisboa: IHMT/FMH/FCT (também disponível online em [www.fmh.utl.pt/aventurasocial](http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial), ou [www.aventurasocial.com](http://www.aventurasocial.com) ou ainda [www.umaventurasocial.blogspot.com](http://www.umaventurasocial.blogspot.com)).
- MSP - Ministério da Saúde Pública – Uruguai (2007). Adolescent Health Program. MONTEVIDÉU.
- MINSA (2008). Atención Integral de Salud en la Etapa de Vida Adolescente. En red: <http://www.minsa.gob.pe>.
- Nodin, N. (2001). *Os jovens portugueses e a sexualidade em finais do século XX*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- Piscalho, I., Serafim, I., & Leal, I. (2000). Representações sociais da educação sexual em adolescentes. Actas do 3.º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. Lisboa: ISPA.
- Ramiro, L., & Matos, M (2008). Percepções de professores portugueses sobre Educação Sexual. *Revista de Saúde Pública*, 42, 4, 684-692. [ Links ]
- Reis, M. H. (2003). *A educação sexual nas escolas Portuguesas: Os professores como actores na sua implementação*. Dissertação de mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Manuscrito não publicado.

## VELHICE E SEXUALIDADE: UM ESTUDO SOBRE A SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

**Fabíola Calazans**

Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação e Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social  
Brasília-DF

**Vanessa Santos de Freitas**

Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação  
Brasília-DF

**RESUMO:** Investigam-se os sentidos da sexualidade associados ao corpo da mulher velha na série “Grace and Frankie”. Analisa-se como a temática da sexualidade é apresentada e de que forma a relação da mulher velha com o corpo é ressignificada nessa série. A partir das análises de Conteúdo (BAUER, 2002) e do Discurso (FOUCAULT, 2009), observou-se uma tentativa de ressignificar a sexualidade na velhice. Contudo, há ainda permanências de sentidos negativos associados ao corpo e à sexualidade da mulher velha.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sexualidade. Velhice. Grace and Frankie.

### AGING AND SEXUALITY: A STUDY ABOUT THE "GRACE AND FRANKIE" SERIES

**ABSTRACT:** Investigate the senses of sexuality associated with the body of the old woman in

the series "Grace and Frankie." It is analyzed how the thematic of sexuality is presented and how the relation of the old woman with the body is re-signified in this series. From the analysis of Content (BAUER, 2002) and Discourse (FOUCAULT, 2009), an attempt was made to re-signify sexuality in old age. However, there are still negative sense stays associated with the body and sexuality of the old woman.

**KEYWORDS:** Sexuality. Aging. Grace and Frankie.

### 1 | INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, temos o engendramento de novas formas de subjetividades, novas formas de ser e estar no mundo. Seguindo as características da atualidade, com seus avanços tecnológicos, pela midiatização e pelo incentivo à produtividade, há a ascensão de uma personalidade alterdirigida, voltada para o olhar alheio. O eu passa a ser mais visível e epidérmico, sendo esse voltado para a exterior e que almeja a visibilidade (SIBILIA, 2008). A lógica de exposição de si gera um ímpeto pela exposição e pelo consumo da intimidade, em um mundo no qual o relevante é aparecer e ser visto. Nesse movimento de visibilidade constante, a aparência apresenta um papel

fundamental, pois é a partir dela que somos observados e visíveis, pois “hoje somos o que aparentamos ser” (COSTA, 2004, p. 198).

Como é por meio da aparência que somos percebidos e também legitimados, o corpo exerce o papel de protagonista nas subjetividades contemporâneas. O corpo é o objeto das práticas ascéticas atuais, visando o seu constante aperfeiçoamento e sendo digno de diversos cuidados que interferem em atividades físicas, na alimentação e em uma série de produtos que prometem a sua “melhoria”. Nesse contexto, há a ascensão de uma cultura somática (COSTA, 2004) na qual o corpo é o determinante para o julgamento e a valorização social dos indivíduos. Vale ressaltar que não é qualquer forma corpórea considerada digna para essa valorização social. O corpo valorizado e cultuado é o corpo magro, torneado, saudável, e, acima de tudo, jovem. A busca por esse modelo de corpo considerado “ideal” cria um incessante processo de insatisfação, sendo assim, Costa (2004, p. 200), aponta que “o mal do século é o mal do corpo”.

Diante desse cenário, surge a inquietação de saber como a velhice é percebida na contemporaneidade, ainda mais quando o envelhecimento da populacional é um fato eminente. Um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstra que a população mundial vai crescer 32% até 2050 e 53% até 2100, chegando aos 11,2 bilhões de pessoas. Conseqüentemente, a população idosa, com sessenta anos ou mais, irá duplicar até 2050 e triplicar até 2100 (O GLOBO, 2015).

Apesar dos dados expressivos em relação ao envelhecimento populacional, a temática da velhice ainda é pouco abordada. Ao ser pouco retratada em novelas, em publicidades, em filmes e em séries, há o sentimento entre as mulheres velhas de invisibilidade. A invisibilidade social percebida pelas mulheres é observada por Goldenberg (2013, p. 91), segundo a qual “muitas mulheres se queixam por se sentirem invisíveis socialmente, não serem mais consideradas desejáveis, serem ignoradas e praticamente transparentes ao olhar masculino”.

Na cultura na qual a juventude é marcante para a constituição das subjetividades, as dimensões de velhice são constantemente associadas ao corpo jovem, que é mais notadamente visto, admirado e enaltecido em detrimento do corpo velho. A velhice é vista como um período de perdas do capital erótico e corporal, pois se afasta das características da juventude, o que favorece o sentimento de invisibilidade pelas mulheres velhas.

A partir dessa relação apresentada entre juventude e a velhice, o problema desta pesquisa é o seguinte: quais os sentidos da sexualidade associados ao corpo da mulher velha na da série “Grace and Frankie”. O objetivo desta pesquisa é analisar como a temática sexualidade é apresentada na série e de que forma a relação da mulher velha com o corpo é ressignificada no decorrer das narrativas seriadas.

A série “Grace and Frankie” é uma produção exclusiva da Netflix lançada em 2015 e criada por Howard J. Morris e por Marta Kauffman, conhecida pela produção e pelo roteiro da série “Friends”. A Netflix lançou a quinta temporada do seriado no

início de 2019 e teve sua sexta temporada confirmada em janeiro do mesmo ano. O elenco da série é composto por protagonistas com mais de setenta anos, entre eles Jane Fonda (79 anos), Lily Tomlin (78 anos), Martin Sheen (77 anos) e Sam Waterston (76 anos), algo nem um pouco comum nas produções audiovisuais contemporâneas.

Para a investigação da sexualidade das mulheres velhas na série da Netflix, recorreu-se a um quadro teórico diverso e transdisciplinar. Nessa pesquisa, foram identificadas obras sobre gênero (BEAUVOIR, 1970), idade, corpo e subjetividade (DEBERT, 1999; GOLDENBERG, 2013; SIBILIA, 2011; CASTRO, 2015; EHRENBERG, 2010; SANTOS, 2003).

O corpus analítico é composto pelos episódios “O Golpe”, “A Galinha” e “A Exceção”, pois neles é mais representativa a noção de sexualidade para as personagens Grace e Frankie. Para a análise desses episódios, primeiro foi empregada a metodologia da Análise de Conteúdo (BAUER, 2002), a partir da qual foi possível sistematizar as frequências e ausências de sentido construindo um mapa acerca do corpus analisado. A partir desse mapa, analisa-se a materialidade discursiva sob a ótica da Análise do Discurso de Michel Foucault (2009), segundo o qual o discurso é estruturado por meio dos princípios de ordenamento, exclusão e rarefação do discurso. A análise empreendida foi inspirada na Análise do Discurso de linha francesa, especificamente aquela que não privilegia uma análise estruturalista, mas a investigação sobre as construções ideológicas presentes na linguagem que forma o discurso, observando o dito e o não dito. A partir dessa metodologia foi possível a observação detalhada de elementos da narrativa presentes na série “Grace and Frankie”, tanto para a narrativa explícita do roteiro quanto para uma análise implícita das relações de poder do discurso inserido na série, a fim analisar quais os sentidos atrelados à sexualidade das mulheres velhas propagados na série.

## 2 | VELHICE: SENTIDOS E VALORES

O desejo da eterna juventude presente desde a Antiguidade egípcia se fortalece na contemporaneidade. A juventude na contemporaneidade exerce um papel central na mídia, ela está presente nos diversos produtos midiáticos que enaltecem seus atributos. Esses atributos são incorporados por indivíduos de todas as idades no intuito de perpetuarem a juventude. Embora a eterna juventude ainda não seja possível, o imperativo sobre o corpo é o de permanecer sempre jovem. Segundo Debert (1999, p. 21), a juventude passou por um processo de ressignificação em que “perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio de vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade”. Na atualidade contemporânea na qual a aparência e a visibilidade são enaltecidas, o olhar do outro é fundamental para a legitimação do eu, Sibilía (2011, p. 107) afirma que “o direito de ‘ser alguém’ ou ‘ser eu’ é um privilégio só concedido aos jovens”.

Na cultura em que a juventude é fundamental para a constituição das subjetividades, qual o papel atribuído à velhice na contemporaneidade? Ser velho hoje é, muitas vezes, como ser invisível. Essa invisibilidade é pior para as mulheres e, conforme cita Sibilia (2011, p. 89) “não é fácil ser velho no mundo contemporâneo, ser velha, então, pior ainda!”. A velhice é vista como um período de perdas do capital erótico e corporal, na medida em que o afastamento desses capitais característicos da juventude, acabam favorecendo o sentimento de invisibilidade pelas mulheres velhas.

A velhice na contemporaneidade é algo digno de ser escondido, mascarado, camuflado, a qualquer custo (CASTRO, 2016). As visões negativas sobre a velhice percebidas durante a genealogia, como sinônimo de decadência física, moribundo, se perpetuam na contemporaneidade. Segundo Castro (2016, p. 86): “para os mais velhos, reservam-se as conotações desagradáveis relacionadas com a deterioração de sua condição física e/ou mental na senescência”. Em uma sociedade na qual o culto ao corpo é predominante, a decadência física é objeto de desgosto. Além disso, o imperativo contemporâneo é voltado para a visibilidade, estimulando que os corpos considerados “ideais” sejam exibidos. Nesse contexto, o corpo velho, por não corresponder aos “padrões” recomendados, é algo que deve ser combatido, que não deveria ser exibido, conforme aponta Sibilia (2011):

Em meio a uma crescente tirania das aparências juvenis, *a velhice é censurada como algo obscuro e vergonhoso*, que deveria permanecer oculto, fora de cena, sem ambicionar a tão cotada visibilidade. *Um estado corporal que deveria ser combatido* – ou, quanto menos, sagazmente dissimulado – por ser moralmente suspeito, e, portanto, humilhante. *Algo indecente que não deveria ser exibido* (SIBILIA, 2011, p. 94, grifos nossos).

A realidade dos velhos na contemporaneidade está repleta desses significados negativos atribuídos à essa etapa da vida. Conforme aponta Goldenberg (2013), esses sentidos da velhice estão presentes no próprio discurso do idoso, os quais apontam como características da velhice “a decadência do corpo, gordura, flacidez, doença, medo, solidão, rejeição, abandono, vazio, falta, invisibilidade e aposentadoria” (GOLDENBERG, 2013, p. 44). Esses sentidos negativos atrelados à velhice e à constante desvalorização do velho estão relacionados ao idadismo, sendo esse “uma das formas insidiosas de preconceito que acarreta a discriminação por idade” (CASTRO, 2015, p. 108). Amparada na visão da juventude como um valor, essa forma de preconceito é disseminada na sociedade contemporânea de modo que a velhice é vista com repúdio.

A repulsa em relação à velhice leva a rejeição do termo “velho”, que é considerado uma espécie de ofensa, insulto (SIBILIA, 2013). Diversos são os termos utilizados para substituir a palavra “velhice”, como “terceira idade”, “melhor idade”, “idosos”, “maturidade”, geralmente utilizados com o intuito de positivar a velhice, porém, não passam de eufemismos. A partir da visão negativa da velhice, muitos indivíduos não

se reconhecem nessa etapa da vida, tentando se afastar dos sentidos decadentes associados à idade longínqua. Beauvoir (1970) aponta que os velhos são sempre os outros, o que demonstra essa dificuldade de aceitar a velhice. Essa questão também é abordada por Goldenberg (2011, p. 9), a qual afirma que o sujeito velho não se percebe, não se vê como alguém velho, mas “vê a si mesmo como sempre se viu ao longo da vida. Isso faz com que, para cada indivíduo, o velho seja sempre o outro ou um outro. O velho não vê em si mesmo aquelas características que usualmente são atribuídas às pessoas velhas”. A segmentação da velhice em etapas também pode ser observada como um reflexo de afastamento dos significados negativos da velhice. Essas etapas designam “a juventude da velhice” como “meia-idade”, a “idade da loba”, “terceira idade”, “aposentadoria-ativa” (DEBERT, 1999). Aos termos descritos por Debert (1999), adicionam-se ainda outros em voga na contemporaneidade, como “envelhecimento saudável” (OMS, 2015) e “envelhecimento ativo”.

Além dos significados da juventude, na velhice também é importante parecer jovem. Na cultura somática contemporânea caracterizada pelo culto ao corpo, sendo esse espetacularizado e que deve seguir as normas da “boa forma”, o corpo velho é desvalorizado em relação ao corpo jovem (SIBILIA, 2011). Além de desvalorizado, Sibilía (2011, p. 83) aponta que o corpo velho é visto como um “estado corporal vergonhoso”. O corpo é um elemento principal na formação das subjetividades contemporâneas, um elemento relevante durante todas as etapas da vida. A aparência do corpo exerce fatores para o julgamento moral dos indivíduos e, nesse processo, os velhos, figuras que desviam do ideal do “corpo perfeito”, acabam sendo marginalizados, perdendo seu valor social. Acerca dessa valorização, Castro (2016) aponta que os velhos chegam a ser vistos como indivíduos ausentes de atributos de qualidade:

Quando a imagem do corpo é tomada como capital a ser investido na busca incessante do êxito social, os sinais de velhice são interpretados como sinais de deterioração do patrimônio individual. Ao se envelhecer, é como se fosse ultrapassado o prazo aceitável de validade e, assim, a experiência vivida estaria desatualizada, obsoleta, incompatível. O corpo envelhecido passa a apontar uma pessoa esvaziada de atributos de qualidade (CASTRO, 2016, p. 88).

O relevante na contemporaneidade está em não parecer “tão velho assim”, a constatação de Sibilía (2008, p. 84) “agora, o importante é parecer” é alterado, na velhice, o que vale à aparentar ser jovem. A figura de um corpo “bem conservado” está ligada à escolha das atrizes principais para a série “Grace and Frankie”, as atrizes Jane Fonda, de setenta e nove anos, e a Lily Tomlin, de setenta e oito anos, são símbolos de uma velhice “bem conservada”, ambas não aparentam a idade que tem. Além disso, as personagens interpretadas pelas atrizes afastam-se constantemente da visão naturalizada de “decrepitude” da velhice.

### 3 | ANÁLISE DO CORPUS: EPISÓDIOS DA SÉRIE “GRACE AND FRANKIE”

O episódio “O Golpe” começa com Frankie e Grace voltando do memorial de Babe, uma antiga amiga das duas personagens que resolveu optar pela eutanásia, pois não queria mais combater o câncer e queria manter a imagem de uma pessoa alegre, divertida e saudável. A morte de Babe acaba estimulando a reflexão de ambas as personagens sobre a vida, como Frankie afirma em uma cena “a morte tem o hábito de fazer isso com as pessoas. Ao chegarem na casa de praia, Grace e Frankie avistam dois presentes deixados por Babe. O presente de Frankie são pincéis, supostamente utilizados por Picasso e um convite para a exposição de arte da própria Frankie em uma galeria que Babe reservou. A personagem fica muito animada em ter sua própria exposição e desafiada a produzir todas as pinturas necessárias. O presente de Grace é um vibrador, objeto com o qual a personagem não apresenta familiaridade. O presente de Grace acompanha um cartão com a seguinte mensagem de Babe “Querida Grace, isto é melhor do que beber e não deixará seu rosto inchado. E não partirá seu coração. Com amor, Babe.”. Em um curto bilhete, Babe consegue citar elementos da subjetividade de Grace interessantes como o abuso do álcool e o culto à aparência.

Na manhã seguinte ao receberem os presentes, Grace aparece na cozinha em busca de sua bolsa térmica para colocá-la em seu punho. Frankie questiona Grace sobre o que acontecera para ela estar com dor, sua amiga afirma que sua artrite “aparecera”, Frankie não fica contente com as respostas de Grace e sente que ela está escondendo algo. Na figura 1, podemos observar o momento em que Frankie descobre que a dor surgira devido à utilização do vibrador.





Figura 1: Grace e a masturbação

Fonte: Episódio “O Golpe” da série “Grace and Frankie” (O GOLPE, 2016).

A segunda temporada da série aborda temas considerados “tabus”, como a sexualidade e a masturbação na velhice. Esses temas são ressignificados na série. Durante a segunda temporada, Frankie se envolve com Jacob, ou “o cara do inhame” como a personagem o chama. O processo de admitir que estava apaixonada foi complexo, pois a personagem demonstrou muito medo de se envolver afetivamente e também sexualmente após a separação de Sol, seu ex-marido. Apesar de a personagem se mostrar mais aberta para falar sobre ressecamento vaginal, vibradores e orgasmos, Frankie mostra dificuldade com o assunto sexo, e em determinada cena, após declarar seus sentimentos por Jacob, pede que ele “conter seu desejo” referindo-se que não estava pronta para relações sexuais. A relação de Grace na segunda temporada é evidenciada pela chance de reviver um amor antigo com Phil.

É apresentada na segunda temporada uma cena de sexo entre Grace e Phil, na qual mostra o torso de ambos os personagens nus enquanto se beijam, em momentos em que aparecem os movimentos nos lençóis, esses aparecem desfocados, deixando a relação sexual implícita. A cena dura cerca de trinta segundos e é a cena de sexo mais explícita da série com personagens velhos. Segundo a pesquisadora Sueli Santos (2003), a velhice proporciona outra forma de viver as relações amorosas:

Resgatar o direito a uma vida sexual do velho implica poder pensar o amor em suas formas de transformação libidinal, ou seja, outras formas de amor que passam pela ternura, pelos contatos físicos que erogenizam o corpo, como o olhar, o toque, a voz, redescobrimo as primeiras formas de amor do ser humano. O velho não deixa de amar, mas reinventa formas amorosas (SANTOS, 2003, p. 59).

No trecho acima é abordada a questão da valorização de outras formas de amar na velhice, as quais incluem o reforço de outros estímulos além do sexo, como o toque e o olhar. Na série essa visão é presente principalmente no relacionamento entre Frankie e Jacob. O relacionamento desses personagens é demarcado pela insegurança de Frankie de se entregar emocionalmente após a decepção amorosa

com seu ex-marido Sol, por isso, o relacionamento com Jacob não é baseado no ato sexual, mas na atitude de cumplicidade entre os dois personagens, sendo o casal um exemplo dessa “reinvenção” de formas amorosas conforme apontado por Santos (2003).

No episódio “O golpe”, há uma reunião das famílias de Grace e Frankie que acaba sendo repleta de conflitos das personagens com seus filhos. Indignadas com a postura de seus filhos de desconsideração em relação às mães, Grace e Frankie acabam exprimindo nessa reunião o que estavam aguentando. Na figura 2, as duas personagens resolvem apresentar a sua nova ideia de negócio, criar uma empresa de vibradores específica para mulheres velhas.



Figura 2: O desabafo de Grace e Frankie

Fonte: Episódio “O Golpe” da série “Grace and Frankie” (O GOLPE, 2016).

Na figura 2, é interessante observar a reação da família de Grace e de Frankie quando o assunto é masturbação, algo que assim como o corpo velho, “deve” ser camuflado ou escondido. Apesar das reações de interdição de suas famílias, Grace e Frankie continuam firmes, como mostrado no diálogo abaixo:

Brianna: Está bem. Eu duvido que exista um mercado para vibradores para idosas com artrite.

Grace: Existe. Estou agonizando.

Frankie: Demora muito mais para nós gozarmos, Sol.

Grace: O sangue não circula tão fácil e o tecido genital... é mais delicado. Quanto maior o esforço para o orgasmo, mais você o irrita e mais inflama a sua artrite. As mulheres mais velhas não deveriam merecer coisa melhor?

Mallory: Sério! Como vou explicar para meus filhos que a avó deles faz brinquedos eróticos para outras avós?

Grace: Eu lhe direi o que dizer para eles. Fazemos coisas para pessoas como nós porque estamos cansadas de sermos rejeitadas por pessoas como vocês.

Frankie: Fechou com chave de ouro. Vamos para casa (O GOLPE, 2016)

No diálogo acima, vemos que as duas personagens concluindo o seu desabafo para a família, em uma forma de expressar toda a rejeição sentida por elas desde os divórcios. Podemos observar que Grace se coloca como uma mulher velha, sem utilizar o termo “alguém” como fizera antes, mas o pronome “nós” que demonstra o orgulho e a legitimação de que ela não precisa mais negar a velhice, e sim ter orgulho dessa etapa da sua vida. Ao afirmarem o seu direito à sexualidade e à velhice, Grace e Frankie exprimem a sua liberdade de poderem falar o que quiserem, sem a preocupação do julgamento alheio. O orgulho das duas personagens é mais visível quando ambas estão saindo da casa, após terem chocado todos os membros da família. A câmera filma em *slowmotion* a saída de Grace e Frankie e a trilha sonora é um *rap*, o que enfatiza a coragem das duas personagens enquanto se olham e sorriem uma para outra. Após a cena da saída “triumfal” das personagens, há uma cena que demonstra todos os membros da família olhando para a porta da casa ainda incrédulos com o que ouviram. A reação da família de Grace e Frankie demonstra a inabilidade da família em lidar com o fato de que as mães são mulheres sexualmente ativas que não dependem de um parceiro para satisfazer seus desejos e que desejam proporcionar essa liberdade sexual para outras mulheres velhas, por meio do vibrador personalizado.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na série “Grace and Frankie” podemos observar a propagação de novos sentidos relacionados à velhice. Grace, uma das personagens principais, é o indivíduo que incorpora os sentidos da “bela velhice” (GOLDENBERG, 2013) e do “envelhecimento saudável” (OMS, 2015), está em constante cuidado em relação a

sua aparência, faz dietas alimentares, segue a lógica da prevenção do discurso de risco e está à procura de uma atividade produtiva que conceda utilidade a sua velhice. A outra personagem principal, Frankie aparenta não ter os mesmos cuidados de sua amiga Grace, mas também exibe um corpo magro, apresenta poucas rugas, utiliza frequentemente maquiagem, enaltece uma vida sexual ativa. Ambas as personagens gostam de reforçar o quanto são “joviais” por saberem lidar com a tecnologia, Grace aparece frequentemente com seu smartphone, enquanto Frankie exibe sua conta no Twitter e se orgulha em dizer que escuta o cantor de *rap* Drake. A ênfase na temática da sexualidade em toda a série pode ser observada como uma associação com características joviais, pois como uma personagem da série apresenta no episódio “O Alarme de Pânico”: “o sexo é jovem”, sendo interessante a associação da velhice com essa temática para valorização social dela.

A forma de velhice feminina apresentada na série segue os parâmetros apontados por Ortega (2008, p.36) da velhice contemporânea “os idosos da atualidade são apresentados como saudáveis, joviais, engajados, produtivos, autoconfiantes e sexualmente ativos”. As duas personagens em algum momento da série cumprem todos esses requisitos citados por Ortega (2008).

A partir da análise da série “Grace and Frankie” verificou-se a disseminação de um modelo de envelhecimento semelhante aos conceitos de “envelhecimento saudável” (OMS, 2015), “bela velhice” (GOLDENBERG, 2013) e “envelhecimento turbinado” (CASTRO, 2016), sendo conceituado como envelhecimento performático. O envelhecimento performático constitui-se em uma forma de envelhecer focada na performance corporal nos mais diversos âmbitos, como no trabalho, na sexualidade, na alimentação, no cuidado estético, na relação com a saúde, na jovialidade e principalmente na autonomia. Sendo necessária uma performance que está em constante aprimoramento visando tornar-se ótima.

A forma de envelhecimento propagada na série não deixa de ser um modelo idealizado de velhice, pois difunde um envelhecimento considerado “bem-sucedido” que não é possível de ser alcançado por todos os indivíduos. As condições socioeconômicas das duas personagens devem ser levadas em questão, Grace e Frankie são brancas, possuem dois ex-maridos donos de um escritório de advocacia, Grace antes de se aposentar criou sua própria empresa de cosméticos e Frankie é uma artista que dá aula de artes para ex-criminosos reabilitados. Esses fatos junto às características de consumo encontrados na série nos levam a compreender que ambas são de famílias de classe média alta. Após a separação, as duas amigas vão morar em uma grande casa de praia no litoral da Califórnia, pertencente às duas famílias e possuem todas as condições para se manterem autônomas. Essas características contribuem para a constatação do envelhecimento performático, como um ideal projetado que, segundo Jane Fonda, acaba aliviando o medo das espectadoras da série de envelhecer, na esperança de que terão uma velhice semelhante à de Grace e Frankie (TEC, 2015). Assim como para os jovens há a disseminação para

uma performance corporal ótima (CALAZANS, 2013), o modelo de envelhecimento performático ótimo também está sendo disseminado, como uma forma da velhice aceita na sociedade contemporânea, sendo essa uma velhice mais aproximada da juventude quanto possível.

Ainda que a série busque ressignificar a sexualidade da mulher velha, aproximando-a dos sentidos positivos próximos à noção de juventude, notou-se ainda uma permanência significativa de sentidos negativos associados ao corpo e ao sexo na velhice. Assim, um dos principais resultados dessa pesquisa verificou uma associação negativa aos sentidos da velhice, bem como da sexualidade da mulher velha que estão relacionados ao conceito de idadismo, sendo esse “uma das formas insidiosas de preconceito que acarreta a discriminação por idade” (CASTRO, 2015, p. 108). Amparada na visão da juventude como um valor (DEBERT, 1999), essa forma de preconceito é disseminada na sociedade contemporânea e a velhice é vista com repúdio.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Edts.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BEAUVOIR, Simone de (1970). **A velhice: a realidade incômoda**. São Paulo: Difusora Europeia do Livro.

CALAZANS, Fabíola. **Seja ótima, seja feliz: discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT**. Brasília: Tese (Doutorado em Comunicação Social) Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

CASTRO, G. S. O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. **Galáxia** (São Paulo, *Online*), n. 31, p. 79-91, abr. 2016.

CASTRO, G. S. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, [s.l.], v. 20, n. 2, p.101-114, 1 out. 2015. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2009.

GOLDENBERG, Mirian (Org.). **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. Corpo, envelhecimento e felicidade na cultura brasileira. **Revista Contemporânea** (UERJ. Online), v. 9, p. 78-85, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

O GLOBO. **População mundial vai crescer 53% e chegar a 11,2 bilhões em 2100, diz relatório da ONU**. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/populacao-mundial-vai-crescer-53-chegar-112-bilhoes-em-2100-diz-relatorio-da-onu-17003177>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

OMS, **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. 2015. Disponível em: <<http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

ORTEGA, Francisco. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**, Rio de Janeiro, Garamond, 2008, p. 256.

SANTOS, S. S. **Sexualidade e amor na velhice**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SIBILIA, Paula. "O corpo velho como uma imagem com falhas: a moral da pele lisa e a censura midiática da velhice." **Comunicação Mídia e Consumo** 9, n. 26, p. 83-114. 2013.

SIBILIA, Paula. A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas. In: GOLDENBERG, Mirian. **Corpo, envelhecimento e felicidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 83-108.

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 286 p.

TEC. **Entrevista Jane Fonda - Grace & Frankie (serie Netflix)**. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PoZVVOu47kE>>. Acesso em: 05 out. 2017.

## O MASCULINO E O FEMININO: DOS CONCEITOS FILOSÓFICOS AO CAPITALISMO FALOCÊNTRICO

**Fabiana Nogueira Chaves**

**Maurício Pimentel Homem de Bittencourt**

**RESUMO:** Este artigo busca compreender como funciona a estrutura falocêntrica do capitalismo por meio do estudo de conceitos filosóficos como o masculino e o feminino, passando pela análise de diversos autores de diferentes escolas filosóficas. O trabalho busca detectar algumas das formas de como funciona hoje, a extirpação do feminino e de como a sociedade capitalista dilui as diferenças entre os gêneros para tentar uma superfície mais feminilizada, a fim de manter uma estrutura masculina, transformando a sedução (feminino) em sexualidade pura (masculino). Para isto tornam-se imprescindíveis questionamentos sobre as novas formas de comunicação na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculino; Feminino; Capitalismo Falocêntrico; Comunicação.

### THE MALE AND THE FEMININE: FROM PHILOSOPHICAL CONCEPTS TO FALOCENTRIC CAPITALISM

**ABSTRACT:** This article tries to understand how the phallogocentric structure of capitalism works through the study of philosophical concepts such as masculine and feminine, passing through

the analysis of several authors from different philosophical schools. The work seeks to detect some of the ways it works today, the extirpation of the feminine, and how capitalist society dilutes the differences between the genres to try a more feminized surface, in order to maintain a masculine structure, transforming the seduction (feminine) in pure sexuality (male). For this, they become essential questions about the new forms of communication in contemporary society.

**KEYWORDS:** Male; Female; Falocentric Capitalism; Communication.

As clínicas de cirurgia plástica proliferam em todos os lugares do mundo, é impressionante o aumento do número de *fun pages* e sites que prometem dietas milagrosas, existem programas de televisão inteiramente dedicados a “remodelar” os corpos dentro de um padrão midiático de beleza, e, a cada dia, mais as academias lotam. Nas academias, corpos plásticos. Inventam-se todos os tipos de serviços para agradar aos mais diversos públicos, todos prometendo perfeição e saúde enquanto ressaltam características fora do padrão como defeitos. Nunca se viu uma proliferação tão grande de produtos que envolvem o mercado da beleza. O número de *youtubers* com tutoriais de maquiagem e

propagandas de produtos para esconder rostos reais crescem exorbitantemente e o número de seguidores cresce mais ainda a cada dia. O público alvo para estes produtos e serviços: mulheres.

São as mulheres os principais alvos da indústria cosmética, da indústria do *fitness*, das clínicas de cirurgia plástica e dos inúmeros serviços estéticos. São elas que precisam estar bonitas para, supostamente, seduzir. São elas as que mais precisam ficar com o corpo sequinho e rosto lisinho, ou seja, que precisam se encaixar em um padrão de beleza ditado pela indústria e pela mídia, a fim de produzirem uma sedução também ditada pela mesma indústria e pela mesma mídia. Rostos reais são considerados feios, devem ser cobertos com camadas e mais camadas de maquiagem. Envelhecer é proibitivo. Corpos reais devem ser embalsamados em cintas que comprimem a mulher ao ponto de dificultar sua respiração. Calcinha com enchimento para glúteos, sutiã com enchimento para os seios. Os padrões estéticos nunca foram tão rigorosos, tão milimétricos, e a indústria nunca lucrou tanto com isso. E não são somente os padrões corpóreos, a moda dita incessantemente novos padrões. A moda também está padronizada, padronizada para vestir mulheres magras como objeto sexualmente desejáveis.

Dessa maneira, discutir filosoficamente características do feminino e do masculino, bem como avaliar o pensamento de alguns filósofos, nos ajuda a teorizar de forma mais assertiva sobre conceitos de gênero e sobre a mulher na atualidade. Não buscando o sentido estrito de cada conceito, tendo em vistas que não existe uma unidade de pensamento sobre o tema, mas sim relacionando a diversidade de ideias com situações visíveis em nossa sociedade do consumo, da falsa comunicação e da indústria cultural. Relacionar filosoficamente conceitos como masculino, feminino, sedução, sexualidade, sem nenhuma dúvida, nos ajuda a compreender a estrutura social na qual vivemos e nos relacionamos, levando sempre a novos questionamentos e a produção de novos conhecimentos.

É importante ressaltar que este artigo trabalha com conceitos filosóficos de masculino e feminino, os quais podem ser, em alguns pontos, aplicáveis a relações sociais, em outros apenas contribuem para enriquecer os questionamentos, é preciso pensar para além do homem e da mulher como seres sociais, porém nunca deixando as questões sociais de lado.

## **O FEMININO, O MASCULINO E A COMUNICAÇÃO**

Mulheres e homens, apesar de seres humanos com direitos iguais, sentem e percebem o mundo de formas diferentes. Assim, a incomunicabilidade entre os gêneros se torna ainda mais acentuada do que a já existente entre seres do mesmo sexo. Segundo Filho a questão da incomunicabilidade se coloca em grande escala na sociedade da comunicação e se coloca como entrave nos processos comunicativos e também nas relações sociais.

Em verdade, a sociedade da comunicação é uma sociedade em que a comunicação real vai ficando cada vez mais rara, remota, difícil e vive-se na ilusão da comunicação, na encenação de uma comunicação que, de fato, jamais se realiza em sua plenitude. As pessoas inventam, vendem usam todas as máquinas possíveis para se comunicar exatamente porque mal conseguem transmitir ao outro qualquer coisa, mal conseguem sentir junto com esse outro as coisas que ela ou ele sentem. (FILHO, 2007, p. 8)

Segundo o autor a dificuldade de comunicação se instaura entre todos os seres humanos, mas a diferença entre gêneros se coloca como uma barreira a mais para a comunicação. Neste trabalho conceitua-se comunicação como alteridade, possibilidade de comunicação pela diferença; não como transferência de informação, mas como acontecimento no silêncio, no sentido adotado por Lévinas (2005). Para Levinás a relação “Eu-Tu”, encarnada na figura do rosto, seria a condição fundamental para a comunicação. Comunicação entendida como proximidade ética, como uma comunicação que se origina na sensibilidade. Para o autor a alteridade é feminina.

Tendo em vista essa dificuldade de comunicação entre os seres humanos, e, ainda mais aflorada entre gêneros diferentes, pode-se começar a buscar entendimento de o porquê da dificuldade de as mulheres se enquadrarem nos padrões sociais atuais, pois estes seriam padrões maquínicos, regidos pela máxima da competitividade e produtividade, características opostas a alteridade. Características masculinas que produzem uma sociedade do capitalismo falocêntrico.

São padrões masculinos aos quais não pertencem, portanto acabam por terem que se reinventar dentro de uma lógica que rompe com o universo do simbólico e do sensível. Para Baudrillard (2001) o feminino situa-se no campo do sortilégio, do incapturável, do sensível. E isso não somente no sentido de mulher como gênero, mas também no sentido de feminino como uma energia. É interessante pensar nos conceitos de sedução e de sexualidade definidos por pelo autor. Para ele a contemporaneidade confunde a sedução com a sexualidade pura, dentro de uma lógica de pensamento, que é ditada pelo masculino. Para ele a sedução seria feminina, enquanto a sexualidade seria masculina, e, atualmente, a sexualidade estaria englobando a sedução.

Nietzsche foi um dos primeiros filósofos modernos a dedicar grande parte de seu trabalho a questões ligadas a mulher, ao feminino e ao masculino. Muito especulou-se sobre as questões pessoais e relacionamentos do autor terem influenciado sua filosofia. Mas, de qualquer forma, bastantes pensamentos foram instigados a partir de suas ideias, que propiciaram várias releituras e críticas à sua obra. Porém, pode-se dizer que, de forma estereotipada ou não, o autor trouxe à tona temas ainda pouco explorados. Para Nietzsche (2001) filosoficamente e conceitualmente, a mulher seria aparência. Uma não verdade encoberta por um véu, não possuindo profundidade. A verdade não existiria. A verdade seria mulher. Segundo o autor a mulher estaria

encoberta por vários véus, não poderia ser encontrada, pois se afasta. Vive em um eterno afastamento, sendo apenas superfície. A sedução é eterna, sem fim, pois se procura, assim como na verdade, uma essência que não existe, uma profundidade que não há. E, para Nietzsche, esse seria o grande trunfo das mulheres, seu maior privilégio perante o sexo oposto: ser apenas aparência, distância.

Quando um homem está exatamente bem no meio ao *seu* barulho, no meio da rebentação de lances e projetos, daí ele vê também seres silenciosos mágicos deslizando diante de si, cuja felicidade e recolhimento ele deseja, - são as mulheres. (...) A magia é o efeito mais poderoso das mulheres, é, para se falar a linguagem dos filósofos, um efeito à distância, uma *actio in distans*: disso faz parte, porém, e principalmente e acima de tudo – distância!" (NIETZSCHE, 2001, p 60)

Derrida, realizando releitura de Nietzsche, na obra *Eperóns*, afirma que:

A mulher talvez não seja qualquer coisa, a identidade determinável de uma figura que se anuncia à distância, à distância de outra coisa e da qual dever-se-ia se distanciar ou se aproximar. Talvez ela seja, como não-identidade, não figura, simulacro, o abismo da distância, do distanciamento da distância, o corte do espaço, a distância, ela mesma, se ainda se pode dizer, aquilo que é impossível, a distância ela própria. (...) A abertura afastada desta distância dá lugar à verdade da mulher e a mulher se distancia dela mesma (DERRIDA, 1978, p.35)

Ao afirmar a mulher como simulacro, como distância, aparência e sortilégio, o autor reafirma, de certa forma, a aceitação da mulher como segundo sexo, como um não ator social, uma força maquiavélica. Podemos remeter este tipo de pensamento à construção do pensamento cristão ocidental sobre a mulher, onde Eva oferece a maçã a Adão. Podemos falar ainda na Inquisição católica da Idade Média, que colocava na fogueira mulheres que fugiam aos padrões sociais impostos por acreditarem representar uma grande ameaça à ordem social com suas capacidades de sedução e feitiçaria.

Pela obra desse e de outros renomados autores podemos perceber como a academia reproduzia (e ainda reproduz) preconceitos contra a mulher e o quanto as supostas discussões filosóficas sobre o feminino acabavam por encontrar ecos em pensamentos sociais reais sobre a mulher, buscando legitimar cientificamente e socialmente as opressões e deslegitimar qualquer discurso que visasse a igualdade de direitos. A mulher objeto de estudo e não autora, nunca em primeira pessoa.

Baudrillard (2001) tem uma leitura diferenciada da de Nietzsche sobre o tema, colocando homem e mulher dentro de um eterno jogo de sedução, fazendo uma separação entre mulher e feminino, tratando-os como forças filosóficas diferentes atuantes nos indivíduos de ambos os sexos em nossa sociedade. O autor parte do pressuposto que o feminino atua no campo do reversível enquanto o masculino seria o irreversível, mas sua leitura não os considera dentro de uma lógica dual. O autor apela contra a dualidade metafísica. Para ele o reversível não é o antagônico ao irreversível, mas sim o que o anula, o que lhe dá a energia para existir, que o desafia. O

feminino, para ele, é o reversível, o que desafia, é sedução; sedução, que para ele, é transversal aos sexos e nem sempre atua apenas no campo sexual ou relacional. “A sedução se situa no feminino por ser um “nada”, aquilo que “nunca se produz”, que está fora da ordem do “produzido” (BAUDRILLARD, 2001, p. 12).

Em relação à situação da mulher na contemporaneidade, podemos tomar a citação de Baudrillard sobre a sedução e seu abarcamento pela produção, o que seria um extermínio velado do feminino enquanto força filosófica social:

Cada vez mais, qualquer sedução, qualquer forma de sedução, que é um processo altamente ritualizado, apaga-se por trás do imperativo sexual naturalizado, por trás da realização imediata e imperativa do desejo. Nosso centro de gravidade efetivamente deslocou-se para uma economia libidinal que só deixa lugar a uma naturalização do desejo destinado à pulsão ou ao funcionamento maquínico, mas, sobretudo ao imaginário do recalque e da libertação. (...) Essa obrigação de liquidez, de fluxo, de circulação acelerada do psíquico, do sexual e dos corpos é a réplica exata do que rege o valor mercantil (...). É preciso que o capital circule, que não haja ponto fixo, que a cadeia dos investimentos e reinvestimentos seja incessante, que o valor se propague sem tréguas. ((BAUDRILLARD, 2001, p. 47).

Pode-se considerar que, hoje, as mulheres foram aparentemente libertas de um tipo de opressão para caírem em outra. Agora uma opressão velada, que não é somente social, mas que oprime o feminino em si. São oprimidas, escravizadas por padrões de beleza que não são características naturais do feminino, por padrões de feminilidade que são ditados por um mundo mercantil, um mundo falocêntrico ao qual ela não pertence, um mundo do qual ela não pode fazer parte: um mundo masculino.

A sociedade falocêntrica, por sua própria forma de “criar” os padrões afasta o reversível, reduz o campo do feminino a objeto: a mulher produto. Mais uma vez ela é relegada a condição de inessencial, de segundo sexo, de não ator social. Relegada a função de servir domesticamente e sexualmente esse mundo capitalista masculino, sendo-lhe negada sua construção ou transformação. O masculino mostra aqui ser caráter irreversível, mercado de trocas rápidas.

Ignácio de Castro (2004) desenha bem o quadro atual da sedução e do erotismo em nossa sociedade. Ele acredita que a sociedade capitalista vem dissolvendo as diferenças sexuais das mais diversas formas, vem criando um falso todo unissex. Mas esse topo unissex não se refere de nenhuma maneira a questão de gênero ou de orientação sexual, mas sim a questão da estrutura social para os relacionamentos e trocas. Para o autor, existe uma antipatia social para com a configuração da diferença de gêneros, enquanto isto é o que se deveria destacar: a heterogeneidade, a diferença. Para ele “A sociedade tecnológica tem relação direta com a repressão do ‘irracional’ e a dissolução do dois, a liquidação da relação entre opostos, do exterior íntimo que o outro sexo representa” (CASTRO, 2004, p. 31-32). É interessante avaliar, a partir dessa afirmação de Castro, o quanto essa dissolução da relação necessária e produtiva entre opostos pode estar ocorrendo devido à desvalorização sequenciada

de um desses polos opostos: a desvalorização do feminino. Essa desvalorização que busca um todo unissex, busca um todo unissex masculinizado, um todo mercantil, um todo falocêntrico, ao qual o feminino (ou mesmo a mulher) precisa se adequar, destruindo-se. Parece-se aceitar o feminino como diferente de igual valor, mas o diferenciar-se do padrão masculino já lhe imputa desvalorização. O diferente (outro) deve ser aniquilado e criado a semelhança de si mesmo, dentro dos padrões do “eu” falocêntrico.

O autor afirma ainda que “a forma com que a sociedade tecnológica desfaz a diferença, faz com se crie uma apatia erótica, que precisa ser socialmente compensada com aditivos” (CASTRO, 2004, p. 34). Podemos tomar como exemplo contemporâneo a proliferação em massa de *sexy shops* e os milhões gerados pela indústria da pornografia. Assim a sociedade se feminiza, suavizando-se, e de certa forma assexuando-se, mas isso ocorre ao mesmo tempo em que o padrão masculino continua a imperar por de baixo desta camada superficial, sustentando-a à sua estrutura. “A higiene e a correção da tecnologia de ponta estão a serviço de um poder de eficácia feminina e objetivos perfeitamente masculinos” (CASTRO, 2004, p.84). O poder sedutor, que aparenta ser feminino, tem um fim objetivo, sendo portanto energia masculina camuflada.

Alberoni (1987) - apesar de o autor demonstrar uma leitura muito menos filosófica do que sociológica – aponta para a forma como no campo erótico, os padrões masculinos se instalam sobre uma superfície aparentemente feminina. Quando o autor cita Nietzsche, dizendo que cada sexo vê o outro a partir de sua própria perspectiva, ele explana também sobre este ponto dentro da fantasia e do erotismo. Ele exemplifica que a literatura passional e erótica masculina tem como mulher ideal aquela que não faz cobranças, que não cria laços, mas que está sempre disponível. Uma mulher não humana, uma mulher objeto. Em suas fantasias, o homem prefere descartar o sentimento e as longas conquistas e partir diretamente para o anatômico, para o prazer. Ele fantasia situações em que “basta olhar que as mulheres se tornam nuas e disponíveis.” (ALBERONI, 1987, p.13). Esta forma de pensar inerente a fantasia masculina demonstraria que o homem espera que a mulher seja dotada dos mesmos impulsos e valores que ele. É a visão do homem que enxerga a mulher por suas próprias perspectivas. A alteridade não existe no jogo masculino de reificação da mulher.

Se considerarmos a visão mais sociológica de Francisco Alberoni e a relacionarmos aos apontamentos de Ignácio de Castro de que a sociedade finge uma aparência feminina para na verdade manter os padrões estruturais masculinos; e também com o que é apontado por Baudrillard, de a produção (masculina) tentar englobar tudo o que está fora do campo do produzível, englobar o que não é definível, o que é feminino; pode-se teorizar que o masculino predominante padroniza a sociedade. As estruturas masculinas determinam como e em que padrões o feminino deve se situar, determina a forma de sedução que as mulheres devem consumir,

determina a aparência para a rápida consecução do desejo, uma aparência que foge totalmente daquela que se situa no campo do feminino, que forja uma profundidade para, a partir dela, existir. O masculino defini o que é ser mulher.

Baudrillard (2001) trata um ponto crucial para o entendimento de o porquê a aparência para a sociedade contemporânea fugir ao campo da sedução: a questão do segredo. Para ele a aparência e a não essência do feminino se manifestariam nesse segredo, no velado; diferente do que acontece no englobamento da sedução pelo padrão masculino criado pela indústria e difundido em larga escala pela mídia. Nesta última, a aparência não se manifesta como segredo, não há um segredo velado, não há a busca pela profundidade mesmo que não existente, não há o eterno esconder. Portanto não há jogo.

Para o autor a sedução está no jogo, no campo do indefinível, no campo da regra, e não no campo da lei. Segundo ele a paixão se encontra no campo da regra, onde o prazer está em jogar com o outro dentro de regras pré-definidas. A transgressão se encontraria no campo da lei, que está muito mais ligada as normas sociais, àquilo que é imposto, e não no campo da regra. O prazer se encontra totalmente no jogo, pois quando o jogo termina, termina a sedução, não há mais nada. Acaba-se o segredo, descobre-se que não havia o que desvelar. O autor enaltece o segredo e a aparência pura, o jogo puro.

O segredo, intimamente ligado à sedução, está também intimamente ligado ao véu. O véu que Nietzsche descreve em *A Gaia Ciência*, é a aparência, o que esconderia uma profundidade, mas segundo o autor, quando retiramos todos os véus não encontramos nada, pois para Nietzsche a mulher age à distância. Quando Nietzsche afirma que a verdade é mulher, faz uma analogia à incapturabilidade da verdade. Da não existência de verdade, de ela estar sempre encoberta por um véu, de nunca poder ser alcançada por não existir objetivamente, ser apenas aparência, ser apenas sedução.

Considerando-se o papel da mulher e da feminilidade na sociedade contemporânea pode-se perceber que o que é chamado de feminino e o que é tido como característica típica da mulher, na verdade são estereótipos de gênero ditados pelo falocentrismo, pela produção, pelo masculino. O capitalismo que tudo engloba não poderia deixar de atingir o campo da sedução e transformá-la em sexualidade pura. Como afirma Baudrillard (2001) a produção precisa engolir tudo o que não é maquínico, controlar o que é imprevisibilidade.

Em *Da Sedução* o autor critica as feministas, afirma que elas se envergonham da sedução, que segundo ele, assim como considerava Nietzsche, seria o que daria primazia às mulheres no jogo. Mais uma vez um filósofo, do sexo masculino, confunde a luta por igualdade de direitos e pelo fim da objetificação da mulher com a extirpação de diferenças biológicas e psíquicas. Castro (2004) também faz críticas ao feminismo. Partindo de uma lógica preconceituosa, o coloca como ódio ao que não é histórico e procura legitimar preconceitos, estereotipando o movimento de mulheres e relegando

a luta por direitos iguais à inutilidade:

“Sob este prisma, o furor do feminismo majoritário a favor da equiparação estatística (assumido hoje por qualquer estrela da infâmia televisiva) parece prolongar o velho ódio, de origem masculina e ocidental, a todo ponto de fuga a - histórico que ontologicamente representa a mulher.” (CASTRO, 2004, p. 62)

É interessante notar que todos estes filósofos, mesmo quando explanam questões interessantes sobre os campos feminino e masculino, se aventuram a desqualificar e criticar o movimento e escritoras feministas sem ao menos citá-las em seus trabalhos, o que seria o mínimo para uma análise feita dentro da metodologia científica. Fala-se do outro (a mulher) a partir de uma postura egocêntrica. Usando um meta-conceito para avaliar estes autores, poderíamos dizer que procuram capturar o feminino e relegá-lo ao campo da irreversibilidade, procuram tratá-lo como aparência, de forma objetiva e mercantil.

A existencialista Simone de Beauvoir (1990) faz críticas ao machismo instaurado na sociedade e em toda sua obra identifica uma estrutura masculina ditadora de normas de padrões que submetem a mulher e o feminino. A autora, ao discorrer sobre alteridade e sobre a questão da diferença, critica a forma como são feitas as diferenciações entre homens e mulheres, pois sempre são feitas de acordo com o padrão masculino. O homem é o essencial, o completo, enquanto a mulher somente se diferencia em relação a ele. Ela é o inessencial. O homem é o sujeito absoluto, ela é o outro sempre. A autora fala ainda sobre a opressão da mulher para servir os desejos masculinos, feminizando ao gosto dos homens e transformando-se em objeto:

O objetivo das modas, às quais está escravizada, não é revelá-la como um indivíduo autônomo, mas ao contrário privá-la de sua transcendência para oferecê-la como uma presa aos desejos masculinos; não se procura servir seus projetos mas, ao contrário, entravá-los. (p. 296).

A autora (1990; 1995) traz ricas discussões sobre alteridade e muito do que é afirmado por ela funciona como um desenho de várias formas de opressão do feminino, servindo de respaldo para se perceber a forma como o feminino (não somente no sentido de gênero) está sendo expurgado da sociedade capitalista, não havendo liberdade para sua existência. Beauvoir (1995) afirmou “Não se nasce mulher, torna-se”. Essa máxima proferida pela autora, apesar de ter sido capturada anacronicamente por alguns autores e ativistas, mostra o quanto o tornar-se mulher é algo modelado dentro de um padrão que dita o que é ser mulher na sociedade. Ao nascer uma fêmea humana, por exemplo, ela é vestida de rosa e tem suas orelhas perfuradas para que seja diferenciada do sexo masculino. Ao homem a existência normal de um sujeito humano, a ela a mutilação para a diferenciação. Ela tem sua identidade traçada pelo homem. Ela é o outro.

Todo indivíduo que se preocupa em justificar sua existência a sente como uma necessidade indefinida de se transcender. Ora, o que define de maneira singular a situação da mulher é que, sendo, como todo ser humano, uma liberdade autônoma, descobre-se e escolhe-se num mundo em que os homens lhe impõem a condição do Outro. Pretende-se torná-la objeto, votá-la à imanência, porquanto sua transcendência será perpetuamente transcendida por outra consciência essencial e soberana. O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo sujeito, que se põe sempre como o essencial, e as exigências de uma situação que a constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? (BEAUVOIR, 1995, p. 32).

Todos estes questionamentos apontados por Beauvoir encontram eco na questão da alteridade. Mesmo fazendo parte de escolas filosóficas distintas, todos os autores trabalhados nesse texto apontaram para uma aniquilação do feminino, sendo ele apenas um conceito filosófico ou ligado a questões sociais de gênero. A sociedade do capitalismo falocêntrico não tolera o que não o move e impõe sua lógica dura, maquínica e irreversível para compor identidades e papéis. A aparência é demasiadamente imporatente, mas não inspira a busca por profundidade, mesmo não havendo esta; não há procura por um segredo velado. A superfície, na sociedade contemporânea se basta. A lógica masculina, produtiva e capitalista extermina a atuação da sedução do feminino para transformá-las em sexualidade pura, em anatômico; mostra-se uma face feminina na sociedade, para, na verdade, manter as estruturas masculinas. Tudo o que é mistério e não pode ser controlado é expurgado. As diferenças entre o sexos são estereotipadas e o ser humano se vê dentro de um todo assexuado, um todo máquina que não pode parar, um todo onde não há jogo. Neste todo, todas as regras já se transformaram em leis, podem até ser transgredidas, o jogo é previsível e possui manual, se transformou em um teatro onde cada um ocupa seu papel, sabendo exatamente todas as suas posições e falas. Não se olha mais o outro, pois para a lógica mercantil não há outro.

Na sociedade contemporânea, a aparência sem finalidade maior, a aparência por aparência, que não forja uma essência, surge exatamente em resposta aos vacúlos de comunicação existentes. Na sociedade da informação, não há comunicação. Não se procura conhecer o outro, encontrá-lo em sua diferença. Não há mais a comunicação que se dá no silêncio.

Lévinas (2005) diz possível a comunicação apenas pelo rosto do outro, pelos olhos, pela percepção do outro no silêncio. Através deste outro, de sua total alteridade, de seu ser o que não posso ser, é que pode acontecer a comunicação, exatamente na diferença. A comunicação é a relação que o outro exerce sobre o um, que se opõe ao isolamento, que o introduz ao infinito, que acontece somente quando acolhe-se o outro. Este acolher, para Lévinas, seria feminino. Para Lévinas, a comunicação se completa somente no feminino. Comunicação é alteridade.

Se tudo o que é feminino e que está em seu campo vêm sendo expurgado pela sociedade capitalista falocêntrica, não é de se espantar que a sedução perca seu lugar

para a sexualidade, que a sociedade crie padrões masculinos para a feminilidade, que as mulheres sofram os mais diversos tipos de violência em nossa sociedade e, que por final, a comunicação dê lugar a informação. Cria-se aqui um círculo vicioso: uma sociedade que não se comunica e que, devido a isso, vai sendo aos poucos assimilada pelos moldes produtivos masculinos; e os moldes capitalistas em sua estrutura masculina interferem na capacidade social de se comunicar por fazer crer que a informação é comunicação. Interfaces tecnológicas portáteis dominam o cotidiano contemporâneo, vivemos inseridos nas mídias e nas redes sociais virtuais, mas não nos comunicamos. Este é o grande trunfo do sistema capitalista e de sua estrutura, não subtrair, mas sim transformar tudo que lhe foge em um substituto similar.

## REFERÊNCIAS

ALBERONI. Francisco. **O erotismo**. Rocco, 1987

BAUDRILLARD. Jean. **Da sedução**. São Paulo: Papirus, 2001.

BEAUVOIR. Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difel, 1990.

BEAUVOIR. Simone. **O segundo sexo: A experiência vivida**. São Paulo, Difel, 1995.

CASTRO, Ignacio. **La sexualidad y su sombra**. Buenos Aires, Altamira, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Éperons**. Les styles de Nietzsche. Paris: Flammarion, 1978.

FILHO. Ciro Marcondes. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2007.

FILHO. Ciro Marcondes. O Outro como um mistério e o feminino como a alteridade absoluta. Sobre a recuperação do face-a-face na comunicação em Emmanuel Lévinas. **MATRIZES**. VOL 1. N 1. P.55-73, 2007.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre Nós**. Ensaio sobre alteridade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005

NIETZSCHE. Frederich. **A Gaia Ciência** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.

## GÊNERO E DIAGNÓSTICO EM SAÚDE MENTAL: QUE RELAÇÃO É ESSA?

### Muriel Closs Boeff

Psicóloga, Doutoranda do PPG em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil/RS. E-mail: [muriel.boeff@ufrgs.br](mailto:muriel.boeff@ufrgs.br).

### Tatiana Souza De Camargo

Orientadora, Professora Adjunta do Departamento de Ensino e Currículo, da Faculdade de Educação, e do PPG em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil/RS. E-mail: [tatiana.camargo@ufrgs.br](mailto:tatiana.camargo@ufrgs.br).

**RESUMO:** A partir da identificação dos dados epidemiológicos de saúde mental, os quais classificam as mulheres como as maiores portadoras de depressão, buscará se realizar uma discussão sobre a abordagem das questões de gênero no momento da realização de um diagnóstico. Além disso, como este trabalho surge a partir de um recorte do projeto de Mestrado intitulado “Um retrato da Depressão: investigação sobre a construção do diagnóstico em Práticas de Promoção da Saúde na Atenção Básica”, vinculado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscará se apresentar dados preliminares alcançados até o momento. Dessa forma, espera-se poder contribuir para a discussão do gendramento de diagnósticos em saúde mental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Saúde Mental. Diagnóstico gendrado.

### INTRODUÇÃO

O respectivo trabalho se apresenta como um recorte do projeto de Mestrado desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), intitulado “Um retrato da Depressão: investigação sobre a construção do diagnóstico em Práticas de Promoção da Saúde na Atenção Básica”.

Nesse sentido, serão apresentados alguns resultados preliminares alcançados através da realização de entrevistas, além de propor-se a discutir como as condições de saúde mental tem afetado em maior proporção as mulheres, tanto em nosso país como no mundo inteiro. Para nortear estas discussões além de ponderar sobre os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais que colocam a mulher em uma condição de maior suscetibilidade ao desenvolvimento de questões de saúde mental, também se discutirá a possibilidade de que os diagnósticos estejam sendo perpassados por um processo de gendramento, ou seja, patologias que incluem como critérios diagnósticos sintomas mais tipicamente aceitos em mulheres, como choro e sensibilidade, podem estar sendo diagnosticadas a partir de uma avaliação pautada em questões de gênero e não, necessariamente, sobre a real presença da patologia (ZANELLO; SILVA, 2012).

## SOFRIMENTO PSÍQUICO E DIAGNÓSTICO

A experiência do sofrimento psíquico apresenta-se como reflexo de valores e normas vigentes em determinado período histórico e político de nossa sociedade, sendo, nesse sentido, produto de uma construção social. Dessa maneira, quando o indivíduo manifesta sintomas de sofrimento emocional, estes não são somente oriundos de uma vivência individual, mas sim, demonstram relações de poder que ocorrem em determinados espaços, acarretando diferenças nas manifestações de sofrimento psíquico entre homens e mulheres (SANTOS, 2009).

Considerando dados epidemiológicos de saúde mental, existem diferenças tanto em frequência quanto em incidência dos transtornos mentais. Mulheres são frequentemente mais diagnosticadas com depressão e transtornos de ansiedade, enquanto entre os homens há maior prevalência de comportamentos antissociais e abuso de álcool (ZANELLO, 2014). Existem duas correntes distintas de análise destes dados: a vertente biologizante e a corrente sócio-histórica. Na primeira, defende-se a concepção de que a prevalência de diagnósticos de depressão e ansiedade em mulheres esteja relacionado com a presença de hormônios específicos em seus corpos, principalmente o estrogênio, o qual agiria na modulação do humor (ANDRADE; VIANA; SILVEIRA, 2006). Enquanto isso, a vertente sócio-histórica busca abranger uma dimensão social, compreendendo o sofrimento psíquico não somente a partir de alterações químicas do corpo, mas sim como produto de papéis e atribuições sociais, incluindo aqui as relações de gênero (ZANELLO; BUKOVITZ, 2011).

A Organização Mundial da Saúde, em seu relatório *Gender and Women's Mental Health*, destaca que a prevalência de diagnósticos de depressão e ansiedade em mulheres relaciona-se a fatores de risco permeados por condições de violência de gênero, como desvantagem socioeconômica, baixa renda e desigualdade social. Além disso, este relatório também refere que médicos apresentam maior tendência em diagnosticar depressão em mulheres do que em homens mesmo quando ambos alcançam escores semelhantes em testes padronizados para avaliar a patologia (OMS, 2018).

Esta questão também é levantada por Zanello e Silva (2012), quando as autoras afirmam que o profissional que realiza o diagnóstico em saúde mental possui seu olhar clínico atravessado por questões de gênero, tendendo então a julgar e avaliar a partir de certos padrões internalizados como ideais. Nesse sentido, existiriam níveis de tolerância diferentes para classificar, por exemplo, o choro na mulher e a agressividade no homem, o que acabaria levando a hiperdiagnóstico de certas síndromes em mulheres e o subdiagnóstico de outras em homens, e vice-versa.

Sobre este aspecto, ressalta-se que as condições de gênero aparecem em algumas falas das participantes entrevistadas. No exemplo abaixo, D., 19 anos, relata uma situação de assédio sexual que sofreu em seu local de trabalho, levando-a buscar auxílio profissional na ESF Margarida, a partir da manifestação de sintomas

depressivos após o ocorrido.

“É que é um cara, ele é casado, ele tem filho e tudo, e no começo assim eu não tinha falado nada dele, mas quando me colocaram pra trabalhar sozinha com ele, ele começou a passar a mão na minha bunda sabe, e eu fui deixando aquilo, eu tava com vergonha de falar porque eu tava pouco tempo ali, eu não conhecia quase ninguém. Aí depois de um meio ano, mais ou menos, ele começou a mandar mensagem, ele mandava mensagem direto e eu nem respondia. Ele mandava que eu era linda, que ele ainda ia sair comigo e um monte de coisas. Aí eu deixei quieto também, não comentei com ninguém. Daí uma outra amiga minha começou, falou pra mim que ele tava mandando mensagem pra ela também, daí a gente começou a comentar isso e ele tava mandando pra muitas mulheres ali na fábrica sabe. E daí eu fui percebendo quem ele era e daí depois me colocaram pra trabalhar de novo perto dele e toda vez que ele queria falar uma coisa comigo ele sempre vinha pra cima de mim, e ficava passando a mão na minha coxa, e sabe era demais assim. Aí eu fui entregar ele, tipo eu não queria falar nada, mas aí uma colega falou: é melhor tu falar né, pra chefia, porque eles tem que resolver isso, não vai ficar aqui assim [...]. Aí eles chamaram ele e pediram pra ele parar, daí ele falou que as mensagens eram por brincadeira e negou que tinha passado a mão em mim, com certeza né? E daí ele desceu e ele começou a contar pra todo mundo que eu tinha entregado ele. E aí todo mundo que não conhecia o lado dele, tipo as amigas dele, ficaram contra mim e começaram a falar um monte de coisas minhas sabe. Isso foi meio que me magoando (chora). Só que daí depois que eu contei, começaram a pegar no meu pé e aí eu comecei a me estressar (lágrimas nos olhos). Era todo o dia uma encheção de saco, sempre a mesma coisa. Aí o F. (médico da ESF), já sabia disso que eu tinha... E eu tenho um problema no braço e eles não queriam aceitar isso. Aí conversei com o F. ano passado já. Daí esse ano, como foi ao longo do ano piorando bastante sabe, por mais que eu disfarçava isso pras pessoas, mas eu não tava me sentindo bem com aquilo, eu não consigo mais trabalhar ali dentro sabe, eu preciso sair. Aí que veio a semana passada e eu conversei com o F. de novo por causa disso, e sempre é por causa do mesmo problema né. Eu já tava com intenção assim de me matar, essas coisas sabe, isso já passou muito pela minha cabeça e aí foi por isso que o F. pediu pra vir aqui.” (Médico pediu para participar do projeto de mestrado e realizar a entrevista, além de ter encaminhado W. para tratamento psicológico com profissional da rede).

Da mesma maneira, S., 38 anos, relata situações de grande sofrimento no ambiente familiar, principalmente com seu pai, o qual era alcólatra e desrespeitava diariamente S. e sua mãe. Esta situação fez com que a entrevistada omitisse sua primeira gestação até o sétimo mês, por medo da reação do pai frente ao fato dela ter engravidado e não ter um companheiro fixo. Além disso, em sua segunda gravidez, a qual era estritamente um desejo do novo companheiro, teve de deixar de tomar os remédios para depressão, agravando seu quadro.

“É, eu fui mãe solteira do primeiro que tem 19 anos agora [...]. Eu tinha um relacionamento com ele. Só que daí quando eu falei pra ele que eu tava grávida, ele disse que eu era pra tirar o nenê. Só que eu não queria, daí eu deixei ele. Eu não queria tirar o meu filho [...]. Aí eu conheci o meu marido na fábrica onde nós trabalhava, aí nós ficamos juntos e nós já estamos 16 anos juntos e daí ele quis que eu engravidasse, só que eu já tinha depressão 2 anos. Antes da gravidez eu tinha depressão 2 anos já. Daí eu engravidei, daí que voltou a minha depressão. Não tô dando a culpa pra gravidez, mas sim, eu deixei de tomar alguns remédios né, porque não pode, daí voltou tudo [...].

Pergunto então sobre as condições que a levaram a esconder a primeira gestação e ela responde: “Eu tinha medo dos meus pais.” Posteriormente questiono sobre o que acontecia em sua casa quando o pai bebia, e ela refere: “Eu chorava quase sempre, quando ele dizia nome pra mim e pra minha mãe, ele era sabe, bem... bem ruim. Daí eu chorava muito. E na fábrica eu passava manhãs chorando.” Pergunto se ela poderia me falar um pouco mais sobre o que ele dizia e ela prontamente responde: “Que nós não prestava, que nós era umas vagabundas, umas *chin* (puta, em alemão). Isso doeu... Dói né?”

A partir destes relatos pode-se perceber que o aparecimento ou mesmo desenvolvimento de quadros de depressão em mulheres comumente é perpassado por práticas de violências de gênero, acontecendo desde o ambiente familiar e alcançando também o local de trabalho, colocando-as, por muitas vezes, em uma posição de vulnerabilidade. Dessa forma, levantam-se questionamentos sobre a interpretação gendrada de determinados sinais e sintomas apresentados por mulheres, afinal os mesmos costumam ser avaliados a partir de uma leitura de gênero, desconsiderando, em alguns casos, as opressões diárias a que estas estão expostas.

Seria então possível pensar em um favorecimento frente ao aparecimento de determinados diagnósticos em mulheres quando comparadas aos homens? Provavelmente sim, o que traz à tona a necessidade da criação de critérios diagnósticos diferentes para homens e mulheres frente a determinada patologia, como a depressão, por exemplo. Caso este processo ocorresse, dados epidemiológicos hoje apresentados como prevalentes em mulheres poderiam sofrer alterações drásticas, bem como aqueles indicando prevalências em homens. O que torna-se relevante, nessa situação, é discutir a reavaliação dos padrões de valores e questões de gênero dos próprios profissionais, os quais, quer queiramos ou não, acabam ficando invisibilizados na grande maioria dos diagnósticos (ZANELLO; SILVA, 2012).

## **DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações de gênero são, a priori, relações permeadas pelo poder. Historicamente, a mulher é colocada à margem, principalmente através da dominação exercida pelo sistema patriarcal em nossa cultura (LIMA, 2008).

Apesar de todos os progressos alcançados no que diz respeito aos direitos das mulheres, diversos destes conquistados através de muitas lutas e embates dos mais distintos movimentos feministas, ainda hoje a mulher continua desempenhando papéis múltiplos em sua vida, ainda tem sobre ela a delegação do cuidado dos filhos, ainda sofre limitações no mercado de trabalho recebendo remuneração inferior e, entre tantos outros aspectos, ainda não tem domínio, em muitos casos, sobre seu próprio corpo, sendo este delegado à todo tipo de controle: hormonal, médico, psicológico e assim sucessivamente. De forma semelhante, quando políticas públicas

ou legislações que oferecem garantias aos trabalhadores sofrem com alterações ou corte de recursos, mulheres geralmente costumam ser as mais afetadas. Até mesmo dentro de Universidades, públicas e privadas, inúmeras mulheres ainda sofrem com experiências de assédio ou questionamento de suas habilidades acadêmicas após tornarem-se mães. Estereótipos de fragilidade física e emocional permanecem todos os dias, em maior ou menor grau, fazendo com que as mulheres tenham de lutar arduamente pelo reconhecimento e pela liberdade de simplesmente serem quem são.

Nesse sentido, questionar o processo de gendramento de um diagnóstico busca levantar discussões sobre aspectos entendidos como “naturais” frente a condição de ser mulher na contemporaneidade, refletindo-se no campo da saúde mental, por exemplo, através do estabelecimento de padrões sobre sintomas e manifestações de sofrimento. Torna-se necessário demonstrar que muito antes de oferecer espaços de voz para estas mulheres, é necessário também repensar as relações de poder e dominação exercidas no momento em que um profissional profere um diagnóstico. Não trata-se, neste caso, de questionar as habilidades técnicas necessárias para o fato, mas sim de se perguntar se este processo não é, de certa maneira, reflexo de uma medicalização do sofrimento feminino que, muito além de um sintoma, é produto de uma vida repleta de violências e não-garantias de direitos. De forma semelhante, nos relatos apresentados neste trabalho observa-se a importância de introduzir questionamentos sobre o processo de diagnóstico, o qual ocorre, em muitos casos, sem qualquer tipo de discussão sobre as inúmeras situações de violência e opressão de gênero sofridas pelas mulheres.

Encerra-se este trabalho com a consciência de que esta discussão não se esgota aqui, mas sim, pode ser (re)iniciada a partir de mais um questionamento: Diagnosticar e medicar para suportar as mazelas diárias, é disso que precisamos?

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. H. S. G.; VIANA, M. C.; SILVEIRA, C. M. Epidemiologia dos Transtornos Psiquiátricos na Mulher. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 43-54, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832006000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832006000200003)>. Acesso em: 18 abr. 2018.

LIMA, B. S. Violência de Gênero nas Ciências: corpo, violência e poder. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8: Corpo, violência e poder, 2008, Florianópolis. **Anais...**, Florianópolis, UFSC, 2008, p. 1-8. Disponível em: <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Igor\\_Salomao\\_Teixeira\\_70.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Igor_Salomao_Teixeira_70.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2018.

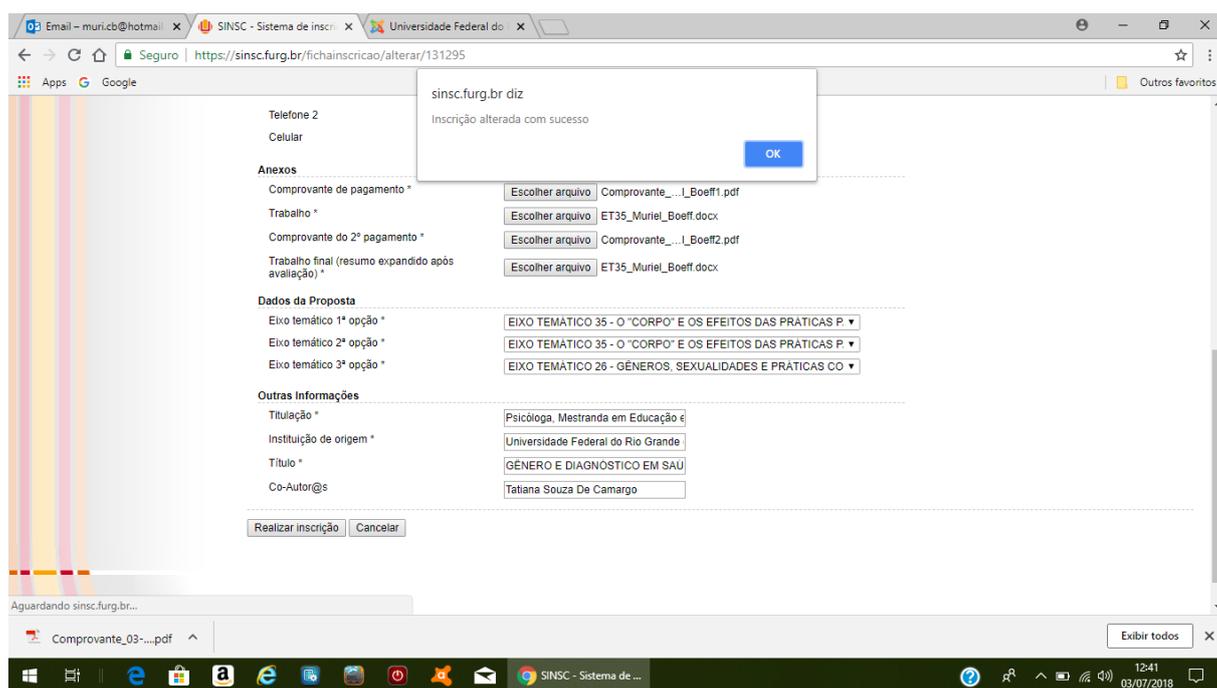
ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Gender and Women's mental health**, 2018. Disponível em: <[http://www.who.int/mental\\_health/prevention/genderwomen/en/](http://www.who.int/mental_health/prevention/genderwomen/en/)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SANTOS, A. M. C. C. Articular saúde mental e relações de gênero: dar voz aos sujeitos silenciados. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1177-1182, agosto, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000400023&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000400023&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ZANELLO, V. A saúde mental sob o viés do gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. **Saúde Mental e Gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade**. Curitiba: Appris, 2014.

ZANELLO, V.; BUKOVITZ, B. Insanity and Culture: na approach to the gender relations in the speeches of psychiatricized patients. **Labrys Études Féministes**, Bonito, n. 20-21, julho/dezembro, 2011. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19544/1/ARTIGO\\_Insanity%20and%20culture.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19544/1/ARTIGO_Insanity%20and%20culture.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2018.

ZANELLO, V.; SILVA, R. N. M. C. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Revista Bioética**, v. 20, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: <[http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/745](http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745)>. Acesso em: 02 mai. 2018.



## LILITH E EVA: AS DUAS MULHERES ANTAGONICAS NO SISTEMA RELIGIOSO

### **Bruno Schwabenland Ramos**

É concluinte do Curso de Pedagogia pela Faculdade Ateneu, graduado em Teologia no Centro Universitário Claretiano – pós-graduando em relações étnico- raciais pela UFES- e funcionário público efetivo da rede pública de ensino de Vila Velha, Espírito Santo. E-mail para correspondência:  
bruno.schwabenland@gmail.com

**RESUMO:** Há correntes de antigas tradições orais que definiam que Lilith foi à primeira mulher da criação, há uma suposição que esta foi suprimida da Bíblia, onde aparece a figura de Eva tendo o título na mitologia judaico-cristã como a mãe de todos os seres vivos. A parte mais polêmica da cristandade é a submissão da mulher em relação ao homem, teoria interpretada de maneira tendenciosa deixando clara a posição de gênero. Fato que vou levado à extrema neurose na Era das Fogueiras, em que as mulheres supostamente com poderes de feitiçarias, foram submetidas a torturas e a execução pública. Problema: Quais são os fatores envolvidos entre religião e a violência contra mulher? A delimitação da temática está pautada na cristandade visto que o sistema religioso é diversificado, portanto será abordada a construção de duas mulheres antagônicas dentro do aspecto sagrado: Lilith e

Eva. Objetivo: Analisar o papel ideal da mulher no sistema religioso que atende o sistema patriarcal se é o arquétipo de Lilith ou Eva. Metodologia: O Método a ser utilizado na fase de Investigação será a análise bibliográfica, porque, para construir a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa. Resultado: Por meio das pesquisas foi observada uma forma diferente de violência promovida contra a mulher, não aquela da Era das Fogueiras, mas de forma simbólica e ideológica. Conclusão parcial: A Cristandade é cheio de divisões e subdivisões, para uma pesquisa mais apurada seria necessário, percorrer a historicidade das principais igrejas históricas para saber se há violência entre correntes tradicionais, pentecostais ou neopentecostais.

**PALAVRA-CHAVE:** Lilith e Eva; sistema religioso; gênero; violência; relações de poder.

**ABSTRACT:** There are schools of ancient oral traditions which defined that Lilith was the first woman of creation, there is an assumption that this was deleted from the Bible, where appears the figure of Eva taking the title in the Jewish and Christian mythology as the mother of all living beings. The most controversial of Christianity is the submission of women in relation to man, theory interpreted as tendentious leaving clear the position of gender. The fact that I carried to the extreme neurosis in the Era of bonfires,

in which women supposedly with powers of witchcrafts, were subject to torture and the public execution. Problem: What are the factors involved between religion and violence against women? The thematic delimitation is guided in Christendom since the religious system is diverse, therefore will be addressed the construction of two women antagonistic inside the sacred aspect: Lilith and Eva. Objective: To analyze the role of the woman in the ideal religious system that meets the patriarchal system if it is the archetype of Lilith or Eva. Methodology: The method to be used in research phase will be the bibliographic analysis, because, to build the reasoning of the theoretical-methodological research. Result: By means of research was observed a different form of violence against women, promoted not that the Era of bonfires, but of symbolic form and ideological. Partial completion: Christianity is full of divisions and subdivisions, to a more refined research would be necessary, scroll through the historicity of the main historic churches to know if there is violence between traditional currents, Pentecostal or neopentecostals.

**KEYWORDS:** Lilith and Eva; religious system; gender; violence; power relations.

## INTRODUÇÃO

Há correntes de antigas tradições orais que definiam que Lilith foi à primeira mulher da criação, há uma suposição que esta foi suprimida da Bíblia, onde aparece a figura de Eva tendo o título na mitologia judaico-cristã como a mãe de todos os seres viventes. A parte mais polêmica da cristandade é a submissão da mulher em relação ao homem, teoria interpretada de maneira tendenciosa deixando clara a posição de gênero.

## PROBLEMA

Quais são os fatores envolvidos entre religião e a violência contra mulher?

## OBJETIVO GERAL

Analisar o papel ideal da mulher no sistema religioso que atende o sistema patriarcal se é o arquétipo de Lilith ou Eva.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Pesquisar o mito de Lilith e Eva para compreender a mulher desejável para o sistema religioso.

Descrever se estes arquétipos ainda fazem parte da construção e desconstrução da mulher no aspecto sagrado.

Verificar como as relações de poder fundamentam a estrutura da cristandade, a fim de, manter uma “ordem universal”.

## O MITO DE LILITH E EVA

Aproveitando o livro sagrado não terá como foco a discussão o poder transcendental desta literatura, mas a visão mitológica da criação os primeiros seres humanos. Neste versículo fala de uma era mitológica habitada por um Poder Superior, no qual ele por meio de poderes mágicos teria criado o primeiro homem, em oposição à teoria da evolução que defende que o homem veio do macaco. De acordo com Gênesis:

“Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou.” (GÊNESES 1:27)

Uma contradição aparece entre estes dois capítulos, na primeira citação o homem foi criado em pares ou casais da mesma forma que os animais, entretanto, onde estaria a primeira mulher. Será que este ser Superior, Deus na concepção de cada um, teria punido a Lilith ou está foi retirada de propósito por Moises (segundo a tradição judaica escreveu os cinco primeiros livros da bíblia). Na primeira cena o primeiro casal foi criado de uma maneira especial, supõe-se da mesma matéria (barro). Isto haveria de alterar a ordem cósmica, tem-se a ideia de um Deus masculino, não poderia ser este um andrógono (masculino e feminino ao mesmo tempo)? A primeira esposa desapareceu misteriosamente da história, fazendo uma conjectura talvez esta alterasse profundamente as relações de poder entre homens e mulheres. Segundo o conto mitológico judaico cristão o primeiro ser humano foi criado do barro úmido do solo (o primeiro casal) e na outra cena o primeiro pai da história teria gerado de si mesmo, outro ser mais submisso porque foi gerada de si mesmo. Esta suposição de acordo com o livro de Gênesis:

Disse mais o Senhor Deus: Não é bom que o homem esteja só; far-lhe-ei uma ajudadora que lhe seja **idônea...** E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. Disse então o homem: **Esta sim** (ou 'agora sim', em algumas versões) é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada. (GÊNESES 2:18,22, 23)

Tendo como base nestes versículos houve uma rebelião ou insubmissão da Lilith que é tida como a primeira mãe de todos os seres vivos. Segundo conta-se que houve desde eras mitológicas o embate de relações de poder entre o sexo masculino e feminino, pois esta poderia ser a primeira feminista da história que exigia direitos iguais, porque foi formada do mesmo material e partir imagem do Criador. Conforme Laraia:

A rebelião de Lilith contra Adão e o Criador levou à necessidade da criação de Eva, esta formada a partir de uma costela de Adão (Gênesis, 2, 21). É possível, portanto, imaginar que um corte foi realizado entre o capítulo 1, versículo 28, e o capítulo 2, versículo 21. É provável que este corte tenha ocorrido, mesmo em época bastante remota, como no quarto século antes de Cristo, quando se supõe que o

texto escrito tomou uma forma aproximada da atual (Leach, 1983:77). O próprio teor do capítulo 1, versículo 28, sustenta esta hipótese: "E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra..." Como seria possível abençoar a ambos e recomendar a multiplicação se Eva ainda não estava criada? (LARAIA, 1997)

Retomando o raciocínio anterior como forma de fixação para a defesa da ideia, sobre o que motivou a ruptura da suposta ordem cósmica, no qual o homem se sobressairia por supostamente ter-se uma noção de uma divindade masculinizada. Lilith representaria o fim de uma ideologia machista e sexista, por esta razão, a Igreja Antiga procurou suplantar, este nome para que as mulheres não busquem os seus direitos igualitários, o que influenciaria não apenas as manifestações religiosas, como toda estrutura social vindoura. Segundo Pires:

(...) Na tradição cabalística, segundo Chelavier (1990) Lilith é o nome da mulher criada antes de Eva, ao mesmo tempo em que Adão – não de uma costela do homem, mas diretamente da Terra, do mesmo pó que ele. Por esse motivo reivindicou igualdade, não se admitindo inferior e insubmissa e disse a Adão: "somos iguais". A partir daí os dois sempre discutiam. Por se recusar a ser submissa, Lilith foi relegada a convivência com os demônios. Quando encolerizada pronunciou o nome mágico de Deus e fugiu para começar uma carreira demoníaca, transformando-se na rainha dos demônios. Em sua revolta declarou guerra ao Pai, não deixando desde homens, mulheres e crianças em paz. Permaneceu como sombra e inimiga de Eva, instigando amores ilegítimos e perturbando o leito conjugal.

Seu domicílio foi fixado nas profundezas do mar (o inconsciente), no lado escuro da Lua ou da serpente, veículo do pecado e da transgressão que expulsou a todos do paraíso. Mulher rejeitada ou abandonada por causa de outra, Lilith representa ódio contra a família, os casais e os filhos. (PIRES, p.37-38, 2008)

Se for analisar o mito percebe-se que duas mulheres antagônicas, tanto a Lilith e a Eva foram vítimas do sistema patriarcal, a primeira condenada pela histórica canônica a desaparecer (a primeira feminista da história), enquanto a segunda foi acusada de ser a culpada pela queda do homem, mas ainda apresenta a mulher que é submissa ao homem. Este conto mitológico há uma clara disputa de relações de poder, supõe-se que Lilith era uma mulher imponente que não aceitava ser uma pessoa de segunda categoria.

## **O PAPEL DE LIDERANÇA EXERCIDO PELA MULHER**

Não é mencionado no texto sagrado como que uma mulher chegou a um status político de grande importância no Israel Antigo, sendo que pela historiografia bíblica a mítica nação se formou por 12 patriarcas e não 12 matriarcas. Pode supor que nesse período foi algo que abalou a estratificada sociedade, não era apenas uma doméstica submissa, mas de uma mulher que tinha postura de autoridade.

O que houve foi uma contaminação do Livro Sagrado por ideias sexistas e machistas, estas negam a capacidade do sexo feminino ter uma posição de destaque.

A bíblia não está sendo mencionada para converter nenhuma pessoa por suposto pecado ou doutrinação, entretanto, demonstrar que ao longo dos séculos houve uma intensa disputa de poder no qual o sexo masculino subjugou as mulheres. De acordo com o livro de Juízes

Débora, profetisa, mulher de Lapidote, julgava a Israel naquele tempo. Ela atendia debaixo da palmeira de Débora, entre Ramá e Betel, na região montanhosa de Efraim; e os filhos de Israel subiam a ela a juízo. Mandou ela chamar a Baraque, filho de Abinoão, de Quedes de Naftali, e disse-lhe: Porventura, o SENHOR, Deus de Israel, não deu ordem, dizendo: Vai, e leva gente ao monte Tabor, e toma contigo dez mil homens dos filhos de Naftali e dos filhos de Zebulom? E farei ir a ti para o ribeiro Quisom a Sísera, comandante do exército de Jabim, com os seus carros e as suas tropas; e o darei nas tuas mãos. Então, lhe disse Baraque: Se fores comigo, irei; porém, se não fores comigo, não irei. Ela respondeu: Certamente, irei contigo, porém não será tua a honra da investida que empreendes; pois às mãos de uma mulher o SENHOR entregará a Sísera. E saiu Débora e se foi com Baraque para Quedes. (JUÍZES 4: 4-5)

Nota-se que esta mulher gozava de prestígio religioso (era profetisa), temporal (ocupava cargo de governante do povo), pelo cenário Baraque não viu apenas uma mulher frágil e indefesa, mas alguém com capacidade de estratégia militar.

Fazendo uma conjectura para a atualidade ainda há ideias preconceituosas, baseadas em interpretações religiosas, embora o Brasil não tenha uma religiosidade institucionalizada, por tradicionalismo segue preceitos da cristandade. Algo que ainda permeia as relações de poder tanto nos seguimentos sociais e de algumas ramificações da cristandade.

Ao longo dos séculos houve uma tentativa de silenciar as mulheres, por exemplo, no texto sagrado apareceu em cena como uma estrategista militar e de acordo com as interpretações escusas, foi perdendo o valor até chegar ao ostracismo social: era vista como corpos que deveriam satisfazer os apetites sexuais dos maridos. Porém este cenário de injustiça social seria abalado por um filósofo chamado Jesus Cristo.

Segundo os cristãos espiritas (kardecistas) houve uma longa aprendizagem no mundo espiritual no qual Kardec aprendeu com grandes mestres da humanidade, diferentemente das interpretações culturais, com ares de uma suposta religiosidade, que promovia a desvalorização e desintegração da mulher, que ainda no século XIX fora falado sobre a emancipação da mulher que é defendida por feministas na atualidade. Conforme informações do site Só de Cristo:

“Que o homem destrua as barreiras que seu amor-próprio opõe à emancipação da mulher e logo a verá alçar o seu voo, com grande vantagem para a sociedade. Ficai sabendo que a mulher, como todos vós, tem a centelha divina, porque a mulher é vós, como vós sois a mulher.”(Sociedade de Paris, 10 de maio de 1867 – Médiun: Sr. Morin, em sonambulismo espontâneo)

Embora não seja considerado por ampla corrente de teólogos como membros da cristandade, os espiritas cristãos (kardecistas) tem uma visão diferente na concepção do transcendental: cada um tem uma concepção do sagrado.

## JESUS O HOMEM FEMINISTA

Ao citar Jesus aqui não há a intenção de tratar da sua suposta forma transcendental, mas sim do aspecto humano, como um grande filósofo que influenciou o pensamento daquela época e também a base da civilização ocidental do mundo atual. Não se pode dizer que houve uma mudança total no pensamento do mundo ocidental na questão machismo, entretanto, naquela época foi um escândalo no meio religioso e social porque as mulheres carregavam a suposta culpa pelo pecado original, tratado no mito judaico da criação.

Neste tópico há uma clara separação do Jesus religioso que supostamente dizem ser um deus na forma de homem, para o Jesus histórico como um grande filósofo este é o ponto do objeto como estudo. Se houve algo que a ciência não pode explicar ou algum fato paranormal, deixar com que essas discussões sejam realizadas por especialistas do assunto, algo que não vem ao caso, porque está se tratando de questões sociais e como a religião pode impactar positivamente ou negativamente em grupos de seres humanos.

Com este suposto crime as mulheres foram rebaixadas diante de uma estrutura machista e sexista que as colocavam apenas como papel de reprodutora, também na categoria de párias sociais ou como instrumento usado pelo suposto Satã e tais pensamentos será que existem dentro de algumas facções da cristandade ou de outras religiões monoteístas?

A religião é um instrumento de controle social para domesticar, os homens dos seus sentimentos mais controversos, o papel do Jesus histórico na verdade era romper com papel humilhante dado às mulheres, embora haja alguns pontos polêmicos dentro das páginas do Novo Testamento, sobre o principal ponto da submissão feminina perante o homem, algo que geram muitas discussões. Foi um período cultural muito complicado para as mulheres, tomando por base em uma nação teocrática monoteísta, pode ser que o Novo Testamento foi contaminado pela estrutura patriarcal e machista que não queria compartilhar o status do poder religioso e social com pessoas que acreditavam serem de segunda categoria. Conforme da definição de Lutzer e Lutzer:

(...) Se chamarmos Jesus de feminista queremos dizer que ele rompeu com a visão humilhante que os homens tinham das mulheres do seu tempo que ultrapassou os limites preconceituosos do legalismo - se tal for a nossa interpretação da frase dita no livro, então sim, Jesus foi o feminista original. Jesus revolucionou o seu tratamento com as mulheres. Ele ousou acreditar no serviço feminino e em valorizá-las em um tempo que isso era muito estranho.

Críticos atuais têm dito que o cristianismo tem incentivado o domínio machista e a cultura da subjugação feminina. É bem verdade que as mulheres têm sido tratadas como uma classe secundária na história da Igreja e tais alegações podem ser comprovadas pelo registro dos muitos fatos depreciativos às mulheres. Mas tal linha de pensamento contrário a mulher não pode ser traçada a partir das páginas do Novo Testamento, na Igreja Primitiva. No primeiro século depois da morte e ressurreição de Jesus, as mulheres que seguiram Jesus foram honradas e seus maridos por sua vez ensinados honrar as suas esposas. Muitas das restrições que

Ao citar a figura de Jesus como filósofo do pensamento ocidental, não há pretensão de uma doutrinação ou tratar da sua suposta divindade, sim da figura deste ser histórico que continua a influenciar inclusive a questão ética. Pensamento que foi seguido por outras pessoas iluminadas: Maomé, Mahatma Ganges, Dalai Lama, Martin Luther King, Chico Xavier, etc.

## **A ERA DAS FOGUEIRAS: VIOLÊNCIA RELIGIOSA CONTRA AS MULHERES**

Havia um contexto histórico e político no qual se deu a Era das Fogueiras, protagonizadas pelos crimes cometidos em nome da religião e desta forma na Idade Média, o Tribunal da Santa Inquisição protagonizou momentos de terror por toda a Europa Ocidental, representando a luta eterna entre a “verdade” representada pela Igreja e a “mentira” os hereges que estavam fora da religião verdadeira. Em outro aspecto a cristandade é patriarcalista e as religiões a margem do cristianismo havia a valorização e o papel da mulher nos cultos realizados. Conforme da definição da religião atual a Wicca, são os antigos ensinamentos da Bruxaria Antiga, nestas liturgias havia uma igualdade de sexo e por consequência a valorização da mulher, como um aspecto positivo representando a Deusa Mãe, de acordo com a concepção dos adeptos desta atual religião.

O aspecto mais polêmico é a representação do deus de chifres, o animal representante é o gamo (parecido com o veado) no Norte da Europa. Desta forma este deus masculino foi retratado como o diabo cristão na Idade Média. Segundo a definição de Gwydion

(...) As tradições e os ensinamentos da Bruxaria Antiga que geraram a wicca, vem de tempos remotos, onde os povos não tinham tanta tecnologia,, como já dissemos. Eram povos da idade média que viviam da agricultura de subsistência ao Norte da Europa. Além disso, pela origem xamanica, a Wicca é a religião natural, ou seja, não tem templos e nem hierarquia. Na Wicca todos são iguais perante a Deusa, mas a mulher tem um papel importante, porque é a representação da Deusa em nós. (...)

Um aspecto mais polêmico dentro da Wicca, além do festival de Beltane, é a representação do deus de chifres que nos lembra do diabo das religiões cristãs. Lembremos que o deus representa os nossos aspectos masculinos e de ação, que para os povos da época simbolizado pela figura do animal selvagem, que na Região do Norte da Europa, era o Gamo. Aspectos de força, de guerreiro, fizeram que o deus fosse

representado como homem viril, musculoso, forte como um guerreiro, com cabeça de gamo e obviamente com os seus chifres representando os aspectos selvagens do deus. Dizer-se que a igreja católica criou a figura do diabo, para assim arrebanhar os pagãos para o cristianismo. (GWYDION, 2009, p.31-33)

Havia uma igualdade de gênero (feminino e masculino) porque se acreditava no princípio da dualidade espiritual: mesmo o homem tinha uma porção da essência feminina dentro da alma, embora a mulher tivesse maior valor porque era a representante da Deusa Mãe. Nas religiões perseguidas pelo Tribunal da Santa Inquisição houve dois fatos importantes: relações de gênero e relações de poder, nesta duplicidade, as religiões ditas pagãs valorizavam as mulheres e a Igreja pregava a supremacia do patriarcado em detrimento destas. Utilizando de argumentos teológicos tendenciosos, talvez sobre tudo por meio de texto machista do Apóstolo Paulo, relatado em I Timóteo 2:11-12” A mulher deve aprender em silêncio, com toda a sujeição. Não permito que a mulher ensine nem que tenha autoridade sobre o homem. Esteja, porém, em silêncio”. Este é um dos textos no qual o apóstolo é tendencioso com as mulheres ou ainda o texto pode ter sido alterado para dar um ar de santidade à supremacia masculina?

Diante deste cenário religioso e disputa de gênero, para se consolidar o patriarcalismo, houve a necessidade de combater as religiões rotuladas como pagãs, restringindo o direito da mulher como ser humano e nas práticas religiosas, sendo transformadas em párias da sociedade. A fervência da neurose religiosa tem o seu clímax em 1484 foi promulgado pelo Papa Inocêncio VIII, a Bula contra os Bruxos. Três anos depois surge o manual *Malleus maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), foi o manual prático do Tribunal Inquisidor para fazer uma limpeza étnica contra as supostas hereges, condenando-as a morte na fogueira. Segundo Luz:

Dizem a respeito à generalizada perseguição empreendida contra as feiticeiras em vários pontos da Europa. O extermínio das pessoas – em sua vasta maioria mulheres- ligadas à bruxaria foi fortemente intensificado após a publicação do manual *Malleus maleficarum* (O Martelo das Feiticeiras), escrito em 1487 pelos inquisidores alemães Heinrich Kraemer (1430-1505) e James Sprenger (1435-1495). Os autores justificaram os conteúdos do livro a partir do principal pronunciamento papal a respeito da feitiçaria, a bula *Summis desiderantes affectibus*, de Inocêncio VIII (1432-1492), expedida em 5 de dezembro de 1484. O texto pontifício reconhece a existência das bruxas e concede permissão aos inquisidores para lançarem mão de quaisquer meios necessário à sua repressão. O Manual de Kraemer e Sprenger atingiu espantosa notoriedade, sendo reimpresso numerosas vezes durante os 200 anos seguintes. À época de sua publicação, a obra foi rejeitada pela Universidade de Colônia em razão dos princípios antiéticos e outras inconsistências nela contidos. No entanto os autores forjaram uma nota de aprovação da

universidade, anexadas em posteriores edições. Embora a Igreja Católica não tenha reconhecido oficialmente a obra, esta exerceu profunda influência sobre o imaginário de inquisidores, juízes seculares, caçadoras de bruxas, sendo por estes utilizadas como manual prático. (LUZ, 2011, p.285)

Foi um período nebuloso na Europa Ocidental marcando o retrocesso nos pensamentos do filósofo Jesus, pois havia tratado com dignidade as mulheres de seu tempo. Após o fim da perseguição religiosa no Império Romano, a igreja passa a se misturar com o Estado, tendo a mesma estrutura hierárquica de governo com o governo masculino e passaria também para a religião.

As mulheres segundo interpretações tendenciosas são instrumentos de satã por meio da sexualidade e acredita-se na suposta culpa do pecado no mitológico Jardim do Éden. Como havia falado anteriormente a Igreja precisava recorrer ao controle social, entretanto, a forma encontrada foi por meio do terror. A violência e desvalorização fomentada por pensamentos machistas em sexistas com uma áurea de suposta santidade são tão perniciosas, quanto aos crimes contra a humanidade praticados pelos regimes totalitários do século XX.

[...] O misticismo e a mitologia ensinaram as pessoas a lidar com o mundo do inconsciente. Talvez não tenha sido por acaso que, numa época em que à fé religiosa começava a abandonar esse tipo de espiritualidade, o subconsciente aflorou sem controle. Tem-se definido a Febre das Bruxas como uma fantasia coletiva de homens, mulheres e inquisidores de toda a cristandade. Acreditava-se que as bruxas tinham relações sexuais com os demônios; que voavam à noite para participar de rituais satânicos e orgias perversas; que adoravam o Diabo numa paródia da missa - uma reversão que podia representar uma ampla rebelião inconsciente contra a fé tradicional. Deus começava a parecer tão distante, estranho e exigente que, para alguns, estava se tornando demoníaco: medos e desejos subconscientes projetavam-se na figura imaginária de Satã, descrito como uma versão monstruosa da humanidade. Até passar a Febre, milhares de indivíduos acusados de bruxaria foram executados na forca ou na fogueira. (ARMSTRONG 2001, p.70)

Naquela época o nome de Deus era associado a uma divindade malvada e severa, assim para agradá-la da mesma forma que as divindades de outras nações, pode se supor que a Era das Fogueira no ponto de vista psíquico era uma forma com esses sacrifício aplacar a ira um ser transcendental tão zangado.

## **METODOLOGIA**

O método adotado na fase de investigação será a análise bibliográfica, porque, para a construção teórico-metodológica da pesquisa, foram investigadas as seguintes sessões: o mito de Lilith e Eva, o papel de liderança da mulher, a associação da religião com as questões de gênero, violência e outros aspectos de natureza teórica.

Embora a metodologia seja formada por uma base mais bibliográfica, portanto diante do trânsito religioso do pesquisador em várias ramificações da cristandade, em alguns grupos há uma postura patriarcal diante das mulheres, embora não defendam punições físicas, mas há uma clara e rígida estrutura do papel social e como estão distribuídas as relações de poder.

Os instrumentos usados como objeto de pesquisa foram: a Igreja Batista Tradicional, Igreja Pentecostal Deus é Amor, Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus e Cristãos Espiritas.

## RESULTADOS

A Igreja Batista Tradicional em sua construção histórica mesmo que timidamente, procurou dar as mulheres o direito de serem ouvidas, por exemplo, a Igreja Batista da Lagoinha em Minas Gerais que é um avanço para as estruturas machistas que veem com maus olhos uma pessoa do sexo feminino no cargo de pastora.

Outra denominação que é extremamente opressora é a Igreja Pentecostal Deus é Amor, ainda com ideias retrogradadas reduzem as mulheres com o pretexto de uma falsa santidade do que estas carregam a marca de Satã, como instrumentos utilizam a marca da sedução para desencaminharem os homens, com isso são submetidas a regras de que tudo é o suposto pecado, sendo que na verdade é o patriarcalismo social transmigrado para uma áurea de santidade.

A Igreja Congregação Cristã no Brasil é uma doutrina extremamente rígida com os homens, mas ainda as mulheres apresentam maior restrição, como por exemplo, permissão de tocar órgão, enquanto os homens podem tocar todos os instrumentos musicais.

No caso da Assembleia de Deus são um caso bem peculiar, existente diversas facções oriundas desta denominação pentecostal histórica, onde a mulher é mais oprimida e em outras o papel feminino é um pouco maior.

No grupo dos Cristãos Espiritas que seguem a doutrina de Kardec a emancipação da mulher é menos estratificada, isto é, segundo este grupo o espírito tem várias existências podem ter vivido como homem e mulher, por esta razão, essas trabalhadoras podem galgar maior mobilidade religiosa.

## CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste trabalho será o foco maior na cristandade porque existem muitas religiões, por esta razão foi englobado: evangélicos, católicos e cristãos espíritas (Kardecistas). A problemática não são as religiões porque todas possuem pontos positivos, mas sim os líderes que a usam para a busca de poderes temporais e espirituais, a fim de perpetuar ideias retrogradam, por exemplo, a mulher vista como arma de Satã para o descaminho do homem.

A palavra religião é a religação do homem com uma divindade, mas que Deus é este? Tal controvérsia tem sido motivo de homens inescrupulosos a fim de perpetuar o status quo existente na sociedade patriarcal e machista, a rígida estrutura de poder: supremacia masculina em detrimento dos direitos das mulheres em ter voz em alguns seguimentos da cristandade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Ferreira de. Trad. A **Bíblia** Sagrada (revista e atualizada no Brasil) 2 ed. São Paulo

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus**. (Edição compacta) – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GWYDION, Tyrio Dan. **Magia Wicca – um guia prático para iniciantes**. São Paulo: Clube dos Autores, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Jardim do Éden revisado**. Revista de Antropologia *Print version* ISSN 0034-7701. Rev. Antropol. vol.40 n.1 São Paulo 1997. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77011997000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000100005) <acesso 23.05.2016>

LUZ, Marcelo Da. **Onde a religião termina?** - Foz do Iguaçu: Associação Internacional Editares, 2011.

LUTZER, Rebeca; LUTZER, Erwin. **Jesus o amado da alma da Mulher**. Editora: CPAD, Rio de Janeiro: (29 de julho de 2014)

PIRES. Valéria Fabri. **Lilith e Eva Imagens arquetípicas da mulher na atualidade**. Summus Editorial. São Paulo, 2008.

**SODECRISTO Sociedade de Divulgação do Evangelho do Cristo**. [http://www.sodecristo.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7:a- emancipacao-da-mulher-na-visao-espirita&catid=8&Itemid=435](http://www.sodecristo.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7:a- emancipacao-da-mulher-na-visao-espirita&catid=8&Itemid=435) < acesso 15.05.2016>

## O CORPO DO BRASIL NO JOGO DA VIDA

**Lucia Maria Felipe Alves**

Universidade Estadual de Londrina

Londrina – PR

**RESUMO:** Sabemos que o corpo humano é constituído de átomos de energia com dois polos (o positivo e o negativo), o que diverge do antigo paradigma que defendia a ideia cartesiana da divisão entre corpo e mente, e espelhava-se nos estereótipos de gênero. O objetivo do presente estudo é compreender o pensar e o sentir, o masculino e o feminino, de forma relacional, em oposição aos fundamentos cartesianos. Na prática, ainda somos regidos por leis baseadas no pensamento masculino, racional, objetivo e unilateral divergente das leis da natureza. Por meio de um levantamento bibliográfico foram coletados dados em sete áreas do conhecimento com base na análise fragmentada dos conteúdos e dos conceitos característicos do paradigma cartesiano. Seguindo a abordagem sistêmica, foram incorporadas metáforas por meio da Música Popular Brasileira, para ampliar o conceito de um corpo coletivo, amparado pela proposta da psicologia junguiana. A partir da afirmação de uma aluna que dizia não poder pular o muro (concreto) com seu corpo de menina para buscar uma bola, vislumbrei os muros metafóricos da subjetividade e do multiverso. “Existe um espírito de fantasia

jogando nos limites entre a ‘brincadeira’ e a ‘seriedade’, a fala e a linguagem e, brincando com esta maravilhosa faculdade de designar, o ‘espírito’ parece estar constantemente saltando entre a matéria (corpo) e as coisas pensadas (mente)” (Huizinga, 1994, p.03). Este trabalho conclui discutindo o conceito de androginia, que considera tanto o masculino quanto o feminino, presentes no mesmo corpo.

**PALAVRAS-CHAVE:** masculino-feminino; natureza-cultura; paradigmas

### THE BODY OF BRAZIL IN THE GAME OF LIFE

**ABSTRACT:** We know that the human body consists of energy atoms with two poles (the positive and the negative), which diverge from the old paradigm that defended the Cartesian idea of division between body and mind, and based on the gender stereotypes. The aim of this study is to look at the concepts of thinking and feeling, masculine and feminine, in a relational way, in opposition to those Cartesian foundations. It is important to understand the concepts of reality and life, once we are in constant interaction with nature and the universe. However and in a practice way, laws based on rational, objective, unilateral male thinking have ruled us – laws that are divergent from those of nature. Through a bibliographical survey, data were

collected in seven areas of knowledge, based on the fragmented analysis of contents and some concepts of the Cartesian paradigm. Following the systemic approach, it was incorporated metaphors for amplifying the concept of collective body through the Brazilian popular music, supported by some proposals of the Jungian psychology. From the talking of a student that she could not jump over the wall (concrete) to catch the ball of the other side, with her girlish body, I glimpsed the metaphorical walls of subjectivity and multiverse. "There is a spirit of fantasy playing in the boundaries between a 'joke' and the 'seriousness', the speech and the language. Playing with this wonderful faculty of designating the 'spirit' seems to be constantly jumping between matter (body) and thought (mind)" (Huizinga, 1994, p. 03). This work concludes by discussing the concept of androgyny that considers both the masculine and the feminine within the same body. **KEYWORDS:** masculine-feminine; nature-culture; paradigms.

## 1 | INTRODUÇÃO

Durante uma vivência corporal em Educação Física, uma menina ao deixar a bola cair fora da escola, perguntou: "Mas não tem nenhum menino para pular o muro e pegar a bola?"- Por que você não faz isso?" indaguei. "-Menina não sobe no muro, professora!", respondeu ela. Como um pulso eletromagnético e intuitivo, conectei-me à canção de M. Fabrizio, Toquinho, G. Morra e Vinicius de Moraes e com a "força da ingenuidade infantil ligada a um encanto popular que emociona", visualizei o comprometimento dessa resposta diante de um cenário futurista:

[...] Um menino caminha e caminhando chega no muro  
E ali logo em frente, a esperar pela gente, o futuro está  
E o futuro é uma astronave que tentamos pilotar  
Não tem tempo, nem piedade, nem tem hora de chegar  
Sem pedir licença, muda a nossa vida e convida a rir ou chorar [...]

Assim, o breve diálogo acima foi o mote para iniciar uma pesquisa, cujo objetivo foi refletir sobre as diferenças na construção de gênero masculino e feminino no Brasil a partir do século XX.

Pautada em investigações de cunho bibliográfico, a pesquisa foi dividida em três etapas: A primeira mostrou que o corpo é a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo, sendo através dos olhos e das mãos e não das partes sexuais que as crianças aprendem o universo (BEAUVOIR, 1980, p.9). Compreendi então que o primeiro momento da experiência humana é o universo corporal, haja visto que antes da criança ser um "ser que conhece" (mente), ela é um ser que vive e sente(natureza) e dessa maneira participa, pelo corpo, do conjunto da realidade (cultura). A realidade é o trabalho, a escola, o esporte, a arte, a música, o amor, o sexo, o lúdico, a fantasia, a fé, a religião, enfim, o que denominamos – o jogo da vida. No jogo da vida as marcas do passado, continuam presentes no corpo,

no inconsciente e são percebidas nas vivências corporais de meninos e meninas, alicerçando assim, em seus corpos, “representações” que continuam camufladas pelas roupagens de cada época, onde o passado, o presente e o “futuro” se misturam.

O objetivo da segunda etapa foi verificar as bases biológicas, culturais, religiosas e sociais que estruturam a vivência das crianças, separando essas bases, para serem reconhecidas. Para tanto, fragmentei os estudos em sete áreas do conhecimento: sociologia (BERNARDES, 1992; MURARO,1992), psicologia (PAPALIA,1980; SKINNER,1991; NICHOLS,1995), sexologia (MONTGOMERY, 2005; 1982; HITE, 1980), motricidade (WEINECK, 1989), antropologia (MEAD, 1935), neurologia (PASTORE; FRANÇA, 1995) e endocrinologia (HOWARD R.; LEWIS, 1988), para compreender o cenário onde acontece a construção do desenvolvimento e do comportamento do gênero masculino e feminino brasileiro:

Na terceira etapa, busquei nos estudos de Lowen (1987, p.193-197) o universo dos bosquímanos africanos, traçando um paralelo com as características dos índios primitivos brasileiros e suas relações com seu corpo e com a natureza. Explorei na cultura brasileira, elementos do inconsciente, da subjetividade, e dos arquétipos masculino e feminino, fundamentada na psicologia junguiana, observados através do corpo coletivo do Brasil, dos quais o carnaval, o futebol e a música brasileira BYINGTON (1982, p.1). Com esse intuito, busquei integrar o feminino/natureza (corpo/emoção) brasileira e o masculino/cultura (mente/razão), procurando fazer a religação entre o consciente e o inconsciente coletivo brasileiro, que interagem de forma a projetar o arquétipo da androginia, como revela a música “Falou Amizade” de Caetano Veloso:

[...]Esboça um país mais real  
Um país mais que Divino  
Masculino, feminino e plural”.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

Segundo Bernardes (1992, p.5), nossa cultura ocidental foi cimentada no ideal de “ego branco e masculino” cuja visão estruturou-se no pensamento materialista cartesiano que prevaleceu até hoje, separando a mente, a razão (princípio masculino) do corpo, da emoção (princípio feminino) (FROMM, 2010, p.7). Descartes admitia o materialismo ao supor que a vida do corpo poderia ser compreendida como uma máquina dividida, independentemente da intervenção da alma e de outros fatores subjetivos da realidade. Essa ênfase nas partes tem sido chamada de mecanicista, reducionista ou atomística, que consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços.

Essa divisão ajudou a matar a conexão espontânea que tínhamos com os processos naturais, provocando o desequilíbrio humano: físico, emocional, mental

e espiritual evidenciado na poluição e na destruição do planeta. Nesse processo, os atributos femininos foram difamados e ridicularizados como sangue, cheiro, umidade, terra, intuição, premonição, mistério e magia (TOSI, 1998, p. 369-397). O conhecimento feminino, no período cartesiano (1600-1650) era empírico e apresentava um duplo aspecto: o prático (uso de ervas e minerais de reconhecida eficácia) e o mágico (inseparável do primeiro, que consistia do ritual mágico de homens e mulheres consideradas sábias). Sabe-se que a primeira relação percebida entre o ser humano, a vida na terra e o cosmo foi através do corpo da mulher, no ciclo menstrual, pois este seguia naturalmente as fases da lua. A gravidez era contada por luas (TOSI, 1998, p. 369-397). A desconexão com o todo nos faz sentir, bem no fundo, que está nos escapando algo e este algo, são as infinitas possibilidades relacionais e hipotéticas que a ciência ainda não consegue enquadrar através de sua metodologia tradicional (CAPRA, 1997, p.27).

A primeira oposição ao paradigma cartesiano e reducionista, veio do movimento romântico na arte, na literatura e na filosofia que já se fundamentava no final do século XVIII e início do século XIX. A visão romântica da natureza aceita pelos poetas e filósofos românticos alemães, foi resgatada da tradição aristotélica, cuja noção era de um universo orgânico, vivo e espiritual (CAPRA, 1995, p.63). Entre 1908 e 1961, o filósofo francês Merleau-Ponty (1908-1961) inverteu o paradigma cartesiano "Penso, logo existo", com a seguinte reflexão: "Eu sou meu corpo. Existo, logo penso". Para Fromm apud Lowen (1987, p.175), a mente e o corpo são análogos ao masculino e ao feminino respectivamente e os descreve: "O princípio patriarcal é o de pensamento abstrato, amor condicionado, estrutura hierárquica, leis feitas pelos homens, o estado e a justiça. O princípio matriarcal é o de amor incondicional, igualdade natural, ênfase nos laços de sangue e terra, compaixão e misericórdia. Esses dois princípios podem ser equiparados à mente e ao corpo, a razão e a emoção, respectivamente. O princípio patriarcal representa a razão, as crenças e a cultura. O princípio matriarcal representa o corpo, sentimento fé e natureza".

Para Nichols (1995, p.15), estudioso junguiano, tanto o masculino, como o feminino, o consciente e o inconsciente, o anima e o animus, fazem parte da personalidade como um todo, ele nasce como um todo. A ênfase no todo sistêmico, holístico e ecológico vê os organismos vivos como totalidades integradas: o todo é mais que a soma de suas partes (CAPRA, 1997, p.26). Todos os processos estão interligados, sejam eles biológicos, psíquicos ou geológicos. O clima, por exemplo, está identificado como uma força global unificadora que liga o sistema planetário, os sistemas vivos e a crosta da terra. Nessa perspectiva, se compreende que espírito e matéria são coisas que não se separam, que o universo corporal não está separado nem ao lado ou acima do espírito, mas tem consciência da existência de uma totalidade humana em que a vida é a fonte de energia. Tudo está conectado, em comunhão, num processo criativo e renovador e que todas as coisas do universo são partes interdependentes e inseparáveis de um Todo cósmico (MORAES, 1997, p. 48).

No entanto, estamos ainda apoiados numa visão de mundo dualista e sexista. Observamos isso, através dos sistemas políticos que se organizam e funcionam segundo a lógica de sistemas de dominação e exploração e que podem por na consciência e no comportamento (corpo) de todos, os princípios e conceitos básicos que permitem a dominação de nossa própria existência, mascarando a realidade, com poucas chances para sairmos das amarras dessa trama (MEDINA, 1990, p.30).

O cantor e compositor Paulinho Moska fez uma canção que nos remete a ter consciência sobre essa dominação:

[...]

Meu corpo vai quebrar as formas  
Se libertar dos muros da prisão  
Meu corpo vai queimar as normas  
E flutuar no espaço sem razão

Meu corpo vive, e depois morre  
E tudo isso é culpa de um coração  
Mas meu corpo não pode mais ser assim  
Do jeito que ficou após sua educação

O Corpo – Paulinho Moska

### 3 | AS SETE ÁREAS DO CONHECIMENTO

Sociologia: O que se pensava politicamente sobre a educação da mulher no final do século XIX e nas décadas seguintes do século XX no Brasil, era compreendido de acordo com as reformas sociais e políticas que cada corrente de pensamento pretendia realizar. A Igreja Católica, nesse contexto histórico, procurava preservar a estrutura patriarcal da família, alegando as diferenças básicas entre o homem e a mulher dentro das capacidades civis e políticas e representou o pensamento conservador. Na política, liberais mais moderados, não visavam diretamente a emancipação da mulher, mas sua preparação adequada para o exercício de suas funções de esposa e mãe. O baixo nível de educação feminina era defendido em nome da necessidade moral e social, para a preservação da família LAWE (1967,p.23). Essa concepção de pessoa humana e de mundo evoluiu lentamente e, nas décadas de 60 e 70 surgiram movimentos mundiais, questionando os sistemas de dominação: o hippie, o ecológico e o feminista. O Movimento Hippie foi uma revolução sócio cultural que fez do corpo o seu campo de luta. Contestou o corpo produtivo, o corpo obediente, o corpo eficiente a serviço da competição e da violência, da mesma forma que contestou o corpo higiênico e funcional da ginástica e do esporte, entendendo-se que esses corpos serviam, e muito, para manter a ordem social estabelecida. O Movimento Ecológico teve como bandeira de luta o respeito pela natureza, protótipo do respeito pela pessoa e pelo seu corpo, surgindo daí o desejo de recolocar o corpo na ordem natural

das coisas, numa possível harmonia entre a natureza e a cultura. Esse movimento procurou retirar o corpo do conceito da “indústria corporal”, assim como também o de excluí-lo do mundo do ter (a pessoa humana a serviço do capital) e de situá-lo no mundo do ser (o capital a serviço da pessoa humana). No movimento feminista surgiu um novo corpo sensorial, fonte de emoções e de sentimentos, e reservatório inesgotável da fantasia e foi traduzido pela busca do bem estar, do descobrir e viver o corpo, dividindo-o sem o submeter. Esta concepção quer um corpo para se viver que se opõe a um corpo para se consumir (MURARO, 1992, p.75-87).

Os ecofeministas observam a dominação patriarcal sobre as mulheres como protótipo de todas as formas de dominação e exploração: hierárquica, militarista, capitalista e industrialista e mostram que a exploração da natureza, em particular, tem caminhado de mãos dadas com as mulheres, que tem sido identificadas com a natureza através dos séculos (CAPRA, 1995, p.67).

Psicologia: Segundo Papalia (1980, p.96), o paradigma freudiano difundiu a ideia de que a mulher verdadeira é a dona de casa e a boa mãe, aquela que não compete com o homem, a que não se masculiniza, alegando que o próprio desejo de ser mãe seria o resultado da inveja do pênis e isso só seria resolvido com o nascimento de um menino, que traz com ele o pênis anelado. Ela observa que a falta de orgasmo pela penetração é visto como sinal de anormalidade por muitas mulheres. Essa teoria considerava as mulheres, homens mutilados e que para se tornarem adultas deveriam transferir as sensações eróticas do clitóris, normais na infância, para a vagina. Pela crença de Freud, o sexo masculino é o modelo pelo qual ambos os sexos deveriam ser julgados. As teorias de Freud estavam arraigadas na cultura vitoriana e eram convictas da superioridade masculina PAPALIA (1980, p.96).

Na Análise do Comportamento, Botomé (1992, P.35), enfatiza a interação entre o organismo e o meio ambiente. Esta perspectiva da psicologia não se propõe a “inventar a determinação do comportamento” mas, a descobri-la, descrevê-la e possibilitar mais efetivamente a denúncia do que está envolvido nos processos de utilização dessas leis, no controle social, tanto quanto tornar possível escolher e determinar os comportamentos que queremos ter, caracterizando a nós mesmos em nossa sociedade. Diz Skinner (1993, p.34): “Queremos saber por que as pessoas se comportam da maneira como o fazem. Qualquer condição ou evento que tenha algum efeito demonstrável sobre o comportamento, deve ser considerado descobrindo e analisando estas “causas”. Esta proposta sobre a determinação do comportamento nos remete ao entendimento das inter-relações que o organismo faz com o ambiente, em que o faz, onde há consideração de todas as variáveis envolvidas. Ele analisa o papel da consequenciação nos processos comportamentais em 3 níveis: filogenético, ontogenético e cultural.

Do ponto de vista junguiano, Parker (1990, p.38), mostra que os sonhos são arquétipos universais que trazemos para esfera do inconsciente individual, mas ao

mesmo tempo, estão ligados ao inconsciente coletivo e que carregamos dentro de nós as mesmas motivações de todos os outros seres humanos. São refletidas de forma aproximada pelas mesmas imagens, muitas delas cristalizadas como mitos, lendas e superstições que conhecemos sem ter nunca aprendido, pois vêm até nós através dos contos de fada e pelas esperanças e temores instintivos. Estes elementos fazem parte do multiverso, defendidos pelos estudiosos da Física.

**Sexologia:** Segundo Hite (1980, p.180-185), durante muitas décadas esteve em voga a falsa distinção entre o prazer clitoriano, fácil de obter, porém desprezível e o prazer vaginal, mais intenso e profundo, o único capaz de retratar uma mulher madura. Essa teoria, usou uma óptica exclusivamente masculina e foi desenvolvida no começo do século XX, numa época de extremado puritarismo, quando o corpo e a sexualidade femininas sofriam rígida concepção moral e religiosa. Segundo Montgomery (1994, p.78), o homem centraliza a sua sexualidade no pênis, assim acaba acreditando que com a mulher aconteça a mesma coisa e que o único prazer ocorra na vagina e admitir que todos os orgasmos tenham como foco central o clitóris, atinge em cheio a vaidade masculina, pois aceitar que o todo poderoso pênis não faça a parceira estremecer é um tanto quanto humilhante. Ainda hoje, a ideia de prazer ligado à procriação é considerada natural e inquestionável, mas isso faz sentido, biologicamente falando, somente para o homem, pois o orgasmo acontece quando ele ejacula, o que é imprescindível para a fecundação. No caso do organismo feminino é muito diferente, pois a ovulação é totalmente desvinculada do prazer sexual.

**Antropologia:** Mead (1965) apud Papalia (1980, p.276), coletou dados etnográficos em várias sociedades que revelam uma total inversão dos papéis sexuais atribuídos em nossa sociedade. Na sociedade Tchambulli a mulher é o elemento frio e dominador. Nas sociedades Mundungomor e Arapesh as energias culturais têm-se empenhado na criação de um único tipo humano independentemente de classe, idade ou sexo e com isso se observa, a inexistência de uma atitude específica com relação a cada sexo, pois isso não ocorre necessariamente em todas as sociedades. Portanto, as características tidas pelas sociedades ocidentais como masculinas umas e femininas outras são artificiais, derivadas de um condicionamento histórico-social.

**Motricidade:** As diferenças no desempenho esportivo e motor entre o homem e a mulher, segundo Weineck (1991, p.354), não são provenientes apenas da constituição genética e hormonal, mas também pelas convicções sócio-políticas. Nos primeiros Jogos Olímpicos da era moderna em 1896 em Atenas, só os homens podiam participar, pois Pierre de Couberten (o fundador dos “Novos Jogos”) era da opinião de que o esporte feminino infringia as leis da natureza. Em virtude da igualdade de direitos e decorrente redução dos papéis específicos dos sexos, abriram-se novas possibilidades para a mulher praticar esportes e esporte competitivo. Um resultado disso é a fulminante melhora de desempenho da mulher, que se expressa, entre outros, numa menor diferença no desempenho esportivo entre homens e mulheres.

**Neurologia:** Neurologistas pesquisaram o porquê a emotividade e a habilidade

manual são traços femininos, enquanto a agressividade, a noção espacial e a lógica matemática são identidades masculinas. Segundo Pastore & França (1995, p.76-82), existe um corpo caloso-feixe de fibras-que faz a conexão entre os dois hemisférios e que em certas partes é mais desenvolvido nas mulheres. Ele deduziu que as faculdades cognitivas das mulheres são menos localizadas e conseqüentemente menos especializadas e a principal diferença entre homens e mulheres se encontra na forma pela qual utilizam o cérebro. Nos homens, predomina o uso do lado esquerdo, responsável entre outras funções pelo raciocínio lógico. As mulheres usam tanto a porção esquerda como a direita do cérebro que deflagra os mecanismos da emoção. São mais sensíveis, emotivas e intuitivas. Usam a razão e a emoção numa discussão, mesmo quando se trata de uma conversa de negócios. Nos homens predomina o uso do lado esquerdo responsável entre outras funções pelo raciocínio lógico, são mais frios, agressivos, competitivos: as guerras são masculinas. Muitos consideram o fato de Einstein, Newton e Galileu serem homens não é mero fruto de uma sociedade patriarcal, seria uma vocação biológica masculina. No entanto, Witelson apud Sonnenreich & Bassitt (1980, p.17) dizem que as diferenças na utilização dos hemisférios cerebrais em crianças, não são vistas claramente e que essas diferenças são oriundas da educação. Para El-Hani (1996, p.149-160), o desenvolvimento orgânico depende de um conjunto de fatores genéticos e ambientais que interage de modo extremamente complexo e são decorrentes de uma interação das estruturas biológicas e do ambiente físico e sociocultural.

Endocrinologia: O Sistema Endócrino é formado pelo conjunto de glândulas endócrinas, as quais são responsáveis pela secreção de substâncias jogadas diretamente ao organismo, denominadas hormônios e que regulam a química corporal. São chamados de "mensageiros químicos do corpo". O Sistema Nervoso se entrosa e se entrelaça com a atuação do comando endócrino, que inundam de energia todo o organismo e através de mecanismos extremamente complexos comandam o funcionamento dos órgãos. O Sistema Límbico é um conjunto de estruturas do cérebro cuja função essencial é controlar as emoções, mas também auxilia e participa das funções de aprendizado e memória, podendo também participar do sistema endócrino LEWIS; HOWARD (1988, p.52). Entre as sete principais glândulas endócrinas do corpo, a glândula pineal é conhecida desde a antiguidade como o terceiro olho e contem, em seu interior, cristais de apatita. René Descartes (século XVII) afirmava que nela se situava a "Alma Humana", era um órgão com funções transcendentais, é o elo com a espiritualidade, o centro de nosso relacionamento com outras dimensões e tem sido assim, nas mais variadas correntes religiosas e místicas há mais de 2000 anos CAPRA (1995, p.68). Para Oliveira (2016), a pineal converte ondas eletromagnéticas em estímulos neuroquímicos e o espiritual age pelo campo eletromagnético. "Quando se fala do espiritual, em Deus, a interferência acontece na natureza pelas leis da própria natureza, do corpo como um todo. Se o campo magnético interfere no cérebro, a espiritualidade também interfere através do campo

magnético. “Uma coisa não anula a outra, pelo contrário, complementam-se”.

O corpo e a mente constituem partes inseparáveis de uma só unidade bioquímica, cujo resultado final somos nós Segundo LEWIS & HOWARD(1972, p.11), “existe um processo único em marcha dentro de nós, que é capaz de ter consciência de algumas de suas manifestações ao nível de seus tecidos e órgãos. Já outros sintomas poderão discernir sobre a forma de pensamentos e emoções”.

A poesia em comunhão com a melodia navega nas ondas eletromagnéticas e “Traduzir-se” de Ferreira Gullar, parece conter a metáfora apropriada para este entendimento, pois atinge aspectos cognitivos que ajudam a compreender essa dualidade, bem como, aspectos que abraçam o sentimento.

Uma parte de mim é todo mundo  
Outra parte é ninguém fundo sem fundo  
Uma parte de mim é multidão  
Outra parte estranheza e solidão  
Uma parte de mim almoça e janta  
Outra parte se espanta  
Uma parte de mim pesa, pondera  
Outra parte delira [...]  
Traduzir uma parte na outra parte  
Que é uma questão de vida e morte  
Será arte?

#### 4 | A NATUREZA

Para Lowen (1987, p. p.193-197), o relacionamento do ser humano com a natureza sempre se refletiu em suas crenças religiosas, onde ele compara três atitudes bem divergentes: - a crença em um Deus ou Deuses, a crença nas Forças da Natureza (animismo) e a crença no poder da mente racional. O animismo é a forma mais antiga de religião, baseada na fé e no respeito pela natureza. Quando traçados paralelos entre o comportamento dos bosquímanos da África com os índios primitivos brasileiros, se observa rituais similares quando dançam de forma obsessiva como o fervor religioso. Através da música e da dança os povos da floresta renovam seus espíritos e fortalecem sua fé no destino de seu povo. Isso se dá porque seu ego ainda se identifica com seu corpo e seus sentimentos, havendo, ainda a conexão espontânea entre aspectos racionais e não racionais, entre o consciente e o inconsciente. A condição da pessoa moderna é a dissociação do ego e do corpo o que a força a ser objetiva. Segundo Lowen (1987, p. p.193-197), o primitivo vive o subjetivo como uma criança e a subjetividade leva a crença em espíritos e mágica, que a pessoa moderna não pode compreender, nem aceitar. A pessoa moderna considera esses pensamentos irrealis e acredita que a objetividade é a única forma válida para perceber a realidade. Isso levou o ser humano a acreditar na crença num Deus único

e poderoso e mais associado à mente que ao corpo. As grandes religiões do mundo ocidental impõem a visão do espiritual *versus* o material e tudo o que é negado à espiritualidade, torna-se de ordem inferior, como o corpo e a mulher.

Para fazer a conexão entre pensamento e sentimento, masculino e feminino faço referência a música Super Homem, a Canção, do mestre Gilberto Gil

Um dia vivi a ilusão de que ser homem bastaria  
Que o mundo masculino tudo me daria  
Do que eu quisesses ter

Que nada, minha porção mulher que até então se resguardara  
É a porção melhor que trago em mim agora  
É o que me faz viver

Quem dera pudesse todo homem compreender, ó mãe, quem dera  
Ser o verão no apogeu da primavera  
E só por ela ser

Quem sabe o super-homem venha nos restituir a glória  
Mudando como um Deus o curso da história  
Por causa da mulher

Quem sabe o super-homem venha nos restituir a glória  
Mudando como um deus o curso da história  
Por causa da mulher

## 5 | A CULTURA DO CORPO DO BRASIL

A cultura brasileira tem no corpo a sua maior expressividade, sendo que da cultura negra, incorporamos a sensualidade e o prazer de não reprimir nem conter os movimentos corporais, do índio, temos a ingenuidade, o riso e a lealdade e da cultura branca europeia, recebemos as normas, as instituições, as repressões e pressões sociais ANJOS (1994, p.21). Para muitos, o carnaval (as danças), o futebol e a música, são dois grandes exemplos de alienação social no Brasil, mas é uma visão superficial da cultura brasileira, pois só os símbolos, que alimentam a vida psíquica de um povo, fazem vibrar a psique individual e coletiva de um povo BYINGTON (1982, p.1).

O carnaval (a palavra) provém de carrus navalis, o barco a remo que levava o primeiro bailarino das danças que comemoram a fertilidade do deus Dionísio, sua morte e ressurreição ELLMERICH (1964, p.132). Para Jung (1992) apud Maia (2014), o inconsciente busca sempre restituir ao mundo religioso o drama do Dionísio perdido, pois nesse drama existe a emoção, o afeto humano e a fantasia que não encontrou uma forma religiosa adequada de expressão na ética e no culto cristãos. Assim, se busca uma combinação de ideias religiosas cristãs e dionisíacas sem que uma exclua

a outra. Segundo Byington (1982, p.1), no carnaval há ênfase dos valores pagãos, cujos princípios carnavalescos, como fenômenos arquetípicos, estão nas raízes de fenômenos universais e reminiscências arcaicas presentes na psique humana e implica numa área de fantasias e emoções conscientes e inconscientes. O tempo do carnaval é marcado pelo relacionamento entre Deus e os homens, tendo por isto um sentido universal e transcendente. É como um rito de passagem onde se cria uma realidade intermediária ou, de um tempo de fantasia para o da realidade racional.

Byington e Da Matta (1982, p.7) também analisam o futebol, considerando-o um jogo revolucionário por ser associado ao carnaval, festa ligada à liberação das emoções e instintos; por ser jogado com os pés, símbolos do irracional numa cultura cada vez mais racionalmente organizada e planejada de forma repressiva; por ser um esporte coletivo, por dirigir as emoções do povo para uma disputa que acaba bem e, finalmente, por ser uma atividade social que subordina a agressividade ao esporte. Contrariamente aos torneios patriarcais, que submetiam o esporte à agressividade, preparando o povo para a guerra, o futebol conseguiu sobrepor à agressividade através da transformação da morte do inimigo no símbolo do gol.

O carnaval, o futebol e a música, sempre foram grandes canais de expressão da criatividade popular e funcionam de maneira bem parecida. Mesmo sendo de um país de terceiro mundo, em busca do desenvolvimento, o carnaval, o futebol e os músicos brasileiros são reverenciados no mundo todo, em parte pela técnica refinada, pelo ritmo, pela capacidade de improviso, pelas soluções inesperadas, pela surpresa de invenções.

Afirma Jung apud Salik (2010, p.41) que de certa forma, a música expressa o movimento dos sentimentos (ou valores emocionais) que acompanham os processos inconscientes, podendo notar que o som físico, “real”, simboliza, reflete e também ressoa o som que cada ser humano carrega em sua psique mais profunda.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tantos atributos corporais/naturais nascidos da cultura brasileira e relacionadas aos arquétipos anima no homem e animus na mulher, deduzo que a androginia é um “ser e estar” no “corpo do Brasil”. Assim como o carnaval, as danças representam arquetipicamente o feminino, o futebol representa o masculino, mas ainda dormem no inconsciente coletivo do povo brasileiro.

Considerando a pesquisa de Lyra (2012, p.54), a androginia não é apenas uma remota representação de mitos e lendas, da união ou da manifestação biológica instintiva, seu conceito se abre na potencialidade do vir a ser que sonha realizar o feminino e o masculino numa determinação para novos valores. O ser humano, na plenitude de sua totalidade, deve possuir uma unidade que transcenda os estereótipos de gênero. Carl Jung (1993, p.105) descreveu sobre essa transcendência.

“O corpo exige igualdade de direitos. Houve durante muito tempo a valorização do espírito e da mente e uma negação do corpo. A antiga concepção entre espírito e matéria compunha um estado de divisão e contradição, mas se compreendermos que o espírito é a vida do corpo vista de dentro e o corpo é a revelação exterior da vida do espírito, entendemos que formam uma unidade e por isto precisam ambos estar presentes no universo único de uma pessoa”.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, J. V. **A alma brasileira**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- BOTOMÉ, S. P. **Determinação do comportamento e intervenção social**. Texto traduzido para fins didáticos. UEL, 1992.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997.  
—, **O Tao da Física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- ELLMERICH, L. **História da Dança**. São Paulo: Editora Recordi, 1964.
- FAUR, M. **Diário da grande mãe**: Brasília: Forças Ocultas, 1997.
- FREIRE, R.; BRITO, F. **Utopia e paixão: A política do cotidiano**. Rio de Janeiro: Hoogan-Guanabara, 1991.
- HITE, S. **O Relatório Hite**. 10ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- HUIZINGA, Johan. **Homoludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- JUNG, C. G. **Civilização em transição**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, parágrafo 195, capítulo IV, volume 10/3 das Obras Completas.
- LEWIS; HOWARD R. **Fenômenos Psicossomáticos: Até que ponto as emoções podem afetar a saúde**. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1988.
- LOWEN, A. **O corpo em depressão: as bases biológicas da fé e da realidade**. São Paulo: Summus, 1987.
- MEDINA, João P.S. **O brasileiro e seu corpo: Educação e política do corpo**. Campinas: Papyrus, 1990.
- MONTGOMERY, M. **Mulher: uma radiografia do universo feminino**. São Paulo: Editora Prestígio, 2005.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papyrus, 1997.
- MURARO, R. M. **A Mulher no Terceiro Milênio: Uma história da mulher através dos tempos e suas perspectivas para o futuro**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- NICHOLS, S. **Jung e o tarô: uma jornada arquetípica**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.
- PAPALIA, D. **O mundo da criança**. São Paulo: Editora Macgrw Hill do Brasil, 1980.

- PARKER, D; PARKER, J. **O segredo dos sonhos**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.
- SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- SONENREICH, C; BASSITT, W. **Sexualidade e repressão sexual**. São Paulo: Editora Manole LTDA, 1980.
- TOSI, Lúcia. **Gênero, tecnologia e ciência: a revolução científica, a caça as bruxas e a ciência moderna**. Campinas: Cadernos Pagú (10) 1998: p. 369-397.
- BERNARDES, N. M. G. **Vida cotidiana e subjetividade de meninas e meninos das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol.12 nº3-4, Brasília, 1992.
- BYINGTON, C. A. B. **O arquétipo da alteridade e a riqueza simbólica do futebol: uma contribuição da Psicologia Simbólica Junguiana**. *Revista Psicologia Atual*. Ano 5, nº 25, São Paulo, julho 1982.
- EL-HANI, C. N. **Diferenças entre homens e mulheres: biologia ou cultura?** *Revista USP*, nº29, São Paulo: p.149-160, março/maio1996.
- LYRA, S. **Arte e gênero androginidade: a dialética do apogeu**. *Revistas Pistis Prax*. V.4, n.1, p. 52, Curitiba, janeiro/junho 2012.
- PASTORE, K.; FRANÇA, V. **Neurônios que fazem a diferença**. *Revista veja*. São Paulo. ano 28, no 12, 1995, pp. 76-82.
- MAIA, D. **Carnaval: uma experiência arquetípica**. Instituto junguiano de São Paulo. Disponível em; < <http://ijusp.org.br/artigos/carnaval-uma-experiencia-arquetipica>>. Acesso em 02 maio 2016.
- OLIVEIRA, S. F. **Pineal: a união do corpo e da alma**. *Instituto de Pesquisa Projeciológicas e Bioenergéticas*. Disponível em: <<http://www.ippb.org.br/textos/especiais/mythos-editora/pineal-a-uniao-do-corpo-e-da-alma>>. Acesso em 04 maio 2016.
- RODRIGUES, M. H. **Religião, Deus e símbolos em C. G. Jung: tecendo considerações**. *Revista Contemplação*, vol. 12, Passo Fundo, 2015 (12), p.183-197. Disponível em: <<http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/view/89>>. Acesso em 3 maio 2016.
- SALIK, A. G. **Sonoridades anímicas: o som nos mitos cosmogônicos indígena-brasileiros**. Monografia apresentada. Disponível em: <[http://www.symbolon.com.br/monografias/\[16\]\\_Revisado\\_\\_Sonoridades\\_animicas\[1\].pdf](http://www.symbolon.com.br/monografias/[16]_Revisado__Sonoridades_animicas[1].pdf)>. Acesso em 29 abril 2016.

## REFERÊNCIAS DISCOGRÁFICAS

- FAGNER, Raimundo. **Traduzir-se**: Ferreira Gullar. Rio de Janeiro, gravadora CBS, 1981. Álbum Traduzir-se, produção Raimundo Fagner
- FILHO, Antonio P; **Aquarela**: M.Fabrizio; Toquinho; G.Morra; Vinicius de Moraes. Rio de Janeiro, gravadora Barclay/Ariola, 1983. **Álbum** Aquarela, produção Toquinho.
- GIL, Gilberto. **Super homem, a canção**. Gilberto Gil. São Paulo, gravadora Wea Elektra, 1979. Álbum Realce, produção Marco Mazzola.
- MOSKA, Paulinho. **O Corpo**, São Paulo, gravadora Emi Odeon, 1995. **Álbum** Pensar é Fazer

**Música**, produção Nilo Romero.

OLIVEIRA, Simone B. **Falou Amizade**: Caetano Veloso. Rio de Janeiro, discos CBS, 1989. **Álbum Sedução**, produção @Saturno, Marco Mazola; Simone

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro** - Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupunga (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo campus São Carlos (IFSP/ Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: -Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do grupo de pesquisa - GESTELD- Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5670805010201977>

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aborto 16, 19, 174, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 320, 337, 338  
Amor 75, 98, 140, 177, 182, 185, 187, 189, 190, 192, 193, 201, 202, 204, 277, 278, 280, 313, 314, 318, 323, 326, 329, 339, 353, 354, 359, 380, 384, 385, 388, 390  
Arte 48, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 65, 137, 144, 146, 175, 219, 220, 228, 229, 241, 279, 283, 284, 285, 286, 289, 290, 309, 353, 388, 390, 395, 399

### B

Boneca 152, 153, 156, 159, 258, 262, 263

### C

Capitalismo Falocêntrico 360, 362, 368

Comunicação 2, 8, 12, 18, 19, 24, 63, 73, 98, 112, 131, 146, 156, 245, 246, 247, 265, 269, 275, 283, 308, 310, 343, 347, 348, 358, 359, 360, 361, 362, 368, 369

Construção Social 71, 99, 254, 255, 320, 371

Corpo 9, 11, 14, 25, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 67, 68, 71, 76, 78, 82, 84, 92, 93, 94, 97, 107, 115, 116, 118, 138, 145, 155, 160, 167, 168, 174, 182, 203, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 228, 232, 233, 234, 241, 259, 264, 265, 266, 268, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 284, 285, 289, 293, 294, 295, 298, 301, 303, 307, 311, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 325, 327, 328, 329, 338, 348, 349, 350, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359, 361, 371, 373, 374, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399

### D

Diversidade Sexual 2, 22, 24, 174, 331, 332, 334, 335

### E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 35, 44, 58, 63, 77, 85, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 110, 115, 118, 135, 136, 137, 138, 140, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 163, 165, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 193, 202, 218, 222, 226, 227, 228, 229, 238, 242, 243, 244, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 264, 265, 269, 271, 279, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 305, 309, 310, 315, 316, 318, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 358, 370, 388, 391, 394, 398  
Enfermagem 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 97, 101, 192, 198, 217, 218, 309, 310  
Escola 2, 4, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 24, 32, 33, 34, 51, 70, 81, 109, 136, 140, 145, 146, 147, 151, 154, 160, 161, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 201, 223, 249, 250, 252, 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 272, 281, 282, 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 301, 302, 304, 305, 306, 309, 310, 318, 324, 339, 341, 345, 347, 388  
Ética 7, 10, 75, 81, 83, 84, 102, 199, 205, 218, 240, 272, 310, 313, 330, 337, 338, 341, 362, 382, 396

## F

Feminilidade 72, 78, 107, 112, 114, 115, 116, 144, 206, 208, 210, 212, 214, 216, 218, 252, 254, 255, 311, 317, 364, 366

Feminino 20, 24, 38, 40, 41, 45, 46, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 72, 78, 79, 89, 99, 100, 104, 105, 115, 116, 117, 120, 121, 125, 126, 127, 129, 130, 133, 144, 149, 162, 170, 182, 188, 189, 191, 193, 195, 207, 208, 210, 215, 218, 221, 223, 225, 232, 233, 234, 237, 240, 241, 243, 245, 250, 253, 254, 255, 259, 267, 277, 279, 284, 285, 286, 288, 289, 292, 299, 311, 313, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 325, 328, 331, 332, 334, 335, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 383, 385, 387, 388, 389, 390, 393, 396, 397, 398

Feminismo 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 83, 117, 118, 134, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 150, 165, 167, 170, 179, 184, 221, 222, 224, 225, 228, 323, 330, 366, 367

Formação docente 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 23, 135, 136, 139, 144, 145, 147, 148, 254, 256, 257, 258, 259, 260

## G

Gênero 11, 12, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 59, 60, 62, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 93, 97, 98, 99, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 127, 129, 130, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 200, 205, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 272, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 295, 299, 305, 307, 311, 316, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 332, 334, 335, 340, 341, 342, 343, 347, 350, 361, 362, 364, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 375, 376, 377, 383, 384, 387, 388, 389, 397, 399

## H

História da Educação 12

HIV 84, 100, 101, 198, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 334, 335, 336, 340

Homofobia 143, 174, 228

Humanização em Saúde 70

## I

Identidade de gênero 55, 70, 71, 74, 77, 80, 81, 172, 221

Infância 4, 27, 31, 32, 33, 108, 109, 152, 153, 154, 155, 157, 159, 160, 161, 192, 203, 205, 249, 255, 256, 272, 273, 274, 281, 282, 324, 326, 332, 392

IST 96, 98, 99, 100, 101, 291, 293, 294, 295, 303, 305, 334, 335

## J

Juventude 67, 226, 295, 296, 331, 335, 349, 350, 351, 352, 358

## **L**

Ludicidade 152

## **M**

Masculinidade 90, 96, 99, 100, 101, 107, 114, 117, 144, 152, 250, 252, 254

Masculino 20, 36, 41, 63, 66, 68, 71, 89, 91, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 109, 110, 114, 117, 128, 129, 130, 142, 143, 151, 152, 153, 159, 160, 162, 167, 169, 188, 189, 192, 193, 199, 223, 243, 250, 253, 254, 255, 259, 277, 279, 285, 288, 292, 299, 300, 318, 319, 322, 323, 328, 349, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 378, 380, 382, 383, 387, 388, 389, 390, 392, 396, 397

Mulher 20, 30, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 66, 67, 68, 72, 78, 79, 84, 91, 94, 96, 99, 110, 112, 115, 116, 117, 119, 127, 132, 134, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 155, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 174, 178, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 257, 263, 267, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 307, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 324, 325, 326, 335, 348, 349, 356, 358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 390, 391, 392, 393, 396, 397, 398

Mulheres Negras 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 137, 138, 139, 140, 143, 147, 150, 151, 179, 180, 182, 183, 309, 314

## **N**

Nudez 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59

## **P**

Pedagogia 3, 4, 12, 23, 24, 25, 161, 171, 175, 177, 242, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 258, 259, 264, 265, 281, 282, 376

Pessoa travesti 70, 77

Poder 11, 18, 26, 27, 28, 32, 35, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 61, 63, 68, 82, 100, 110, 114, 117, 124, 126, 128, 129, 132, 142, 143, 144, 150, 155, 161, 174, 176, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 227, 230, 232, 233, 235, 239, 240, 255, 264, 266, 268, 269, 270, 284, 285, 287, 290, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 320, 323, 328, 329, 350, 354, 365, 366, 370, 371, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 387, 395

Psicologia 14, 25, 46, 84, 97, 161, 179, 182, 192, 205, 216, 217, 218, 226, 230, 282, 309, 310, 320, 347, 387, 389, 392, 399

## **R**

Racismo 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 135, 136, 137, 146, 151, 178, 342, 343

## **S**

Sexismo 37, 40, 41, 160, 178, 223

Sexo 1, 38, 40, 41, 61, 66, 68, 77, 83, 84, 91, 98, 101, 103, 104, 105, 108, 110, 118,

129, 130, 134, 143, 160, 164, 165, 167, 168, 169, 174, 185, 189, 223, 237, 240, 241, 250, 253, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 272, 273, 277, 279, 287, 292, 293, 294, 299, 300, 304, 305, 306, 307, 308, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 329, 336, 342, 354, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 366, 367, 369, 378, 379, 380, 382, 385, 388, 392, 393  
Sexualidade 1, 2, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 50, 58, 71, 73, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 141, 143, 144, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 177, 208, 210, 218, 223, 225, 228, 232, 233, 249, 251, 259, 261, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 291, 292, 293, 294, 298, 302, 303, 304, 307, 309, 310, 311, 314, 317, 318, 319, 320, 322, 324, 325, 328, 329, 330, 337, 338, 339, 340, 341, 344, 347, 348, 349, 350, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 366, 368, 384, 393, 399

Subjetividade Lésbica 322, 325

## V

Velhice 84, 316, 348, 349, 351, 352, 354, 356, 357, 358, 359

Violência 9, 11, 21, 29, 37, 40, 60, 61, 63, 64, 65, 68, 70, 79, 80, 84, 89, 93, 132, 134, 163, 167, 168, 176, 177, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 223, 226, 228, 230, 232, 237, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 282, 283, 284, 287, 289, 290, 302, 314, 319, 320, 322, 323, 325, 330, 335, 342, 343, 345, 368, 371, 374, 375, 376, 377, 382, 384, 391

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-609-6

